

MÍRIAM  
LEITÃO  
HISTÓRIA  
DO  
FUTURO

O HORIZONTE DO BRASIL  
NO SÉCULO XXI

# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [xlivros.com](http://xlivros.com) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

***Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.***

MÍRIAM  
LEITÃO  
HISTÓRIA  
DO  
FUTURO

O HORIZONTE DO BRASIL  
NO SÉCULO XXI



MÍRIAM  
LEITÃO  
HISTÓRIA  
DO  
FUTURO

O HORIZONTE DO BRASIL  
NO SÉCULO XXI



COPYRIGHT © 2015 BY MÍRIAM LEITÃO

PREPARAÇÃO  
KATHIA FERREIRA

REVISÃO  
EDUARDO CARNEIRO  
VANIA SANTIAGO

CAPA E PROJETO GRÁFICO  
CLAUDIA WARRAK

TRATAMENTO DE IMAGENS  
Ô DE CASA

FOTO DA AUTORA  
LEO AVERSA

REVISÃO DE EPUB  
JULIANA LATINI

GERAÇÃO DE EPUB  
INTRÍNSECA

E-ISBN  
978-85-8057-786-0

#### CRÉDITOS DAS IMAGENS

Aberturas do Prefácio, Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3, Capítulo 5, Capítulo 7, Capítulo 8, Capítulo 9, Capítulo 10 e Capítulo 11 / SHUTTERSTOCK.COM

Abertura da Apresentação / ELENA DIJOUR / SHUTTERSTOCK.COM

Abertura do Capítulo 6 / THOMAS HOEPKER / MAGNUM PHOTOS / LATINSTOCK

Abertura do Capítulo 12 / ERICH HARTMANN / MAGNUM / LATINSTOCK

Abertura da Conclusão / WILLIAM HENRY FOX TALBOT / GETTY MUSEUM

EDIÇÃO DIGITAL: 2015

1ª EDIÇÃO

TIPOGRAFIAS  
GROTESQUE e PLANTIN

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À  
EDITORA INTRÍNSECA

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 99 | 3º ANDAR – GÁVEA  
22451-041 RIO DE JANEIRO RJ

TEL / FAX (21) 3206 7400  
WWW.INTRINSECA.COM.BR



Para o Sérgio,  
com quem visito o futuro.

*“Time present and time past  
Are both perhaps present in time future  
And time future contained in time past.  
If all time is eternally present  
All time is unredeemable.”*

“O tempo presente e o tempo passado  
Estão ambos, talvez, presentes no tempo futuro  
E o futuro contido no tempo passado.  
Se a plenitude do tempo é eternamente presente,  
O tempo, como um todo, é irredimível.”

T.S. ELIOT

tradução Oswaldino Marques

## SUMÁRIO

PREFÁCIO O futuro não está escrito

APRESENTAÇÃO Os avisos do tempo

1 A terra que recebemos por herança

A fortuna e o destino

2 A nova demografia

O futuro da gente

3 Caminhos e tropeços da educação

A maior das tarefas

4 Economia em várias frentes

A agenda interrompida

5 Um país de classe média

Desigual e em movimento

6 Terra em transe na política

A roda-viva

7 O desafio da saúde

A receita da cura



O FUTURO  
NÃO ESTÁ ESCRITO

## PREFÁCIO

O Brasil está prisioneiro do imediato. O presente virou um redemoinho que suga e impede o país de escrever seu futuro. A crise que nos atinge em várias frentes assusta e paralisa.

Somos o primeiro país em biodiversidade do mundo. E daqui em diante o planeta precisará mais dela. Somos o segundo maior reservatório de água doce. No futuro a escassez será recorrente. Temos o maior potencial de energia renovável por quilômetro quadrado. A maior floresta tropical do mundo não precisa ser derrubada para ampliarmos a produção porque as técnicas de produtividade estão dominadas. Somos e seremos do reduzido grupo de países fornecedores de alimentos.

Tempos de crise fazem o país esquecer suas vantagens e não ver o futuro. Retrocessos nos deixam desolados. É urgente olhar para a frente. O número de brasileiros não é tão grande que seja um peso nem tão pequeno que seja um limitador. O envelhecimento da população exigirá gastos maiores em saúde. No mercado de trabalho a janela demográfica está aberta no melhor momento para aproveitarmos a oportunidade. Mas essa janela começa a se fechar. Somos um país ainda jovem, que amadurece.

A população vai, nas próximas décadas, aumentar, estabilizar, inverter a curva e encolher. Ao longo do século, o número de brasileiros diminuirá pela primeira vez em nossa história. A cada movimento, a demografia imporá desafios enormes. Se eliminarmos as barreiras do preconceito, a diversidade humana será nosso grande ativo para que possamos ter uma classe média e uma elite com a cara do país.

Nos próximos 30 anos, vamos apressar o passo em educação, não

por um lema de governo. As famílias valorizam mais a educação, a sociedade se mobiliza e pessoas estão neste momento vivendo histórias emocionantes de superação desse déficit que nos apequena.

O Brasil escolherá seus governantes democraticamente. Por mais tumultuada que seja a cena política, será possível isolar as vozes radicais nas crises institucionais, porque já superamos a sina de república interrompida por ciclos autoritários. O combate à corrupção será feito com a tenacidade com que derrotamos a ditadura, a hiperinflação, e estamos reduzindo a pobreza. Não será fácil, porque nada foi fácil, mas o país criou instituições robustas. Dos avanços nessa luta surgirão novos líderes políticos e um renovado ambiente de negócios. A democracia, contudo, é tarefa da vida inteira e continuará sendo aperfeiçoada nas próximas décadas.

A economia sairá dessa crise como saiu de outras que ameaçaram roubar nosso futuro. Hoje temos um mercado interno mais amplo, estabilidade monetária e muito talento empreendedor. O governante leniente com a inflação conhecerá o mau humor dos brasileiros. Nossa saga pela moeda estável criou valores definitivos. Temos que seguir, no entanto, um roteiro exaustivo de correção e retirada de obstáculos à competitividade e à integração ao mundo. A vantagem é que conhecemos a lista de tarefas.

O planeta está em turbulenta transição. A revolução tecnológica, a mudança climática e a aceleração do tempo mudarão radicalmente a forma como vivemos. Não há tempo para improvisos e os erros custarão mais caro. O futuro será implacável com os países que não se prepararem para ele.

Em cada área analisada neste livro — meio ambiente e clima, demografia, educação, economia, classe média, política, saúde, energia, agricultura, tecnologia, cidades, mundo — o exercício de olhar as próximas décadas inquieta e estimula. Temos trabalho urgente e possibilidades valiosas na nova era.

Este livro é uma reportagem sobre o horizonte do país. Por isso ele se chama *História do futuro*. As entrevistas, análises de dados, viagens e relatos de pessoas me convenceram de que há tendências que não podem ser ignoradas. Há projetos em andamento que podem dar certo. Há riscos aos quais estamos desatentos. Há vantagens não

exploradas. É o momento de fazer o esforço de acertar o telescópio que aponta o que será ou pode ser o Brasil. Com conhecimento maduro dos nossos defeitos e das nossas virtudes.



OS AVISOS  
DO TEMPO

## APRESENTAÇÃO

Na vida dos países há momentos decisivos. Este é o nosso. Países, como pessoas, vivem períodos em que nenhum fato relevante acontece. Como se o tempo parasse. Depois a história se acelera. Foi assim nos 14 anos entre a chegada da corte portuguesa ao Brasil e a independência; e no biênio que nos trouxe abolição e república. Vivemos agora outra hora de escolhas decisivas neste que é o mais longo período democrático desde a queda da monarquia. Aqueles foram momentos fundadores do país; agora é a chance de lançar as bases para o futuro ou vivermos o risco de perdê-lo.

Quando a crise é aguda, nada se vê no horizonte. Em uma viagem de trabalho à Argentina, em 2003, fui filmar um painel que saiu às ruas. Em determinado momento, perguntei a uma mulher por que ela estava na manifestação e ela respondeu em tom de aflição: “*No hay futuro, no hay futuro*”. Entendi então que é isso que derrota uma pessoa, um país.

Em época de transição, com abruptas mudanças de cenário, previsões categóricas envelhecem. Não tenho pretensão de fazer previsões e sim de ajudar com aquilo que o meu ofício me ensinou. Jornalista deve olhar os sinais, entrevistar quem sabe, analisar os dados. Neste livro, uso as ferramentas que a profissão me deu para fazer a prospecção das sementes do tempo que virá. Algumas delas já estão presentes entre nós. Podem frutificar ou não. Tudo depende do mapa que seguirmos para chegar ao objetivo. O futurólogo australiano Peter Ellyard diz em seu livro *Destination 2050* que “nós não podemos criar um futuro que inicialmente não imaginamos”.

Imaginemos o nosso sobre bases sólidas, uma vez que tudo depende muito das decisões que tomarmos. O curto prazo, às vezes,

nos faz reféns do pensamento negativo, mas é possível supor que o Brasil atingirá níveis elevados de desenvolvimento nas próximas décadas e que a população, mais rica, menos desigual, terá acesso à educação de qualidade. Que a economia será mais forte, mantendo padrões sustentáveis de crescimento, e que o país será estratégico para o mundo como reserva de biodiversidade e fonte de alimentos.

Alguns avanços estão em nossas mãos. Em dez anos, o Brasil pode dobrar sua produção de grãos, continuar elevando o volume das safras nos anos seguintes e, ao mesmo tempo, alcançar o desmatamento líquido zero. Esse caminho está mapeado. Já sabemos como fazer. Somos o país com maior biodiversidade no mundo, temos terra e água em abundância. Parece uma afirmação alienada para quem tem em mente a crise hídrica de 2014-2015. O futuro de escassez, de risco de colapso de abastecimento, de conflitos entre entes federados pelo direito a rios comuns nos visitou. No mapa hídrico global, no entanto, aparecemos com a cor dos que têm maior abundância de água. Podemos superar o perigo se ouvirmos os avisos do tempo.

O clima está mudando e isso afetará todas as dimensões da vida, da produção no campo ao cotidiano nas cidades; da política internacional à matriz energética. Este é o pano de fundo inevitável de quem quer se antecipar aos eventos das próximas décadas.

Para escrever este livro entrevistei, durante três anos, profissionais de áreas diversas. Analisei, em duas longas reuniões com a direção do IBGE e em conversas com outros três especialistas, as estatísticas de população. Além de demógrafos, consultei economistas, climatologistas, biólogos, engenheiros florestais, especialistas em agricultura, energia, educação, saúde, política nacional e internacional, tecnologia. Li vários estudos e conferi dados. Procurei também pessoas que com suas histórias de vida ilustrassem o que os números mostram. Tive ajuda de uma equipe de jornalistas competentes: Álvaro Gribel, Valéria Maniero e Débora Thomé. O futuro é feito de incógnitas e surpresas, e de escolhas. A conjuntura muda constantemente, porém há tendências que já estão decididas.

• • •

Na manhã de uma semana confusa, eu fui ao 22<sup>o</sup> andar do prédio da Petrobras, no Centro do Rio de Janeiro, conversar com sua então presidente, Graça Foster. A pauta jornalística estava ocupada por controvérsias sobre a maior empresa do Brasil. As notícias eram péssimas e era só o começo. A crise pioraria muito nos meses seguintes.

Este livro me ensinou a sobrevoar as emergências diárias e a olhar além do fato imediato. Pedi uma conversa sobre os cenários da estatal e do petróleo e durante uma hora, 35 minutos e 32 segundos Graça respondeu às minhas perguntas sobre o planejamento estratégico para 2030 com uma calma que não denunciava o tamanho do fosso do qual a empresa se aproximava. Eu desligava o gravador quando o presente invadiu como um bólido a nossa conversa. Pálido, um assessor interrompeu o encontro e disse:

— Eduardo Campos acaba de morrer num acidente aéreo.

Era o trágico dia 13 de agosto de 2014, em que o país perdeu um jovem político com carreira promissora, que concorria à Presidência com a esperança de ser uma alternativa à polarização PT × PSDB. Um pedaço do futuro político do país acabava de desaparecer. Corremos, Graça, eu e Mirian Guaraciaba, então assessora de imprensa, até a sala das secretárias, que, de pé, estáticas, tinham os olhos grudados na televisão. Assumimos a mesma posição de espanto.

Uma nova etapa da eleição começava a partir daquela tragédia, pensei, enquanto me dirigia à sede de *O Globo*. As oscilações nas pesquisas foram intensas e os partidos que disputavam a Presidência tiveram de refazer suas estratégias.

Outras mudanças drásticas aconteceram nos seis meses seguintes. O preço do petróleo caiu para um nível que não estava no radar de nenhuma empresa do mundo. A diretoria foi trocada e Graça perdeu o cargo. Uma agência de risco rebaixou a nota da estatal, ela perdeu o selo de bom investimento e passou a ser um ativo de risco. Para enfrentar a crise precisou alterar seu planejamento.

Você pode pensar que a entrevista foi perda de tempo porque

muita coisa mudou na empresa e no mercado em que ela atua. Aprendi que, mesmo em um tempo nervoso, quando a terra treme, a utilidade de uma conversa sobre o longo prazo permanece. Baseada não no cargo que exercia, mas em sua experiência de 35 anos no setor, Graça me disse que o Brasil será um grande produtor de petróleo, o mundo vai usar menos combustíveis fósseis, haverá um imposto mundial sobre emissões. Ela previu a queda do preço do petróleo, mas pensava que ele cairia menos e mais tarde.

Especialistas em energia ou em mudanças climáticas dizem que o petróleo é uma grande riqueza, mas temporária, e que o quadro energético do mundo passará por muitas transições nas próximas décadas com a ampliação das fontes que emitem menos gases de efeito estufa, como as que vêm do vento e do sol.

O presente é intenso, a agenda está lotada de emergências e a realidade internacional vive tendo reviravoltas. Ainda assim é possível e necessário investigar a evolução mais provável dos acontecimentos. Foi o que achei fascinante ao longo da realização da pauta que me impus para este livro.

A minha convicção é que o Brasil tem projeto, ao contrário do que tantos pensam, e o vem construindo por etapas. E que se tivermos clareza dos desafios, das chances e dos riscos que já estão contratados será mais fácil nos prepararmos para eles. Cada avanço exigiu um esforço enorme de construção de alianças modernizantes. Temos vivido uma história de superação. A linha do tempo das últimas décadas mostra que o país passou bem por uma lista impressionante de desafios: venceu a ditadura, a hiperinflação, passou a avaliar a qualidade da educação, rompeu a paralisia diante da exclusão de pobres e negros, reduziu a pobreza. Enfrenta a corrupção de forma surpreendente.

Naquele 15 de novembro de 2013 em que os condenados do mensalão foram presos, o país atravessou, meio incrédulo, uma barreira de indiscutível importância. A da impunidade dos poderosos. Um ano depois, também em 15 de novembro, houve outro fato inesperado: executivos de empreiteiras foram para a cadeia em meio ao rumoroso caso da Petrobras. Alguém pode concluir que o segundo caso mostra que nada se aprendeu com o mensalão. É uma visão. A

pessimista. Mas, pondere, ninguém imaginava que enfrentar a corrupção na política fosse simples. Como não foram fáceis as vitórias que tivemos sobre a ditadura e a hiperinflação.

O brasileiro está insatisfeito com a democracia, desconfia dos políticos e acha que o governo gasta mal o dinheiro que sai do seu bolso. Esse descontentamento fortalece a democracia e não o contrário, e é ele que fará o país continuar aperfeiçoando as instituições. Não haverá reforma que, por mágica, corrija todos os defeitos do sistema político, mas o país passará nas próximas décadas por várias mudanças na forma de votar e de organizar a relação entre o eleitor e seu representante.

O que hoje parece definitivo é alterado a cada dia. Por isso o sociólogo espanhol Manuel Castells, que sempre avisou sobre a formação de alianças digitais para influir no mundo político real, começa seu livro *Redes de indignação e esperança* com uma frase curta e sincera: “Ninguém esperava”. Ele se referia às manifestações que eclodiram em 2011 no mundo árabe. “Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral de imagens e ideias.” Os desdobramentos dos fatos continuaram sendo inesperados, para o bem e para o mal. É nesse mundo fluido, em que o especialista admite ter sido surpreendido, que temos de olhar para a frente e nos preparar para o novo tempo. Ele será de mudanças constantes. O mais instigante deste momento é esta aparente contradição: vivemos o tempo do imprevisível e nunca foi tão importante pensar no futuro.

A tecnologia está no meio de um processo revolucionário que afetará todos os aspectos da vida. No livro *A nova era digital*, os presidentes do Google, Eric Schmidt, e do Google Ideas, Jared Cohen, preveem que, até 2025, “a maior parte da população mundial terá saído, em uma geração, da quase total falta de acesso a informações não filtradas para o domínio de toda a informação do mundo através de um aparelho que cabe na palma da mão. Se o ritmo atual de inovação tecnológica for mantido, a maioria da população da Terra estará on-line”. Isso está mudando o modo de vida a uma velocidade impressionante e com impactos em todas as áreas.

A sociedade brasileira foi assentada sobre a tragédia da escravidão, que deixou sequelas que estamos começando a enfrentar. Nenhum momento é melhor do que agora para olhar isso de frente, já que estamos melhorando: negros estão em plena ascensão, indígenas buscam protagonismo. A elite e a classe média têm que refletir melhor a diversidade do país e as distâncias sociais precisam ser superadas. No final de 2014, fui com meu filho Matheus a dois compromissos no espaço de 24 horas. Na primeira noite, um evento no Cemitério dos Pretos Novos, na Gamboa, Zona Portuária do Rio de Janeiro; na segunda, uma festa no Copacabana Palace, na Zona Sul. Ele disse que parecia uma viagem entre dois mundos e não dois pontos da mesma cidade. Essa partição nega nossa natureza e conspira contra o futuro.

A paisagem demográfica brasileira vai mudar radicalmente nas próximas décadas. Este é o primeiro século da nossa história em que a população vai diminuir. O Brasil terá ainda um aumento populacional até o fim dos anos 2030 e o começo da década de 2040. Depois, o número de brasileiros começará a diminuir. Essas fortes oscilações demográficas exigirão muito dos governantes, das empresas, das famílias.

Não se negocia com a demografia. O que se pode fazer é entendê-la. A cada nova pesquisa do IBGE veremos a face do país mudando: a população viverá mais, ficará mais velha e haverá menos crianças. O setor da saúde precisa ficar mais eficiente porque ela será cada vez mais cara. Temos que nos preparar sabendo o que vai acontecer. O futuro será mais exigente e estamos atrasados. O país pode ser levado ao pior dos dilemas: escolher entre seus velhos e suas crianças. Nós nos aproximamos do máximo de número de brasileiros e a população está no auge da sua capacidade produtiva e de aprendizado. É agora o momento das decisões. Depois será tarde.

• • •

Foi extraordinário o salto econômico e social que o Brasil deu nas primeiras décadas da democracia. No futuro da moeda, que já começou, as famílias precisam aprender a poupar; as empresas, a depender menos do Estado; o governo, a tirar menos recursos da sociedade e ser mais eficiente. Quando, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, o governo deu passos perigosos na economia, várias pessoas me perguntaram se o descontrole inflacionário voltaria. Respondi que não. Não por otimismo em relação às escolhas das autoridades, mas sim confiança de que a população brasileira não aceitaria a volta ao tempo da hiperinflação. A moeda estável é a base de todos os avanços econômicos e sociais desde 1994.

Há especialistas com os quais é mais fácil conversar sobre o longo prazo, como os climatologistas e os demógrafos. Em certas áreas, entre elas a economia, é mais difícil, porque o ambiente de crise cria muita névoa e impede a visão. Um exercício interessante é separar no presente o que pertence ao passado, com o qual já se rompeu, e o que é o começo do tempo novo, que devemos buscar. O inflacionismo é velho. Mas a ideia de que se pode conviver com um pouco mais de inflação reapareceu e, recentemente, contaminou a política econômica. Isso provocou retrocessos e exigiu ajustes para retomar o caminho de reformas que nos preparem para novos desafios.

Para separar o velho do novo pense no mercado de trabalho. Na terceirização há sinais dos dois elementos. Os flagrantes de trabalho análogo à escravidão mostram que não foram suficientes os esforços para enterrar o passado. É a terceirização perversa. Mas existe uma nova e moderna. O tempo atual requer relações trabalhistas mais flexíveis entre empregadores e funcionários, nas quais se incluem contratos com prestadores de serviço. As novas modalidades nascem das mudanças da tecnologia e vão moldar o mundo do trabalho.

A educação será tema central em todos os diálogos no interior das casas, nas empresas e nos órgãos públicos em que as projeções forem feitas com seriedade. É um desafio para todos os países do mundo, mas nesse setor o Brasil está mais atrasado que muitos deles. Só no final do século passado buscou a universalização do Ensino Fundamental, a mais elementar das tarefas. As missões são múltiplas:

melhorar a qualidade do ensino, manter os jovens na escola, qualificar os trabalhadores, ampliar horizontes, treinar as mentes para a era das revoluções tecnológica e científica. O conhecimento não é mais uma caixa de saber transferida de uma geração para outra. Os alunos de hoje viverão em um tempo bastante diferente. A maneira como a mente funciona está sofrendo uma mutação na passagem do mundo analógico para o digital. Se não houver reformas urgentes na educação deixaremos escapar nosso momento. Países podem fracassar, como sabemos. Se a economia se desorganizar, podemos voltar a estabilizá-la. Se o país não crescer por alguns anos, vamos procurar o impulso para a recuperação. Se perdermos os cérebros de uma geração, perderemos o futuro.

E todos os desafios imediatos que estão na agenda brasileira precisam ser superados em um cenário internacional inquieto e em transição. O que está em curso não é uma mera troca de comando no poder global, como houve no passado, com uma potência emergente e outra poente. Uma nova ordem está nascendo.

Os Estados Unidos continuarão sendo a maior potência militar mundial. Além disso, o país tem vasta dimensão territorial, mais de 300 milhões de habitantes, exuberante diversidade humana, sólida capacidade tecnológica e invejável natureza inovadora e empreendedora. As grandes invenções que mudaram a nossa vida nas últimas décadas nasceram, em sua maioria, em empresas americanas.

A China continuará crescendo, em ritmo menor, e aumentará seu poder no mundo. Mas o país tem enormes desafios pela frente para se manter no caminho do progresso. Um deles é atualizar seu sistema político para permitir maior participação dos cidadãos nas decisões. O sistema está obsoleto por qualquer parâmetro contemporâneo, ocidental ou oriental.

Até as democracias consolidadas estão sendo desafiadas pelo novo momento do mundo digital. A internet permitiu a um simples funcionário de uma empresa terceirizada expor as fragilidades e os sigilos do mais poderoso sistema de espionagem. A divulgação dos arquivos secretos da NSA, dos Estados Unidos, confirmou a ficção política de George Orwell, em *1984*, de um superpoder que tudo bisbilhota. A conectividade, porém, é também a arma do cidadão

contra ordens tirânicas e desmandos. Ela será usada de forma cada vez mais intensa em todas as áreas da atividade humana e terá esta ambivalência: de um lado cria o risco de governos e grandes corporações controlarem cidadãos e consumidores; de outro, arma as pessoas para que se protejam e encontrem as vulnerabilidades desses poderes.

No século passado, o mundo viu o confronto de duas propostas de poder. A União Soviética perdeu. As duas grandes potências atuais têm uma relação diferente da que imperou na Guerra Fria. Estados Unidos e China são quase irmãos siameses na economia, já na política internacional, vivem em constante tensão. Esse conflito interdependente atravessará o século XXI. Mas os dois países não serão os únicos jogadores do poder global.

O poder será dividido, compartilhado, multipolar, com alianças estratégicas, e não será apenas governamental. Na nova ordem, potências médias terão protagonismo. O Brasil será determinante em vários aspectos se souber entender a natureza da sua força. Podemos ser relevantes. É preciso conhecer nossos atributos com objetividade e sem ufanismos. Somos uma nação que, por natureza e dimensão, tem a chance de exercer influência nos novos tempos. Vivemos a era das mudanças climáticas e ela imporá desafios extremos à humanidade. O Brasil tem algumas das respostas por sua superioridade na área florestal, na produção de alimentos e como fonte de biodiversidade. O nosso patrimônio ambiental será aliado da mitigação do clima e celeiro das soluções biotecnológicas.

O mundo completará nas próximas décadas a maior onda de urbanização da história. Em 2050, o planeta terá oito vezes mais pessoas nas cidades do que tinha na metade do século passado. O Brasil já fez grande parte da sua transferência de população da área rural para as cidades. Mas isso não reduz nosso desafio. Só a Região Metropolitana de São Paulo terá um acréscimo de população equivalente a quase um Uruguai até 2025. É nas cidades que estaremos, e elas precisam ser mais amigáveis.

Quem escreve sobre o futuro marca um tempo de chegada. Essa é a tendência dos estudos dos especialistas em qualquer área. Aqui não haverá data única. Cada tema permite um horizonte: ora mais amplo,

ora mais curto. Um economista, consultado para este livro, me mandou, durante o tempo em que eu o escrevia, uma mensagem perguntando se eu persistia no projeto de avaliar o “mlp do Brasil”. Economistas adoram siglas, e o que ele queria dizer era “médio e longo prazo”. Sim, o esforço é este, de tentar ver o médio e o longo prazo do Brasil, sem qualquer ano mágico nem data de chegada, sem bola de cristal nem profecias.

Este não é um livro de futurologia. O que me motivou foi a pergunta: qual é o caminho que o Brasil tem de percorrer para ser o país que quer ser? O exercício aqui é o de olhar o tempo. Em um pequeno artigo para a McKinsey, com o título “Shaping the future”, o cientista político Joseph Nye usou uma frase que ele atribuiu ao jogador de beisebol Yogi Berra: “Nunca faça previsões — particularmente sobre o futuro”. O erro mais comum nas projeções é considerar que a evolução será linear.

Minha mãe trouxe da sua infância rural uma capacidade misteriosa de investigar o clima. Nas grandes tempestades, ela conseguia dizer quando o sol chegaria; no céu limpo de nuvens, ela lia o prenúncio das chuvas. A vida urbana reduz a sensibilidade aos sinais da natureza, mas o paralelo a ser feito é que, se olharmos atentamente a cena atual do país, veremos no presente os vestígios do passado e os sinais antecipados do futuro. Isso permite aprender com o que foi vivido e interferir no que está por vir. Mesmo numa era de transições e de grandes rupturas.

O convite que faço aos leitores é o de seguir comigo a linha — nada linear — do tempo que nos trouxe do passado ao presente e nos levará ao futuro. Não por predestinação, mas por escolha.



A TERRA QUE RECEBEMOS  
POR HERANÇA

Na Amazônia, foi desmatada uma área equivalente aos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo nos 20 anos entre as duas grandes Cúpulas da Terra do Rio, em 1992 e 2012. Neste capítulo, conto como se forma o conluio do crime que desmata e como se organiza a coalizão da proteção. Entendi as duas lógicas em viagens à Amazônia. Relato a história de um projeto plantado em 1944 que dá frutos hoje e se projeta para os próximos 30 anos na Mata Atlântica. No meio ambiente do país, passado e futuro convivem. Assumimos compromissos internacionais de, até 2020, limitar o desmatamento médio anual a 3.300 quilômetros quadrados. Isso equivale a duas vezes a cidade de São Paulo. Podemos ser mais ousados, sonhar mais alto e buscar, a curto prazo, o desmatamento líquido zero. Há 18 países que têm 70% da biodiversidade do planeta. O Brasil é o maior de todos. O clima da Terra depende muito de nós.

A  
FORTUNA  
E O  
DESTINO

O Brasil assumiu em Copenhague, em 2009, na reunião global do clima, o compromisso de, entre 2016 e 2020, reduzir para 3.300 quilômetros quadrados a média anual do desmatamento na Amazônia. Não é difícil, mas é insuficiente. Já derrubamos a taxa de 27 mil quilômetros quadrados, em 2004, para 5 mil quilômetros quadrados, dez anos depois. Se chegarmos à média de 3.300 estará bom? Não. Seria considerar uma vitória destruir uma região equivalente a duas cidades de São Paulo por ano.

A grande meta que o país precisa ter com seu próprio povo é o desmatamento líquido zero, que na prática significa o seguinte: reduzir a uma taxa bem pequena e fazer o replantio para que, no final, tudo fique na mesma proporção. O zero é uma conta entre corte cada vez menor e replantio. A meta é alcançável. E não é preciso esperar 2030. Eu me convenci disso conversando com especialistas, procuradores, autoridades locais, ambientalistas, climatologistas, produtores rurais e viajando pelo Brasil para compreender como aconteceram alguns casos antigos e recentes de conservação e destruição. Essa luta entre proteção e desmatamento é o que contarei neste capítulo para que se entenda a sua lógica. Ninguém quer paralisar o desenvolvimento, mas encontrar uma nova ordem para o progresso. A sustentável. A que proteja a terra que recebemos por herança.

Depois de oito anos de queda sistemática do índice de destruição da floresta amazônica, ele voltou a crescer. Entre agosto de 2012 e julho de 2013, aumentou 29%. Entre agosto de 2013 e julho de 2014 caiu um pouco. Nos meses de agosto a outubro de 2014, subiu 117% em relação a igual período do ano anterior. Em novembro e

dezembro caiu, mas em janeiro de 2015 subiu forte. Esse sobe e desce mostra o risco de retrocesso, porque o problema vinha diminuindo sistematicamente desde 2004. O governo, disputando as eleições presidenciais, passou a esconder os dados de alerta em 2014. Existem dois sistemas que processam os dados de satélites: o Prodes dá o número anual; o Deter dá os alertas mensais. Não adiantou esconder porque o Imazon, uma organização científica não governamental, processa os mesmos dados num sistema próprio. Ele avisou os jornalistas sobre os números sonegados. Tem feito isso há muito tempo.

Quando saíram os dados do alerta em 2012, houve um esforço para conter o estrago. Eu fui à Amazônia para entender como, na prática, funciona o mecanismo de alerta e prevenção. Aprendi muito. Contarei aqui, mas antes quero explicar por que toda essa luta entre passado e presente definirá o futuro. Somos ricos em biodiversidade. Não é sensato destruir a riqueza herdada quando mais se precisa dela. O tempo está virando e nós e o planeta precisamos da floresta em pé. Os números que Beto Veríssimo, do Imazon, informa são impressionantes:

— Há na Amazônia 16 mil espécies de árvores. Desse total, 5,8 mil são consideradas raras e endêmicas, ou seja, altamente vulneráveis à extinção com o avanço do desmatamento. Estão em pé 400 bilhões de árvores e até agora 70 bilhões já foram derrubados — me disse ele em março de 2015.

Fiz, certa vez, uma trilha de 11 quilômetros no Canadá. Bonita e tediosa. Todas as árvores pareciam ser coníferas ou *maple trees*. O caminho era largo, previsível. Nas matas e florestas do Brasil anda-se extasiado e alerta. Tudo pode acontecer a qualquer momento. Os olhos têm que estar atentos ao chão para não pisar em perigo, aos lados, para o necessário desvio, e aos riscos que podem vir de cima. Há vida por toda parte. Imprevisibilidades e bloqueios. A natureza nos coloca no nosso devido lugar. Somos pequenos.

A Amazônia ainda resiste em sua imensidão, mas nós sabemos do que somos capazes porque hoje, da Mata Atlântica, só restam fragmentos. Somos perigosos. Muitos brasileiros, contudo, durante a trajetória de destruição do patrimônio natural, têm feito o desfeito

por paixão ou teimosia. As histórias virtuosas ensinam. Começarei por elas.

Para que se plantam árvores? Na esperança de que elas vejam um futuro que nós não poderemos ver e que sejam vistas pelos que ainda não nasceram. Lélia Salgado e o marido, Sebastião, plantaram 2 milhões de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica na Fazenda Bulcão, em Aymorés, Minas Gerais. O casal mora em Paris desde 1968. Lá os dois trabalham, vivem perto dos filhos, Juliano e Rodrigo, e ele virou o mais importante fotógrafo da atualidade.

Por que Sebastião e Lélia, moradores de Paris e cidadãos do mundo, plantam árvores numa cidade pequena em Minas Gerais, próxima do Espírito Santo? Ele nasceu lá. Naquela fazenda passou sua infância e viu que ela foi perdendo árvores, vida, água ao longo do tempo, pela imposição da produção. Quando comprou a parte das irmãs no espólio, Sebastião não sabia o que fazer diante de uma terra seca, devastada. Foi de Lélia a ideia de repor o que havia sido tirado e plantar uma floresta.

Quinze anos depois de iniciado o plantio, os dois falaram, entusiasmados, do feito de que se orgulham numa entrevista gravada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cercados de árvores de várias partes do mundo e que começaram a ser plantadas no tempo de dom João VI.

— Hoje somos donos de uma floresta-criança — disse Sebastião.

Eles criaram o Instituto Terra, que, entre outros trabalhos, está agora recuperando as matas ciliares de toda a bacia do rio Doce, para lutar contra a ameaça de o rio deixar de ser perene em 20 anos, ou seja, secar em partes do leito e em períodos do ano. Eles têm esperança de que suas mudas ajudem a protegê-lo e evitem esse destino.

Tudo isso é lindo, mesmo assim fica a dúvida. Por que gastar dinheiro, tempo, energia plantando árvores que não veremos em sua maturidade num país onde são diárias as notícias de desmatamento?

— Nós não temos a menor importância. Nós passaremos e seremos esquecidos, mas elas continuarão aqui — explicou Lélia.

No Brasil, há casos emocionantes de conservação e trágicos enredos de destruição. É impossível ficar indiferente a essa luta. Neste

livro não caberão todos, apenas alguns, emblemáticos e surpreendentes. E veja, leitor, que falarei do passado num livro que se dispõe para o futuro. É que lá atrás foi plantada a semente da árvore frondosa de hoje. Esse entendimento nos ajuda a escolher as sementes do nosso futuro.

A história que vou contar agora começou há muito tempo e se projeta para o futuro. Era o remoto ano de 1944. O jovem Feliciano Miguel Abdala, de 36 anos, filho de um libanês, negociava com um senhor de apelido Benzinho a compra de uma fazenda em Caratinga, Minas Gerais, quando ouviu um pedido inusitado: que ele não permitisse a derrubada de uma grande área de floresta. Naquela época, terras eram compradas e vendidas intensamente na Zona da Mata, uma das fronteiras agropecuárias, e ninguém pedia uma coisa daquelas. Afinal, Feliciano estava deixando a vida de tropeiro, mercador viajante, para ser proprietário de terras, produtor de café, leite e carne da pecuária.

Em 1944, ninguém considerava a hipótese de preservar matas. Era comprar para fazer pasto, plantar, ganhar dinheiro. Era a escalada da destruição da Mata Atlântica. Este é o primeiro espanto de um caso cheio de surpresas: Benzinho e Feliciano fizeram o pacto da venda com a condição verbal de preservação. O motivo? É que na mata havia macacos miqui e eles estavam desaparecendo pela ação dos caçadores.

“Tinha uns oito ou dez, e a pessoa que me vendeu falou comigo: ‘Veja se você conserva esses animais. Isso está desaparecendo e daqui a pouco ninguém conhece isso’. Eu disse: Se o senhor está recomendando... se o senhor é conservador eu sou mais conservador, sou por natureza, porque eu admiro demais principalmente a fauna. Sem a fauna, a mata não fica completa. Vou defender os bichos com toda a energia minha, com todo o esforço”, lembrou Feliciano numa entrevista em 1992 ao *Globo Rural* quase 50 anos depois da compra.

Homem de palavra, Feliciano cumpriu a promessa feita ao senhor Benzinho até morrer, em 2000, com a idade de 92 anos. E ela foi mantida por seus descendentes, que transformaram os quase mil hectares de mata nativa em Reserva Particular do Patrimônio Natural. O local virou santuário de vários animais, principalmente dos

muriquis do norte, espécie em risco de extinção, e se transformou em centro de pesquisa que, há décadas, treina biólogos.

No fim de 2013, eu estava na Pinacoteca de São Paulo ouvindo uma palestra do diretor da Global Environment Facility, o fundo do Banco Mundial para a conservação, Gustavo Fonseca, e ele começou assim a sua fala:

— Eu fiz minha tese de doutorado na RPPN Feliciano Miguel Abdala.

Mas até isso é pouco para dar a dimensão dos galhos nascidos dessa árvore plantada por aquele raro pacto de preservação. Por décadas, Feliciano Miguel Abdala lutou sozinho contra os caçadores e as poderosas razões da economia com toda a energia dele. Madeiras se instalaram por lá. Nos anos 1970, chegaram as siderúrgicas, com pilhas de dinheiro público e a lógica da propaganda oficial que as sustentava: “Poluição é progresso”, diziam os anúncios governamentais. Seus fornos queimaram boa parte dos remanescentes de mata daquela região. “Eu resisti a ofertas muito importantes das siderúrgicas a respeito do carvão. Tentaram me comprar a fazenda ou o carvão. Nada me interessou. Consegui resistir a essas ofertas tentadoras. E a mata está aí. Espero que ela tenha continuidade.”

Dez anos antes daquele *Globo Rural*, no começo da década de 1980, Feliciano Abdala andava pela mata da sua Fazenda Montes Claros. Atrás dele vinha uma câmera registrando. Junto com ele estava um jovem primatólogo americano, Russell Mittermeier. A câmera filmava a caminhada de Feliciano até um enorme jequitibá-rosa, e lá Feliciano encostava a mão na árvore e falava: “Esta é uma árvore milenária das matas do Brasil. Seria um crime essa árvore ser cortada em troca de poucos cruzeiros”.

Nada, aparentemente, ligaria Feliciano ao jovem primatólogo que o acompanhava naquela filmagem. Feliciano viveu a vida inteira no interior do Brasil. Mittermeier nasceu em Nova York e tudo o que ele conhecia de vida silvestre até a idade adulta era o zoológico da cidade, aonde sua mãe costumava levá-lo. Mittermeier fez do mundo inteiro a sua casa, aprendeu seis idiomas, tornou-se um dos maiores conservacionistas do mundo, tendo fundado as ONGs WWF e Conservation International. A revista *Time* deu a ele o título de Herói

para o Planeta. Quem fez a união dos dois seres humanos, diferentes em tudo, foi o macaco. Feliciano enfrentou à bala os caçadores para evitar sua extinção. No ano daquela filmagem, a população já havia crescido para 40, 50 indivíduos. O número de macacos havia aumentado sob a proteção do fazendeiro.

A notícia de que havia uma fazenda onde espécies do primata em extinção sobreviviam foi ouvida pelos cientistas. Os brasileiros Célio Valle e Adhemar Coimbra e até um pesquisador japonês fizeram os primeiros estudos lá. Naquele momento da caminhada do fazendeiro até a sua árvore favorita estava sendo filmado o *Cry of the Muriqui*. Esse documentário, de 25 minutos, narrado por um professor de Mittermeier, Andrew Young, de Harvard, foi fundamental para unir ciência e proteção. Young tinha uma aluna de doutorado à procura de um objeto de estudo: Karen Strier. Seu mestrado havia sido sobre os babuínos na África. Ela viu o filme e veio conhecer os muriquis em 1982. Voltou para fazer a pesquisa de sua tese em 1983.

É de Karen Strier a autoria dos estudos que revelaram o comportamento desse macaco, em tudo singular. Em tamanho, é o maior das Américas. Um adulto pode chegar a 1,3 metro. Ele não é agressivo, nos seus grupos não há macho dominante, animais dos dois sexos têm o mesmo tamanho. Nessa sociedade igualitária são as fêmeas que tomam a iniciativa de deixar o bando para procriar em outra comunidade. O muriqui é o mais eficiente dispersor de sementes da Mata Atlântica.

A sabedoria de Feliciano foi que, ao proteger o macaco, estava também preservando um dos maiores fragmentos privados da cobertura vegetal dominante em todo o litoral brasileiro na época em que chegaram os portugueses. Em 1992, na entrevista ao *Globo Rural*, ele demonstrou que tinha noção do tempo antes dele e do que viria após a sua morte. “Estou com 84 anos, e o que eu desejo e tenho todo interesse é que essa mata seja preservada porque aqui está a imagem do que era a poderosa Mata Atlântica, destruída criminosamente pelo machado e pelo fogo.” O mais importante livro sobre a devastação da Mata Atlântica chama-se *A ferro e fogo*. Foi escrito pelo historiador americano Warren Dean. É leitura que ilustra como o país destruiu, na maioria das vezes por escolhas econômicas

insensatas, um patrimônio que nos faz falta.

Um dos artigos científicos de Karen, hoje integrante da seleta Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, teve o título de *O mito do primata típico*. Nele, ela provou que o padrão de comportamento dos primatas conhecidos do Velho Mundo não era, necessariamente, o mesmo das espécies de outras partes do planeta. O miqui, por exemplo, contrariava todo o estereótipo com aquela igualdade de gênero. Seu artigo quebrou um paradigma e marcou o estudo dos primatas.

Hoje os miquis de Caratinga são notícia internacional. Já fiz reportagens por lá. Indefinível o prazer de levantar às quatro só para esperar o sol nascer e o lento acordar dos miquis. O macaco é carismático. Vale a pena andar durante horas apenas para receber de volta seu olhar curioso, admirar seu balé entre as árvores e ver as diferenças de suas faces, pois cada indivíduo tem uma despigmentação na face que o diferencia. O reforço da ciência foi poderoso nesse caso. Eles já chegam a 350 indivíduos e fortaleceram a mata por seus hábitos de andar muito, comer muito e assim disseminar as sementes. Várias outras espécies de animais e vegetais aumentaram nessa mata que é, em tudo, exemplar.

Em 2013, Karen completou 30 anos liderando pesquisas e treinamento de estudantes brasileiros na Estação Biológica Feliciano Miguel Abdala. A cidade comemorou com uma reunião de autoridades e cientistas à beira da mata para pensar o futuro: foi o Caratinga+30. Lá estava Mittermeier, mais de três décadas após a filmagem com Feliciano, encantado com a multiplicação do macaco ameaçado.

— É incrível o que aconteceu aqui — me disse ele.

Não é comum no Brasil a pesquisa de longa duração, ainda mais numa propriedade privada. Naqueles 30 anos, mais de 24 dissertações de mestrado, seis teses de doutorado e três de pós-doutorado, além de uma centena de artigos científicos, tiveram aqueles macacos e a terra protegida por Feliciano como base de dados. Foi o casamento perfeito entre ciência e conservação, levando para o futuro o improvável acordo feito em 1944 entre dois fazendeiros. É menos comum ainda uma cidade usar um projeto de

conservação para refletir sobre seus sonhos.

Crianças da cidade entregaram um plano para que o prefeito se comprometesse com o meio ambiente nos 30 anos seguintes. Se for cumprido pelas futuras administrações, algo que começou em 1944 se prolongará até 2044. Entre as várias lições que podem ser tiradas desse caso é que as escolhas mantidas com persistência têm efeitos que se prolongam e alcançam o futuro. Isso me ajudou aqui neste livro, que quer olhar para as próximas décadas. O que fizemos agora estará contido no tempo que está por vir.

Eu sei, não por ouvir dizer, mas por ver. Nasci em Caratinga, visitei esse paraíso na infância e voltei como jornalista para registrar a evolução desse incrível enredo. O desafio agora é construir corredores ecológicos que liguem aquele fragmento a parques nacionais e reservas particulares da região. O que antes protegia os muriquis, hoje os confina. Para garantir que sobrevivam e que nossos descendentes possam vê-los será preciso ampliar seu território. Ao fazer isso, o ser humano estará ajudando a si mesmo. Existem somente 8% da cobertura original da Mata Atlântica, e o muriqui ajudará no esforço de mantê-la. Em tempos de mudança climática o bioma no qual o Brasil instalou a maioria das suas cidades precisa ser recuperado para atenuar os efeitos extremos do clima, fortalecer os rios, proteger a vida urbana.

Tudo isso ensina que atos de um passado distante influenciam a vida hoje. É agora que se faz o futuro. Uma parte dele já está determinada pelas escolhas que fizemos no passado. A diversidade é uma fortuna do Brasil. Fortuna é riqueza e sorte. Russell Mittermeier desenvolveu o conceito de “países megadiversos”. A tese é a seguinte: entre os quase 200 países do mundo há apenas 18 nessa categoria. E eles têm 70% da biodiversidade do planeta Terra.

— Nessa lista pequena de países, o Brasil disputa o primeiro lugar com a Indonésia. O Brasil tem mais diversidade terrestre e de água doce, a Indonésia tem um pouco mais de diversidade marinha — me disse Mittermeier.

Ele, que viaja pelo mundo, está convencido de que nós protegemos nosso patrimônio de forma mais eficiente e séria do que a maioria dos países. Quem vai à Amazônia tende a ficar com

sentimentos mistos. O Brasil conservou uma enorme riqueza, mas a tem destruído num ritmo inaceitável. Há casos que encorajam; em vários outros momentos, porém, parece que o país está escolhendo repetir na sua maior floresta o que fez com a mata do litoral.

Fica-se com a impressão, ao atravessar as páginas do livro de Warren Dean sobre a Mata Atlântica, que retomamos a mesma marcha da insensatez, agora na Amazônia. Se era para abrir espaço para a urbanização, a supressão de parte da vegetação nativa poderia ter sido realizada de outra forma, alavancando a produção de riquezas. E certamente foi insensato pôr a mata abaixo, fazendo terra arrasada e espalhando voçorocas, áreas degradadas, e instalando cidades sem as áreas verdes necessárias para o equilíbrio do clima e a qualidade de vida. Fizemos cidades impermeabilizando o solo e soterrando os rios e, assim, aumentamos os riscos de alagamento nas chuvas fortes e de escassez de água nas secas. As mortes se repetem a cada estação de chuvas; as secas nos ameaçam. A insensatez tem um alto preço.

• • •

Foi com o sonho de evitar a repetição da tragédia ambiental da Mata Atlântica que o agrônomo nascido na Paraíba Beto Veríssimo desembarcou com sua juventude e seu entusiasmo em Belém do Pará, em 1985. Hoje é um dos mais respeitados especialistas em Amazônia. É cofundador e pesquisador sênior do Imazon. A organização científica monitora a floresta com precisão e uma assombrosa base de dados. Ele é capaz de dizer a cada dois dias o que foi desmatado na Amazônia brasileira. Os computadores do seu instituto baixam as imagens captadas pelos satélites da Nasa que circulam em torno da Terra. Ao final de um mês, eles compilam imagens de 16 passagens da Nasa sobre a Amazônia. Isso é resumido no dado mensal de aumento ou queda.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, faz o mesmo monitoramento, usando essa base de dados para produzir o número

oficial de desmatamento. Não há redundância entre Inpe e Imazon. Eles se complementam. O Imazon tem também longa tradição de orientar políticas públicas. Se algum fato grave acontece, ele informa aos órgãos que lutam contra a destruição da floresta. Numa das entrevistas que fiz para este livro com Beto Veríssimo, no Imazon, perguntei, para ter noção da dimensão da nossa riqueza:

— Qual país no mundo tem tanta floresta tropical quanto o Brasil?

— Ninguém tem. O Brasil é, disparado, o país que tem mais floresta tropical — afirmou, taxativo, e despejou sobre mim um volume amazônico de dados.

O mundo tem 1 bilhão de hectares de florestas tropicais, metade é a Amazônia. Do total das florestas tropicais do mundo, 35% estão no Brasil. Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Suriname e Guianas dividem outros 15%. No Brasil, alguns estados têm dimensão de país. O estado do Pará, sozinho, é maior do que a Bolívia ou a Colômbia. Se compararmos com a Europa, o Pará é do tamanho de Espanha, França e Itália, somadas. A Venezuela é do tamanho de Mato Grosso. O Amazonas equivale à Indonésia, que é o segundo país com mais floresta tropical — algo como 13% do total. Uma diferença gritante entre o país asiático e o estado brasileiro: em 1,7 milhão de quilômetros quadrados do território da Indonésia vivem 220 milhões de habitantes; o Amazonas tem 3 milhões de habitantes. Beto gosta de repetir uma frase perfeita:

— Os brasileiros não conhecem a Amazônia, mas ela é o passaporte para o nosso futuro.

Maior, mais preservada, mais bem-monitorada, com forte diversidade étnica, a Amazônia brasileira é o palco da grande luta para civilizar o desenvolvimento do Brasil. No rastro do desmatamento da floresta caminha o crime. Vários crimes. Grilagem, destruição do patrimônio natural, trabalho escravo, assassinatos em disputas de terra estão sempre juntos. É uma espécie de consórcio de crimes.

Há também histórias animadoras de formação de alianças modernizantes, cuja trilha venho seguindo. O futuro chega assim. Ele dá sinais antecipados de que tenta entrar em cena por meio dessas coalizões entre a informação científica, órgãos de repressão e

lideranças políticas e empresariais modernas. No Pará, uma aliança começou na cidade de Paragominas, que depois virou um movimento, o dos municípios verdes.

Numa das viagens que fiz à Amazônia para colher subsídios para este livro, vi o primeiro sinal de um fato que seria confirmado pelo governo 15 meses depois. Ele é revelador das duas lógicas: a do desmatamento e a da luta pela preservação.

Nos dez primeiros dias de agosto de 2012, os computadores do Imazon mostraram novos focos de desmatamento em alguns pontos da região, principalmente na Floresta Nacional de Jamanxin, no sul do Pará. O Imazon imediatamente informou ao Ibama local, ao Ministério Público do Pará e ao governo do estado. Eles se organizaram e foram para a área que as imagens mostravam. Chegaram a tempo de ver o estrago. Em Jamanxin, naquele ano, foram derrubados 43 quilômetros quadrados de mata. Para se ter uma ideia, o município de Paragominas é do tamanho de Alagoas e desmatara um quilômetro quadrado naquele ano.

Nas estatísticas de desmatamento, o ano se calcula de agosto a julho. Em 2013, veio a conta daquele movimento visto desde o início pelo Imazon: ele crescera em 2013, depois de uma década de queda. O principal culpado fora o governo federal, embora os agentes do Estado tenham lutado contra a destruição. É interessante entender essa lógica para ver a complexidade do assunto. Nada é simples na Amazônia, nada é fácil no Brasil.

O erro foi que em 2011 o governo começara a admitir a revisão dos limites de Jamanxin. Diante da reclamação de alguns ocupantes ilegais, concordara em reduzi-los em 90 mil hectares; eles queriam diminuir em 400 mil, de um total de 1,1 milhão. Depois, por Medida Provisória, o governo Dilma Rousseff diminuiu o tamanho das unidades de conservação próximas ao rio Tapajós para construir hidrelétricas. As unidades de conservação são áreas públicas legalmente protegidas como os parques nacionais, florestas nacionais, terras indígenas e reservas.

Na Amazônia acontece como nos filmes de faroeste: quem pisca primeiro, morre. Toda vez que o governo aceita rever os limites de um território preservado, os ocupantes ilegais invadem novas áreas

para forçá-lo a aceitar mais fato consumado. Na época, o Congresso estava no meio da discussão sobre o Código Florestal, que dividia ambientalistas e ruralistas e acabou sendo aprovado com muitas concessões, inclusive uma anistia de grande parte do desmatamento já feito. Isso animou novos desmatadores.

As hidrelétricas do rio Madeira estavam sendo construídas. Mas eram feitas com muito dinheiro público, com custos crescentes, e foi preciso pôr a Força Nacional no canteiro de obras da usina de Jirau para controlar os trabalhadores. E a de Belo Monte, que era ainda mais polêmica, só teve sua licença ambiental expedida pelo Ibama após a demissão de dois presidentes do órgão. Os sinais que saíam de Brasília eram todos no sentido de construir as barragens a qualquer custo financeiro e ambiental.

A floresta ardeu durante todo o verão amazônico de 2012 em duas áreas: no sudoeste do Pará e no sudeste do Amazonas. Os seguidos alertas do Imazon foram negados em Brasília. O coração do crime estava em Novo Progresso, no Pará, e Apuí, no Amazonas. Em Apuí foi resultado da pressão de madeireiros e pecuaristas. Em Novo Progresso, onde fica Jamaxin, a oportunidade foi criada por obras e piscadas oficiais: o asfaltamento da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) e a decisão do governo de reduzir as áreas protegidas para tornar viáveis os projetos das hidrelétricas. Posto assim parece que a única forma de impedir a destruição é o governo não fazer qualquer obra. Não é isso. Novos empreendimentos serão feitos no futuro, mas é necessário prevenir a repetição da dinâmica já conhecida de que, atrás das obras, avança a destruição.

Foi pensando nisso que, no começo do governo Lula, a ministra Marina Silva foi ao gabinete do presidente para conversar sobre o asfaltamento da BR-163. O projeto ia começar. Marina convenceu Lula de que era necessário criar unidades de conservação ao longo de toda a rodovia, para impor um freio à dinâmica que leva ao desmatamento das margens de qualquer estrada na Amazônia. Era uma tentativa de evitar o que sempre ocorrera em todas as rodovias abertas na região.

Olhando por cima, em sobrevoos, a gente pode ver o efeito das estradas. Elas desenham no solo uma espinha de peixe. Cada costela

que sai do osso central é uma estrada ilegal que vai para alguma área grilada. O projeto naquela época foi criar unidades de conservação e fortalecer as áreas protegidas. Jamanxin, por exemplo, foi criada em 2006.

O governo deu um passo sábio e não deu o seguinte. Colocou no papel e nunca implementou. No período Dilma, passou-se a desfazer o que havia sido feito nos governos anteriores, de Lula e Fernando Henrique. Medidas Provisórias para a redução de algumas áreas protegidas foram enviadas ao Congresso. Isso que, no jargão do setor, é conhecido pelo feioso nome de “desafetação” produziu uma “corrida ao ouro”. Nos governos Fernando Henrique foram criadas 81 unidades de conservação, ou 20,8 milhões de hectares; nos governos Lula, 77 áreas protegendo 26,8 milhões de hectares. No primeiro mandato de Dilma, foram anunciadas apenas seis unidades no total, três na Amazônia. Ao todo, 102 mil hectares. Só não foi pior que o general Ernesto Geisel, que não criou unidade alguma. Dilma anunciou suas três unidades na Amazônia apenas na campanha para o segundo mandato.

Os sinais dados pelo governo alimentaram a ganância do crime. O grileiro, sabendo que uma parte será “desafetada”, ocupa uma área ainda maior e vai tomando a propriedade pública. Normalmente, a grilagem trabalha na expectativa de que o crime não será punido ou de que ele pode ir construindo devagar a impressão de legalidade. O grileiro invade uma área, desmata uma parte, em geral perto de uma estrada, e instala no local alguém como “laranja”. Explora diretamente com gado. No início, põe algumas cabeças só para fazer de conta que é área produtiva. Depois começa a pedir documentos estaduais.

Alguns pagam impostos e taxas. Com um documento aqui, uma guia ali, impostos começando a ser pagos, escrituras frias obtidas em cartório, ele vai jogando com o tempo. Tudo começa a dar ares de legalidade ao que é fruto de crime. Quem for ao local encontrará um “laranja”, dificilmente o “dono”. Um dia a área é vendida para alguém que dirá às autoridades que o empreendimento estava ali há muito tempo e que ele comprou de boa-fé. Entidades de agricultores os defenderão, deputados e senadores ruralistas se mobilizarão para

brigar por seus interesses. E assim o grileiro privatiza o que é de todos e avança na destruição do patrimônio ambiental.

Antes de prosseguir, quero contar o que houve com aquelas informações captadas pelos computadores do Imazon, em agosto de 2012. A sensação que se tinha era de retrocesso e de se estar diante de uma nova corrida ao ouro na Amazônia. Os dados confirmaram depois que não era só sensação.

Nas proximidades da hidrelétrica de Belo Monte em construção, uma empresa canadense se instalara para explorar ouro de fácil acesso. Na Floresta Nacional de Jamanxin, os pecuaristas invadiam a terra pública, o crime se instalava em vários pontos seguindo quatro incentivos: o governo reduzia áreas protegidas para viabilizar hidrelétricas; o Código Florestal facilitava legalizar o que havia sido feito de forma ilegal; uma grande seca nos Estados Unidos elevava o preço da soja; os produtores, com dinheiro na mão, queriam mais terra.

A lógica econômica é implacável. Num ambiente assim aumenta a especulação. O grileiro corre risco quando invade terra pública, desmata, queima e coloca o gado. Custa caro. Ele precisa das chances de sucesso para arriscar. Se tudo der certo, ele vende para produtores de grãos ou de gado como terra já usada. Em seguida, procura novas áreas. Em alguns lugares circulavam rumores de descoberta de ouro e até diamantes. Isso atrai novos invasores. As hidrelétricas também atraem brasileiros de várias partes do país. Ao fim da obra, eles ficam por lá. Quem conseguiu poupar vai ficar, ocupando algum pedaço de terra.

Tudo isso estava invertendo a curva de desmatamento, que vinha caindo desde 2004. Os primeiros sinais da inversão foram repassados pelo Imazon ao Ibama do Pará naquele agosto.

— Não adianta sair assim ao léu procurando desmatamento. É preciso usar a tecnologia — me explicou Paulo Maués, do Ibama de Belém; ele faz parte de um novo grupo de funcionários do órgão, determinados a mudar a realidade.

O nome da cidade onde as imagens de satélite apontaram um foco era Novo Progresso, no sudoeste do Pará. Uma equipe do governo, Ibama, Polícia Federal, Secretaria de Fazenda, Secretaria do Meio

Ambiente e do Ministério do Trabalho foi para o local, numa operação com o sugestivo nome de Labaredas. Quando Paulo Maués, funcionário do Ibama desde 2007, desembarcou em Novo Progresso, no dia 13 de agosto de 2012, o fogo ainda queimava as árvores da Floresta Nacional de Jamanxin. Se uma área é declarada Floresta Nacional significa que é protegida. Não pode ser comprada, vendida, ocupada nem desmatada. É terra de todos, mas nela os criminosos entram como se fosse terra de ninguém.

— Achamos também os documentos mostrando que eles tinham programado derrubar 4.500 hectares dentro da Floresta Nacional de Jamanxin. Como é possível uma coisa dessas? É propriedade do povo brasileiro, como é que alguém acha que pode entrar, derrubar tudo e tocar fogo? — espanta-se ainda Paulo Maués.

Nessa viagem, houve momentos de tensão, principalmente numa noite em que funcionários públicos desarmados aguardavam no meio do mato a chegada da polícia, correndo risco de emboscada. Enquanto isso, em Brasília, o governo admitia negociar com os ocupantes ilegais a revisão das fronteiras das unidades de conservação. Essa dualidade, do próprio governo, existe em toda a Amazônia. A parte do Estado que tenta chegar ao criminoso se depara com dificuldades.

— Quem desmata é o trabalhador de alguém que às vezes foi contratado por uma terceira pessoa. Eles são tão vítimas quanto o país, que perde uma riqueza coletiva apropriada por uma pessoa — disse Maués.

Em um dos flagrantes em Jamanxin, foram localizados 800 hectares que tinham acabado de ser desmatados. No local, foram encontradas 47 pessoas trabalhando sem respeito aos mais elementares direitos trabalhistas. O quadro tinha todas as características de trabalho análogo ao escravo. Pessoas trazidas de longe, mantidas em local do qual não se consegue sair e exploradas pelo sistema de dívida contraída com o empregador.

O paraense Paulo Maués comandou a operação em que também atuaram fiscais da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Foi quando o Ibama invejou a força das leis trabalhistas.

— Eu fiquei sonhando com o dia em que a lei ambiental seja tão

forte quanto a Justiça do Trabalho. Eles simplesmente agem ali na hora. Abriram uma pasta cheia de carteiras de trabalho. No início, os trabalhadores ficaram desconfiados, mas os fiscais foram explicando: “Rapaz, você não pode beber essa água nem dormir nessas condições, você pode contrair doenças. Não tem que pagar pelos instrumentos de trabalho. Tem dinheiro a receber. Essa dívida não existe”. Aos poucos, os homens vão confiando e contam tudo. Normalmente aquelas pessoas não iriam se indispor com os patrões indo ao Ministério do Trabalho, mas é diferente quando a autoridade está na frente deles. Vimos a lista de registro dos salários. Eles pagavam por um sabonete R\$ 7,00. Pagavam pela motosserra e pela gasolina da motosserra. Um salário que começava em R\$ 500,00 terminava o mês em menos R\$ 35,00. O trabalhador ficava devendo esses R\$ 35,00.

Esse truque é velho, velho. Adolescente, lia horrorizada a descrição dessa mesma artimanha de aprisionamento nos armazéns das fazendas de cacau nos livros de Jorge Amado. Como o escravagismo pôde resistir tanto? Os fiscais foram calculando o que cada um tinha a receber, obrigavam a assinar as carteiras com datas retroativas e mandavam pagar ali na hora. Depois, os trabalhadores foram retirados do local. Como sempre, há risco de que caiam numa outra cadeia da ilegalidade mais adiante.

Em geral, quando acontecem esses flagrantes, o Ibama denuncia ao Ministério Público, que, às vezes, demora a tomar conhecimento e pedir a prisão do responsável. Daquela vez, Maués fez o relatório, redigiu uma denúncia-crime, digitalizou e enviou para o Ministério Público em tempo real. Ele sabia onde cairia o documento. Na mesa do procurador Daniel Azeredo, que imediatamente pediu a prisão preventiva do produtor que invadira a área pública e protegida. Mas o juiz de Santarém, no Pará, negou.

Nem tudo funcionara como planejado numa reunião que os agentes do Estado haviam feito no início daquela temporada. Já se sabe como o crime avança, por isso o combate a ele também pode ter sua estratégia. A coordenação que eles demonstraram dissuadiu muitos criminosos. Tudo foi rápido porque eles agiram em rede. A informação do foco de desmatamento foi captada pelos computadores

do Imazon repassada aos órgãos públicos de repressão, que organizaram a operação imediatamente. No Ministério Público, a informação encontrou a equipe de Azeredo disposta a agir rápido.

No fim de 2013, saiu a estatística daquele ano. E foi desanimador. O aumento fora de 29%. Naqueles 12 meses que representaram o ano de 2013, as máquinas não pararam de destruir nem nas chuvas de dezembro a março. Segundo Beto Veríssimo, era a tentativa de enganar o satélite, porque na época chuvosa a grande quantidade de nuvens impede a visibilidade. Assim, há menos chance de se dar o alerta.

— É mais caro desmatar na chuva, mas eles estavam se apressando porque sabiam que a situação estava favorável a eles.

Foi triste. No entanto, quem acompanhou a luta e conversou com quem tentava coibir o crime sabe que poderia ter sido pior. O governo de Brasília dava sinais contraditórios, mas vários funcionários de órgãos públicos e o Ministério Público estavam sinceramente envolvidos na luta para deter o crime. O que se aprende com esse caso é que há como vencer a guerra. É preciso combater a ambiguidade dentro do governo, fortalecer a rede que se forma na luta para preservar e abrir espaço para o futuro.

• • •

Nada funciona se não há lideranças locais, políticas e empresariais dispostas a mudar a lógica da destruição. Vi o início de uma dessas alianças em Paragominas, em 2008. Hoje o caso é citado como emblemático pelo avanço na luta contra o desmatamento. Paragominas inspirou outras cidades, como Alta Floresta, no Mato Grosso, onde fui conferir esse avanço em 2012. Lá constatei a importância da Embrapa nessa coalizão para a introdução de novas práticas de produção mais eficientes. Agora Alta Floresta começa a ser procurada por municípios próximos. As duas cidades viraram exemplos de preservação depois de terem chegado ao extremo oposto, de símbolos de destruição.

O que vi em Paragominas era o meio do caminho entre a Amazônia da velha ordem e a que quer o progresso em novas bases. A cidade fica às margens da Belém-Brasília e a 300 quilômetros da capital do Pará. Chegou a fornecer, nos anos 1980, 15% de toda a madeira consumida no país, num ritmo frenético que derrubava mais de 1 milhão de árvores por ano. Desmatou-se 45% do município.

Em maio de 2008, quando fui a Paragominas, vi o começo da transição que acabou sendo bem-sucedida, embora o cenário naquele momento fosse desordenado e caótico. A cidade ainda desmatava muito, no entanto o então prefeito, Adnan Demacki, garantia ser possível o que parecia improvável: transformar o município num modelo de preservação. Duvidei. Ele havia iniciado a costura da aliança que derrubou o desmatamento, mas a cena, para um visitante, era ainda de uma terra sem lei. Madeireiras ilegais acumulavam madeiras nobres em seus pátios. Andei sobre aquelas enormes toras com a sensação de caminhar sobre corpos. O biólogo Paulo Amaral, do Imazon, foi identificando:

— Esse é um ipê. Aquela é um jatobá. Essa aqui é uma maçaranduba.

Troncos enormes de espécies raras estavam empilhados no pátio da Madeireira Semadal. A Polícia Federal estava em uma operação à qual deu o nome de Arco de Fogo. Ela havia começado na cidade vizinha de Tailândia e se estenderia a outros municípios. Os agentes, desconfiados, não queriam a imprensa por perto, ainda mais uma jornalista da área econômica que, na visão deles, só poderia ter ido lá para defender o lucro dos produtores.

Quando chegamos à madeireira, os agentes estavam em cima de um morro que ficava ao lado das máquinas da serraria. Subimos, eu e a equipe de TV, para convencê-los a gravar uma entrevista. Enquanto subia o morro, fui sentindo uma sensação estranha sob meus pés. O solo era mole. Perguntei o que era aquilo e descobri que pisava não sobre um morro qualquer, mas em um monte de cinco metros de altura e 20 de largura de pó de serra acumulada. Aquilo era a prova de que a madeireira serrara árvores da Amazônia em ritmo intenso.

Como nada tirava a Polícia Federal de sua desconfiança em relação a nós, única equipe de imprensa ali naquele momento,

fizemos campanha perto do local onde os policiais tinham montado sua tenda. Às duas da tarde daquele dia, as blazers e as picapes pretas da PF saíram em disparada para outro flagrante. Corremos atrás da comitiva. Eles pararam em uma carvoaria ilegal. Fornos clandestinos queimavam madeira nobre usando trabalhadores trazidos de outros lugares do Brasil. Quando o Ibama e a Polícia invadiram o local, na periferia de Paragominas, labaredas e fumaça saíam dos fornos. O descampado tinha um ar de inferno. No meio da fumaça, respirada pelos trabalhadores, era possível ver a fronteira entre a carvoaria e uma enorme plantação de soja.

A W.M. Carvoaria existia legalmente. Tinha notas fiscais. Mas era tudo uma capa fina. A autorização era para dez fornos. Havia 180 queimando madeira. Os troncos que queimavam eram finos, de árvores jovens. Queimava-se o futuro da floresta. A autorização e as notas fiscais eram a forma de esquentar madeira ilegal e dar uma aparência de normalidade ao crime ambiental. Na Amazônia, muito crime tem a capa de legalidade.

Ao ser perguntado, um dos trabalhadores disse se chamar José João, assim mesmo, sem sobrenome. Tinha visíveis sinais de pobreza extrema, era negro, informou ser do Maranhão, olhava para o chão enquanto falava baixo. Garantia nada saber, nem mesmo quem era o empresário para o qual trabalhava. Não entregaria nenhum nome, ou por não saber ou por ter noção de que a imprensa e a polícia estavam de passagem. Sabia que, do flagrante, sairia com compensações trabalhistas. “Agora vou pra casa”, murmurou. O dono e o gerente não estavam presentes. Havia apenas uma pessoa que se dizia “amigo do gerente”.

Alguns empresários apoiavam o prefeito de Paragominas na ideia de costurar o pacto pela modernização da cidade. Eles estavam no meio da travessia de suas convicções. Começaram suas atividades empresariais desmatando, fizeram riqueza e agora estavam ouvindo que precisavam se unir para deter o desmatamento.

A gravação das entrevistas com as principais lideranças de Paragominas nessa reportagem de 2008 foi num parque central, para aproveitar a luz natural. Nas gravações, eles repetiram várias vezes a palavra mágica “sustentabilidade” e juraram que não eram mais o que

havam sido. Na longa conversa que se estendeu até o anoitecer, as contradições foram se revelando e eu fui confirmando minhas dúvidas.

Entre eles, dois mostraram conceitos mais atualizados. O pecuarista Mauro Lúcio tinha sempre na cabeça um enorme chapéu à moda texana e em seu cinto reluzia uma gigante fivela prateada. Parece fantasiado. O outro, mais jovem, Justiniano Neto, herdeiro de propriedades na região e disposto a inovar na forma de tocar o negócio, tinha o rosto e as atitudes de um moderno executivo. Hoje Mauro Lúcio é citado como exemplo por ter uma alta produtividade na sua atividade pecuária e por respeitar os limites de 80% de floresta como reserva legal, fato raro na Amazônia. Justiniano assumiu em 2011 a recém-criada Secretaria de Municípios Verdes do Pará com a missão de replicar aquela experiência. Naquela conversa, no entardecer no Parque de Paragominas, o que se via era uma elite empresarial cheia de ambiguidades.

Reencontrei Adnan Demacki, o prefeito de Paragominas, em 2012. Ele estava terminando seu segundo mandato. Já tinha se transformado num símbolo de liderança modernizante do interior da Amazônia. Disse que eu ter duvidado tanto das suas palavras no primeiro encontro ofendera-lhe os brios, todavia admitiu que havia razões para dúvidas. A luta entre desmatadores e os que queriam preservar ficara mais violenta nos meses seguintes. Um dia a sede do Ibama amanheceu pegando fogo. Fora um incêndio criminoso. Era um recado para que se abandonasse aquela conversa sobre cidade verde. Mas ela prosperou.

Paragominas é um caso no qual se pôde ver a atuação dessa aliança que empurra para o lado luminoso. Chegou a ser incluída na lista dos municípios que mais desmatavam, perdeu o financiamento dos bancos públicos dos quais dependia. Ela exporta pisos de madeira e passou a ter problemas com os clientes na Europa. A Polícia Federal chegou com suas ações de repressão quando estava começando o pacto pelo desmatamento zero. Lutou para sair da lista, porque estar nela era um obstáculo ao seu crescimento econômico.

Hoje Paragominas diminuiu drasticamente a destruição florestal, tem desenvolvido projetos que conciliam produção e preservação,

virou marca e símbolo. Tudo parece fácil depois de feito, mas a transição foi uma briga complexa e difícil. E esta é uma luta que não acaba.

Alta Floresta, ao norte de Mato Grosso, seguiu os passos de Paragominas. Foi onde desembarquei em 2012. Lá constatei que estava sendo travada a mesma luta entre forças contrárias. Uma aliança modernizante se formou e o grupo adversário também se uniu. Para entender o motivo pelo qual vale a pena conservar é preciso deixar a floresta capturar seus sentidos. Por isso quero fazer aqui um pequeno intervalo.

O que se sente dentro de uma árvore que pode ter 500 anos? Entrei na sumaúma que fica perto de Alta Floresta, no portal da Amazônia, com respeito e emoção. A sumaúma, para quem nunca viu, tem na base do seu tronco umas cavidades formadas pela maneira como ela cresce: se afastando e se reencontrando consigo mesma. Lembra o Brasil, que ora se distancia, ora se aproxima do seu destino de país afortunado. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro há uma, onde Tom Jobim gostava de ficar. A que eu vi em Alta Floresta tem uma circunferência várias vezes maior. Suas cavidades no tronco eram verdadeiros cômodos.

Entreí na árvore para gravar uma passagem e a chamada para uma reportagem do *Bom Dia Brasil*. Gustavo, que era editor executivo do telejornal, me ajudou a entrar, me segurando com as duas mãos para evitar que eu caísse. Eu fui até o fundo da cavidade para ficar fora do alcance da câmera.

— Quando eu disser “vai” você começa a falar aí dentro e vem caminhando até aparecer. A câmera vai estar em você.

Eles demoraram a acertar o equipamento e o ângulo de gravação e eu fiquei lá dentro só sentindo a árvore. Foram minutos emocionantes aqueles em que eu esperava e passava a mão nas paredes internas da árvore, que poderia ser velha como o Brasil, e pensava na brevidade da minha vida. No “vai” do Gustavo, eu andei e contei, em poucos segundos, que estava dentro de uma sumaúma no meio da floresta amazônica e que aquela árvore tem a propriedade de conservar água nas cheias e liberá-las na seca, fundamental, portanto, nesses tempos de mudança climática em que a água será um recurso escasso.

Ao sair, não precisei da mão estendida do colega. Lépida, subi na borda da cavidade e pulei no solo da Amazônia, como se a árvore tivesse passado para mim a energia da juventude. Aquela sumaúma é uma sobrevivente. Ela está a poucos quilômetros da área urbana. Poderia ter sido derrubada na devastação que avança sobre a região. Em 20 anos, entre a Rio-92 e a Rio+20, o Brasil desmatou 326 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica. Isso equivale ao território dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, somados. Tombaram, aproximadamente, 5 bilhões de árvores adultas. As contas foram feitas pelo engenheiro florestal Tasso Azevedo.

Alta Floresta, terra daquela centenária sumaúma, tem boas e tristes histórias para contar. Assim como o Brasil. Passou por vários ciclos econômicos destruindo a mata a ferro e fogo. Primeiro, o garimpo, depois a madeira, por fim o gado e a soja. Nos anos 1970, quando o governo militar entregou para grupos privados extensas áreas para a colonização, nasceram vários municípios na região. Entre eles, Alta Floresta.

De terra com água abundante jorrando em suas mais de 6 mil nascentes, a cidade ficou sem água em 2010. A seca daquele ano exibiu o estrago feito no desmatamento em torno das fontes. De município que achava que fazia jus ao nome, Alta Floresta entrou na lista vermelha dos que mais desmatavam. Financiadores começaram a se retrair, parcerias internacionais com empresas locais foram desfeitas, mas foi a escassez da água, antes abundante, que acordou a população.

Em movimento coordenado por uma ONG, a Centro de Vida, uniram-se a prefeitura, os empresários, os moradores, o Ibama e a Embrapa, num reencontro de Alta Floresta com sua natureza. As nascentes foram identificadas, isoladas e protegidas. Produtores começaram a fazer o lento e burocrático trabalho de regularização fundiária e ambiental de suas terras. Novas técnicas de produção foram estimuladas pela prefeitura, por ONGs e pela Embrapa, para aumentar a produtividade unindo lavoura, pecuária e floresta. Áreas de vegetação natural passaram a ser recuperadas. Em junho de 2012, durante a Rio+20, saiu uma notícia no *Diário Oficial*: Alta Floresta estava oficialmente fora da lista dos municípios que mais desmatam

na Amazônia.

Entender as lógicas do desmatamento e da modernização é importante para se antever vitória ou derrota. A história do futuro da biodiversidade brasileira é uma colcha de retalhos de sagas particulares e públicas. É feita por um casal globalizado que volta às raízes para plantar uma floresta, um pioneiro que entra no mato para defender criaturas ameaçadas e encontra a ciência mundial, funcionários públicos dedicados, militantes ambientalistas, autoridades dispostas a impor a força da lei, uma cidade que se mobiliza por uma causa.

Na Amazônia, o futuro surge no meio dessas lutas típicas das áreas de fronteira. Pela terra se mata e se morre. Consórcios se formam em torno para espalhar o crime. Novas alianças tentam atualizar o modelo de crescimento. A luta entre passado e futuro se trava agora. E ela é de enorme complexidade. A melhor maneira de chegar à Amazônia é consciente da própria ignorância. Arquite suas certezas, abra bem os olhos, aguçe os sentidos e duvide ao pisar. A informação está presente em cada passo. O solo pode ser terra firme ou pó de serra; pode-se encontrar progresso ou atraso. Há uma sobreposição do legal com o ilegal. Há empresas bem constituídas, mas que têm parte da sua atividade na clandestinidade. Não está demarcada com clareza a linha que separa o futuro do passado.

O dilema com o qual o país tem se defrontado e que continuará a enfrentar nos próximos anos e décadas é mais complicado do que o conflito entre os grupos que desmatam e os que defendem a preservação. A linha divisória é mais tênue. A teia de interesses é confusa. Nem tudo é o que parece. As cidades em que lei e ordem se engalfinham lembram os filmes de faroeste, mas a realidade é mais ambígua do que a ficção de Hollywood.

• • •

Para entender melhor a cena atual e pensar no futuro é preciso voltar ainda mais no tempo. Quando os portugueses chegaram, a Amazônia

tinha 5 milhões de habitantes, mas era intocada. Houve momentos, como o ciclo da borracha. Houve projetos como a fábrica de automóveis imaginada por Henry Ford, em 1920. Os ciclos passaram e projetos fracassaram. Até o fim dos anos 1950, a floresta tinha perdido apenas 0,5% da sua cobertura original. Em 60 anos foram destruídos 19% da floresta, segundo dados do Imazon.

A pressão começou com a Belém-Brasília, no governo Juscelino Kubitschek, mas o governo militar estimulou ainda mais. Foram oferecidos gordos incentivos para quem derrubasse floresta. Financiamentos internacionais do Banco Mundial reforçaram essa guerra sem trégua à mata. Uma propaganda da época dizia que era preciso “vencer o inferno verde”. Em geral, os ideólogos do regime achavam que a Amazônia seria civilizada pela pata do boi e que alguns grandes projetos seriam a redenção da região.

A Zona Franca, em Manaus, atraiu indústrias, mas que ficaram localizadas como um enclave. Houve também tentativas de transplante de projetos como o Jari, que buscou implantar um polo industrial na região e fracassou. Enormes glebas eram distribuídas para quem desmatasse e levasse colonos para a ocupação da terra. Algumas hoje são cidades, outras são apenas terra degradada. O país nunca soube o que é exatamente progresso na Amazônia. A ocupação da terra na ditadura era guiada pela ideia de que a própria presença tinha valor estratégico. Os militares tinham dois medos. Da cobiça estrangeira e dos inimigos do regime. O segundo medo se acentuou com a Guerrilha do Araguaia. Aí começou a escalada de incentivo para a derrubada da mata.

Beto Veríssimo chama de Amazônia 1.0 a fase que vai de tempos imemoriais até JK, que manteve a floresta quase integralmente preservada. A fase 2.0 é a da ocupação desordenada, que começa no governo militar e perde força com o esforço recente de derrubar a taxa de desmatamento anual. Agora começa uma nova fase, a Amazônia 3.0, que tenta transformar a região em grande fornecedora de energia. Pode não ser melhor, mas tem uma lógica diferente.

Veríssimo criou a noção de “boom-colapso” para explicar o que acontecia nas áreas de crescimento da fase dois. Uma frente de obra, a abertura de um garimpo, um fator econômico abriam uma fronteira

nova. Isso atraía população e produzia riqueza momentânea, que vinha com alto grau de violência. Rápido como surgia, o crescimento se esvaía. Vinha então o colapso. Ficavam trágicos indicadores sociais, a terra degradada e a violência. A Amazônia nada ganhava com isso e o país perdia patrimônio de forma caótica. Mesmo assim o modelo sobreviveu à mudança política dos anos 1980. O regime militar acabou em crise econômica. A inflação estava em pleno salto. Seria domada pela persistência de uma década de luta. O Tesouro estava exaurido, as contas públicas em desordem e o país não conseguia pagar a dívida externa. Nessa penúria, a convicção geral era de que não haveria mais dinheiro para financiar e o desmatamento cairia naturalmente. E ele aumentou.

— Quando cheguei aqui ninguém escutava argumento — contou Beto Veríssimo. — A Amazônia estava polarizada, com todos gritando uns com os outros. Criamos o Imazon para documentar, pesquisar, oferecer argumentos racionais e alternativas. Nunca acreditei que o desmatamento cairia por si, e, de fato, ele continuou aumentando mesmo na crise do governo Sarney. Os créditos foram cortados, sim, não porque o Brasil se convenceu de que aquele modelo estava errado, mas porque não havia dinheiro mesmo. As pesquisas mostraram que o modelo de financiamento tinha mudado. A própria madeira passou a ser a fonte do dinheiro. O grileiro ocupava uma área, vendia a madeira, formava o pasto, colocava o boi e vendia terra que não era dele. Em seguida mudava para recomençar o ciclo em outra parte da floresta. Uma estupidez a destruição do patrimônio natural com exploração ilegal de madeira e a violência associada a isso.

E a escalada da devastação continuou. O crescimento econômico após o Plano Real produziu o maior índice de destruição num único ano: 29 mil quilômetros quadrados. Esse hiperdesmatamento assustou o governo, que decidiu contra-atacar. Foi elevada para 80% a área de cada propriedade na região que tem de ser mantida preservada. Além disso, o governo criou novas unidades de conservação. Era uma forma de evitar que o bem público fosse privatizado pelo poder de armas e do dinheiro ilegal. O desmatamento caiu, mas voltou a subir e teve o segundo pior ano em 2004, com 27 mil quilômetros

quadrados.

O governo Lula contra-atacou da mesma forma que o anterior, e com mais força. Aprofundou a decisão de criar áreas protegidas. Isso ocorreu no período de Marina Silva como ministra do Meio Ambiente. Florestas nacionais, parques, reservas extrativistas foram sendo criados por toda a região. Terras indígenas, demarcadas. Assim o governo foi vacinando as áreas críticas. Funcionou: o desmatamento caiu novamente. Iniciou programas que continuaram dando fruto até depois que Marina deixou o governo.

Depois veio o retrocesso. Os projetos deixados por Marina Silva foram engavetados pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A decisão do presidente Lula de entregar a Amazônia a Mangabeira Unger, que ocupava a Secretaria de Assuntos Estratégicos, deixou o meio ambiente à deriva. No entanto, as alianças que haviam se formado em torno de alguns projetos da ex-ministra do Meio Ambiente eram tão fortes que continuaram.

Aquele alerta de que tudo poderia voltar a piorar, em agosto de 2012, movimentou funcionários locais do Ibama, como Paulo Maués, e o Ministério Público estadual, mas foi ignorado, desmentido e menosprezado em Brasília. Resultado: em novembro de 2013 o governo teve que admitir que o desmatamento naquele ano havia aumentado. Se tivesse agido ao primeiro sinal, isso não teria ocorrido. Foi o preço da negligência.

Depois do susto, houve queda nos primeiros meses, mas, em seguida, a destruição voltou a acelerar nos meses perto da campanha eleitoral de 2014. Em 2015 os computadores do Imazon continuavam detectando aumento da derrubada da floresta. O governo escondeu os dados de alerta, captados pelo sistema Deter, até o fim das eleições.

Em nenhum tema o governo é o único condutor da mudança de atitude. Ao contrário, na maioria das vezes ele é empurrado. Algumas alianças contra o desmatamento surgiram no combate a males específicos, como o carvão ilegal, o trabalho escravo, a pecuária ilegal. A soja em área desmatada. Alguns movimentos resultaram em pactos modernizantes, apesar de nem todos terem contado com a participação do governo. Uma das mais notórias alianças é a que tem lutado pela carne legal, denunciando os frigoríficos cuja cadeia

produtiva inclui fornecedores que usam trabalho escravo, ocupam terra indígena ou grilam terra pública. O cruzamento de dados, flagrantes dos órgãos públicos e denúncias do Ministério Público permitiram compor a lista dos infratores e seguir seu rastro pela cadeia produtiva.

Quando o Greenpeace fez a primeira denúncia com abundantes provas de que os grandes frigoríficos compravam bois produzidos pela cadeia do crime, as maiores cadeias de supermercado ameaçaram boicotar os frigoríficos denunciados. Os importadores da carne brasileira começaram a escolher fornecedor. Os frigoríficos tiveram que assinar um pacto contra a ilegalidade. O Ministério Público, por sua vez, havia lançado um programa pela Carne Legal, fazendo investigações e denunciando os elos dessa cadeia. Mesmo assim, algumas empresas não cumpriram o que haviam assinado. Perguntei ao presidente da líder do setor, que fora notificado pelo Ministério Público por comprar produto ilegal, por que motivo ele corria o risco de perder reputação e clientes insistindo em comprar boi de fazendas embargadas pelo Ibama e até com denúncia de trabalho escravo. Ele respondeu:

— Se a minha empresa não comprar o bicho, alguém compra.

Publiquei esta e outras declarações em 2012, com o nome do empresário, Joesley Batista, presidente do JBS, o maior produtor de proteína animal do mundo e sócio do BNDES. Ele acabou mudando de ideia quando a pressão dos compradores e do Ministério Público aumentou. Seu grupo tinha muito a perder. Já era o maior frigorífico do mundo. O banco não tinha na época maiores preocupações com o tema, mas, como gestor do Fundo Amazônia, formado com doação do governo norueguês, não podia ser tão descuidado. O JBS assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público da Amazônia e começou a atualizar sua prática. Depois passou a fazer disso um marketing, apresentando-se como sustentável. O Brasil tem mudado dessa forma. Sob pressão.

É trabalhoso proteger a biodiversidade. É caro preservar. Para avançar foi preciso usar tecnologia de monitoramento, mobilizar forças policiais de repressão, criar áreas de preservação, usar toda a força do Estado, publicar reportagens, convencer o setor privado,

formar lideranças políticas, ameaçar, constranger, punir. Pessoas morreram por isso: Chico Mendes, irmã Dorothy Stang. Tantos outros, conhecidos e anônimos, caíram em defesa da floresta. Para que o país faz tanto esforço?

Há várias respostas. A mais abrangente é que o Brasil quer se organizar. Isso faz parte do projeto do que queremos ser. Existem respostas objetivas e setoriais. A floresta é um banco genético que pode ser, no futuro, uma riqueza inestimável, quando precisarmos de princípios ativos que ainda desconhecemos mas que vão se transformar em remédios, cosméticos, soluções químicas para produtos a serem oferecidos ao mercado ou para problemas que surgirem para a humanidade.

Há os que dizem que a floresta tropical deve continuar em pé porque ela presta serviços ambientais para todo o planeta. É na Amazônia que nascem as nuvens que farão chover no Sudeste e no Centro-Oeste. São os “rios voadores”: as nuvens se movem na direção das áreas onde precisam se precipitar para florescer. Tem sido seriamente estudado esse fenômeno da umidade da floresta que se transforma em vapor, viaja e alimenta a precipitação de chuvas no Sudeste. Pode-se argumentar, com razão, que se ela é assim tão valiosa para o Brasil e o mundo por que ninguém paga pelos serviços ambientais?

É exatamente esse debate que marcará as próximas décadas e, em algum momento, a região receberá pelos serviços ambientais que a floresta presta ao país como um todo. Mas o ganho futuro parece abstrato. A lei econômica prefere o lucro imediato da derrubada da mata.

• • •

Do ponto onde estamos, os especialistas olham para a frente e veem alguns cenários. É possível ver o futuro da floresta. Sua derrubada pode voltar a subir por conta da construção das hidrelétricas e das atitudes displicentes do governo. Quando se desfaz o canteiro de

obras, ao fim do projeto, milhares de trabalhadores saem, em sua maioria, atrás de terra para se estabelecer. Isso eleva a grilagem e a derrubada da mata. Cada retrocesso, como o de 2013, é uma vergonha para nós e um embaraço internacional.

Nos próximos anos, até 2020, o país tem que reduzir mais ainda o desmatamento, mas o que deveria almejar é levá-lo a zero:

— Essa queda final até o ponto do desmatamento líquido zero é o mais difícil de fazer — avisa Beto Veríssimo.

O desafio é gigante. Só para citar um exemplo. Belo Monte é a mais polêmica das hidrelétricas construídas na democracia. Ela está instalada em Altamira, no Pará, e provocou na cidade uma explosão populacional. O município tem um território quase do tamanho do Paraná. A logística é tão estranha que, às vezes, é preciso sair de Altamira e serpentear por vários outros municípios apenas para chegar a Altamira. Não há linha reta naquele mundo sinuoso. A cidade tem um distrito, onde o desmatamento explodiu nos últimos tempos, chamado Castelo de Sonhos. Ele fica a 1.200 quilômetros da sede, distância como a que separa Brasília de São Paulo.

As obras das hidrelétricas seguiram o mesmo modelo velho de Tucuruí, também no Pará: instalar um enclave. A frente atrai trabalhadores que se aglomeram no canteiro de obras aos milhares. Depois, desempregados, eles se fixam na região. Alguns empreendimentos já começaram a preferir quem já mora perto. Mesmo assim, os canteiros têm cenas de barbárie. Confinados no local de trabalho, longe de tudo, de repente os trabalhadores enfurecidos se revoltam. Em alguns casos, há quebra-quebra. No resto do país, pouco se sabe da verdade desses canteiros. A imprensa nunca se instalou por lá com suas câmeras e seus repórteres. Fica caro, os jornais estão cortando gastos nesses tempos digitais.

Mas há avanços. Nas áreas de construção das hidrelétricas do rio Madeira, por exemplo, um dos cuidados foi evitar surtos de malária. Quem planejou a prevenção foi o renomado cientista Luiz Hildebrando Pereira. Numa entrevista que me concedeu, em 15 de março de 2012, dois anos antes do seu falecimento, ele disse que o governo e os empreendedores não fizeram todo o trabalho recomendado, mas evitaram o pior. Estão programadas outras obras

para locais mais remotos, em áreas de mata totalmente fechadas, em que o perigo para os trabalhadores e a floresta é ainda maior.

Imagine que dê certo o projeto de transformar a Amazônia em um grande fornecedor de energia para o Sudeste. Haverá mortes, dinheiro público irrigando consórcios, custos subsidiados de forma nada transparente, novas frentes de desmate abertas. As investigações anticorrupção mostraram os desvios. Tudo isso sem que o país pudesse debater se todos esses riscos eram necessários. Os parques eólicos cresceram impondo-se à má vontade do governo. A energia solar foi ignorada, apesar de todas as vantagens que apresenta. Diziam que era cara. Custaria bem menos do que alguns dos projetos subsidiados. Mesmo quando as usinas estiverem funcionando a plena carga, com as linhas de transmissão levando luz para os maiores centros de consumo, restará uma dúvida: o que vai acontecer com os estados fornecedores de energia? Eles estão pagando um preço alto em aumento da violência e novas demandas sobre as políticas públicas. O que receberão de volta? Hoje o imposto estadual da energia é cobrado no destino. Ou seja, quem usa a energia é que arrecada. A energia produzida no Pará pagará imposto em São Paulo. Que chance um modelo tributário desequilibrado assim tem de não causar conflito federativo? Zero.

Há outro nó entalado na garganta da região, que é mais forte no Pará. A Lei Kandir, de 1996, tirou o imposto estadual que era pago pelo exportador de matérias-primas. A intenção era aumentar a competitividade do Brasil. Calculou-se na época o que os estados perderiam. O governo federal prometeu compensar. Aí veio o *boom* do minério. Puxado pela China, o preço do produto deu um salto ornamental. Se nada tivesse sido desonerado, o Pará teria ganhado uma fortuna. Quem ficou com todo o lucro extraordinário do aumento de preço foram as mineradoras, principalmente a Vale. Esse tema estará na mesa daquela reunião da qual o Brasil tem fugido: a da reforma tributária.

Nas últimas décadas, o avanço da ciência aplicada tornou a Amazônia visível. Redes eficientes de monitoramento, oficiais ou independentes, vigiam a floresta em tempo real. A sociedade se organizou de uma forma sem paralelo nas regiões tropicais. A

modernidade tecnológica permite que o Brasil tenha uma capacidade maior de proteger sua floresta do que a maioria dos outros países tropicais.

Há casos isolados de bom desempenho, como Costa Rica, mas seu território é pequeno. Os países com fatias grandes de floresta tropical e os nossos vizinhos não têm a rede de monitoramento que o Brasil possui. E como não haverá uma solução para a Amazônia brasileira isoladamente, redes dos países amazônicos, oficiais ou não, começam a ser montadas. Não é fácil. Os países de língua hispânica olham o Brasil com ambiguidade. Pelo destino comum, parece um irmão. Pelo tamanho geográfico e econômico, pode ser outro colonizador. Os hispânicos também olham uns para os outros com velhos travos. Cada um é um só. Mas o brasileiro não vê bem as diferenças. O risco de errar é grande.

Nosso monitoramento sempre pôde vigiar a Amazônia deles. Mesmo assim, órgãos oficiais e não governamentais costuram delicadamente redes para compartilhar informações. Não é simples. Numa reunião, em 2007, para dar início a uma rede de institutos independentes de cada país, o representante brasileiro gastou um minuto para se apresentar, os hispânicos se alongaram. Um deles precisou de 40 minutos para dizer quem era. A mesa era moderada por um economista americano que morava há muito tempo no Brasil. Ao fim das cinco horas usadas apenas na apresentação, ele concluiu:

— Vocês terão problemas.

Não tiveram. O Brasil tem um jeito de contornar conflitos com vizinhos. Será preciso redobrada habilidade no futuro, porque a vocação será testada. Vamos crescer e a ligação entre os países da América do Sul ficará mais intensa. O destino comum da Amazônia é eloquente. Se somarmos as regiões amazônicas dos países da América do Sul teremos 8 milhões de quilômetros quadrados. É quase um Brasil.

Até 2020, a região vai fazer escolhas importantes. A luta pela proteção continuará nos próximos anos, mas a cena sempre será como aquela dos filmes: se o governo piscar, o bandido atira primeiro. Mesmo com a mudança de mentalidade do país em relação ao meio ambiente e com o grande olhar eletrônico sobre a região,

ainda não está claro que o novo venceu na Amazônia.

Há lista de áreas de florestas ameaçadas de morte. Para vê-las, basta olhar o mapa dos pontos críticos onde a grilagem avança sobre terras públicas, arrastando consigo o trabalho quase escravo. Que ninguém se engane, o arcaico é tinoso. Ainda sobrevive no Brasil do século XXI. Mas há avanços que produzem saltos inesperados. Sempre se disse que era impossível organizar a questão fundiária na Amazônia, ou seja, saber quem é dono de que parte e legalizar a propriedade da terra. Como a especulação comandou o desembarque na região, o volume de documentos falsos é monumental. Há até graus diferentes de falsidade. Alguns são de fraude recente, outros de ilegalidade mais antiga e até os quase legais de tão velhos. O papelório é tanto, e tamanha a mentira, que uma frase tem sido repetida nos últimos anos: se fossem verdadeiros todos os títulos de propriedade da região seriam necessários quatro andares de Amazônia.

No esforço de combater o desmatamento seguiu-se uma lista de tarefas que têm puxado produtores para a legalização e denunciado o especulador, que mora em outra região do país alegando ser o legítimo proprietário do que não lhe pertence. O primeiro passo para organizar o faroeste foi fazer o Cadastro Ambiental Rural das propriedades. Depois foram sendo exigidos outros níveis de documentações e licenças. Em cada cidade em que se tentou combater o desmatamento esses passos começaram a ser dados. O resultado previsto por Beto Veríssimo é animador:

— A malha fundiária está se definindo, um assunto que parecia impossível de resolver. Hoje já se sabe cada vez mais quem é quem na terra. Em 2020, o país terá condições de saber mais ainda.

Muita gente tem trabalhado para se chegar ao desmatamento líquido zero até o fim da década. O Brasil se comprometeu em 2009 na COP 15 a reduzi-lo em 80%. Em 2004, o desmatamento havia sido de 27 mil quilômetros quadrados. Foi o segundo pior número depois dos 29 mil de 1996. Após o pico, ele sempre tende a cair, mas exige empenho. No governo Fernando Henrique, depois do susto, foi elevada para 80% a área a ser preservada nas propriedades da Amazônia; e foi aprovada a Lei dos Crimes Ambientais. No governo

Lula, após 2004, um trabalho duro, comandado pela então ministra Marina Silva, derrubou a taxa anual. Quando foi assumido o compromisso internacional, parte da meta já havia sido alcançada. A base da qual se partiu foi a média dos cinco anos antes do compromisso: 19 mil quilômetros quadrados por ano. O objetivo foi chegar a 3.300 quilômetros quadrados por ano em 2020. A taxa continuou caindo, até voltar a subir em 2013.

— Temos que estabilizar em uns 500 quilômetros quadrados e, ao mesmo tempo, recuperar a área degradada na mesma proporção anualmente. É isso que se chama desmatamento líquido zero. É possível, mas dá trabalho — disse Beto Veríssimo.

O país não pode se contentar com o que não seja o melhor. Tem que estancar a demolição do patrimônio natural. O risco é se acomodar com o que fez até agora e aceitar como normal uma taxa anual ainda alta. Na economia, o Brasil aprendeu que a convivência com a inflação acima de certo ponto é inviável. A meta internacional de 2020 significa aceitar que o Brasil destrua uma área equivalente ao dobro do território do município de São Paulo por ano. A meta só pode ser zero, incentivando o replantio e permitindo o corte de árvores através de planos de manejo verdadeiros. Será preciso imaginar alternativas econômicas e formas diferentes de organizar a economia. Essa tem que ser a meta para muito além de 2020.

Mais de 20 milhões de pessoas moram hoje na Amazônia brasileira. E há quatro vezes mais bois do que gente. O rebanho bovino já supera a marca dos 80 milhões de cabeças. Vai aumentar. Inexoravelmente. Há um enclave industrial em Manaus, a Zona Franca, que tem defensores e críticos apaixonados. A cada data fatal, o país tem decidido renovar os prazos das isenções dos impostos que a beneficiam. Quase toda a oferta futura de energia hidrelétrica, que está no planejamento governamental, virá da Amazônia. Com terra, sol e água, é inevitável que a região produza energia e alimento. Mas não está escrito que tem de ser da forma como tem sido. A conciliação entre produção de alimentos e oferta de energia com o meio ambiente pode escrever uma nova história no país. Tratarei disso em outros capítulos.

• • •

Os índios, parte indissociável da paisagem amazônica e do país, enfrentarão a segunda batalha mais decisiva de suas etnias neste século. A primeira foi no desembarque dos portugueses, e eles levaram a pior. O assunto é complexo, delicado, e está condenado a dividir opiniões. Mas ele se intercala com o tema da preservação.

Os índios tiveram até hoje, e terão ainda mais nas próximas décadas, um papel estratégico. Quem navegar visualmente pelos mapas digitais formados pelas imagens dos satélites não terá dúvidas de que eles prestam um serviço ambiental ao Brasil. São mais verdes, bem mais verdes, os territórios indígenas, e sua demarcação cria uma barreira ao avanço da ocupação descontrolada. Foi no começo do governo Lula, numa exibição dessas imagens pelo ambientalista João Paulo Capobianco e o engenheiro florestal Tasso Azevedo, que eu tirei minha teima.

Anos depois vi ao vivo o que vira nos mapas. Estava no pátio do Ibama em Sinop, Mato Grosso, com os funcionários locais, e observava os 40 tratores adaptados para o desmatamento que haviam sido apreendidos pelo órgão. Tinham sido apanhados em flagrante nos meses anteriores. A estratégia bem-sucedida que tem sido usada é a de descapitalizar o desmatador tomando-lhes esses bens que são caros. O grileiro usa o correntão para derrubar a mata. Trata-se de uma corrente grossa como a dos navios ligada a dois tratores. As máquinas avançam derrubando as árvores da forma mais estúpida possível. Depois vem outra irracionalidade: o fogo. É a maneira mais primitiva de destruição da fortuna brasileira. Os dirigentes do Ibama estavam me explicando isso, mostrando o que haviam apreendido, quando entraram dois índios no pátio. Eu me afastei e fui ver o que eles estavam fazendo ali. Eram de uma das etnias do Xingu. Tinham recebido um dos tratores como doação para a tribo. Com a ajuda do Incra, levariam o presente para a aldeia, a 200 quilômetros de lá. Perguntei o que eles fariam com o que tinham ganhado e eles contaram que iam abrir aceiros para proteger a mata. Aceiro é um sulco que se faz em torno da mata para impedir que o fogo alcance

as árvores.

Voltando o olhar para o futuro, fica claro que o país precisa urgentemente atualizar sua forma de ocupação e uso do solo. Mire, por exemplo, 2050. O sistema tributário brasileiro terá que mandar mais recursos para a Amazônia. A criação de gado terá que ser mais racional. Para fazer isso, a produtividade precisa aumentar. O Brasil está tão atrasado que será fácil. Hoje, a produtividade é de meio boi por hectare. Mas já há sinais de que isso está mudando.

Numa propriedade de 400 hectares que visitei em Alta Floresta, bastou a aplicação de técnicas ensinadas pela Embrapa de rotação do rebanho para a fazenda passar a ter quatro bois por hectare. Essa prática está sendo cada vez mais usada. Outro pecuarista, este dono de grande propriedade, o já mencionado Mauro Lúcio, de Paragominas, garante que seu empreendimento é de três a seis vezes mais produtivo que a média do Brasil e que tem seis bois por hectare. Na Costa Rica, são 16 na mesma área. A pecuária pode se enquadrar como parte da solução, mas o governo terá que reforçar o incentivo às boas práticas. Enquanto a porteira estiver aberta, o grileiro vai entrando, desmatando, queimando e cercando o que não é dele. O que é de todos. A pecuária de baixa produtividade só é lucrativa por causa da ilegalidade e do crime. Para ser eficiente terá que ser legal.

Em um horizonte mais amplo, ficará cada vez mais claro que a Amazônia presta um serviço ambiental ao planeta. A mudança do clima já está entre nós. Os cientistas do mundo sabem que se a destruição da floresta chegar a um ponto de não retorno, o planeta estará em risco. A morte da Amazônia será o *tipping point* da aceleração das mudanças climáticas. De alguma maneira, esse serviço terá que ser remunerado. A floresta regula o clima e guarda o carbono. Isso tem valor e terá preço.

A revolução biotecnológica pode criar oportunidades de transformar a diversidade biológica da Amazônia em produtos efetivos, mas isso exigirá educação de qualidade em todos os níveis e muito investimento em pesquisa pura e aplicada. Do banco genético da maior floresta tropical do planeta quase nada se sabe.

Nas próximas décadas, haverá o acirramento da luta em torno da Amazônia em várias frentes. O agronegócio, a energia, a mineração

vão querer partes maiores desse território. Áreas de conservação e terras indígenas vão estar no centro da disputa. O Estado terá que ser mais forte e a sociedade, mais sábia e mais capaz de influenciar as escolhas das políticas públicas. A atuação governamental na Amazônia não poderá mais ser ambígua. As forças do governo que entendem que é preciso proteger o bem público e comandar essa ocupação sob o império da lei precisarão ser mais impositivas do que a aliança que une o crime a uma parte das empresas formais e a alas do Estado.

Há momentos de desânimo, como no dia 21 de janeiro de 2014, quando uma operação da Polícia Rodoviária Federal flagrou em Bragança Paulista, a pouco mais de 100 quilômetros de São Paulo, carvoarias em que trabalhadores, inclusive menores de idade, trabalhavam sem luvas, máscaras, água potável, banheiro, local limpo para se alimentar. Encontraram também indícios de que, misturados ao eucalipto plantado para fazer o carvão, havia espécies nativas da Mata Atlântica. No relato do repórter Ronaldo D'Ercole, publicado em *O Globo*, consta que em três carvoarias havia sete menores de idade no trabalho feito nessas condições.

O que há com o Brasil? Como é possível que, na segunda década do século XXI, perto de São Paulo, trabalhadores sejam mantidos em condições que lembram o trabalho escravo em empresas que desmatam o pouco que nos restou de Mata Atlântica? O país se convenceu de que isso só acontece em áreas distantes dos centros maiores, onde a fiscalização tem dificuldade para chegar. Mas, ao lado de uma refinaria da Petrobras, no interior próspero do estado mais rico, no bioma mais destruído do país? É perturbador e exige de nós reflexão sobre o desprezo com que temos tratado nosso patrimônio natural. Em momentos assim não sabemos o que pensar. Li a reportagem do meu colega algumas vezes para me certificar de que entendera.

Há vários biomas no país e aqui escolhi falar da Amazônia, pelo seu gigantismo e porque é nela que se dá, agora, a maior parte da luta entre o arcaico e o progresso. Falei também da Mata Atlântica porque é o bioma em que está a maioria dos brasileiros. Foi tão desmatado que só restam fragmentos. Mas há muito mais no país.

Nossa fortuna é haver biodiversidade dentro dos biomas e entre os biomas.

O cerrado é riquíssimo em espécies que têm utilidade imediata. Os especialistas da Embrapa têm avisado que o bioma funciona como um reservatório natural de espécies preparadas para enfrentar tempos mais quentes e com períodos secos mais longos. Ideal para as mudanças que se insinuam. De lá poderão sair as soluções biotecnológicas. Sementes poderão ser melhoradas e preparadas para tempos de pouca água e muito calor, a partir de plantas que existem nessas regiões. E já se sabe como. Falaremos disso. O cerrado também guarda uma parte grande da caixa-d'água do Brasil, porque lá nascem rios que formam a segunda maior bacia do país, depois da amazônica. Temos que preservar o cerrado.

O Pantanal parece ter muita água, mas também pode secar. São águas que vêm e vão. Elas estão de passagem. Como as aves migratórias que dão a certas áreas do Pantanal a impressão de que se voltou ao começo dos tempos.

A caatinga é o bioma que enfrenta o maior risco neste momento, porque, alertam os climatólogos, o semiárido pode virar árido, deserto. Como todos os nossos biomas, também é rico em espécies que só existem naquele local, o que os biólogos chamam de endêmicas.

Então você pode perguntar: temos que preservar tudo, todos os biomas são importantes? Sim. Esses biomas diversos entre si e ao mesmo tempo complementares são a nossa fortuna. Eles fazem de nós um país rico em biodiversidade. O mais rico do mundo. Outra pergunta que pode ocorrer a você: e como vamos aumentar a produção? Há terra suficiente, há tecnologias modernas que permitem equilibrar os dois objetivos.

Não é uma riqueza que aprisiona e ninguém aqui está propondo que se limite o progresso. O mais inteligente é refazer nossa noção de progresso. Preservar e estudar esses biomas, a conexão entre eles, as preciosidades que carregam é indispensável neste momento. Que a ciência venha em socorro dos diversos biomas para trazer respostas às perguntas naturais feitas por todos: para que preservar? A ciência é a aliada natural do futuro.

Nossa chance de conseguir esse equilíbrio entre patrimônio natural e desenvolvimento econômico é única. Todos os biomas são essenciais. A Amazônia não é uma floresta inesgotável; a Mata Atlântica é o local no qual mora a maioria dos brasileiros e a meta tem que ser refazê-la após cinco séculos de destruição a ferro e fogo; o cerrado não é mato a ser eliminado para a produção, é reservatório de água e de soluções que garantirão a produção; a caatinga não é deserto, mas corre esse risco; o Pantanal não tem água demais, ele é o caminho das águas e dos pássaros. Cada bioma tem sua força e sua fragilidade. E eles estão ligados. Temos muito espaço disponível e uma enorme vocação para fazer a terra ser produtiva. Podemos preservar a nossa fortuna e seguir o nosso destino.

No belo mosaico que temos por herança, todas as partes são importantes, mas é natural que os olhos se fixem na Amazônia. Lá será travada, nas próximas décadas, a grande batalha sobre como podemos conviver com essa fortuna e o nosso destino. O futuro da Amazônia será definido agora.

Dependendo da decisão tomada, o Brasil terá em 2050 uma floresta ou um conjunto de fragmentos desligados entre si e condenados à morte ou ao empobrecimento. Os cientistas dizem que na floresta, ao contrário de outros biomas, a partir de determinado ponto de destruição o equilíbrio estará rompido e ela vai virar savana, mudar sua natureza. As consequências serão sentidas no restante do Brasil, pois ela tem sido um regulador do clima e do regime de chuvas. Nessa escolha do futuro da região o próprio país estará definindo muito mais: que tipo de ordem vai estabelecer para o uso do que é propriedade de todos os brasileiros.

O mapa do caminho para o progresso passa pela inevitável estação de entender o privilégio da nossa herança e de como a temos desperdiçado. O futuro não nascerá do correntão que derruba a floresta estupidamente em terra grilada, usando trabalhadores em condições desumanas. E depois, o fogo. Quem já viu essas cenas — olhou as feridas na floresta, a terra calcinada e o desamparo de trabalhadores, em geral pobres e analfabetos — entendeu que dessa forma não haverá desenvolvimento. Temos que dar nova ordem ao progresso.

O Brasil precisa investir em ciência, ocupar seus biomas com cientistas que trarão respostas práticas, princípios ativos, soluções biotecnológicas para diversas indústrias, dos cosméticos aos fármacos e à própria agricultura. A floresta em pé tem um valor em si, mas ela também tem milhões de informações que precisamos dominar. Destruí-la sem conhecê-la, no sentido científico da palavra, seria como rasgar, antes de ler, o testamento deixado por um parente rico e generoso.

Eu me convenci, profundamente, de que o casamento tem de ser entre floresta e conhecimento quando estive na Amazônia cobrindo uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC. Os painéis de químicos, biólogos, físicos, geógrafos, climatólogos exigiram tudo o que minha mente podia absorver e foram como peças que iam formando um quebra-cabeça. Ao final daqueles dias em Manaus, eu estava totalmente conquistada pela ideia que já tinha ouvido em entrevistas com a grande geógrafa Bertha Becker: o progresso da floresta virá da ciência.

Quero terminar esta parte da nossa conversa falando do intangível. Quem viaja pelas Anavilhanas, na cheia, fica com a sensação de que aquele mar de rio e aquele mar de floresta nunca serão entendidos. É lúcido pensar assim. Se a tempestade cair de repente, mais certeza terá o viajante de que é um nadinha de nada neste mundo de Deus. As Anavilhanas são um conjunto de 400 ilhas no rio Negro, no Amazonas. Na cheia, as águas sobem e engolem os troncos das árvores. Navega-se na altura das copas, como quem flutua no ar. Se a canoa escorregar para algum igarapé, o viajante deve fazer silêncio respeitoso. Poderá então ouvir sons diversos de seres escondidos, um coro indefinível. É a vida exuberante que temos por fortuna.

Há muitas Amazônias. Cada uma tem seu mistério. Impossível resumir algo assim tão imenso. Mas é ali, no serpenteio das águas entre as ilhas de Anavilhanas, que se entende o inexplicável e se sonha com um futuro que proteja o que não saberemos refazer.



A NOVA  
DEMOGRAFIA

A população brasileira vai diminuir neste século pela primeira vez em sua história. Em pouco mais de duas décadas o Brasil chegará ao seu pico demográfico. Depois vai encolher. Em 2050 o país terá menos 10 milhões de crianças de zero a quatro anos do que tinha no Censo de 2010. Perdem a vida a cada ano, por homicídio, mais brasileiros do que o total de soldados americanos mortos em 15 anos da Guerra do Vietnã. A maioria das vítimas é de jovens negros. Somos o país que tem a segunda sociodiversidade do mundo, com mais de 200 tribos indígenas, algumas ainda isoladas. No Brasil falam-se mais de 200 línguas. As próximas décadas serão de escolhas sobre essa diversidade humana. Os brasileiros vão viver mais e a população vai envelhecer. O futuro da gente brasileira será bem diferente do seu passado e do presente. Os governantes, as empresas e as famílias precisam se preparar para a avalanche de mudanças que afetará todos os aspectos da nossa vida. Conheça a história de brasileiros que confirmam em sua vida as tendências que o IBGE encontra nas suas pesquisas.

# O FUTURO DA GENTE

— Sabe qual é o problema do Brasil, dona?

O motorista de táxi que me pegou no Centro do Rio de Janeiro no fim de tarde de uma sexta-feira era falante. A pergunta veio antes ainda de ligar o carro.

— Qual?

— Nasce gente demais. Tem que ter controle de natalidade.

Através do vidro, olhei para o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves virando a esquina. Ele me levava até o ponto. Eu havia passado três horas conversando com ele e a demógrafa Suzana Cavenaghi, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, colhendo dados para este livro. Eles exibiram números, percentuais, gráficos e tendências populacionais brasileiras. Por isso foi com a mais profunda certeza que respondi:

— Não temos esse problema.

Ele se debateu inutilmente. Não arredei pé. Durante muitos anos, o motorista e todos os que pensam assim terão números para confirmar seus temores, pois até 2035, segundo alguns especialistas, ou até 2042, segundo o IBGE, a população brasileira continuará a aumentar.

A ONU, o IBGE, cada demógrafo ou centro estatístico tem uma projeção um pouco diferente, dependendo do cenário de filhos por mulher e da esperança de vida. Para o IBGE seremos, no máximo, 228 milhões em 2042. Para se ter uma ideia, em 2015 a população chegou a 204 milhões. A partir de um determinado momento começará a diminuir o número de brasileiros. Há demógrafos que acreditam que a curva descerá mais cedo e em velocidade mais rápida. Projetam que o total de brasileiros em 2100 poderá ser 40

milhões menos do que o ponto máximo. O IBGE tem cenários até 2060. A projeção média da ONU é de 180 milhões de brasileiros em 2100.

— Mas os especialistas da ONU fazem três cenários — explicou José Eustáquio. — Pegam o básico e calculam meio filho para mais; ou meio filho para menos, na taxa de fecundidade. Aí formam-se dois cenários que têm menor probabilidade. Olha só a diferença que meio filho faz: a população brasileira poderia ser de 300 milhões no cenário maior, que tem baixíssima possibilidade de acontecer, ou encolher para 100 milhões, no cenário mais baixo, o que seria preocupante.

Nesse último cenário da ONU a população cairia à metade do que é hoje. O essencial para entendermos toda essa conversa de milhões de gente para lá e para cá é que a tendência é mais importante do que o número exato. Sobre ela há concordância: estamos diante de uma mudança radical com profundas implicações na vida do país. No século XIX, a população brasileira multiplicou por cinco. No século XX multiplicou por dez. No Censo de 1900, éramos pouco mais de 17 milhões. No de 2000, éramos 170 milhões. Ao longo do atual século vamos diminuir após atingir o auge. A mudança vai acontecer nas próximas décadas. Será a primeira vez na nossa história que viveremos um século em que a população vai encolher.

A demógrafa Ana Amélia Camarano tem feito previsões de queda mais forte. O que ela afirmou em documento do Ipea confirma o consenso que se formou: “Parece claro que o movimento da população brasileira será de rápida contração e de superenvelhecimento. Ela deverá atingir seu ponto máximo nos próximos 20 anos”.

Tudo é fascinante na demografia por mil e um pormenores. Alguém pode duvidar: como se pode saber o que acontecerá no futuro? Para calcular suas projeções, os demógrafos pegam taxas atuais. Quantos filhos em média as brasileiras têm? Isso é a taxa de fecundidade. Qual o ritmo de mudança recente dessa taxa de fecundidade? A taxa de natalidade é o número de pessoas que nascem. Quantas crianças morrem antes de completar um ano, em cada mil nascidos vivos? É a taxa de mortalidade infantil. Quanto se vive em média? É a taxa de esperança de vida. Eles olham para trás e

calculam a velocidade com que esses índices estão mudando e aí projetam o que acontecerá nos anos seguintes.

Os 100 anos do século passado foram de mudanças dramáticas e inéditas; o centenário que estamos atravessando agora será também de enormes desafios. E isso interessa a você que me lê. Cada cenário, projeção, número tem que estar no painel de quem toma decisões em qualquer área. Seja governante, empreendedor, educador ou um jovem escolhendo a profissão; médico, arquiteto, urbanista, cientista. Seja qual for seu campo de atuação, você fará as mesmas perguntas porque as respostas vão influenciar sua vida.

Quantos seremos? Quanto viveremos? Onde vamos morar? Quantas crianças vão nascer? Quantos jovens estarão entrando cada ano no mercado de trabalho? Que idade média teremos no fim deste século? Fui atrás de especialistas e algumas respostas estão neste capítulo, mas a influência da demografia abrange outras áreas que o livro aborda. As curvas que sobem e descem são pessoas: nascendo e morrendo, tendo filhos, tomando decisões, vivendo. Por isso fascinam. São curvas vivas. E por isso peço paciência para os números aqui. São importantes para entendermos o Brasil. Veja, por exemplo, a idade média da população brasileira: era de 28 anos no ano 2000, em 2015 chegou a 32,2 anos, e em 2060, segundo o IBGE, será de 46,2. Isso significa que estamos envelhecendo rapidamente e precisamos tomar decisões que nos preparem para isso.

Os dois demógrafos, Suzana e José Eustáquio, com quem tive uma longa conversa inicial para este capítulo, estavam armados de computadores nos quais os gráficos eram exibidos para sustentar cada número, cada hipótese ou cada constatação do passado.

O mais interessante na demografia é que ela é, ao mesmo tempo, um enorme espelho e um poderoso binóculo. Com esses dois instrumentos tudo fica mais nítido. No espelho você consegue ver a si mesmo, seus pais, seus amigos, filhos, avós, vizinhos. As decisões são familiares, o impacto muda o país inteiro e nenhuma área fica imune às mudanças demográficas. Quando são tomadas, as decisões são invisíveis, às vezes solitárias. Todas juntas explicam o passado e o presente. E, ainda mais emocionante, ajudam a ver o futuro.

Se a demografia se limitasse a ser um enorme espelho no qual o

país se vê e se compreende já seria suficientemente interessante. Mas é também binóculo. Como decisões que foram tomadas terão reflexos nas próximas décadas, parte do futuro está contratada. E a demografia virá da forma mais ou menos projetada pelos demógrafos. Há cálculos diferentes dependendo das premissas escolhidas por quem faz a projeção, mas as diferenças são pequenas e não há qualquer discordância sobre as tendências. Certezas unem os especialistas. Nessa plataforma comum é possível olhar hoje o que está por vir.

— Quando as mulheres tinham muitos filhos a base da pirâmide populacional aumentava — explicou Suzana Cavenaghi sobre o momento atual do Brasil. — Essa base da pirâmide não some tão fácil. Quando essas mulheres todas, que estão na base, chegarem à idade reprodutiva, mesmo que a taxa de fecundidade tenha caído, a população continuará crescendo.

Minha mãe teve o primeiro filho aos 20. Eu também. Ela teve o último aos 44. Eu, aos 24. Cada uma de nós foi mulher do seu tempo. O dela era o da taxa de fertilidade alta e do período reprodutivo longo. O meu momento foi o da ruptura demográfica. Minha mãe teve 12 filhos, eu fui a sexta pessoa a quem ela deu à luz. Eu tive dois filhos. Minha irmã mais nova, um. Minha mãe era da época em que a reprodução era uma fatalidade. Eu sou da geração que evitou o número excessivo de filhos e passou a usar métodos contraceptivos. A geração dos meus filhos é da era da maternidade e paternidade programadas; que tem tido a chance de escolher, dentro dos projetos de vida, carreira e lazer, a hora mais exata da chegada das crianças. Aumentou o número das mulheres que adiaram o nascimento dos filhos ou decidiram nem tê-los.

Meus netos chegarão à idade adulta quando a revolução genômica estará avançada. A ideia de “filhos programados” ganha uma conotação mais radical. No mínimo, poderão escolher o sexo dos filhos. O horizonte das suas possibilidades é tão novo que até assusta quem nasceu no século passado. Em resumo: uma geração teve que aceitar, a outra evitou, a nova programa o momento, a do futuro levará a novo patamar o significado de “programar”. Esses quatro padrões reprodutivos definem passado remoto, passado recente,

presente e futuro da gente brasileira. Mas a demografia permite ver muito mais.

Mesmo quando o número de filhos cai, se a população de mulheres em idade reprodutiva for numerosa a população continuará aumentando. É o que estamos vivendo agora, mas isso tem data para acabar. Hoje os especialistas já estudam problemas como o risco da falta de crianças. José Eustáquio faz uma conta simples, a partir do que eles chamam de “taxa de reposição”, ou seja, o número de filhos que permitiria à população ficar estável:

— A taxa de reposição é de 2,1 filhos por mulher. Se houver 100 mulheres, elas precisam ter 210 filhos. Se 20 decidirem não ter filho, 20 decidirem ter apenas um e 40 decidirem ter dois, haverá 80 mulheres tendo 100 crianças. Nesse caso, as outras 20 mulheres terão que ter, em média, cinco filhos para a população continuar no mesmo nível. Difícil acontecer.

Suzana é casada com José Eustáquio e decidiu não ter filhos. Ele teve dois do primeiro casamento e ela estava envolvida com a carreira. Não está sozinha. Veja esses números do Censo de 2010, o mais recente: dos 21,1 milhões de mulheres brasileiras com 50 anos ou mais, 12% não tiveram filhos, ou seja, 2,5 milhões de mulheres, pelos mais diversos motivos, não tiveram filhos. Mas, olhando apenas o grupo da escolaridade da Suzana, dos 1,9 milhão de mulheres com curso superior completo, 21,7%, ou 406,5 mil mulheres, chegaram aos 49 anos sem ter filhos, idade em que oficialmente se considera o fim do ciclo reprodutivo. O IBGE mostra que no grupo de mulheres com menos escolaridade, abaixo de sete anos de estudo, 8% chegam a essa idade sem ter filhos; com mais de oito anos de estudo a taxa sobe para 15%.

Essa foi a opção feita por Neide Maria de Miranda Conde, que estudou até concluir o nível médio, é moradora da Tijuca, na Zona Norte do Rio, e foi funcionária da antiga Telerj. Quando foi entrevistada em 2013, tinha 60 anos. Neide tomou muito cedo a decisão de não ter filhos, aos 28 anos. Fez ligadura de trompas aos 32.

— Meu então marido me disse que nosso casamento estava acabando ali. Mas eu não teria filho só para manter o casamento.

Tem gente que pensa que essa é a forma de garantir a velhice, mas sempre fui contra a ideia de que filho é previdência. Eu nem tenho instinto maternal. Quando as pessoas ficavam sabendo da minha decisão me olhavam como se eu fosse de outro planeta.

Ela contou que, apesar do preconceito e das críticas que sofreu pela opção que fez, não se arrepende. Suas primas tiveram filhos e hoje têm netos, mas ela permanece achando que respeitou a própria vontade. Casou-se novamente com um homem que também não tinha filhos e diz que vive como imaginou. Viaja, poupa para o seu futuro, faz atividade física regular, já se aposentou. Neide é a típica representante das mulheres que acreditam que a maternidade não é uma obrigação.

Muita gente achava que a taxa de fecundidade cairia até o nível de reposição, e aí seria o fim da história. Não foi. Isso é que levanta tantas dúvidas sobre o século XXI. O que será o amanhã? A taxa de fecundidade no Brasil começou a cair abaixo do nível de reposição a partir de 2005. No Censo de 2010, constatou-se 1,9 filho por mulher. E ela continuará a cair nos próximos anos. Quanto? Cada um tem uma hipótese. Ninguém acha que a curva vai se inverter.

A demógrafa Ana Amélia Camarano fazia uma palestra para um grupo de jornalistas e explicava que o risco agora é de queda rápida da população brasileira. Ela acha que a população brasileira chegará a 2050 com 206 milhões de pessoas, o mesmo número que terá em 2020. Pelos seus cálculos, o Brasil chegará ao auge em 2035, com 214 milhões de habitantes, depois começará a declinar. Uma jornalista que ouvia a apresentação discordou das curvas projetadas pela especialista:

— Isso não vai acontecer porque os pobres continuam tendo filhos demais.

— Bom, isso vai acontecer, sim, é estatístico. Mas se os pobres estão tendo mais filhos, vamos educar os filhos dos pobres então, porque o país precisa deles — respondeu Ana Amélia.

Sua resposta se baseia nos dados que ela reuniu no livro que o Ipea publicou no fim de 2014, *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento econômico*. Nele, ela escreveu que se pode “esperar para as próximas duas décadas uma diminuição

da população em todos os estratos de renda, exceto dos mais pobres”.

— Dois terços dos jovens virão de famílias mais pobres. Eles são o nosso futuro. Temos que cuidar dos jovens e das crianças pobres ou fracassar como país — me disse Ana Amélia.

O fato põe o Brasil diante de uma decisão inescapável: é educar ou educar os brasileiros que nascerem. Houve um tempo em que o Brasil podia, impunemente, desperdiçar parte da população no analfabetismo. O número de habitantes aumentava em ritmo veloz e a economia necessitava principalmente de braços. Hoje o país não pode mais perder ninguém. Precisar-se-á de todos os cérebros que puder treinar. Os trabalhos que exigem só força tenderão a ser substituídos por máquinas, guindastes, robôs.

— Agora, não basta a educação, será preciso educação de qualidade — resumiu Ana Amélia.

Na verdade, os dados mostram queda do número de filhos por mulher em todas as classes sociais, ou seja, as mulheres pobres têm mais filhos que as ricas, mas têm menos que suas mães, e essa diminuição tem sido constante ao longo das últimas décadas. Mesmo tendo uma taxa de fecundidade menor em relação às gerações anteriores, os brasileiros mais pobres terão mais filhos que outros estratos de renda. Por isso é tão fundamental oferecer educação de qualidade a todos os brasileiros.

Ainda que a questão agora não seja filhos demais, e sim de menos, é preciso olhar um problema para o qual o médico Dráuzio Varela em boa hora chamou a atenção do país, anos atrás: a maternidade precoce. Adolescentes, especialmente pobres, têm uma taxa altíssima de filhos. Risco social para a mãe, o filho, o país. No Censo de 2000, o Brasil tomou um susto porque a taxa de fecundidade caiu em todas as faixas etárias, porém subiu na de 15 a 19 anos. No Censo seguinte, voltou a cair, mas ainda não tranquiliza. Hoje é 70 por mil. Era 90 por mil. Na Coreia, na comparação por mil, é de três. Na França, o número é 20. Nos Estados Unidos, 30. É enorme no Brasil a proporção de adolescentes tendo filhos quando deveriam estar se formando.

As mudanças na geografia humana continuarão durante todo este

século. Alguns países já enfrentam diminuição da população, outros ainda a enfrentarão. No século XX, houve um fato único, que não deve se repetir: a transição demográfica. O fenômeno é a queda brusca da natalidade e da mortalidade. As mulheres têm menos filhos e as pessoas vivem mais.

— Quando, daqui a mil anos, olharem o século XX o fato mais importante não vai ser a Segunda Guerra, Hitler, a revolução bolchevique, mas sim a transição demográfica, ela mudou tudo — aposta José Eustáquio.

• • •

Aqui gostaria de fazer uma pausa e falar brevemente sobre a humanidade em sua aventura pelo planeta. Um dos gráficos de Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves lembra o pesadelo malthusiano. Em 8000 a.C. o mundo tinha 5 milhões de habitantes. Quando Jesus nasceu, tinha 250 milhões. Quando os portugueses aportaram com suas caravelas no Brasil, havia 500 milhões de pessoas no planeta. Ou seja, o ser humano levou 15 séculos para dobrar seu número. Nos 300 anos até 1800, a população dobrou novamente e chegou ao primeiro bilhão. Nos 200 anos seguintes até o fim do milênio, chegou a 7 bilhões de habitantes. E vai continuar a crescer, podendo chegar a 9 bilhões. Fiquei paralisada diante dessa curva que vai de 8000 a.C. a 2100. É a humanidade ocupando a terra.

Ocorreu o crescimento, mas não o pesadelo imaginado. Os demógrafos não gostam da expressão “explosão demográfica”, chamam de crescimento exponencial o que houve no passado recente do mundo. O que permitiu um aumento tão forte foram as boas notícias. Os gráficos do primeiro volume da trilogia *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV a XVIII*, do historiador francês Fernand Braudel, revelam que, até 1800, o total da população oscilava. Mesmo aumentando ao longo do tempo, pessoas, famílias e nações lutavam para sobreviver enfrentando pestes, doenças, secas, fome e guerras. Nos anos das grandes tragédias, a população

decrecia. Nascia muita gente, morria muita gente. Ele define esse tempo como *Ancien Régime* demográfico.

O novo regime começa quando há mais saneamento, melhora no transporte, controle das doenças, boa alimentação oferecida a mais pessoas. Cada etapa do progresso humano que o leitor tem em mente vai tornando mais exponencial o crescimento.

— Ponha no Google a expressão “grande fedor” — convidou José Eustáquio.

Foi no verão de 1858, em Londres, capital da primeira potência mundial da época. O mau cheiro insuportável, vindo do rio Tâmis, suspendia sessões no Parlamento e tornava a vida na cidade um suplício. As epidemias de cólera haviam se tornado frequentes em anos anteriores. Então se construiu o sistema de esgoto que funciona até hoje, com melhorias. Ao lutar contra o grande fedor, a cidade salvou vidas.

— A Irlanda teve uma onda de mortalidade no século XIX. Morreram milhares de pessoas. Houve a crise da batata e não havia transporte para levar o excedente de alimento até os irlandeses — contou o demógrafo, ilustrando a sua convicção de que a energia fóssil fez o mundo sair da tração animal para um transporte mais rápido e evitar mortandades como aquelas.

— Pense em tudo. O avanço da medicina, a tecnologia, uma série de fatos. Assim, vai se construindo o momento em que há uma ruptura. Cai a taxa de mortalidade, se mantém alta a de natalidade e a população aumenta — explicou Suzana Cavenaghi.

“O homem do *Ancien Régime* está constantemente em situação precária. Antes do século XIX, por toda parte, conta com uma tênue esperança de vida, com alguns anos a mais para os ricos”, escreve Braudel, dando como exemplo informações de uma região das antigas províncias do norte da França. “No Beauvaisis no século XVII, 25% a 33% dos recém-nascidos morrem em 12 meses: apenas 50% atingem os 20 anos. Precariedade, brevidade da vida: mil e um pormenores o dizem ao longo desses longínquos anos”, continua Braudel. A vida era muito curta. Não foi considerado espantoso, em seu tempo, que o rei Carlos V tenha assumido o governo da França aos 17 anos, em 1356, e morrido aos 42 como um “velho sábio”. Para se ter uma

ideia de como o mundo, hoje, protege mais as crianças recém-nascidas, no Brasil o Censo de 2010 mostrou uma mortalidade infantil de 15 por mil, isso é 1,5%. No Japão é de três por mil, ou 0,3%.

Na Índia, a população continuará aumentando durante muito tempo, além do razoável. Em dez anos terá mais gente que a China em um terço do nosso território. Mas Taiwan está com uma taxa de 0,9 filho por mulher. Se nada acontecer, a população desaparecerá. A África tem 1 bilhão de habitantes, mas as projeções são de que caminha para um pico de 2,5 bilhões neste século. O continente será muito afetado pelas mudanças climáticas, e isso, somado ao aumento da população, vai certamente produzir novas ondas migratórias. No Japão, em 1980, 2% das mulheres chegavam aos 50 anos sem filhos. Em 2000, eram 20%. Agora, são 30%. Para essa tendência mudar será preciso enfrentar um velho problema japonês: o machismo, que faz recair sobre a mulher um peso excessivo. A japonesa tem preferido cada vez mais seguir carreira e esquecer a maternidade.

No Brasil foi assim: no começo do século XX, o brasileiro vivia, em média, menos de 30 anos; nos anos 1950, vivia 50; no fim do século, 66 anos, em média, e essa taxa continuou aumentando. Resumindo o fenômeno, a demógrafa Elza Berquó escreveu o seguinte num artigo para o livro *Brasil, um século de transformações*: “Em última análise, no século XX, as mulheres reduziram sua prole em 5,5 filhos, enquanto houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros”. A esperança de vida agora é de 75 anos. Um ganho espetacular. Mas um espanto: se separarmos por gênero, a expectativa de vida atual dos homens é de 70 anos e das mulheres, de 77. Não é apenas longevidade, ou seja, não é porque as mulheres vivem mais que os homens. É resultado das altas taxas de morte violenta dos jovens do sexo masculino.

O número é horroroso, por isso prepare o seu coração. Na Guerra do Vietnã, morreram 46 mil soldados americanos entre 1961 e 1975. No Brasil, os assassinatos superam 50 mil por ano. Só de jovens foram 30 mil assassinatos em 2012. Entre estes, 23 mil eram pretos e pardos de 12 a 29 anos, um aumento de 21,3% em relação a 2007, segundo o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade

Federal de São Carlos, no estado de São Paulo. Então essa cicatriz estatística de que as mulheres têm sete anos a mais de expectativa de vida — e há 4 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil — não é apenas devido à longevidade feminina, mas decorrência de uma tragédia: os rapazes morrem demais, os rapazes negros são assassinados numa proporção alarmante.

O sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz preparou para a Secretaria de Promoção da Igualdade Social um mapa da violência separando os dados por cor da vítima. Ele usou como fonte os registros do Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde, que, segundo o relatório, só em 1996 passou a incorporar o quesito cor no registro de morte violenta. Os dados são devastadores. Eles mostram que a taxa de homicídio é baixa para todos, e praticamente a mesma, até os 12 anos. Daí em diante, a cada ano a mais de vida, maior a taxa de mortalidade. O gráfico exibido no documento tem dois morros, o de brancos e o de negros. Para todos os jovens há aumento, mas a estatística não deixa dúvida sobre quem está mais na mira de assassinos. Dos 12 aos 21 anos, a taxa de jovens brancos assassinados sobe de 1,3 para 37,3 em cada 100 mil habitantes, um aumento de 29 vezes; a taxa de jovens negros assassinados passa de 2,0 para 89,6 por 100 mil, aumentando 46 vezes. Isso é média nacional. Há estados em que a disparidade é ainda mais gritante. “Em Alagoas, para cada jovem branco assassinado, morrem mais de 20 jovens negros. Na Paraíba são 19 por 1”, é dito no relatório. Mas o drama atinge os rapazes de forma geral.

Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base no Datasus, divulgado pela *Folha de S.Paulo* no dia 5 de janeiro de 2015, mostrou que o jovem negro tem duas vezes e meia mais risco de ser morto do que um jovem branco. No Nordeste, o perigo é cinco vezes maior para os meninos e rapazes negros, de 12 a 29 anos, do que para os brancos. Na Paraíba, para um jovem negro é de 13,4 vezes. Se a proporção dos brancos é menor, não significa que não seja uma tragédia que ameaça todos os jovens, brancos ou negros. No Rio de Janeiro, Alex Bastos, jovem e promissor estudante de biologia da UFRJ, foi morto com seis tiros por assaltantes, em frente ao campus da praia Vermelha. Era o dia 8 de janeiro de 2015 e ele colaria grau na

semana seguinte.

No fim de 2014, o alagoano Denivan Costa de Lima fez, aos 35 anos, a sua estatística para este livro: já perdeu cinco amigos, todos assassinados por arma de fogo, todos moradores da periferia como ele; quatro eram negros e um era branco. Ele escolheu falar da história de Gutemberg dos Santos Cassimiro, músico, saxofonista, conhecido como Guto Bandeira, morto no dia 5 de fevereiro de 2013 no conjunto Chico Mendes, em Cruzeiro do Sul, Região Metropolitana de Maceió.

— Éramos muito amigos, convivíamos bastante. Eu jogava capoeira com ele. Guto era do movimento cultural e fazia muito trabalho comunitário com as crianças do Cruzeiro do Sul, onde morava. Essa comunidade é muito violenta. Guto morreu à porta da casa dele. Três caras o chamaram e atiraram na cabeça.

Guto nunca teve envolvimento com o tráfico. Quando morreu, estava preparando um carnaval na comunidade. Foram cinco ou seis — os jornais são imprecisos — tiros na cabeça.

— A gente não sabe até hoje quem matou o Guto. Quando um jovem morre na periferia, a polícia faz o Boletim de Ocorrência, mas não investiga.

Os movimentos culturais e negros da região esboçaram reação e decidiram escrever uma carta ao procurador-geral da República pedindo intervenção em Alagoas, mas abandonaram a ideia porque o pai de Guto, também músico, não quis participar. Disse que era inútil, entrou em depressão e passou a beber. No Facebook há um grupo em homenagem a Guto Bandeira que diz: “Mais um guerreiro que vai. Guto era um irmão que lutava pelas nossas causas, gente do bem e que tinha sua cor, sua arte, sua crença como armas contra toda essa repressão. Devemos nos unir em nome dos milhares de jovens que morrem todo dia em nosso país”.

Denivan trabalha com a juventude em Maceió. Conta que viu vários jovens indo para o tráfico e acabaram assassinados.

— O tráfico pega o jovem que está na periferia sem fazer nada e dá dinheiro. É uma resposta imediata. Dá a eles a possibilidade de comprar roupa, comida e ter mulher. Muitos acham que é melhor que estudar. Para conseguir emprego hoje é preciso ter formação,

mas a escola não ajuda.

No *Correio de Alagoas* do dia 7 de fevereiro, Rogério Dias, um artista multimídia, definiu assim a tragédia: “A morte dele, o Guto, é uma constatação do racismo em nosso estado. Matam pobre e não dá cadeia e negro é que não dá mesmo. Estamos encurralados”. Denivan diz que ir para a Universidade Federal de Alagoas, onde estudou artes, abriu sua cabeça. Mas que na comunidade onde mora os diálogos são sempre sobre morte, tráfico, facada. “É como se não existisse outro caminho. É meio que uma prisão.”

Os sociólogos Gláucio Soares e Luís Flávio Saporì mostram, no livro *Por que cresce a violência no Brasil?*, que há um paradoxo. O Brasil melhorou em vários indicadores sociais, a violência, contudo, aumentou. Eles rejeitam a tese de que a violência é causada apenas pela pobreza, até pelo fato de a pobreza e a extrema pobreza terem diminuído. Os problemas sociais são uma das causas, mas não a única. Eles incluem a impunidade, a ineficiência policial, o tráfico de drogas. O livro deve ser lido por quem quer entender melhor o tema, pois os dados que os sociólogos compilam são impressionantes. Um exemplo: “O número de vítimas de homicídios no país saltou de pouco mais de 10 mil por ano no início dos anos 1980 para mais de 50 mil em anos recentes. Se somarmos o total de brasileiros assassinados nesse período de três décadas (1981 a 2011), obteremos um número assustador: 1.145.908 vítimas de homicídio”.

O Brasil é um país violento, escrevem os dois especialistas: “Cerca de 40% dos países do mundo têm taxas inferiores a três homicídios por 100 mil habitantes, ao passo que 17% dos países apresentam taxas superiores a 20 homicídios por 100 mil habitantes”. O Brasil, no período estudado por Soares e Saporì, teve um aumento do índice. Proporcionalmente, mais que dobrou: foi de 12 por 100 mil, em 1981, para 27 por 100 mil. Eles mostram que o problema não é insolúvel porque tem melhorado em estados do Sudeste, o que se deve a políticas públicas eficientes, ao mesmo tempo em que aumenta em alguns estados do Nordeste.

A Anistia Internacional lançou, no fim de 2014, a campanha “Jovem negro vivo”. E usou os dados oficiais de 2012: 56 mil pessoas foram assassinadas naquele ano, sendo 30 mil jovens. Destes, 23 mil

eram negros. Isso tem sido cada vez mais estudado por especialistas de diversas áreas.

— De cada 100 jovens que chegam aos 15 anos, quatro não completarão 30 anos — me disse a demógrafa Ana Amélia Camarano.

Ter saído da faixa de risco não é garantia. Foi o que dolorosamente a faxineira Marina de Souza descobriu no dia em que completou 40 anos. Ela voltará neste livro, no capítulo sobre a economia, como uma boa história, por sua capacidade de poupar para o futuro. Naquele dia 5 de agosto de 2014, a notícia que recebeu era a de que a violência roubara o futuro do seu irmão mais novo. O carioca José Ricardo de Souza, 30 anos, estoquista de um supermercado em Duque de Caxias, município fluminense, saía do Bradesco, agência do Lote xv, depois de sacar o que ganhara de uma indenização trabalhista da empresa de construção Lopez Marinho, na qual trabalhara como encarregado de obras. Ele tinha um projeto para o dinheiro que receberia: financiar seus estudos numa faculdade. Tinha planos de ser advogado. O dinheiro seria usado para realizar seu sonho de ascensão social. Não queria continuar trabalhando no supermercado a vida inteira. Marina conta a crueldade da morte do irmão:

— Não deram um tiro, bateram muito nele e levaram o dinheiro. Ele chegou a ser socorrido e transportado para o hospital. Não resistiu. Alguém lá viu o contato da família no celular dele e ligou. A gente estava em casa quando o hospital ligou. Foi às 13 horas, muita gente viu, mas ninguém quis comentar, por medo. A polícia nunca nos chamou para conversar, não se investigou. Ele nunca mexeu com drogas, era casado e tinha um filho, Felipe, com cinco anos. Foi numa terça. No domingo era Dia dos Pais e Felipe perguntava: “Cadê ele, mamãe?”.

Venha comigo agora para a boa notícia e assim podermos respirar. A mortalidade infantil foi derrubada fortemente ao longo de quase um século. Em 1930, segundo o dado mais antigo do IBGE, de cada mil crianças nascidas vivas, 162 morriam antes de completar um ano. Em 2000, eram 29 por mil nascidos vivos. O último dado, de 2012, é de 15 por mil.

Para derrubar a mortalidade infantil em cerca de 90% e dobrar a esperança de vida de um país em um século, muita coisa boa teve que acontecer nos campos do saneamento, da renda, da educação e da saúde. O Brasil fará mais e melhor nos próximos anos. E já sabe o caminho. Em 1996, fui a Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, onde o então prefeito Osmar Terra tinha conseguido levar a mortalidade a oito por mil com uma estratégia preventiva. Na terra fria onde nasceu a apresentadora de TV Xuxa Meneghel, as crianças morriam principalmente de pneumonia. O prefeito instalou postos de saúde em vários pontos do município e fez uma campanha para que todos procurassem atendimento ao primeiro sinal de resfriado. Cada cidade pode descobrir por que morrem seus bebês. De qualquer maneira, há um processo mais amplo de mudanças que aumenta as chances de o Brasil baixar esse número, de 15 por mil, para o mesmo nível de países de alto desenvolvimento humano. Há muitas transformações já encomendadas.

A taxa de fecundidade caiu porque houve urbanização e as mulheres passaram a ter mais poder sobre seu destino: aumentou sua escolaridade, apareceram métodos contraceptivos mais eficientes e elas entraram no mercado de trabalho. Nada disso vai retroceder. Individualmente, algumas podem querer abandonar o trabalho, ou famílias decidirem ter um número de filhos acima da média, mas isso não altera a tendência geral.

No Brasil, esse movimento tem pouco a ver com o ciclo econômico. A fecundidade da mulher brasileira começou a cair mais fortemente na época do “milagre econômico”, nos anos 1970. Depois disso veio a crise dos anos 1980, a recessão do Collor, a estabilização da era Fernando Henrique, o crescimento maior na gestão Lula. E a taxa continuou a cair, indiferente aos ciclos. Nesse tempo o país se urbanizou, o número de domicílios com luz elétrica, TV e telefone aumentou. Elevou-se também a escolaridade. São fatores com grande impacto nesse processo. Investimentos em saneamento, que tiveram um aumento na década de 1960-1970, foram fundamentais para explicar a queda da mortalidade, que precede a diminuição da fecundidade. Todos esses fatos juntos mostram que as mudanças demográficas continuam acontecendo e que elas têm implicações

sérias para o futuro. É preciso conhecê-las para tomar as decisões certas — e a tempo. Adiar reformas pode fazer o país cair em armadilhas perigosas.

• • •

Em um sábado em que trabalhava neste capítulo, saí para almoçar e liguei o rádio do carro. A reportagem era sobre doenças ligadas ao sedentarismo. A personagem doente era uma aposentada de 56 anos. Ao repórter não ocorreu perguntar por que ela se aposentou tão jovem ou há quanto tempo se aposentara. Tenho visto e lido reportagens em que pessoas até mais jovens do que a entrevistada são definidas como “aposentadas” e nunca ouvi um repórter perguntar se não era cedo demais para isso. Faz parte da paisagem brasileira. Ninguém se espanta. Só que vivemos cada vez mais e estamos envelhecendo sem nos darmos conta de que a aposentadoria precoce cria uma armadilha para o país.

Em setembro de 2014, por exemplo, informou-se que a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, estava com dificuldades de encontrar no Ibama os papéis que permitiriam a sua aposentadoria. A notícia foi o sumiço do papelório pela burocracia do órgão. Mas o que era de espantar era a idade da ministra na época: 52 anos. Ninguém estranha a precocidade com que trabalhadores e funcionários passam a depender da previdência. Tudo parece normal. “Cumprí meu tempo”, dizem os que buscam a aposentadoria. E a vida fica parecendo apenas uma contagem de tempo para se aposentar.

O fator previdenciário foi um mecanismo inventado em 2000 quando o governo não conseguiu estabelecer a idade mínima para se aposentar pelo INSS. Ele reduz o valor do que se recebe para induzir a pessoa a ficar mais tempo trabalhando. Foi feito para ser provisório. Em 2015 a Câmara votou para derrubá-lo. O problema é que é preciso pôr algo no lugar. Só Brasil, Argélia e Egito permaneciam em 2015 sem ter esse limite.

O economista Paulo Tafner, do Ipea, tem se debruçado sobre as exigências que a demografia tem feito à economia. Ele lançou em 2015 o livro *Reforma da Previdência: a visita da velha senhora*. Perguntei a ele quanto tempo temos para preparar as finanças públicas para o que está para acontecer.

— Pouco tempo. A próxima década e meia será decisiva para o Brasil. Em 2030, o país já terá uma população envelhecida. Nos anos 2040, o maior grupo etário do país será mulher com mais de 60 anos. Agora é a hora da reforma para tornar a previdência sustentável. Do contrário, deixaremos para nossos filhos e netos uma tragédia econômica.

Em 2014, a média de idade das mulheres que se aposentaram por tempo de contribuição foi de 52 anos, a dos homens, 55 anos. O total de pessoas aposentadas cresce a 4% ao ano e continuará nessa taxa até 2030, explicou Paulo Tafner. O INSS e a previdência dos funcionários dá déficits altos. A conta não fecha.

Há fatos mais dissonantes. No livro *Novo regime demográfico*, lançado pelo Ipea, os demógrafos registraram um fato estranho: nos últimos anos aumentou o número de homens brasileiros com mais de 50 anos que saíram do mercado de trabalho. Nem todos por aposentadoria. Alguns simplesmente pelas barreiras impostas pelas empresas à contratação de pessoas nessa faixa. Isso é totalmente contrário ao nosso regime demográfico. “O envelhecimento populacional, já evidenciado no Brasil desde os anos 1980, deve se acelerar e apenas a população com idade superior a 50 anos deve apresentar taxas positivas de crescimento a partir de 2035”, constata-se no livro. Em outro trecho, informa-se que a população de 50 anos ou mais vai aumentar 2,4 vezes no período 2010-2050 e pode vir a ser metade da população em idade ativa em 2050. Como houve um *baby boom* nos anos 1950 e 1960, essa é a geração que está agora atravessando a fronteira dos 60 anos. Em 2050 pode haver 68 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais, segundo Ana Amélia. O contingente de 80 anos ou mais vai quadruplicar. Em 2010 eram 3 milhões; em 2050, serão 13 milhões. Isso é resultado da boa notícia de que estamos vivendo cada vez mais.

O que acontece no Brasil não é apenas um regime que induz à

inatividade precoce — as empresas têm políticas de expulsão dos trabalhadores quando eles completam 60 anos, sejam homens ou mulheres. Às vezes, as portas giratórias começam a virar para a rua até antes disso. Em 2014, a Petrobras iniciou um programa de demissão incentivada que aposentava o trabalhador a partir dos 55 anos. Dois amigos no auge da sua capacidade produtiva recentemente se queixaram de terem sido impedidos de continuar em seus altos postos numa empresa e numa organização não governamental porque chegaram aos 60. Outro amigo foi rejeitado numa instituição de ensino privada, apesar de ter um invejável e raro currículo, com PhD numa das melhores universidades americanas, por ter atravessado essa barreira etária. O Brasil está simplesmente fazendo o oposto do que deve. Está encurtando a vida ativa dos trabalhadores, mesmo em profissões em que a maturidade é uma vantagem.

Ao fim de uma entusiasmada conversa de duas horas com Ana Amélia Camarano nós duas constatamos que nunca havíamos nos sentido tão produtivas. Pelas leis da aposentadoria e por normas da maioria das empresas, já deveríamos estar na inatividade. Assim, o Brasil precisa entender agora o novo regime demográfico do país e rever seu conceito sobre o que é ser velho. Haverá cada vez menos jovens entrando no mercado de trabalho. Segundo Ana Amélia, para se manter constante a taxa de participação na atividade econômica entre 2010 e 2020 tem sido necessário criar 1 milhão de novos empregos por ano. Esse é o número de jovens que entra no mercado à procura de colocação. Na década seguinte, de 2020 a 2030, esse número cairá para 380 mil anuais. “A partir daí, a oferta de força de trabalho deverá diminuir em termos absolutos”, registra o livro. Isso significa que a demografia nos obriga a algumas tarefas: proteger a vida de homens jovens; aumentar a participação feminina no mercado de trabalho; reter por mais tempo as pessoas no trabalho, principalmente na faixa que Ana Amélia define como “os novos idosos”, de 60 a 79 anos.

Nenhuma tarefa é mais urgente e dramática, porém, do que proteger a vida de jovens. Por razões demográficas, o número absoluto de mortes deveria estar caindo. Em um dos capítulos do livro do Ipea, Daniel Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura

mostram que entre 1991 e 2010 a população de jovens de 15 a 29 anos caiu 4%. Deveria, portanto, ter diminuído o número de homicídios. Mas ele aumentou 30%. Isso nos obriga a pensar numa política de proteção da juventude.

Ana Amélia Camarano diz que o Censo de 2010 encontrou 14,5 milhões de crianças de zero a quatro anos, e que em 2050 teremos 5 milhões de crianças. Na faixa de cinco a 14 anos, o Brasil tinha, em 2010, 32,1 milhões de pessoas. Terá, em 2050, 13,8 milhões. Vai diminuir drasticamente a taxa de crianças na faixa etária do Fundamental. A exigência da qualidade de ensino será muito maior. Como haverá cada vez menos pressão por mais escolas, o Brasil pode se concentrar em elevar a qualidade da educação.

O regime de repartição simples — em que os que trabalham contribuem para os que estão aposentados —, como tem sido o da previdência, só funciona quando a população está distribuída numa pirâmide egípcia, ou seja, a primeira faixa etária de zero a quatro anos é maior do que a de cinco a nove. E assim por diante. O problema é que nascem menos crianças e as pessoas vivem mais. O desenho que a população brasileira forma agora é de um barril. A maioria da população ainda está em idade produtiva, mas a pirâmide está aumentando no topo e diminuindo na base.

Se tanta gente se aposenta cedo, quem sustentará a previdência? Ela dá déficit e o país ainda é de jovens. A previdência paga pouco e o risco é o de ter que pagar cada vez menos. Hoje arranjos familiares preenchem lacunas das políticas públicas. Até os demógrafos constataam isso em suas próprias famílias. Os pais de José Eustáquio tiveram oito filhos. O pai morreu e a mãe ficou com uma pensão de um salário mínimo. Mas os oito filhos e os 50 netos dividiram o trabalho de cuidar dela. Quem podia dava dinheiro, quem não podia dava algum tipo de trabalho. Ela viveu com conforto.

— Havia 60 pessoas para cuidar da minha mãe, mas em breve 10 milhões de velhos não terão quem cuide deles. Como será?

Ana Amélia Camarano fez um estudo detalhado de visita a todas as Instituições de Longa Permanência no Brasil, que antes eram chamadas pelo nome de asilos. Das mais de mil instituições que visitou, apenas uma era pública. As outras eram de caridade:

vicentinas ou espíritas. O Brasil rejeita a ideia, mas é claro que temos de pensar mais seriamente em todas essas questões. Outros países têm feito isso.

No mercado de trabalho há enormes desafios. Nos últimos 40 anos, a população em idade de trabalhar, conhecida pela sigla PIA (População em Idade Ativa), aumentou todos os anos. É mais gente disponível para o mercado de trabalho. Uma outra medida, a PEA (População Economicamente Ativa), que soma os que estão trabalhando e os que procuram emprego, também aumentou, e fortemente, porque a mulher entrou para valer no mercado. Isso impulsionou o crescimento. O total das pessoas com idade para trabalhar foi de 50% para 65% da população. E derrubou um indicador importante, que é a razão de dependência, ou seja, o total de velhos e de crianças dependentes dos que trabalham.

Quando acontece isso, é como uma janela que se abre para um país. Nesse momento a janela está aberta. A razão de dependência caiu muito e o total de pessoas em idade ativa é grande. É isso que alguns demógrafos chamam de “bônus demográfico”. Outros não gostam do termo. O fato é que a sociedade e a economia devem aproveitar o momento em que a maior parte da população é jovem. É preciso oferecer ensino de qualidade para quem está no auge do aprendizado e empregos de qualidade para quem está no pico da produtividade. Janela que se abre, no entanto, um dia se fecha. Quando a nossa chance vai começar a diminuir? José Eustáquio calcula que até 2025, 2030, no máximo, a PEA vai começar a cair. Haverá menos gente entrando a cada ano no mercado.

No começo de 2015 o demógrafo José Eustáquio fez um alerta ao jornalista Antonio Gois, de *O Globo*: os últimos números da pesquisa de emprego estavam mostrando que a PEA havia estagnado. O que isso significa? Que o número de brasileiros em idade de trabalhar estava crescendo, mas a oferta de emprego, não. José Eustáquio explica que se o total de pessoas em idade de trabalhar aumenta ao mesmo tempo em que o país está oferecendo mais vagas, o crescimento e a produtividade também aumentam: “Quando isso acontece, o bônus demográfico está sendo colhido e dando frutos, o que representa um estímulo ofertado pela demografia ao crescimento

econômico, à redução da pobreza e à melhoria do bem-estar social”. José Eustáquio me disse que o risco era de os dez ou 15 anos restantes de potencial demográfico serem jogados no lixo com consequências sociais desastrosas:

— Ter uma população com a maioria de pessoas em idade ativa é bom, mas ter essas pessoas desempregadas e fora da PEA é um desperdício de capital humano que o país não terá outra chance de aproveitar. Muita gente em idade ativa e sem atividade pode gerar revoltas e acirrar a crise social.

Este é o momento para o país crescer mais. Quando a janela está se abrindo tudo fica mais fácil: crescer, reduzir a pobreza, consertar problemas que ficaram pendentes. É a hora do salto. Depois fica mais difícil. O Brasil em breve vai virar a ampulheta e o tempo começará a contar contra. A hora de tomar a decisão é agora. Amanhã pode ser muito tarde.

• • •

Na demografia tudo se move. Nada fica estático. Tudo reflete o que cada pessoa decidiu. É um mosaico de histórias pessoais. Você pode fazer o exercício de se olhar no espelho e verá que muito provavelmente a história da sua família passou várias vezes pelas grandes ondas que mudam a cara do Brasil constantemente. Você nasceu no Sudeste, mas é filho de nordestinos? Houve várias correntes migratórias nessa direção. Eu, por exemplo, sou mineira filha de pernambucano. Mora no Norte ou no Centro-Oeste, mas é filho de gaúcho? Muitas famílias fizeram esse movimento. Nos últimos anos seus parentes voltaram para o Nordeste? Tem sido tendência recente. É de Minas, mas mora no Rio? Há muitos. Tudo junto mostra um país inquieto com intensas migrações internas.

É negro e é de classe média? Então certamente você tem, ao longo das gerações que o precederam, uma história de superação. Tem um álbum de família multicolorido? Sim, o país se misturou de tal forma que um irmão pode ter traços africanos e o outro, europeus. É

descendente de imigrantes europeus ou japoneses? Há uma grande chance de que seus ancestrais tenham chegado no começo do século passado. Do aumento populacional que houve entre os Censos de 1890 e de 1920, 10% foram de migrantes. Exatamente: 1.446.081 estrangeiros nos primeiros 20 anos do século XX e outros 1,1 milhão nos 20 anos seguintes, conta a demógrafa Elza Berquó.

Nas crises dos anos 1980 e 1990, os brasileiros foram no sentido contrário. Na primeira década, saiu 1,9 milhão do país; na segunda, 700 mil. Muitos já voltaram. É hora de uma nova onda migratória para fortalecer a população? O embaixador Rubens Ricupero acha que sim. Ele é fruto da primeira onda de atração de europeus. Seus avós desembarcaram no Brasil em 1895, ano da maior entrada de imigrantes. Os quatro avós, por coincidência, todos italianos, chegaram no mesmo ano. Aqui seus filhos se casaram e nasceu Rubens Ricupero, de sangue 100% italiano. Ele dedicou a vida inteira a representar o Brasil no exterior como diplomata, ou a exercer funções públicas. Hoje aconchega com alegria em seus braços uma neta negra, que seu filho e nora adotaram.

— Não tinha pensado nisso antes, sempre soube que era brasileiro, apesar dos quatro avós italianos, mas quando meu filho Bernardo me trouxe minha neta eu tive a sensação de conforto de ter afinal chegado inteiramente ao Brasil.

Recentemente, aumentou muito a entrada de trabalhadores de outros países, e se o país começar a crescer é possível que seja novo polo de atração. Barrar ou confiná-los em guetos, como se fez com os haitianos, não é a forma de confirmar nossa natureza mosaica e diversa. Conversei sobre isso com demógrafos do IBGE. A primeira constatação é que a vinda de bolivianos, africanos e haitianos ainda não pode ser considerada uma nova onda migratória. Pelo menos as pesquisas do instituto não indicam números fortes.

— Para o tamanho da população brasileira, o saldo desses migrantes é pequeno. São dezenas de milhares. O que houve no passado foi um grande fluxo migratório organizado, e não é isso que está acontecendo agora — disse Wasmália Bivar.

O país já foi muito mais aberto a estrangeiros e hoje há mais rejeição, mas o demógrafo Luiz Antônio Oliveira acha que em algum

momento será preciso incentivar novas entradas:

— Não é num momento muito distante. Já na década de 1920 ficará claro que certas áreas estão se esvaziando, certos estados já não estão recompondo suas estruturas etárias.

Das várias diversidades brasileiras, uma é esta. Na Região Norte, a taxa de crescimento da população ainda é alta. Pelo Censo de 2010, a taxa de fecundidade geral do Brasil era 2,4 na Região Norte e 1,7 na Região Sul. Em 2020, a taxa do Norte será igual à do Brasil em 2010, ou seja, 1,9. E a do Sul estará em 1,5. Esse dado do Sul já é muito menor do que o necessário para manter o número estabilizado de brasileiros. Fatalmente a queda da população começará antes em algumas áreas do país.

— No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul as mudanças aconteceram muito mais cedo. No Sul há cidades já reduzindo a população não pela saída de jovens, mas pela queda vegetativa mesmo — contou Luiz Antônio.

Nas próximas oito décadas, haverá um aumento do ritmo de mudanças populacionais. Na década de 2040, o número de pessoas de 60 anos ou mais será maior do que o de zero a 14 anos, pela primeira vez em nossa história. O percentual de brasileiros em idade produtiva, que cresceu durante todo o século passado — às vezes de forma expressiva —, vai começar a cair em, no máximo, 15 anos. A expectativa de vida continuará aumentando mesmo além dos 81 anos projetados para 2060 pelo IBGE.

Em resumo, brasileiros vão viver mais, ser mais velhos em média, ter menos crianças e menos mão de obra será oferecida ao mercado. Temos muito trabalho pela frente para que esse momento de maturidade populacional não seja um problema. Nos dias de hoje é raro ser velho aos 60 anos. Quem teve uma vida de privações ou alguns tipos de doença pode chegar a essa idade com limitações, mas é cada vez mais comum atingir muito bem a idade em que oficialmente se é considerado “idoso”. A placa da fila de prioridades nas companhias aéreas tem o desenho de uma pessoa de bengala para simbolizar 60 anos, entretanto, os que entram na fila parecem, em sua maioria, muito bem-dispostos, sem qualquer limitação.

O Brasil não deveria perder tempo votando leis nem estabelecendo

normas para coisas como: vagas de estacionamento em shoppings para pessoas com mais de 60 anos, prioridade nos embarques das companhias aéreas, meia-entrada nos estádios. Há pouco tempo vi uma área de “idosos” num estacionamento de shopping, em Belo Horizonte, com carrões que uma pessoa com limitações não teria coragem de dirigir. É patético. O critério tem que abranger somente quem, de fato, tem limitações, independentemente da idade. O país precisa tirar proveito da experiência de quem chega nessa fase da vida com saúde e sabedoria. A insuperável definição de Ana Amélia Camarano — “nosso conceito de velhice envelheceu” — deveria guiar as políticas públicas. Uma das vantagens do Brasil é que enquanto a população brasileira está amadurecendo, a velhice está sendo postergada.

Em 2012, organizei uma festa para o meu tio Nathanael Leitão, que estava completando 90 anos. Era o primeiro da família a atravessar tal marca. Quando ele nasceu, em Garanhuns (PE), a expectativa de vida no Nordeste era de menos de 40 anos. Filho de pais analfabetos, pobres, ele e os irmãos escaparam, por meio da educação, do círculo de reprodução da miséria. Ele concluiu dois cursos superiores.

Eu saía do salão de festas do hotel quando fui abordada por dois pilotos com uniformes da companhia aérea.

— Que festa é esta?

— Aniversário do meu tio, aquele lá, olhem, de camisa azul. Está fazendo 90 anos.

— Noventa? Eu ia lá cumprimentá-lo, mas não vou mais. É um desaforo chegar nessa idade tão bem — disse um deles, olhando meu tio, animado, no meio dos convidados.

— Hoje ele já cantou ao piano aqui, regeu o coro na igreja, vocês não viram nada! — brinquei.

Meu tio desafiou as probabilidades estatísticas. Ele não viveu muito mais, porque foi abatido por uma violenta infecção pulmonar dois anos depois, mas enquanto viveu esteve ativo. Escreveu um livro depois daquele aniversário dos 90 e tinha a agenda tomada de compromissos quando faleceu. Sua vida foi a prova da tese do prolongamento da capacidade produtiva.

Quando o jornalista e escritor Zuenir Ventura entrou para a Academia Brasileira de Letras quem o saudou com uma voz firme e clara foi sua professora, e de tantos outros acadêmicos, Cleonice Berardinelli. Ela estava com 98 anos. Tinha exercido o magistério por 70 anos e ainda permanecia ativa e lúcida com obras para serem lançadas naquele ano de 2015.

No futuro haverá mais idosos, saudáveis e felizes, se o Brasil souber se preparar para o desafio do envelhecimento da população. O Censo de 2010 encontrou 471 mil brasileiros com mais de 90 anos. Um deles foi uma gaúcha de alegria contagiante.

Era uma sexta-feira de 2013 quando tocou o telefone na casa de dona Aída Mello de Azevedo, 93 anos, advogada de Porto Alegre. Quem me falou sobre ela foi sua neta, a jornalista Denise Azevedo da Silveira, encantada com a vitalidade da avó.

— Você não acredita, no último Natal ela fez questão de preparar a comida favorita de cada neto, pessoalmente. Uma pessoa incrível, parece que não envelheceu.

Quis o contato. O que ela contou superou a expectativa. A jornalista Valéria Maniero ligou naquela sexta perguntando se ela falaria para este livro sobre o seu cotidiano. A voz, cheia de vigor e pressa, respondeu:

— Me ligue em meia hora, porque estou chegando de um período de férias em Tramandaí e quem está aqui me esperando é o técnico do ar-condicionado. Preciso explicar para ele o problema. Não dá para ficar sem ar neste calor.

Ela começou contando da família. Teve dois filhos, tem cinco netas, todas meninas, ressalta. E cinco bisnetos: dois meninos e três meninas.

— Trabalho até hoje. É uma religião na minha vida. Todos os dias, das 10h30 às 17 horas estou no escritório, atendendo consultas, ou no fórum. Duas tardes por semana ofereço serviço jurídico a um grupo de apoio a portadores de aids. Como sou formada em música, sempre aparece alguém querendo aula, mas faço na camaradagem. Gosto de estar com a juventude. Os jovens não represam o que pensam, estão dispostos a vencer, têm uma ansiedade muito grande — disse.

Seu ânimo é de jovem. Disse que acorda sempre às 6h30. Toma suco com cenoura, couve, maçã, abacaxi. Depois faz hidroginástica. Em seguida, toma café reforçado: leite, queijo branco, pão preto. Aveia tem que ter, avisa. Come sempre carne branca, muita fruta e aboliu as frituras há muito tempo. Duas vezes por semana faz academia no fim da tarde:

— Ginástica, musculação, bicicleta, aparelho. Gosto muito. Não posso ficar parada. Faço exercício desde criança, o que significa que me exercito há mais de 80 anos. No colégio era boa de corrida, depois fiz ioga, natação, dança.

Dona Aída disse que ainda sobra tempo para ler, viajar e cuidar da beleza com massagens, mechas no cabelo, manter as unhas das mãos e dos pés bem-feitas.

— Toda mulher tem que ser vaidosa — ensinou.

Como boa gaúcha, gosta de ir a Buenos Aires. E no inverno.

— Passear na Calle Florida com chapéu, luva, casaco até os pés. É o meu personagem!

Médico? Vai de vez em quando a um neurologista que a chama para conversar e a aconselha a continuar fazendo tudo o que anda fazendo.

— Viver é a melhor coisa, o presente que ganhamos. Temos que acarinhar a vida, porque ela sempre vale a pena. Todas as possibilidades estão nas nossas mãos, podemos escolher. Sempre tenha dois projetos na cabeça: um vai dar certo — aconselhou.

E quando a vida dá motivo para chorar? Ela já perdeu um filho e teve três maridos, agora mora sozinha.

— Há coisas ruins que acontecem pelas quais somos responsáveis também. A gente tem participação naquilo que não deu certo — disse, referindo-se a alguma tristeza que não nos revelou.

O que lê dona Aída? Ela tem uma pequena biblioteca em casa e, de vez em quando, pega algum livro na Biblioteca Municipal de Porto Alegre. Acabara de reler *O nome da rosa*, de Umberto Eco. Conta que gosta de ir ao cinema também e que sempre vê todos os filmes que concorrem ao Oscar. E ainda tem sonhos. Como o último companheiro morreu há dois anos, antes que eles realizassem o projeto de uma viagem à Itália, ela estava programando fazer esse

passeio em homenagem a ele.

Se a gente fosse resumir a receita de dona Aída, ela é: trabalho, projetos sociais, atividade mental, vaidade, boa alimentação, exercício físico e planos para o futuro. Seu maior segredo talvez seja o espírito otimista:

— Vejo beleza em toda parte.

Hoje, o que parece espantoso será mais comum daqui para diante. Dona Aída, quando foi entrevistada para o livro, era o espelho do futuro que se pode almejar: pessoas vivendo uma vida longa, independente e ativa.

Em 2010, o IBGE encontrou 206.843 mulheres no Brasil com a idade entre 90 e 94 anos. Ao todo, 319.959 pessoas. A questão é: quantas delas estavam ativas como dona Aída? O Censo registrou quase 3 milhões de brasileiros — 2.917.391— com 80 anos ou mais. Isso é uma população equivalente a todo o Uruguai. Mas apenas 471 mil, como já disse, com mais de 90. No futuro, será maior o número dos que viverão até essa idade e poderão alongar seu tempo de sobrevivência com qualidade de vida e independência. Em 2060 haverá, segundo o IBGE, 5 milhões de brasileiros com mais de 90 anos. Muitos, no entanto, viverão com limitações, por isso o país precisa se preparar e mudar hábitos, atitudes e mentalidade sobre a vida e a velhice.

Há muito ainda a fazer no campo da população: educar mais e melhor as crianças, todas elas, pensando, inclusive, na vida longa e saudável que podem ter a partir de hábitos desenvolvidos na infância, como a atividade física. Temos que ter como meta a redução drástica das estatísticas de mortes dos rapazes. Qualificar os brasileiros para um mercado de trabalho que terá menos oferta de mão de obra e processo produtivo em transformação, que exige a capacidade de aprender sempre. Aumentar a produtividade do trabalhador. Retardar a aposentadoria. Mudar a equação fiscal que sustenta os aposentados. O país precisa se tornar próspero agora. O tempo que nos resta para mudar é muito curto.

• • •

A população do Brasil é de exuberante diversidade. Nos primeiros anos deste século, o Brasil discutiu, até de forma ácida, a questão racial brasileira. Os debates não foram em vão nem aconteceram por acaso. Foram o desaguadouro de estudos e análises profundas sobre a peculiar situação do país. Na academia, durante a segunda metade do século XX, vários pensadores deram contribuição para a formação de um pensamento mais completo e real sobre o racismo brasileiro. As estatísticas são inequívocas. Os pretos e pardos têm menos chances de ascensão social no Brasil, estão sub-representados em todas as instâncias de poder, têm indicadores sociais piores em todas as áreas e mais risco de descer na escala social, além de receber salários menores.

O pensamento convencional tentou explicar as diferenças gritantes entre as condições entre negros e brancos afirmando que o preconceito era social e não racial, e que no Brasil a fronteira entre negros e brancos seria impossível de ser traçada, a não ser pela importação de um pensamento que tentasse separar o que fora unido pela miscigenação. Dados, pesquisas e a simples observação da cena brasileira revelam uma realidade mais dura. A de que os negros — pretos e pardos — foram e são discriminados. A miscigenação cria de fato famílias de vários tons, há o gradiente brasileiro. Todavia, isso só torna mais absurda a discriminação. As informações do IBGE retratam uma proximidade dos indicadores sociais de pretos e de pardos e uma grande distância dos dois grupos em relação aos brancos. O passado da longa escravidão implantou a fratura, mas quase século e meio depois da abolição não há atenuante possível para a persistência da enorme distância social.

Enfrentar com mais sinceridade essa questão será inevitável nos anos que virão. Por políticas públicas ou por esforços pessoais e familiares, um grupo de negros atingiu nos últimos anos a classe média e ficou mais visível na estrutura de poder do Brasil. Negros e brancos vão conviver mais frequentemente no mesmo espaço sem uma relação hierárquica de submissão dos negros em relação aos brancos. Eles não serão mais os prestadores de serviços de baixa qualificação. Novas situações sociais estão se formando e isso obrigará o país a superar o preconceito que temos carregado como

uma bola de ferro atada aos pés.

O Brasil tem uma enorme chance de ser, no futuro, parecido com a visão mítica que criou para si: a de um país com oportunidades para todos, independentemente da cor da pele. Mas antes será preciso abandonar as explicações fáceis e aplicar-se na compreensão da complexidade do fenômeno. O país desenvolveu uma forma oblíqua de separar o que, na visão superficial, está unido. O escritor americano Teju Cole, quando veio para a Flip em 2012, desembarcou confiando no mito da união. Ele, porém, teve olhos para ver o que tantos ainda negam. A visão de quem nos visita é às vezes mais reveladora que a nossa. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, afirmou: “É preciso vir ao Brasil para ver quão dividido ele realmente é”. Contou que se sentiu discriminado desde o aeroporto e reclamou de falar para plateias quase totalmente brancas. “Brasil, você está partindo o meu coração”, lamentou.

O tema do racismo é tão profundo e central para a construção do futuro que não tenho a pretensão de esgotá-lo nessa breve referência no capítulo sobre a demografia e o retomarei ao longo do livro. Desde o início dessa fase do debate público sobre o assunto, que começou no fim dos anos 1990, fiquei com os que reconheciam sua existência e defendiam políticas públicas de superação. Fui convencida pela solidez dos estudos, das estatísticas, dos argumentos dos que sustentam a existência do problema racial. Essa foi a visão vitoriosa na sessão do Supremo Tribunal Federal que aprovou a constitucionalidade do critério racial das cotas nas universidades, mas, mais do que isso, em que os ministros, em seus votos, reconheceram o racismo brasileiro.

O sociólogo Nelson do Valle e Silva faz, desde os anos 1960, inúmeros estudos mostrando estatisticamente como o racismo está presente, por exemplo, no mercado de trabalho. Alguns deles provam que mesmo se forem controladas todas as outras variáveis e comparados brasileiros iguais em tudo, exceto na cor, a desigualdade estará presente. Trabalhadores com o mesmo grau de qualificação têm salários desiguais: maiores para os brancos; menores para os negros.

Várias pesquisas sérias sobre o tema, o debate dos últimos anos, as

ações afirmativas e a ascensão social de parte dos negros brasileiros, tudo isso induzirá o Brasil a escolher um futuro de superação dessa desigualdade. Se isso acontecer, o país ficará mais forte social, política e economicamente. Está chegando o momento em que as desculpas, as explicações oblíquas, os avisos de que é perigoso tocar no assunto não vão enganar ninguém. Somos um mosaico de povos diversos, imigrantes, os que desembarcaram como escravos, os que vieram com esperança e os descendentes dos que já estavam aqui — no Canadá eles definem os indígenas como “as primeiras nações”. Todos juntos montaram as várias faces do Brasil.

• • •

Entrei na sala da presidente da Funai, Marta Azevedo, em junho de 2013, sem saber que aquele seria seu último dia no cargo. Marta é demógrafa, fala guarani, e essa mistura de indigenista com sua visão de população tornou a longa conversa ainda mais interessante. Ela disse frases que me fizeram pensar muito, como:

— O Brasil é o segundo país em sociodiversidade do mundo, ou seja, em número de povos e línguas faladas.

Num país acostumado a se pensar como nação de uma língua só, a frase já abala certezas. Marta perderia o cargo no dia seguinte, em meio a conflitos entre índios e ruralistas, que ocupavam a cena de Brasília naqueles dias. Os índios, defendendo demarcação e respeito aos limites de terras demarcadas e protestando contra os projetos hidrelétricos da Amazônia, que os afetam direta ou indiretamente. O Congresso, querendo enfraquecer a Funai para aprovar um projeto que previa a transferência para deputados e senadores do direito de definir as terras indígenas. Esse assunto estaria em pauta nos meses seguintes e entraria no debate presidencial como um ponto da construção da aliança entre os então candidatos Aécio Neves e Marina Silva, com o primeiro se comprometendo a manter o poder do Executivo de delimitar terras indígenas. Claro estava, já naquele momento, que o tema não seria passageiro.

Eu estava iniciando uma reportagem para *O Globo* sobre uma tribo de recente contato, os Awá-Guajá, que mora no Maranhão, mas fazia a viagem também com o objetivo de buscar informações para este livro. Meses antes, ao começar a escrever este capítulo sobre o “futuro da gente”, havia me dado conta, a linhas tantas, que não incluía ainda uma única palavra sobre os índios nem tinha informação sólida para saber como incluir. Era como se eles fossem algo à parte na paisagem humana brasileira e meu primeiro impulso foi fazer um boxe: “Os índios”. Percebi, então, que precisava interromper o texto e estudar melhor o tema. Fiz minha imersão, pesquisei, falei com quem entende e aceitei o convite do fotógrafo Sebastião Salgado para passar alguns dias com os Awá.

No dia seguinte à conversa no gabinete da presidência da Funai, saí cedo de uma Brasília conflagrada por tribos que ocupavam órgãos públicos e ruralistas exigindo o direito de o Congresso demarcar terras indígenas. Com mochila, rede e saco de dormir, que escolhi com a ajuda de Sebastião, fui para o que resta de floresta amazônica no estado do Maranhão visitar um povo remoto, parte dos povos do Brasil. Uma das “primeiras nações”.

Uma feliz coincidência me ajudou a tomar a decisão de viver essa que foi uma das mais marcantes experiências jornalísticas que tive. Meses antes havia feito uma entrevista com a subprocuradora-geral da República, Raquel Dodge. Ao final da conversa sobre outros temas, fiz uma pergunta com a qual costumo encerrar as conversas. Nós, jornalistas, sempre temos a impressão de que faltou perguntar algo:

— E o que mais está acontecendo? Há alguma coisa na qual eu deveria prestar atenção?

Tínhamos falado de combate à corrupção e à improbidade administrativa, por isso a resposta foi surpreendente.

— Olhe para os Awá.

— Os Awá?!

— Sim, um dos povos mais ameaçados do mundo.

— E onde eles ficam?

— No Maranhão.

Meses depois daquele diálogo, recebi o telefonema de Sebastião

Salgado:

— Vamos para a floresta visitar os Awá? É um povo de recente contato, que está muito ameaçado. Vamos contar a história desse povo?

A exposição *Gênesis*, de Salgado, estava começando a ser montada, espalhando sua beleza em preto e branco pelas aleias coloridas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, depois de ter sido inaugurada com sucesso em Londres e Paris. E continuaria sua carreira capturando emoções. Marcamos de nos encontrar na inauguração da mostra e conversar sobre a viagem. Nesse meio-tempo, fui duas vezes à Funai, em Brasília, cumprir as exigências burocráticas da viagem, entregar meus atestados de saúde e vacinação e conversar com funcionários, como o chefe da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados, o empolgado jovem Carlos Travassos, o coordenador adjunto, Leonardo Lenin, e outros integrantes da equipe. Nesses encontros, que duravam horas, debruçávamos sobre o mapa do Brasil e eu ouvia explicações sobre a situação indígena brasileira.

Na inauguração da mostra, lotada, consegui me aproximar de Sebastião com dificuldade. Ele e sua mulher, Lélia, estavam cercados de fãs e autoridades. Numa brecha, ele me disse:

— Nos encontraremos amanhã na sala da presidente da Funai, em Brasília. No caminho para o Maranhão, conversamos.

Marta Azevedo havia preparado para nós uma aula sobre a complexidade da questão indígena. O IBGE encontrara, no último Censo, 896.917 indígenas nas mais diversas situações. Meio milhão em terras indígenas, o resto fora de aldeias. Os resultados do IBGE mostram 305 etnias diferentes que falam 274 línguas. Há divergências entre especialistas que preferem apostar em números menores de povos e idiomas. O Instituto Socioambiental (ISA), ONG que tem um vasto arquivo de informações sobre os índios brasileiros, fala em 241 povos; entre eles, 49 têm parte de sua população vivendo em outros países. O mais espantoso é que existem ainda tribos que permanecem fugindo a qualquer contato com outros brasileiros, indígenas ou não.

O Brasil tem, pelo menos, 30 povos isolados, segundo a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados. Eles só

afirmam a existência de algum grupo após investigação; há registros esparsos de muito mais. O ISA diz que as informações são heterogêneas, fornecidas por pesquisadores e pelos próprios indígenas. “De acordo com o ISA e seus colaboradores há na Amazônia brasileira 50 evidências de índios isolados, mas não se sabe ao certo quem são, onde estão, quantos são e que línguas falam”, diz o instituto. O ex-governador do Amazonas, Eduardo Braga, me disse que no estado dele há dois grupos isolados que ele tem certeza que existem porque os viu ao sobrevoar o vale do Javari.

O Brasil é o único país da região que tem um órgão dedicado aos isolados, e a política é: só estabelecer contato quando eles querem ou quando estão em extremo perigo. No mais, é manter as frentes de proteção etnoambiental e protegê-los de longe. Os Awá conseguiram fugir por 500 anos e foram contatados no fim dos anos 1990.

Foram dias intensos e perturbadores os que vivi na Aldeia Juriti. É como se estivesse sendo sacudida. O primeiro choque ocorreu quando, ao fim de dois dias de uma viagem que envolveu avião, carro em asfalto, em estrada de chão, que foi piorando até ficar quase intransitável, chegamos perto da Terra Indígena. Um barco levou as bagagens. Nós fomos a pé, de mochila nas costas. Chegamos ao fim da caminhada à aldeia, onde vive uma parte dos Awá-Guajá.

A primeira técnica do jornalismo é: você pergunta e registra a resposta. E foi justamente essa que não pude usar. A maioria dos Awá ainda não fala português. A propósito: segundo o Censo de 2010, 28,8% dos indígenas brasileiros não dominam a língua oficial do Brasil. Guajá é um idioma do tronco tupi. Dois técnicos da Funai conheciam um pouco de guajá, mas o suficiente apenas para a troca de informações superficiais, não uma entrevista. Alguns dos índios falavam um pouco de português.

Como eles são do tronco tupi, os rostos lembram as imagens que vemos nos livros desde os primeiros anos escolares. Era fácil reconhecê-los como parte da gente brasileira. Tentei falar com vários e recebi de volta uma expressão de desentendimento. Constatei que não estava preparada para encontrar em outro brasileiro a barreira da língua. Por isso comecei a escrever a reportagem relatando esse susto inicial. Ela foi publicada em quatro páginas da edição de domingo e

três outras páginas na segunda-feira.

A observação dos dias seguintes e principalmente a chegada, no fim de semana, do antropólogo Uirá Garcia, fluente em guajá, permitiram a coleta de dados e a compreensão daquele mundo inteiramente novo e em transição. A viagem de volta e o encontro com vários tipos de crime me deram a certeza de que eles estavam em perigo extremo.

Os Awá-Guajá acreditam que quando morrem viram Karauaras, seres celestiais, mas ainda florestais. Na sua visão de mundo, há uma ligação entre o que acontece na Terra e nesse céu, onde estão os ancestrais e para onde eles irão. Se houver desmatamento aqui, no outro mundo a floresta também acabará. A destruição da floresta é um apocalipse de Terra e céu. É o fim de todos os mundos. Por isso eles estão dispostos a morrer para defendê-la.

No meio da mata, longe da aldeia, encontrei a pessoa mais velha da tribo. Amerytxiá recusara o aldeamento e continuava morando sozinha, entre as árvores, com a rede que ela mesma havia tecido usando fibras tradicionais de tucum. Quando a vi, numa caminhada com os índios, parei de susto, de pensar numa pessoa daquela idade morando sozinha numa rede no meio do mato. Na visão dela, aquela era a sua *taperi*, sua casa, na floresta, único lugar onde sabe viver. É uma rede dependurada entre duas árvores, debaixo de um teto de palha, brasas entre pedras na terra e nenhuma parede. Ela pareceu entender meu espanto. Delicadamente fez um gesto para que eu continuasse o meu caminho.

Voltei lá depois, quando chegou Uirá Garcia. O antropólogo, que os estuda há anos, explicou a ela que eu estava no local para contar, a pessoas que poderiam ajudar, que os madeireiros estavam destruindo a floresta. Amerytxiá me olhou, balançou a cabeça positivamente e disse com a voz fraca de anciã:

— *Katu, katu.*

É um agradecimento. Ela contou a Uirá que aprendeu com seu pai a fugir sempre. O pai dela fugiu a vida toda.

— Agora eles estão no fim da linha, não há mais para onde ir — me disse Uirá.

Entendi que, para ela, aquele era seu último ato de resistência:

ficar longe da aldeia, vivendo no modo mais tradicional.

A reportagem venceu o prêmio Esso de Informação Científica, Tecnológica e Ambiental. Naqueles dias, na aldeia, eu aprendi tanto e incluí tantas perspectivas novas no meu entendimento sobre o país que sou eu a dizer *katu* aos Awá-Guajá.

Quando o tema é população, o risco é o texto nunca acabar. Grandes mudanças acontecerão nos próximos anos e décadas; as políticas públicas, as empresas, as escolas precisam se preparar para um quadro inédito no Brasil. A diversidade de situação entre os indígenas não permite simplificações. Cada etnia está em estágio diferente de convivência com os outros brasileiros, mas até hoje a maioria dos povos indígenas tem prestado um serviço ambiental importante para o resto do país na proteção da floresta. Extermínio ou sobrevivência; assimilação ou resistência; preconceito ou comiseração. Os índios têm vivido entre esses polos opostos. Está na hora de simplesmente entender que o Brasil é assim mesmo, eles são parte de nós, e sua presença tem ajudado a manter a biodiversidade brasileira. As terras demarcadas como indígenas não deixam de ser da União e fazem parte das áreas protegidas, como parques e florestas nacionais.

No segundo dia na aldeia, um grupo de Awá se aproximou, com seus paramentos típicos do lugar onde estávamos. Piraíma'á, um dos líderes, começou a fazer um discurso em guajá. Mesmo sem falar sua língua era impossível não se emocionar com sua aflição. Eu gravei o discurso e mandei o arquivo sonoro para Uirá Garcia. Ele traduziu. Transcrevo trechos: “Os madeireiros não param de mexer nas árvores. Minha casa é a floresta. Lá eu sei andar e caçar. Os brancos madeireiros vão matar todos nós, todos os nossos parentes. Eles matam os Awá. Os madeireiros estão matando as árvores. Uma árvore grande, dura, muito dura, eles conseguem matar. Eu estou muito bravo e eu tenho coragem. O lugar dos brancos [não indígenas] já está todo desmatado, os brancos moram nas cidades e as cidades não têm floresta. A minha casa é a floresta e eles estão destruindo a minha casa. A minha área está cheia de fazendas de gado. Eu não estou mentindo. Eu não estou mentindo no que eu falo. Eu vou enfrentar esses madeireiros. A minha casa é aqui. A casa deles

é bem longe. A minha casa é aqui na floresta. Eu vou resistir”. E no pouco português que sabe ele completou: “Eu tenho coragem. Eu não tenho medo, não”.

Aqueles índios estavam encurralados pelos madeireiros e grileiros. O governo hesitava em sua obrigação de cumprir a ordem judicial de retirar os não indígenas da região. Viajando no entorno da área em que eles, sitiados, vigiavam a floresta, conversei com grileiros e caminhoneiros, carregando madeira extraída ilegalmente, trabalhadores de serrarias clandestinas. A economia dos municípios locais depende do desmatamento. O conflito estava armado e o lado mais frágil é o que defendia o patrimônio natural brasileiro.

Nas fazendas instaladas em terras já demarcadas como indígenas nas quais entrei, os “donos” nunca estavam. Em apenas uma consegui conversar com o homem que se dizia proprietário. Eu andava na estrada, em torno de uma cerca, olhando de perto um grande rebanho, quando alguém chegou a cavalo e avisou que o “dono” da fazenda queria falar comigo. Fui. Nosso diálogo foi numa situação estranha: ele ficou do lado de lá da cerca, em cima do seu cavalo, cercado por seus funcionários, disse se chamar Hilário da Silva, de apelido Maranhão. Eu, em pé do lado da estrada, levantava com a mão o iPhone para gravar a conversa. Estava viajando entre São João do Caru, que fica perto da aldeia que visitei, e Zé Doca, uma terra que homenageia, com o nome, um famoso grileiro na região.

— Não tem índio aqui. Eu nunca vi índio por aqui — falou.

Contou que tinha se instalado lá na época em que Zé Doca, do sindicato, havia distribuído terras. Mas afirmou que ele mesmo havia comprado “de particular”. Que tinha 800 cabeças de gado naquele momento.

— Os índios são preguiçosos e não trabalham — afirmou, em contradição com o que acabara de dizer sobre a não existência.

Depois completou:

— Eu só saio daqui tocado, não aceito recado e se não vigiar eu volto.

Argumentei que não era recado, mas sim a Justiça que havia determinado que os não indígenas fossem retirados daquela terra.

— Nós temos advogados, nós temos deputados e vamos fazer a CPI pra cima da Funai.

O sol do entardecer, no Maranhão, sobressaindo do chapéu do grileiro, a cerca de arame farpado em terra demarcada como indígena, a decisão de não apeiar do cavalo para a nossa conversa davam à cena um ar de velhos filmes de faroeste. Tudo naquela estrada maranhense lembrava o passado.

O que será o futuro? Na aldeia, conheci uma menina de nome Aparanã, de sorriso fácil e grande beleza. Ela me olhava querendo conversar, mas eu só sabia dizer o nome dela e ela aprendeu o meu.

— Aparanã.

— Míriam.

Contato feito, sorriamos uma para a outra. Ela tentava me ensinar algumas palavras, eu tropeçava na pronúncia, ela ria dos meus erros. Eu passei a falar devagar várias coisas, em português, na esperança de que ela entendesse mais do que consegue falar. Ela me olhava de frente, com olhos inteligentes e curiosos, e respondia invariavelmente *foi*. Essa palavra ela usava para dizer “sim”, ou “estou entendendo”, ou “aconteceu”.

O que foi e o que será de Aparanã? Naquele momento exato ela estava exposta a um risco físico. Os madeireiros de fato estavam “matando” as árvores que garantirão seu futuro e o de seus filhos. Grileiros não estavam dispostos a ceder. No longo tempo de vida que tem pela frente, ela verá as aldeias e terras indígenas passando por transformações impostas pela tecnologia. Muitas aldeias hoje já estão conectadas. Há pessoas que consideram que a posse de bens de consumo pelos indígenas é uma prova de que eles deixaram de ser quem são e que, portanto, é melhor tomar suas terras.

O fotógrafo Sebastião Salgado estava no meio de um trabalho na América Central quando recebemos o prêmio Esso. Ele pediu que eu lembrasse no discurso que faria na cerimônia de premiação que as terras indígenas são da União e que quando os índios a defendem do crime de desmatamento o fazem por todos nós. As imagens de satélite não deixam dúvidas: as áreas mais verdes captadas do espaço são de terras indígenas.

Há diversas situações, inclusive a de indígenas ligados a redes de

crimes. Não se defende aqui a tese da bondade original. Os Awá nos disseram que sua ligação visceral com a floresta, pela qual estão dispostos a matar e morrer, não é compartilhada por todos os povos. Mas o fato é que, 500 anos depois da chegada dos portugueses, a maioria dos índios permanece querendo ser quem é. E isso é misterioso e instigante num país em que os netos de imigrantes, em geral, conservam apenas os traços e apreço por festas e comidas típicas. As tentativas de instalar os índios perto das cidades para que as novas gerações se dissolvessem na geleia geral brasileira terminaram sempre de forma trágica: alcoolismo, prostituição e morte.

Outra parte do drama da disputa pela terra são os posseiros. São pobres não indígenas. Entrei na casa de alguns deles, sentei e conversei sem pressa nesse caminho que começou na Aldeia Juriti e foi até Zé Doca. No trajeto encontrei o crime, mas vi também o desamparo. Nos povoados, trabalhando em terras demarcadas como indígenas, é possível encontrar personagens que parecem ter saído de livro de ficção, como o falador José Ribamar de Araújo, 56 anos, ou o triste Jardel dos Santos, 36 anos. Os dois admitiram que foram para lá sabendo que era terra indígena, mas que não tinham opção.

— O Maranhão é grande mas tudinho tem dono. Se todo mundo sair, eu saio. Da área falada todo mundo quer ser dono, mas eu sei que é terra indígena. Para onde eu vou? Se eu for para São Paulo, o bandido come e fica de graça — disse José Ribamar, o mais velho.

Jardel reclama que lá não tem luz, água tem que buscar longe, mas admite que está sem opção:

— Sofrimento aqui é grande demais. Eu não vou lhe falar que moro aqui sempre, mas estou dependendo deste lugar. Se todo mundo assinar eu assino, mas não vou dizer que é de boa vontade. Eu não tenho emprego e não tenho letra.

As histórias são as mesmas. São convincentes e comoventes. O Estado os abandonou, não os educou. Todos os que entrevistei eram analfabetos ou tinham passado brevemente pela escola.

— Quem não tem estudo é ruim de andar no meio do mundo — resumiu um dos posseiros no povoado de Cabeça Fria.

Gostariam de ter estudado.

— Eu vejo a senhora que tem alta mentalidade e muita matemática. Eu queria isso — me falou José Ribamar de Araújo.

Todos foram para lá atraídos pela promessa de que era terra indígena, mas acabaria sendo deles, se persistissem. Quem os atraiu? Os líderes locais e os grileiros. A maioria achava que era melhor mesmo ficar porque receberiam do governo algum tipo de compensação na hora da retirada. Faziam suas roças ou trabalhavam para os fazendeiros e esperavam o desenrolar dos acontecimentos. Eles são vítimas dos erros do Estado brasileiro e dos governantes do Maranhão, e arma dos invasores de terras. Para os grileiros, a permanência deles era estratégica. Seriam usados como argumento na disputa política na hora da remoção dos não indígenas.

No fim daquele ano, em dezembro de 2013, o governo decidiu fazer a “desintrusão”, nome dado ao processo de retirada dos não indígenas. E o drama é sempre o que fazer com os brasileiros pobres. Os fazendeiros usam os pobres como escudo. Eles os atraem, instalam em terra indígena e depois acusam quem está ao lado dos índios de crueldade com os pobres e de estar a serviço de ONGs internacionais. Todos os posseiros me disseram que não resistiriam, caso a Justiça os mandasse sair, mas os fazendeiros estavam distribuindo convites para um bingo que financiaria as manifestações contra a retirada. A cartela custava R\$ 10,00 pela chance de ganhar um boi guzerá, um potro manga-larga e cinco bezerros. O dinheiro seria, dizia a cartela que encontrei espalhada por aqueles povoados, para uma tal “comissão beneficente de defesa dos proprietários e agricultores contra a criação da reserva indígena Awá-Guajá”. O sorteio do bingo seria em São João do Caru, na praça Roseana Sarney.

Foi um fim de ano que mostrou o que estava por vir. As forças do Estado desembarcaram dispostas a retirar do local os grileiros e posseiros da terra Awá. Enquanto isso, um conflito estourou em Humaitá, no sul do Amazonas. A população da cidade incendiara a sede e os equipamentos da Funai num confronto com os índios Tenharim-Marmelos. Um cacique havia morrido e três pessoas sumiram na cidade. Isso foi o estopim. Os não indígenas culpavam os índios e o conflito eclodiu. O que esses e outros eventos nos contam é

que temos um problema. E uma enorme chance. Se o país cultivar o ódio étnico, o fim de tudo será trágico. Se tivermos sabedoria, vamos preservar o que há de melhor em nós. É dessas escolhas que se faz o futuro.

O antropólogo e ex-presidente da Funai Mércio Pereira Gomes, no livro *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*, de 2013, trata da questão com clareza e profundidade. Calcula-se que havia 5 milhões de indígenas no Brasil na chegada dos portugueses. Hoje eles estão reduzidos a menos de um quinto disso. Centenas de etnias desapareceram completamente. A boa notícia é que nos anos 1970 estudos como os do antropólogo Darcy Ribeiro registravam pouco mais de 100 mil e havia no país a convicção de que eles caminhavam para o extermínio. Nos últimos anos, houve aumento da população. Em parte porque o tema foi mais amplamente pesquisado, em parte porque começou a haver uma inversão da tendência demográfica.

O líder indígena mineiro da região do vale do Rio Doce, onde eu nasci, Ailton Krenak contou, em uma entrevista a Marco Antônio Tavares Coelho para a revista *Estudos Avançados*, da USP, que certa vez foi procurar Darcy. Na época, o genial Darcy Ribeiro era secretário no governo do Rio. No dia caiu um temporal e Ailton fez a pé uma parte do caminho levando uns Guaranis. Ao chegar à sede do governo do Rio, o guarda disse que o secretário não iria recebê-los. “Parecíamos pintos molhados.” O guarda estava enganado. Darcy os recebeu muito bem e perguntou como eles estavam. Krenak é do grupo conhecido como “botocudo”, que havia sido considerado extinto pelo antropólogo. “Como você disse que nosso povo está extinto, um fantasma veio lhe visitar. Pelo seu livro, estamos mortos. Quem está extinto não dá notícia”, respondeu Ailton, divertindo Darcy. Em 2003, Ailton Krenak virou assessor do gabinete do então governador Aécio Neves para organizar políticas de proteção e defesa dos índios em Minas Gerais, segundo relatou para a revista da USP.

Mércio repete nesse livro o que ele disse no primeiro que escreveu quase três décadas antes: os índios que sobreviveram “cresceram, consolidaram sua existência, tiveram suas terras demarcadas e estão procurando seu espaço na sociedade brasileira”. Há casos trágicos de tribos de poucos indivíduos e de línguas e culturas que

desapareceram em passado recente e há casos emocionantes de resistência. Há etnias que têm mais disposição para entender todas as formas de vencer e convencer na sociedade não indígena; há os menos preparados para essa luta e há os que ainda tentam manter distância de tudo. Os Awá são apenas 400 indivíduos em quatro aldeias, além de outros, de número incerto, que ainda fazem como seus ancestrais e fogem. Mas há tribos com 20 mil a 50 mil pessoas, como os Tikuna, Guarani-Kaiowá, Kaingang, Macuxi, Terena, Tenetehara, Yanomami, Potiguara, Xavante. Há grupos como os Munduruku, capazes de forte mobilização.

Há formas variadas de convivência entre eles e deles com os não indígenas. E tudo continuará mudando na avalanche que começou com a internet. Mércio alerta em seu livro que informações sobre os índios não são mais exclusividade de antropólogos. Estão na internet, em sites e blogs. “No Facebook centenas de jovens índios participam inserindo fotos de suas aldeias, discutindo assuntos políticos, compartilhando ideias ou simplesmente fofocando.” Há graus, os mais variados, de contato com o resto do Brasil, mas todos eles querem permanecer sendo quem são e fazendo parte do todo; mesmo os que não sabem a dimensão do país do qual são parte, como os Awá-Guajá. Nos anos 1990 os Ashaninka, cuja maior parte da população está no Peru e apenas 1.300 no Acre, já usavam a conexão para defender suas terras de madeireiros, comunicando invasões às autoridades. “Não podemos competir com o mundo tecnológico e científico, mas podemos saber o que acontece no mundo lá fora e, com isso, saber o que acontece na nossa floresta”, tem afirmado, em entrevistas, Benki Pianko, o líder Ashaninka.

Em 2007, fiz um programa na TV com dois líderes indígenas, Domingos Tukano e André Baniwa. Eles eram presidente e vice-presidente, respectivamente, da Federação dos Povos Indígenas do Alto do Rio Negro. Para se ter uma ideia das dimensões amazônicas, era necessário uma semana de voadeira, como é conhecida uma pequena lancha de alumínio muito veloz, para cruzar a distância entre a aldeia dos dois. André estudou porque seu pai quis que os filhos entendessem o mundo para não passar pelas dificuldades que ele passou. Depois da nossa conversa, André continuou sua carreira: ele

se tornou militante do movimento indigenista, foi vice-prefeito da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Eu o entrevistei antes de ele entrar para o Partido Verde e se candidatar. No fim da conversa, André e eu trocamos endereços de e-mails.

Domingos Tukano e André Baniwa me disseram que estudaram, mas preferiam ficar em suas aldeias, ajudando-as a preservar sua cultura. André me contou na época que seu sonho era uma universidade que permitisse aos jovens indígenas adquirir conhecimentos gerais, mas mantendo suas tradições. Quem navegar no site do Baniwaonline ([baniwaonline.wordpress.com](http://baniwaonline.wordpress.com)) verá que a educação tem sido o foco das preocupações do povo Baniwa-Coripaco e que eles têm vários estudantes na Universidade Federal de São Carlos e na Universidade Federal do Amazonas.

Há uma enorme heterogeneidade de situações entre os índios brasileiros, mas o entendimento no país é o de que eles se descaracterizaram e deixaram de ser índios e que, portanto, o melhor é reduzir os limites de suas terras ou até revogar demarcações feitas para que a agricultura e a pecuária avancem. Esse raciocínio embute dois velhos defeitos do Brasil. O primeiro, o de que o crescimento do agronegócio só se faz derrubando matas, quando o racional é produzir de forma mais eficiente e recuperar áreas degradadas com novas tecnologias. Tratarei disso ao falar sobre o agronegócio, no capítulo sobre a agricultura. O segundo é o persistente e inegável preconceito em relação aos índios.

O futuro será inclemente com países que exibirem essa intolerância às diferenças. São atitudes contra a corrente. Violências étnicas para aumentar a produção, num país com tanta abundância de terras férteis, são o maior tiro no pé que se pode dar no produtivo agronegócio. Barreiras se formarão contra os produtos brasileiros. Nós perderíamos a nossa identidade multicultural. O melhor a fazer com a nossa diversidade humana é conservá-la e protegê-la. Até agora temos sido heterogêneos. E disso emana a nossa força. O futuro da gente será decidido por nós ou contra nós. A única escolha sensata é pela diversidade, sem a qual não seríamos quem somos.

As próximas décadas serão as mais importantes nesse conflito que começou há 500 anos. O campo da luta está demarcado. Algumas

lideranças do agronegócio acham que é preciso diminuir a dimensão das terras que estão com os índios. No Congresso, seus representantes querem mais poder para reduzi-las. Inúmeros produtores não pensam assim, no entanto se deixam representar pelos mais conservadores. É cômodo. Há terra para todos neste país de dimensões continentais. A maioria das etnias indígenas está trabalhando na proteção do patrimônio natural do Brasil. Nunca é demais dizer que são terras da União.

• • •

A pacificação do Brasil com a própria diversidade nos aproxima do sonho que temos acalentado de sermos pacíficos, cordiais, heterogêneos, antirracistas, miscigenados, brasileiros, enfim. Não somos exatamente como nos descrevemos, mas temos chance de reforçar algumas das nossas virtudes pelas escolhas que fizermos neste século. Tanto diante da ascensão dos negros quanto diante do aumento da tensão pela disputa de terras na Amazônia, esta é a hora do teste decisivo. Aceitar como parte do nosso fortalecimento a ascensão dos negros a postos de maior relevância em todas as instâncias de poder e respeitar a diversidade étnica dos indígenas fará o Brasil encontrar seu projeto. Não conheceremos a vitória como nação sem combater o racismo, porque jamais seremos um povo branco. Somos a mistura.

Nada será fácil. Várias vezes os não negros vão se incomodar de serem comandados por negros nas empresas, nas instituições; os não indígenas vão se perguntar se os índios devem ter tanta terra. O sucesso será inverter a lógica e o olhar. Uma nação se constrói quando entende e respeita a sua natureza. Um país é a sua população. Por isso o futuro da gente é o futuro do próprio país. É fundamental ter um projeto e seguir por ele. A idade média da população vai aumentar a cada pesquisa do IBGE; haverá uma proporção maior de idosos; menos jovens vão entrar no mercado de trabalho a cada ano; antes da metade do século começará a encolher

o número de pessoas; os brasileiros viverão mais; o país terá que lidar melhor do que jamais lidou com sua heterogeneidade étnica.

Esta é a hora de ficarmos mais prósperos. O Brasil não poderá perder jovens da maneira displicente como tem perdido, em mortes precoces na violência ou no trânsito. Terá que preparar todos eles com uma educação que tire o melhor proveito do talento de cada um. Terá que ter um projeto de instituições para os idosos longevos porque as famílias serão cada vez menores e não poderão arcar com esse ônus sozinhas. O preconceito sempre foi moralmente condenável, mas será também antieconômico. Em uma população que vai diminuir, as barreiras, dissimuladas ou não, à ascensão dos negros farão com que se percam talentos pelo mais abjeto dos motivos: o tom da pele num país miscigenado. Não será suficiente negar que o preconceito existe. Será preciso desmontá-lo.

Todos os que quiserem ir para o mercado de trabalho precisam contar com a possibilidade. Uma política ampla de creches será fundamental. Hoje, dois terços dos jovens nem estudam nem trabalham. Em sua maioria são mulheres novas e pobres e que não têm com quem deixar os filhos. O Brasil chegou à metade da segunda década do século sendo o país com o maior número de empregadas domésticas, ao todo 7 milhões, segundo a OIT. Esse número vai cair drasticamente pela maior escolarização e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Se a mulher for colocada diante do dilema de carreira ou maternidade, pode haver uma queda ainda mais acentuada nos nascimentos. Nos países muito conservadores, que deixaram sobre ela todo o ônus do cuidado com as crianças, aumentou o número das que optam por não ter filhos. As leis de licença-maternidade têm que evoluir a fim de liberar o trabalhador para o cuidado da criança. Passada a fase da amamentação, o que impede o pai de se responsabilizar pelo cuidado do bebê? Haverá cada vez mais homens pensando assim. Há uma nova mentalidade se formando nas famílias, que reduzirá o peso da reprodução, que ainda recai, quase integralmente, sobre a mulher. Há cada vez mais arranjos familiares, inclusive de pessoas do mesmo sexo. A união homoafetiva tem aumentado muito com a atitude de cada um assumir sua escolha

livremente. Muitos casais do mesmo sexo têm filhos. Recentemente saiu uma nota em um jornal sobre o fato de os fraldários terem sempre o desenho de uma mulher trocando a fralda. Antes esse detalhe nem seria notado, hoje, contudo, as pessoas já se perguntam: por que não o pai? As famílias estão mudando rapidamente, mas a inércia mantém desde as leis de licença, ainda chamadas de maternidade, até a programação visual dos fraldários. Num contexto assim de mudanças, o conservadorismo machista será um perigo para a economia. Nenhum talento será dispensável no Brasil do futuro.

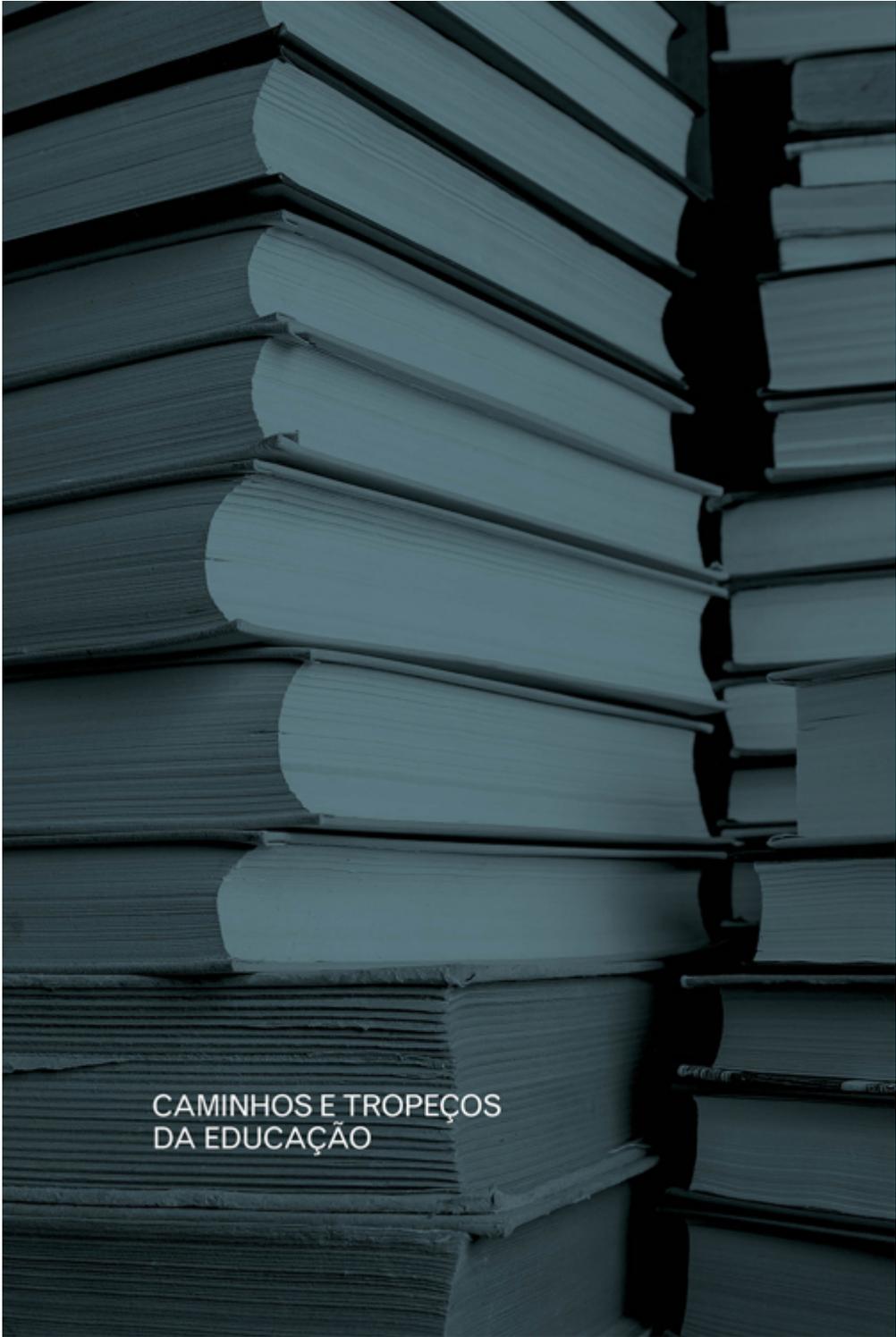
Na outra ponta da vida, de novo as mulheres são convocadas. Um dos estudos do livro coordenado por Ana Amélia Camarano mostra que 1,4 milhão de mulheres em idade ativa estavam fora do mercado, sem renda e sem cobertura previdenciária, dedicadas aos cuidados com os idosos da família. Outro assunto inescapável. Como envelheceremos e como vamos preparar o cuidado e a moradia dos idosos que tenham limitações graves?

O combate à violência fica mais urgente diante do quadro de queda da população jovem. A boa notícia é que especialistas como Gláucio Soares têm provado que políticas públicas corretas salvam vidas no Brasil e no exterior. Devemos estudar esses bons exemplos para reduzir os níveis alarmantes de crimes e, especialmente, de homicídios de jovens. As soluções estão mapeadas. É preciso seguir as receitas que já deram certo para retirar o país, o mais cedo possível, do grupo dos mais violentos do mundo, no qual não queremos estar.

Uma nação não é apenas seu território, por maior que ele seja, ou por mais bela que seja sua natureza. Não se faz uma nação sem povo. O que aconteceu com o Brasil nos últimos anos foi uma mudança de regime demográfico. Não somos mais como pensávamos ser; não entendemos o que somos e muito menos o que nos tornaremos em breve.

As mudanças drásticas já contratadas para acontecer imporão ao Brasil tarefas das quais não se poderá fugir: educar melhor todas as crianças nascidas, elevar fortemente a qualidade da educação, proteger os jovens, superar os preconceitos, mudar o regime previdenciário retardando a aposentadoria, atualizar nossa visão do tempo de vida ativa, preparar o país para o prolongamento da vida. A

demografia mudou e continuará mudando. E isso não é um problema. É um fato. Temos que nos preparar para os eventos que virão e tirar deles o melhor proveito. Não podemos correr o risco de caminhar para o futuro ignorando o que espera a nossa gente.



CAMINHOS E TROPEÇOS  
DA EDUCAÇÃO

O Brasil está sempre nos piores lugares da mais conhecida avaliação internacional sobre aprendizado, o Pisa, mas já formamos o consenso de que a educação é o ponto-chave do nosso progresso. Segundo a OCDE, o país avança, mas ainda está muito atrasado. Há incríveis histórias de brasileiros lutando em ambiente hostil e indo além do possível na busca do conhecimento. Algumas estão narradas aqui: duas jovens de favelas do Rio de Janeiro estudam línguas asiáticas sozinhas, escolas se destacam onde ninguém espera, cidades deram um salto pelo esforço de seus líderes. Há instituições renovando a educação brasileira. E até o país mais poderoso do planeta está reformando a educação. Um dos melhores sistemas do mundo, o finlandês, traz várias lições. A sala de aula do futuro será totalmente diferente porque a era digital já começou a mudar a forma como ensinamos e aprendemos.

# A MAIOR DAS TAREFAS

— Limpando este chão eu eduquei meus filhos. Os dois terminaram a universidade e o menino é jornalista — me disse a mulher.

Ela correrá atrás de mim, chamando o meu nome quando eu estava de saída da Casa de Rui Barbosa, em Botafogo, no Rio de Janeiro, onde fora fazer uma entrevista. O velho Rui precisava ouvir essa frase, pensei. Ele havia escolhido aquela magnífica casa por ser ampla o bastante para comportar seus milhares de livros. O chão me pareceu limpíssimo e a mulher, bem falante. Ela explicou que não tinha vergonha do ofício porque conseguira o que tinha sonhado, a educação dos filhos.

Quando, dois anos depois, comecei a escrever este capítulo, a frase daquela mulher da Casa Rui me voltou à cabeça. Os que conhecem a casa a chamam assim, com intimidade. Quis retomar a conversa. Reencontrar uma faxineira terceirizada de um órgão público cujo nome eu nem sabia não foi tarefa fácil. O nome dela é Margarida e sua história de vida é muito interessante.

O mais perigoso defeito do Brasil é ter se descuidado tanto da educação. Os pobres de outras gerações se salvaram por si mesmos, encontrando alguma forma de ajudar seus filhos. Só na democracia o tema passou a concentrar nossa atenção. Mesmo assim, o que o Brasil tem feito é pouco para reduzir a distância que nos separa do desejável. Os números das comparações internacionais não deixam dúvida: pagamos o preço dos erros passados e presentes. Mas, no interior das casas, das salas de aula, nos mais remotos cantos do Brasil, há muitos relatos emocionantes de superação. Sempre foi possível encontrar esses heróis anônimos. A novidade agora é que eles se tornaram mais frequentes.

Margarida Joaquina de Oliveira, a faxineira da Casa Rui, nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, filha de uma lavadeira. Estudou mais que seus pais e chegou até a sétima série. Mas isso não foi suficiente para encontrar um trabalho com maior recompensa financeira quando se separou e passou a se responsabilizar sozinha pela educação de Marcelo e Danielli. Hoje Marcelo Bertoldo trabalha num jornal carioca e Danielli estuda numa universidade nos Estados Unidos. O caminho para que os filhos estudassem foi aberto com muito empenho.

Quando Marcelo passou no vestibular para uma faculdade paga, duvidou que conseguiria estudar. A família não tinha dinheiro nem para a matrícula. Uma amiga deu a Margarida, de presente, o valor necessário para o começo. Depois de garantir a vaga do filho, ela conversou com o diretor sobre a situação financeira da família. Ganhou um bom desconto e o direito de ir pagando aos poucos, quando desse. Além do trabalho fixo, Margarida fazia bicos, desde passar roupa a servir churrasquinho na feira de São Cristóvão.

— Quatro anos depois ele se formou, quando vi a monografia, chorei. O reitor quis conhecê-lo porque ele teve boas notas na faculdade.

Danielli jogou futebol no Botafogo e no Vasco e, depois de participar de alguns processos de seleção, incentivada pelo irmão, acabou sendo levada por um time americano. Em 2014, estava completando sua graduação em administração com especialização em marketing na Universidade de Iowa.

Diante da vitória dos filhos, Margarida quis estudar novamente. Ela continuava, aos 52 anos, trabalhando na limpeza da Casa Rui.

— Nada foi fácil e eu digo aos meus filhos: não subam no salto alto nem tenham o nariz em pé, mas sejam atrevidos, ousados. Limpando o chão eu os eduquei e eles não têm vergonha de mim porque sou atrevida e ousada — disse Margarida.

A ousadia de lutar pelo que parece impossível tem limpado os obstáculos no caminho de outros brasileiros. Jéssica de Souza Teodósio tinha 21 anos quando nós a localizamos, em 2013. Eu queria achar casos que ilustrassem o aumento do esforço feito pelos pobres por uma educação de qualidade, mesmo em ambiente

adverso. No final, foi difícil resumir e escolher, tantos foram os depoimentos. A casa onde Jéssica mora, no largo do Boiadeiro, na Rocinha, tem só um quarto. Ela o divide com o irmão; a mãe dorme na sala. O pai usa o quarto durante o dia, quando os filhos estão na escola. Ele é garagista e trabalha à noite. Nesse ambiente de restrições, Jéssica construía seu futuro com entusiasmo. Ela estudava engenharia química na PUC-Rio, era monitora de cálculo e fazia uma atividade de iniciação científica no comportamento das moléculas em contato com a luz. Conseguiu bolsa integral, paga por um empresário, incluindo recursos para transporte, alimentação e material didático.

Até a oitava série estudara em escola pública, mas, pelas boas notas, fora chamada para um curso particular. O detalhe é que a escola ficava na Freguesia, na Zona Oeste da cidade, muito longe da Rocinha, na Zona Sul, e ela não tinha dinheiro para comer na rua. Aos 16 anos, saía de casa às 5h30, na favela ainda antes da pacificação, levando uma marmita; passava o dia na escola e chegava de volta às 21h30. Esteve sempre entre os dez primeiros lugares e passou no vestibular da PUC. Jéssica gosta de música e desde os seis anos tocava flauta doce. Quis tocar na Orquestra Villa-Lobos, mas só havia vaga para clarinetista. Dedicou-se tanto ao novo instrumento que ficou no posto.

Quando a encontramos, estava envolvida em uma missão quase impossível: aprender coreano sozinha. Ela não acha o objetivo inatingível e tem até uma acompanhante nesse sonho: Stephanie Silva dos Santos Tavares, um ano mais velha e colega do curso de engenharia química na PUC. As duas estudam pela internet, assistem a vídeos com tutores virtuais, ouvem músicas no idioma e hoje são fãs de grupos de música da Coreia. Stephanie também aprende chinês.

As duas tinham em comum a bolsa do empresário cujo nome elas não dizem porque ele prefere o anonimato. Elas se referem a ele, então, como “o anjo da guarda”. Stephanie mora na favela da Tijuquinha, no Itanhangá, Zona Oeste. Como a amiga, era uma das melhores alunas da escola pública e por isso conseguiu bolsa numa escola particular para fazer o Ensino Médio.

Ganhou gratuidade por um ano num curso de francês. Foi tão

bem, que permitiram que ela completasse os cinco anos. Como o curso de francês era longe da Tijuquinha, e ela não podia pagar o ônibus, Stephanie usava a bicicleta: pedalava uma hora na ida, uma hora na volta.

Em 2011, entrou no curso de mandarim na PUC. Dois anos depois fez o teste HSK, o TOEFL da língua chinesa, e foi classificada como nível intermediário. Foi selecionada para um intercâmbio de um mês numa universidade chinesa e voltou mais animada com sua opção de cruzar a enorme distância entre idiomas que nada têm em comum. Para ganhar algum dinheiro, dava aulas particulares de cálculo, física e química para estudantes da PUC.

— Mas dou bolsa para quem não pode pagar.

Stephanie sabe bem a transição pela qual o Brasil está passando na valorização da educação. Sua avó acha que ela estuda demais e que deveria namorar e se casar. A mãe a incentiva a continuar estudando.

— Minha mãe me mostrou que eu poderia mudar as coisas. E as coisas estão mudando, estão dando certo. Alguns amigos que estudavam comigo na infância foram para o tráfico e já morreram, algumas amigas engravidaram cedo.

Stephanie deu, tempos depois, outro passo. Aliás, voo. Decolou do Rio para Lille, que fica a 50 quilômetros de Paris, onde foi estudar por meio do programa Ciências sem Fronteiras. Os 870 euros que passou a ganhar por mês davam não apenas para os estudos; ela aproveitou cada período de férias — são várias paradas curtas no ano — e visitou 14 países.

No segundo contato com ela, Stephanie, diretamente de Lille, contou que estava aprendendo muito e mudando um pouco sua percepção:

— Minha visão após chegar aqui é que o Brasil tem problemas, mas todos os países têm. Me dei conta que nosso maior entrave é de baixa autoestima.

Eu me acostumei, enquanto escrevia este livro, a sempre encerrar qualquer conversa sobre a conjuntura econômica, que acompanho no jornalismo diário, fazendo uma pergunta sobre o longo prazo. Era uma espécie de pesquisa informal. “Quando você olha para a frente,

para um horizonte maior de dez, 20, 30 anos, o que você acha que o Brasil precisa fazer para ser o país que quer ser?” A resposta colhida, qualquer que fosse o entrevistado, invariavelmente era: “Investir em educação”.

No dia que fiz essa pergunta ao presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em meados de 2013, ele olhou pensativo para as janelas de vidro do 22º andar do prédio do banco, na Presidente Vargas, no Centro do Rio. Normalmente as janelas revelam o horizonte amplo da cidade. Aquele era um dia de clima fechado. Uma chuva desabara de madrugada e continuara a cair durante todo o dia, mantendo o Aeroporto Santos Dumont fora de operação até o fim da tarde. Da janela nada se via. Uma névoa espessa confinava o horizonte, como em certos dias tristes em que o futuro do Brasil parece opaco.

— Investir em educação. Mas em todos os níveis, para todas as pessoas, todas as classes sociais — respondeu, enfático, o presidente do Banco Central.

E passou a falar do nosso conhecido atraso nesse tema. Defendeu a tese de que todos os países desenvolvidos, que viviam ainda a crise que começara em 2008, saíam dela mais fortes e competitivos, por isso precisávamos investir o quanto antes na superação das nossas fraquezas.

— Outro dia eu estava conversando com o Armínio e ele me disse que tem sentido que está se formando um consenso em torno da educação, e que ele nota as famílias da classe C cada vez mais mobilizadas em educar seus filhos — disse.

Fiquei sabendo, assim, que dois ocupantes da presidência do BC, de épocas, governos e grupos políticos diferentes, conversavam sobre o futuro do país e concordavam que a questão central está bem além da política monetária.

Quando entrevistei Armínio Fraga para o livro, ele também afirmou que sente, ao olhar em volta e conversar com brasileiros em geral, que a educação passou a ter mais valor para as famílias. Falávamos das dificuldades e de alguns retrocessos na área econômica, quando ele foi além da sua área de atuação:

— Ainda há esperança. Eu fico animado, por exemplo, quando vejo as famílias começando a se preocupar mais com a educação dos seus filhos, mesmo aquelas, que são muitas, em que os pais não tiveram boa educação. Há vários exemplos e eles estão se avolumando. Cidades que acertam têm sido procuradas por outros municípios para saber como é que se faz.

Os dois economistas talvez não conheçam Jéssica, na Rocinha, nem Stephanie, na Tijuquinha, nem Margarida, nem tantas outras pessoas país afora que sustentam suas hipóteses. Em qualquer canto do Brasil, encontram-se sinais de que as famílias, independentemente do nível social, estão cada vez dando mais valor à educação.

Raimundo Porca comprova isso. O nome é Raimundo da Silva, mas o apelido pegou e é assim que ele é conhecido em São João do Caru, cidade mais próxima da área rural do Maranhão, onde mora. Ele é posseiro num sítio que faz divisa com a Terra Indígena Awá-Guajá. Quase não frequentou escola; muito cedo teve que trabalhar. Quando fui à casa dele, em 2013, ele dizia ter 67 anos, mas fazia a contabilidade do tempo de forma peculiar:

— Desde a idade dos dez anos que eu trabalho. Só aqui nesta terra eu tenho 24 roças – contou ele, querendo dizer que há 24 anos morava naquele lugar.

Raimundo tem 11 filhos e ainda cria outro, de um cunhado solteiro. Não mede esforços para que eles estudem. A escolinha do povoado que fica perto do sítio não tinha onde hospedar a professora, que veio de fora. Ela passou a morar na casa dele. Todos os filhos cursam essa escola até a quarta série e depois ele os envia a São João do Caru, para continuar os estudos.

— Eles ficam com os tios. Já tenho três estudando lá e agora vai o quarto, então vou comprar uma casinha. É parente, mas ficar na casa do alheio é difícil. Melhor ficar na casinha nossa.

Raimundo é o maior aliado da Funai e grande amigo dos índios Awá numa área conflagrada pela disputa de terra. Não sabe nem o tamanho de sua posse, nunca mediu, mas sua propriedade fica fora da área demarcada. Planta para subsistência e vende o que sobra. Uma vez ou outra vai até a terra dos índios, a chamado da Funai, ensinar algumas técnicas de plantação de culturas. Eu estive lá na

época em que ele havia plantado abóbora com os índios. Tudo o que faz é com o mesmo pensamento:

— Eu não quero os filhos na minha profissão. É uma vida muito sufocada. Já fui mordido por duas cobras e atacado muito por formigas. Quero para eles outra vida.

Três filhas moram e trabalham em Brasília. Uma delas se formou e é diretora de escola. Ele fez questão de me mostrar a foto da filha na sala de aula.

— Tem outra que está com 20 anos e estudando. Não quer nem saber de casar. Diz que só depois de formada — falou, orgulhoso.

O que faz um homem iletrado, na área rural do Maranhão, distante um dia e meio de viagem da capital, São Luís, querer tanto que seus filhos estudem? Em outros tempos, ele casaria o mais rapidamente as filhas e botaria os meninos na enxada. O que faz Raimundo Porca sonhar com a educação dos filhos é a mudança de valores. O futuro se faz assim, na saga de cada um, das Margaridas e Raimundos.

As repórteres Maiá Menezes e Marcia Foletto fizeram uma reportagem no final de 2013, para *O Globo*, sobre presidiárias e seus filhos. Um dos vídeos, parte do material multimídia, tinha o título *Mudar é possível — A importância da educação para a nova geração*. Narrava o caso de Andrea Maria Oliveira de Deus, presa por tráfico internacional de armas e munição. Ela já estava solta, mas contou como, na prisão, sua obsessão era que os filhos continuassem estudando. Culpava-se pelo fato de a filha não estar no Pedro II porque na época de se preparar para a seleção no renomado colégio público ela estava presa e não pôde estudar com a menina. Mesmo assim, a filha Andrea estava no Ensino Médio e o filho estava entrando na oitava série.

— Os filhos têm que evoluir, têm que continuar a estudar, a base de todo ser humano é o estudo. Mesmo as mães estando presas, os filhos têm que continuar na escola. Quando minha irmã e minha mãe iam me visitar, eu só perguntava pela escola das crianças. Eu mesma fiz desse período do cárcere, desse lado ruim da minha vida, uma coisa positiva: ajudei outras pessoas.

Havia 23 pessoas querendo aprender a ler e a escrever no presídio.

E ela ensinou. No meio do vídeo em que narra passagens de sua vida para as repórteres do jornal, Andrea, abraçada aos filhos, pergunta:

— Vocês vão continuar estudando?

Os dois respondem que sim. A menina diz que quer fazer curso de enfermagem. E a mãe diz a eles:

— É isso que mamãe quer de vocês: estudar, estudar, estudar, somente estudar.

Em Santos Dumont, Minas Gerais, mães chegam com seus filhos com severas limitações a uma pequena fazenda. Lá funciona um programa de equoterapia. De todos os casos, como paralisia cerebral e autismo, o que mais chama a atenção é o de Suelen. Quase adulta, não fala, não anda e é carregada pela mãe. Com a equoterapia ela consegue agora ficar ereta e mostra outros avanços. O que impressiona mesmo é a animação da mãe, Sandra. Quando conversei com ela, em 2013, ela me contou que voltara a estudar com 41 anos e estava terminando o Ensino Médio. A filha nascera normal, mas teve uma encefalopatia como sequela do sarampo. O pai não aceitou o que houve e se separou da mulher. Sandra adaptou a sua vida para cuidar da filha.

— Voltar a estudar foi emocionante, achei que não fosse conseguir. Não perco uma aula por nada. Tenho planos para o futuro. Sonho em trabalhar ajudando outras mães a enfrentar a dificuldade de ter filhos com limitações.

As histórias comoventes aparecem sucessivamente. Como a da catadora de lixo que acabou entrando na Universidade Federal do Espírito Santo, onde estuda artes plásticas. Ercylyia Stanciany contou que o pai não a deixou estudar depois da quinta série. Ela voltou para a escola já adulta, pelo impulso dos livros que encontrava no lixo. Um deles ela conta que a marcou muito: *Vidas secas*.

— Era como se eu estivesse na situação deles.

Uma pesquisa sobre as intenções de gasto com educação, feita em 2013 pelo Instituto Data Popular, confirma que essas pessoas não estão sozinhas. Pela pesquisa, as famílias estavam dispostas a gastar com educação e viam nisso um forte significado: 71% concordaram com a frase “a minha prioridade é a educação dos meus filhos” e 95% concordaram com a frase “é o meio mais seguro para alcançar

um bom futuro”.

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma reportagem, em novembro de 2013, contando que a empresa Vagas, de recrutamento eletrônico, consultara 1.200 currículos de pessoas que procuravam trabalho extra a fim de pagar dívidas para saber que tipo de débito ocupa o orçamento dos brasileiros. Atrasos no cartão de crédito estavam em primeiro lugar, com 59%. Em segundo, com 28%, estavam as dívidas com o estudo. O brasileiro está se endividando para fazer cursos profissionalizantes e faculdade.

Há vários sinais de que a sociedade brasileira vem dando cada vez mais importância à educação. Um deles é que o tema ganhou, nos últimos anos, um destaque inédito nos jornais — jornalistas se especializaram no assunto, são impressos suplementos dedicados aos exames nacionais, edições especiais são feitas quando saem estatísticas do IBGE ou da mais famosa avaliação internacional de conhecimento, o Pisa, da OCDE.

O economista Wilson Risolia, então secretário de Educação do estado do Rio de Janeiro, reuniu sua equipe em 2014 para anunciar o resultado do Ideb. Emocionado, ele tinha dificuldades de falar e chorou ao fazer seu comunicado. Quando ele assumiu o posto, em 2011, o Rio estava em 26º lugar. Foi para o 15º e naquele momento alcançava o 4º. Atingia, assim, as metas do planejamento estratégico que fizera, mas o choro era também reflexo da sua história. Seus pais não haviam concluído o Fundamental, mas ensinaram a ele o valor da educação. Risolia lutou para realizar os sonhos da família, mesmo conciliando estudo com trabalho, desde cedo. “Não aprendi sobre educação na academia, aprendi na própria vida”, me disse ele certa vez.

Os jornais têm encontrado pérolas e revelado que não são casos isolados. Perto do Natal de 2013, *O Globo* enviou o repórter Ezequiel Fagundes a Dores do Turvo, Zona da Mata de Minas Gerais, uma cidadezinha de 4.600 habitantes que, no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, está em 3.501º lugar. A cidade virou notícia porque foi a campeã, de 2005 a 2013, nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, competição da qual

participam 18 milhões de estudantes e que é feita pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada, um centro de excelência em matemática de ponta que nada fica a dever aos grandes institutos do mundo. Segundo o relato do repórter: “Desde 2003, os alunos da Escola Estadual Terezinha Pereira, única de Dores do Turvo, conquistaram dez medalhas de ouro, dez de prata, 28 de bronze e 188 menções honrosas, num total de 168 premiações. Neste ano, quatro estudantes conquistaram o lugar mais alto do pódio”.

Como uma cidade pequena, distante 320 quilômetros de Belo Horizonte, pode ser a campeã em matemática tantos anos seguidos e ganhar quatro ouros num único ano? A celebridade local é Geraldo Amintas de Castro Moreira, professor de matemática. Ele acha que “a matemática não tem segredo: é treino, trabalho e criatividade”. Seu método foi ligá-la à vida dos estudantes. “Tento passar para os alunos a noção de que números, contas e porcentagens fazem parte do cotidiano.” O estudante Evandro Júnior Firmiano da Silva ganhou a medalha de ouro nacional em três anos consecutivos. Ele mora em Macuco, Zona Rural, a 20 quilômetros da sede de Dores do Turvo. É filho de um lavrador e uma operária.

A imprensa brasileira traz frequentemente descrições assim, do impossível. O diretor do Impa, Cesar Camacho, que coordena as Olimpíadas, disse a *O Globo* que é normal encontrar talentos em municípios que têm baixa colocação no IDHM. Mas a lição de Dores do Turvo foi a união em torno de um projeto. O professor Geraldo teve a ideia de preparar os meninos, a escola embarcou no projeto, foi criado um ambiente favorável e a inteligência das crianças fez o resto.

O Impa recebeu um prêmio de *O Globo* em 2015, o Faz Diferença, na categoria Educação. Na cerimônia de entrega, Cesar Camacho impressionou a plateia com os números dessa mobilização gigantesca em torno da matemática. Esses 18 milhões de alunos que participam das Olimpíadas, que já revelaram talentos e elevaram a qualidade do ensino brasileiro, vêm de praticamente todos os municípios do Brasil. Ao todo, a cada ano, os estudantes disputam 500 medalhas. Mas o que o professor Cesar Camacho disse para nós é que o talento está espalhado:

— As Olimpíadas têm identificado milhares de talentos nas regiões

mais recônditas. Confirmam o que sempre acreditamos: que o talento está uniformemente distribuído na população, não importando a classe social, o gênero, a raça.

E ele, do palco do Copacabana Palace, ao receber o prêmio contou o caso de Marta de Oliveira.

— Ela nasceu em Coité do Noia, no sertão duro de Alagoas. É filha de pequenos produtores rurais e vive na Zona Rural do município, de 12 mil habitantes. Ela teve seu interesse despertado para a matemática ao participar das Olimpíadas. Entre 2007 e 2014 recebeu várias medalhas, o que a levou a prosseguir no estudo da matemática. Hoje ela está cursando a graduação na Universidade Federal de Alagoas e seu próximo passo, seu sonho, como ela diz, é fazer mestrado e doutorado no Impa. O talento e a garra para conseguir esse sonho ela tem.

Esses inesperados me encham de esperança, diante da devastação que provocam certos números da educação brasileira. Camacho falou da lógica que leva ao avanço. Disse que Marta sabia que era boa em matemática em seu entorno, mas quando ganhou a medalha disputando com 18 milhões de estudantes viu que era boa em matemática em relação ao Brasil todo, e isso a animou a sonhar mais alto.

Os dados colhidos pelos sistemas de avaliação são valiosos em geral, mas os que foram produzidos pelo projeto Geres têm uma vantagem adicional. O Geres é um estudo longitudinal, ou seja, acompanha os mesmos alunos ao longo de vários anos de um período escolar. No projeto, um consórcio de seis universidades iniciou em 2005 o estudo do desempenho de 21.530 mil estudantes em 303 escolas públicas e privadas de cinco cidades. A amostra acabou sendo reduzida para 10.836 estudantes. A pesquisa acompanhou o estudo de português e de matemática do segundo ao quinto anos da educação elementar.

O professor de física Ulisses Leitão, da Universidade de Lavras (MG), debruçou-se sobre essa base de dados e desenvolveu um indicador para avaliar o papel da educação na promoção da equidade social. Esse Índice Social de Efetividade Educacional mostrou que a escola tem conseguido reduzir a desigualdade em português entre

alunos de níveis sociais diferentes, mas tem contribuído para aumentar essa desigualdade em matemática. O país precisaria, portanto, se esforçar mais a fim de melhorar o nivelamento e a qualidade da metodologia e da didática do ensino da matemática para ter uma escola que eduque e aumente a inclusão social. O objetivo deve ser uma escola que seja eficaz, ofereça ensino de qualidade e promova inclusão social, para dar a todos oportunidades iguais na construção social de suas vidas.

Hoje são várias as organizações, empresas, especialistas e órgãos públicos que se dedicam a estudar os casos de sucesso para replicá-los. O Brasil segue adiante assim: por formação de consensos, do interior das famílias às diretorias das empresas, aos gabinetes governamentais, às organizações que se mobilizam por uma causa. Foi o que houve na derrubada da superinflação, que por várias décadas minou o nosso futuro. Na luta contra o descontrole inflacionário, o Brasil patinou anos, mas persistiu na ideia sensata de que era preciso derrotá-la. Até conseguir. É preciso agora mais senso de urgência, coragem para olhar o abismo educacional e uma estratégia para prosseguir.

• • •

Nas histórias de superação em cidades pequenas e escolas pobres ou na busca dessas ilhas de excelência em lugares improváveis, os repórteres têm tido a ajuda de especialistas que, usando tecnologia, encontram esses casos perdidos pelo interior do Brasil. Uma dessas instituições é a Fundação Lemann.

Criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, protagonista do mais robusto caso de sucesso empresarial brasileiro, a fundação tem o objetivo de vasculhar o país com objetividade matemática e cruzar todos os bancos de dados disponíveis, atrás de bons exemplos a serem copiados. Com isso foi montada uma plataforma que pode ser acessada por qualquer pessoa, estudante, professor ou administrador público que estiver atrás de informações, diagnóstico, ranking. É o

QEdu.org.br. O portal é gratuito e amigável. E é apenas uma das várias ferramentas que a entidade desenvolveu para ajudar a educação a procurar a saída do labirinto em que entramos pelos equívocos de cinco séculos.

A Fundação Lemann começou, em 2003, concedendo bolsas de estudo através da Educar. Foi muito bem-sucedida em formar alguns quadros de excelência. Em torno de 700. Prova dos nove do bom resultado da empreitada: três ex-bolsistas dirigem empresas do grupo.

— Chegou um momento em que Jorge Paulo concluiu que não dava para mandar o Brasil todo ir estudar nos Estados Unidos, por isso começamos a trabalhar em outros projetos — me contou o diretor da fundação, Denis Mizne.

Um desses projetos foi montar esse portal, que agrega informações que estavam dispersas e que mostram as forças e as fraquezas da educação brasileira em cada município. Se tentasse isso 20 anos antes, a fundação não conseguiria, porque não haveria informações. Após o Plano Real, o então ministro Paulo Renato de Souza lançou a ideia de avaliar a educação. Enfrentou furiosos protestos. Mas os governos que se seguiram mantiveram a rotina de avaliações, mesmo com troca de nomes e metodologias. Hoje o país já criou o hábito de esperar o resultado das provas, se escandaliza com os atrasos flagrados e se irrita quando falha a execução de qualquer teste. A mentalidade está mudando.

Há quem tenha saudade da escola pública dos anos 1960 ou 70, na qual se formou parte da elite de hoje. Aquela era uma escola boa, mas para poucos. Um estudo do economista Naércio Menezes apresenta um gráfico revelador. Em 1960, a população do Brasil e da Coreia do Sul com 25 anos ou mais tinha três anos de estudo de escolaridade média. Ou seja, coreanos e brasileiros adultos haviam estudado em média apenas três anos. Em 1980, a Coreia já chegava a sete anos e o Brasil permanecia estagnado em torno de três anos. A campanha pela universalização do Fundamental, o Toda Criança na Escola, é de meados dos anos 1990. Minha conclusão ao ver o gráfico é que ele informa que a educação nunca foi prioridade no governo militar. Naquelas duas décadas, a economia teve forte crescimento; foi o período conhecido como “milagre econômico”.

Depois caiu na armadilha da superinflação. Mas, no melhor momento, a escolaridade permaneceu estagnada.

O IBGE nos informa que em 1970 — início do “milagre econômico” — o Brasil tinha 32,78% de crianças de sete a 14 anos fora da escola. Em 1980, tinha 32,87%. Nada mudou em uma década. Toda a exuberância do crescimento econômico, que superou 10% do PIB em determinados anos, não fez com que o Brasil se voltasse para os barrados das salas de aula. O padrão demográfico era outro, havia o aumento forte da população nessa faixa etária, que subiu no período de 19,6 milhões de crianças para 23 milhões. A política educacional da ditadura não conseguiu manter o mesmo número de crianças no sistema de ensino, na verdade houve um aumento absoluto de 1,1 milhão de crianças fora da escola.

Em 1991, quando a democracia apenas começava, a proporção dos que não estavam estudando caiu para 22%. Em números absolutos, nessa faixa havia então 27,6 milhões de brasileiros. Aumentou o número de crianças a serem atendidas e, ainda assim, o total das que estavam fora do sistema educacional encolheu em 1,2 milhão; queda de dez pontos percentuais. Em resumo, quando a economia jogava a favor, os militares não aumentaram a inclusão escolar. Só a democracia encarou o desafio de universalizar o acesso.

Nos difíceis anos 1990, abalados por crises econômicas, o governo conseguiu a maior redução. O número de crianças sem aula despencou de 6,2 milhões para 1,5 milhão. Em proporção, a queda foi de 22% para 5,5% em 2000. Na década seguinte, até 2010, encolheu um pouco o total de crianças nessa idade, para 26,3 milhões. E a taxa dos sem escola caiu para 3,1%, o que correspondia a 821 mil crianças. Ainda é muita gente longe do estudo, mas houve uma queda expressiva. Nos anos seguintes, continuou melhorando.

O grande salto da escolarização foi nos anos 1990, mas quando se olha a série histórica, seja em percentual ou números absolutos, não há dúvida de que o regime autoritário desperdiçou seu melhor momento. A democracia, em meio a crises, fez o trabalho de inclusão das crianças no Fundamental. Mesmo assim, no Índice de Desenvolvimento Humano divulgado em 2014, o Brasil tinha reduzido o ritmo de melhora na educação, onde não temos tempo a

perder.

Ainda há muito a fazer em todas as áreas, principalmente no Ensino Médio. O esforço e os bons resultados indicam que vale a pena persistir no caminho para melhorar a educação. Hoje o brasileiro com 25 anos ou mais de idade tem 7,7 anos de escolaridade. Melhorou, mas falta muito. E, além de números, é preciso garantir a qualidade. Uma tabela que o IBGE me mandou revela bem a diferença entre passado e presente. Os brasileiros com 65 anos ou mais têm 4,2 anos de estudo em média. A faixa dos que têm entre 25 e 64 anos tem 8,3 anos de estudo em média. Isso mostra que temos avançado.

O sistema de avaliação, mesmo com todas as mudanças introduzidas por diferentes governos, tornou rotineira a verificação da qualidade do ensino. Todas as avaliações juntas produziram um mar de dados no qual o Brasil poderia se afogar. O portal criado pela Fundação Lemann funciona como um mapa de navegação. Com atualizadas ferramentas de informática, é possível descer a cada cidade e a cada escola. Ir ao micro e compará-lo ao que quiser. Pode-se medir o desempenho de uma unidade de ensino em relação a seus vizinhos, a outras cidades e estados. Ao país todo.

Como passei muitas horas na fundação em fevereiro de 2013, fiz alguns experimentos. O jovem economista Ernesto Faria projetava num grande telão o portal, capaz de responder a qualquer pergunta. Se eu quisesse saber como estava o desempenho em matemática da Escola Princesa Isabel, em Caratinga, Minas Gerais, em qualquer série, ele, em segundos, mostrava no painel. Nessa escola minha mãe era diretora quando morreu, aos 64 anos, em 1989. Ela se angustiava com o atraso educacional brasileiro. Gostaria que ela soubesse, naquele tempo, que o futuro socorreria diretores aflitos com aliados e suas maravilhosas armas digitais.

No telão, aplaquei outras curiosidades. Patos de Minas, por exemplo. Eu fora à cidade em 1996 para fazer uma reportagem para o *Jornal Nacional*. Estava atrás dos primeiros exemplos do movimento de universalização do Ensino Fundamental. O programa federal ainda não estava totalmente implantado, mas Patos já exibia, orgulhosa, uma faixa na entrada da cidade: “Orgulhe-se, patense, não há uma

criança fora da escola”. Quinze anos depois, eu estava ali olhando o telão da sala de reunião da Fundação Lemann, acessando o QEDu. A primeira constatação é que Minas toda estava muito bem colocada.

— Olha só, Patos de Minas está superbem: 70% dos alunos aprenderam o que é preciso em português. Minas está melhor que o Brasil. Patos, melhor que Minas — falou Denis Mizne, navegando no portal enquanto conversávamos.

De repente, ele pediu atenção:

— Espera um pouco, isso é difícil de ver: 72% em matemática!

A Fundação Lemann tem sido a fonte de vários jornalistas para reportagens que contem a luta neste setor. Os jornais têm usado sua enorme base de dados para pinçar as ilhas de boas notícias no mar da nossa maior derrota.

O jornalista Antonio Gois se especializou em educação na *Folha de S.Paulo*, passou uma temporada nos Estados Unidos se aprofundando no assunto e depois assumiu uma posição de chefia na editoria de Nacional em *O Globo*. É um especialista no tema e tem uma coleção invejável de casos de sucesso e de fracasso na área. Foi lá, na fundação, que ele se preparou para uma série de reportagens sobre 82 escolas que, apesar de estarem em regiões pobres, exibiam um desempenho superior no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Para encontrar essas escolas, Ernesto Faria cruzou para ele dois rankings de mais de 40 mil escolas públicas: o do nível de pobreza dos estudantes e o do desempenho nos testes. A pauta era saber se existiam no topo do ranking do Ideb escolas onde estudam os 25% mais pobres do país e qual seria o segredo delas.

Boas escolas de áreas pobres foram encontradas no interior do Amazonas, na área rural do Piauí, na periferia de Alagoas e no sertão do Ceará. Atrás dos exemplos, o jornal escalou jornalistas premiados como Chico Otávio e Letícia Lins. Hoje esse é um tema nobre em qualquer jornal do país.

Chico Otávio deu destaque à Escola Estadual Dom Bosco, da cidade de Eurinepé, a 1.200 quilômetros de Manaus, que saiu de uma péssima colocação para o topo no Ideb. Seu resultado, de apenas 2,7 em 2005, foi para 8,7 em 2009. Em 2010, a escola não teve uma única reprovação e nenhuma evasão. Um dos segredos foi

que os professores ofereceram aulas de reforço à tarde, o que acabou sendo, na prática, uma espécie de ensino integral. Além disso, ampliou sua atenção à família, principalmente aos pais que, quando matriculavam os filhos, não conseguiam assinar; tinham que pôr sua digital na ficha. A escola passou a alfabetizar os pais.

A situação inversa eu vi naquela viagem a Patos de Minas, em 1996. Uma agroindústria, em pleno aumento de produtividade, quis adotar novos processos e descobriu que a maioria dos trabalhadores não tinha condições de ler as instruções. Instalou uma escola na própria unidade. Assim que avançaram nos estudos, os pais passaram a reivindicar cursos para os filhos. A educação cria círculos virtuosos.

Letícia Lins foi para Sobral, no interior do Ceará, que tinha um incrível recorde: das 82 escolas de áreas pobres, mas campeãs no Ideb, encontradas pelo cruzamento estatístico, 27 ficavam em Sobral. As explicações para o bom desempenho: oferta de aulas de reforço, em especial para os que apresentavam falhas na alfabetização; mais atenção aos que tinham problemas familiares; rotina de buscar em casa quem começasse a faltar.

O esforço em educação, se mantido, mostra resultados. O problema da educação no Brasil é que, no varejo, há alegrias; no atacado, muitos motivos para desesperança. Há sagas individuais, bons casos de escolas e de cidades, porém os indicadores agregados apontam uma realidade devastadora.

— Vou te mostrar um monte de números tristes, mas quero que saiba que eu sou um otimista — me avisou Denis Mizne.

É conhecida a situação brasileira no Pisa. É feito a cada três anos e, mesmo avançando, o Brasil oscila entre os últimos lugares no total dos países avaliados. No fim de 2013, um pouco antes de divulgar o novo ranking referente ao ano anterior, eu me encontrei em Brasília com o diretor-geral da OCDE, Angel Gurría. Perguntei por que o Brasil se sai sempre tão mal nesse exame de conhecimento. Ele disse que esse resultado ruim pode ser visto desta forma: o Brasil está muito atrasado, porém tem tido um dos avanços mais rápidos. O ranking, divulgado logo depois, revelou os dois lados. O Brasil teve o maior avanço em matemática em nove anos. Um ganho de 10%. Outro: em 1995, metade dos jovens de 15 anos não estava na escola;

em 2003, eram 35% os que não estavam estudando; e em 2012, 22%. O número ainda é ruim, mas a queda da evasão nessa faixa etária é uma excelente notícia.

O último Pisa assinalou que o Brasil continuava atrás: ficou em 58º lugar em matemática, em 59º em ciências e em 55º em leitura, entre os 65 países pesquisados. Esses números não combinam com o lugar que temos na economia mundial, não comportam nossas ambições e não são justos com nossas possibilidades. As autoridades, como é comum em qualquer governo, procuraram subestimar os dados ruins e ressaltar os bons. E isso, de fato, anima quem está no campo do ensino lutando pelo futuro, todavia, convenhamos, há mais motivo para aflição.

Em entrevista que me concedeu para este livro, em 2014, Angel Gurría falou mais do balanço das boas e más notícias no Pisa para o Brasil:

— Objetivamente, o Brasil está com 391 pontos em matemática, isso é mais baixo que Argentina, Jordânia, Tunísia, Chile, México, Uruguai, Costa Rica. No entanto, em dez anos, aumentou quase 40 pontos, o maior avanço entre os países pesquisados. É preciso manter os ganhos dos últimos anos e a dinâmica de avanço. Na leitura, o Brasil está com um nível mais baixo do que a média da OCDE, e abaixo de Chile, Costa Rica e México e um pouco melhor que Argentina e Peru. Mas, naturalmente, o Brasil deseja comparar-se com os melhores do mundo. No Pisa, metade dos estudantes brasileiros está abaixo do nível 2, linha mínima de eficácia, ou seja, esses estudantes reconhecem os temas mais importantes, mas não conseguem estabelecer conexões mais complexas. Isso é uma complicação quando se procuram trabalhadores competentes.

Ele contou também que o Brasil tem muitos estudantes abaixo do nível mínimo e poucos acima do nível mais alto. De acordo com os números disponíveis em 2014, um em cada 200 estava acima do nível 5. Um dado curioso: na leitura, as meninas estavam um ano à frente dos meninos. A proporção dos meninos com baixo desempenho em leitura permanecia estagnada desde 2000 em 57%, já o percentual de meninas com fraco desempenho em leitura caíra de 52% para 42%.

Em ciências, a pontuação do Brasil subira de 390 para 405, entre 2006 e 2012. Mesmo assim, 61% dos estudantes brasileiros apresentaram baixo desempenho.

— Pouquíssimos, 0,3%, têm maior performance em ciência. Nesse nível estão os que podem identificar, explicar e aplicar o conhecimento científico em variadas situações.

Há pesquisas que não são de desempenho e mesmo assim trazem alertas. Em 2003 e em 2012, a OCDE perguntou aos estudantes como eles se sentiam na escola, se estavam integrados ou deslocados, se os colegas gostavam dele ou se eram solitários. A sensação de estar fora do lugar aumentou no período. Em 2003, 8% disseram se sentir deslocados na escola; em 2012, foram 19%. A escola tem que ser o grande fator de inclusão, por isso o problema deveria mobilizar os especialistas. Não podemos retroceder na sensação de pertencimento que o aluno tem em relação à escola. Se ele não se sente parte dela, ele não fica.

Denis Mizne fez algumas contas que assustam:

— O problema é que as crianças passam 12 anos na escola, algumas passam menos, oito ou nove anos, e não aprendem. A gente tem 23% das crianças que sabem a matemática exigida no quinto ano, 12% aprenderam o que deveriam saber no nono e apenas 6% dominam o conteúdo ao fim do Ensino Médio. Como no Ensino Médio metade deixa a escola, então pode-se concluir que, dos que entraram na escola, 3% saem, ao final do Ensino Médio, sabendo o que deveriam saber de matemática. Se o país necessitar de matemática só terá esse universo, e matemática é aquilo de que se precisa para quase tudo.

Essa aflição que Mizne expressou está frequentemente nos jornais, nos artigos, nos debates. Só para citar um exemplo de como esse tema não sai da nossa vista. Terminando o ano de 2013, no dia 28 de dezembro, a *Folha de S.Paulo* fez um editorial com o título “Ensino medíocre”, em que ressaltava, primeiro, o avanço. “Em pouco mais de duas décadas, de 1991 a 2012, as matrículas do Ensino Médio deram um salto de 120%. A clientela passou de 3,8 milhões para 8,4 milhões de alunos.”

A inclusão em massa foi realmente um trabalho importante feito

no Brasil, mas todos sabem que o Ensino Médio é um funil. Estamos aumentando o número dos que terminam o Fundamental, porém o sistema não consegue reter os adolescentes na escola. Por isso o jornal ressaltou que, embora 75% dos estudantes que entram no Fundamental cheguem ao Ensino Médio, apenas 57% o concluem.

Esse ciclo é uma unanimidade. Todos acham que ele é ruim: alunos, professores, famílias, autoridades. Aí reside o ponto que apresenta mais evasão no sistema. Na hora de discutir as soluções, há divergências. A boa notícia é que o ensino tem sido avaliado cada vez mais, o que oferece uma base de dados para estudos. O Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, tem ampla cobertura dos jornais e passou a ser a etapa decisiva para a entrada na maioria das universidades brasileiras. Mas existem outras avaliações até mais precisas, como o Sistema Nacional de Educação do Ensino Básico, o Saeb.

A divulgação no começo de 2015 dos resultados do Enem de 2014 trouxe uma má notícia. Na verdade, duas: houve queda do desempenho dos alunos em redação e em matemática. Na redação, 529 mil alunos tiveram nota zero e apenas 250 candidatos, do total de 5,9 milhões, tiveram nota máxima. O retrocesso é péssimo quando o país está tão atrasado, mas, nesse caso, houve uma atenuante. O Brasil havia passado o ano discutindo a falta de água em sua maior cidade. Muita gente pensou que esse fosse o tema. Houve debates acalorados sobre as eleições presidenciais e revelações sobre o passado da ditadura. No ano anterior, 2013, houve manifestações de rua que provocaram debates sobre os movimentos convocados através da mídia social. Houve a Copa do Mundo no Brasil e nela o país sofreu a pior derrota da sua história no esporte. Havia muito assunto sobre o qual os alunos com certeza discutiram e formaram opinião. O tema escolhido pelos formuladores da prova foi publicidade infantil.

A redação revela o domínio do idioma e a capacidade de organizar o raciocínio e desenvolver um argumento. Convenhamos, entretanto, que publicidade infantil é um assunto sobre o qual a maioria dos jovens sequer pensou. O desempenho teria sido melhor se o tema fosse outro. No ano anterior, havia sido a Lei Seca, assunto que certamente os jovens já haviam debatido. Questões sobre as quais os

estudantes estão alheios devem ser evitadas nas provas de desempenho de redação. É mais fácil escrever sobre o que já se pensou. Quanto à prova de matemática, um dos professores ouvidos admitiu que houve “pegadinhas”. Na época em que só se entrava na universidade através dos vestibulares, alguns cursinhos tiveram sucesso por serem especializados em ensinar os estudantes a reconhecer o truque embutido nas perguntas. Educação não é isso.

O mencionado editorial da *Folha de S.Paulo* baseava-se em uma reportagem feita com dados pedidos ao Inep, instituto de pesquisa do Ministério da Educação, que mostraram que 55% dos professores do Ensino Médio dão aulas em disciplinas para as quais não se qualificaram. A preparação dos professores é outra gigantesca frente de trabalho. Onde estão os bons professores? Muitos estão em sala de aula, inquietos com a falta de estrutura. Outros estão se preparando em qualquer lugar, mesmo os mais improváveis. Em alguma cidadezinha do Amazonas, no interior do Piauí, numa das centenas de municípios mineiros talentos estão sonhando com a profissão de professor.

Numa pequena vila fechada com casas em estilo português que começa na rua da Passagem, em Botafogo, no Rio, o porteiro da noite estava sempre estudando em cadernos ou no computador. Tamanha era a sua dedicação que chamou a atenção de uma jovem moradora. Ela ofereceu a ele a sua senha para o wi-fi da vila para que ele pudesse navegar, e isso o ajudava muito em pesquisas nas quais atravessava a noite, até sair do trabalho, às seis da manhã. Eduardo Pereira de Sá abandonara os estudos no quinto ano do Fundamental, em Minas Gerais, porque achava que não gostava de estudar, segundo conta. Dezesesseis anos depois, estava no Rio trabalhando como jardineiro. Resolveu tentar de novo. Completou o Fundamental, fez o supletivo do Ensino Médio e passou no vestibular para biologia na Unigranrio, uma faculdade particular. Decidiu então ter um emprego fixo, já que teria de pagar R\$ 400,00 de mensalidade. Arrumou o trabalho de porteiro e, nas horas vagas, atende clientes como jardineiro.

Quando entrevistamos Eduardo, em 2014, ele morava numa casa alugada por ele e outros nove trabalhadores — peões, funcionários do

metrô, autônomos, todos solteiros como ele. Dividido o custo, ele pagava R\$ 190,00. Seu salário de R\$ 900,00, na época, dava para essas despesas e ainda possibilitou a compra do computador.

Perguntado sobre o futuro, Eduardo não teve dúvidas:

— Meu foco é a área da educação. Quero ser educador, dar aulas de biologia. É um curso completo, estuda tudo.

Criado pela mãe sem nunca ter tido notícias do pai, Eduardo acha que foi salvo pela decisão de voltar aos estudos.

— Eu estava fora do mercado de trabalho porque não tinha educação básica. Voltei a estudar para estar no jogo. Agora que já estou no mercado, quero mais. Quero fazer mestrado em zoologia, área que cresce muito e não tem a ver só com os animais, mas com o meio ambiente. Quem sabe eu chego até o doutorado?

Eduardo, porteiro de uma vila de Botafogo, atravessa as noites estudando e sonhando continuar estudando para um dia ensinar. Houve um tempo em que ele achava a escola tão chata que a abandonou. Onde foi que sua escola errou? Quantos novos Eduardos estamos perdendo que farão falta no futuro?

A piauiense Larissa é um exemplo de jovem que a educação brasileira está perdendo agora por suas falhas. Ela estará em outro capítulo, mais adiante, como exemplo de uso ágil da tecnologia, embora, na escola analógica onde ela estuda, esteja enfrentando dificuldades.

Aos 16 anos, em 2014, Larissa Gomes de Andrade, quando foi entrevistada para este livro, morava num assentamento distante 60 quilômetros de Canto do Buriti, no Piauí. Sagaz, inteligente, ela era uma pessoa sem interesse no estudo. Na sua idade, já deveria estar no Ensino Médio, porém estava repetindo a sexta série. Era a segunda vez que repetia, depois de ter sido reprovada na quinta e na terceira. Não há nada de errado com ela do ponto de vista cognitivo, mas Larissa tem se sentido cada vez mais deslocada na escola:

— Não aprendo nada. É como não estar estudando. Os professores não têm paciência. A gente pergunta e eles não respondem. Um me chamou de burra.

E é assim que ela se sente, sem ser. Principalmente em matemática, disciplina na qual encontra mais dificuldade e é sempre a

que a impede de passar de ano. O sonho de Larissa é ter um computador, mas ela se conforma porque o pai, que cria alguns bois, e a mãe, analfabeta e dona de casa, não têm renda. Recentemente conseguiu fazer uma pesquisa sobre órgãos do ser humano no computador da casa de uma amiga. Ela gostaria de ir para um lugar maior, acha que no assentamento não há futuro para ela, mas não tem dinheiro suficiente para se instalar, por exemplo, em Canto do Buriti. Tem uma irmã que conseguiu ir para São Paulo, para onde, se pudesse, também iria.

Larissa é o exemplo do jovem que estamos perdendo hoje. Ela é parte do futuro que desperdiçamos agora. São milhões no Brasil inteiro. O Estado foi capaz de dar um pedaço de terra a seu pai, Miguel, no entanto não cria para ela as oportunidades de se preparar para as atuais exigências do mundo. O Brasil precisará de Larissa, mas ela sente que a pobreza a aprisionou no passado:

— Não tem como. Tem que pagar para estudar em escola boa, não tem jeito.

Além de precisar tornar as aulas mais interessantes, a escola pública precisa aproveitar o tempo que a criança do Fundamental, ou o jovem do Ensino Médio, permanece nas salas. A conclusão a que se chega, nas comparações com outros países, é que o estudante brasileiro passa pouco tempo na escola. Quatro horas e meia é insuficiente, e essa não é toda a verdade. Pesquisas indicam que a carga horária real é muito menor se forem somados episódios como: atraso ou falta do professor, atraso dos alunos, interrupções para avisos. O Banco Mundial fez esse cálculo em alguns estados e concluiu que apenas 60% da aula é realmente utilizado. Em outra pesquisa, 33% dos diretores de escola de São Paulo reportam que o absenteísmo do professor é um problema grave. E há ainda as longas greves.

• • •

Você já deve ter ouvido falar que a China está sempre entre os primeiros lugares no mesmo teste internacional que nos envergonha. Não acredite muito nisso. A China só aceitou ser avaliada pelo Pisa se a avaliação fosse realizada apenas em Xangai. Fora Xangai, Hong Kong também é pesquisada. O ranking traz duas notas para o país, mas registrando que se refere a Xangai e Hong Kong. Como toda sociedade autoritária, a China prefere maquiar a realidade. Só em 2015 aceitou dar um passo a mais e incluir as províncias Jiangsu e Guangdong na amostra.

Nesse mesmo teste, os Estados Unidos estão em 25<sup>o</sup> lugar, mas estamos cercados de inovações do mundo moderno que nasceram lá. No Brasil, a sociedade paga por este sistema: existem bons professores, milhões de alunos persistem, contudo a escola não ensina o suficiente. E a conta feita mostra que 40% do tempo da aula se perde por algum motivo.

Qualquer que seja o parâmetro, e considerando todas as ressalvas, a verdade é que a nossa distância do ideal é imensa. Mas o que é o ideal? A China está fazendo sua marcha, que será longa como todas as outras que fez. Não a subestimemos. Seu primeiro lugar no Pisa não traz o país inteiro, porém ela está lutando, é capaz e tem várias armas. A Coreia, vista como exemplo, não pode ser modelo para nós. Lá, depois de oito horas na escola, os estudantes do Ensino Médio vão para cursinhos preparatórios e não sabem o momento de parar.

— O governo teve que impor a ordem de que os cursinhos não poderiam funcionar depois da meia-noite — explica Denis Mizne, da Fundação Lemann. — Eles têm a cultura asiática, e se a comparação for com eles, esquece.

A educadora Beatriz Cardoso visitou alguns países que conseguiram bom desempenho na educação para avaliar os sistemas. Com as informações colhidas, foram feitos programas de TV que ajudaram a desmitificar a Coreia como o melhor exemplo, a relativizar a China e a apontar a Finlândia como um bom modelo.

Hoje, de fato, a Finlândia é reconhecida por ter o melhor sistema educacional do mundo. Tem estado com frequência entre os primeiros lugares no Pisa. Quando meu filho Matheus passou uma

temporada em Berkeley, em 2012, conheceu um dos campeões do teste educacional da Finlândia, Joose Palonen. Era um rapaz interessante, que distribuía bem o tempo entre estudo, lazer, filhos, amigos. Ele e Matheus ficaram muito próximos, descobriram afinidades, mesmo sendo pessoas de países tão diferentes. Logo no começo da amizade, ele revelou interesse em português, no qual teve notável desenvolvimento ao longo dos meses. Perguntado por que estudava o idioma, pois já falava cinco outras línguas, ele disse que, como jornalista da área de esportes, pensava em cobrir eventos programados para o Brasil e, quem sabe, ser correspondente aqui.

O que essa história ensina é que o estudo que impõe uma lógica marcial, como o da Coreia do Sul, não dá necessariamente ao aluno a inteligência de ter uma vida equilibrada que lhe permita ver as oportunidades. A Finlândia é admirável, tem muitas lições que podemos aprender, mas é um país de 5 milhões de habitantes.

— A Finlândia tem menos professores do que a cidade de São Paulo. Lá há 40 mil professores e em São Paulo, 75 mil. A rede estadual de São Paulo, 220 mil — conta Mizne.

O escritor finlandês Pasi Sahlberg, no livro *Finish Lessons: What Can the World Learn from Educational Change in Finland*, discorda da tese de que o tamanho desqualifica o país como exemplo. Argumenta que, em alguns países grandes, como os Estados Unidos, o sistema educacional é descentralizado e são vários os estados americanos que têm população equivalente à finlandesa.

Há lições a aprender com a Finlândia. Uma delas é a estabilidade do projeto, independentemente da alternância no poder, normal em qualquer democracia. Segundo Sahlberg, “desde a introdução do *peruskoulu* [novo formato do Fundamental], no início dos anos 1970, houve 20 governos diferentes e aproximadamente 30 ministros da Educação encarregados da reforma educacional”. Apesar disso, o país continuou perseguindo os mesmos objetivos e seguindo na mesma direção. Quando escreveu o livro, Sahlberg era diretor de um dos órgãos do Ministério da Educação e sempre fizera parte da burocracia educacional do país.

Outra virtude da Finlândia é a mudança permanente. Pode parecer contraditório com o que eu disse anteriormente, mas é essa

capacidade constante de avançar mantendo o essencial que atrai tantos olhares. O sociólogo brasileiro Simon Schwartzman escreveu em seu blog um artigo sobre o mais novo passo da Finlândia. Ela está discutindo substituir as disciplinas, ou matérias, como chamamos, por tópicos. Isso, alertou, é diferente de não ter um currículo. O que os finlandeses buscam é sempre respostas atualizadas para os desafios que aparecem na era das grandes transformações que vivemos. E estão preocupados em modernizar a forma de ensinar. “A principal diferença entre o Brasil e a Finlândia é que eles já estão de volta, enquanto nós ainda mal começamos a andar”, escreveu Simon em seu site.

Eu queria saber como se sente o aluno, como é ser estudante ou pai de estudante nesse sistema educacional. Foi por isso que entrevistei Joose Palonen quando ele esteve no Brasil para escrever sobre a Copa do Mundo de 2014 para a sua revista. Ele estava com 34 anos, tinha uma filha de oito e um filho de três. Ele é fruto da escola que já havia passado pela reforma dos anos 1970. O *peruskoulu*, os nove primeiros anos, já estava aplicando os novos métodos e objetivos de ensino. Hoje, como pai, ele pode ver o sistema de outro ângulo. E o aprova firmemente.

— Estudei numa escola de uma pequena localidade de apenas 3 mil habitantes. Quando fui para a universidade, fiz seis exames. Tirei o primeiro lugar em cinco e fiquei em segundo em um deles. Isso é possível porque na Finlândia a educação busca a igualdade, a oferta das mesmas oportunidades para todos. E tem como resultado a eficiência. Não busca primeiro a eficiência, ela vem como consequência.

Essa também é a ideia que Sahlberg defende como qualidade maior do ensino finlandês: em vez de um sistema “corrida ao topo”, que escolhe vencedores, a lógica do país é buscar uma educação igualitária. Mas as pessoas não são igualmente dotadas e um sistema que não vê as diferenças pode desperdiçar talentos de crianças acima da média. Quando argumentei isso na entrevista com Joose Palonen, ele me contou algo interessante:

— Eu aprendi a ler com quatro anos, sozinho. Minha mãe pediu que eu apertasse o segundo botão da TV e eu perguntei se era o

“play”, assim mesmo, em inglês. Ela se assustou e me entregou um jornal e perguntou se eu era capaz de ler e eu li. Na escola, várias vezes me sentia entediado por ter que esperar os outros entenderem o que eu já havia aprendido. Ao mesmo tempo, o sistema finlandês não desperdiça um talento que estuda numa localidade pequena porque oferece a todos, e em qualquer ponto do país, a mesma qualidade de ensino.

O Brasil tem talentos espalhados por seu vasto território. As histórias que a imprensa ressalta são dos que venceram os obstáculos. Quantos talentos perdemos justamente pela má qualidade da escola? Ela é ruim nos grandes centros e pior ainda no interior. Com algumas exceções. Convenci-me de que o exemplo da Finlândia tem que ser estudado e que há lições a tirarmos de lá enquanto tentamos encontrar nosso próprio modelo.

Diante das falhas da educação no Brasil, a pergunta que permanece sem resposta é: que modelo seguir? A Coreia, em que todos os estudantes estão dispostos a ficar 16 horas estudando? A China, que seleciona o que quer mostrar ao mundo? A Índia, que formou uma elite qualificada e abandonou milhões na ignorância? A Finlândia, que é uma pedra preciosa nesse mundo educacional, mas é pequena demais para ter seu projeto repetido num país continental?

Na Fundação Lemann, a convicção é que nosso melhor modelo é um país como os Estados Unidos. Eles são parecidos com o Brasil em suas qualidades e defeitos: um vasto território, com população multiétnica, desigual, federativo, de educação descentralizada, com escola Fundamental a cargo dos municípios e, também, em crise com seu sistema educacional.

Os Estados Unidos têm o melhor conjunto de universidades do mundo, uma surpreendente capacidade de inventar soluções tecnológicas e promover saltos de inovação. Foi da inteligência americana que saíram as principais invenções que mudaram radicalmente nossa forma de vida. Mesmo assim, eles estão fora da zona de conforto na educação e as críticas estão produzindo reformas.

O americano Salman Khan, fundador da Khan Academy, que tem revolucionado a forma de ensinar com suas videoaulas no YouTube,

escreveu no livro *Um mundo, uma escola* frases como esta: “Há, sim, um senso de urgência quando se trata de reforma educacional. O velho sistema está fracassando e precisa ser repensado. Quanto a isso, todos concordam”. A primeira conclusão ao ver que um bom sistema, na maior economia do mundo, está sendo criticado, é que não podemos nos conformar com a realidade brasileira.

— A gente quer colocar o objetivo lá no alto. Não queremos criar uma ou duas escolas de excelência. Queremos todo mundo no alto. Nosso lema é “Excelência e equidade” — sonha Denis Mizne.

Parece delírio misturar o melhor de dois mundos: a excelência e a equidade. Mizne fala como se fosse normal instalar a meta em ponto bem alto e acreditar que daremos o salto. Ele acha possível. Durante algum tempo, trabalhou com segurança pública e, aos 34 anos, deu uma guinada para dedicar-se à educação. Pensou que teria muitas alegrias na transição de área de trabalho. Na primeira escola que visitou, ele se desesperou.

— Era uma escola péssima, que tirava 1 no Ideb; 80% das crianças que estavam no Fundamental eram semianalfabetas. Eu não acreditei no que vi. Achei deprimente. O que me salvou foi constatar que, na primeira parte da minha vida profissional, o objetivo máximo era que o jovem não morresse. A gente comemorava quando morria menos. Na educação, o objetivo é que a criança realize seu potencial. Se uma cidade ou um estado conseguem bons resultados, a fundação reúne esse administrador com outros do Brasil todo para explicar onde foi que acertou. Já se sabe o que há de comum em quem acerta: o tempo de estudo é maior. De alguma forma, os professores ou diretores oferecem mais tempo de aula para os alunos. Mas o atraso é tanto, as mudanças tão vertiginosas, as necessidades tão urgentes, que o Brasil tem que pensar em algo revolucionário na educação.

Mizne usa um exemplo convincente para provar que a educação — não só a brasileira, mas do mundo inteiro — está parada no tempo. Ele sugere que a gente imagine que um médico e um professor tenham sido congelados no século XVIII e descongelados agora. O médico na sala de cirurgia e o professor na sala de aula. O médico se sentirá totalmente estrangeiro diante de equipamentos e tecnologia que ele nunca viu. O professor retomará a aula de onde

parou porque o ambiente será familiar a ele: o professor, reservatório de todo o conhecimento, e os alunos, sentados em carteiras, à espera do conteúdo.

Essa ideia do professor descongelado séculos depois e que se sente em casa numa sala de aula é a base da tese de Salman Khan. Seu caso é bem conhecido. Ele começou dando aulas particulares a distância em 2004 para a prima Nadia, de 12 anos, que tinha dificuldade com matemática. E se apaixonou pelo ensino. Abandonou o bom emprego num *hedge fund* e criou do nada, usando o espaço do closet da sua casa, uma instituição que tomou proporções gigantescas. “Em meados de 2012, a Khan Academy havia se tornado muito maior que eu. Estávamos ajudando a educar mais de 6 milhões de estudantes por mês — mais de dez vezes o número de pessoas que foram para Harvard desde a sua fundação em 1636 —, e esse número está crescendo 400% ao ano. Os vídeos foram vistos mais de 140 milhões de vezes e estudantes fizeram mais de meio bilhão de exercícios com o nosso software”, conta em seu livro.

Nesse ponto voltamos para a Finlândia. Joose Palonen, que aprendeu a ler sozinho com quatro anos, está feliz com o desenvolvimento de sua filha no sistema finlandês, que tem algumas premissas que parecem estranhas no mundo digital de hoje.

— Até os seis anos, ela ia à escola apenas para brincar. Eles introduzem questões básicas, mas de forma lúdica. Nossa convicção é de que brincar é o melhor a fazer na primeira infância. Aos sete, ela foi alfabetizada, mas aí já possuía maturidade para aprender a ler com qualidade. Aos oito, já está lendo livros grandes, como *Harry Potter*. Em nenhum momento se usam equipamentos eletrônicos nos primeiros anos da escola. A ideia que temos é que é importante fortalecer a relação professor-aluno, e por isso a sala de aula tem formato tradicional. Equipamentos digitais levam à dispersão, e a criança precisa aprender a se concentrar. Na sexta ou sétima série, são introduzidos os equipamentos eletrônicos.

No mundo cada vez mais digital, a proposta parece conservadora. No entanto, traz uma lição importante. Trabalhar a capacidade de concentração é essencial num mundo que parece estar vivendo um surto de déficit de atenção. A síndrome é jogada sobre qualquer

criança que não apresenta um desempenho como a escola quer e os pais são encaminhados para neurologistas que, muitas vezes, prescrevem remédio tarja-preta.

É preciso entender uma das maiores qualidades da Finlândia: os professores são valorizados social e financeiramente.

— Não é fácil ser professor na Finlândia, eles são recrutados entre os melhores alunos para a carreira pedagógica. Os salários permitem viver como classe média e a sociedade dá muito valor. É um orgulho ter professores na família — conta Palonen.

Simon Schwartzman diz o mesmo no artigo de seu blog. Que o grande segredo da Finlândia é exatamente ter professores motivados e bem preparados. Além disso, a escola não se perde na dúvida entre ensinar conteúdo ou competências. É importante esse ponto porque é preciso pensar em como ensinar. “Existe uma grande polêmica, que me parece falsa, entre os que enfatizam as informações a serem acumuladas e os que enfatizam as competências que a educação deveria desenvolver. Na verdade, não existe uma coisa sem a outra. Uma educação focada na memorização de informações, sem entender que sentido têm e como podem ser revistas, reinterpretadas e expandidas é tão oca quanto uma educação voltada para competências vazias.” Na Finlândia as escolas funcionam com flexibilidade sem abrir mão do conteúdo.

Deve haver equilíbrio entre as novas ferramentas e o que já se estabeleceu como bom na história da educação. Salman Kahn relata que nunca quis, com suas aulas, substituir o professor, ao contrário, seu objetivo é oferecer de graça, pela internet, ferramentas de aprendizado. Khan não aparece nos vídeos, há apenas um quadro-negro em movimento no qual as explicações vão sendo dadas, e os alunos fazem exercícios interativos. Ao fundo, sua voz explica em tom coloquial. As aulas são curtas e simples.

O sistema desenvolvido por Khan está presente hoje no ensino a distância de vários países. A Fundação Lemann estava introduzindo suas aulas em português em São Paulo, quando eu a visitei. Mas há outros modelos, outras instituições trabalhando no ensino a distância que avançam no Brasil. Nada substitui a educação formal, mas muito pode ser feito para reformular o modelo de ensino em que o

estudante recebe a informação de modo totalmente passivo.

O Brasil não pode seguir um único paradigma. É preciso aprender com os que acertam mais. Antes da entrevista que fiz com Joose Palonen durante a Copa, conversamos por mensagem eletrônica. Numa delas, ele me disse uma frase-chave: “Nosso sistema educacional não é perfeito, mas tem provado ser extremamente eficiente — paradoxalmente, porque não é baseado na eficiência e sim na igualdade. Nós temos as melhores notas porque nós nunca procuramos ter as melhores notas, e sim educar todo o nosso povo de uma forma humana”. Uma das estratégias é dar mais atenção a quem demonstra mais dificuldade, para que possa alcançar a turma.

O uso da tecnologia tem que ter um norte. O objetivo não pode ser criar alguns superseres já pré-selecionados. Não é para programar as pessoas. É para aprofundar as virtudes do espírito humano. Um bom sistema educacional não separa por guetos previamente; na convivência de diferentes é que se formam valores. Que se ofereça o máximo para todos e os indivíduos se diferenciarão naturalmente nas suas escolhas. Imaginava que é fácil falar isso na Finlândia, que tem uma população homogênea. Eu me surpreendi com o fato de que também lá a imigração está alterando o quadro étnico. A proporção de estudantes de outros locais que foram morar na Finlândia triplicou na primeira década do século. Claro que os 5% de não finlandeses ainda são nada perto do que ocorre nos Estados Unidos, todavia um país que tem três línguas oficiais — finlandês, sueco e sami, um idioma de uma pequena população regional — convive naturalmente com alguma diversidade.

• • •

O ensino universitário é outro dos grandes gargalos do Brasil. Depois de ter feito esforço de universalização do Fundamental o país viu um aumento de pressão sobre a entrada na universidade. As públicas eram as mais procuradas pelos pobres, mas as de mais difícil acesso. O Brasil, durante muito tempo, conviveu com um ensino universitário

de graça apenas para a elite, que estudava em bons colégios particulares e cursinhos, e universidades privadas de qualidade variada para os pobres. Somente alguns, como Jéssica e Stephanie, conseguiam entrar em boas instituições privadas e conseguiam bolsa.

Duas políticas recentes mudaram esse quadro. A reserva de vagas para alunos negros e pobres nas universidades públicas, ou seja, as cotas para negros e alunos de baixa renda. Elas provocaram a revolta da classe média e discussões que foram aos tribunais, questionando principalmente o critério da cor da pessoa como razão para facilitar sua entrada no sistema público. O Supremo Tribunal Federal considerou as cotas raciais constitucionais. Em várias universidades foi adotado esse sistema para estudantes negros e egressos de escola pública.

Outra forma de facilitar o ensino superior foi a instituição do Fundo de Financiamento Estudantil. O Fies abriu a possibilidade de estudantes pobres estudarem com crédito a ser pago por eles após a conclusão do curso. Era inicialmente para ser bolsa para estudantes pobres em escola particular, mas o Fies cresceu de forma desordenada e os empréstimos foram concedidos sem critério. Grandes grupos educacionais chegaram a ter metade do seu faturamento garantido por esse financiamento público. O sistema quebrou. E em 2015 teve que ser todo repensado. O erro de novo foi não haver um filtro por renda, e pessoas que podiam pagar passaram a se financiar. O governo, quando tentou reduzir o tamanho do programa, tomou vários caminhos equivocados.

A demanda por ensino universitário vai crescer. O Brasil tem 24 milhões de jovens na idade universitária — de 18 a 24 anos — e 7 milhões de estudantes, mas grande parte deles já com idade superior a essa faixa etária. Nem todo jovem quer fazer universidade, mas o percentual brasileiro de estudante universitário na idade certa é pequeno demais. O sistema sustentável é o Estado financiar preferencialmente os pobres. Nos Estados Unidos, as famílias poupam para o ensino universitário dos filhos, aqui a classe média e os ricos gastam muito até o fim do Ensino Médio. Depois, em geral, esperam que o Estado garanta a educação dos seus filhos. Isso nunca fez sentido e fará menos no futuro.

Há muita gente pesquisando educação no Brasil em todos os graus. É o sinal de que está acontecendo a formação de uma aliança que nos levará adiante. Quando digo que o Brasil avança por consensos, não estou querendo dizer que todos chegarão à mesma conclusão sobre métodos e escolhas. Os especialistas em educação pensam de forma diferente em vários pontos, há acalorados debates e muita discordância sobre o melhor caminho a seguir. Numa sociedade democrática, a divergência é necessária. Ela aprimora o diagnóstico, faz o alerta, corrige rumos. Mas devemos olhar para o mundo. Há características nossas exigindo o aperfeiçoamento de um modelo brasileiro, mas há dilemas universais na construção da sociedade baseada no conhecimento. Várias organizações estão mobilizadas atualmente em torno da educação. Organizações não governamentais, instituições, empresas, educadores, cientistas. Seminários são feitos, pessoas são enviadas a outros países para comparar os sistemas e investigar erros e acertos.

Há diferenças nesse exército que está debruçado agora sobre o nosso maior problema. Mas elas são complementares. Economistas que nunca pisaram numa sala de aula são rigorosos na metodologia e criam modelos de avaliação e superação. O educador tem conhecimento de campo, não sabe, porém, na maioria das vezes, como fazer uma pesquisa que aponte as falhas de modo preciso. Quem domina a tecnologia sabe como desenvolver métodos mais amigáveis para usá-la. Os produtores de conteúdo querem modernizar a forma de transmitir a informação. O empresário quer um trabalhador capaz de fazer com que sua empresa tenha uma boa performance e está disposto a financiar parte da qualificação. O jornalista passeia pelas histórias, boas ou trágicas, que a educação atual exhibe e as relata para que a sociedade possa formar o seu julgamento e fazer escolhas. Todos são necessários nesse diálogo do Brasil sobre o campo no qual vamos ganhar ou perder o futuro. Não se engane: é disso que se trata. O futuro se decide na educação.

A Fundação Lemann escolheu montar laços com algumas das melhores universidades americanas. O maior centro que pensa a educação brasileira, no exterior, com professores que falam português, está em Stanford, na Califórnia. Para lá são enviados

pesquisadores para serem treinados. Aqui está sendo formado um *think tank* independente da fundação para ajudar a pensar alternativas. É o Centro Técnico de Política Educacional no Brasil.

Outro exemplo é a Fundação Ayrton Senna, que tem duas décadas de serviços prestados. Ela escolheu, como me disse certa vez sua presidente, Viviane Senna, não fazer “butique” e sim educação de massa. O que significa escolher não apenas algumas escolas para trabalhar, mas desenvolver uma tecnologia que poderia ser aplicada em qualquer escola. Seu foco: a aceleração do aprendizado. Do pé no acelerador que levou seu irmão Ayrton aos pódios do mundo, Viviane tirou a ideia central da sua instituição. Outro movimento, o Todos pela Educação faz pesquisa, mobiliza, motiva, informa e ilustra o debate.

Entidades empresariais se organizam para trazer especialistas que ajudem a mostrar o futuro, apontar a direção e antecipar os pontos de estrangulamento. A Firjan, por exemplo, trouxe o New Media Consortium, que reúne especialistas do mundo inteiro dedicados a estudar o uso da tecnologia na educação para compor o cenário das perspectivas brasileiras. Eles chegaram ao mesmo resultado que ouvi de outros especialistas: o Brasil tem que investir pesado em tecnologia de conectividade. Se não houver estradas para a transmissão rápida da informação que faça a ligação da escola com o mundo exterior, o país não vai entrar no novo paradigma.

Queiramos ou não, esse novo paradigma vai se impor no mundo. E de que forma queremos que seja introduzido? Alguns pensam: que chance tem um modelo antigo de ensino no mundo inquieto da interatividade, dos videogames, da conectividade? A mente das crianças de hoje, de qualquer classe social, se organiza de maneira diferente da nossa. As gerações mais velhas nasceram e viveram boa parte da vida no mundo analógico e migraram, com maior ou menor sucesso, para o mundo digital. Aprenderam a sobreviver nesse novo mundo. As crianças agora nascem digitais. Houve uma mutação, quase genética. Outros argumentam que sem o professor preparado, valorizado, com bom salário, a tecnologia nada poderá fazer. Cada um de nós carrega a lembrança de um professor especial que, num momento dado, foi fundamental na definição da nossa vida.

A sala do futuro tem que usar intensamente a tecnologia, mas não apenas trocando o quadro e o giz pela lousa eletrônica; o caderno e o lápis pelo computador. A tecnologia vai impregnar a maneira como ensinamos e aprendemos, de tal forma que nem será uma ferramenta em si, será parte do ambiente. Ajudará numa questão essencial: nem todos aprendem do mesmo modo e no mesmo ritmo. Há quem prefira vídeos e há quem goste de ler textos. Há quem tenha mais capacidade de absorção de conteúdo no começo do dia e existe aquele aluno que demora um pouco mais a chegar ao auge. A tecnologia poderá capturar essas diferenças e informar ao professor, a cada momento, essas oscilações. O professor não terá que ser o depositário de todo o saber. Mas sem ele nada avançará. O conhecimento será produzido pelos que são mais capazes em suas áreas, em qualquer parte do país e do mundo, e esse conteúdo estará disponível a todos, todo o tempo. O que está para vir na educação é um verdadeiro tsunami.

A própria sala de aula perderá seus contornos no novo paradigma. Ambientes de colaboração serão formados entre pessoas que estão fisicamente distantes, interagindo e acessando conteúdos que estarão em nuvem. Plataformas móveis, leves como os tablets, ou celulares, permitirão a circulação intensa de informação entre professores, diretores e alunos para permitir tanto o aprendizado em grupo quanto a individualização.

Descrever um futuro que passa por uma ruptura é um grande desafio. “Nada será como antes, amanhã”, canta Milton Nascimento. É isso. O admirável mundo novo já chegou, ele produzirá plataformas cada vez mais amigáveis, leves, portáteis. As informações serão cada vez mais fáceis de acessar. Os novos métodos de ensino serão mais simples de compartilhar nessa verdadeira morte da distância que se aproxima. Enquanto você lê este livro, softwares poderosos que estão sendo testados podem ser o começo de uma nova etapa. Momentos revolucionários podem ser antevistos, mas eles são, por sua própria natureza, imprevisíveis. A sabedoria é entender que o novo já chegou. Exatamente por ser imprevisível é que pensar o futuro ficou mais urgente.

Os computadores, como os conhecemos, estão em pleno processo

de mutação. Portanto, é necessário quebrar nossa tendência de pensar que o futuro será o presente com algumas evoluções. Todos os meios de aprender e ensinar estão sendo reformulados agora e continuarão a ser nos anos que se seguirão. Há revoluções nos softwares de aprendizados, aplicativos são criados a todo instante, laboratórios poderão ser móveis, a geolocalização está refazendo o espaço físico, a mídia social cria comunidades de pessoas que nunca se viram e que compartilham ideias, sentimentos e informações. Tudo junto está formando uma inteligência coletiva à qual o Brasil tem que estar ligado.

O educador profissional continuará sendo essencial e será auxiliado por um exército invisível. Teremos que nos envolver intensamente na tarefa de preparar os novos brasileiros. Os professores, em vez de se assustarem com a chegada desses reforços, precisam ter em mente que a tecnologia caminha no sentido da simplificação; e esse senso de urgência que se espalha fará com que os apelos dos bons professores sejam finalmente ouvidos.

Nossa crise é profunda porque problemas do passado, já resolvidos em outros países, se somam aos novos dilemas da busca de métodos atualizados de aprendizado. Nesse aspecto só um mutirão nacional nos fará pular os obstáculos. Não basta que todos os voluntários cheguem com suas propostas e críticas sem a valorização do professor profissional.

Se fizermos os investimentos certos em infraestrutura de navegação, ainda teremos que nos fazer a pergunta central: o que é prioritário ensinar? Todo conteúdo é importante, mas indispensável é primeiro ensinar o que parece mais básico: português e matemática. Temos que ter bem sólidas essas duas bases. Ciências, história, geografia se juntam a essas bases centrais. Se forem criadas novas disciplinas obrigatórias a cada ano, o currículo fica entupido e nada se aprende.

A segunda parada obrigatória dessa lista de prioridades é o ensino de um idioma que seja a ferramenta universal da conexão com os centros de informação de qualquer país. O mundo virou a aldeia global. Nessa navegação o inglês funciona como um passaporte. Não é mais o inglês da superioridade colonial britânica nem do

imperialismo dos Estados Unidos, é o *World English*, usado nas mídias sociais e o que se ouve, por exemplo, na diversidade de sotaques da CNN internacional.

O terceiro ponto é preparar as mentes das pessoas para aprender sempre ao longo da vida. A escola não terá mais fim. Não haverá o dia em que, ao término dos anos de formação, a pessoa pendura o diploma na parede e vai para o mercado de trabalho realizar suas ambições. As mudanças tecnológicas em todas as áreas exigirão a nova atitude do aprendizado permanente. Será parte da vida, como respirar.

Sthephanie e Jéssica, das áreas pobres do Rio, Eduardo, o porteiro que estuda durante a noite, Raimundo, o maranhense que enfrenta formigas e cobras para que seus filhos estudem, Evandro Júnior, o campeão de matemática da pequena terra de medalhistas, Dores do Turvo, em Minas, a faxineira Margarida e seus filhos têm trajetórias lindas e inspiradoras. São enredos de superação que emocionam. Outros heróis estão neste exato momento sendo protagonistas de anônimas histórias do impossível. Mas não tem que ser sempre assim. O Brasil não pode contar só com a disposição do aluno, do professor ou da escola de dar um salto atlético sobre os obstáculos. Esses obstáculos precisam ser removidos.

Não se pode esperar que todos de uma geração sejam heróis para, dessa forma e só assim, conseguir vencer a batalha da educação. A disciplina no estudo e o esforço continuado devem ser ensinados aos alunos, mas não se pode pedir a todos que tenham disposição para pedalar quilômetros atrás de um curso de francês nem que atravessem a noite fazendo pesquisa porque, por sorte, uma moradora cedeu a senha do wi-fi. Nem esperar que um pai iletrado, da Zona Rural do Maranhão, tenha a sabedoria de eleger a educação dos filhos como seu maior objetivo. É preciso ser mais fácil, mais natural, ter um ensino de qualidade para a massa dos estudantes. O Brasil fez muito coletivamente, mas não tem sido suficiente. O caminho é esse, porém é preciso mais pressa, mais força.

Há quem olhe a atual crise fiscal do país e pense que temos que esperar dias melhores, de maior abundância e crescimento. “A história finlandesa é particularmente interessante porque algumas das

políticas-chave e das mudanças foram introduzidas durante a pior crise econômica que vivemos, no pós-guerra”, escreveu Pasi Sahlberg. O que precisamos para avançar é concordar com a urgência educacional. Formar consenso num país democrático não é o mesmo que a ordem-unida de uma sociedade autoritária. Tudo parece um pouco anárquico. Há uma pulverização de iniciativas que concorrem todas para o objetivo, que é um só. Às vezes até rivalidades e competições se formam entre as instituições. Não importa. Em tempos revolucionários toda ajuda é necessária.

A formação do consenso que nos levou à democracia tinha uma infinidade de grupos de resistência à ditadura que travaram entre si lutas intensas. Mas estavam todos indo na mesma direção: derrotar o regime autoritário para, depois, construir a nova ordem democrática. Na educação a tarefa também será sempre interminável. Demos os passos para universalizar o Fundamental, estabelecer programas de avaliação da qualidade, formar organizações especializadas no tema, pôr o assunto na pauta do país. Agora ele está mobilizado para melhorar o sistema.

A democracia e a educação se misturam. Não por acaso a atenção ao tema se amplia na democracia. Só é realmente livre a pessoa que aprendeu e sabe como continuar a aprender. Só é sólida a democracia formada por seres livres. O economista Edward Glaeser diz que “a ligação entre educação e democracia é forte porque a educação criou a democracia”. Segundo ele, dar a uma criança pobre uma boa educação é a melhor maneira de ajudá-la a se tornar um adulto próspero. Mesmo estando na maior economia do mundo, ele faz uma afirmação com a qual muitos americanos concordam: “Precisamos de uma mudança sistêmica e não apenas de mais dinheiro”. Este é o dilema do momento: como tornar mais eficiente o sistema educacional? Não estamos sozinhos na nossa angústia, mas estamos muito mais atrasados que a maioria dos países.

O grande consenso deste capítulo é que a educação é indispensável para o país construir o futuro. Tal convicção une todos os entrevistados do livro. A pergunta que eu proponho é: por que ela é importante? Há muitas respostas e, ao mesmo tempo, uma única resposta. Uma população mais educada vai lidar melhor com os

dilemas nacionais, que ficarão mais complexos nessa fase do nosso amadurecimento populacional; trabalhadores estarão mais preparados para a era em que economia e conhecimento se misturam na busca da produtividade e competitividade.

Uma educação melhor vai aperfeiçoar a democracia. Assim, será possível varrer do país algumas chagas sociais que carregamos pelos erros passados. Uma população com elevado nível de escolaridade vai entender e se integrar no mundo da alta tecnologia e dos avanços científicos; um contribuinte consciente dos seus direitos vai impor aos governos vigilância permanente sobre o destino do dinheiro público; pais mais educados criarão filhos com mais chances de vencer; será mais fácil criar leis e hábitos em torno dos desafios impostos pelo planeta na era das mudanças climáticas. Em qualquer um dos capítulos deste livro, os dilemas apresentados serão mais fáceis de entender e enfrentar com o aumento da escolaridade.

Muitos que não tiveram, por qualquer circunstância, acesso à escola, acumularam respeitável sabedoria. Contudo, o grande consenso deste capítulo é que a educação é indispensável para o país construir o futuro.

A grande resposta é uma só e esta aquece meu coração de filha de professores, de mãe e avó. A importância da educação vai além da economia, da política, da competição entre os povos; transborda qualquer visão utilitarista. A escola não é uma fábrica de trabalhadores para a economia, nem mesmo de eleitores para a política. Seu valor excede os limites da percepção setorial e material. A educação liberta. Só uma pessoa educada pode escolher voar em todas as dimensões que sua mente desejar, pode realizar todo o potencial que traz ao nascer, pode ser o que quiser ser. É a base na qual cada pessoa constrói o edifício de sua vida. Sem a educação não há futuro para as pessoas, não haverá futuro para o Brasil.

The image features a stylized, abstract graphic design. It consists of several thick, black, rounded lines that form a large, blocky letter 'E' shape. The lines are set against a background of various shades of blue, ranging from a light, dusty blue to a darker, muted blue. The lines themselves have a slight gradient, appearing darker at the top and lighter at the bottom. The overall composition is clean and modern, with a strong geometric feel.

ECONOMIA  
EM VÁRIAS FRENTE

No meio de uma crise, o esforço de olhar o longo prazo é mais útil e urgente. A confiança na economia do Brasil sobe e desce como uma montanha-russa. Quando está em alta, é preciso manter o pé no chão. Quando despenca, é fundamental olhar o potencial do país. O trabalho de modernizar o Brasil foi interrompido e retrocedemos nos últimos anos. Mesmo assim, podemos superar o momento e alcançar o futuro. O passado já provou que conseguimos sucesso em missões difíceis.

O futuro da moeda exigirá mudança no governo e no comportamento das famílias. O aumento da poupança é necessário em um país que está ficando mais velho. É preciso aprender a lidar com as dívidas. A medida do crescimento está mudando. Entenda essa discussão. O nó logístico tem que ser desatado para aumentar a produtividade e proteger vidas humanas. Há muitas perguntas na economia. Teremos que encontrar as respostas agora.

# A AGENDA INTER- ROMPIDA

Há quatro décadas escolhi a economia como centro do meu trabalho no jornalismo. É a janela sobre a qual eu mais me debruço para olhar o Brasil e o mundo. Comecei a escrever este livro quando havia otimismo em torno do país e termino quando estamos em momento de pessimismo. Vi muitas crises e muitas fases de euforia ao longo de 40 anos de profissão. Nelas, aprendi a evitar vaticínios extremos.

Quando nada se vê no horizonte, é hora de fazer mais esforço para sobrevoar o imediato. O ano de 2015 começou com recessão, inflação acima da meta, déficit fiscal, crise na Petrobras, ameaça de falência de empresas envolvidas em corrupção e incerteza política. O ambiente era de desânimo e preocupação. Em março completavam-se 25 anos de Plano Collor e olhar para trás, para escrever artigos e comentários sobre o tema, me ajudou a ver tudo em perspectiva. Que ano foi aquele, o de 1990! Nada vi pior. As famílias e as firmas em desespero com o dinheiro confiscado por ordem do governo. A recessão superou 4%. A taxa mais baixa de inflação mensal foi 7,59% em maio — a inflação do melhor mês hoje significaria estourar a meta anual. O IPCA acumulado do ano foi de 1.620%. Depois veio a crise institucional de 1992, em que parecia que a própria democracia nascente seria engolfada. Terminou com o *impeachment* do presidente.

Houve outras crises fortes desde então. Com a pauta da história da estabilização da moeda brasileira, um jornalista do History Channel me pediu uma entrevista no começo de 2015. Revisitei com o jovem repórter outros episódios da nossa aflição econômica. A lição que fica ao se olhar o passado é que não se deve subestimar as crises, nem superestimá-las. É difícil a hora da travessia, entretanto as crises

passam. Quem presta atenção na cena atual vê erros recentes e antigos defeitos na economia. O desafio é vencer todos eles para realizar as grandes chances que o Brasil tem. O futuro será dos filhos do real, os que não viveram a grande saga dos anos da hiperinflação. Naquele tempo, muita gente quis desistir do Brasil. Ficar valeu a pena.

Peço, leitora e leitor, um pouco de paciência. Sei que quem veio a este livro foi para pensar o futuro e não a conjuntura. No entanto, é impossível fingir que não existe um pântano no curto prazo. E é ele que nos preocupa agora. Virou passagem obrigatória antes de se retomar o caminho. A vitória sobre a hiperinflação foi o marco do novo Brasil. Nos últimos anos, retrocedemos e esses erros ameaçam a juventude, a quem o futuro pertence.

O estudante de engenharia elétrica da Universidade Federal de Santa Catarina José Eduardo Gorges Silveira é filho do real. Ele nasceu exatamente em 1994, quando a moeda foi instituída. Cresceu e está amadurecendo junto com ela. Pela Pnad de 2013 do IBGE, divulgada em 2014, de 1994 até aquele ano nasceram 62,4 milhões de brasileiros, o que representava nada menos que 31% da população. Quase um terço dos brasileiros jamais viveu em outro ambiente que não o do real.

José Eduardo mora na cidade de Antônio Carlos, com pouco mais de 7 mil habitantes. É bem perto de Florianópolis, por isso ele decidiu continuar morando com os pais enquanto estudava na capital. Sobre a hiperinflação, que estudou em livros, diz que é “coisa do passado”.

— Os preços variavam muito. O Brasil não era estável. Hoje a gente escuta que a inflação subiu, mas não acho que seja um problema.

O que é problema para esse moço de uma pequena cidade em Santa Catarina? Ele não duvida:

— Falta investir mais em educação para que os brasileiros tenham uma vida melhor. A saúde pública é muito ruim também. É preciso investir nessas áreas.

Além do mais urgente — educação e saúde —, ele acha que há velhas questões que precisam ser enfrentadas.

— Há pessoas que têm muito, outras que não têm nada. Algumas regiões são mais ricas que as outras. O desnível de renda, a desigualdade, é um grande problema — constata.

Ao longo dos poucos anos de vida que tem, ele já fez sua parte para melhorar a própria vida e os indicadores que o incomodam. Sempre frequentou escola pública e terminou o Ensino Médio no Instituto Federal de Santa Catarina, formando-se em eletrotécnica, área de especialidade do pai, que parou no nível médio. Para ir à faculdade, ele precisa acordar às 5h30, a tempo de pegar o ônibus para Florianópolis.

— Sempre tive boas notas, gosto de estudar. Com educação, as pessoas vão desvendando o mundo, conseguem olhar para as coisas de forma mais correta. A educação ajuda as pessoas a ter uma visão mais ampla — diz.

No mais, ele é um rapaz como os outros, que gosta de balada, futebol e toca violão. Gaba-se de fazer bonito quando joga no meio-campo do time amador da cidade, o Estrela Azul. Para José Eduardo, a estabilidade é coisa dada, resolvida. Ele ouviu falar que houve até um confisco. Tudo é remoto para ele porque aconteceu antes de seu nascimento. O que vê de concreto são os problemas que permanecem no país.

Seus planos para o futuro incluem abrir uma empresa na área de material elétrico, instalação e projetos de eletrotécnica. Quer ser empresário. Até agora, esse filho do real fez tudo certo: dedicou-se aos estudos, foi além dos seus pais, tem vida saudável e cultiva o espírito empreendedor. Ele não está sozinho. Uma pesquisa feita pela Penn Schoen Berland para a Telefônica com 6.702 jovens de 18 países, entre 18 e 30 anos, mostra que, no Brasil, 34% querem ter um negócio próprio até 2024. Essa proporção é de 23% nos Estados Unidos e de 16% na Europa Ocidental. Na América Latina como um todo, é de 30%. O espírito empreendedor é mais forte aqui do que no resto do mundo, de acordo com o levantamento.

José Eduardo quer que o país avance, sonha com seu negócio, mas o que não sabe é que, para seu projeto dar certo, é preciso que haja uma melhora urgente no ambiente de negócios do Brasil. Nós temos que retomar a agenda de modernização para que José Eduardo e

todos os 34% dos jovens que têm o mesmo sonho abram suas firmas e prosperem. Hoje, as pequenas empresas acabam sendo abatidas por altos impostos, custos e burocracias para as quais não estão preparadas.

Há uma lista enorme de reformas microeconômicas que poderão aumentar a probabilidade de sucesso de José Eduardo. E o que dizer para ele sobre o que acontecerá nas próximas décadas, nas quais quer realizar seu projeto de ser empresário? A principal dificuldade é que o país retrocedeu e voltou a criar problemas já resolvidos.

Um economista a quem contei, durante um voo, o projeto deste livro, duvidou do meu êxito com uma frase bem-humorada: “Como eu posso falar para onde vou, se não sei onde estou?”. O diálogo se deu num daqueles momentos de extrema incerteza política e econômica, no meio da campanha eleitoral de 2014. Era difícil sobrevoar o nevoeiro criado pelo ambiente recessivo de então, pelas confusões contábeis feitas pelo governo para esconder os rombos fiscais e pelas teses amalucadas inventadas pelo marqueteiro da candidatura oficial. Qualquer explicação era fabricada para escapar das perguntas embaraçosas.

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff terminou com índices assustadores. O governo havia errado demais e o resultado foi a inflação perto do teto da meta e o crescimento do PIB em 0,1%. O segundo mandato começou com o país em recessão e inflação acima do teto da meta. A população mostrou toda a sua insatisfação em manifestações nas ruas.

As contas públicas tiveram, em 2014, o primeiro déficit primário em 18 anos, de R\$ 32,5 bilhões, ou 0,63% do PIB. Isso quer dizer o seguinte: todo o dinheiro enviado pelos contribuintes não foi suficiente para cobrir nem as despesas normais, mesmo sem contar o que o Tesouro pagou de juros. Equivale a uma pessoa endividada cujo salário não quita as contas do mês e ela precisa tomar mais um empréstimo. O déficit nominal do governo federal, que inclui o custo da dívida, foi de 5,3% do PIB em dezembro. A de todo o setor público fechou o ano em 6,23%. Em março o governo já estava com um déficit nominal de 7%. Uma enormidade.

Era previsível. Ao entrevistar a candidata Dilma Rousseff na CBN,

na campanha de 2010, eu fiz uma pergunta sobre esse tema. Lembrei que ela havia chamado de rudimentar o projeto do ex-ministro Antonio Palocci de levar adiante o projeto de zerar o déficit nominal. Quis saber se diante disso e da sua defesa de aumento do gasto, a dívida bruta não continuaria aumentando como já acontecera nos anos anteriores. Ela respondeu ao seu estilo. Disse que eu estava errando nos números e no conceito. Assegurou que o endividamento cairia. Não foi o que aconteceu. A dívida bruta subiu dez pontos percentuais do PIB nos quatro anos de seu primeiro mandato. Dilma Rousseff fez uma gestão fiscal desastrosa nos números e nos conceitos.

O governo culpou a crise externa e o fato de o mundo não estar completamente restabelecido do abalo de 2008. Não foi essa a causa. O determinante foi a política econômica à qual o primeiro mandato tentou dar ares de ciência, definindo-a como “a nova matriz macroeconômica”. Essa suposta teoria teve morte rápida por falência múltipla das premissas.

O humor dos brasileiros em relação à economia oscila como pêndulo. E diante desses dados o país ficou pessimista. Mais volátil é a avaliação feita sobre nós por analistas e investidores internacionais. Durante os anos em que escrevi este livro, ouvi previsões que foram de um extremo a outro. Para que servem tantos anos de jornalismo econômico? Para não esquecer os problemas quando a euforia dos investidores cega os afoitos e para ver as chances do país quando o desânimo contamina os aflitos.

O Brasil teve grande desenvolvimento nas últimas décadas. Quem me lê pode ter em mente as fases de baixo crescimento e concluir que a avaliação positiva não faz sentido. Falo, no entanto, de um conceito mais amplo do que apenas o número do PIB. O Brasil é um país muito melhor hoje, por ação de governos de partidos diferentes, do que ao fim do regime autoritário.

Como outros profissionais, os economistas se dividem em correntes que se rotulam. No Brasil dos últimos anos, o embate foi entre supostos neoliberais e desenvolvimentistas. Nenhum dos rótulos é bom para explicar o que pensam os dois grupos. E há mais matizes entre os pensadores. Não há muitos liberais no Brasil, no conceito

exato da palavra, e desenvolvimento todo mundo quer.

O grupo que dominou a política econômica de 1993 a 2006 venceu a inflação, fez reformas nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique e no começo do primeiro mandato do presidente Lula. O ciclo se encerrou com a queda do seu primeiro ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em 2006. A segunda equipe econômica que comandou o setor, entre 2007 e 2014, errou mais a partir da crise de 2008. Em 2015, outro grupo se instalou, comandado pelo ministro Joaquim Levy, que integrara a primeira equipe do PT, em 2003. Foi a hora de corrigir os erros dos que se definem como “desenvolvimentistas”, mas cuja melhor definição seria “gastadores”. A conta que o grupo deixou ficou pesada. O mais exato sobre as diferenças entre as ideias econômicas é dizer que há soluções melhores e piores para os problemas. No primeiro governo Dilma (2011-2014), prevaleceram ideias erradas, tanto que o resultado foi um mar de números ruins, taxa de inflação alta e economia estagnada.

O grande estímulo para avançar deve ser a certeza de que já temos muitas vitórias a comemorar. O país tem na área econômica uma infinidade de temas a enfrentar e tarefas a cumprir. O volume delas pode desanimar. No entanto, o olhar para trás estimula pelo muito que já foi feito. O Brasil ficou mais interessante e promissor depois que conseguiu vencer a hiperinflação. Não foi fácil nem foi por milagre. Foram necessários anos, o envolvimento das famílias, o pacto político, a mudança de hábitos, para que deixasse a sina de país de alta inflação que o perseguia desde os anos 1950.

Vários outros temas começaram então a nos ocupar. Confira alguns itens da lista enorme de avanços institucionais, de leis que passaram a valer e de novas políticas públicas após a estabilização: a universalização do Ensino Fundamental, os sistemas de avaliação da educação, a implantação do Sistema Único de Saúde, a redução do desmatamento, a inclusão de negros e pobres nas universidades públicas, as novas políticas de combate à pobreza e à pobreza extrema, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Brasil passou a seguir uma agenda de modernização avançando um pouco a cada ano depois de 1994. Bancos foram saneados,

dívidas de estados e municípios, renegociadas, a nova lei de falência, aprovada. Nada foi linear nem se esgota no que listei; sabemos que a variedade dos temas aumentou e o país tomou consciência da sua complexidade.

A população exigiu dos governantes que a inflação ficasse em patamares aceitáveis. Quando ela sobe, o país reclama. O presidente Fernando Henrique foi reeleito em primeiro turno em 1998, mas sua popularidade despencou quando a inflação subiu, após a mudança da política cambial em 1999. Foi recuperada parcialmente. O presidente Lula só foi eleito depois de garantir que não mudaria as bases da estabilização. Até hoje é isso que eleva ou derruba popularidade de presidente. A queda da aprovação de Lula, em 2005, no choque da denúncia do mensalão, foi recuperada e ele se reelegeu, em parte porque a inflação de 2006 foi uma das mais baixas da história recente. A presidente Dilma, em junho de 2013, enfrentou queda da popularidade e vaias públicas durante um período de inflação alta. A alta de alimentos havia chegado a 14%. Ela se reelegeu com inflação acima do teto da meta, não à toa foi a disputa mais apertada do PT até então. Os preços voltaram a subir no começo de 2015 e sua popularidade despencou.

Quando as taxas começam a incomodar, costumo ouvir a pergunta: “ela” vai voltar? As pessoas sabem que “ela” está sempre à espreita. O cientista político Sérgio Abranches me mostrou, na época do Plano Real, a correlação entre taxa de inflação e popularidade presidencial. A aprovação sempre cai quando os preços sobem. Em uma conversa em 2012 com Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, quando eu já coletava dados e análises para este livro, ele me disse:

— Olhando para o Brasil 20 anos para a frente, acho que se vier um governo muito descuidado e a inflação subir, o povo não vai gostar, não. Isso é que me dá conforto. Acho a taxa ainda alta, a gente deveria estar na meta [4,5%] e mirando um objetivo mais baixo, mas o país não aceita inflação alta, mais, não.

A presidente Dilma foi reeleita apesar do índice de preços elevado. Vários fatores a levaram a um novo mandato, mas certamente a inflação foi um dos motivos que fortaleceram a oposição. Sua

estratégia de marketing funcionou para ganhar a eleição; não era, porém, boa para governar. Por isso ela desmontou o que havia dito na campanha. Quando candidata, dizia que o país não precisava de ajuste fiscal. Eleita, em sua primeira reunião ministerial disse que era preciso buscar o “reequilíbrio fiscal” e adotar “medidas corretivas”.

Para um terço da população, a hiperinflação é passado a ser estudado nos livros de história. Isso não quer dizer aceitação da alta dos preços. A alergia à inflação ficou na genética do brasileiro. Constatei isso em inúmeros debates pelo Brasil, quando ouvia jovens contando as histórias de seus pais e avós. Quando o Plano Real fez 20 anos, eu falei no auditório da Livraria da Travessa do Leblon, no Rio de Janeiro, sobre esse passado. Ao final, um rapaz se aproximou segurando meu livro sobre a estabilização da moeda e disse:

— Ouvi no rádio que haveria esse debate, consegui sair mais cedo do trabalho e ainda bem que cheguei a tempo. Quero saber mais sobre essa história.

Seu rosto era jovem e seu interesse “nessa história” era visível.

— Quantos anos você tem?

— Vinte e um anos.

Naquele aniversário de 20 anos, falei para estudantes de economia na PUC e na UnB. Eles demonstraram interesse e relataram experiências dolorosas dos familiares. É falsa a ideia de que quem não viu a hiperinflação não se importa com o problema. De inúmeras formas o país passou esse recado aos políticos, e foi isso que converteu descrentes. Políticos e economistas defensores de políticas econômicas que poderiam trazer de volta a inflação alta tiveram que arquivar convicções e manter a vigilância permanente. Isso mostra a maturidade do país.

A Argentina, que também viveu a hiperinflação e o confisco, ficou inerte durante anos, aguentando taxas que voltaram a níveis inaceitáveis e perigosos, enquanto o governo intervinha no instituto oficial para maquiar os índices nas administrações Kirchner. A Venezuela aceitou anos de inflação fora de controle, com desabastecimento, mantendo o chavismo no poder. Os venezuelanos se dividiram por várias questões e não mostraram a mesma rejeição à inflação que os brasileiros. Aprender com o passado é prova de

maturidade. Nós aprendemos. Mas queremos muito mais.

• • •

O Brasil quer seguir adiante com sua agenda e não ficar brigando apenas para não retroceder. Queremos a inflação baixa como base para passar ao projeto de desenvolvimento em inúmeras áreas. O ministro Joaquim Levy foi indicado para a pasta da Fazenda, apesar de ter convicções bem diferentes das que Dilma Rousseff demonstrou ter no primeiro mandato. Em sua primeira entrevista como ministro, ele rejeitou a ideia-ícone do PT de que há um conflito entre políticas sociais e equilíbrio macroeconômico. “Não se quer o equilíbrio pelo equilíbrio. É para buscar o avanço social.”

Além de ser leniente com a inflação, a presidente Dilma cometeu outro erro no primeiro mandato: o de tirar a credibilidade de indicadores fiscais. A equipe mudou a forma de contabilizar gastos e receitas para esconder o baixo desempenho. Foram tantos truques contábeis que os bancos e as consultorias criaram sua própria forma de calcular. Eis uma mistura perigosa: tolerância com inflação e contabilidade pública duvidosa.

Houve mais. De acordo com o Tribunal de Contas da União, uma das manobras feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sancionada em 2000, a lei foi um marco na organização das contas públicas. Uma de suas cláusulas mais importantes é a que proíbe que um banco público financie o Tesouro. O governo Dilma ficou devendo bilhões aos bancos estatais. Eles pagavam os benefícios sociais e as políticas de incentivo econômico e ficavam esperando meses para receber.

Os governos petistas começaram a abandonar o controle das contas e o rigor com a inflação a partir da crise financeira internacional de 2008, a pior turbulência das últimas décadas no mundo. O sistema financeiro internacional balançou sobre o abismo nos primeiros meses após a queda do banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos. A economia mais forte do mundo viveu momentos de perigo extremo. Grandes países e sólidas moedas tremeram.

O governo brasileiro tinha mesmo que tomar medidas de emergência, e o fez. O Banco Central foi ágil, o Ministério da Fazenda foi ativo, o BNDES evitou a quebra de várias empresas que eram saudáveis, mas haviam sido apanhadas em posição cambial desfavorável quando tudo mudou. Fomos atingidos no nível de atividade. O país crescia a 6,5% ao ano nos quatro trimestres terminados em setembro de 2008. Naquele mês o Lehman Brothers quebrou. Em 2009, o PIB encolheu -0,2%. A recuperação foi rápida e, em 2010, o país já estava crescendo forte. Chegou a 7,6%.

Era hora, então, de reduzir estímulos e voltar ao rumo original. Em 2010 era ano eleitoral e o governo ampliou gastos. O crescimento caiu nos anos seguintes e a inflação subiu. A emergência foi tratada como permanente e a crise foi entendida como licença para gastar. O problema não foi o que a política econômica fez e sim por quanto tempo manteve as medidas emergenciais e até onde foi com as intervenções perigosas.

No combate à inflação, o governo usou um remédio arriscado: segurou preços públicos artificialmente. Assim, reapareceu a inflação reprimida, como na época anterior ao real. O ano de 2013 terminou com preços livres em 7,5% e os controlados em menos de 1,5%. No final de 2014, a Petrobras havia perdido um volume incalculável de receitas com o controle do preço da gasolina. O setor elétrico estava endividado, porque o governo reduzira sua tarifa por decreto, criando distorções.

Em 2015, houve um tarifaço na energia e a seca piorou os efeitos da redução artificial nos preços da eletricidade. Como a cotação do petróleo caiu à metade no mundo, o preço da gasolina foi reduzido em diversos países, menos no Brasil, porque era preciso recompor o caixa da Petrobras. O país voltou várias quadras, quando não tinha um minuto a perder. No começo do segundo mandato de Dilma foi iniciada então a desagradável tarefa de corrigir os erros.

Um dos retrocessos perigosos do primeiro mandato de Dilma foi o de distribuir benefícios e subsídios para algumas empresas. O beneficiário era escolhido sem qualquer critério ou transparência. Do mesmo jeito que o governo militar fez. Um ponto essencial na democracia é que o contribuinte tem o direito de saber como o

governo gasta o dinheiro dos impostos. Vamos pensar em dois exemplos.

Primeiro: quanto o governo transfere para grandes empresas através de reduções de impostos e de juros subsidiados? É difícil saber o valor exato, mas o economista José Roberto Afonso, especializado em contas públicas, calcula o montante em 1,3% do PIB. Quem procura o dado tem muito trabalho e muita dificuldade para acessar todas as fontes das informações. Segundo: quanto gasta com a rede de proteção montada através do Bolsa Família? Está no Orçamento e o dado é fácil de encontrar. Segundo Gil Castelo Branco, do site Contas Abertas, em 2014 foram R\$ 26,6 bilhões, ou 0,5% do PIB. Isso faz o segundo gasto ter mais qualidade. O contribuinte tem de saber o destino do seu dinheiro, e no primeiro mandato da presidente Dilma foram adotadas táticas para esconder a informação. Perdeu-se a transparência.

O BNDES emprestou muito dinheiro para empresas. Essa é a sua função. Mas não se contentou com o dinheiro do FAT, que o financia. O banco passou a receber dinheiro diretamente do Tesouro. Em 2008 os empréstimos ao BNDES eram de R\$ 9 bilhões, ao fim de 2014 somavam R\$ 470 bilhões. Um desatino alertado por vários economistas e que Dilma, no primeiro mandato, ignorou. O BNDES transferia esse dinheiro para grandes empresas como sócio ou credor. Essa dualidade é velha no país, e nefasta. É uma das origens do que Sérgio Lazzarini chama de “capitalismo de laços” — quem tem mais proximidade com o setor público tem mais chance. O mesmo banco público vira sócio da empresa e, depois, empresta dinheiro para a empresa da qual é um dos donos.

A relação dupla com o capital foi incentivada, fazendo ressurgir da tumba uma criatura que a democracia havia sepultado: a política dos campeões nacionais do governo militar. Esse tipo de política industrial, em que o governo decide quem deve vencer no capitalismo, nunca funcionou.

O JBS Friboi entrou pela primeira vez no ranking das maiores empresas do país da revista *Exame* em 2000, em 396º lugar. Em 2002, caiu para o 431º. Começou então a sua subida fruto da política

que o beneficiou. Em 2003, pulou para o 89º lugar. Em 2010, estava na 30ª posição. Em 2015, era a 15ª empresa. O BNDES fez um deliberado esforço para alavancar o crescimento desse grupo. Uma das formas foi estimular as compras da companhia no Brasil e no exterior. Para adquirir a Pilgrim's Pride, frigorífico nos Estados Unidos, o grupo lançou debêntures em que a família Batista, dona do grupo, ficou com 0,01% e o banco com 99,9%. O IBGE deu o dinheiro para o JBS comprar uma empresa nos Estados Unidos. Em que isso faria o Brasil crescer nunca se soube. Já o JBS, cresceu bastante. No ranking divulgado em 2014 pelo *Valor Econômico*, o grupo era a terceira maior empresa do país, perdendo apenas para a Petrobras e a Vale, com R\$ 92,9 bilhões de receita. Tornou-se o maior produtor do mundo de proteína animal. Comprou companhias nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil. E não foi o modelo de negócios que explicou o salto. Foi um dos mais emblemáticos casos da política dos favoritos do BNDES e, ao todo, entre participação no capital, compra de emissões inteiras de debêntures e empréstimos diretos, o grupo recebeu R\$ 12 bilhões do banco. É bom que empresas brasileiras fiquem grandes e se tornem internacionais. Não faz sentido é que isso se faça com tanto dinheiro subsidiado, como ocorreu nesse caso.

Há casos piores. Algumas firmas quebraram, mesmo com toda a generosidade do banco. Financiado para se transformar no líder do setor de produção de leite, o LBR faliu meses depois de o BNDES aportar R\$ 700 milhões como sócio, com sua carteira cheia de dinheiro e voluntarismo. O frigorífico Independência quebrou meses depois de receber R\$ 400 milhões do banco, mais de R\$ 200 milhões em participação no capital. O grupo Bertin vendeu seus ativos no setor de frigoríficos para o JBS, no processo de concentração incentivado pelo banco, e foi para a área de energia, onde teve seguidos fracassos. No começo de 2014, o BNDES estava ainda enrolado no grupo da carne, dando mais prazo ao grupo Marfrig para pagar uma dívida de R\$ 2 bilhões em debêntures. O empresário Eike Batista dizia que o BNDES era “o melhor banco do mundo”. A derrocada do grupo X foi a prova final do erro da política.

O pior é que tudo foi financiado com dívida pública. O Tesouro lançou títulos, aumentou a dívida pública, emprestou para o BNDES por uma taxa menor do que a que paga a seus financiadores e o banco também concedeu crédito a taxas subsidiadas. O custo total dessa circulação de dinheiro não ficou explícito para quem paga: os contribuintes.

Numa reunião em 2014 na Fiesp, um economista mais crítico ouvia em silêncio muitos elogios ao banco. A instituição financeira pública teria, segundo testemunho dos empresários, salvado empresas, financiado projetos que não teriam viabilidade se os juros fossem os da banca privada, garantido o crescimento de diversos setores nos últimos anos. Dada a palavra ao economista, ele falou:

— Concordo, ele é tudo isso. E já que ele é tão bom pode-se propor um imposto BNDES.

— Imposto? — perguntou alguém, refletindo a perplexidade geral.

— Exato, um imposto para garantir seu financiamento. Hoje ele está sendo sustentado pelo endividamento público. Ele tem dado crédito ou aportado capital com recursos cuja origem é o aumento da dívida do Tesouro.

Ninguém quer mais impostos, evidentemente. O economista fez a provocação como forma de dizer que nada daquilo era de graça.

Outros bancos estatais receberam recursos públicos. E não foram transparentes com o seu uso. O BNDES utiliza sempre o argumento da Lei do Sigilo Bancário para justificar a baixa visibilidade de alguns negócios. *O Estado de S. Paulo* publicou em 19 de janeiro de 2014 reportagem de Ricardo Brito com o título “BNDES sonega dados a órgãos de fiscalização”. Contava que o TCU já havia feito cinco reuniões com o BNDES ao longo dos seis meses anteriores. Uma delas fora entre o então presidente do banco, Luciano Coutinho, e o então presidente do tribunal, Augusto Nardes. Pouco havia se avançado nas informações pedidas pelo TCU sobre o financiamento de R\$ 22 bilhões para a construção da usina de Belo Monte. O Tribunal então entrou na Justiça pelo direito de obter informações que tem a função de fiscalizar. Toda a discussão sobre os sigilos do BNDES terminou no STF. Da discussão específica sobre falta de informação a respeito de financiamentos ao exterior evoluiu-se para uma determinação de mais

transparência.

A Caixa Econômica Federal emprestou R\$ 1 bilhão à empresa OSX, o estaleiro do grupo de Eike Batista, no começo de 2013, quando seus problemas já eram visíveis. Tanto a Caixa quanto o BNDES renovaram empréstimos um mês antes de a empresa entrar em recuperação judicial, em novembro de 2013. A Caixa comprou por R\$ 700 milhões a metade do banco PanAmericano. A instituição financeira quebrou logo depois e foram descobertas fraudes que criaram ativos falsos. São muitos os casos.

O Tesouro é o dono do BNDES. Poderia ter transferido o dinheiro em forma de aumento de capital, mas preferiu emprestar. Por quê? Era uma forma de enganar os indicadores. Sendo empréstimo será, teoricamente, pago algum dia, então, é ativo do Tesouro, que se endivida, mas registra que receberá o capital emprestado. Dessa forma, os dois lados se anulam e a dívida pública líquida não cresce. O Tesouro se endivida a curto prazo e recebe do BNDES — se receber — em futuro distante. Esse descasamento é custo, porém não entra na conta.

O governo fez contorcionismos tão complicados que até economista fica com um nó na cabeça. A cessão onerosa de campos de petróleo para a Petrobras foi uma dessas operações em que a intenção era confundir. A Petrobras estava endividada e precisando de novos financiamentos para investir. Isso foi antes do escândalo de corrupção estourar. Para pegar mais empréstimos precisava ter mais capital, porque o que os bancos olham é o total da dívida em comparação com o patrimônio. Por isso o governo pediu ao Congresso o direito de transferir 5 bilhões de barris de petróleo, ainda não produzidos, da União para a Petrobras. A empresa pagou com novo lote de ações entregues ao Tesouro, que passou a ser o dono de uma parte maior da estatal. O governo também mandou o BNDES comprar ações da Eletrobras e o dinheiro da venda foi remetido pela estatal ao Tesouro. O capital ficou circulando entre entes públicos.

O economista Mansueto de Almeida, que se dedica a esse emaranhado contábil para entender e torná-lo inteligível a quem se perde no labirinto, explica melhor:

— O Tesouro transformou os 5 bilhões de barris, que futuramente

serão extraídos, em receita corrente, ou em dinheiro de agora. Isso foi um ponto percentual do PIB em 2010. Não foi um caso isolado. Depois o Tesouro pegou dividendos futuros que tinha a receber da Eletrobras e entregou ao BNDES. O Tesouro então vendeu ao BNDES o que receberia no futuro da empresa elétrica e assim transformou um lucro incerto do futuro da Eletrobras em dinheiro imediato.

A estatal elétrica teve déficit e terminou 2014 devendo R\$ 7 bilhões à Petrobras porque não tinha dinheiro para pagar pelo combustível recebido para as termelétricas. Se você teve dificuldades para acompanhar a confusão descrita acima não se culpe. Não há nada de errado com a sua mente. A engenharia financeira tortuosa foi feita para iludir e transformar dívida em receita. O governo transferia dinheiro para os bancos e estatais para receber dividendos. Empréstava aos bancos mas não pagava o que devia aos mesmos bancos.

Naquele tempo, a vida parecia curta para o esforço de trocar em miúdos para o leitor essa bagunça entre as estatais e o governo federal. O jornalismo econômico passou a ser o exercício diário de desvendar o truque em cada operação que o Tesouro inventava. Um dia, um economista desabafou com o jornalista Álvaro Gribel:

— Antes, quando algum fundo de investimento estrangeiro me perguntava sobre o resultado das contas do governo, eu explicava em cinco minutos. Agora falo por meia hora e, no final, o meu interlocutor está mais confuso do que no começo da conversa.

Os analistas e investidores pararam de olhar a dívida líquida. Com essa forma de burlar as contas, ela não refletia mais o que se passava com o endividamento. Foram olhar a dívida bruta, que dera um salto. Dívida líquida desconta o que o país tem de ativos. É assim: vamos supor que você tenha contraído um empréstimo no banco para comprar seu apartamento. Mas, ao mesmo tempo, você, que não sabe o dia de amanhã, vai fazendo um esforço para guardar dinheiro. É natural que calcule: devo 300, mas já tenho 100 aplicados, portanto, minha dívida líquida é 200. O problema é que nem todo dinheiro emprestado pelo governo pode ser recebido. E o Brasil passou a ser olhado com mais desconfiança por investidores e agências de risco. O governo paralisou a agenda de modernização e repetiu erros do

período da inflação alta. Ampliou os gastos imaginando que assim faria o país crescer, mas o PIB estagnou.

Fechadas as urnas de 2014, tudo mudou. O que o governo negara, passou a admitir. O que condenara, passou a fazer. A presidente convidou para a Fazenda um economista que criticava tudo o que havia sido feito até então. O ministro Joaquim Levy já chegou avisando que tudo seria diferente — não haveria mais truques para esconder o resultado das contas públicas.

No fim de 2014, o governo teve que pedir ao Congresso o direito de não atingir a meta orçamentária que está obrigada a cumprir pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Manifestantes aos gritos protestaram contra a medida e foram retirados das galerias. O assunto parece árido e só costuma mobilizar os especialistas. Por isso nenhum dos autores do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal poderia imaginar que um dia ela despertaria tantas paixões. O Brasil tem avanços a comemorar mesmo em pleno retrocesso. Algumas operações do Tesouro com os bancos públicos ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais”. Viraram alvo do TCU, que as contabilizou em quase R\$ 40 bilhões em 2015.

Numa entrevista sobre a falta de transparência, o economista Marcos Lisboa, que foi chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda no começo do governo Lula, citou Louis Brandeis, antigo juiz da Suprema Corte Americana, para apontar o que o país estava precisando: “A luz do sol é o melhor desinfetante”. O país precisa de luz do sol sobre as contas públicas. Financiamentos que vão apenas enriquecer acionistas de grandes empresas é concentração de renda com dinheiro do trabalhador. Um Robin Hood às avessas. O oposto do que um governo de esquerda deveria fazer. E nem falo nos casos de desvios descobertos em grandes obras.

• • •

A corrupção também é uma pedra no caminho da economia. Pela maneira como se alastrou, pode derrotar os projetos do país. É algo

totalmente desorganizador e que aumentou de forma acelerada em anos recentes. O tema invade outras áreas. Mina as bases da confiança na democracia. Neste capítulo é preciso falar da dimensão econômica do problema.

O escândalo da Petrobras foi sentido por muitos brasileiros como uma ofensa pessoal. Fossem ou não acionistas. O sentimento era de derrota ao ver a profundidade com que sondas extraíram dinheiro da companhia. O caso atingia um símbolo. A Petrobras nasceu de um movimento popular e virou motivo de orgulho por desafiar limites tecnológicos na busca por petróleo, sempre cada vez mais fundo e cada vez mais longe no mar. A corrupção, investigada na Operação Lava-Jato, é exemplar por vários motivos. Como os tentáculos de um polvo, a prática de cobrança de propina se espalhou pelas atividades normais da empresa: construção de refinarias, investimento em plataforma, importação de petróleo, compra de ativos no exterior, contratação de navio, fornecimento dos mais variados produtos. O dinheiro era para os partidos da base do governo e para o bolso de alguns. Os corruptos abriram campos ilegais de extração de dinheiro em vários setores da estatal.

O governo ignorou todos os alertas internos e externos. Refutou as críticas acusando-as de impatrióticas. Pela ação da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça ex-diretores da Petrobras, donos e executivos das principais empreiteiras do país acabaram investigados e presos no que é o caso de corrupção mais espantoso já visto no Brasil. A repercussão na economia foi de grandes proporções. A maior empresa brasileira foi rebaixada, sofreu corrida de investidores, foi investigada aqui e no exterior, ficou sem balanço auditado por cinco meses. Em abril de 2015 divulgou um balanço em que admitia ter perdido R\$ 51 bilhões, sendo R\$ 6,2 bilhões com corrupção. O resto era resultado de erros de gestão.

A destruição de riqueza atingiu firmas, famílias e o governo. Abalou financeiramente toda a cadeia de óleo e gás do Brasil. O preço pago pela nação, como um todo, foi gigantesco. O salutar processo de investigação e descoberta dos crimes cometidos na estatal provocou um terremoto na economia. Dos escombros, o país saiu com uma prova definitiva do valor da boa governança e do efeito

deletério da interferência política numa empresa. Por sua gravidade e extensão, é uma crise que ensina o que jamais fazer. A apuração do que aconteceu mostrou a força das instituições.

Quando a corrupção se instala, produz um círculo vicioso que reduz a produtividade do país. Os preços superfaturados aumentam o custo de cada produto. A corrupção é, portanto, inflacionária. Além disso, sua presença muda a dinâmica no interior das empresas públicas ou privadas. Imagine uma firma onde trabalhem dois engenheiros bem diferentes, em métodos e propósitos. Um deles é criativo e desenvolveu processos que reduzem custos e podem, portanto, permitir que a empresa ganhe uma concorrência pública. O outro não fez nada disso, mas sabe como chegar à pessoa que vai decidir a concorrência. E mais: sabe com que quantia em dinheiro ela se deixaria convencer a dar a vitória para a sua empresa. Qual dos dois vai ascender mais rapidamente?

Agora pense no que acontece em um governo em que isso se torne prática corriqueira. As compras governamentais movimentam bilhões. Em cada empresa que quiser vencer a concorrência, tem que haver o mesmo processo: o funcionário bom e competente será relegado; o que sabe o caminho da entrega do dinheiro será promovido. Isso vai adoecendo a companhia. Ela já não buscará a eficiência, porque todos os custos podem ser repassados para o governo em forma de aditivos, sobre os quais incidem os valores que serão desviados. No final, virará uma rotina nos negócios mesmo entre companhias privadas. Os talentos que elas recrutam ficam à deriva ou deixam a companhia. Ela será comandada pelos piores.

A Operação Lava-Jato mostrou a existência de cartel, o que é ainda mais lesivo. Empresas combinavam preços e quem ganharia cada concorrência. Pessoas na administração pública, no caso, na Petrobras, sabiam e recebiam por isso um dinheiro que ia para suas contas e para os caixas dos partidos da base. O efeito foi mais ineficiência e custo mais alto. Nem a empreiteira nem a estatal se preocupavam com o preço das obras nesse jogo de carta marcada.

Se a corrupção se alastra e vira endêmica, o país não tem futuro. Além de todas as questões éticas e morais que a condenam, a prática da propina subtrai eficiência da economia e multiplica os custos; tira

competitividade e desperdiça os profissionais mais promissores. Só prosperam os de baixo padrão ético. Pense no que acontecerá com aqueles jovens que sonham em ser empreendedores nos próximos anos, os 34% da pesquisa citada no início deste capítulo. Que informação eles estão recebendo sobre a melhor forma de fazer negócios no Brasil? Combater a corrupção é parte da limpeza do ambiente econômico no qual os jovens plantarão seus sonhos.

A agenda imediata para melhorar o ambiente de negócios é conhecida. Manter a inflação sob controle. Controlar gastos públicos revertendo o quadro de alta da dívida e do déficit. Simplificar o processo tributário, que toma muito tempo das empresas e mata bons empreendimentos. Evitar privilégios a algumas firmas em detrimento de outras. Reduzir a intervenção do Estado na economia. Diminuir drasticamente a burocracia. Combater a corrupção com penas altas para os criminosos. Melhorar a logística. Incentivar a inovação. Tudo isso feito, ainda haverá novas tarefas a realizar.

Os filhos do real entraram na vida adulta. Como José Eduardo Gorges Silveira, o rapaz de Santa Catarina que quer ser empresário em um país que interrompeu a agenda da modernização e ainda repete velhos erros. Mesmo assim há muita chance de que ele realize seu projeto.

O Brasil já chegou à lista dos maiores países em PIB. Teve grande desenvolvimento nas últimas décadas. Pode se firmar nesse posto se retomar as tarefas nas quais esteve envolvido por duas décadas: a de corrigir distorções e remover obstáculos. Há outras pela frente. Já erramos bastante, mas acertamos também. Se aprendermos com erros e acertos poderemos traçar um mapa do caminho que nos leve à agenda da modernização interrompida e projete novos alvos para serem alcançados.

A indústria, por exemplo, teve uma redução drástica nos últimos anos como percentual do PIB. No livro *O futuro da indústria no Brasil*, os economistas Monica de Bolle e Edmar Bacha informam que o auge do setor foi em 1985, quando seu tamanho era de 25% do PIB. De lá para cá, o segmento vem declinando, enquanto os serviços crescem. Os autores dizem que agora é 15%. A série histórica da CNI mostra que a indústria de transformação tinha 36% do PIB no começo

dos anos 1980 e fechou 2014 com 11%. Quando entram na conta a construção civil e a indústria extrativa, o setor representa 23,4% do PIB. Isso tem provocado os debates e as reclamações.

Alguns especialistas chamam esse processo de “desindustrialização” ou por um nome mais estranho, “reprimarização” da economia, ou seja, o país estaria voltando a ser apenas fornecedor de produtos primários. No mundo inteiro a indústria encolheu, explicam especialistas como Regis Bonelli. No Brasil, esse movimento foi mais forte. Quando se olha para a frente, a inevitável pergunta é se é possível ser um país com economia forte e diversificada sem ter indústria. Certamente não. Mas isso não pode levar às medidas de proteção e ao fechamento de mercado, porque seria um tiro no pé. Se o governo ouvir o lobby empresarial reconstruirá muros que vão enfraquecer ainda mais o setor. No entanto, é preciso estar atento às reclamações sobre obstáculos que estejam impedindo o desenvolvimento das empresas competitivas em vários segmentos.

O Brasil é grande produtor de *commodities*, sejam agrícolas, sejam metálicas. Há muito mais tecnologia do que se imagina nas *commodities* exportadas, portanto a sua produção não é necessariamente a repetição do velho modelo de vender matérias-primas baratas e comprar produtos com alto valor agregado. O Brasil tem vantagens na produção dessas mercadorias. O problema é que se acomodou ao ambiente em que os produtos primários subiram de preço, o *boom* de *commodities*. Não fez um esforço para fazer acordos comerciais com outros países e em relação a outros produtos. Relegou a segundo plano o maior mercado comprador do mundo, os Estados Unidos. Diante da reclamação da indústria, o governo aumentou as barreiras às importações.

Teria sido mais inteligente ter um programa assim: aproveitar a trégua dada pelo *boom* de *commodities* para procurar mais parceiros e mais produtos. Ter uma política de estímulo à indústria de inovação, em vez de subsidiar tão fortemente segmentos em que a inovação é baixa, como os frigoríficos, por exemplo. Qualificar trabalhadores para esses setores de ponta onde haja empresas demonstrando competência.

Um dos debates estéreis é se o governo deve ou não fazer política industrial. Claro que sim. A questão é que tipo de política. Melhorar a logística, reduzir custos empresariais pelo aumento da eficiência, simplificar burocracias, tornar mais fácil abrir uma empresa, montar um ambiente de negócios amigável ao empreendedor, ter regulação eficiente de defesa da concorrência, incentivar inovação, tudo isso é política industrial que favorece as empresas. Em um ambiente amigável aos negócios, quem for bom se estabelece.

O grande objetivo não pode ser produzir tudo. Alguns segmentos vão necessariamente morrer por não termos vantagens comparativas e competitivas nas áreas. O que o país tem de se perguntar quando olhar para o futuro da indústria e da economia em geral é onde estão os empregos. No mundo inteiro a luta é por emprego. Setores que empregam mais requerem mais atenção dos formuladores de política econômica. O recurso público escasso não pode ser dado a uma empresa porque ela tem mais laços com os poderosos da vez. Outra grande meta tem que ser a integração em cadeias produtivas globais. O mundo está definitivamente ligado e por isso projetos protecionistas de fechamento de mercado produzirão efeito exatamente contrário. Para pensar estrategicamente o futuro da economia é fundamental entender como funciona o mundo atual. Nada do que produziu crescimento nos anos 1970 faz sentido hoje.

E ainda é preciso considerar a inovação. A indústria e todos os outros setores prosperarão se incorporarem as novas tendências aos seus processos produtivos e seus produtos. Tudo está mudando com as rupturas tecnológicas. Novos materiais serão utilizados em processos de produção inteiramente novos. O país vencedor na nova realidade econômica global tem que qualificar sua população para a economia da inovação e estar integrado ao mundo.

É por isso que a velha política industrial de escolher empresas para receber recursos subsidiados e elevar as barreiras ao comércio é tão lesiva. Ela se propõe a indicar vencedores e acaba protegendo perdedores. Ao fazer isso, coloca o futuro em risco. É preciso seguir a agenda da qualificação, inovação e integração para sermos grandes na nova lógica econômica.

Antes, no entanto, será preciso gastar um pouco de tempo

corrigindo os equívocos recentes. A vantagem é que já conhecemos a agenda. Sem essa correção de rumo o futuro será o passado de inflação alta, descontrolado das contas públicas e negócios escusos. Em um ambiente assim, o novo não prospera.

• • •

O mais difícil na vida das pessoas e dos países é a escolha entre o hoje e o amanhã, como alerta o economista Eduardo Giannetti da Fonseca. Ao longo do tempo que escrevi este livro, conversei com vários economistas, pedindo sempre que ignorassem os fatos imediatos e olhassem o médio e longo prazo para dizer o que é indispensável para o desenvolvimento do país. Eram conversas árduas, porque o presente do Brasil é um grande ímã que atrai o olhar e paralisa a mente.

Houve várias concordâncias quando falaram dos obstáculos que estão conosco há mais tempo. Um deles é que o Brasil tem uma crônica dificuldade de poupar. Com baixa taxa de poupança, investe pouco. Quando não há investimento, não há crescimento. E por que o Brasil poupa pouco? Primeiro, porque o governo não poupa, tem déficit. Do ponto de vista das pessoas, é preciso lembrar que foram décadas de inflação descontrolada e houve até um episódio de confisco em 1990, no governo Collor, das aplicações de famílias e empresas. Gerações foram punidas por poupar, ou incentivadas a comprar rápido antes que o preço subisse. Muita gente que poupou durante o período da hiperinflação acabou descobrindo que o dinheiro perdera parte do valor.

Nos últimos anos o governo fez uma política de incentivo ao consumo com base no endividamento. Era previsível que o crédito se ampliasse como decorrência natural, e desejável, da estabilização. Porém, isso foi feito sem os cuidados da educação financeira. O descuido governamental só não produziu uma crise pelas virtudes do brasileiro, já que a maioria não dorme se estiver com o nome sujo na praça. Entretanto, sinais de bolha se formaram em alguns mercados.

Muita gente se encrencou nesses novos tempos de fatura de crédito; outros souberam lidar com isso. Veja que interessantes estas histórias.

A faxineira Adriana de Souza fez escolhas típicas do descontrole no uso do crédito. Moradora de Duque de Caxias (RJ), ela trabalha apenas duas vezes por semana e ganha R\$ 700,00. Com o salário de pedreiro do marido a renda do casal chega a R\$ 2.000,00, o que a colocava, em 2013, pela classificação do governo, na classe média baixa. O filho trabalha como ajudante de pedreiro, ganha R\$ 800,00, mas o dinheiro é só para ele, conta Adriana, que tinha, então, 40 anos.

Ela financia tudo, até as compras do abastecimento da casa. Tem o cartão de um supermercado e, com ele, sempre faz as compras do mês pagando em duas ou três vezes.

— Eles falam que é sem juros, por isso vale a pena. Estou sempre pagando uma parcela do supermercado, às vezes mais de uma.

Além dos gastos com alimentação, ela já financiou compra de celular e roupa. Na época da entrevista para o livro, estava pagando uma prestação de sete meses numa loja de departamentos de apenas R\$ 35,00, fazendo obra em casa e pagando uma conta de roupa que havia ficado devendo. A compra fora de R\$ 900,00, mas ela não conseguiu pagar e a dívida cresceu. Renegociou com a loja e aceitou uma prestação de R\$ 250,00 por mês, durante dez meses. Estava sendo explorada, ao pagar 177% mais do que a conta original. Admite que não calculou os juros.

— Me enrolei na hora de pagar e fiquei devendo, mas meu nome não foi para o SPC. Fui lá negociar com a loja e estou pagando parcelado. Gosto muito de roupa nova. É o que eu mais gosto.

O que Adriana quer todo mundo quer: roupa nova, eletrodomésticos, celular, TV a cabo e melhoria na casa onde mora. O cunhado ajudou na compra do material da obra. O marido tem feito a reforma e, por enquanto, eles dormem amontoados. Ela, na cama com o filho; o marido, num colchão no chão. Gostaria mesmo é de mudar-se para uma área mais nobre do bairro.

— O São Bento não chega a ser favela, mas é um morro, tem que subir e descer todo dia. Não tem tráfico, é tranquilo, mas o supermercado fica longe. Queria morar no mesmo bairro, mas numa

rua plana.

Ela deveria abrir mão de alguns sonhos de consumo, como a roupa, que a levou a ser explorada pela loja na qual ficara devendo. Deveria ser capaz de poupar para realizar o projeto de se mudar para uma área plana. Mas nem ela nem o país como um todo têm feito o esforço de abrir mão do prazer de hoje para realizar o sonho de amanhã. O estímulo ao consumo fez cair a taxa de poupança. Em 2011 foi de 19,4% e em 2014 foi de 15,8% do PIB. Isso, segundo os economistas, é insuficiente para elevar e sustentar uma taxa de investimento que nos permita crescer.

Impressionante é o caso da faxineira Marina de Souza, irmã de Adriana e um ano mais nova. Ela consegue poupar, contra todas as circunstâncias. É casada com um vigilante do campus da UFRJ e mora em Duque de Caxias (RJ). Tem três filhos. Na época, as meninas, adolescentes, estudavam em escola pública, e o menino mais novo, com seis, estava no ensino particular por falta de vaga na escola municipal.

Ela mora em casa própria, herdada da mãe, mas que não conta com água encanada. Pega água num poço artesiano para encher a caixa-d'água. Na época da conversa para o livro, ela fazia faxina em quatro casas e ganhava R\$ 1.400,00, mais que o marido, que recebia R\$ 900,00. Antes, trabalhava como costureira numa fábrica.

— Na faxina tiro muito mais do que quando ficava estressada em frente a uma máquina. Além do mais, carteira assinada tem muito desconto.

Não trabalha todos os dias, porque consegue fazer duas faxinas num dia. Para isso, acorda às quatro da manhã, foge do trânsito pesado do *rush*, chega cedo e consegue terminar uma casa e ir para outra. Com essa renda, ela cobre todos os custos, inclusive o que paga a uma vizinha para olhar as crianças enquanto está no trabalho. E guarda R\$ 300,00 por mês. Marina contou que deixava o dinheiro na conta-corrente. Só tinha uma dívida, parcelada em sete vezes, os óculos da filha. Não tem cartão de crédito.

— As coisas não estão tão caras quanto antigamente. Se você for parcelar, acaba pagando mais caro. Prefiro juntar um pouco e comprar à vista.

Ela aprendeu isso depois do trauma de um empréstimo feito em um banco. Logo depois o marido ficou desempregado e o nome dela foi para o Serviço de Proteção ao Crédito. Diz hoje que não pega dinheiro em banco nem em pensamento.

Difícil foi o caso de Wedna Carla Martins Bispo. Ela apareceu numa reportagem do *O Estado de S. Paulo*, em 2012, sobre a ressaca do crédito. Fomos atrás dela para saber mais. Ela é enfermeira de hospital público, tinha 28 anos quando tomou o empréstimo na Caixa Econômica Federal de R\$ 13 mil para construir uma casa. O dinheiro não foi suficiente para concluir a obra e para ela e o marido, Ubiratã, deixarem de pagar aluguel. Quitou algumas parcelas da dívida e depois não conseguiu mais. Para piorar, ele ficou desempregado. Parou de pagar também a conta do cartão Itaú e o carnê da Casas Bahia. Honrava com dificuldade e atraso apenas a faculdade de enfermagem.

— Pagava o semestre anterior da faculdade e continuava estudando. Foi assim por quatro anos.

Em 2011, ela começou a negociar os débitos, já classificada como má pagadora no Serviço de Proteção ao Crédito. Saiu peregrinando atrás de seus credores para limpar o nome. Primeiro foi ao banco público.

— A Caixa mandou uma proposta para eu liquidar a dívida, que já estava em R\$ 23 mil. Quando vi o valor, fiquei desesperada, achei que não tinha saída. A coisa fica pior por causa dos juros. Você acaba pagando duas vezes mais. É doloroso. A Caixa propôs pagar R\$ 4,7 mil à vista. Aceitei. Fiz um empréstimo consignado para liquidar essa dívida. Durante três anos, o desconto de R\$ 250,00 era direto no meu salário.

A conta inicial do cartão, de R\$ 1,5 mil, foi para R\$ 5 mil. Como o marido voltou a trabalhar, ela negociou um desconto e pagou ao banco. A dívida da Casas Bahia foi de R\$ 500,00 para R\$ 900,00. Ela também pagou com desconto. Na época da entrevista, só faltava a Wedna negociar os R\$ 2,6 mil que devia à faculdade, que já havia concluído. Ela não via a hora de chegar esse dia.

— Foram anos difíceis. Por causa dos juros eu cheguei a dever R\$ 30 mil. Estou quase saindo do problema. Os bancos oferecem crédito

sem limite e você acaba se iludindo. O cartão também dá uma sensação falsa de que se tem dinheiro. Depois vem a conta. Hoje eu tenho maturidade — diz.

E a obra da casa, que foi a origem de tudo? Continua parada. Com o aumento que ganhou por ir para o turno da noite e mais o salário do marido, os dois estão com renda de R\$ 4 mil. Com isso, Ubiratã se animou a entrar em uma faculdade particular de engenharia. Está no terceiro período. Wedna fez um concurso interno no hospital e foi promovida de técnica de enfermagem a enfermeira.

— Era o que eu queria, me formei para isso. Agora o salário vai melhorar e eu vou pagar a faculdade. Ficar livre.

Adriana, Marina e Wedna estão aprendendo a viver no mundo pós-estabilização. Marina sabe que a dívida em banco vira um problema quando há uma mudança inesperada na família, como a perda de emprego do marido. Guarda dinheiro, mas precisa de mais informações financeiras para buscar a rentabilidade do que poupa. Ela, sabiamente, quer fugir dos juros. Wedna também prefere não financiar mais nada. Adriana se queimou com a compra da roupa e refinanciou a dívida pagando um preço extorsivo, mas continua se endividando. As três têm o mesmo horror de ver o nome no SPC. As três ganhariam se tivessem lições de educação financeira. Dados do Banco Central mostram como as famílias aumentaram seu endividamento entre abril de 2005 e abril de 2015. O total das dívidas, que representava 18%, passou a 46% da renda anual das famílias. O gasto mensal com os juros, que era 4,7% da renda, passou para 9,5%.

Ficou essa falha. Os brasileiros de qualquer faixa de renda, e de idade, tomam decisões perigosas no país do crédito farto e dos juros altos. As novas gerações têm que aprender os cuidados necessários no perigoso mundo das finanças. E precisam saber poupar. É preocupante quando se cruzam os dados de idade com os da propensão à poupança.

Há uma geração perdida quando o tema é guardar dinheiro para o futuro. Uma pesquisa do SPC, realizada em 2014, mostrou que 57% das pessoas com 60 anos ou mais não possuíam qualquer investimento nem reserva financeira. Apenas 5% tinham previdência

privada. Entre os pesquisados, 54% admitiam não saber controlar suas finanças, 40% diziam que faziam o cálculo entre suas receitas e gastos “de cabeça”, 58% admitiam não saber calcular os juros dos empréstimos. Apesar desse quadro, 72% se sentiam seguros com sua situação financeira. São brasileiros que nasceram nas décadas de 1940 e 50. Em geral, viram o esforço de poupança dos pais virar pó.

Um amigo dessa faixa etária me contou que o pai se orgulhava de ter pagado um seguro e um montepio para cada um dos filhos. Quando ele morreu, época em que as labaredas da hiperinflação faziam arder os orçamentos das famílias, meu amigo descobriu que o que seu pai guardara não pagava o táxi que o levaria ao Centro do Rio de Janeiro para receber. Ele jamais fez uma previdência complementar. Essa geração é numerosa, traumatizada, não aprendeu a poupar e está agora na última parte da vida. E eles viverão mais do que seus pais. A questão traz desafios sociais e econômicos para o país. Por isso o tema é abordado nos capítulos sobre demografia e saúde, mas aparece também aqui, no de economia.

“A maioria dos idosos entrevistados está na corda bamba quando o assunto é imprevistos”, diz o texto da pesquisa do SPC. Dos entrevistados, 32% haviam deixado de pagar suas dívidas naquele ano e tinham ficado sem crédito. Pelas estimativas do SPC, há uma multidão de 4 milhões de pessoas inadimplentes nessa faixa etária. A ideia dos pais dessa geração, de que era necessário fazer um pé de meia, foi desmoralizada durante a hiperinflação, quando o mais inteligente era consumir antes que o preço subisse.

Depois da estabilização, veio o processo de consolidação da nova moeda, que exigiu juros muito altos. A impressão que se tinha era de que o pouco que se guardasse faria milagres. Em seguida, veio a ampliação do crédito no governo Lula, com produtos financeiros vinculados a salários e aposentadorias que baratearam o crédito. Houve uma inversão. Inúmeros aposentados começaram a ser usados como canal de financiamento dos mais jovens da família: 20% dos inadimplentes emprestaram seu nome para financiar compras e pegar empréstimos para parentes.

Tudo isso é perigoso. É claro que nessa faixa etária aumenta a probabilidade dos imprevistos em relação à saúde. Apesar de quase

60% não ter qualquer reserva financeira, 66% dizem que estão hoje com mais renda do que quando eram jovens e 72% a consideram estável ou boa. Até nas classes D e E a maioria vê com otimismo suas contas. A maior parte dos que têm 60 anos ou mais não poupa. Essas pessoas poderiam guardar dinheiro porque se dizem em melhor situação do que antes, mas estão despreocupadas em relação ao futuro. Como a expectativa de vida aumentou, elas deveriam poupar mais e não menos. Se o país inteiro não sabe fazer a escolha certa entre o hoje e o amanhã, isso fica dramático quando se chega à idade mais madura. É urgente a educação financeira em qualquer faixa etária ou de renda. O Brasil passou por conjunturas monetárias muito diferentes. O futuro da moeda exige um comportamento mais informado.

O Banco Central, segundo me contou o presidente da instituição, Alexandre Tombini, está atento a isso. Criou um grupo para estudar formas eficientes de educação financeira. Esse grupo avaliará também normas a serem criadas para lidar com as mudanças no mundo do dinheiro. Há novos meios de pagamento que estão sendo inventados pelos saltos tecnológicos, como pagamento com o uso do celular e até moedas virtuais. Muita coisa ainda vai mudar.

O economista Persio Arida acha que, no novo tempo da moeda, será preciso corrigir velhos defeitos. Ele define como velharia a poupança compulsória. A tese dele assusta um pouco, mas ajuda a pensar:

— No eixo do crescimento, o Brasil precisa poupar mais porque poupança é investimento. Você pode contar com poupança externa, mas com o déficit em conta-corrente que a gente tem não vai dar para contar com muito mais. Então é preciso aumentar a poupança interna. O Brasil tem um problema crônico com isso. Nos anos 1970, foram criados dois mecanismos para gerar, compulsoriamente, poupança interna. Um, o FGTS. O governo pega o seu dinheiro, sub-remunera e só entrega ao dono em alguns casos. Uma poupança forçada e penalizante. O país tira dinheiro dos trabalhadores e passa para os capitalistas. Simples assim. É a antidistribuição de renda. Com ele, a Caixa subsidia empresas. Esse é um tabu brasileiro, mas ninguém olha dessa forma. Há ainda o PIS/Pasep, outra poupança

compulsória, que é uma contribuição sobre a folha que financia o BNDES. Era uma conta individual, mas depois da mudança na Constituição virou um fundo, o FAT. Isso também é um mecanismo de poupança forçada associada a subsídios para os empresários dos quais o Estado gosta. É uma enorme jabuticaba. Não tem em lugar algum. Em alguns países da América espanhola, como Peru, Chile, Colômbia e México, existem produtos de poupança forçada, mas um pouco diferentes, porque eles são administrados pelo setor privado e o detentor da conta pode escolher o administrador. O sujeito tem alguma autonomia. Mas poupança forçada e penalizante só no Brasil.

Persio acha que isso não é discutido por ser um tabu, mas é impressionante que as pessoas não se deem conta de que, todo ano, o patrimônio do trabalhador esteja sendo reduzido em termos reais para financiar as empresas, e de uma forma pouco transparente.

— As pessoas não fazem a conta. Faça a conta de uma forma simples: calcule a remuneração do FGTS do Plano Real para cá e compare com o CDI acumulado no mesmo período. O número será extraordinariamente discrepante.

Fizemos isso. A Cetip, responsável pela taxa do CDI, que remunera uma série de produtos financeiros, tem os cálculos no site. Com a Caixa e o Ministério do Trabalho, responsáveis pela correção do FGTS, o jornalista Álvaro Gribel teve que insistir para obter as informações. No Brasil não são poucos os órgãos que criam dificuldade diante de qualquer pedido de informação. Pedimos o período de agosto de 1994 até dezembro de 2012. A diferença foi gritante: 2.682,57% foi a remuneração acumulada pelo CDI, enquanto a do FGTS foi de 373,64%. O CDI é a taxa dos empréstimos entre os bancos, que usa a Selic como referência. O FGTS rende a TR mais 3% ao ano. A inflação do período foi de 293,31%.

A grande questão é: o poupador manteria o dinheiro aplicado, caso não fosse impedido de mexer nele?

— Pode-se pensar numa meia reforma: copiar os países da América espanhola, que permitem ao trabalhador escolher o administrador privado. Ou se pode pensar numa reforma radical: deixar o dinheiro com as pessoas. O que aconteceria? De um lado, há o temor de que o trabalhador gaste e não poupe. Dessa forma a

economia pioraria. Será? — questiona Persio.

As pessoas podem tomar decisões mais lucrativas do seu ponto de vista. Um pequeno exemplo foi a permissão de pegar parte do FGTS para aplicar em ações da Vale e da Petrobras. Quem conseguiu evitar a grande queda das ações desde 2007 teve excelente remuneração. Júlio Gamelone Ferreira Filho, operador de câmera de TV, tinha 32 anos em 2000 quando decidiu comprar ações da Petrobras com o FGTS. Convenceu sua mulher, Dulcina Ribeiro de Abreu, assistente administrativa, a fazer o mesmo. Ele tem dificuldade de lembrar os números, mas sabe o negócio que fez. E só fez um bom negócio porque foi antes da grande crise que derrubou os preços das ações da estatal.

— Acho que, juntos, aplicamos R\$ 5 mil. Algum tempo depois, a Petrobras tinha valorizado tanto que vendemos as ações e um carro da família. Assim conseguimos quitar nosso primeiro apartamento, que tínhamos comprado por R\$ 26 mil, no Lins.

Júlio comprara esse imóvel, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em 1997 e o financiara por 20 anos.

— Não teríamos condições de quitar se não fosse a possibilidade de comprar as ações. Acho que elas subiram nesse período de 60% a 70%. Queria ter aplicado mais, mas não podia, havia um limite. Nosso primeiro apartamento foi quitado em quatro anos. Olhando para trás, acho que foi um excelente negócio. Foi importante para a nossa vida.

Dez anos depois, Júlio e Dulcina venderam a propriedade do Lins e compraram outro maior, no Engenho Novo, também na Zona Norte, com um quarto para cada filho e financiado em 30 anos. Ele diz que, sem aquele primeiro não teria comprado o segundo, nem teria conseguido o padrão de vida que tem hoje, mantendo seu princípio básico:

— Eu cuido do meu nome. Se eu posso, compro; se não dá, seguro.

Por outro lado, a tentação de gastar é enorme. Quando contratei Jeronimo da Silva para trabalhar como caseiro, em 2002, propus um sistema de FGTS livre. Ainda não era obrigatório incluir empregados domésticos no Fundo de Garantia. Propus o seguinte: eu recolheria

8% do salário dele, mensalmente, numa conta-poupança à qual ele teria acesso. Haveria um incentivo a que ele deixasse o dinheiro aplicado. Na eventualidade de uma rescisão do contrato, eu depositaria nessa conta o mesmo valor da multa do FGTS sobre o total que ele tivesse conseguido poupar, ou seja, o saldo no banco. Ele jamais deixou o dinheiro parado. Não deu certo. Anos depois, antes mesmo da nova lei dos trabalhadores domésticos, eu tive que abrir uma conta de FGTS tradicional para ele.

Cada pessoa teria uma atitude, se o FGTS fosse mudado, mas o país deveria começar a se perguntar como modernizar esse sistema de poupança e empréstimo que hoje prejudica o trabalhador. Outra reforma radical proposta por Persio é acabar com o PIS, ou reduzir a alíquota para dar apenas um mínimo ao BNDES:

— Aí você pode concluir: a economia vai piorar, porque o BNDES é a única fonte de investimento de longo prazo no Brasil. Essa é a justificativa para toda essa parafernália. Mas quando isso foi criado, não havia mercado de capitais no país. Agora, o mercado já se desenvolveu. Um projeto de dez anos, em 1970, não tinha como ser financiado, mas atualmente a empresa emite uma debênture e, se convencer os investidores, consegue compradores. Você só precisa do BNDES hoje, na verdade, para projetos em relação aos quais o mercado tem dúvidas e por isso se recusaria a financiar, como a hidrelétrica de Belo Monte. O mercado às vezes erra, mas um bom projeto tem financiadores e a economia precisa bem menos do BNDES do que imagina. E quando ninguém quer financiar e o governo oferece uma taxa baixa, há alguma coisa errada nisso, não?

O BNDES já foi mencionado aqui por erros em decisões recentes e pela forma como tem sido financiado, mas ele tem exercido a função de garantir investimentos de longo prazo. Nem todos tão polêmicos quanto Belo Monte. Muitas obras boas não seriam financiadas se não fosse o banco de desenvolvimento; outras, sem viabilidade e controversas, foram adiante apenas porque o BNDES financiou sem os cuidados necessários de um banco.

O ponto central é que o Brasil poupa pouco. São raros os mecanismos atualizados de incentivo à poupança. Uma parte do que existe vem de programas desenvolvidos no governo militar, como o

FGTS e o PIS-Pasep. Esse capital do trabalhador é sub-remunerado e alimenta empréstimos subsidiados para algumas empresas. Se o Brasil for desmontar esse sistema, ele pode ficar sem financiamento de longo prazo; deixado como está, mantém-se uma iniquidade. Para se ter uma ideia, em 2014 a inflação foi de 6,41% e o FGTS teve uma remuneração de 3,8%. O Fundo não repôs o índice de preços.

Persio acha que há muito mais capacidade hoje de financiar vários dos projetos subsidiados pelo BNDES. E que o administrador vai ao banco porque seria absurdo não ir. Ele seria um mau administrador se, tendo um dinheiro barato, procurasse o financiamento mais caro. Deixando o mercado funcionar para os casos em que há viabilidade econômico-financeira, apareceriam as propostas e os financiadores.

Adriana e Marina nasceram nos primeiros anos da década de 1970. Cresceram no momento mais atormentado da moeda. As duas fugiram de empregos de carteira assinada. Não são, portanto, parte do sistema de poupança compulsória. Marina, que poupa mas não sabe como aplicar o dinheiro, receberia mais do que o FGTS se simplesmente tivesse depositado na caderneta de poupança. Adriana ficou atrapalhada com a abundância da oferta de crédito.

A proposta de Persio ajuda a ver quanto o Brasil não fez das tarefas que vão garantir o futuro da moeda. Quanto essa agenda de mudança e modernização permanece paralisada. Se o país avançar em suas reformas poderá ter juros mais baixos por muito tempo. Num cenário de normalidade, eles serão mantidos reduzidos por mais tempo. Aí vem a dúvida sobre o comportamento das pessoas. Os poupadores vão entender que precisarão de um esforço maior para ter o mesmo que planejaram para a velhice? Se entenderem, eles vão aumentar o que guardam para o futuro. Ou eles se sentirão desestimulados a aplicar o dinheiro diante da remuneração baixa? Nesse caso, vão sacar e consumir.

Essa é uma pergunta que a teoria econômica vive se fazendo. E a resposta dos economistas é sempre: “Depende”. A China, hoje, tem a maior taxa de poupança do mundo. Os chineses poupam mais de 40% do PIB e os juros, às vezes, ficam perto de zero. Por que os chineses guardam tanto seu dinheiro? “Porque são asiáticos”, respondem alguns. Mais certo talvez seja pensar que eles guardam

pelo mesmo motivo que todo ser humano poupa: medo do futuro. O sistema de previdência quase não existe na China, por isso eles sabem que o Estado não vai garantir seu futuro. A lei de ter apenas um filho tornou mais incerta a hipótese de uma velhice amparada pelo laço familiar.

Se os juros subissem fortemente na China, os chineses poupariam menos ou mais? “Depende”, diriam os economistas. Mas há uma chance de que poupassem menos. Eles fariam contas que os deixariam mais confiantes no futuro. Se acontecesse isso, os juros mais altos os levariam a reduzir o total poupado a cada mês para consumir.

No Brasil, se os juros caírem muito as pessoas vão poupar mais ou menos? Nesse caso, o “depende” dos economistas é mais convincente. Os brasileiros viveram experiências polares. Os mais velhos carregam os traumas e os hábitos da época da hiperinflação. Os mais jovens viveram anos de juros altos demais, que induziam a uma atitude passiva diante do dinheiro poupado. Fundos rendiam muito além da inflação e sem qualquer esforço. As gerações futuras podem viver com juros mais baixos. O Brasil precisa se preparar para o bom cenário, ensinando os jovens a pagar o preço de garantir o amanhã. É fácil entender que a pessoa que poupa tem mais segurança no futuro. Isso vale também para os países. Uma taxa alta de poupança financia o investimento e garante o crescimento sustentado.

• • •

O Brasil tem crescido pouco há muito tempo, e economistas têm dito que ele parece prisioneiro da armadilha do baixo crescimento. Depois de se apresentar como um dos países de maior avanço do PIB em grande parte do século XX, o produto subiu 2,46% ao ano, em média, nos dois mandatos do governo FHC. No governo Lula o desenvolvimento foi, em média, de 4,05%. No primeiro governo Dilma, o resultado foi de 2,1%. Poderia ser pior, de 1,5%, mas uma mudança na metodologia de cálculo do IBGE, que já vinha sendo

preparada, fez melhorar todos os anos desse período Dilma. Em 2011, por exemplo, o dado era de 2,7% e foi para 3,9%. As mudanças seguiram padrões internacionais.

Mesmo com a melhora nos números, Dilma ficou com a pior média desde o curto governo Collor, quando o PIB encolheu 1,3% em média. No governo Fernando Henrique, o país estava estabilizando a economia. No governo Lula, houve o impulso das reformas do governo anterior e aproveitou-se um momento exuberante nos preços dos produtos que o Brasil exporta, foi o *boom* de *commodities*. A crise internacional derrubou o crescimento de 2009, mas o país voltou ao ritmo no ano seguinte. A incógnita no início de 2015 era o desempenho do governo Dilma. O país entrava no seu segundo mandato em recessão. Está claro que é preciso retomar o caminho de mudanças que garantirão maior velocidade ao desenvolvimento econômico.

De qualquer maneira, antes de seguir adiante com o que é preciso fazer para crescer, é bom fazer uma pergunta: o que é crescer? A resposta parece simples, mas não é, porque tudo está mudando, até os conceitos e as medidas. O grande dilema que a economia enfrenta é como calcular o progresso. O PIB, que os jornalistas sempre traduzem por “a soma de tudo o que é produzido no país”, é uma medida com defeitos. Vou falar de um deles: se o país aumentar muito o desmatamento da Amazônia, o PIB registrará isso como positivo. O termômetro não nos dirá que aquilo é insustentável, que se está destruindo um patrimônio que não será repostado ou que aquela queima de patrimônio não está sendo usada para garantir o bem-estar futuro dos brasileiros.

Tratores de esteiras serão comprados para arrastar as árvores e deixar o terreno limpo, trabalhadores serão atraídos para cidades próximas dos pontos da destruição, negócios vão ter avanço rápido no faturamento ao atender às necessidades básicas dos recém-chegados. A madeira vai circular, mesmo ilegalmente, pelo país. Isso tudo vira alta do PIB. Árvores centenárias serão abatidas e perdidas, a biodiversidade será destruída, a criminalidade vai aumentar, os trabalhadores, em muitos casos, estarão reduzindo anos de vida no trabalho em condições precárias, surtos de malária podem se espalhar

mais rapidamente nas aglomerações sem condições sanitárias adequadas. Quando o ciclo de destruição acabar, os pequenos negócios vão quebrar. Haverá casos individuais de acumulação de riqueza, mas a região vai empobrecer. Os trabalhadores ficarão desamparados e doentes. O PIB, no entanto, terá aumentado no período do *boom* do desmatamento.

O mundo viu no início do século XXI um caso que já nasceu clássico. Nos primeiros anos da primeira década do século, economias desenvolvidas passaram por um período exuberante. As famílias estavam mais prósperas, consumiam mais, seus ativos ficavam cada vez mais valorizados. As casas compradas com hipotecas passaram a valer o dobro. Renovava-se a hipoteca com o novo valor do imóvel e as famílias pegavam parte da nova dívida em dinheiro vivo para gastar. Isso virava renda extra e inesperada. As famílias pensavam que estava tudo bem, já que tinham um bem do tamanho da dívida. A indústria produzia mais, as pessoas adquiriam mais, os bancos tinham enormes lucros. Todavia, os países estavam cavando debaixo do chão que sustentava suas economias.

Aberrações eram visíveis, mas poucos queriam ver. Ninguém gosta dos alertas sobre riscos quando se vive uma temporada de fartura. Em alguns países, o setor financeiro era muitas vezes maior do que o próprio PIB. Ativos obtinham valorizações num ritmo alucinante. O sistema de preços dos bens apresentava claros desequilíbrios. Havia sinais de que um tsunami se aproximava da costa, mas quando tudo vai bem a euforia alimenta a impressão de que a fortuna será assim para sempre.

Após anos dessa fartura e de sinais eloquentes de distorções, o mundo enfrentou a crise de 2008. Tantas vezes já houve a formação de bolhas no passado, como não viram que o crescimento era falso e insustentável? Em parte, porque a medida da riqueza é falha, em parte, como já disse aqui, porque ninguém quer ouvir falar em crise quando tudo parece ir tão bem. As vozes discordantes são estigmatizadas. O economista Nouriel Roubini foi apelidado de Senhor Pessimismo quando avisou que uma crise se abateria sobre o mundo em 2007.

Economistas que tentam alertar para os defeitos das medidas,

como Joseph Stiglitz ou Amartya Sen, ganham prêmios e elogios, mas seus alertas são educadamente ignorados. Intelectuais que cruzaram fronteiras e vieram contar para os políticos, os economistas e os empresários o que a ciência tem descoberto sobre os limites físicos do planeta foram desprezados como se fossem militantes de uma causa perdida. Cientistas políticos, economistas e líderes empresariais que entenderam tais limites passaram a ser vistos como pessoas que atrapalham o verdadeiro progresso. Que os climatólogos façam seus cenários, tudo bem, eles existem para isso, mas devem ficar em seus guetos. Não são bem-vindos no mundo da economia os que avisam sobre os limites do planeta e os erros nas métricas do desenvolvimento.

Há anos alguns economistas têm tentado rever o que é exatamente o crescimento. Uma das iniciativas foi a criação da Comissão Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi. Ela foi instituída pelo então presidente da França, Nicolas Sarkozy, que estava convencido de que, como escreveu na Apresentação do relatório final da comissão, nós não vamos mudar nosso comportamento enquanto não for alterada a maneira como medimos o desempenho econômico.

Há vários outros centros que debatem como refazer as medidas econômicas de progresso. Pelo menos uma veio para ficar: o Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU sob a orientação de Amartya Sen. É um indicador melhor porque inclui dados sociais, mas também é falho. O relatório encomendado por Sarkozy teve a vantagem de surgir na hora certa. A comissão, presidida por Stiglitz, foi instalada um pouco antes da eclosão da crise financeira de 2008, quando já se sentiam os primeiros tremores. E foi concluída quando a quebra do Lehman Brothers completava o primeiro ano, com o mundo inteiramente petrificado diante do custo dessa crise.

“Muito frequentemente nós confundimos os fins com os meios”, registra o relatório da comissão, dando o exemplo perfeito: “O setor financeiro é o meio para uma economia mais produtiva, não um fim em si mesmo”. O PIB, como nós o conhecemos, é totalmente limitado quando se quer medir o progresso num sentido mais amplo. Por isso, frequentemente, diz o relatório, o PIB sobe enquanto as pessoas sentem que sua vida está piorando. Isso acontece simplesmente

porque está piorando mesmo. O relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi, publicado com o título de *MIS — Measuring Our Lives: Why GDP Doesn't Add Up*, concluiu que ele não é o começo nem o fim dessa discussão. Ela continuará nos próximos anos e vai alterar as medidas usadas internacionalmente para definir se um país está crescendo ou não. A importância disso é que como muitas escolhas são feitas pelos países a partir das medidas, se elas são ruins a decisão pode ser errada. “Escolhas entre estimular o PIB e proteger o meio ambiente podem ser escolhas falsas, uma vez que a degradação ambiental é incluída nas estatísticas como desempenho econômico”, atesta o estudo. No Brasil, economistas como José Eli da Veiga, André Lara Resende e Ricardo Abramovay, entre outros, têm alertado para a necessidade de atualizar nossos conceitos e medidas.

O IBGE vem fazendo aperfeiçoamentos no PIB e, recentemente, incluiu os gastos de pesquisa e desenvolvimento no cálculo de investimento. Ouvi lá que novas mudanças virão. A discussão é profunda e continuará conosco. O Brasil avançou muito mais do que o PIB tem medido e revelado. Ao mesmo tempo que é classificado como país de Alto Desenvolvimento Humano tem atrasos incompatíveis com esse nível. Basta citar, por exemplo, os índices indigentes de saneamento básico. Qualquer que seja o divórcio entre percepção e estatística, há uma lista grande de tarefas que o Brasil precisa enfrentar para garantir o desenvolvimento, medido de que forma for. O progresso, a afluência, o bem-estar é o que estamos buscando. Não apenas alguns números bonitos.

No Brasil, empresas e pessoas acham que os impostos estão pesando cada vez mais. Nesse caso, percepção e fato estão inteiramente de acordo. Antes do Plano Real, a carga tributária do país era de 25,9% do PIB. Em 1994, com a estabilização, ela subiu quase três pontos percentuais. No governo Fernando Henrique ela foi de 28,61% para 32,36%. No governo Lula foi para 33,76%. No primeiro governo Dilma Rousseff subiu quase dois pontos percentuais e terminou 2014 em 35,42%. Todos esses dados foram atualizados pelos novos cálculos do PIB do IBGE e foram feitos pelo IBPT, que é um instituto privado especializado em calcular a carga tributária somando impostos federais, estaduais e municipais. A carga

dos tributos aumentou quase 10 pontos percentuais do PIB em 20 anos. Mesmo com esse avanço sobre o nosso bolso o governo termina no negativo. Se contar com o déficit de cada ano, o Estado brasileiro tem nos custado cerca de 40% do PIB.

Você pode perguntar, diante desses dados: que fúria arrecadatória é esta? Há vários motivos e alguns têm mérito. Outros resultam de um Estado que não aprendeu a fazer escolhas. O governo ampliou a possibilidade de se aposentar para os trabalhadores rurais independentemente de quanto tempo tenham contribuído. Foi implantada no país uma rede de proteção social aos pobres e muito pobres através de programas como Bolsa Escola e Bolsa Família. Goste-se ou não das políticas em si, isso tornou o país menos injusto. Mas tem um custo, que deveria ter sido precedido por decisões de não gastar em outras áreas. O país, conforme é assinalado nos capítulos sobre demografia e saúde, está na feliz situação de ver seu povo vivendo cada vez mais. Beleza. Mesmo assim, tem tomado decisões, e mantido situações, que aumentam o custo da previdência, ao invés de reduzi-lo. Dado que os brasileiros vão viver cada vez mais e o percentual de aposentados crescerá muito nas próximas décadas, o racional é equilibrar as contas que pagarão suas aposentadorias.

O pai do estudante José Eduardo Gorges Silveira, de Santa Catarina, citado no início do capítulo, se aposentou no fim de 2013 com 49 anos. A Centrais Elétricas de Santa Catarina abriu um programa de aposentadoria incentivada. Ele saiu, mas a empresa continuará pagando seu salário mais cinco anos até ele se aposentar. Para ele, é perfeito, porque poderá aumentar sua renda com outros trabalhos, como entrar em sociedade com o filho na firma que ele vai criar. Mas por que uma companhia decide abrir mão de uma pessoa com todo o conhecimento por se aproximar dos 50 anos? Uma visão ultrapassada. Do ponto de vista das contas públicas, ele entra cedo demais na fila dos que recebem proventos.

Há uma série de medidas tomadas no sentido contrário ao bom senso. A Constituição de 1988 transformou todos os funcionários públicos que tinham sido contratados pela CLT em estatutários. Pela CLT, a pessoa se aposenta por um teto; como funcionário estatutário, a aposentadoria é muito mais elevada. Tudo começou com uma

tentativa de corrigir uma distorção. Um grupo dedicado ao estudo da reforma administrativa no começo da Nova República descobriu que havia um grande número de funcionários regidos pela CLT, os chamados celetistas, que eram indicados por políticos e ganhavam muito mais do que os funcionários concursados. Tentaram acabar com essa desigualdade. Os técnicos achavam que eles deveriam ser demitidos. Depois recontratados, se fosse o caso, por meio de concurso. Não se fez o concurso. Foram todos contratados. O resultado final foi esse aumento do custo da previdência, como efeito colateral de uma ideia inicialmente boa.

As duas reformas da previdência ainda não foram capazes de estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria. A maioria dos brasileiros se aposenta cedo demais, contudo, o que recebem não garante um bom padrão de vida. As pessoas continuam trabalhando, mas já estão pensando sobre a previdência. Dependura-se, cedo demais, essa conta no sistema de aposentadoria. Há fatos impressionantes: filhas de funcionários públicos, em algumas categorias, envelheceram sem oficializar nenhum dos seus sucessivos casamentos para preservar o direito à pensão vitalícia que passaram a receber com a morte dos pais. Muito já foi alterado, mas há filhas de desembargadores, militares e tabeliões que usufruem ainda esse direito.

Em países mais ricos do que o nosso, a pensão integral para viúvos e viúvas jovens já foi abolida. No começo do segundo mandato de Dilma Rousseff, o governo propôs que a pensão fosse limitada a alguns anos para quem fosse viúvo ou viúva com menos de 44 anos. O ministro do Planejamento me mostrou uma tabela em que 7.553 pessoas com 27 anos ou menos haviam adquirido direito a pensão vitalícia, em 2014. Dessas, 1.609 tinham menos de 21 anos. O governo propôs um período de três a seis anos de pensão para essas faixas etárias. As regras só valerão para o futuro, mesmo assim o Congresso alterou a proposta elevando o tempo do benefício em relação ao projeto original. O Congresso aproveitou para incluir uma nova fórmula de aposentadoria que, na prática, permitiria o aumento do ganho do aposentado. O importante seria fazer uma reforma que tornasse a previdência sustentável do ponto de vista fiscal.

O Brasil tem uma conta alta de previdência. Todos os anos há déficit. O que será de nós quando formos um país de idosos? Não olhar isso com realismo é minar o futuro das gerações que viverão outro padrão demográfico.

Qualquer pessoa sabe uma sucessão de casos como os que relato a seguir. Recentemente, numa reunião de pessoas da minha cidade que moram em Brasília, reencontrei conterrâneas que eram meninas ainda quando eu, mais velha que elas, deixei a cidade para cursar a universidade. Todas já estão aposentadas. Tenho me deparado com outros casos que me impressionam. Uma funcionária pública se aposentou antes dos 50 e com a pensão do marido, precocemente falecido, tem renda para financiar viagens que faz pelo mundo. Ótimo para ela, mas a conta não vai fechar. Já não está fechando. Em outro caso que acompanhei, a pessoa jamais trabalhou. Ficou órfã cedo e vive da pensão do pai e da mãe. Cresceu sabendo que tinha renda vitalícia, dupla, desde que não se casasse. Sem falar no fato, já mencionado, das filhas de funcionários com o mesmo privilégio que fazem a festa de casamento, se vestem de branco, só não assinam papel nenhum. A conta global paga a essas pensionistas chegou a R\$ 4 bilhões em 2012.

O governo Lula enfrentou o desgaste da reforma da previdência pública. Foi uma batalha que dividiu o Partido dos Trabalhadores. Mas depois, inexplicavelmente, não quis regulamentar a reforma nos oito anos em que governou. Nesse período foram contratados quase 100 mil funcionários públicos pelas regras antigas. Se a nova regra estivesse em vigor o custo futuro da previdência teria sido reduzido.

O salário mínimo é outro assunto difícil de lidar. Parece justo que seu valor suba. Ele teve aumento real forte desde o Plano Real e isso elevou mais os gastos da previdência. Você pode achar tudo isso certo: aumento real forte do salário mínimo, aposentadoria precoce, pensão integral para as viúvas e os viúvos jovens, renda vitalícia para as filhas solteiras de algumas categorias de funcionários. Mas saiba que não há outro lugar de onde sai dinheiro para o governo que não o seu bolso. Quem sente o peso dos impostos precisa saber que o governo não tem feito as escolhas certas com o seu dinheiro.

Há benefícios criados na Guerra do Paraguai para filhas de

militares. Hoje, seus custos foram transferidos para os oficiais mais jovens. Eles têm que contribuir com um adicional, se quiserem que suas filhas tenham pensão. Mesmo assim, os privilégios concedidos no passado têm peso grande e não podem passar para as gerações futuras. O custo de 300 mil pensionistas e aposentados militares era, no fim de 2013, segundo o Boletim de Pessoal do Ministério da Previdência, o equivalente ao que o governo gastara, naquele ano, na sua maior rede de proteção aos pobres e extremamente pobres, que cobria 13 milhões de famílias.

Inúmeros outros privilégios fora de época e lugar continuam pesando sobre as contas de uma previdência na qual estão desembarcando agora, como aposentados, os filhos das famílias numerosas de antigamente. Todos os casos somados levaram o Brasil a ter um déficit, em 2014, de R\$ 56,7 bilhões no INSS e de R\$ 66,6 bilhões na previdência dos funcionários públicos. No primeiro, estão cobertos 26 milhões de aposentados e pensionistas. No segundo, 1 milhão de pessoas. No primeiro governo Dilma, os gastos do Tesouro com o Regime Geral, ou seja, o INSS, saltaram de 6,79% do PIB para 7,68%, quase um ponto percentual do PIB, apenas em quatro anos. É insustentável. Somos um país ainda jovem. No entanto, é preciso sempre ter em conta que o custo do déficit dos funcionários públicos é muito maior, principalmente se considerarmos o número de beneficiários. Se o país ignorar esses dados, as consequências podem ser trágicas.

Um relatório sobre a economia brasileira preparado pela OCDE alerta que a razão de dependência — ou seja, a proporção dos idosos em relação à população ativa no Brasil — era de 10% em 2010, e irá para 40% em 2060. “Isso acarretará um aumento maciço das despesas para o sistema de aposentadoria, e quanto mais cedo o país lidar com isso melhor”, conclui o documento, que foi entregue ao governo, em Brasília, com essa e outras recomendações no fim de 2013. A resposta do então ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi que as despesas da previdência estavam estáveis.

Fica-se no pior dos mundos. O aposentado ganha menos do que precisa e o Estado fica deficitário porque concede aposentadoria e pensões por um tempo mais longo por não atualizar todo o sistema

de previdência. O trabalhador poupa menos do que poderia em previdência privada porque acha que o Estado vai garantir sua velhice. Mas o Tesouro vai dar aos aposentados cada vez menos, porque é difícil financiar um sistema que já tem déficit quando sua população é jovem.

Os impostos não são apenas muitos e altos. Eles são complicados, tomam tempo e produtividade das empresas. E tornam o passado sempre incerto, porque a firma que não tiver visto uma mudança de normas pode descobrir a qualquer momento que é devedora e não sabia. Para compensar, o governo concede redução de impostos para os setores com maior poder de lobby, e os estados tentam atrair investimentos dando isenções e incentivos. O racional seria fazer a reforma tributária, sempre prometida por todo candidato e esquecida por todos os eleitos. O governo evita mexer numa máquina que garante ao Estado 36% do PIB ao ano e teme as dificuldades de conciliar interesses numa Federação grande e complexa. Como a carga tributária já é alta, logo haverá pouco espaço para aumentá-la. Como a dívida tem sido crescente, as agências que classificam o risco dos países não melhoram a nossa nota. Na verdade, ela tem piorado. Quando uma empresa vai tomar recursos no exterior para investimento no Brasil, os juros são calculados em função dessa nota. Quem tem boa classificação nos rankings paga juros mais baixos.

O economista Mansueto de Almeida tem feito e refeito cenários para as contas públicas no futuro. Há alguns itens que apresentam crescimento vegetativo em qualquer conjuntura, como o gasto com a previdência, que sobe de 3% a 3,5% ao ano.

— Quando eu faço cenário positivo, negativo e neutro, todos dão aumento de gasto, o que leva a crer que a carga tributária vai aumentar.

Esses são assuntos indigestos, mas o Brasil precisa cumprir certas tarefas se quiser voltar a crescer. Alguns itens de despesa têm que parar de subir para abrir espaço para outros. O ato de pagar impostos precisa ser mais amigável. O bom contribuinte não pode ser punido pelas confusões criadas por mudanças de regras. Quem se dispuser a conduzir uma verdadeira reforma tributária, mudando leis previdenciárias e melhorando a qualidade do gasto pode não ser

popular, mas, no futuro, será reconhecido como o estadista que removeu as pedras que bloqueavam o caminho do crescimento sustentado.

• • •

As estatísticas de longo prazo de PIB e população, o PIB *per capita*, deixam claro que alguns países tiveram desempenhos impressionantes e outros ficaram estagnados. Ainda que o Brasil tenha crescido bastante no século passado, nosso PIB *per capita* continua oscilando em torno de 20% do PIB *per capita* dos Estados Unidos. Pela estimativa do FMI, o Brasil tinha renda de US\$ 10,9 mil em 2013 e os Estados Unidos, de US\$ 52,8 mil. Se a conta for feita pela capacidade de compra no mercado local, o cálculo chamado PPP, o Brasil fica em torno de 30% do PIB americano. Ainda assim é abaixo do PIB uruguaio.

No começo dos anos 1970, a Coreia também estava nesse ponto; hoje seu PIB *per capita* é de 63% o dos Estados Unidos. Como todos sabem, a Coreia fez um investimento enorme em educação. O economista José Roberto Mendonça de Barros, no livro *Crescer não é fácil*, exhibe diversos gráficos, inclusive esse que mostra como a Coreia era mais ou menos do nosso tamanho quando foi comparada aos Estados Unidos. Nos anos 1950, sua economia piorou. Era a época da Guerra da Coreia. Nos anos 1970, disparou, enquanto o Brasil ficou estagnado. José Roberto conta que estava estudando em Yale quando viu desembarcarem coreanos em massa para fazer o doutorado.

Um dos pontos importantes do texto de Mendonça de Barros é lembrar que crescimento é um projeto de longo prazo e que precisa ser costurado como um pacto do país com o futuro. O primeiro passo seria reiniciar o ciclo de reformas modernizantes. Elas teriam como objetivo reduzir o peso do Estado sobre as famílias e firmas, liberar mais recursos para investimento e poupança, simplificar o pagamento de impostos, adaptar o sistema de aposentadoria ao fato

de que viveremos mais e seremos mais velhos.

No futuro, o Brasil terá que ser muito mais eficiente e produtivo do que agora. A competição global não se refere apenas ao que acontece com os nossos produtos em outros mercados, mas também ao que acontece dentro do país. A produção será cada vez mais integrada mundialmente, pois cada parte de um produto já é feita em países diferentes. Para sobreviver, a indústria precisa integrar-se às cadeias globais. Para isso será essencial melhorar as condições gerais de competitividade da economia, garantindo a saúde das empresas e a oferta de empregos. Em um país tão grande, os caminhos têm que ser inteligentes para economizar tempo e dinheiro, por isso ter uma boa infraestrutura de transportes é uma questão que vai além da economia.

Os números são espantosos. O Brasil tem 1,7 milhão de quilômetros de estradas. Apenas 200 mil estão pavimentados. E olha que o país optou pela rodovia em detrimento de outras formas de transporte, como ferrovias, hidrovias, cabotagem. Naquilo que escolhemos ser bons, somos péssimos. Nas estradas de má qualidade temos deixado parte da competitividade que conseguimos no processo produtivo. O mais dramático é que temos deixado vidas. As estatísticas de acidentes fatais nas rodovias são tão terríveis que o professor Paulo Fernando Fleury, especialista em logística, costuma usar uma medida aérea para comunicar a dimensão do que se passa em solo.

O que você, leitora ou leitor, acharia se, durante um ano, caísse um Boeing no Brasil a cada dois dias? Certamente, se dependesse de você, mandaria parar o tráfego aéreo de passageiros até entender as causas do absurdo e prevenir novos desastres.

— No Brasil, 35 mil pessoas morrem em acidentes de trânsito por ano. Isso equivale a 96 pessoas por dia, ou um Boeing a cada dois dias — diz Fleury.

Os dados são do Ministério da Saúde e reúnem os que morrem nas vias urbanas e nas rodovias; na hora ou nos hospitais, em decorrência de acidentes. O número tem aumentado. Estamos perdendo essa guerra. É urgente investir em estradas melhores e mobilidade urbana mais segura para não continuar perdendo vidas

preciosas para as famílias e para o país. E esse investimento é fundamental também para a economia.

Países de grande extensão territorial apostam em amplas malhas ferroviárias; o Brasil não fez isso. O Ilos, Instituto de Logística de Supply Chain, onde trabalha o professor Paulo Fernando Fleury, tem estudado essa irracionalidade, que fica mais evidente quando olhamos para o que acontece em outros países. A Alemanha, pelos dados do Banco Mundial, tem 349 mil quilômetros quadrados; o Brasil, segundo o IBGE, tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados. No final de 2014, os alemães tinham 45,5 mil quilômetros de ferrovias; e nós, 29,8 mil. O Brasil é 24 vezes maior que a Alemanha, e eles têm 60% mais ferrovias que nós. Mas eles são uma economia madura. Vamos usar um exemplo de país em desenvolvimento.

A Índia tem pouco mais de um terço do nosso tamanho físico. Os indianos têm 2,9 milhões de quilômetros quadrados de território e 63,5 mil quilômetros de ferrovias. A China tem 69,5 mil quilômetros de estradas de ferro. O Canadá, 64,9 mil. A França também tem mais que nós, 32,6 mil para um território de pouco mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. A Rússia tem o dobro das estradas de ferro do Brasil. Os Estados Unidos têm a maior malha ferroviária do mundo: quase 200 mil quilômetros.

Outra medida é a da densidade que calcula quantos quilômetros de ferrovias o país tem em relação a mil quilômetros quadrados de extensão. Nessa medida, os Estados Unidos são do tamanho da Índia: têm 21 quilômetros de ferrovias por mil quilômetros quadrados de extensão do país. A Alemanha tem a maior densidade: 130. O Brasil, desse grupo estudado, tem a menor: 3,5. A Associação dos Transportes Ferroviários acha que o Brasil deveria ter uma meta de, no mínimo, 57 mil quilômetros de ferrovias. Isso é quase dobrar a atual dimensão das estradas em trilhos.

Não fizemos o mesmo movimento que outros países continentais. O Ilos certa vez separou os países. De um lado, os de grande extensão territorial. De outro, os pequenos. E analisou a dimensão da malha ferroviária de cada um dos grupos. O resultado é que o Brasil estava no grupo errado. Era o único grandão na turma dos pequenos. As rodovias correspondem a 67% de nossa matriz de transportes. As

ferrovias, a 18%. Nos últimos anos, governos anunciaram esforços para encontrar essa vocação geográfica pelas ferrovias, abandonada há décadas, mas não houve resultados. Pelo contrário, ocorreu até uma piora recente nessa concentração nas rodovias. Foram anunciados planos que não saíram do papel. O governo não planeja direito, não executa o pouco que planeja, a regulação é ruim, instável e fragmentada.

A carência é tão grande que quando algo avança faz muita diferença. As poucas mudanças feitas nas últimas décadas produziram efeito mensurável. A Ferronorte começou a ser construída pelo empresário Olacyr de Moraes. Era para levar a soja que havia crescido na região do cerrado, em torno de Sinop, em Mato Grosso, para o porto de Santos, em São Paulo. No meio da construção, o empresário quebrou. Mas os 600 quilômetros iniciais se juntaram à malha paulista. Em 1995, houve a privatização, que, apesar das falhas, permitiu um aumento do investimento, ainda que em volume insuficiente.

— Depois da privatização, e mesmo com a Ferronorte sendo insuficiente e a malha paulista muito ruim, ocorreu uma verdadeira revolução nos fluxos de soja para exportação. Em 1995, o porto de Santos movimentou cerca de 1,5 milhão de toneladas do complexo de soja, ou seja: grão, farelo e óleo. Em 2013, foram 16,3 milhões. Um crescimento de 10,86 vezes em 18 anos — conta Fleury.

Segundo o professor, no mesmo período, no porto de Paranaguá, no Paraná, o aumento foi de apenas uma vez e meia. Saiu de 9,1 milhões de toneladas para 13,9 milhões.

No livro *Transporte: história, crises, caminhos*, o especialista Vicente Pereira de Britto mostra que temos errado em todos os governos e em relação a todos os meios de transporte. Há algo em comum entre ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, navegação de cabotagem: a estrutura é pequena para o que precisamos e para a dimensão do país, os investimentos são menores do que o necessário e não há planejamento.

A população brasileira e o PIB se concentram na costa leste, mas o país, desde a construção de Brasília, optou por fazer também uma ida para oeste. Contudo, não há caminhos. Nem para as pessoas nem

para a produção. O agronegócio se esforçou para ampliar a produção e a produtividade com a ajuda dos investimentos em pesquisa realizados principalmente pelo Estado, mas a produtividade vai escorrendo dos caminhões e se perdendo nas longas esperas nos portos.

Há anos entramos na era do *e-commerce*. Mas os produtos não chegam. O Ilos mediu isso em estudos curiosos feitos em 2000, 2005 e 2012. Mandava CD para pontos diferentes do Brasil e para si mesmo. O destinatário informava quando chegava. Os prazos de entrega nunca eram cumpridos e havia demoras extravagantes. Na última vez o teste foi com taças de vinho. Quando o Ilos recebeu a sua caixa, só uma das cinco estava inteira. As outras chegaram quebradas.

O que um dia se chamou transportes, há algum tempo evoluiu para um conceito mais amplo: a logística. Ela inclui não apenas a qualidade das estradas, mas a eficiência e a inteligência dos processos de armazenamento e circulação de mercadorias. Hoje, a logística está no centro da equação de dois problemas. Um, humano: o desperdício de vidas preciosas. Outro, econômico: a perda de competitividade num mundo cada vez mais integrado, exigente, em que o comércio internacional é parte do desenvolvimento interno de cada país.

Durante séculos o Brasil foi um país fechado. Agora a ordem é integrar-se às cadeias produtivas globais. Quem produz com mais eficiência e a um preço menor tem mais chances neste mundo. Não falo de ter um número bonito na balança comercial. Mas de ter uma forma de produção moderna que reduza preços para nós, os brasileiros, e aumente a atividade econômica, que cria empregos. Quando se olha para o futuro o que se vê? Bom, podemos continuar errando, mas o custo ficará cada vez maior. Como o futuro é, em grande parte, escolha, é mais razoável supor que tentaremos corrigir os rumos, porque seremos empurrados nessa direção.

Somos gigantes do ponto de vista territorial e, mesmo concentrados na costa, a economia e as pessoas se espalharam pelo país. O mundo nas próximas décadas vai intensificar a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Há muitos anos o comércio internacional cresce mais do que o PIB mundial. A elevação da

intensidade das ligações virtuais não vai reduzir as conexões físicas. Será inevitável investir em infraestrutura de transportes. Não poderemos escolher apenas um único meio, dado o nosso tamanho. Estamos condenados a aprimorar tudo ao mesmo tempo. Os especialistas acreditam que agora haverá avanços pelo simples motivo de que chegamos ao limite. Aumentou muito a demanda de transportes, enquanto a oferta cresceu bem menos do que o necessário. Por isso se fala tanto em gargalo quando o tema é esse. O transporte virou obstáculo.

Para se ter uma ideia, o transporte aéreo de passageiros domésticos cresceu de 32,5 milhões para 97,6 milhões entre 2002 e 2014. Um aumento de 200%, segundo dados da Anac. Triplicou em pouco mais de uma década. Houve anos, entre 2009 e 2010, em que chegou a 22%. Os embarques internacionais também subiram muito até 2013, último dado disponibilizado pela agência: saltaram de 3,6 milhões, em 2002, para 9,5 milhões. Alta de 163%. Forçado pela realidade, o governo, que dizia que não privatizaria, privatizou aeroportos.

Nas primeiras concessões, quis mais arrecadar do que ser eficiente. O aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, foi assumido por fundos de pensão com um operador da África do Sul que jamais havia operado nada tão grande quanto o maior aeroporto brasileiro. No aeroporto de Brasília, a concorrência foi vencida pela associação de um grupo argentino com a empreiteira Engevix, que, mais tarde, estaria envolvida na Operação Lava-Jato. Os critérios da licitação foram alterados nas vendas seguintes.

Existem aperfeiçoamentos que podem ser feitos sem grandes custos. Há uma fragmentação enorme de órgãos e agências que tratam de transportes. Como o setor que precisa ser cada vez mais integrado pode ter tantos órgãos aos quais se reportar? E eles se desentendem, dão sinais diferentes, não trocam informações entre si e viram cabides para nomeações políticas.

Se o Brasil não fizer esse esforço vai parar de crescer e, em seguida, definhar. Países retrocedem, encolhem e perdem a chance histórica. Mesmo se fosse possível, hoje, recriar o projeto de um país fechado ao comércio internacional, continuaria havendo a necessidade

da circulação interna de pessoas e produtos. O gargalo logístico será enfrentado pelo simples fato de que não há alternativa.

Há um lado bom em tanto atraso, se é que isso serve de consolo. País com muito por fazer pode usar sua necessidade como impulso para o crescimento. Portanto, ao escolher pôr todos os caminhos nos trilhos — melhorando e ampliando rodovias, ferrovias, portos, navegação de cabotagem, aeroportos —, o Brasil terá um crescimento derivado da busca de superação do atraso.

O Banco Mundial tem um índice de eficiência logística que permite comparar os países. Nossos dados são uma lástima. O Logistics Performance Index (LPI) é produzido desde 2007. Depois, veio 2010, 2012, e a quarta edição foi em 2014. A pesquisa é feita com especialistas do mundo inteiro e cobre 166 países. Para quem acha que esse tema interessa apenas às empresas, um trecho das palavras iniciais do último relatório: “A importância da boa performance logística para o crescimento econômico e redução da pobreza está agora firmemente estabelecida”.

Em 2012, o Banco Mundial incluiu também o conceito da logística verde, porque a eficiência no setor pode ajudar o país na redução das emissões. Os ganhos vão muito além do que se imagina. As empresas serão mais eficientes, os custos, mais baixos, os preços, menores, as emissões, reduzidas, o comércio, mais intenso. E serão maiores as ofertas de emprego.

A má notícia é que temos piorado na classificação. Em 2014, o Brasil estava na 65ª posição em 160 países; em 2010, na 57ª. A Alemanha está atualmente em 1º lugar. Os Estados Unidos, em 9º. O Japão, em 10º. A China, em 28º. O primeiro país latino-americano a aparecer na lista é o Chile, no 42º posto. Depois vem o México, em 50º. A Índia está em 54º. Nós estamos atrás da Argentina.

O avanço da comunicação digital ampliou as chances de melhoria da logística e os ganhos de produtividade nas empresas de forma geral. O Brasil deu um salto importante após a privatização da telefonia, mas ficou atrasado na expansão da banda larga. A comunicação móvel é uma das tecnologias disruptivas. Transforma tudo e tem impacto em todas as áreas. Permite a gestão inteligente da

cadeia de suprimentos, aumenta a eficiência e eleva a sustentabilidade. Uma simples troca de informação poupa deslocamentos.

No começo de 2015, tudo o que se via era um enorme desencanto com a economia, as empresas engavetando projetos, os investimentos encolhendo, a indústria em recessão e o medo do futuro aumentando. O curto prazo, ninguém tinha dúvidas, seria gasto corrigindo os desequilíbrios do primeiro mandato. Mas o país já passou por crises piores e antes do final da década podemos estar de novo em um momento de crescimento.

O esforço de olhar o futuro é mais necessário quando o curto prazo fica opaco. O país tem uma agenda de reformas para garantir o crescimento sustentado, sustentável e de qualidade nas próximas décadas. A vantagem é que elas estão mapeadas. O perigo é que daqui para diante os erros ficarão mais caros.

Em época de capitais que viajam pelos países, a estabilidade macroeconômica é condição básica. Num país com problemas, qualquer financiamento para empresas ou entes públicos ficará mais caro. Hoje já é assim e a tendência vai se confirmar. O mundo globalizado é um caminho sem volta.

Os empresários precisarão ter sangue-frio nas turbulências do curto prazo, porque elas sempre vão ocorrer, e traçar cenários mais longos. Somos o maior país da América Latina, temos o maior PIB, o maior mercado de consumo, o maior território, a maior diversidade. Temos muita chance de progresso nos próximos anos e décadas. Para isso será preciso entender que a economia será radicalmente diferente do que foi no passado.

A maneira de fazer negócios, competir, ter sucesso na nova economia vai continuar se transformando. Não será possível manter as fragilidades que a economia tem e que foram descritas neste capítulo. Será preciso romper com o defeito de país-ilha. É inevitável aumentar a ligação com o mundo através de um comércio muito mais aberto e intenso. A inovação e o aumento da produtividade serão as chaves do sucesso no mundo novo. As reformas microeconômicas que temos adiado precisarão ser feitas porque, do contrário, nossas empresas serão engolidas.

Projeções lineares sobre quanto se precisa crescer para chegar ao ponto de qualquer outro país não contribuem quando se está numa fase de ruptura na economia. Estão mudando: as relações econômicas entre os países e empresas, as tecnologias de produção, as fontes de energia, as matérias-primas, a organização do trabalho. A economia já está no meio da revolução provocada por tecnologias disruptivas, aquelas que mudam inteiramente o ambiente produtivo. O setor que tem sentido, e continuará sentindo fortemente o efeito das transformações, é a indústria. Não por acaso ela está em crise e sua participação no PIB brasileiro encolheu drasticamente nos últimos anos. As políticas de apoio do governo à indústria têm sido remédios paliativos, obsoletos, pois não consideram que a mudança é profunda e irreversível. Tanto que em 2014 foram concedidas várias isenções de impostos e a produção industrial terminou o ano com queda de 3% e há vários anos vem perdendo participação relativa no PIB. A indústria está mudando de natureza e a busca da competitividade não será conquistada com ajudas a setores e elevação de tarifa para a importação.

Toda a agenda de aumento de produtividade e competitividade permanece valendo, mas não funciona mais nas projeções a expressão clássica dos acadêmicos: o “tudo mais constante”. Tudo mais estará, na verdade, em nervosa e contínua mudança.

Em *A grande ruptura*, Paul Gilding, ativista de sustentabilidade e professor de Cambridge, avisa que a crise climática vai reduzir os níveis de consumo, o que para os economistas é péssima notícia. Significa pouco crescimento. Gilding diz que um padrão de consumo mais comedido será um salto civilizatório impulsionado pelas restrições físicas do planeta e por uma nova atitude do consumidor. O consumidor com outros valores tem que estar nos cenários das empresas para que a forma de produzir seja a de menor emissão de carbono. Não bastará à empresa se declarar sustentável, ela terá que informar quanto emite e de que forma neutraliza suas emissões. E o processo terá que ser de forma transparente e confiável.

Mesmo os céticos da mudança climática sabem que, desde 1987, o Relatório Brundtland, o documento intitulado *Nosso futuro comum*, faz alertas sensatos sobre o esgotamento dos recursos do planeta.

Antes dele, houve o alerta exposto em *Limites do crescimento*, em 1972, já atualizado duas vezes. Não é moda passageira. Está consolidado o movimento de mudança da relação entre economia e meio ambiente que levará às novas formas de produção. As empresas e os países serão empurrados para isso por consumidores, pela regulação e pelos impostos sobre emissões. Quem ignorar o novo paradigma rasgará o passaporte para a nova economia.

As próximas décadas podem ser de avanços em todas as áreas da economia, mas este é um momento de mudanças profundas para garantir esse futuro promissor. A economia será invadida pelas exigências do clima, pela ruptura tecnológica, pelas novas energias, pela transição demográfica, pela reorganização do mundo do trabalho. Não há mais compartimentos estanques no mundo.

O profissional e a empresa que quiserem ter sucesso na próxima década terão que entender as convergências de temas que hoje parecem nada ter a ver com a economia. O mundo está mudando rapidamente, a economia também. Temos que fazer tudo ao mesmo tempo: resolver o passado, melhorar o presente e entender o futuro.



UM PAÍS  
DE CLASSE MÉDIA

O Brasil tem reduzido a pobreza e a extrema pobreza. A desigualdade permanece muito alta e os estudos que mostram que ela caiu comparam apenas os rendimentos dos salários e não os de declaração de renda. Análises mais abrangentes mostram que o 1% mais rico da população tem um quarto de toda a riqueza brasileira; os 5% mais ricos têm quase metade. Há várias desigualdades. Mulheres ganham um terço menos do que os homens. Negros recebem muito menos do que brancos. O machismo tolhe as mulheres. O racismo constrange e fere os negros. Houve um salto no mercado de consumo desde o Plano Real, todavia é preciso separar os fatos dos mitos no fenômeno do aumento da classe média. Nas próximas décadas, o trabalho de promover o progresso social continuará, mas será longo. Se for bem-sucedido, teremos como recompensa uma democracia mais legítima e uma economia mais forte.

DESIGUAL  
E EM  
MOVIMENTOC

A primeira vez que a médica cardiologista Lilian Paula de Souza se lembra de ter ouvido que ela não pertencia à classe na qual nascera ela era tão pequena que não sabe a idade exata que tinha. Talvez cinco ou, no máximo, sete anos. Estava com a mãe e o irmão menor, andando no Centro de Belo Horizonte, quando a mãe encontrou uma colega do tempo em que havia trabalhado na Companhia Telefônica de Minas. A amiga perguntou como estava a vida. Ela contou que parara de trabalhar para se dedicar aos dois filhos, que haviam nascido em 1969 e em 1970. Ela olhou as crianças e disse:

— Mas hoje você veio acompanhada dos filhos da empregada, né?

Lilian e seu irmão são negros. A mãe tem pele clara e olhos verdes. A menina nunca se esqueceu disso, pois considerou uma ofensa não ser vista como filha de sua mãe.

Um tempo depois, Lilian estudava no Instituto de Educação, escola pública de excelência cujas vagas são disputadas pela classe média. Ela e seu irmão conseguiram ir para lá pela ajuda de uma tia-avó que trabalhava na limpeza. Um dia a professora falou para a classe:

— A família da Lilian, por algum motivo, é diferente, porque ela consegue estar aqui.

Voltando-se para ela, completou:

— Como sua mãe consegue pentear o seu cabelo? Porque o pente não entra, não é?

Ela viveu sucessivos casos de constrangimentos durante toda a sua vida escolar, seu período na universidade, sua vida de profissional, de consumidora, de cidadã. Até hoje é vítima de ofensas veladas, não explícitas, que deixam cicatrizes. Na UFMG, um dos professores, na

aula de neurologia, mesmo ela estando de jaleco como todos os outros nove alunos de um pequeno grupo, não conseguiu vê-la como estudante. Dava explicações sobre o tratamento de um menino negro. Virou-se para Lilian e falou da maneira que os médicos falam hoje em dia: explicou como os remédios deviam ser dados ao paciente chamando-a de “mãe”. Ela era aluna dele, mas ele nunca havia prestado atenção e, pela cor da pele, concluiu que ela só podia ser mãe do paciente negro. Por fim, entregou a ela a receita do menino, dizendo:

— Esse é o remédio, viu, mãe.

— Professor, ela é aluna — disse um colega da turma.

Foi quando o professor “viu” a aluna pela primeira vez.

O vizinho do prédio em que mora, no qual é proprietária de um apartamento, cumprimentou-a, um dia, na portaria:

— Você é a nova faxineira?

Pacientes já se recusaram a ser atendidos por ela. Empregos lhe foram negados sem qualquer explicação. Entrou em lojas onde não foi atendida. Certa vez foi convidada a sair da Gregory, na rua Henrique Schaumann, em São Paulo. O argumento dado pelo segurança é que o brinquedo na mão da filha dela, de um ano, poderia ser um objeto cortante. Era giz de cera.

— Eu pergunto em cada ocasião dessas: o que houve? E não me dizem. A gente começa a achar que está vendo coisas, que tem algum defeito.

Lilian passou no vestibular da UFMG no grupo dos 160 com melhores notas que entraram para o primeiro semestre. Eram 320 novos alunos por ano.

— Nos seis anos foram apenas quatro negros: eu, Magda, que foi trabalhar na biblioteca, Eliana e Marcelo, que namoraram e se casaram.

Ela era uma boa aluna, como havia sido a vida inteira. Tinha notas ótimas, foi muito bem na residência de Cardiologia no Hospital Madre Teresa. Trabalhava bastante e acalentava o sonho de ser plantonista do CTI. Tinha conseguido apenas uma vaga no pronto-socorro. O tempo foi passando, outros foram chamados, foram criados mais três CTIS e alguns estudantes mais novos, de outras

turmas, foram recrutados. Menos ela. Então, ela pediu diretamente ao coordenador uma chance. Ele disse que ela participasse das reuniões dos plantonistas, mesmo sem ser, porque uma hora poderia ser aceita. Ela ficava lá, constrangida, mas insistente. Era a mais velha do grupo, tendo um ótimo histórico escolar, só que para ela não havia vaga. Quando foi chamada, agarrou a oportunidade com entusiasmo.

— Fui ótima plantonista, trabalhava ao máximo, era elogiada, até que fui simplesmente convidada a ir embora. Ninguém me deu o motivo. Disseram que a irmã superiora havia pedido para eu sair. Perguntei a razão. Ninguém me deu. O chefe me disse que havia dito para a irmã que não havia motivo técnico para me demitir. Eu não havia cometido nenhum erro, porém fui convidada a me retirar.

Lilian enfrentou um período difícil de depressão ao sair da universidade. Lá dentro, se sentia numa redoma. Enfrentar o mercado de trabalho era bem diferente. Muitos estudantes podem sentir esse vazio ao fim do curso, com ela, no entanto, foi mais complicado. Na terapia entendeu sua solidão. A não ser pelos colegas de faculdade, não tinha amigos negros. Morara num bairro de brancos, estudara em escola pública disputada pela elite ou em escolas privadas. Nunca fora paquerada na faculdade, mesmo sendo uma moça bonita. Estava sempre só.

— Eu me perguntava: onde estão meus semelhantes?

A trajetória da cardiologista sempre foi de superação. Conseguiu fazer doutorado em São Paulo, na Escola Paulista de Medicina da Unifesp. Adorou o curso e o Hospital São Paulo, onde se especializou em exames de imagem, como ecocardiografia de estresse. Mas sempre teve dificuldade de integrar o corpo clínico dos hospitais em que procurava emprego. Outros candidatos eram escolhidos, ainda que tivessem apenas mestrado ou só a graduação. Ela era chamada para cobrir férias, ficava em trabalhos temporários. Ouvia desculpas do tipo: “A gente sempre pensou em te chamar, mas...”. E a explicação nunca era dita explicitamente. Acabava aceitando trabalhos em plantões de fim de semana, tarefas abaixo da sua qualificação e da excelência de seu trabalho. Quando voltou para Belo Horizonte, teve as mesmas dificuldades. Uma vez, ao chegar para o plantão em um hospital da cidade, sentiu o clima de constrangimento entre os

enfermeiros e técnicos. Perguntou o que era e um dos técnicos explicou:

— Doutora, a gente está com um probleminha. Não fica preocupada, não. Tem um paciente ali que a ficha é para a senhora. Ele a viu e disse que não vai passar pela senhora, não.

Ela foi conversar com o paciente, que, irredutível, exigiu outra pessoa e fez reclamação dela ao diretor, sem que houvesse o que dizer sobre a qualidade do trabalho da médica. Os sinais de discriminação se repetiam de forma eloquente.

— Numa época eu procurava emprego, mandei meu currículo para um hospital privado em Belo Horizonte e recebi telefonema do chefe do corpo clínico. Conversamos. Ele disse que era uma pessoa exatamente como eu que ele procurava, acertamos tudo, até os horários em que eu ia trabalhar, e ele me pediu que levasse no dia seguinte os documentos, já com a minha agenda marcada para começar. Toda a conversa foi por telefone. Fui, me apresentei e me mandaram esperar. Esperei uma hora, duas. Perguntei pelo médico e a secretária me disse que talvez ele não pudesse me atender. Esperei a manhã inteira e, por fim, ela me disse que o médico não ia me atender. Perguntei o que havia acontecido. Não me deram explicação. Fui para casa. Liguei para o médico e ele não me atendeu. Voltei lá e me disseram que eu deveria preencher uma ficha porque se eles tivessem uma vaga me chamariam. Eu disse que deveria estar havendo algum engano, porque já estava tudo acertado para eu começar. Jamais me chamaram. É assim: ninguém te responde, ninguém explica o que está havendo. Você se sente um ET. Fica magoada, dúvida de si mesma. Isso adocece.

Assim é o racismo brasileiro. Ele adocece suas vítimas. Vai aos poucos minando a autoconfiança delas. Por não ser explícito, a pessoa é levada a duvidar da própria capacidade e até do entendimento que tem dos fatos. Pensa que é paranoia. Começa a se sentir inferior. A história de Lilian teve muitos outros episódios, inclusive recentes, e desmascara completamente a tese de que no Brasil a discriminação existe contra os pobres e não contra os negros. Mesmo que fosse preconceito contra pobres, e não contra negros em si, seria igualmente condenável. Nunca entendi o argumento de

recusar a existência do racismo e aceitar “apenas” o preconceito social.

Ela nasceu e cresceu na classe média, que tentou expulsá-la de todas as formas, abalar sua autoestima, fechar-lhe as portas. A vitória, Lilian conquistou com o esforço e a luta de seu pai, primeiro alfaiate e depois contador. Ele estudou logografia e formou uma rede de amizades que encaminhou diversos clientes para o seu escritório. Isso lhe deu também a base com a qual apontou para os filhos o caminho do autoconhecimento e do trabalho incessante para atingir os sonhos. O irmão de Lilian é engenheiro.

— Quando a gente saía para a escola, ele nos dizia: vocês têm que ser os primeiros, senão não vão conseguir. Eu sempre fui muito boa em tudo o que fiz, e mesmo assim foi difícil, algumas vezes achei que não dava conta.

Hoje Lilian trabalha em dois hospitais, ainda enfrenta obstáculos e os vetos silenciosos. Casou-se com um geógrafo, tem dois filhos e os prepara para superar as barreiras. A filha, aos oito anos, chega em casa de vez em quando chorando, dizendo que riram do seu cabelo na escola. O filho, de dez, não quer ir para a escola de bermuda, segundo ele, porque sua perna é preta.

— E olha que eu trabalho a autoestima dos meus filhos. A menina já foi chamada, sem que eu procurasse, para fazer comercial, inclusive uma vinheta na Rede Minas. Eu penso nas crianças negras pelo Brasil afora, o que acontece com elas?

Pelo menos uma, ali bem perto de Belo Horizonte, em Divinópolis, cresce com a autoestima resolvida: Carolina Monteiro, com oito anos em 2015, criou um canal no YouTube. Lá ela revela como reage a certos comentários. E o faz de uma forma encantadora.

— Oi, meu nome é Carolina e eu tenho oito anos. Ontem uma amiga minha me disse: “Ô, Carol, por que o seu cabelo é duro?”. Eu respondi: “Meu cabelo não é duro não. Meu cabelo não é duro. Duro é ter que ficar aguentando gente ignorante” — diz, com um sotaque mineiro e o olhar direto para a câmera, passando convicção.

À outra que lhe propôs fazer chapinha no cabelo, ela respondeu:

— Não. Tá doida? Gosto dele assim: pra cima, volumoso. Acho meu cabelo muito bonito assim.

Carolina vai tratando a questão com naturalidade, desmontando os preconceitos. Sua mãe, Patrícia, me contou que sofreu muito na infância e isso a afetou demais. Ela estava com 36 anos quando trocamos mensagens pela internet, em 2015, e me disse que ainda não se sentia à vontade com sua imagem: “Entendi que construir a autoestima na infância é mais eficaz do que desconstruir os traumas causados pela falta dela”.

Patrícia quis que sua filha fosse segura de si e sempre se surpreendia com as respostas que ela dava diante de situações que poderiam constrangê-la. Por isso resolveu gravá-las e enviar para alguns amigos que pudessem estar com o mesmo problema. E foi aconselhada a divulgar as gravações em que Carolina fala da beleza negra. As mensagens se propagaram e os vídeos tiveram milhares de visualizações. O interessante é que outras crianças negras gravam mensagens de respostas, agradecendo e também dizendo que se sentem bonitas com cabelo crespo e pele negra. Carolina, com sua beleza e encantamento, está ajudando a remover um dos mais velhos defeitos do Brasil. A sua autoconfiança chega na hora certa.

A doutora Lilian é o começo do futuro. Desde a década de 1970, quando seus pais saíram da periferia de Belo Horizonte para o bairro Santo Antônio, perto da Savassi, onde só havia vizinhos brancos, o Brasil vem mudando muito, porém não o suficiente. Os negros ainda são minoria entre os postos de maior prestígio e nas áreas de classe média das cidades. Ainda são maioria esmagadora entre os pobres e têm indicadores sociais piores em todas as áreas. A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE de 2014 trouxe um gráfico que mostra duas curvas que se cruzam na metade do caminho. Uma sobe: é o percentual de brancos nas faixas maiores de renda. Outra cai: é a presença dos pobres em cada faixa de renda. É maior nas menores e vai ficando pequena na faixa mais rica. Entretanto, isso começa a mudar.

A estabilização da moeda, em 1994, deu início ao processo de ampliação da classe média. Os dados de acesso aos bens e produtos de maior valor mostram uma curva sempre ascendente desde o início do real. Com as políticas de inclusão, principalmente nos governos Lula, esse processo ganhou força. Do final da década de 1990 até o

momento em que estamos, houve várias ondas de ampliação da classe média, com a ascensão das classes D e E. As políticas sociais têm contribuído para acentuar a tendência que se firmou a partir da vitória sobre a hiperinflação. Por serem maioria entre os mais pobres, os negros são mais aparentes nessa onda de brasileiros em ascensão. E isso ainda está longe de ser resolvido.

No começo do ano 2000, o jornal americano *The Washington Post* me pediu que escrevesse para um blog de jornalistas estrangeiros, mantido em sua versão on-line, um texto com a seguinte ideia: “Que grupos terão mais poder na sua sociedade dentro de 20 anos?”. Eu escrevi que eram os negros e as mulheres. Estava certa sobre o movimento, errada sobre o tempo. Fui otimista. A doutora Lilian, mais de dez anos depois de eu ter escrito esse artigo, ouviu do único médico que lhe explicou o motivo de suas dificuldades de colocação no mercado a seguinte frase: “Você tem três problemas. É negra, mulher e mãe”.

— Pelo menos ele verbalizou. Isso já foi um alívio. O pior é quando não dizem.

Ainda hoje, ela sente solidão em alguns lugares.

— Eu vou, por exemplo, a um bom restaurante, olho em volta e comento com o meu marido: somos os únicos negros aqui.

Recentemente ela participou da preparação de um congresso no Brasil com a Sociedade Americana de Cardiologia e não pôde deixar de notar que entre os 12 médicos americanos, seis eram negros. Mas as mudanças por aqui já começaram. No início dos anos 1990, a publicidade brasileira era nórdica. Quem visse só os anúncios teria certeza de estar num país onde moravam apenas brancos. Os negros em destaque eram atores, atrizes, músicos ou jogadores de futebol. Nas próximas décadas, o país verá um desembarque de negros em todas as áreas, profissões, cargos. As cotas nas universidades, o esforço das famílias, a luta pessoal de cada um, as políticas públicas, tudo está contribuindo para isso. É a hora exata de termos aquela conversa sincera sobre a natureza da discriminação no Brasil, desfazer os mitos e, enfim, acabar com as ofensas dirigidas aos negros. Só se cura de uma doença quem admite que a tem. A superação do racismo é parte essencial da construção do futuro.

Desde que se iniciou o debate sobre as ações afirmativas no Brasil, no final daquela década, me posicionei a favor delas. Eu e duas brilhantes colegas mais jovens, Flávia Oliveira e Débora Thomé, fizemos um caderno em *O Globo* sobre discriminação racial chamado *A cor do Brasil*, em 2003, que ganhou um prêmio da Federação Internacional de Jornalistas. Escrevi artigos, analisei dados, entrevistei especialistas e participei de discussões. Nelas ouvi relatos fortes sobre a natureza da barreira erguida contra os negros no país. Ouvi, por outro lado, aquele argumento de que o racismo não existe no Brasil e a discriminação é social. Como explicar a história de Lilian, que nasceu na classe média e sempre sofreu preconceito? Minhas conversas com negros em várias situações confirmavam o que eu via nas estatísticas sociais: o Brasil sempre foi uma sociedade em que a cor abre ou fecha portas. Mas o faz da forma mais covarde, como diz a cardiologista:

— O pior do racismo brasileiro é ser subliminar, escondido. Ele vai constrangendo os negros. Uma manicure me disse que tem vergonha de ir a certos lugares. Posso entender, porque eu fiz 20 anos de terapia para ter as ferramentas e aguentar. Imagine se você fosse a única branca cercada de negros? É assim que vejo o mundo.

Às vezes a ofensa é explícita. A corretora Karina Chiaretti estava entrando com sua filha de nove anos, em novembro de 2012, em uma farmácia no Top Center, na avenida Paulista, quando foi ofendida por uma mulher parada na porta. Entre outros absurdos, ela dizia que ali não era lugar para negro e a xingou de “imunda” e “macaca”. Sua filha começou a chorar. Os funcionários contaram que ela estava há mais de uma hora insultando os negros que passavam. Karina chamou a polícia e iniciou um processo concluído em abril de 2015. A agressora, Davina Castelli, foi condenada a quatro anos de prisão em regime aberto. Karina, sobrinha do sociólogo Hélio Santos, sabe que a discriminação não é social:

— Moramos no mesmo bairro, perto do shopping. Ela em uma esquina e eu na outra.

O Brasil está mudando, como disse, e vai mudar mais. Os negros estarão mais presentes nos grupos de maior renda, nos cursos superiores, nos postos de comando de empresas e órgãos públicos.

Essa ascensão pode se dar com maior ou menor tensão social. A escolha é nossa. Temos que nos preparar para ela com mudança de atitudes e valores. Essa transformação fará muito bem ao Brasil. Precisamos dela para realizar nosso projeto de país desenvolvido e moderno. No passado, muitos negros foram barrados em seus planos ou tiveram sua autoconfiança solapada pelo acúmulo de barreiras. No futuro, se isso acontecer, haverá uma forte tensão social e desperdício de talentos.

Uma economista do Rio de Janeiro me relatou um fato que ilustra que ainda hoje profissionais enfrentam os mesmos problemas que a médica mineira encontrou. Ela indicou três bons alunos da PUC para três empresas financeiras que lhe pediram currículos de jovens talentos. A melhor candidata era uma moça negra. Os outros dois eram rapazes brancos. Mesmo sendo a mais qualificada, a moça foi rejeitada nas duas instituições maiores e aceita apenas na menor.

A travessia das barreiras sociais exigiu, muitas vezes, que se deixasse o país. Célia Regina Miranda Dalla Coletta de Mattos chora quando se lembra do dia em que jurou para si mesma, ainda menina, que mudaria a história de pobreza e privação na qual sua família sempre estivera prisioneira. Ela nasceu em Barra Bonita, uma cidade de 30 mil habitantes no interior de São Paulo, em 1974. Os quatro avós eram analfabetos. A mãe estudou até a terceira série. O pai era mecânico, mas a bebida o fez perder o emprego e ele foi trabalhar como cortador de cana, até que teve um derrame que o deixou desempregado. A doença agravou a situação da família. Chegaram a passar fome. A mãe e as irmãs mais velhas foram trabalhar. Ela, com oito anos, tomava conta de um irmão menor e uma sobrinha. E estudava. Entendeu que aquela era a única saída.

— Não teria herança, não ganharia na loteria, não me casaria com um milionário. Meu caminho era estudar. Entendi que tinha que ser a melhor em tudo que fizesse. Virei a primeira aluna da classe. Estava sempre com um livro na mão. Comecei a estudar línguas. Quando cheguei à oitava série foi uma comemoração na minha família, porque eu era a primeira que havia chegado tão longe.

Quando acabou o Fundamental, Célia foi estudar para seguir o magistério e ter logo uma profissão, porque achava que não teria

condições de fazer faculdade. A professora de psicologia acendeu um sonho em sua mente.

— Ela contou que havia chance de fazer um intercâmbio para passar um ano nos Estados Unidos. Ela falava para a turma toda, mas olhava para mim. Disse que não tinha importância ser pobre, porque haveria bolsa. O dinheiro para o teste foi dado pela patroa da minha irmã, que era doméstica, e eu passei e não tive dinheiro para ir.

Célia Regina ficou trabalhando numa escola, juntou dinheiro e, no ano seguinte, enfrentou um teste com 300 pessoas de todo o estado de São Paulo para uma bolsa no intercâmbio e passou. Mesmo com bolsa, seria necessário ter US\$ 1 mil. O dinheiro foi conseguido com uma arrecadação que mobilizou todos os amigos e os familiares. Passou um ano na Carolina do Norte na casa de uma família da qual tem excelentes recordações. Foi com apenas US\$ 150,00, porém, como não precisou gastar nada e, apesar de ser proibido trabalhar, fez pequenos serviços, como o de *baby-sitter*, acabou acumulando uma poupança. De volta à cidade natal, falando inglês fluente, procurou emprego.

— Não fui aceita por ser negra. Poderia ser secretária, era bilíngue, escrevia bem, mas fui barrada. Uma amiga me chamou para trabalhar num restaurante, no caixa. A filha do dono disse que não queria uma negra na frente da churrascaria. Absurdos assim. Consegui emprego de caixa de supermercado. Não desmereço nenhum trabalho, só que estava mais qualificada do que a vaga. Mesmo assim tirei bom proveito disso: aprendi a me relacionar com as pessoas.

Uma irmã, também doméstica, e que morava em São Paulo disse que ela deveria ir para a capital para ter mais chance. Foi e conseguiu ser professora numa escola de inglês, estudou letras com bolsa integral dada pela escola onde trabalhava. No último ano do curso superior, já estava se sentindo sem perspectiva de ascensão profissional. Foi quando começou a namorar Gustavo, um jovem branco que queria ser chef. Casada com ele, fez um curso intensivo de francês e foi para a França em 2005, estudar no Le Cordon Bleu. Os dois trabalharam em vários restaurantes antes de abrir o deles. O Chez Nous Chez Vous é um local diferente, elogiado pela crítica

gastronômica do *New York Times* como “o melhor restaurante secreto de Paris”. Funciona na casa deles.

— É comida requintada. São em geral sete pratos e trocamos os talheres sete vezes. O menu é especialmente criado para o cliente e antes enviamos para eles um questionário. É como um vestido de alta-costura feito para você. Recebemos gente importante. Tenho noção de que dei um salto.

Hoje, Célia fala cinco línguas, escreveu um livro sobre chás, seu restaurante faz sucesso e ela financia o estudo de 12 sobrinhos no Brasil: nove em Barra Bonita, três em São Paulo. Na família de Célia, ela foi a primeira a ascender socialmente. Agora os 12 sobrinhos estudam para alcançar a classe média. Que sejam bem-vindos.

• • •

A classe média está se expandindo no Brasil, mas existem muitos mitos sobre esse fato. Mais importante do que investigar o número exato de pessoas que teriam entrado na classe média é firmar três convicções. Primeira: sim, aumentou a capacidade de consumo dos brasileiros. Segunda: o fenômeno de ampliação do consumo começou com a estabilização da economia e se fortaleceu com as novas políticas de transferência de renda para os pobres e extremamente pobres, que ganharam escala nos governos do PT. Terceira: a desigualdade permanece imensa no Brasil.

A ideia de que é necessário usar recursos do orçamento da União para criar uma renda mínima é antiga e veio evoluindo no Brasil. A origem desse movimento é o mais meritório: os brasileiros passaram a se envergonhar de ser um país com tantos pobres. A Constituição de 1988 começou a preparar a arrancada para políticas social-democráticas e o debate entrou com mais força na agenda nacional exatamente após a vitória sobre a hiperinflação. A Lei Orgânica de Assistência Social, que estabelece transferência de renda para os muito pobres ou pessoas com deficiência, é de 1993, mas só foi efetivada em 1995, lembra Débora Thomé no seu livro *O Bolsa*

*Família e a social-democracia.* As séries estatísticas do Ipea, de especialistas como Sonia Rocha ou Ricardo Paes de Barros, podem divergir no percentual porque dependem do ponto que cada pesquisador usa como linha de pobreza, entretanto todas mostram o mesmo movimento. Houve uma forte queda da pobreza em 1994-1995, quando se deu a transição para o novo regime monetário, rompendo com 50 anos de inflação de dois dígitos e deixando para trás o trágico passado hiperinflacionário. Nova queda teve início a partir de 2001 e se acentuou nos governos do PT.

O debate que abre com uma suposta clivagem entre tucanos neoliberais e petistas progressistas — na qual os primeiros são apontados como malvados, querendo cortar gastos sociais, e os outros como os bons, querendo entregar dinheiro aos pobres — é mistificação eleitoreira. Sei disso de acompanhar as políticas públicas e de fazer reportagens. Nenhuma foi mais impactante do que a que fiz em Campinas (SP), em 1996, quando entendi, na prática, o que os economistas Ricardo Paes de Barros e Ricardo Henrique me explicaram sobre a nova tecnologia de transferência de renda. Em Campinas havia sido implementada, em 1994, pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, do PSBD, a primeira experiência de programa de renda mínima. Logo depois, em 1995, começou o bem-sucedido caso do Distrito Federal, quando era governado por Cristovam Buarque, na época no PT. Em seguida, veio a implantação, que acompanhei bem, do Bolsa Escola, em Belo Horizonte, na administração de Célio de Castro, do PSB. Só no segundo mandato do governo Fernando Henrique a transferência de renda chegou ao governo federal por meio do Bolsa Escola.

Em 2001, começou a ser montado o cadastro único, primeiro passo para o que foi aperfeiçoado nos governos seguintes. O cadastro lista todos os brasileiros que deveriam ser atendidos pela transferência de renda. Em um segundo momento, no governo Dilma Rousseff, o esforço foi para fazer a chamada “busca ativa”, que é encontrar os extremamente pobres que estivessem tão apartados da sociedade a ponto de sequer ter noção dos seus direitos ao benefício. Ao fim do governo Fernando Henrique, havia 5 milhões de famílias atendidas no programa, mas os valores eram baixos. Ao fim do governo Lula, eram

13 milhões e os benefícios tinham valores maiores. Dilma pôs o foco sobre os extremamente pobres, o que foi uma escolha correta. Antes de acertar, no entanto, o governo Lula errou durante meses com o Fome Zero, que nada mais era do que um cartão-alimentação, como conta Sonia Rocha em *Transferências de renda no Brasil*. O cartão é uma tecnologia ultrapassada de política social.

Esse é um campo minado pelas paixões partidárias. Meu interesse não é entrar no processo de verificação de paternidade. Relato, contudo, que vi o nascimento de uma política e seu avanço e aperfeiçoamento posteriores atravessando governos sucessivos. Vi, fiz reportagens, estudei e entrevistei o suficiente para entender que foi uma caminhada que o Brasil quis fazer. Pode-se dizer que esse passo foi dado pela democracia.

O que ficou claro para mim, como jornalista, é que o Brasil avança por formação de consensos. Após o Plano Real, que venceu o mal que nos impedia de tratar de outras questões fundamentais, o país passou a implantar políticas de redução da pobreza mais consistentes. E só fez isso porque essa tarefa se transformou num grande consenso na democracia. Houve mudanças de partido no poder, no entanto predominou a continuidade das políticas nas duas décadas que se seguiram à queda da inflação, e esse movimento foi precedido e, depois, acompanhado pelo desenvolvimento da tecnologia de políticas sociais mais eficientes e focadas.

O aumento da capacidade de consumo das famílias é uma parte essencial das transformações do Brasil nos últimos anos na direção de ser mais inclusivo. Isso é fato. Animou a economia e incentivou as empresas a estudar o tema atrás de oportunidades de lançamento de produtos para os diferentes segmentos de renda. As políticas de combate ao controle do tráfico de drogas nas favelas ou áreas de periferia que aconteceram em várias cidades, principalmente no Rio de Janeiro, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), ajudaram a atualizar a informação sobre os geograficamente excluídos. As favelas eram vistas como local de moradia de miseráveis. Hoje esse mito já foi derrubado. Analisadas de perto, pela imprensa, por economistas, sociólogos, especialistas em marketing, foram apresentadas de forma mais próxima do que verdadeiramente são.

No livro *Um país chamado favela*, Renato Meirelles, do Instituto Data Popular, e o produtor cultural Celso Athayde contam que os moradores de favelas das principais cidades brasileiras somam 11,7 milhões de pessoas, movimentam R\$ 63 bilhões e se fossem um estado seriam o quinto mais populoso do país. A capacidade de consumo de seus moradores animou empresários. O aumento da renda dos pobres e dos muito pobres estimulou os estudos sobre o tema e a formação de especialistas no comportamento desse grupo social ascendente. A ideia de que havia se formado uma “nova classe média” é socialmente equivocada, mas de fato houve um processo recente de aumento da capacidade de renda dos mais pobres.

O Rio de Janeiro, no entanto, enfrentou recentemente um evidente retrocesso na política das UPPs. Ainda assim, está em curso um processo de valorização de áreas antes entregues ao tráfico de drogas. Um dos capítulos do livro de Meirelles e Athayde começa contando que Marinalvo, morador do complexo de favelas do Alemão, estava na Grota, conhecida como uma das áreas mais violentas da cidade até o início das UPPs, mostrando a região para dois visitantes quando, de repente, encarou dois rapazes. Tempos depois Marinalvo explicou que aqueles jovens, no passado, andavam de fuzis e cheios de soberba. Hoje os dois trabalham e um deles “administra a loja de uma operadora de telefonia celular”.

Eu estive no Alemão antes das UPPs, levada para gravar um vídeo com o AfroReggae. Vi rapazes, ainda adolescentes, portando fuzis nas principais ruas das favelas, principalmente na Grota. Na hora da gravação, tínhamos que garantir a eles que seus rostos não estavam sendo filmados. Voltei depois ao local com a jornalista Valéria Maniero numa reportagem que fizemos, por ideia dela, sobre empreendedorismo nas favelas cariocas, que ganhou um prêmio da IE Business School de Madri. Foi um aprendizado andar pelas comunidades de Rocinha, Alemão e Dona Marta, descobrindo os novos negócios que estavam surgindo ou se fortalecendo, com toda a janela de oportunidades aberta pela política de pacificação e no contexto do aumento da capacidade de consumo dos segmentos de baixa renda.

A política de retomada do território das mãos do tráfico e as

políticas de transferência de renda não garantem que os pobres tenham sido instalados na classe média. Os sociólogos, com razão, dizem que ser classe média é um processo sociológico mais complexo: é um modo de vida, é uma visão de mundo, um conjunto de valores. Pela teoria da estratificação social, explicam, ela é formada por trabalhadores de ocupações não manuais, que vivem de salário e têm estrutura de valores em cujo centro está a educação. Como assalariada, entende que a única herança que deixa para os filhos é a formação. Tem autonomia, independência e capacidade de planejar o futuro.

Ser classe média não é um episódio na vida da pessoa que ocorre a partir de um determinado nível de renda. A família pode experimentar um movimento de mobilidade ascendente, mas, pela história de vida, pelo perfil ocupacional, pelos valores, não ser ainda de classe média. As classes não são impermeáveis e, por isso, uma pessoa pode ascender socialmente. O que os sociólogos explicam é que não basta um padrão de vida, uma capacidade de aquisição de bens. É preciso outros passos, e que eles sejam de longa duração, permitindo a aquisição dos demais atributos, a partir do novo patamar de renda e de ocupações típicas de classe média. E eles podem ser dados ao longo da vida da pessoa ou da de seus filhos.

O mito difundido recentemente é o de que todos os que atravessaram, pelo efeito de benefícios sociais ou em decorrência do aumento real dos salários, uma determinada linha de renda transformaram-se, instantaneamente, em classe média. O pai da doutora Lilian de Paula tinha perfil ocupacional, renda e valores de classe média. Sua filha enfrentou discriminação.

Célia Regina, filha de mecânico, não nasceu na classe média, todavia se preparou para entrar nela pela educação. Queria ser secretária bilíngue e encontrou tantas barreiras que foi ser dona de restaurante em Paris. De lá, financia o estudo dos sobrinhos para que eles possam ter a oportunidade de viver com renda, ocupação e valores de classe média.

Meu pai, Uriel Leitão, era filho de trabalhador braçal. Vovô Manoel Arnoso Leitão trabalhava principalmente em reparação de engenhos de açúcar em Pernambuco nas entressafras, o que lhe dava

renda muito instável. A família passou privações. Na infância, meu pai, para ter bolsa num colégio de Garanhuns, teve de trabalhar no estabelecimento como funcionário da limpeza. Depois trabalhou como pintor na construção civil em Recife, entre outros trabalhos de baixa qualificação. Foi assim que completou os estudos. Fez seminário presbiteriano em Campinas, do qual saiu com licenciatura em várias disciplinas. Migrou para Minas Gerais, foi professor, diretor de colégio e pastor. Assim, eu nasci na classe média.

A mobilidade na década de 1920 do século passado, quando meu pai iniciou sua admirável trajetória, era mais difícil e rara. A taxa de analfabetismo no Brasil era de 65%. Hoje está em curso um processo vigoroso de ascensão, de melhoria de vida, e essa dinâmica deve se acelerar em épocas de maior crescimento econômico. Só não é instantânea, nem tem uma linha riscada no chão.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência no governo Dilma difundiu a ideia de que a desigualdade estaria caindo fortemente. Foi estimulada a ideia de que a queda da desigualdade é um processo irreversível enquanto um determinado grupo político estiver no poder. Isso distorce o debate objetivo sobre os fatos. Utilizando-se de palestras de ministros, estudos e uma publicação para popularizar tal ideia, o governo bateu na tecla de que estava resolvendo o secular problema brasileiro. O caderno *Vozes da classe média*, da Presidência, publicou, em novembro de 2012, que 40 milhões de pessoas haviam saído da pobreza e desembarcado na classe média entre 2002 e 2012, e que dois terços desse aumento eram fruto da queda da desigualdade. Isso teria tornado o grupo social mais heterogêneo, por passar a abrigar, segundo o texto, “uma parcela significativa de analfabetos funcionais”.

Quem se dê ao trabalho de ler os estudos e olhar os números desse pensamento governamental será induzido a acreditar que, em dez anos, o país conseguiu eliminar a sub-representação dos negros na classe média brasileira. Pelos dados de 2012, esta seria composta por 49% de brancos e 51% de negros. Um espelho perfeito da população total que, naquele momento, tinha 48% de brancos e 52% de negros. Se fosse verdade, a questão racial então estaria perto da solução.

A confusão que difunde mitos começa com a definição da renda a partir da qual se considera que alguém pertence a esse estrato social. “No Brasil esses limites da renda em valores monetários atuais são de R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00 por cada pessoa da família ao mês”, consta na publicação da SAE. Então, quem recebia naquela data mais de R\$ 1.019,00 de renda familiar *per capita* já seria classe alta?

Tentei saber com que dados a SAE trabalhava em 2014 e o então ministro Marcelo Neri enviou uma tabela em que o limite inferior da classe C era, em novembro daquele ano, R\$ 2.090,00 e o limite superior, R\$ 9.010,14. Uma mudança grande entre o que dizia a publicação do ministério em 2012 e a tabela do ministro dois anos depois. O IPCA acumulado no período foi de 14%.

Segundo Neri, “a classe média tradicional corresponde à classe média americana que habita o imaginário de muitos mas que, na verdade, é uma classe alta para os padrões mundiais. A nova classe média (classe C) é a classe central usando a distribuição brasileira que é próxima da mundial”. Nunca vi alguém fazer essa comparação com as faixas de renda americana, como imagina o agora ex-ministro. Neri foi sucedido por Mangabeira Unger, que nomeou para presidir o Ipea o sociólogo Jessé de Souza. Na sua primeira entrevista, Souza discordou da tese de Neri de que exista uma nova classe média no país. Assim se soube que nem o governo se entende sobre se existe ou não o tal fenômeno.

Há muita divergência sobre o número de pobres no Brasil porque cada especialista usa uma linha de pobreza. A que mais se aproxima da realidade foi criada a partir de uma cesta de consumo. Nos últimos tempos, o Ministério do Desenvolvimento Social tem insistido para que se use a linha oficial. Qualquer linha é arbitrária. Não é R\$ 1,00 a mais que fará alguém ser pobre ou deixar de ser classe média ou rico. O IBGE não trabalha com o conceito de classe social. Prefere dividir os grupos pesquisados por múltiplos do salário mínimo. Pelos dados do Censo, da Pnad e da POF, o IBGE calcula que só 1,3% da população recebia, em 2013, entre 10 e 20 salários mínimos. Em valores de 2015, isso daria entre R\$ 8 mil e R\$ 16 mil; e apenas 0,5% dos brasileiros recebiam por mês mais de 20 salários mínimos, ou seja, mais de R\$ 16 mil.

Evidentemente, há uma subdeclaração de renda no Brasil exatamente nas faixas mais altas da população. Isso tem sido levantado por inúmeros especialistas e tem sido motivo de intenso debate. Basta olhar a cena brasileira, ter acesso a números de consumo de bens de alto valor, que todos concordam que é impossível que só exista 0,5% de brasileiros com renda mensal acima de R\$ 16 mil e que estes sejam os mais ricos do país. O governo responde às dúvidas sobre os valores que determinam as diferenças de classes de renda afirmando que os limites nacionais são perfeitamente compatíveis com os do mundo. E que apenas 18% das pessoas no planeta vivem com renda familiar *per capita* acima daquela com a qual o governo trabalha como sendo o limite entre as classes média e alta.

O mais importante nesse debate é saber quais os caminhos mais duráveis de mobilidade social no Brasil. Qualquer análise não conjuntural vai mostrar que só com boa educação e melhor inserção no mercado de trabalho se conseguirá ampliar de forma permanente a classe média. Políticas de transferência de renda criam uma rede de proteção social enquanto outras políticas mais duradouras fazem o efeito de resgatar os pobres e os extremamente pobres da situação de carência. Este é o projeto que o Brasil deve perseguir: melhorar a qualidade da educação pública e por meio dela pavimentar o caminho que levará os jovens a um mercado de trabalho que valorize sua qualificação.

Na era do conhecimento, as empresas demandarão trabalhadores que tenham se capacitado através de ensino antenado com as novas exigências do mundo do trabalho. As empresas não poderão discriminar por cor da pele ou gênero. Haverá menos jovens entrando no mercado, por isso, quem discriminar no recrutamento pode acabar perdendo talentos para o concorrente. Por outro lado, devem-se buscar políticas públicas neutras. A exploração eleitoreira da dependência dos pobres à rede de proteção social está enfraquecendo a democracia e solapando as possibilidades reais de ascensão social. A decisão de reduzir a pobreza foi da sociedade brasileira tomada durante os governos democráticos.

A partir da estabilização em 1994 começou o processo sustentado

de recuperação de renda e do valor do salário mínimo, que subiu, consistentemente, em termos reais, 158% em duas décadas, cobrindo os dois governos Fernando Henrique, os dois governos Lula e o primeiro Dilma. O maior aumento real foi no primeiro ano do primeiro governo FH: 16,7%. O segundo maior ganho real foi em 2006, no governo Lula: 13,11%. Os dados foram calculados pelo economista Fábio Giambiagi. O fato é que a inflação baixa é o único ambiente onde há chance de se recuperar o valor real dos salários, e há números mostrando que os mais baixos subiram proporcionalmente mais.

• • •

O fato de os salários mais baixos terem subido proporcionalmente mais reduziu a desigualdade? Sim, mas este é um fato incompleto. A renda analisada aqui é a do mercado de trabalho, e não a desigualdade de riqueza calculada pelo método dos estudos do economista francês Thomas Piketty. Um dos temas do diálogo público no Brasil nos últimos anos é se houve ou não redução da distância entre os ricos e os pobres. Houve até mesmo brigas internas no governo sobre se o breve período de redução da desigualdade tinha sido interrompido ou não. Todo o debate é ocioso, porque o que está sendo captado é a redução da diferença no mercado de trabalho apenas e não a disparidade na distribuição da riqueza de uma forma mais ampla. Especialista no tema, o economista e professor Marcelo Medeiros, em entrevista para este livro, diz que o debate não faz sentido:

— Chamo de debate de elevador. Detesto isso. A conversa é se subiu a desigualdade um ponto ou se caiu um ponto. O importante é a visão mais ampla do problema da concentração da renda, que é complexo e tem múltiplas razões.

A renda é subestimada no Brasil. Há registros em carteira mais baixos do que o salário realmente recebido pelo empregado. É uma estratégia para reduzir os encargos que pesam sobre a folha salarial.

Há sonegação de riqueza nas declarações de renda. Há a limitação dos estudos de renda apenas ao universo dos trabalhadores com carteira. Há o caso dos prestadores de serviço que se tornam empresas, mesmo sem ser, porque isso reduz os encargos para as empresas e eleva, em alguns casos, a renda auferida pelo trabalhador. Tudo isso torna o debate sobre desigualdade no Brasil um campo ainda mais minado do que em outros países.

É preciso levar a discussão sobre a concentração da renda para além da relação entre maiores e menores salários e ter indicadores sobre a riqueza no sentido mais amplo. Quem não tinha entendido isso acabou percebendo em meio ao oportuno debate internacional provocado pelo livro de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*. A distância entre os salários é uma parte do problema, mas está longe de esgotar a questão que o Brasil terá que enfrentar no século XXI, e que vem carregando desde a época das capitânicas hereditárias. Quando esse livro de Piketty foi lançado “atingiu dimensões virais”, na expressão de Marcelo Medeiros em artigo para a revista *Picauí*: “Vendeu em um mês mais do que qualquer outro livro da Harvard University Press em 101 anos”. No Brasil também virou motivo de polêmica. Aqui foi publicado pela Intrínseca, no fim de 2014, com a brilhante tradução do francês feita pela economista Monica Baumgarten de Bolle.

Há livros e ideias que criam uma clivagem entre os que são contra e os que são a favor. Não foi assim com o de Piketty. Alguns gostaram, mas viram defeitos; outros não gostaram, mas viram qualidades; certos economistas admitiram que o colega francês havia feito um ponto importante; outros discordaram totalmente; e um grupo afirmou que ele nada disse que já não se soubesse. Houve quem aceitasse o diagnóstico, não o remédio sugerido. Outros gostaram do remédio, porém alegaram discordar da linha ideológica do pensador. Piketty se apresenta como pessoa que, de tão jovem, está fora das divisões naturais da esquerda e da direita do mundo. Ele completou 18 anos na época da queda do Muro de Berlim. Para ele, certas divisões ideológicas em torno do tema simplesmente não fazem sentido.

Todo esse debate é bem-vindo. É bom para o mundo, no qual a

discussão sobre a distribuição da renda e o patrimônio esteve congelada desde o começo da Guerra Fria. É bom para o Brasil, que sempre foi um dos piores no ranking da desigualdade medida pelo Índice de Gini e que tem comemorado a redução do problema confundindo uma parte com o todo, ou seja, analisando diferença entre salários como se fosse desigualdade de riqueza.

Ao descongelar o tema, Piketty já nos presta um favor, ainda que o Brasil não esteja em sua base de dados. Aqui as estatísticas tributárias, mesmo anônimas, deixaram de ser divulgadas. Elas eram publicadas em papel até 1980. Com o processamento eletrônico, passaram a estar disponíveis apenas para a burocracia. No governo Fernando Henrique, por duas vezes os estudiosos puderam ter acesso, mas depois os dados ficaram indisponíveis. Há a preocupação com o sigilo fiscal, entretanto Marcelo Medeiros diz que isso é facilmente resolvido se forem divulgadas informações agregadas por grupos de renda e sem CPF. Nos países estudados por Piketty e sua equipe foram avaliados os números das declarações de renda. Isso capta as rendas mais altas, que vão além dos salários declarados, como é feito em pesquisas domiciliares. O Brasil não pôde entrar no estudo porque os dados não estão disponíveis.

Não vou tentar resumir aqui a ideia de Piketty, uma vez que o livro está acessível. A economia há décadas avalia a questão pela teoria de Simon Kuznets, que sustenta que, nos países em processo de industrialização, a desigualdade subiria até um ponto máximo e depois cairia naturalmente. No Brasil, a ideia nos foi apresentada na frase de Delfim Netto quando era ministro da Fazenda, nos anos 1970, de que era preciso esperar o bolo crescer para depois dividir. Piketty se contrapõe a essa velha ideia com teorias e propostas novas. Bem no começo da Apresentação de seu longo livro, fruto de 15 anos de pesquisas, ele resume assim seu pensamento: “Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas”.

Piketty liberta o tema do monopólio que os estudiosos pensam ter sobre ele. “Na verdade, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos”, diz. É importante demais para ficar presa a uma teoria dos anos 1950 e, no Brasil, é decisiva demais para ser dominada por qualquer corrente. Ao comparar Marx e Kuznets, o economista francês tem uma frase que serve para ilustrar a mudança de tom em relação ao tema de grupos políticos que eram oposição e, depois, viraram governo: “O gosto excessivo dos economistas pelas previsões catastróficas deu lugar a uma atração não menos excessiva pelos contos de fadas ou ao menos pelos *happy endings*”.

O conto de fadas que estava sendo difundido pelo governo foi derrubado pelos professores da UnB Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fabio Ávila Castro. Eles se basearam em dados da Receita usados em pesquisa anterior realizada por Castro. Analisaram a evolução da distribuição de renda entre 2006 e 2012. Fizeram uma combinação de informações tributárias das pesquisas domiciliares do IBGE, como as da Pnad, da POF e do Censo no primeiro estudo feito dessa forma no Brasil. O resultado é o oposto do que o governo tem dito, como se pode ver neste trecho: “A desigualdade no Brasil é muito alta e estável. O 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país. Os 5% mais ricos detêm quase metade da renda. A concentração é tamanha que um milionésimo das pessoas acumula mais renda do que toda a metade da população junta. Salvo uma pequena queda ao longo dos seis anos analisados, esses níveis de concentração são praticamente os mesmos entre 2006 e 2012. Não há movimento claro de mudança de desigualdade ao longo do tempo. O coeficiente de Gini de 2006, 2009 e 2012 reflete um pequeno aumento, seguido de queda. Sua variação no período é de apenas 1%”. Os autores ressaltam que o resultado é diferente dos levantamentos baseados na Pnad e ponderam que as rendas mais altas podem estar subestimadas nas pesquisas domiciliares.

O tema deve ser analisado sem paixão, cirurgicamente. Sem apego excessivo às métricas econômicas e com conhecimento suficiente da natureza do Brasil e da sua raiz patrimonialista, como ensinou o

mestre Raymundo Faoro. O Brasil continua encontrando caminhos para destinar mais recursos públicos aos ricos do que aos pobres. O mundo enfrenta um aumento da desigualdade entre nações e no interior delas, ou seja, não estamos sozinhos nesse problema. Mas é preciso estudar a fórmula brasileira de concentração da renda para que encontremos saídas de redução das disparidades sociais. O fato de o país nem sequer constar da base de dados do economista francês, por não dispor de informações regulares das declarações de renda que possam realmente medir a desigualdade de riqueza no Brasil, já mostra como estamos atrasados.

A pobreza e a extrema pobreza têm sido reduzidas no Brasil. Isso é fato e merece ser festejado. Porém, a desigualdade ainda é grande demais e é um mito achar que ela está caindo de forma relevante. As políticas de transferência de renda alavancam o processo de redução da pobreza, mas só o acesso à educação de qualidade mudará a sociedade de forma mais permanente. Sem crescimento econômico essa dinâmica de avanço social fica ameaçada. Hoje a pobreza e a desigualdade tornaram-se disfuncionais. Ainda que deixemos de lado todas as convicções éticas e morais que condenam a exclusão social, será inevitável reconhecer que os entraves precisam ser combatidos se o Brasil quiser realizar seu projeto de desenvolvimento.

Qual o risco de não combater a desigualdade? Marcelo Medeiros explica que um país em que a renda é muito concentrada, e assim permanece, acaba criando uma distorção perigosa e um ônus para a maioria das pessoas.

— Os espaços de poder são controlados pelas mesmas pessoas que fazem leis e criam regras para eles mesmos. Um país assim acaba criando uma educação de qualidade só para a elite, uma previdência boa só para alguns, uma polícia que só atua em algumas áreas. Os grupos monopolistas do poder criam proteção para si. Os que ficam abaixo na pirâmide não têm acesso. Isso ameaça a democracia. Na economia, um país com mercado consumidor fraco depende demais do exterior e fica muito exposto a crises externas.

Marcelo Medeiros não acha que um país com o grau de desigualdade do Brasil vai alterar esse quadro a curto prazo, já que são muitas as causas:

— É claro que é preciso investir em educação de qualidade, urgentemente, mas o quadro da distribuição de renda só mudará lentamente. Leva gerações. Outra forma é através de alterações tributárias. Elas funcionam e precisam ser feitas na medida certa. O governo reduz ou aumenta desigualdades com as escolhas que faz quando recolhe impostos e os distribui.

Existem várias desigualdades. As mulheres conseguiram equiparar o nível de escolaridade ao dos homens nos anos 1990. Na primeira década do século, elas passaram a ser maioria no ensino superior e agora começam a dominar os cursos antes considerados “masculinos”. Em alguns cursos de direito e medicina elas já são maioria, em engenharia, avançam. Ainda assim, a diferença de salário diminuiu muito lentamente. E a distância entre o que os homens e as mulheres recebem é maior na faixa com curso superior do que no grupo com até três anos de estudo. O que mostra que elas têm sido barradas na ascensão aos empregos mais valorizados.

É enorme o diferencial de salários entre negros e brancos, mesmo quando se comparam trabalhadores com igual nível de qualificação. E essa é a prova mais concreta da barreira contra os negros no Brasil.

O problema é vasto, intrincado, não será resolvido com rapidez. Não há panaceia, e sim um processo que temos que seguir. Olhando para o futuro, se não houver grandes avanços na educação, com forte aumento do nível de escolaridade, não será possível consolidar o movimento de elevação do nível social dos mais pobres no Brasil. Os filhos do Bolsa Família precisam ser capazes, em sua maioria, de estar empregados, provendo a própria renda, para que se possa então dizer que houve uma mudança de grupo de renda de forma sustentável.

Os programas de transferência de renda vão continuar, mas é preciso criar condições para que a mobilidade social garanta que haja um canal permanente de ampliação e fortalecimento da classe média. Para que isso aconteça, a pré-condição é a estabilidade monetária. E é fundamental o crescimento. Inflação baixa, crescimento econômico, mercado de trabalho dinâmico e fortes avanços na educação. Sem essa receita, as comemorações sobre a nova classe média no Brasil são apressadas.

• • •

É inevitável que se enfrente a tarefa da remoção das barreiras à ascensão social dos negros. Elas são dissimuladas mas eficientes, porque os têm mantido como maioria entre os pobres. As pesquisas de especialistas, como Nelson do Valle e Silva, mostram que pretos e pardos têm mais dificuldade na mobilidade ascendente e mais risco de enfrentar na vida a mobilidade descendente. O racismo é um dos componentes da nossa desigualdade e uma das razões de haver majoritariamente negros entre os pobres e entre as vítimas da violência que atinge os jovens. Os temas estão interligados.

Foi por isso que iniciei este capítulo contando as histórias da médica Lilian e da chef Célia Regina. A médica coleciona, hoje, múltiplas cicatrizes das vezes em que foi discriminada e avisada de que não pertencia à classe na qual havia nascido. Célia atravessou a barreira, contudo acabou tendo que ir para fora do Brasil para se realizar profissionalmente. Elas foram escolhidas porque são vitoriosas e resumem duas discriminações. São mulheres e negras. Barrar a ascensão das mulheres cria uma desvantagem, que também é econômica, para o país. Já foram feitos estudos que mostram o quanto se pode acrescentar ao PIB se simplesmente forem removidas as diferenças de salário entre homens e mulheres.

O futuro será de classe média mais numerosa. Essa auspiciosa dinâmica que está levando à redução das distâncias sociais só se completará se o Brasil trabalhar para desmontar a armadilha na qual entrou ao escolher a negação do racismo como parte da mitologia nacional. Só será sustentável o processo de mobilidade social e ampliação da classe média num ambiente econômico de crescimento, com criação de empregos de qualidade. E esse processo é fundamental para dar legitimidade à democracia. Portanto, como o leitor pode perceber, os temas que eu separei em capítulos neste livro para facilitar o trabalho de escrever e ler estão ligados, apesar de terem particularidades. A educação, a estabilidade, o crescimento são bases do processo de redução da pobreza e da desigualdade. E a democracia precisa que essa evolução esteja em andamento.

Aqui há uma encruzilhada decisiva que leva a um futuro venturoso ou ao regresso. Em parte, pela questão demográfica. Como o número de crianças e jovens vai cair drasticamente nas próximas décadas, a educação de qualidade é mais fácil de ser alcançada. Será menor a pressão de entrada no sistema educacional, como foi explicado no capítulo sobre demografia. Com menos alunos, será mais viável atingir um nível maior de qualidade do ensino. Com pessoas mais qualificadas será mais fácil para as empresas recrutarem seus quadros. Os surtos de crescimento que ocorreram recentemente sempre provocaram o que os empresários chamavam de “apagão de mão de obra qualificada”. Agora, a base para o recrutamento será maior.

São visíveis dois outros processos que poderão ter resultados positivos no futuro. De um lado, o aumento da valorização da educação em famílias de todos os estratos sociais. De outro, a formação de um consenso pela redução dos extremos da nossa iniquidade social. Tudo isso se junta indicando que é bem possível um crescimento econômico que encontre no mercado trabalhadores mais qualificados, que foram crianças e jovens dedicados aos estudos e que passaram por uma escola interessante e atualizada. Isso reforçará o processo de melhorias sociais no Brasil.

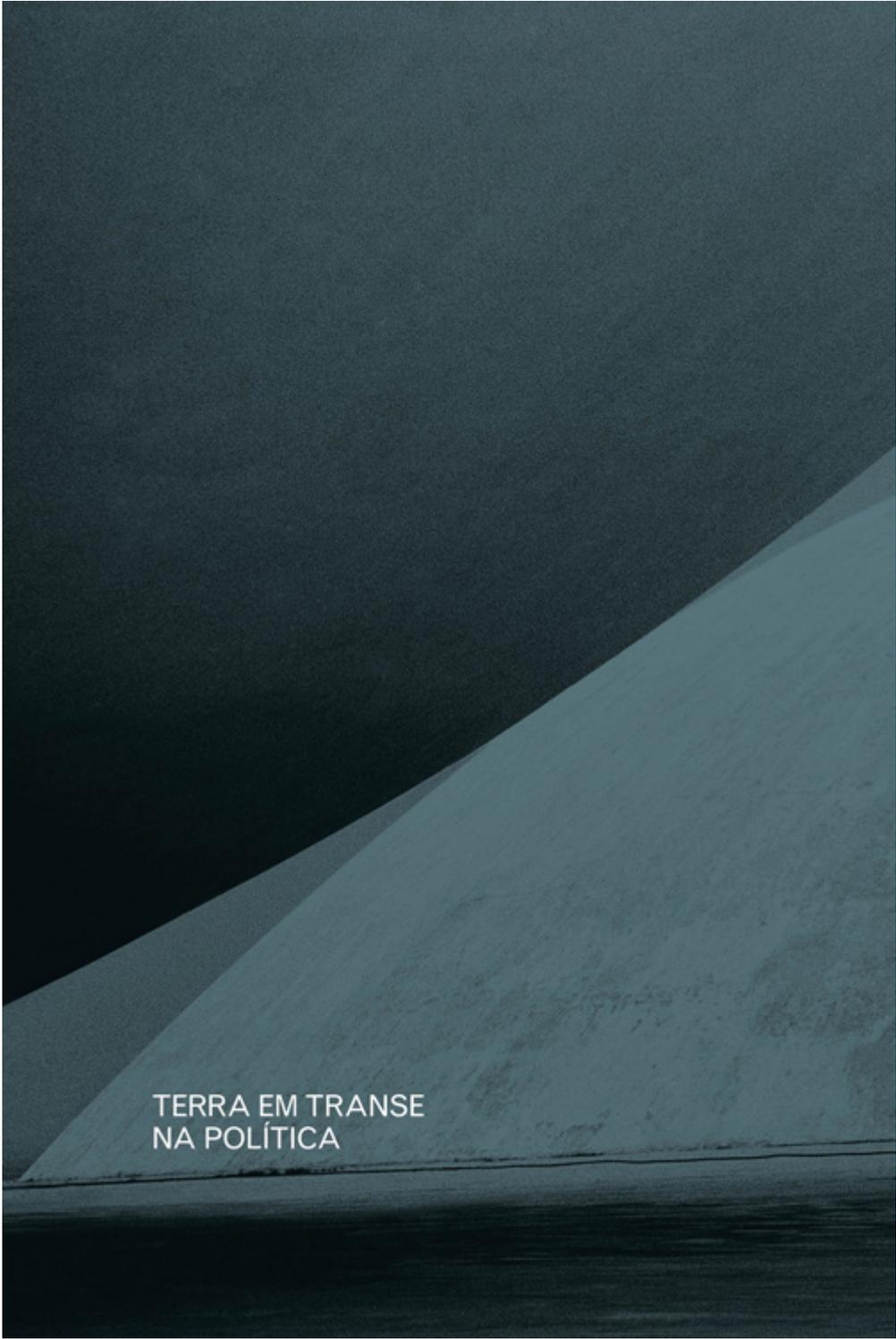
Esse é o bom cenário, mas existe outro, que deveríamos evitar. O de perder a hora para combater a pobreza, diminuir a desigualdade, melhorar a educação e fortalecer a economia. Se perdermos o momento, o futuro será sombrio: jovens com baixo nível de escolaridade num mercado de trabalho cada vez mais exigente, população envelhecendo com grandes parcelas de pobres, economia sem dinamismo para enfrentar um mundo competitivo. De novo, o futuro não está determinado, porém o momento da decisão é agora.

Houve, desde a estabilização, um avanço sustentado da renda da população e da redução da pobreza e da extrema pobreza, ampliando o mercado de consumo. Não podemos, no entanto, subestimar as tarefas que precisam ser executadas para que o Brasil evite retrocessos e continue avançando. Diminuição da pobreza é diferente de redução da desigualdade. Estudos mais abrangentes mostram que esse último problema permanece intenso. Enfrentá-lo exigirá

mudanças nos impostos, investimento em educação, mecanismos para derrubar as barreiras artificiais de negros e mulheres.

— Nem toda queda de desigualdade é boa, às vezes ela é resultado de uma grande crise em que há destruição da riqueza. A desigualdade caiu muito na Alemanha destruída pela guerra — lembra Marcelo Medeiros.

O Brasil sempre esteve entre os países mais desiguais do mundo, mesmo quando cresceu vigorosamente, como no “milagre econômico” dos anos 1970. E é desse campeonato dos desiguais que temos de fugir. A tarefa de continuar reduzindo a pobreza, eliminando a extrema pobreza e melhorando os padrões de distribuição da riqueza nacional tem tudo para ser realizada nas próximas décadas. E será uma espécie de síntese. O objetivo terá sido alcançado se tivermos sucesso na educação pública e na manutenção do desenvolvimento econômico. Quanto mais o país tiver progresso social, mais forte estará sua economia e mais protegida sua democracia. Esse trabalho vai nos ocupar muito no século XXI.



TERRA EM TRANSE  
NA POLÍTICA

O país vive uma fase de muita tensão institucional e a sensação que se tem é de estar sobre uma terra que treme. A democracia está em crise, entretanto nunca foi tão forte. E a contradição é apenas aparente. O cidadão está insatisfeito, a mudança na comunicação exigirá reformas na representação, mas o país rompeu com o passado autoritário.

O ocaso do regime militar, em 1985, significou o fim das ditaduras que assombraram o primeiro século republicano. O novo momento político se firmou e tem sido testado a partir da Constituição de 1988. Nossa tarefa em períodos de tensão será superar as turbulências sem romper o tecido que costuramos nas últimas décadas.

Aqui se falará da luta pela liberdade, dos desafios recentes, do risco da corrupção e das chances de enfrentá-la, da nova democracia de massas e das mudanças no sistema político que ocorrerão nas próximas décadas. No combate à corrupção, as instituições têm exibido vigor e capacidade de superação. A crise e a insatisfação do cidadão farão o país avançar e não o contrário, porque a mais importante escolha já foi feita pelos brasileiros: o futuro será democrático.

A  
RODA-  
-VIVA

O segundo governo Dilma Rousseff, em 2015, começou sob muita incerteza política, principalmente diante das manifestações populares que pediam seu *impeachment*. Contudo, mesmo nos momentos mais turbulentos, havia uma certeza: em qualquer cenário, mudanças só ocorreriam dentro das normas constitucionais. Desde a redemocratização, as eleições se realizaram nas datas previstas. E mesmo quando houve um grande estresse institucional, o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1992, a transição se deu dentro da legalidade.

As perguntas que quero fazer a quem me lê são: primeiro, visto de onde estamos, você acha que as eleições continuarão ocorrendo ou haverá um surto autoritário que suprimirá o direito de voto para presidente?; segundo, você poderia dizer hoje, com segurança, se as urnas nas próximas disputas escolherão homem ou mulher, negro ou branco? As respostas dizem tudo: o futuro é previsível e imprevisível na medida certa de uma democracia consolidada. O cenário de uma ditadura é improvável; o país quer correções, todavia se sente confortável com a solidez de suas instituições. Ninguém pode dizer com antecedência o gênero ou a cor de quem vencerá a próxima, ou as próximas, corrida presidencial porque a elite do poder está se ampliando, ainda que os homens e os brancos continuem predominantes. Não são mais hegemônicos. Mulheres e negros têm avançado nas estruturas de comando públicas e privadas.

Esse é o resultado do salto nas últimas décadas. Os brasileiros das gerações atuais consolidaram a democracia depois de um tumultuado passado e quebraram os monopólios de poder. Serão derrotadas as tentativas autoritárias. Sempre haverá manifestações pedindo a volta

de ditadores. Serão vozes minoritárias porque o país já amadureceu a sua escolha. Como fizeram antes, facções dos partidos que estão no governo tentarão aprovar alterações na lei para facilitar sua permanência. O Brasil tem se mostrado bem mais maduro do que alguns dos nossos vizinhos.

Somos o quarto maior eleitorado do planeta — depois de Índia, Estados Unidos e Indonésia —, e aqui será mantida a rotina de, ao fim de cada período presidencial, ir às urnas usando meios eletrônicos cada vez mais modernos para escolher os dirigentes.

Em vários momentos o Brasil passará por estresse político. A solução nunca será a eliminação de um grupo, mas a extinção de práticas danosas à democracia. Temos sido capazes de construir consensos e essa capacidade será testada várias vezes. O Brasil é uma sociedade em construção. O futuro manterá o sistema de escolha democrática e haverá mais diversidade no poder. A democracia, porém, não está completa, nunca estará. Por natureza, ela é uma obra em progresso. Há uma lista difícil de tarefas a executar para aumentar a qualidade da política brasileira ao longo das próximas décadas. Uma delas é o combate à corrupção, esse mal insidioso contra o qual não há remédio universal. É preciso ter a paciência e a persistência de uma grande caminhada. A boa notícia é que já demos os primeiros passos na direção certa.

Quando o então procurador-geral da República Roberto Gurgel, em agosto de 2012, começou a ler, no Supremo Tribunal Federal, sua longa peça de acusação aos 37 denunciados da Ação Penal 470, que julgou a compra de votos de parlamentares pelo governo do PT que ficou conhecida como mensalão, ele achava que o processo não chegaria tão longe quanto chegou. Surpreendeu-se com o resultado. Foi o que admitiu numa conversa para este livro:

— Eu tinha imensas dúvidas. Vou falar francamente, o resultado foi além do que eu esperava. E para mim a maior surpresa foi quando começou o julgamento do núcleo político. Eu achava que a arraia-miúda seria condenada, mas que quando chegasse o núcleo político, quando chegasse no topo da quadrilha, iriam dizer: “Aqui o Ministério Público não conseguiu provar; nós até gostaríamos de condenar, mas o Ministério Público não nos deu instrumento”.

Joaquim [ministro Joaquim Barbosa, relator do processo] foi um grande homem e aquele foi um grande momento, mas a decisão foi do tribunal como um todo.

Gurgel acha que ali se corrigiu um dos mais graves defeitos da Justiça brasileira:

— O ex-ministro do Supremo, Sepúlveda Pertence, dizia que havia um despreparo até psicológico do sistema de julgar iguais ou superiores. Esse despreparo ficou claro no caso Collor. Houve um juiz de São Paulo que numa das sentenças sobre o empresário Mário Garnero confessa esse conservadorismo dizendo “o acusado é uma pessoa que frequenta os melhores salões de São Paulo”.

Em vários momentos da nossa história a mão dos juízes tremeu na hora de bater o martelo contra pessoas que detinham o poder, ainda que momentâneo. Por isso o julgamento do mensalão será um marco na história brasileira. Ele abriu o precedente que permitiu a firmeza com que foi enfrentado um novo desafio para a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça Federal no Paraná: o caso Petrobras. Mais adiante voltarei ao mensalão e à corrupção na maior empresa brasileira, porém, antes, seria bom constatar alguns marcos recentes da democracia brasileira, cuja trajetória é vitoriosa.

Quando a presidente Dilma Rousseff, de *tailleur* e sapatos brancos, passou em revista as tropas, em 1º de janeiro de 2011, usando a faixa presidencial, o Brasil estava dando um salto. Quando o ministro Joaquim Barbosa entrou no plenário do Supremo Tribunal Federal, no dia 22 de novembro de 2012, envergando a capa da cor da sua pele negra, para assumir a presidência da Casa, o Brasil estava saltando outra enorme barreira. É importante frisar: os símbolos não precisam ser amados, porém o momento da passagem deve ser celebrado. Pode-se gostar ou não da pessoa que personifica a quebra da barreira, isso é um detalhe. O relevante são os eventos que permitem que indivíduos de grupos barrados conquistem postos de comando. Normalmente, cada passo é resultado do esforço coletivo na travessia.

Quarenta anos antes de sua posse, Dilma estava na prisão. Numa ditadura, a sensação que os presos políticos têm é de que não serão

defendidos por ninguém. A pessoa entende, em momento extremo, que não terá defensores na sociedade, porque a notícia não circula, os advogados enfrentam constrangimentos, as leis são arbitrárias e os interrogadores não têm limites. A solidão é concreta. Os torturadores da jovem Dilma, que a forçaram a experimentar a dor da chamada “cadeira do dragão”, jamais imaginariam que ela seria a primeira mulher a se sentar na cadeira mais poderosa do país. Os militares daquela época nunca poderiam supor estar diante da futura comandante em chefe das Forças Armadas. O fato de ela quebrar um paradigma ao assumir a Presidência não era garantia, evidentemente, que governaria com eficiência. Mas é um avanço da democracia. O princípio constitucional da igualdade não convive bem com a ideia de que só pessoas de um determinado gênero e de apenas uma cor possam almejar o topo do poder.

O pai de Dilma era búlgaro. País tão distante — a Bulgária — que virou ficção. O escritor Campos de Carvalho publicou, em 1964, um divertido livro em que um morador do Alto Gávea, área nobre do Rio de Janeiro, viaja pelo mundo para provar que a Bulgária existe: *O púcaro búlgaro*. Campos de Carvalho escreveu: “Entende o autor, apenas, que muito mais importante do que ir à Lua é ir ou pelo menos tentar ir à Bulgária — ou, quando menos, descobri-la”. É inesperado o roteiro em que um homem desse país remoto tenha uma filha que vire presidente do Brasil e se reeleja. E que esse caminho comece com três anos na prisão. É difícil supor que um menino pobre deixe Garanhuns, em Pernambuco, migre para São Paulo, faça um curso de torneiro mecânico e termine presidente da República. É surpreendente que um dos oito filhos de um pedreiro, negro, de Paracatu, no interior de Minas Gerais, consiga superar todos os obstáculos sociais e os preconceitos raciais e chegue ao mais alto posto da magistratura.

Na enorme sala da presidência do STF, Joaquim Barbosa caminhava, em 2013, com dois dos seus assessores para tratar da pauta daqueles dias intensos. Ele passeava chamando a minha atenção para a beleza dos móveis centenários de madeira escura talhada do velho Supremo do Rio, que contrastam com a arquitetura retilínea de Brasília. A sala é toda cercada de paredes de vidro através das quais

se veem os símbolos do poder. Amplos espelhos nessas paredes me ajudavam a ver a cena por vários ângulos. Joaquim se senta, descansa os pés num pequeno quadrado de madeira para ficar na posição adequada, a fim de aliviar suas dores na coluna. Fala pausadamente sobre a surpresa que teve com a aprovação unânime das ações afirmativas em favor dos negros no Supremo Tribunal Federal, no ano anterior. Levanta-se e descansa o braço sobre o espaldar alto da cadeira, repetindo o gesto que sempre fez em plenário.

— Quando cheguei aqui, eu achava que se a questão das ações afirmativas viesse a julgamento seria derrotada. Tudo avançou muito rápido nos últimos anos. Naqueles dias eu estava tão envolvido com o trabalho da Ação Penal 470 que nem pude preparar meu voto. Mas foi uma vitória por unanimidade e hoje temos sido procurados por estudiosos internacionais, todos os ministros, para falar desse avanço que houve no Brasil.

Um dos assessores, sentado numa poltrona lateral, era Sílvio José Albuquerque e Silva, diplomata que tem uma história de ascensão notável. O avô, estivador, educou todos os filhos em Niterói. O pai, médico ginecologista, não conseguiu fazer carreira na cidade e foi para São Gonçalo. Um dia, ao sair de um plantão com o jaleco sujo de sangue, foi preso. Um negro com sangue na roupa só podia ser bandido, pensou-se na polícia. O filho dedicou a parte inicial da sua carreira de diplomata a estudar a posição brasileira nas conferências da ONU contra o racismo. No seu livro *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo*, Sílvio José compila as espantosas definições do Brasil feitas no passado pelo Itamaraty, como o de sermos “o primeiro país da verdadeira democracia racial”, na declaração do então ministro Juracy Magalhães, em 1966. Ele sustentou perante o mundo que nosso exemplo deveria ser seguido, alheio ao fato de pertencer a uma diplomacia integralmente branca. Nas duas décadas seguintes, o país continuou negando sua realidade. Em um dos documentos elogia-se a integração racial brasileira que teria sido “fruto de quatro séculos de desenvolvimento”. Nenhuma palavra sobre o fato de que em três desses quatro séculos vivemos sob a mais odiosa das divisões raciais, a escravidão negra. “Não há qualquer privilégio ou sentimento de isolamento ou frustração entre

os brasileiros”, afirmou em outro documento dos anos 1970, negando-se a apresentar as estatísticas do país ao mundo. Essa posição de espantosa alienação só foi revista em 1995, quando, pela primeira vez, o governo admitiu na ONU: “Os dados revelam que existe uma correlação e estratificação social no Brasil, que há uma desigualdade que opera contra os não brancos”.

Só a democracia foi capaz de iniciar esse debate, que continuará nos próximos anos. Mas, naquela sala onde eu estava conversando com o ministro Joaquim Barbosa, pensei no enorme passo já dado pelo país. O secretário de imprensa era Wellington Silva, impecavelmente vestido como sua mãe o aconselhava na infância:

— Você é preto, meu filho, ande sempre bem-arrumadinho.

Isso não o impediu de viver muitas situações de discriminação na escola.

O sucessor de Joaquim foi Ricardo Lewandowski, branco a não mais poder. Foi dele o voto que considerou constitucionais as cotas raciais. A democracia brasileira trará vários rostos novos para o poder. O futuro será de mais diversidade de gênero e cor. O país está mudando e novas surpresas virão. Ditadura também tem surpresas, só que nunca são boas. Permitam-me falar do passado para valorizar o presente num país em que a vasta maioria da população não viu os piores momentos da última ditadura.

Em 20 de janeiro de 1971, o empresário, engenheiro e ex-deputado Rubens Paiva saiu para fazer uma caminhada na praia. Era bem-sucedido em todas as áreas: pessoal, financeira e profissional. Entrara na política como líder estudantil, lutando na histórica campanha do Petróleo é Nosso, nos anos 1950. Elegeu-se parlamentar e comandou uma CPI que descobriu provas de dinheiro americano no financiamento à conspiração para um golpe no Brasil nos primeiros anos de 1960. Quando os conspiradores tiveram sucesso, com o golpe militar de 1964, ele entrou na primeira lista de cassados, a do Ato Institucional nº 1. Seu plano naquele feriado era passar o dia com a mulher, Eunice, e quatro dos cinco filhos que estavam no Rio na sua bela casa na Delfim Moreira, no Leblon. Foi surpreendido pelos militares da Aeronáutica, que invadiram sua

residência e o levaram para a Força Aérea e de lá para o Exército. A mulher e sua filha Eliana, de 15 anos, foram presas depois. O Exército sempre se negou a dar informações. Em 2012, a família do coronel Júlio Miguel Molina Dias, morto em Canoas, Rio Grande do Sul, entregou à polícia papéis da entrada de Rubens Beyrodt Paiva no setor de Repressão Política, o DOI-Codi, do I Exército. Os documentos estavam em poder do coronel. Ficou claro, mais uma vez, que o Exército sonegara a palavra que devia, e ainda deve ao país, sobre esse e tantos outros casos.

Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog chegou de manhã ao II Exército em São Paulo, atendendo a uma ordem para prestar esclarecimentos. Ele era diretor de Jornalismo da TV Cultura. Na noite anterior, policiais haviam ido a seu local de trabalho para prendê-lo e ele pediu que a prisão fosse adiada; ele colocaria o jornal da TV pública no ar e, no dia seguinte, se apresentaria. Ele foi. Herzog entrou, e não saiu. Foi assassinado algumas horas depois de pisar nas instalações do Exército. Vlado Herzog também nasceu num país distante que agora nem existe mais: a Iugoslávia. Seus pais fugiram da pequena cidade de Banja Luka para escapar da perseguição nazista aos judeus. E ele morreu aqui, aos 38 anos, fulminado pelo regime ditatorial.

Todas essas histórias fortes, dos mortos e dos vivos, contam que o país vem fazendo várias travessias. Da ditadura para a democracia. De país que discrimina negros e mulheres para nação na qual eles podem almejar o poder. De país das surpresas dramáticas para o das boas novidades. E elas não acabaram.

Nas vésperas da posse de Joaquim Barbosa, havia dúvidas se a presidente Dilma iria à cerimônia. Afinal, Barbosa fora o implacável juiz que condenara alguns dos companheiros de Dilma da época de militância e depois de partido, o PT, a voltar para a cadeia, ainda que dessa vez tenha sido uma prisão que respeitou o devido processo legal. Dilma, porém, compareceu e manteve um ar sisudo. Com sua linguagem corporal atendeu ao sentimento do partido, com sua presença cumpriu o ritual democrático. Quando ela entrou com seu terno preto de gola branca no STF e foi recebida por Joaquim, já de toga, a cena era a de um país que quebra paradigmas. A primeira

mulher a exercer a Presidência da República estava chegando para a posse do primeiro negro a assumir a chefia do Judiciário na história do país.

Nove anos antes, Joaquim havia assumido o posto de ministro nomeado pelo então presidente Lula da Silva. No mesmo dia, mais dois ministros tomaram posse: Carlos Ayres Britto e Cezar Pelluso. Lula contou com a vantagem de haver muitas vagas no STF e, no início, soube renová-lo. Teme-se que os novos juízes não sejam tão independentes, porque algumas indicações foram feitas sob medida para que as decisões venham a ser mais benevolentes nos julgamentos de políticos ligados ao grupo no poder. A sociedade estará de olho, pois a democracia exige instituições independentes.

Eu havia conhecido o ministro Joaquim Barbosa anos antes de sua posse, através do amigo comum Wellington Silva. Procurava entender melhor o resultado das ações afirmativas nos Estados Unidos, tema sobre o qual ele escrevera um livro. Quando almocei com os dois num restaurante do Centro do Rio de Janeiro, frequentado por executivos de empresas e de bancos, notei que Joaquim e Wellington eram os únicos clientes negros. Percebi olhares interrogativos, vindos de outras mesas. Um economista não segurou a curiosidade e me abordou no momento em que me levantei:

— Quem são?

A pergunta em si era reveladora de que, para aquele economista, eles eram estrangeiros ao local. No dia da posse de Joaquim no cargo de ministro, constatei a rara presença de negros entre os convidados. Eram poucos e ficaram todos juntos. Quando cheguei ao jantar da cerimônia, notei aquele mar de brancos com uma pequena ilha de negros: eram os convidados do novo ministro.

Nove anos depois, em sua posse como presidente do Supremo, a cor negra já se espalhara. O colorido dos convidados da festa, entre famosos ou não, era notável. A segunda mulher mais procurada pelas câmeras dos fotógrafos e da televisão, depois da presidente da República, era uma negra, de 76 anos, num elegante blazer de renda e saia branca e prata e com os cabelos brancos penteados numa trancinha ao estilo africano: dona Benedita Barbosa, a mãe do presidente. Ela declarou à imprensa que estava “surpresa” de o filho

ter chegado a posto tão alto. Disse que deu a ele “apenas as orações”, porque “o resto ele fez sozinho”. No Brasil onde ela nasceu, e no qual teve seus filhos, aquela trajetória não era previsível. O avanço dos negros é fenômeno que ganhou impulso recente e que está mudando rapidamente a cara do país.

Há poucas fotos de outra mãe que teve o sentimento inverso. No dia 26 de outubro de 1975 dona Zora Herzog acompanhou o trágico enterro do filho que trouxera ao Brasil para fugir de riscos. Quando a nora, Clarice, no dia anterior, fora lhe contar que ele estava preso, ela reagiu profética: “Vão matar o Vlado, vão matar meu filho”.

Algumas das poucas imagens divulgadas na época do velório e enterro do jornalista foram registradas pela fotógrafa Elvira Alegre, do jornal alternativo *Ex*, publicação que teve efêmeros dois anos de vida. O sepultamento foi tão apressado que Clarice precisou garantir, aos gritos, que esperassem dona Zora antes que a terra cobrisse o caixão. Os discursos estavam proibidos, por isso o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audálio Dantas, repetiu apenas versos de Castro Alves: “Senhor Deus dos desgraçados. Dizei-me vós, senhor Deus. Se é mentira, se é verdade, tanto horror perante os céus”. A citação poética foi considerada subversiva e ele, convocado a depor e se explicar. Na redação do *Ex*, as fotos de Elvira ilustraram uma edição especial cuja capa trazia um verso do hino da Independência: “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”. Seus editores foram presos pela ousadia. O jornal logo depois fechou as portas.

Uma ditadura é absurda assim. Por isso conto esses fatos, mesmo num livro sobre o futuro, porque foi exatamente ali, naquele tempo áspero, que foi plantada a semente que colhemos hoje. O país resistiu à ditadura. A história da resistência democrática no Brasil é intensa, vitoriosa, mas também dolorosa. Pessoas fizeram escolhas e pagaram um preço alto por isso. Em alguns casos, foi a pena de morte sem acusação formal, sem processo. Os episódios são variados, as dúvidas são as mesmas. O que moveu as pessoas a correr riscos? O que levou o jovem jornalista de sucesso profissional precoce a se mobilizar contra a ditadura? Ele poderia considerar que seu tributo contra o totalitarismo já fora pago na primeira infância, quando fugiu do

nazismo. Podia dizer que tinha filhos pequenos, Ivo e André. Alegar falta de tempo, por estar com uma carreira ascendente. Poderia ter ficado em Londres, onde seus filhos nasceram quando ele trabalhava na BBC. Só o intangível valor da democracia justifica decisões que a racionalidade rejeitaria.

Rubens Paiva também tinha muitos motivos para ficar em silêncio e não se envolver em nada que colocasse em risco a si, sua família e seus negócios. Cassado aos 34 anos, ele se dedicara à firma de construção que crescia e lhe permitia uma vida abastada com uma casa no endereço mais caro do Rio. A política, no entanto, o inquietava e era tema de conversa dele com os filhos pequenos, com os amigos do governo deposto pelo golpe, com os que tinham ficado no exílio.

“Eu ouvi a noite toda o preso na cela ao meu lado dizer seu nome: Rubens Paiva, Rubens Paiva”, escreveu, num emocionante depoimento, a professora do Colégio Sion Cecília Viveiros de Castro. Em folhas amareladas, com letra bonita de professora, descansa o relato que dona Cecília fez, para si e para a história, dos eventos que viu. Ela havia sido presa com uma carta de um exilado brasileiro no Chile que deveria ser entregue em um determinado endereço. Ela não sabia, mas era a casa de Rubens Paiva. Cecília foi presa na chegada e levada para a Força Aérea. Também foi transferida para a PE da Barão de Mesquita, na Tijuca, e, assim, ela testemunhou os sinais do crime. A noite à qual ela se refere é a do dia 20 para 21 de janeiro de 1971. Talvez a última da vida do ex-deputado.

Muitos outros foram mortos e velados por pais surpresos com a tragédia que desabava sobre eles. Muitos foram aguardados inutilmente por suas famílias durante anos, num luto em suspenso até entrarem na categoria de “desaparecidos políticos”. Hoje vejo jovens repetindo um bordão da direita de que as vítimas não lutavam pela democracia e sim pelo “comunismo”. Alguns foram, de fato, para partidos comunistas mais ou menos radicais. Eram a única trincheira possível num tempo em que jovens eram encurralados. Uma minoria deles jamais se curou do autoritarismo presente naquelas organizações. Mas gostaria muito que os jovens entendessem que aquele era um tempo com poucas escolhas. Um tempo extremo. E o

silêncio diante do arbítrio era a pior decisão.

Brasileiros se mobilizaram de forma insistente contra a ordem autoritária que governou o Brasil por 21 anos. Da solidão de cada prisioneiro em sua cela aos 8 mil que foram em protesto à Catedral da Sé no culto ecumênico por Vladimir Herzog e aos milhões que saíram às ruas pedindo eleições diretas em 1984, o Brasil sempre disse, com convicção cada vez mais forte, que queria a volta da democracia. E dessa vez para sempre. Com ações ou apenas palavras, os brasileiros resistiram. O país teve heróis e líderes nessa travessia. Um desses líderes, o deputado Ulysses Guimarães, resumiu o sentimento geral ao promulgar a Constituição que tinha em mãos, em 1988: “Temos ódio à ditadura; ódio e nojo”.

Foi uma saga, essa também, conquistar instituições democráticas. E não apenas no período do regime militar, mas em outros surtos autoritários, como nos conta em *Memórias do cárcere* Graciliano Ramos, punido com prisão no antigo presídio da Ilha Grande por resistir à ditadura de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945. Ao fim do Estado Novo, no entanto, o país não havia consolidado a opção pela democracia. Entre 1945 e 1964, houve várias tentativas de golpe, levantes militares, como os de Aragarças e Jacareacanga, e a própria sociedade mandava sinais ambíguos, até chegar ao pedido explícito de um novo período autoritário.

O apoio civil aos militares que tomaram o poder em 1964 se dissolveu nos primeiros anos. A resistência foi se formando e o regime endurecendo. Das grandes passeatas estudantis de 1968 ao ato solitário e anônimo de sair no meio da noite para escrever em algum muro o simples lema “Abaixo a ditadura”, tudo era resistência. “Não existem linotipos? Não existem rotativas? Que importa, meu companheiro? Há sempre uma mão ativa pegando o giz ou o pincel. E há muros pela cidade, se nos negarem papel”, escreveu o ator e militante Mário Lago. O poema e retratos da resistência gráfica estão num dos livros publicados pelo Instituto Vladimir Herzog. Com livros, filmes, DVDs, republicação de jornais alternativos, material didático e exposições, o instituto tem dado vida a uma história que poderia não chegar às gerações mais jovens. O que seria um risco.

Clarice, a viúva de Herzog, permaneceu firme ao lado dos que

buscaram a redemocratização. Foi lembrada no belo hino pela anistia composto por João Bosco e Aldyr Blanc, e magistralmente cantado por Elis Regina, no verso: “Choram marias e clarices”. Ela chorou, mas fez mais. Entrou na aliança para modernizar o Brasil em todas as áreas. Ivo, o filho mais velho, tinha apenas nove anos quando o pai morreu. Hoje comanda o instituto, que tem feito o resgate do passado, e atua em diversas frentes da luta pelo avanço dos direitos humanos no Brasil.

Eunice, que ficou viúva de Rubens Paiva aos 41 anos, com cinco filhos, fez faculdade de direito e integrou várias campanhas pela democracia. Uma delas, a da anistia, foi movimento que começou tímido e virou uma onda que sacudiu o Brasil. Num dos cartazes do Comitê Brasileiro pela Anistia, recuperados em livro sobre a resistência publicado pelo Instituto Vladimir Herzog, versos de Drummond: “Quero-te alta e perfeita e não uma baixinha anistia... Quero que voes. Com asas te imagino, sobre desencontros e mesquinhezas dos pobres intérpretes da tua grandeza luminosa”. Em 1979, um cartaz comemorou a vitória com uma única palavra: “Chegaram”.

A luta, porém, não termina nunca. Como disse, é da natureza da democracia ser um processo que se aperfeiçoa continuamente, em evolução permanente, uma roda-viva. O saldo dos últimos anos é positivo e há novas etapas a serem cumpridas nessa tarefa. Sete meses após a abertura da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012 para apurar as violações de direitos humanos na ditadura, alguns dos seus integrantes foram para o primeiro encontro com os comandantes de Marinha, Aeronáutica, Exército e Estado-Maior das Forças Armadas. Era um almoço e o ambiente estava tenso. Foi entendida como um quebra-gelo a pergunta do brigadeiro Juniti Saito cuja resposta todos sabiam.

— A senhora foi advogada de presos políticos, não foi? — perguntou a Rosa Cardoso, que defendeu ninguém menos que Dilma Rousseff.

— Sim, fui.

— A senhora deve conhecer meu cunhado, irmão da minha mulher, Vera Regina, que também foi advogado de presos políticos

na mesma época.

Aquele início de conversa poderia ser entendido como um recado de que era chegado o tempo em que os militares reconheceriam os erros cometidos pelas Forças Armadas durante a ditadura. Mas a conversa que começou amena logo ficou tensa para mostrar que a divisão permanece.

O ex-procurador da República Claudio Fontelles, amigo de Honestino Guimarães, líder estudantil brasiliense e um dos desaparecidos políticos, coordenava a reunião. A Comissão da Verdade solicitou acesso aos documentos das Forças Armadas e o comandante do Exército pediu que eles fossem mais específicos, menos genéricos. A Força Aérea já havia enviado 50 mil documentos para o Arquivo Nacional. O Exército e a Marinha continuavam dizendo que tudo havia sido queimado. Um dos integrantes da comissão argumentou que as Forças Armadas hoje não têm que defender o que foi feito no passado, por terem se renovado e estarem cumprindo outro papel na sociedade brasileira. Foi quando um dos comandantes fez uma declaração que esclareceu um velho mistério do Brasil: o que impede as Forças Armadas de renegarem esse momento da sua história?

— No dia em que eu perder o apoio da reserva, eu perco a autoridade — disse o comandante.

Nos clubes militares estão os ex-chefes dos atuais oficiais das Forças Armadas. Todos da ativa bateram algum dia continência para esses que, da reserva, constroem seus ex-comandados. O relatório da Comissão da Verdade divulgado em dezembro de 2014 relacionou os mortos, os desaparecidos, confirmou torturas dentro de instalações militares. As três Forças, contudo, não reconheceram o erro. O poder civil não teve a força, ou a coragem, de submeter a eles o fundamental passo do pedido de desculpas ao país. Não para humilhar as Forças Armadas, mas porque é assim que se rompe com o passado. Entre oficiais de hoje, que nada têm a ver com aquele passado, há alguns que ainda pensam como se pensava durante a ditadura.

• • •

O Brasil tem evoluído, mas o passado carrega avisos que não podemos ignorar. No primeiro século da República, houve 41 anos de governo oligárquico, 29 anos de dois regimes ditatoriais, vários levantes militares e ameaças de golpe. Esse destino de democracia interrompida foi sepultado. O curioso é que o voto quase sempre esteve presente na vida política brasileira. Há quase 200 anos se vota no Brasil. Desde o Império, os cidadãos são chamados para escolher representantes, com a única exceção da Carta de 1937, de Getúlio Vargas, que eliminou esse direito.

O cientista político Jairo Nicolau é especialista em história do voto no Brasil e traça uma trajetória animadora. Ao longo desses quase dois séculos, desde a Independência, o eleitorado sempre se ampliou, mesmo na ditadura militar. Aliás, Nicolau conta, em *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*, que as estatísticas das eleições eram mais organizadas na ditadura do que nos primeiros anos após a democratização. Tudo muito bem documentado, entretanto não se votava para governador, prefeito de capital nem presidente. Não há dados sólidos da estatística do voto em quase 100 anos, do Império ao fim da Primeira República, afirma Nicolau na versão de seu livro lançada em 2012. Quando há números, eles são regionais e não nacionais. Sabe-se, porém, que, no início, a permissão para votar abrangia apenas alguns cidadãos.

A partir de 1946, o Tribunal Superior Eleitoral passou a coletar as informações de maneira centralizada e elas mostram um salto animador. O percentual de adultos que compõem o eleitorado vai de 26% em 1946 para 78% em 2010. O comparecimento como percentual de adultos vai de 31% a 95%. A linha do tempo que ele exhibe em seu livro não deixa dúvidas de que a tendência tem sido a de incluir sempre mais brasileiros entre os que são convocados a depositar seus desejos nas urnas. A Constituinte de 1988 permitiu o voto dos analfabetos e dos jovens entre 16 e 18 anos, alargando o eleitorado que no Império estava restrito a proprietários e que, na República, esteve limitado aos homens até 1932.

O importante não é apenas o direito de voto, mas como ele é exercido. No clássico *Coronelismo, enxada e voto*, o jurista, cientista político e jornalista Victor Nunes Leal faz um exato retrato do velho Brasil. Logo na primeira linha das palavras introdutórias, o estudo já diz a que veio: “O fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado ‘coronelismo’”. A obra foi escrita em 1949, em período democrático, com dados do Censo de 1940, do Censo Agrícola e do cadastramento eleitoral de 1945, e mostrou um quadro em que uma minoria exercia um poder exorbitante sobre a massa dos brasileiros. O Brasil era ainda um país com maioria morando no campo, e os fazendeiros com mais de 200 hectares, que controlavam o voto na área rural do Brasil, correspondiam a somente 2% da população. Eles estabeleceram com os eleitores a relação ambígua de opressão e distribuição de benesses. Eram os coronéis a fonte do bem e do mal.

O autor descreve o passado, mas faz alertas para os tempos atuais. “Não se pode reduzir o ‘coronelismo’ à simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. O coronelismo pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do seu conteúdo residual. Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para a conceituação do coronelismo: esse sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados. (...) É preciso, pois, descobrir a espécie de fragilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso coronelista”, ensina Victor Nunes Leal.

Os coronéis não eram poderosos apenas pelo que possuíam, mas também porque recebiam favores do Estado. Está aí um velho e tinoso problema: a apropriação do que é coletivo por grupos privados. A relação de dependência mútua entre o setor privado e o setor público revela a fraqueza de ambos e mina a democracia. Esse é um vírus resistente e mutante. Ele muda para ficar. Em certas decisões do governo na economia de hoje, e em certas aberrações da política, o que se vê é a mesma relação promíscua e circular. Grandes grupos tiram proveito do Estado e financiam partidos políticos na

tentativa de controlar o governo. É assustador reconhecer num livro escrito em 1949 traços da cena política atual.

Na campanha presidencial de 2014, houve momentos em que o marketing apresentava as novas políticas de transferência de renda, que foram desenvolvidas em governos diferentes, como benemerência do PT. O partido, disputando a reeleição, assustou os pobres com propagandas em que vinculava a existência do benefício à vitória do governo. Essa estratégia de marketing foi um retrocesso na política social. O programa de “bolsas” foi iniciado para que o país evoluísse do clientelismo paternalista, que aprisionou o voto dos pobres no passado, para a ideia moderna do cidadão, portador de direitos. Se um benefício social vira propriedade partidária, o Brasil está voltando no tempo.

Contudo, o salto que o Brasil já deu é imenso. As fraudes do voto que alimentavam aquele velho modelo hoje estão praticamente extintas com a ajuda da tecnologia da urna eletrônica, da qual o país tem sabido tirar o maior e mais rápido proveito. Inúmeros defeitos permanecem, no entanto, em nossa democracia. Sobre isso, os especialistas e os cidadãos de forma geral se dividem entre os que acham que há o remédio universal — uma reforma política — e os que defendem que o país vai melhorando por ganhos sucessivos, como o que ocorreu com a sanção da Lei da Ficha Limpa, em 2010. A lei, que nasceu de uma iniciativa popular, prevê a ilegitimidade de candidatos que tenham sido condenados pela Justiça.

Nos próximos anos, o Brasil vai cumprir sua lista de tarefas para aprimorar a democracia. Como em outros avanços, não haverá uma reforma moralizadora da política que seja única e definitiva. Haverá um processo constante para fortalecer a hoje abalada confiança do cidadão no sistema político conforme ele foi constituído na atual fase da República. Uma das tendências será a incorporação das novas tecnologias no sistema de consulta à vontade do eleitor. Da urna eletrônica, há anos implantada, ao controle biométrico da identidade, se evoluirá para formas virtuais de enviar a vontade de cada cidadão aos computadores centrais da Justiça Eleitoral. Isso pode substituir o comparecimento físico às seções e zonas. Será travado o debate sobre o voto obrigatório. O financiamento das campanhas será mais

transparente porque a conectividade permitirá plataformas cada vez mais amigáveis para se acompanhar a vida dos parlamentares e governantes. Os constantes traumas dos escândalos de corrupção dos últimos tempos farão a sociedade usar as ferramentas digitais para controlar os governantes.

A discussão sobre o financiamento das campanhas continuará presente e não tem solução fácil. O problema não reside na presença do dinheiro privado, mas na transparência das doações. O risco é proibir o financiamento das empresas como quem tira o sofá da sala, porque o dinheiro que alimenta a corrupção não é o declarado, é o clandestino, que se distribui através de “operadores” dos partidos, que recebem comissões ilegais cobradas em contratos com empresas e órgãos públicos. Há os que defendem que o financiamento público de campanha, apesar de elevar o gasto do Tesouro, é importante porque define um limite de despesas. O partido que gastar mais estará confessando ter recebido dinheiro de outra origem. Ora, isso pode ser burlado com a subdeclaração dos custos. Não há panaceia. O ideal é aumentar a informação e a ligação do cidadão aos seus representantes.

O Brasil tem muitos partidos. Leis que impeçam a existência dos pequenos vão barrar legendas de aluguel, mas podem acabar impedindo o aparecimento de novos partidos que se organizam em torno de causas e ideias. Nada é trivial. E o país parece piorar em alguns momentos. Em 2013, dois partidos vazios de significado foram aprovados pela Justiça Eleitoral, e o único que nasceu com ideias, propostas, militância e mobilização — o Rede Sustentabilidade — foi barrado por questões burocráticas. Há muito tempo o Brasil escolheu ter múltiplos partidos e formar alianças. O presidencialismo de coalizão — definição do cientista político Sérgio Abranches — é o modelo que se formou no período democrático de 1945 a 1964 e foi aprofundado na Nova República. Há quem confunda a definição técnica com as distorções que têm surgido na negociação e manutenção das alianças de governo. O modelo brasileiro já enraizado é pluripartidário, o que leva à necessidade de coalizões de governo. Nem a ditadura conseguiu acabar com os vários partidos — os militares os extinguiram, criaram duas legendas e tiveram que se

curvar às sublegendas. O problema é a excessiva fragmentação atual.

A experiência do Brasil nos últimos anos foi traumática, o que faz com que muita gente entenda, com razão, a formação de aliança como barganha por cargos e nacos do Orçamento. O governo Lula, que assumiu em 2003 depois de uma campanha arrebatadora, para enfrentar os primeiros impasses no Congresso optou pela prática que foi desvendada depois no processo do mensalão. Os fatos apurados pela investigação da Polícia Federal, pelo Ministério Público e pela CPI no Congresso apontaram velhos problemas, como o uso dos recursos públicos para atender a interesses privados que, por sua vez, financiam partidos no poder. As lições da Ação Penal 470 são ricas. É preciso refletir sobre elas. Lula foi um presidente popular que se reelegeu depois que o escândalo estourou. Elegeu sua sucessora enquanto o processo continuava a correr pela Suprema Corte. Pesquisa da *Folha de S.Paulo* revelou, no início do julgamento, que a maioria queria a condenação. Como explicar essa contradição?

Era a indicação de que o país rejeitava a prática denunciada pela Ação, mas aprovava, naquele momento, a gestão do Partido dos Trabalhadores. Isso mostra que o eleitorado rejeita a visão maniqueísta de que todo o mal está concentrado num partido. O PT sustentou em duas décadas de campanha possuir o monopólio da ética, enquanto acusava os concorrentes de serem depositários dos erros. Ele fortaleceu o maniqueísmo. A verdade se estabeleceu com a sucessão de escândalos em que o partido elevou a novo patamar o nível de corrupção no Brasil.

Ex-procurador da República, Roberto Gurgel avalia que o escândalo do mensalão não foi inédito. O que o tornou diferente foi sua escala.

— Eu acho que um diferencial entre esse caso e vários outros foi dado pelos próprios envolvidos. Eles agiram de uma maneira tão arrogante, com tanta desfaçatez, que facilitou a prova de tudo. O PT fez de uma forma escancarada e isso permitiu que houvesse um volume de provas que é difícil obter. E sem Roberto Jefferson [deputado que denunciou o esquema em que ele próprio estava envolvido e depois foi condenado] não sei se no momento posterior apareceria tudo.

A CPI, as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público e depois o relatório bem-organizado de Joaquim Barbosa permitiram ao país entender a urdidura completa. A trama unia bancos com interesses em favores do governo, publicitários e fornecedores de empresas públicas numa engenharia financeira que transformava o sobrepreço cobrado de serviços públicos em dinheiro distribuído a parlamentares. Entender o mensalão permitiu até a imprensa cobrir melhor os escândalos.

O então governador José Roberto Arruda, do DEM, foi deposto e preso em 2010, após a imprensa divulgar vídeos em que ele recebia dinheiro do seu chefe de gabinete. Outros vídeos indicaram que aquele gabinete havia se transformado num centro distribuidor de propinas aos deputados da capital. Em 2014, ele tentou voltar à política e não conseguiu. No caso conhecido como “mensalão mineiro” quem ficou na berlinda foi o PSBD: na reeleição do ex-governador tucano Eduardo Azeredo foram usados contratos com órgãos públicos para pagar contas de campanha, numa prévia do esquema que o PT executaria depois. Azeredo utilizou a mesma empresa de publicidade e o mesmo banco para fazer os mesmos desvios.

Em 2014, explodiu o escândalo que se revelaria maior que os outros. No comando da Petrobras, diretores promovidos por influência de partidos da base aliada do governo, principalmente PT e PMDB, cobravam propina de todos os fornecedores da estatal.

Quando os réus do mensalão foram julgados, muita gente acreditou que sua condenação mudaria as práticas no Brasil. Os fatos revelados pela Operação Lava-Jato, nome da investigação conduzida pela Polícia Federal para apurar as denúncias de corrupção na estatal, mostraram, no entanto, que, enquanto um escândalo estava sendo investigado, a Petrobras virava a nova fronteira de expropriação de recursos públicos para os partidos do governo. E dessa vez a corrupção foi a águas mais profundas.

Nossos traumas recentes ensinaram que é fundamental construir mecanismos de controle e transparência. Esses escândalos, juntos, são tão absurdos que acabarão sendo um divisor de águas. Nos dias do julgamento do mensalão o ex-ministro José Dirceu comandou eventos

em que propunha “o julgamento do julgamento”, notas do PT acusavam o Supremo e o ex-presidente Lula fez parte do coro de que se tratava de um julgamento político. Todo o inútil esforço era para misturar o passado de militância dos condenados com seu presente. A resistência à ditadura não era uma permissão para delitos; a condenação naquele momento não apagava os méritos de antes. Essa confusão eles tentaram deliberadamente manter durante todo o tempo. Com o punho esquerdo para o alto, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoíno se apresentaram no dia da decretação da sua prisão, 15 de novembro de 2013. Declararam-se presos políticos na mais esquisita interpretação dos fatos. Presos políticos no governo do seu próprio partido e que os apoiava. Era pura figuração.

A maioria entendeu que eles encenavam uma farsa. Apenas algumas dezenas de militantes foram aplaudi-los em seu teatro. Durante os oito anos que durou o processo, tivemos três procuradores da República, todos indicados por presidentes do PT. Treze ministros votaram em diferentes fases do processo — porque dois se aposentaram por idade e foram substituídos — e dez foram indicados por governos do Partido dos Trabalhadores. Portanto, o que houve na Ação Penal 470, que condenou o chamado mensalão, foi um julgamento que cumpriu todas as etapas processuais legais do estado de direito, deu amplo direito de defesa aos acusados e os condenou por corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha, peculato e desvio de dinheiro público.

“A lei só vale para o PT?”, perguntou o ex-presidente Lula quando seus companheiros foram presos. Ele, que em 2005 havia dito que o que o PT fizera era feito “sistematicamente” neste país e depois afirmou que fora traído porque nada sabia. Novos escândalos têm surgido, como o da formação de cartel no fornecimento para metrô em São Paulo, que atingiu diferentes governos do PSBD. Outros certamente surgirão, mas o do mensalão do PT quebrou um paradigma por sua dimensão e por condenar os responsáveis e levá-los à prisão.

Outro teste de fogo passou a ser vivido quando teve início no Paraná uma investigação sobre doleiros, no começo de 2014. Um ano

depois ela já havia se transformado na mais profunda revelação sobre o modelo promíscuo de negócios que se instalara entre a maior empresa do país, a Petrobras, as empreiteiras e os fornecedores. Um trabalho técnico e cooperativo entre a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça produziu um salto no esforço da sociedade brasileira de combater a corrupção. O ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef, entre outros, foram levados à delação premiada. O julgamento do mensalão mostrou que era possível investigar e punir. A chamada Operação Lava-Jato revela que é possível ir mais fundo na descoberta de negócios ilícitos nesse triângulo: empresas estatais-fornecedores privados-partidos políticos.

Tudo é um aprendizado, e combater a corrupção também tem sido. Só uma democracia forte em que as instituições funcionam de forma independente consegue fazer o que o Brasil tem feito. Para se chegar a esse resultado foi necessário que os Poderes funcionassem com independência.

— Há vários aspectos de grande importância no mensalão — afirmou na época do julgamento Roberto Gurgel, responsável pelo processo e pela sustentação da peça acusatória da Ação Penal 470 diante do STF. — O primeiro foi a capacidade de uma instituição do Estado, no caso o Ministério Público, iniciar uma investigação e depois transformá-la em ação penal, envolvendo algumas das figuras mais poderosas do partido do governo. Houve o auxílio importante da Polícia Federal, que investigou e, em outra área de trabalho, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

As instituições fizeram o seu trabalho de forma correta a partir da denúncia do ex-deputado Roberto Jefferson, em junho de 2005. Os ministros do Supremo discutiram, debateram, divergiram, mas condenaram os réus, que eram ex-integrantes ou ex-fornecedores do governo que havia indicado a maioria deles.

Mesmo passando bem por essa incrível prova de fogo, a democracia brasileira não satisfaz. Em junho de 2013, milhões de pessoas saíram às ruas em diversas cidades do país em mobilização organizada pela mídia social. O que a população disse no primeiro e mais espontâneo momento das manifestações é que não queria os

políticos, nem qualquer partido. Esse é o ponto-chave para entender a atualidade e pensar no futuro. Há um desencanto generalizado no mundo com a democracia porque ela não tem sido eficaz na identificação e na solução dos novos problemas que afligem grande parte da sociedade e requerem soluções novas. Esse desencanto não é apenas brasileiro. É o que se pode notar em alguns movimentos que surgem tanto em regimes autoritários quanto em países democráticos, como a Espanha. Em vários casos, segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells, os movimentos já existiam e se conectaram pela internet, e foi essa ligação que detonou as grandes manifestações.

Nossa democracia é tão jovem que a insatisfação com os políticos é apresentada, às vezes, como coisa nossa. O mundo é um desencanto só. Todos querem aprofundar sua democracia, têm dificuldades de ver nos políticos os seus representantes e acham que o mundo da política envelheceu. Esse é o desafio que terá de ser enfrentado pelos regimes abertos.

Em março de 2015, quando a Lava-Jato completava um ano, eu conversei, no Rio, com o juiz federal Sérgio Moro, à frente do caso. E fui ao Paraná entrevistar o coordenador da Força-Tarefa do Ministério Público Federal, Deltan Dallagnol, que conduzia a gigantesca operação de combate à corrupção. Os dois demonstraram ter as qualidades indispensáveis a um país que quer enfrentar um problema que parece insolúvel. Estão preparados tecnicamente e têm noção de que nada se faz pela vontade de uma pessoa, mas através da cooperação de instituições.

Deltan tinha na época 33 anos. Pelo conhecimento adquirido no seu mestrado em Harvard, nos Estados Unidos, e nos casos em que já havia atuado, ele sabia a técnica de combate aos crimes financeiros que havia funcionado em outros países. O Brasil estava dividido num FLA × FLU partidário, como se a briga fosse entre o PT e o PSBD. Nas duas horas que conversamos sobre o tema, ele nem falou em partidos. Estava fascinado pelo conjunto de medidas que havia sido proposto pelo Ministério Público para enfrentar a questão. Ele estudara casos exemplares, como o de Hong Kong, que saíra, em algumas décadas, de uma corrupção endêmica para o 17º lugar em honestidade no

ranking da Transparência Internacional. A ideia com que o Ministério Público trabalha é a de que, com o aumento da punição, a aliança entre instituições da República e o apoio da opinião pública, o país conseguirá avançar. O Brasil estava, à época, no 69º lugar no ranking da Transparência Internacional.

— A corrupção virou um modelo de negócios no Brasil e é isso que precisa ser entendido. Não é correto achar que apenas uma pessoa se corrompeu. É preciso saber como isso se tornou possível. Se considerarmos que foi uma pessoa só, então é uma maçã podre num cesto de frutas boas. É mais amplo que isso. Em Hong Kong houve um avanço extraordinário porque eles criaram os pilares para combater o problema, mudando leis, fazendo campanhas, aumentando a punição.

Deltan disse que “a corrupção tem cura”. E defendeu a tese de que se houvesse mais punição para ela o país teria mais chances de vencer o mal.

— A corrupção é um crime racional, não é passional. Quem o comete avalia custos e benefícios. Então temos que elevar os custos — disse ele, acrescentando que tinha esperanças porque avanços já aconteceram em outros países, e a operação que comandava no Ministério Público era uma janela de oportunidades.

O juiz Sérgio Moro, na época com 42 anos, mostrava que na primeira instância também pode haver decisões emblemáticas no combate à corrupção. Ele foi premiado com o título de Personalidade do Ano de 2014 pelo jornal *O Globo*. Chegou para receber o prêmio exatamente na semana seguinte às manifestações de 15 de março de 2015 contra o governo Dilma e contra a corrupção. Moro se disse constrangido porque “nada disso é trabalho de um homem só”. Não se deixou influenciar pelas palmas. Lembrou, de forma serena, que era uma ação em andamento e que nada podia prometer, a não ser executar, com o zelo de um juiz, a sua missão: julgar segundo os autos, as provas, e atento ao direito dos acusados. O que ele dizia parecia simples, mas era muito para um país onde pessoas sempre foram tratadas diferentemente diante da lei, dependendo do seu poder e influência. Moro dizia que nada prometia, do seu discurso,

porém, se extraía que ele acreditava no principal: o império da lei.

Como outras lutas, essa também será longa, no entanto o Brasil veio capacitando pessoas dentro das instituições para buscar esse novo objetivo nacional que é o de redução da corrupção. Uma nova política e uma nova economia poderão surgir do sucesso desse processo em andamento. Para isso, a política tradicional precisará estar cada dia mais no espaço virtual para manter o diálogo entre representantes e representados. A internet como canal de expressão pareceu, anos atrás, uma nova e livre janela da conversação. Hoje sabemos o suficiente para não sermos ingênuos. Os governos, os lobbies, as grandes empresas podem manipular o diálogo utilizando-se das mais variadas formas e técnicas. De todo modo, a democracia não poderá deixar de considerar a mídia social parte do diálogo político.

• • •

O Brasil vive o extremo paradoxo de nunca ter tido uma democracia tão forte quanto agora. Não há mais a ameaça dos surtos autoritários e o Judiciário consegue condenar condestáveis do grupo que está no poder. Ao mesmo tempo, a população insatisfeita vai às ruas em protesto. Antes que as multidões de junho de 2013 fossem dispersadas por grupos mais radicais e pela truculência da polícia, o que ficou claro é que há um sentimento difuso de insatisfação na vida política do país. Isso alimentou as manifestações de 2015 contra o governo Dilma e a corrupção na Petrobras e será combustível para ajustes inevitáveis do sistema político. A punição dos corruptos e o fim do hábito de que os poderosos estão blindados são etapas importantes, mas não suficientes. A transparência é um poderoso antídoto para novos escândalos.

As manifestações de junho de 2013 não mudaram as eleições de 2014 nem o mensalão impediu o escândalo da Petrobras. Como acreditar que estamos em progresso? Um jovem jornalista, que cobria o caso Lava-Jato, se definiu para mim como um cético.

— Estou vendo tanta sujeira que já não acho possível vencer. Não sei como dizer isso às pessoas, por isso eu apenas relato os fatos. Não quero emitir opinião, porque virei um cético.

É doloroso ouvir isso de um jovem, mas entendo que os mais novos pensem assim. Eles não viveram os momentos em que a minha geração achou impossível vencer a ditadura. Não se afligiram, nos fracassos dos planos econômicos, com a ideia de que jamais teríamos uma moeda estável. O ceticismo desse meu colega mais jovem talvez faça dele um lutador racional. Esses são os melhores. Talvez ele veja a aurora que eu posso não ter tempo de ver. A nova era da política mais limpa será uma longa e lenta construção de mecanismos protetores dos cidadãos. Tivemos um presidente que disse que com um tiro acabaria com a hiperinflação. Fracassou. Não haverá um tiro contra a corrupção. Mas estamos no caminho certo. Não será por salvacionismos nem atalhos autoritários; a vitória será lentamente conquistada pelas instituições democráticas e dentro do império da lei.

Hoje já funcionam ONGs especializadas em vasculhar orçamentos, contratos e tributos, e isso começa a ser acompanhado com a ajuda da internet. O Tribunal de Contas da União, apesar de ter ministros nomeados por políticos, criou uma burocracia eficaz. O Ministério Público tem poderes e independência. Em várias áreas do setor público há pessoas trabalhando por maior transparência, pois, na democracia, o cidadão tem que saber como os impostos são cobrados e como são gastos. Os próximos anos verão nascer ferramentas cada vez mais poderosas, nas quais a sociedade buscará a informação a que tem direito.

O sistema descrito por Victor Nunes Leal, da relação promíscua entre grupos de interesse e recursos do Estado, continua existindo na distribuição desigual do dinheiro público. É o “patrimonialismo”, segundo Raymundo Faoro. Os subsídios e as isenções para grandes empresas custam muito mais do que as políticas para os mais pobres. Tornar transparente cada escolha feita com o dinheiro do cidadão é uma fronteira pela qual a democracia vai avançar, agora com a ajuda da tecnologia da informação. A conectividade vai obrigar o cotidiano da política a se atualizar e se adaptar a uma sociedade que viverá em

rede.

O país passará por reformas políticas. Não uma. Várias. Não há uma reforma que acabe com todos os defeitos da democracia brasileira. Sequer há uma democracia que possa se chamar de perfeita. Várias questões terão que ser enfrentadas; algumas mais complexas, outras bem simples.

É claro que a figura do suplente de senador precisa acabar, já que recria, em plena democracia, a distorção do representante sem voto. Na legislatura que terminou em 2014, houve momentos em que 20% dos senadores jamais tinham recebido um voto. É aberração. Há formas de mudar isso. Basta, por exemplo, permitir ao mais votado, que ficou sem mandato, que ocupe a representação em caso de impedimento. Como na Câmara dos Deputados. Nos governos, a Justiça Eleitoral está preparada para rapidamente fazer novas eleições locais. Nos Estados Unidos convocam-se eleições avulsas para substituir o senador que se aposenta, morre ou fica impedido de exercer o cargo.

O país vai debater intensamente a sua democracia nos próximos anos. E tomará decisões para aperfeiçoá-la. O esgotamento do modelo atual ficou claro recentemente. Porém, isso não quer dizer que a democracia está em risco. É exatamente o oposto. O modelo de governança tem deficiências graves, já a democracia, em si, é consenso. O trabalho incessante dos próximos anos e décadas será o de mudar tanto o sistema eleitoral quanto o político para aumentar a confiança do cidadão na democracia. Cada remédio proposto terá defensores e críticos, mas a decisão será tomada de forma aberta.

Os aperfeiçoamentos virão porque a sociedade deseja isso. Por meio da mudança de fórmula de cálculo das sobras dos votos numa eleição, um deputado muito votado não poderia carregar nenhum outro do partido. Isso evitaria a busca do candidato celebridade. Pode-se decretar o fim do representante desconhecido e sem voto que consegue o mandato pelas sobras do supervotado simplesmente com a adoção de um método de cálculo que a ciência política domina.

A reeleição certamente vai continuar em debate. Depois de beneficiar vários partidos que têm governado o Brasil, os estados e os municípios desde 1994, esse sistema já provou que apresenta mais

defeitos que méritos. Qualquer programa de governo pode ter continuidade mesmo que se troque o governante. Qualquer projeto que dependa unicamente de uma pessoa é fraco.

A propaganda eleitoral precisa deixar de ser cênica para ser uma defesa de ideias e projetos, expondo o candidato em carne e osso. E este tem que ser capaz de dizer o que defende e convencer os eleitores com bons argumentos e não truques motivacionais. As imagens cinematográficas e as trucagens de edição, que hoje engolem a parte mais gorda dos orçamentos partidários, seriam substituídas pelo candidato em si, com a sua capacidade de convencimento. Vimos nas eleições de 2014 o auge das distorções que esse processo cria quando a candidata vencedora acusou os adversários de pretender fazer o que ela acabou fazendo tão logo as urnas se fecharam. A propaganda da presidente Dilma mentiu muito em 2014. E foi isso que levou milhões às ruas em 2015 e tornou o começo do seu mandato tão tumultuado.

Uma Justiça Eleitoral mais zelosa evitaria manipulações grosseiras e falsas acusações. Com as mesmas técnicas da publicidade para vender produtos e serviços, o administrador ineficiente pode ser apresentado como grande gerente e o político impopular pode ser visto abraçado, em geral, por figurantes contratados. Mente-se cenograficamente. Os marqueteiros se acham fazedores de reis e cobram cada vez mais alto por seus efeitos especiais. Essa máquina de manipulação, mentiras e criação de mitos sai cara e alimenta a busca por doações ilegais, mas sua pior consequência tem sido desidratar a democracia.

A ressaca desse marketing eleitoral foi tão violenta que talvez provoque um efeito dissuasório nas próximas campanhas. A popularidade da presidente Dilma, reeleita em 2014 com tais técnicas, despencou de maneira vertiginosa e, em março de 2015, já estava com apenas 13% de aprovação. Em cada quatro eleitores de Dilma, apenas um estava satisfeito com o próprio voto. Foi a mais rápida queda de popularidade já vista no Brasil. A maioria da população, em todas as classes sociais, e mesmo entre seus eleitores, dizia que ela havia mentido. Em Minas Gerais há um velho ditado político que diz: “A esperteza quando é demais vira bicho e come o homem”. Talvez

as eleições de 2014 — do marketing de agressivas acusações contra adversários — ensinam aos supostos espertos que o eleitor não quer ser enganado nesse tempo de amadurecimento da nossa democracia.

Diante da queda abrupta da popularidade e de fortes manifestações pedindo seu *impeachment*, a presidente Dilma apresentou o mesmo remédio que havia proposto após as manifestações de 2013: a reforma política. Todos os grupos políticos dizem que são a favor da reforma, mas cada grupo tem um conjunto de ideias na cabeça.

O sistema tem sido proporcional desde sempre no Brasil. Há quem esteja convencido de que o voto distrital criará maior vínculo entre eleitor e representante. Não está provado. Outra proposta controversa é o voto em lista fechada. Seus opositores, entre os quais me incluo, acham que é o caminho para a confirmação das oligarquias dos partidos. Já os que o defendem argumentam que ele fortalece os partidos. O que os tornará mais sólidos será a coerência com valores e ideias. Mas, hoje, até a existência dos partidos como os conhecemos está em discussão.

Os cientistas políticos não têm dúvida de que é preciso uma profunda reformulação no sistema de representação.

— O país tem o sistema mais fragmentado do mundo — afirma Jairo Nicolau.

Ou seja, ninguém tem tantos partidos com presença no Congresso como o Brasil. Virou uma jabuticaba. Isso acabou levando ao grotesco no governo Dilma Rousseff, com seus 39 ministérios.

O mesmo se repete nos estados. Ao fim de seu segundo governo no Rio, Sérgio Cabral se desentendeu com o PT, que era aliado na administração mas não aceitava apoiar o candidato do PMDB, partido do governador. Na madrugada de 25 de janeiro de 2014, o então governador mandou uma mensagem para Washington Quaquá, presidente regional do PT. Avisava que ia demitir os 700 petistas indicados para cargos. Quer dizer que um aliado tinha direito de nomear 700 pessoas em um estado? Que possibilidade tem uma máquina governamental de funcionar com tantos cargos indicados por políticos? O bom senso e a experiência de outras democracias ensinam que é preciso ter uma burocracia estável. Assim, os quadros

políticos poderão dar orientação aos governantes do momento, mas não ocupar toda a máquina pública como um exército invasor fazendo o seu saque.

Tudo o que está dito nos parágrafos acima demanda apenas ajustes ao modelo atual. O fato inexorável é: no horizonte das próximas décadas, a democracia mudará muito mais radicalmente. As transições da tecnologia impactarão também a política. A conectividade será a plataforma da mudança no modo de ouvir e cumprir a vontade do eleitor. Será ainda o veículo para monitorar os governantes.

De todos os setores da vida social, o mais atrasado no uso de tecnologias é a política. A urna eletrônica e a rapidez da contagem dos votos parecem contrariar tal afirmação. O problema é que, assim que acaba a apuração, o Brasil se depara com as velharias do sistema de representação. Usamos técnicas presenciais e manipuladas de audiência pública para dar uma capa de participação popular ao que, na maioria das vezes, é um jogo de cartas marcadas. O mandato dado ao representante é difícil de ser cancelado, mesmo quando a pessoa tem práticas incompatíveis com o cargo. Os acordos entre os Poderes Executivo e Legislativo não têm transparência. Há práticas no Parlamento que são intoleráveis. Mecanismos de consulta podem ser atualizados com as novas tecnologias.

A sociedade já é digital; a política ainda é analógica. O divórcio que se sente hoje entre o representante e o representado pode ser atenuado com as novas ferramentas digitais. Nas próximas décadas, as rupturas tecnológicas terão forte impacto na política. O Congresso não poderá continuar em conchavos intramuros nem o governo encastelado em palácios e burocracias. “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido” é a primeira verdade dos sistemas abertos. Esse fundamento será fortalecido na plataforma digital.

A boa notícia é que estamos desembarcando nesse futuro com uma democracia que se confirmou como valor do povo brasileiro, passando bem por testes complexos. Na maior parte do século passado, a participação dos cidadãos nas decisões do país foi limitada. A democracia venceu no final. No século XXI, os brasileiros vão continuar dedicados à tarefa de torná-la mais forte, ampla, eficiente e

moderna. Esse trabalho não tem fim. Entretanto, a escolha mais decisiva já foi feita pelos brasileiros: a de viver numa sociedade democrática.



O DESAFIO  
DA SAÚDE

A saúde aparece sempre como a maior preocupação dos brasileiros em todas as pesquisas. Com razão. Pela idade da população, os gastos subirão nas próximas décadas e os dilemas ficarão mais agudos. Como enfrentar isso se os recursos já não parecem suficientes? Um dos maiores especialistas no assunto, o economista André Médici, resume: “O Brasil gasta pouco e gasta mal com a saúde”.

Mesmo o país já tendo entrado na revolução da terapia genômica, ainda se morre de tuberculose, doença cuja cura foi dominada no fim dos anos 1940. A tecnologia e a boa gestão podem ajudar a curar doenças. O saneamento é o mais atrasado dos nossos serviços públicos e isso explica mais do que se pensa a existência de doenças. A maioria delas poderia ser evitada. O descaso com o tema está refletido até na pouca pesquisa sobre saneamento e suas consequências.

# A RECEITA DA CURA

Jota é uma letra com desenho ideal para descrever um dos dilemas da saúde. Ela começa em ponto ligeiramente alto, mas desce e permanece rente ao chão. Depois, a linha sobe de forma íngreme e constante para um ponto bem alto.

O economista André Médici dedica-se há anos ao estudo dos gastos e do financiamento da saúde, cruzando esses dados com a idade da população dos países. Brasileiro, funcionário do Banco Mundial, ele tem a vantagem de conhecer profundamente as escolhas que fazemos aqui, enquanto mantém no radar o panorama internacional. Foi ele quem me explicou os gastos em jota na saúde. No início da vida, as despesas são maiores pelos cuidados que as crianças exigem; depois dos primeiros anos e durante a juventude, são menores; no caminho da maturidade, voltam a subir; e na velhice, escalam. Assim é com os países e suas populações. O Brasil começou a subir o jota e nós ainda não sabemos como financiar saúde de qualidade.

Sir William Beveridge, britânico, formulador de políticas sociais, nasceu em Bangladesh, na Ásia. Com base em suas ideias e propostas foi montado o modelo social inglês do pós-guerra, um sistema universal de atendimento à população. Em 1988, os brasileiros optaram por um modelo de saúde beveredgiano, disse Médici. Isso aconteceu quando o Brasil deixou de ser um país em que a saúde pública era oferecida apenas aos integrantes do mercado de trabalho formal e coberta com impostos sobre a folha dos salários para se tornar um serviço ofertado a todos e financiado pelos impostos gerais.

A diferença entre um modelo brasileiro e outro eu conheci bem. Meus pais só conseguiram garantir medicina de boa qualidade aos

filhos — tiveram doze — porque tínhamos carteira da Previdência dos Servidores de Minas Gerais. Minha mãe era professora do estado. Nós íamos de Caratinga para Belo Horizonte para ter acesso a bons médicos e fazer exames mais complexos. Naquela época, nos anos 1950 e 60, o Brasil estava na primeira parte alta do jota; era um país de crianças e, infelizmente, o atendimento público de qualidade abrangia apenas os que estavam inseridos em algum grupo protegido. Aos excluídos, restava a aflição da ausência de proteção.

— O SUS, Sistema Único de Saúde, nasceu na Constituição de 1988, mas só pôde ser implantado realmente após a estabilização econômica de 1994 — relata Médici. — Muitas ideias foram implementadas até 2002, mas depois perderam velocidade.

A hiperinflação impedia que qualquer política prosperasse, qualquer orçamento fosse cumprido, qualquer planejamento existisse. No debate recente, o Brasil perdeu a noção de como foi corrosivo aquele ambiente para as políticas públicas, as finanças individuais, as rotinas corporativas. Para tudo, enfim. O ponto inicial do debate sobre o tema é se o Brasil gasta pouco ou muito com o setor. Quem está no governo sempre acha que é preciso aumentar o financiamento; quem está fora sempre diz que o país gasta mal. André Médici tem duas certezas:

— O Brasil gasta pouco e gasta mal. O governo dedica 4% do PIB às despesas de saúde. Países que fizeram a opção Beveridge têm gastos públicos em torno de 7% do PIB.

As famílias gastam mais do que o governo. De acordo com o economista, as despesas totais no Brasil chegam a 9% do PIB, porque 5% vêm do gasto privado, realizado diretamente ou através da compra de plano de saúde complementar. A mesma conta foi realizada para nós pela ONG Contas Abertas, de Gil Castelo Branco. Não é um valor baixo, se comparado, por exemplo, ao da China, onde o gasto é de 5% do PIB; já no Canadá e na França é de 11%. Nos Estados Unidos, país que mais investe no segmento, o total é de 17,9%, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde. Os americanos também estão no meio de uma reforma na área porque as projeções mostram uma ampliação explosiva da despesa.

O Brasil terá dois desafios: gastar melhor e gastar mais, porque o

envelhecimento da população apenas começou, mas já nos colocou na parte do jota que daqui para diante continuará subindo. Portanto, o custo tende a ser maior. E não estamos sozinhos nessa caminhada, o mundo inteiro está debatendo o tema. Existem estudos cada vez mais detalhados, conhecidos como *National Transfers Account*, que cruzam a idade da população e a necessidade de gastos, como os estudos de André Médici. Eles mostram dinâmicas inescapáveis. À medida que uma população vai envelhecendo, a tendência é gastar mais com médicos, exames, pensões e aposentadorias. Em compensação, a necessidade de gasto com educação tende a cair pela redução do percentual de população em idade escolar.

Nós vivemos impasses. Temos gastado mais com saúde, porém não o suficiente; mais com ensino, no entanto precisamos elevar muito o gasto porque é a hora da virada na educação; nosso déficit com pensões já é insustentável e ainda somos um país de jovens. As despesas cresceram e o contribuinte se sente esmagado pelo peso dos impostos. Há formas de resolver esses dilemas, que ficarão mais pesados no futuro, só que as escolhas precisam ser feitas agora.

Durante a disputa eleitoral de 2014, os candidatos de oposição aderiram a uma campanha da qual o governo tem guardado distância: o Saúde+10, que estabelece que 10% da receita bruta da União deve financiar o setor. Hoje os municípios estão obrigados a gastar 15% da receita, e os estados, 12%. De acordo com André Médici, alguns municípios e estados gastam mais do que isso. Política boa tem que ser a que integre várias áreas governamentais. O assunto não pertence a um ministério apenas, e diversos países têm tido bons resultados unindo as ações.

— Saúde é política de Estado — resume Médici. — O Ministério do Trabalho tem que se preocupar com a saúde do trabalhador. O Ministério do Meio Ambiente tem que defender a preservação de parques, espaços livres, áreas verdes, para uma vida mais saudável para a população, e combater a poluição, que hoje é uma grande fonte de riscos. O Ministério da Justiça tem que reduzir a criminalidade para poupar vidas e diminuir as taxas de mortalidade masculinas jovens por violência. O Ministério dos Transportes tem que trabalhar com o foco em proteger vidas humanas nas locomoções

pelo país. No Brasil, há uma fragmentação do poder. A Europa tem adotado esse tipo de política integrada em alguns países com grande eficiência, como Suécia, Finlândia, Dinamarca, Alemanha e França. Estados Unidos, não. Eles têm uma política fragmentada também.

Esse ponto é o principal divisor de águas: a política integrada reduz gastos porque aumenta o foco nas políticas de promoção e prevenção. Quem não faz esse percurso, acaba aumentando cada vez mais o gasto hospitalar, o mais caro.

Eu sei que quem me lê está pensando que isso tudo parece meio utópico. Num país em que os ministérios são alvo de loteamento político, com cada naco do poder sendo disputado por um dos partidos da base aliada da Presidência, como é que se pode fazer o que o especialista sugere: unir políticas em torno de um dos ministérios? Há momentos em que áreas do governo entram em conflito como se fossem territórios inimigos. Em um ambiente assim como a burocracia trabalharia de forma integrada?

Podemos pensar que amanhã estaremos prisioneiros das mesmas distorções do presente ou imaginar um futuro mais racional. Tendo a achar que a racionalidade vai se impor. Se cada ministério executar bem o seu papel, o resultado será uma queda geral das taxas de mortalidade em contraste com um aumento da expectativa de vida e de sua qualidade. Isso não significa que todos devam seguir o comando do Ministério da Saúde. Cada área terá vitórias a apresentar. O desafio de se pensar o futuro é não acreditar que ele será uma repetição do presente. A política será empurrada a atualizar suas práticas. Primeiro, porque deixou de ser funcional. Segundo, porque a insatisfação com o loteamento das pastas está alta demais. Terceiro, porque o distanciamento entre cidadãos e políticos vem aumentando perigosamente.

Conforme André Médiçi, o programa Saúde da Família, criado no governo Fernando Henrique (1995-2003), fazia prevenção reduzindo a hospitalização. Cresceu muito no começo, mas a partir do governo Lula (2003-2011) passou a cobrir de modo precário apenas metade da população.

— Quando se olha para o futuro, há uma bifurcação. Ou o país muda e passa a dar prioridade à prevenção e promoção, e com isso

tem a chance de aumentar a cobertura e dar mais qualidade de vida às pessoas, ou terá um custo cada vez maior com tratamento hospitalar — avalia Médici.

A questão da qualidade do ar é um claro exemplo de prevenção em outra área que não a do Ministério da Saúde. O Brasil dedica uma fortuna ao tratamento continuado de doenças cardiovasculares e respiratórias decorrentes da poluição. Isso sem falar nas mortes. A redução da poluição diminuirá dramaticamente essa despesa. Um dos estudiosos do assunto, o professor Paulo Saldiva tem alertado com insistência sobre essa questão. Na USP, onde trabalhou por muitos anos, e no Instituto Saúde e Sustentabilidade, também em São Paulo, ele tem feito estudos para monitorar essa relação entre qualidade do ar e saúde.

A OMS fala em 7 milhões de mortes no mundo por causa da poluição. Em um dos estudos feito com vários autores, Saldiva diz que o assunto é muito mal monitorado no Brasil. Segundo ele, apenas 1,7% dos municípios são cobertos por monitoramento do ar; e nas 252 estações do instituto nem todos os poluentes são acompanhados. A Região Sudeste concentra 78% dos municípios monitorados. Em outro estudo, Saldiva e as professoras Evangelina Vormittag e Cristina Rodrigues projetam o impacto da má qualidade do ar em São Paulo, de 2012 até 2030, em um cenário de queda de 5% da poluição atmosférica. Mesmo melhorando — ao invés de piorar, como tem sido a tendência geral —, serão, até 2030, 250 mil mortes e 1 milhão de internações na capital paulista, a um gasto de R\$ 1,5 bilhão. Os autores alertam que a magnitude dos dados revela que são necessárias “medidas mais rigorosas de controle da poluição do ar e formas alternativas de energia limpa”.

Em cada ponto da análise confirma-se que é preciso entender a relação entre as várias áreas. Então a receita para a cura é entender a saúde como política de Estado, entrelaçando as ações na mesma direção e aumentando os investimentos com prevenção para que se reduzam as internações. E sabe por que temos de fazer isso? Estamos ficando mais velhos. Não temos alternativa a não ser acertar. Claro que poderemos optar por piorar ainda mais o quadro já dramático da população brasileira. Seria assumir um enorme risco.

As reportagens que têm sido veiculadas por jornais, televisões e rádios sobre a situação da saúde pública brasileira não deixam dúvidas de que chegamos ao limite. As cenas de hospitais sem médicos, equipamentos caros encaixotados, pessoas clamando por atendimento ou morrendo à porta de hospitais se repetem. Em junho de 2014, o fotógrafo de natureza Luiz Claudio Marigo, de 63 anos, sentiu fortes dores no peito quando estava em um ônibus em Laranjeiras. O motorista foi ágil e parou logo adiante, em frente ao Instituto Nacional de Cardiologia. Parecia que tudo se resolveria. Entretanto, nenhum médico foi atendê-lo com o argumento de que não havia serviço de emergência naquele hospital. Ele morreu do coração na frente do Instituto Nacional de Cardiologia por falta de atendimento. Quem cura a irracionalidade do sistema?

Todas as pesquisas de opinião sobre a maior preocupação dos brasileiros colocam sempre a saúde no topo da lista. Apesar disso não vemos os governantes mobilizados para resolver os problemas que afligem os cidadãos. A descontinuidade administrativa, as decisões equivocadas de investimento, a falta de controle da qualidade dos serviços prestados à população alimentam a insatisfação.

• • •

O Sistema Único de Saúde foi, sem dúvida, um avanço, mas o Brasil não tem um sistema unificado no sentido que se imagina: universal e igualitário. Por vários motivos. Primeiro, porque apenas 30% da população tem cobertura suplementar, o restante, não. Segundo, porque os serviços mais caros e sofisticados do SUS estão disponíveis com mais facilidade para quem tem conexões com o poder. Fica-se aí em dois erros: a pessoa paga ao plano de saúde e recorre ao SUS por um atalho no qual atropela os mais pobres que estão na fila de atendimento. O terceiro problema é a desigualdade federativa.

— Não existe um SUS, existem 27 SUS — explica André Médici.

A saúde é financiada assim: repasses da União mais 12% da receita dos estados e 15% das receitas dos municípios. Estados e

municípios mais ricos têm um volume maior de dinheiro para investir no setor. André Médici exemplifica:

— Brasília tem um gasto em torno de US\$ 450 *per capita* por ano e Alagoas, de US\$ 150. O SUS de alguns estados funciona muito melhor que o de outros.

Com todos os defeitos e desigualdades, o sistema representou um progresso em relação ao que havia antes em termos de cobertura, mas poderia ter melhorado mais com o mesmo esforço. Basta ver o caso do Chile: a mortalidade infantil no país é de oito por mil, enquanto no Brasil, em 2014, era de 15 por mil.

As decisões tomadas pelos prefeitos são muito importantes para ampliar a eficiência do gasto. Em meados dos anos 1990, visitei Santa Rosa, no interior do Rio Grande do Sul, que tinha taxa de mortalidade infantil de 8 por mil, igual à do Chile hoje e bem abaixo da do Brasil na época, que era de 45 por mil. O prefeito Osmar Terra havia investido em prevenção e isso derrubou a mortalidade dos bebês do município. De qualquer maneira, nenhuma cidade pequena conseguirá oferecer à população bons serviços em todas as áreas.

A solução para reduzir a desigualdade da qualidade do atendimento entre os municípios pequenos e as metrópoles é criar uma espécie de consórcio de municípios que, juntos, cubram uma população de cerca de 200 mil habitantes. É inviável cada localidade ter um hospital que ofereça os serviços de maior complexidade, mas todos juntos, e de forma distribuída pelas cidades, podem atender à população da região. Para que isso funcione não se podem desperdiçar os recursos disponíveis criando uma divisão entre o setor público e o privado. Eles devem trabalhar em conjunto, com o Estado financiando a utilização do serviço que for oferecido pelo setor privado. Médici acha que o fim dessa divisão é parte da solução dos problemas do país:

— Do ponto de vista da tecnologia médica, o Brasil tem ilhas de excelência. Inúmeros profissionais estão no topo em muitas especialidades. O grande problema é de gestão, que tem raízes na forma como se deu a separação entre público e privado. É preciso pagar aos médicos de outra forma, por desempenho, fixando

indicadores, como está acontecendo nos Estados Unidos. Mas não é com a lógica financeira que o país vai economizar na saúde. Será possível economizar recursos se o sistema for eficiente. É preciso evitar que o paciente retorne e gaste mais em medicamentos.

Esse é o nome do jogo. Evitar o custo. Uma tendência que já começa a ser seguida nas grandes empresas de saúde, como a Kaiser Permanente (grupo criado no pós-guerra na Califórnia e que hoje é um dos modelos no mundo), é fazer para o segurado um projeto de melhoria das condições gerais de vida. Imagine-se, por exemplo, uma pessoa sedentária e que fume. Ela pagará mais ao plano. Se seguir o conselho médico e parar de fumar, iniciar práticas mais recomendáveis, sua apólice ficará mais barata porque ela estará, com mudança de hábitos, reduzindo o risco de custos ao plano ao qual se associou. Valéria Maniero, que trabalhou comigo neste livro, mudou-se para a Suíça enquanto eu o escrevia. Lá fez um plano de saúde ao preço, em 2015, de 402 francos por mês. Mas ela poderia receber de volta 500 francos por ano se frequentasse academia e fizesse outras atividades físicas. Essa ideia está se espalhando pelos planos privados em todo o mundo e precisa ser seguida pelo setor público: trabalhar com mecanismos de promoção da saúde.

Alguns planos começam a pensar sobre isso no Brasil. O problema dos planos brasileiros é que eles não oferecem a cobertura que prometem e contratam serviços que são mal prestados. Hoje, o segurado perde horas de espera no consultório do médico ou em clínicas. A fiscalização e a regulação são deficientes, e por isso esse segmento é o campeão de reclamações dos usuários. Fiz um teste enquanto escrevia este livro: liguei para várias empresas e perguntei quanto seria a cobertura para uma família de quatro pessoas. Os maiores planos e seguros do país disseram que só faziam seguro para empresas. Assim, eles diluem o risco.

Uma das maiores seguradoras do Brasil se comunicou com um dos meus médicos para dizer que o plano dele, como pessoa física, seria suspenso. Ele pagara por trinta anos, mas, ao se aproximar dos sessenta, foi comunicado que estava fora. A omissão da Agência Nacional de Saúde Suplementar permite que se cometam abusos assim. No máximo, a agência aplica multas ou baixa normas sobre

novos serviços que terão de ser cobertos pelo plano, o que não tem sido eficaz para fazer com que eles respeitem direitos contratados.

O uso eficiente da tecnologia de informação é outra tendência. Quando ministro, o senador José Serra tentou implantar uma mudança no cartão único SUS. O projeto foi abandonado no governo Lula com o argumento de que era inviável, embora esteja sendo implantado em outros países. Seria um número único inserido no cartão para cada pessoa, protegido contra fraudes, que armazenaria o histórico do paciente, individualizado. Só a pessoa, seu médico de família ou quem o portador autorizasse poderiam ter acesso. Os dados, não identificados, ficariam numa base para ajudar na formulação das políticas públicas. Caso o paciente mudasse de médico, o novo profissional poderia ver todos os registros do paciente, poupando tempo. Seria também de grande ajuda em atendimentos de emergência. Sem esse sistema o cartão continuou sendo apenas um documento burocrático.

A inovação com o apoio da tecnologia de informação tem impulsionado a melhoria da saúde em vários países, e a tendência é que o uso de dados aumente de forma exponencial. Estamos em plena era do *Big Data*, um tempo em que o volume de dados cresceu tanto que é preciso gerenciar essa informação. O que parece pertencer ao mundo da ficção científica já está conosco. Uma reportagem de dezembro de 2014 na *Harvard Business Review* dá uma dimensão do salto tecnológico no mundo atual: em 2012, a cada dois dias foi produzida mais informação do que toda aquela gerada pela humanidade até 2003.

A reportagem, intitulada “Why health care may finally be ready for Big Data”, é justamente sobre o armazenamento das informações em saúde para uso médico. Não apenas com a integração de bancos de dados, com todos os exames já feitos pela pessoa, mas também com o monitoramento dos pacientes por meio de dispositivos como pulseiras ou sensores colados a qualquer parte do corpo. São os equipamentos vestíveis, os *wearables*. Eles mandarão informes para centros de saúde.

Tecnologias que permitem salvar e cruzar enormes volumes de dados vão orientar políticas, ações, prevenções e correção de rumos.

O cartão único SUS seria apenas um passo tímido do inevitável uso da tecnologia para salvar vidas. Isso sem falar no risco evitado de se tomar um medicamento ao qual o paciente tem alergia e que poderia matá-lo, fato que acontece com frequência no Brasil.

Pesquisas indicam que mesmo que todo o atendimento médico fosse feito corretamente, ainda assim seria preciso contar com outros fatores para garantir uma boa saúde da população. Um estudo do *New England Journal of Medicine* mostra que a predisposição genética representa 30% dos fatores determinantes da boa saúde; comportamentos saudáveis, outros 40%; boas circunstâncias sociais, 15%; ausência de riscos ambientais, 5%; contribuição dos serviços preventivos e médico-hospitalares, apenas 10%.

Para que os médicos não se aflijam, é preciso, no entanto, deixar claro que um bom serviço com profissionais eficientes pode antecipar-se a uma predisposição genética ou induzir comportamentos saudáveis. Levantamento da Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos lista os principais fatores que levarão a uma boa saúde em 2020, nos quais a política pública deve focar. Não são muito diferentes do que cada pessoa tem em mente para aumentar as chances de vida: acesso ao atendimento médico, comportamento saudável, controle de doenças crônicas, melhoria do meio ambiente, avanços sociais, combate à violência, comportamento sexual responsável, cuidados materno-infantis, redução de dependência a bebidas, cigarros e drogas, tratamento de males como a depressão. O interessante do estudo é que ele aponta o que fazer em cada um dos itens.

Em relação ao meio ambiente, por exemplo, a meta é reduzir o número de dias no ano com baixa qualidade do ar. Na área comportamental, o objetivo é aumentar o percentual de adultos engajados em atividades aeróbicas, controlar a obesidade desde a infância, aumentar o percentual de pessoas que dormem o suficiente. Eu, por exemplo, não passaria na última recomendação. Durmo menos do que deveria, mas estou me esforçando para esticar as noites, tarefa que às vezes me parece impossível. Em compensação passaria em atividades físicas, hábito que adquiri só por volta dos 40 anos. O importante a notar a partir dos dois estudos — e outros

feitos no mundo — é que uma vida saudável depende de tudo aquilo que o nosso bom senso já sabe. Assim, as políticas públicas podem mitigar várias causas de distúrbios, como as horas de estresse no trânsito e os incentivos a combustíveis poluentes, que reduzem a expectativa de vida.

O que fazer com os fatores genéticos? Torcer pelo desenvolvimento da terapia celular. Os avanços tecnológicos na medicina vão aumentar, cada vez mais, a possibilidade de tratamento através da engenharia genética. Esse é o futuro da medicina. A base de medicamentos está mudando, avisam os especialistas. Em vez de princípios químicos, bases biotecnológicas estão sendo desenvolvidas e permitirão corrigir deficiências hereditárias por meio de intervenções nas células defeituosas. Nós estamos à beira dessa revolução e ela levanta várias questões: uma sociedade desigual permitirá tratamentos caros como este apenas aos mais ricos, ampliando o hiato de expectativa de vida entre ricos e pobres?

A sensação, quando se olha para o futuro, é que as várias retas se encontram. A política de redução da pobreza e as políticas de oferta de serviços públicos aos mais pobres podem evitar o aprofundamento da desigualdade. Imagine se o Brasil não tivesse adotado o programa de distribuição gratuita de remédios antirretrovirais. Ficaria proibitivo para os pobres comprar o coquetel contra a aids. Hoje todos têm acesso ao medicamento, por uma decisão do governo, e isso impediu que se abrisse o fosso de sobrevivência dos ricos soropositivos em relação aos pobres portadores da doença. Em outras doenças, mais simples e mais antigas, a atuação do sistema único também protege vidas, distribuindo medicamentos. Mas poderia fazer mais, se perseguisse de forma realmente obstinada a meta viável de erradicação de males que a medicina já controla há décadas.

Políticas públicas corretas salvam vidas. O programa nacional de combate à tuberculose foi vítima da desestruturação administrativa no governo Collor (1990-1992), porque os gênios achavam que esta era uma doença superada. Foi exatamente naquela década que houve uma escalada do mal no mundo inteiro.

Sem distribuição gratuita dos remédios aos mais pobres e sem a necessidade de notificação de cada caso, a tuberculose mataria muito

mais. Mesmo sob o controle dos médicos, morreram 4.577 brasileiros em 2013 vítimas dessa doença. Ao todo, 73,4 mil novos casos são reportados anualmente, segundo o Ministério da Saúde, com base na estatística de 2013. O portal do ministério informava em 2014 que, nos últimos 17 anos, “a tuberculose apresentou queda de 38,7% na taxa de incidência e 33,6% na taxa de mortalidade”. Mas ainda se morre dessa velha doença. É necessário um reforço no combate ao mal até pelo aparecimento de bactérias resistentes aos medicamentos atuais. A OMS estabeleceu 2035 como marco para um mundo sem tuberculose. Em 2013, morreu no mundo 1,5 milhão de pessoas com a doença. Nós podemos chegar a essa meta antes disso.

Nós não erradicamos ainda uma doença cujo tratamento foi descoberto em meados do século passado, e o mundo está no início da revolução genômica e biotecnológica que vai prolongar a vida nas próximas décadas. No Brasil, passado e futuro convivem como se fossem contemporâneos. Temos que erradicar e combater doenças do subdesenvolvimento, como mortalidade infantil por diarreia decorrente da falta de saneamento e, ao mesmo tempo, ampliar a oferta das novas tecnologias avançadas de tratamento. Temos que organizar a gestão do SUS, usando toda a fórmula que deu certo em outros países, porque as despesas vão aumentar com o envelhecimento da população. Temos que integrar as políticas públicas de promoção da vida; unir os setores privado e público para fortalecer o SUS.

• • •

A demógrafa Ana Amélia Camarano alerta que o Brasil deveria começar a discutir, na bioética, até que ponto é razoável adiar a morte de pacientes com quadros irreversíveis. O tema é delicado, mas muitas pessoas conhecem o drama de ter um parente, na prática, morto, mas mantido vivo por aparelhos porque o protocolo médico não permite uma solução mais natural e humana.

— Não estamos estudando a morte em todas as suas dimensões —

diz Ana Amélia. — Adiar a morte que já foi clinicamente dada como irreversível apenas porque existem formas mecânicas de manter o organismo funcionando tem um custo financeiro alto para o sistema e, pior, um alto preço emocional para as famílias. O país está desviando recursos que poderiam estar salvando vidas.

A advogada Rosa Chiavassa já se adiantou no tempo. Ela ganhou, em 2013, uma autorização para uma morte digna. Não quer ser submetida a qualquer tratamento que prolongue artificialmente sua vida. Saudável aos 54 anos, em janeiro de 2015, ela explicou ao jornal *O Estado de S. Paulo* por que fez isso. Ela é especializada em direito de saúde e disse que atende em seu escritório muitas famílias com parentes em estado vegetativo, em processo neurológico irreversível, que travam luta dolorosa com os planos de saúde pelos gastos com o *home care*. “A vivência com a realidade dos meus clientes, seja ela emocional, financeira, pessoal, me fez imaginar como seria se eu estivesse naquela situação. Ninguém quer ser um ônus para seus familiares”, disse ela, que tem três filhos na faixa dos 20 anos.

Rosa considerou que, se fizesse isso diante de uma doença concreta, poderiam achar que ela estava abalada pelo momento ou em situação de insanidade. Por isso optou pelo “testamento vital”, no qual deixa expressa a sua vontade de, na eventualidade de ter uma doença irreversível, que sua morte ocorra de forma natural. A Justiça acolheu a ação numa decisão inédita que é uma tendência futura. Não tem nada a ver com eutanásia e sim com ortotanásia, já prevista em duas decisões do Conselho Federal de Medicina, que tem até mesmo uma Câmara Técnica de Bioética.

O futuro abrirá possibilidades enormes de prolongar o tempo de vida, mas, ao mesmo tempo, nos colocará cada vez mais dilemas como este: quando um expediente médico está salvando vidas e quando está apenas mantendo um artificialismo penoso e caro?

Vítima de um atendimento displicente ao dar entrada na Emergência de um hospital de Juiz de Fora (MG), um parente meu estava sendo mantido em vida vegetativa no começo de 2014. Eu tive com os médicos diálogos surrealistas.

— Ele está morto?

— Suas funções vitais estão preservadas. O coração bate e ele respira por aparelhos.

— O cérebro está funcionando?

— Os exames mostraram que uma parte importante foi afetada.

— O que quer dizer uma parte importante? É todo o cérebro?

— Sim.

— É reversível?

— Não.

— A vida é o funcionamento do cérebro ou o batimento cardíaco?

— É o funcionamento do cérebro.

— Então ele está morto?

— Não podemos dizer.

— Se os aparelhos forem desligados o organismo continuará funcionando?

— Não.

— Por que não desligar?

— Nosso protocolo não permite.

Foram dias de agonia, informações desencontradas, esperanças frustradas, remédios e alimentação parenteral ministrados num corpo já condenado, e muita aflição para a família até a chegada do inevitável. Aquele hospital adiou a morte, impôs aos familiares um pesado sofrimento, aumentou os custos privados e públicos. A certeza íntima dos parentes, pela maneira lúcida e autossuficiente com que ele entrou no hospital e pelas falhas no atendimento da Emergência, é de que poderia ter sido preservada a vida do nosso ente querido. Ele mantinha hábitos de vida saudáveis e poderia ter vivido muito mais, caso fosse atendido da maneira correta na chegada ao hospital.

Com o avanço da tecnologia médica e o aumento da idade média da população, os médicos e a sociedade precisarão também ter essa delicada conversa para que decisões mais racionais sejam tomadas. Não estou propondo que se revogue o dito popular “enquanto há vida, há esperança”, mas essa dor particular me ensinou que é preciso repensar o protocolo burocrático quando a fronteira do irreversível já foi atravessada. E a lição mais importante: que, na chegada do paciente ao hospital, deve haver *expertise* de excelência para que as decisões sejam tomadas no tempo certo.

Questão fundamental que cruza demografia e saúde é como será a vida dos idosos nas próximas décadas, quando as pessoas viverão mais e teremos brasileiros chegando aos 80, 90, 100 anos. Haverá idosos independentes e outros dependentes de atenção permanente, mas as famílias serão menores, o que dificultará atendê-los. A demógrafa Ana Amélia Camarano diz que é preciso pensar seriamente nesse aspecto, e por isso fez uma pesquisa extensa visitando todas as Instituições de Longa Permanência do Brasil.

Há várias possibilidades para esses cuidados de longo prazo, que podem envolver tanto a adaptação das casas quanto a transferência do idoso para moradas coletivas ou instituições especializadas. É preciso quebrar o preconceito que cerca a palavra “asilo” para entender que uma pessoa de meia-idade, tendo que trabalhar, cuidar de filhos jovens, não pode ser sobrecarregada pelos mais velhos; e que os próprios idosos podem querer preservar sua autonomia. É preciso, ainda, estudar soluções que estão sendo criadas em outros países, alertaram-me Ana Amélia Camarano e André Médici.

— Muita gente depende de manter sua autonomia para ser emocionalmente saudável. Meus pais têm 80 e tantos anos, vivem sozinhos e estão ativos, em contato com a família através da internet — diz André Médici.

Essa questão tem que ser analisada de forma ampla pelas famílias e pelos formuladores de políticas públicas. Hoje alguns países já estão desenvolvendo áreas de moradias, como um condomínio com serviços de atendimento a idosos. Mas são soluções caras e ficam restritas aos grupos que podem pagar por isso. Há projetos de voltar a viver em comunidades para ajuda mútua e divisão de custos, o que é curioso, porque se trata de uma geração que já fez experimentos assim na juventude.

Tudo é completamente diferente de tempos atrás, quando havia um percentual pequeno de velhos e eles tinham tido muitos filhos, portanto, o cuidado poderia ser compartilhado. Meus pais, se tivessem optado por passar um mês na casa de cada filho, voltariam à casa do primeiro um ano depois. Minha mãe morreu cedo, meu pai manteve sua autonomia até a morte, aos 84 anos, e minha madrasta viveu até os 92, também em sua casa, porém precisei contratar um

trio de cuidadoras. Nem sempre isso será possível para as famílias, então é necessário pensar em outras maneiras.

Mesmo um país com um bom sistema de saúde não sabe como enfrentar certos problemas criados pelo envelhecimento da população. A prefeitura de Bracknell, uma pequena cidade no interior da Inglaterra, promove uma ativa campanha para que sua população acompanhe a vida dos vizinhos idosos, vendo se eles estão bem, oferecendo carona ou mesmo passando um tempo conversando com eles. É um problema em todo o país. Ainda na Inglaterra, a ONG Age UK faz campanha nos trens sobre essa atenção aos velhos. Os cartazes dizem que 1 milhão de ingleses idosos passam um mês sem falar com uma única pessoa, enquanto 5 milhões dizem que a televisão é sua maior companhia. A solidão é um sentimento que pode atingir uma pessoa em qualquer idade, mas na velhice é devastadora.

Há ainda doenças como Alzheimer e demência senil, cujo acompanhamento é desgastante para as famílias e para os cuidadores. No Brasil, não há cobertura para esse tipo de doença nos planos. Até em países ricos está havendo limitação para cobertura de doenças cognitivas de longa duração.

As projeções do aumento da população de idosos e principalmente dos muito idosos, já apresentadas no capítulo sobre a demografia, nos informam que é agora que as decisões têm que ser tomadas. Cada pessoa precisa se preparar, dentro do possível, para envelhecer bem. Os formuladores de políticas públicas precisam projetar programas que permitam à população chegar à maturidade com qualidade e segurança. A demografia, como diz Ana Amélia, não é um problema, ela apenas cria realidades às quais temos de nos antecipar, diante de cada desafio que ela nos traz. A área da saúde, conforme lembra André Médici, tem encontrado soluções que vão da boa gestão ao desenvolvimento de novas políticas. Além disso, a tecnologia revolucionará completamente os tratamentos. Temos de embarcar nessa revolução.

Há muito que pensar no futuro da saúde para termos um sistema forte o suficiente que aguarde a natural escalada dos custos de financiamento. O primeiro ponto é não se conformar com qualquer aumento de custo. Os especialistas dizem que ficará maior o gasto

com a saúde. Já sabemos disso. Mas é possível, com boa gestão, impedir o aumento excessivo. A inclusão de dados no cartão SUS, se não tivesse sido abandonada, teria já em 2014 uma base de informação de 12 anos e uma agilização do sistema. Perdemos tempo, porque os governos do PT, diferentemente do que fizeram na economia, não quiseram dar continuidade aos projetos da saúde.

A entrada da classe média e dos ricos na Justiça exigindo que o governo forneça de graça remédios caros, alguns que nem estão no mercado brasileiro, está criando mais uma desigualdade. Além dessa demanda aumentar muito o gasto público, porque são medicamentos de ponta, produz mais uma desigualdade, já que os pobres não têm acesso a essas informações nem contam com bons advogados. Uma fórmula usada no Rio de Janeiro foi manter consultores médicos nos tribunais para indicar aos juízes o que fazia sentido ou não aprovar. Isso reduziu em 30% os custos da judicialização do medicamento.

A comprovação de que o Brasil tem possibilidade real de mudar o quadro da saúde brasileira é a existência de alguns centros de excelência médica no setor público. A Rede Sarah de Reabilitação, em Brasília, é uma ilha de eficiência de indiscutível qualidade. Foi idealizada pelo brilhante médico Aloysio Campos da Paz, que faleceu em 2015 e deixou um indiscutível e animador legado para o país. A Rede, dirigida pela médica Lucia Willadino, sempre surpreendeu quem acompanha sua trajetória.

A primeira vez que visitei o centro, em longas conversas com seus diretores, Aloysio Campos da Paz e Lucia, saí com a impressão de que tanta competência não seria sustentável num país com as carências do Brasil; era bom demais para ser verdade. Entretanto, a instituição sempre desafiou os incrédulos e cresceu, oferecendo sua qualidade a cada vez mais brasileiros de todas as classes sociais. O hospital já se espalhou em dez unidades pelo Brasil, atendendo 1,5 milhão de pacientes. O que Lucia tem dito em suas entrevistas é que o mais gratificante é oferecer o mesmo serviço ao rico, ao pobre, à classe média, sem distinção. Foi também o que ouvi do dr. Aloysio.

Outras experiências de centros de excelência do setor público têm surgido e se firmado. No Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Cérebro, concebido pelo neurocirurgião Paulo Niemeyer Filho,

também se transformou em pouco tempo em referência, atendendo pacientes do SUS que têm de passar por cirurgias do cérebro. Com um ano de existência em 2014, o IEC já tinha realizado mais de mil cirurgias e estava sendo duplicado com licitação para um anexo, que permitirá dobrar de cinco para dez cirurgias diárias em pacientes com aneurismas, tumores, hidrocefalias.

Oásis como esses parecem impossíveis, mas provam exatamente o contrário. A *Veja Rio*, de 30 de julho de 2014, trouxe uma coleção impressionante de histórias dos pacientes do IEC, como a de Ana Carina Taucher, de 19 anos, moradora de Campo Grande (RJ) que, dez dias depois da remoção de um tumor benigno do tamanho de um limão no cerebelo, estava tocando piano. O instrumento no qual ela comprovou que não tinha qualquer sequela motora fica no saguão do hospital. A milésima cirurgia, feita pessoalmente por Paulo Niemeyer Filho, foi a retirada de um tumor da cabeça de Pedrolina Macedo Freitas, de 45 anos, empregada doméstica. Ela estava perdendo a visão e a audição. “Sinto que nasci de novo. Nem acredito que estou enxergando e ouvindo tudo outra vez”, disse a maranhense, moradora de Seropédica (RJ).

• • •

A grande questão com a qual a sociedade brasileira vai se defrontar a curto prazo é se ela terá que pagar novo imposto para financiar a saúde. Os economistas sempre torcem o nariz para dinheiro carimbado: tributo com destino certo. Quando o falecido médico Adib Jatene defendeu a criação da CPMF, ele fez uma espécie de ponte de safena no sistema que estava falindo. Começou arrecadando R\$ 6,9 bilhões com uma alíquota de 0,2% sobre as transações bancárias em 1997, e 75% foi para a saúde. A alíquota depois aumentou para 0,3%, em 2002, quando teve também outros destinos legalmente estabelecidos, como o Fundo de Erradicação da Pobreza e o Ministério da Educação. Em 2007, a CPMF estava arrecadando R\$ 37 bilhões, com 41,5% do total sendo destinado à saúde.

O imposto se tornou símbolo do excesso de cobrança do governo e foi derrubado numa campanha liderada pelo PSBD, que o havia criado quando era governo. A reação foi aumentar as alíquotas de outros impostos sobre transações financeiras, como o IOF, que cobriu parte da perda. A sociedade só estará disposta a dar mais dinheiro para financiar a saúde quando achar que ela está funcionando. Hoje o sistema tem gerado frustração na expectativa de direitos. Será mais fácil financiar a saúde se ela for mais eficiente e ela será mais eficiente se a gestão melhorar. Há um círculo virtuoso que pode acontecer, mas tudo teria que começar com o aperfeiçoamento da gestão.

O país convive com tragédias médicas e centros de excelência, com desperdícios de recursos por falta de gestão e carência do básico em alguns hospitais. Domina tecnologia de ponta e perde vidas por descuido, ineficiência, violência (a quarta causa de mortes no Brasil é homicídio). Há momentos e estatísticas de desanimar, mas, como em outros setores, há avanços a comemorar. A queda expressiva da mortalidade infantil no Brasil nas últimas décadas, por exemplo, é um indicador síntese de melhora na saúde. Mas, em 2014, estávamos ainda com 15 por mil nascidos vivos morrendo antes de completar um ano. É uma taxa alta. Se o país levasse a sério o investimento em saneamento, certamente os números melhorariam mais rápido.

Na preparação deste livro me deparei com um problema que, em si, já revela o descaso com que o Brasil trata o saneamento. Quanto mais eu procurava resposta para uma pergunta simples — qual o percentual de cobertura de saneamento básico no Brasil? —, mais eu ficava confusa. Podia ser 70%, 64%, 50% ou 48%. O IBGE me informava que era 70%, enquanto empresários privados que têm concessões em estados e municípios me apontavam 48%. Conversas e depois entrevistas com Bárbara Cobo, coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, e Paulo Barrocas, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, me ajudaram a entender cada número. Vou resumi-los aqui.

Há uma resposta que vem das pesquisas domiciliares do IBGE. O pesquisador vai à casa das pessoas e pergunta se a residência está ligada à rede coletora de esgoto ou se existe fossa séptica conectada à rede coletora. No Brasil todo, urbano e rural, o total dá 64%, mas

com desigualdades regionais. Na área urbana, 70% dos entrevistados dizem que têm esgoto. Outra pesquisa é realizada entre as empresas concessionárias de serviço de água e esgoto, na qual se pergunta o percentual dos domicílios ligados à rede de esgoto. É deles que sai o número que oscila entre 50% e 48%. Na maior parte do Norte do país, o indicador é de menos de 20% de residências ligadas à rede ou com fossa séptica. Além disso, há o debate sobre quanto de todo o esgoto coletado é tratado.

Os números não têm consistência porque, dependendo da fonte, são diferentes. E isso também é um sinal do descaso. O IBGE faz pesquisas sobre temas específicos encomendadas por algum órgão público que, às vezes, ajuda a financiá-las. São muito solicitados os levantamentos sobre salários, renda, orçamento familiar. Existem também os estudos para atender às áreas de interesse dos próprios pesquisadores. O tema saneamento básico tem poucos pedidos por parte do governo. Bárbara Cobo admite que, até o início de 2015, o Ministério da Saúde nunca havia encomendado um estudo para saber a real situação do saneamento básico no Brasil, apesar de já haver feito pedidos de pesquisa sobre a saúde da população. Ora, o tratamento dos resíduos é parte da construção de um ambiente saudável.

— Nós acabamos investigando as consequências, mas não as causas — pontua Bárbara Cobo.

Paulo Barrocas alerta que existe uma ligação estreita entre oferta de água tratada, saneamento e coleta de lixo. Os serviços têm que vir juntos se o país quiser sair do conceito do saneamento básico, mais estreito, para o mais moderno e amplo de saneamento ambiental. Há ainda a enorme desigualdade do Brasil. Numa parte do país se discute a qualidade do serviço prestado, em outra, ainda se discute como ter acesso ao serviço. Barrocas acrescenta:

— Esse descuido com o saneamento tem um preço alto em todos os sentidos: no gasto público com as internações de pessoas por doenças relacionadas ao saneamento não adequado, no custo econômico, com a perda de produtividade do trabalhador, que falta ao serviço por ter contraído doenças que são evitáveis, e até no impacto hídrico, pela contaminação de um recurso valioso que é a

água.

Já ouvi no governo que problema insolúvel mesmo é o saneamento rural, porque seria muito difícil ligar domicílios isolados a uma rede coletora a quilômetros dos centros urbanos. Tudo é uma forma de pensar. Dias depois de ouvir esse diagnóstico pessimista, me deparei com a solução ao fazer uma reportagem. O projeto Olhos D'Água, do Instituto Terra, já mencionado no capítulo sobre o meio ambiente, oferece de graça ao produtor rural que aceita proteger suas nascentes de água a implantação de um sistema de tratamento dos resíduos do banheiro. Não podem entrar os da pia da cozinha, por exemplo, porque os produtos químicos impedem que o sistema funcione. A tecnologia é simples, eficiente e barata. Foi desenvolvida pela Embrapa e é aplicada pelo Instituto Terra dentro do projeto para proteger a bacia do rio Doce, que abordarei no capítulo sobre a agricultura. São três caixas de fibra de vidro nas quais o esgoto é processado por bactérias do esterco de boi. Na primeira caixa o resíduo sai 70% limpo; na segunda, ele é tratado integralmente; na terceira é que se garante a qualidade da água que sairá ao fim do processo. Ela tem nutrientes que servem de adubo. Um dos produtores que visitei reutilizava essa água na plantação de cana para alimentação do gado. Apesar de a Embrapa ter esse sistema há muito tempo, só 3 mil haviam sido instalados no país até que o instituto decidiu adotá-lo como parte do projeto de proteção das nascentes da bacia do rio Doce.

Os dados do rio que atravessa Minas Gerais e Espírito Santo são um exemplo da insensatez do Brasil. Dos 228 municípios que o rio ou seus afluentes banham só um, Ipatinga, tinha, no início de 2015, os resíduos integralmente tratados. Outros 25 recebiam tratamento parcial dos resíduos residenciais e industriais. O resto não contava com saneamento. O rio Doce nos últimos anos enfrenta o problema da cianobactéria, que prolifera no leito do rio quando a lâmina d'água baixa muito na seca. O presidente do Comitê da Bacia, Leonardo Deptulski, me disse que isso é resultado do fato de apenas 10% dos esgotos serem tratados. O resto é jogado nos rios ou contamina o lençol freático. Quem suja a própria água está contratando doenças.

Quando se olha a ramificação dos problemas causados pela falta

de saneamento, impressiona que o tema seja relegado a segundo plano. Uma rede adequada de saneamento reduziria muito o gasto com a saúde, porque ela atua na prevenção. E em especial na prevenção de doenças decorrentes de indicadores do subdesenvolvimento. Se não enfrentarmos isso agora, o que será do Brasil no futuro? Nas próximas décadas outras pressões de gastos virão. O básico é para ser feito hoje, porque o futuro será mais complexo. Sem essa virada, os ricos irão para os grandes centros do mundo, a classe média pagará caro demais pelos planos de saúde por uma cobertura cada vez mais deficiente e os pobres continuarão em seu desamparo. Mas há receitas para a cura da saúde brasileira no século XXI. Só temos que escolher os medicamentos certos.



AS NOVAS FONTES  
DE ENERGIA

Temos tudo: água, sol, vento, gás, petróleo, oceano e muita terra. Somos o país com o maior potencial de energia renovável por quilômetro quadrado, além das grandes reservas de combustível tradicional. Contudo, a conjuntura de energia é sombria. Como evitar novos racionamentos? Como corrigir os erros recentes? Como superar a crise da Petrobras? Perguntas enfrentadas neste capítulo.

O mundo está passando por uma reviravolta em fontes de energia, mas o petróleo não será abandonado tão cedo. A Petrobras vai aumentar a produção. Não haverá prosperidade sem aumento da oferta de energia, exigência de qualquer investimento de longo prazo, e são as renováveis que crescerão. A eólica já é maior que a nuclear e, em 2018, terá a mesma capacidade de uma Itaipu. O Brasil é quase todo perfeito para a geração de energia fotovoltaica, a que vem do sol e a que mais cresce no mundo.

O maior risco brasileiro reside no que sustenta a nossa matriz: a água. Sem um esforço de proteção dos rios e de recuperação de reservatórios, represas e nascentes, as hidrelétricas vão produzir menos. Somos do grupo de países com menor risco hídrico no mundo, mas as secas de 2014 e

2015 provaram que estamos dilapidando essa herança, cujo valor vai muito além da produção de energia.

ÁGUA  
E VENTO  
NA  
TERRA  
DO SOL

O futuro veio nos visitar para mostrar como pode ser perigoso. Ele chegou de forma intempestiva. Escolheu um ano difícil, de debates, dilemas e escândalos. A água nos reservatórios das hidrelétricas diminuiu drasticamente. A energia em algumas das usinas esteve por um fio, em outras, simplesmente secou. Andava-se de carro em hidrovias. Choveu tão pouco na estação chuvosa que, quando as águas de março caíram no Sudeste, a terra ressecada chupou tudo e nada entregou aos rios e às represas. O fornecimento de energia dependeu de todas as termelétricas, que foram ligadas para oferecer o que as hidrelétricas não conseguiam. O maior sistema de abastecimento de água de São Paulo, a maior cidade do país, foi ao fundo do poço. O governo estadual teve então duas ideias: usar o volume morto da represa e pegar parte da água que vai para o Rio de Janeiro.

O Rio reagiu furioso, dizendo que não cederia gota alguma. Os dois maiores estados brasileiros se desentenderam pela água. O povo da terra paulista se perguntou: o que é o volume morto de água? É o que fica abaixo das máquinas, uma reserva técnica. Após esgotá-lo, descobriu-se que era preciso usar o segundo volume morto do mesmo Sistema Cantareira. As paisagens do Sudeste lembraram a imagem que se tem em mente sobre o Nordeste. Bois mortos e descarnados exibiam suas carcaças à beira do emagrecido rio Paraíba do Sul, que abastece o Rio de Janeiro.

Isso foi em 2014. As autoridades federais e estaduais, envolvidas em campanha eleitoral, esperavam que as chuvas, em 2015, apagassem seus erros. E o tempo continuou árido. Não é comum dois anos seguidos de seca no Sudeste, mas aconteceu. Hoje em dia nada

é como foi no passado; é a era das mudanças climáticas. Para tentar proteger suas candidaturas, gestores deixaram de racionar o que havia ficado escasso.

Maltratados há anos, os rios se vingaram, trazendo para o presente os extremos do futuro como um grito de alerta. O que faltou no Sudeste afogou o Norte. O Acre ficou isolado pela cheia do rio Madeira, no qual se plantaram duas hidrelétricas. As águas subiram tanto que as ligações terrestres naufragaram. O estado passou a ser visitado e abastecido pelo ar. Em Minas Gerais, berço de tantas águas, os rios foram minguando tanto que um dia se decidiu que a cidade de Pirapora não poderia usar a água do rio São Francisco porque ela teria que seguir até a hidrelétrica de Três Marias. Pirapora é um dos 13 portos fluviais do país e já foi muito importante em Minas.

Seis das principais bacias hidrográficas brasileiras perderam água, criando problemas em nove estados e afetando 40 milhões de pessoas. Quando outubro de 2014 chegou, o país viu incêndios devastarem áreas de preservação em Minas, Rio e São Paulo, enquanto os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste, as que mais produzem energia no Brasil, tinham menos de 20% de água. Em novembro, contavam com 16%, menos do que em 2000 e 2001, anos nos quais o Brasil viveu o apagão de energia. Melhorou no fim do ano e voltaram a 20%. Em janeiro de 2015, os reservatórios minguaram de novo para 16%. E assim ficamos medindo diariamente, em agonia, o nível de rios, reservas e reservatórios na pátria da água abundante.

— Eu não posso dizer que isso é resultado da mudança climática, mas sei que o futuro será assim. Inundações e secas vão se alternar em áreas diferentes, em anos diferentes. E com mais intensidade e frequência — me explicou o climatologista Carlos Nobre, do Inpe, numa conversa em 2014.

É para isso, portanto, que o país tem que se preparar. Os sinais são frequentes. Em entrevista à revista *Veja*, meses depois, ele resumiu assim essa bipolaridade do clima: “Em dez anos, a Amazônia teve as duas mais intensas estiagens e também as três piores inundações”. Em nova conversa para este livro, no final de janeiro de

2015, Nobre estava alarmado com a falta de ação das autoridades diante dos riscos de colapso de abastecimento de água e de apagão, que ele antevira meses antes. A conversa com o cientista foi curiosa, porque ora olhávamos o cenário imediato, e era desesperador, ora mirávamos o futuro, e víamos as chances. Ficamos, entrevistadora e entrevistado, entre o risco presente e a esperança futura. Quando ele abriu o leque de possibilidades do Brasil, eu perguntei se não era assim com todos os países. Todos não teriam sol, vento, terra e a maioria, oceanos, ainda que em volumes e intensidades diferentes?

— Como o Brasil, não. O Brasil é o país que tem o maior potencial de energia renovável por quilômetro quadrado. O sol é abundante porque o Brasil é tropical e com uma região semiárida muito ensolarada e os ventos são constantes, principalmente no Nordeste. Água, o Brasil tem bastante, apesar da crise atual. Com ela pode produzir energia hidráulica. Tem também grande potencial em biomassa. A costa do país é enorme e no futuro vai ser possível gerar energia do oceano, das marés. Quando se soma tudo, o Brasil é o país que tem mais fonte renovável. Os Estados Unidos e a China têm também, mas o Brasil tem mais.

Que a leitora e o leitor deste livro me desculpem novamente. O horizonte é cheio de possibilidades, mas há problemas urgentes no presente que é inevitável avaliar. Esse é o dilema que enfrentei como autora. Se fingisse não ver o nó imediato seria estranho. Se ele me impedisse de vislumbrar nossas chances, fugiria da pauta que me motivou a escrever este livro. O governo errou muito na energia, o que nos levou a uma crise. A falta de chuva agravou tudo, mas isso não apaga a luz do horizonte. Portanto, o convite que faço é para este olhar duplo: sobre a crise presente e sobre as chances que temos. É bom ter em mente: potencial não é garantia de coisa alguma, mas saber sua dimensão pode nos levar, eventualmente, a torná-lo realidade.

Os climatologistas não gostam de assegurar que um determinado evento é resultado da mudança climática. Cautelosos, dizem que é preciso estudar mais aquele fato específico. Mas alguns sinais são apavorantes. Vimos fatos inesperados em 2014 e no começo de 2015. No calendário dos especialistas esses cenários vão se repetir com

frequência nas próximas décadas, quando a escassez de água no mundo poderá provocar conflitos.

As autoridades federais e de São Paulo escolheram a pior atitude: negar a existência do problema. Apesar de serem de partidos adversários, PT e PSBD cometeram o mesmo erro de não fazer o que era mais sensato por causa do calendário eleitoral. Não se decretou o racionamento de água em São Paulo nem o de energia no país para poupar os reservatórios. Essa decisão de fingir que o problema não existia para não incomodar o eleitor com más notícias teve um preço. A popularidade da presidente Dilma Rousseff e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, despencou no começo de 2015, quando foram anunciados aumentos fortes nas contas, principalmente de energia. O preço maior foi pago por todos nós.

No dia 6 de setembro de 2012, a presidente Dilma gravou o pronunciamento do Dia da Independência. Em 11min38s ela prometeu tudo o que não aconteceria nos anos seguintes: crescimento, queda da inflação e de juros. Mas deu especial destaque a uma notícia: a energia cairia 16,2% para o consumidor residencial e 28% para o industrial. A seu lado, o inseparável João Santana, que fazia o marketing da sua campanha para a reeleição. Ela voltou à TV várias vezes para repetir esta boa notícia: “Sua conta de luz vai baixar”, garantia. Era resultado de uma medida provisória que mudara as regras do setor, antecipara a revisão de concessões e obrigara as empresas a reduzir a tarifa. A ideia era usar a queda do preço como parte da propaganda eleitoral. O preço caiu num primeiro momento e depois disparou. Nos 12 meses terminados em abril de 2015 a alta média acumulada na conta de luz era de 60%.

Deu tudo errado. Incentivou-se o consumo na véspera da escassez. A intervenção foi feita com regras que distorceram o mercado. As distribuidoras não conseguiam comprar toda a energia que forneciam aos consumidores, porque o governo forçou preços muito baixos. Elas tiveram então que comprar o que faltava no mercado livre, no qual o preço disparou. No fim, as geradoras estavam sem dinheiro pela redução do preço e as distribuidoras tiveram que pagar energia quase oito vezes mais cara do que vendiam. Quebraram. O Tesouro socorreu as empresas e ainda foram

negociados empréstimos bancários tendo como aval um documento autorizando o repasse do custo ao consumidor. Ao todo, elas precisaram de R\$ 30 bilhões e entraram em 2015 pedindo mais recursos. A Eletrobras, no final de 2014, precisava pagar R\$ 9 bilhões à Petrobras pelo combustível fornecido pelas térmicas e não tinha como fazê-lo. Em 2015, fechadas as urnas, veio o tarifaço. Poucas vezes se viu um erro de gestão tão penoso para o consumidor.

O especialista em energia Mário Veiga defendeu, numa entrevista que me concedeu no começo de 2014, que fosse feito o racionamento de energia para que o preço no futuro fosse menor. Quanto mais baixo o consumo de energia, menor seria o uso das térmicas, e o custo a ser jogado nas contas nos anos seguintes. As térmicas são mais caras e as mais velhas têm custos absurdos. Veiga foi ignorado. Todos os que alertaram foram criticados pelo governo. Nem uma simples campanha de economia de energia foi feita. O risco continuou a aumentar durante todo o ano eleitoral. Em 2015, a conta começou a chegar, mas levará anos até que o setor elétrico se recupere dos desequilíbrios causados pela crise financeira.

O governo Fernando Henrique ficou marcado pelo racionamento de 2001. Faltou planejamento naquela época. O país tinha crescido 4%, em 2000, e um ano seco foi o suficiente para abater a economia. A vantagem é que o então presidente, depois da falha, convocou bons gestores para administrar o racionamento. A população se mobilizou, apesar de não desculpar o governante pelo erro. O consumo caiu, mas o Brasil atravessou a dificuldade desenvolvendo a ideia de criar, com as térmicas, uma garantia para períodos secos.

Tivemos já dois avisos da natureza. Novas secas podem se repetir no futuro, pois tudo está em mudança no planeta. Em um país cuja energia depende tanto da fonte hidráulica é preciso administrar o recurso com visão estratégica. O estranho foi isso acontecer no Brasil. Quem olha para as reservas de água no mapa global vê que estamos entre os que mais têm água, a segunda maior reserva, a mais disponível. O mapa do risco hídrico no mundo pinta o Brasil com as cores da abundância. Mas não podemos nos enganar: os especialistas que ouvi são unânimes em alertar que a água é desigualmente distribuída e que as próximas décadas vão mudar o regime hídrico

dos rios. Seja como for, é água, e em solo brasileiro. Os sinais de alto potencial de energia solar cobrem quase todo o território nacional, excetuando-se algumas áreas pequenas no Sul. Nossos ventos são unidirecionais e sem turbulências. Por sorte, são mais fortes quando há menos água nos reservatórios, formando um casamento ideal.

Vento e sol vão ocupar mais espaço na nossa matriz energética, tão dependente da água. Isso é certo. Anos atrás, a fonte eólica era desprezada pelas autoridades. Ouvi de Dilma Rousseff, quando ela era ministra da Energia e anunciou seu modelo, que a eólica seria no máximo “boutique” e que a solar era inviável pelo preço. O setor privado convenceu o governo das chances da energia eólica. Leilões foram feitos, incentivos concedidos e essa fonte teve um crescimento impressionante. No início, eram moinhos ao vento, porque as linhas de transmissão não foram construídas a tempo pela estatal responsável. Acidentes de percurso à parte, o setor continuará crescendo. A fonte solar começou a se impor de forma teimosa e os preços caíram. Vai aumentar a presença da energia do sol de forma exponencial, nos próximos anos e décadas, porque será insano um país tão ensolarado ir contra a tendência mundial.

No passado recente, a energia fotovoltaica passou por diferentes fases no mundo. Houve um crescimento grande na produção de placas, principalmente em países como a China, até meados da primeira década. Em seguida houve um período de cancelamento de projetos por causa da crise econômica de 2008. Formou-se, então, um estoque excedente de placas fotovoltaicas que derrubou o preço fortemente. Empresas produtoras fecharam. Com preços menores, a demanda voltou e em 2013 o sol começou a brilhar. Em 2014, houve um aumento de 29% no mundo, com a instalação de 52 mil MW, quase quatro Itaipus. Em 2015, os projetos novos chegaram a 61 mil MW, segundo informação de um estudo da Bloomberg New Energy Finance. Assim, nos últimos anos, dados de vários países confirmaram que o mundo gira em torno do sol, mas o Brasil, no começo de 2015, não tinha ainda incentivos para a energia solar e mantinha R\$ 1 bilhão de subsídio anual ao carvão, a fonte mais poluente e com maior emissão de gases de efeito estufa.

E onde estão as unidades de energia fotovoltaica? No mundo todo.

Da Alemanha à África, da China aos Estados Unidos. No Chile, Canadá, México, Japão. Nos Estados Unidos, o setor de energia já mudou tanto que suas emissões caíram 9%. A energia renovável, incluindo hidreletricidade, ganhou espaço na matriz elétrica do país, com 205 mil MW de capacidade instalada. Eólica e solar são as tecnologias que mais crescem e mais que triplicaram a capacidade instalada: de 27 mil MW, em 2008, foram para 87 mil MW, em 2014. Outras fontes, como geotérmica, biomassa, biogás e energia de lixo têm, em bloco, 17 mil MW de capacidade. O crescimento da energia fotovoltaica foi impressionante: em 2014, a capacidade era 50% maior do que em 2013 e 24 vezes maior que em 2008. Pelo número de projetos em fase final de planejamento, devem-se esperar números ainda maiores nos próximos anos.

Na China, o crescimento das fontes eólica e fotovoltaica tem se dado em escala, digamos, chinesa. Em 2013, a capacidade instalada nova em eletricidade renovável superou o aumento da geração por combustíveis fósil e nuclear. Pela primeira vez, a produção de carvão caiu significativamente. Hoje, a China é o maior investidor global em energia renovável. Até 2014, ela criou capacidade de geração hídrica, eólica e solar de 378 mil MW, enquanto a Alemanha chegou a 84 mil MW e a Índia, a 71 mil MW. De acordo com a agência de notícias Reuters, citando fontes chinesas, em 2014 a China instalou mais 28 mil MW em capacidade de geração fotovoltaica, um crescimento de 60% sobre 2013. É mais do que a capacidade instalada total da Austrália em energia solar. A geração efetiva foi de 25 bilhões de KWH, três vezes maior que a do ano anterior, e, segundo a agência chinesa Xinhua, mais 15 mil MW de energia solar em 2015. A maior parte, em estações de grande porte. A geração distribuída representa 20% do total. A China não tem alternativa, ou faz isso ou tem enormes perdas econômicas e de vidas. A poluição nos distritos industriais provocada pelo fato de a base da matriz ser o carvão torna a vida insuportável, sendo obrigatório o uso constante de máscaras. Ela tem crescido nas fontes limpas por imposição da realidade, mas isso acabou transformando o país em um dos líderes na tecnologia das novas energias.

O REN21-2014, o mais completo levantamento das tendências

globais em energia renovável, mostrava que no final de 2013 a China contava com 91,4 MW de capacidade em energia eólica, 29% do total global. Os Estados Unidos tinham 61,1 MW, 19% do que se tem no mundo. A Alemanha, 35 mil MW, 11%. A Espanha, com 23 mil MW, tinha 7%. A Índia, com o quinto maior parque eólico instalado, chegava a 20 mil MW, 6%. O Reino Unido, a 10,5 MW, 3%. O Brasil não aparecia entre os mais no topo dessa lista, apesar das nossas potencialidades. Em energia solar fotovoltaica, a Alemanha ocupava o primeiro lugar em capacidade instalada total, com 36 mil MW, ou 26% do total. O que é um espanto, se compararmos o nosso sol e o deles. Em seguida, vinha China, Itália, Japão, Estados Unidos e Espanha. O Brasil não tinha capacidade instalada em energia fotovoltaica.

Quem se confundiu na leitura dos três últimos parágrafos, com tantos dados, precisa apenas ter em mente que estamos desperdiçando um dos presentes que recebemos da natureza: o sol tropical. E que os outros países, mesmo os menos ensolarados, como a Alemanha, estão correndo atrás do astro rei. É inevitável se perguntar, diante desse conjunto de informações: quem está errado, o Brasil ou o mundo? Melhor é apressar o passo no caminho do sol, e isso é o que faremos nos próximos anos. Os projetos vão crescer nessa área porque a necessidade de redução das emissões, a natureza do Brasil e a tendência mundial farão com que a energia solar ganhe espaço na matriz energética. Os primeiros leilões de energia fotovoltaica foram realizados no final de 2014 e mostraram que os preços são competitivos e bem menores que os das termelétricas.

Hoje a eólica é a fonte mais barata do Brasil. A transição já ocorreu. Os gráficos da Abeeólica contam uma história impressionante de crescimento recente. As autoridades do setor energético viam a capacidade eólica com incredulidade porque preferiam apostar nas grandes hidrelétricas da Amazônia. Houve, então, a polêmica sobre as duas usinas do rio Madeira: Santo Antônio e Jirau. Mais ainda sobre Belo Monte. Elas foram construídas com dinheiro público e subsídios pouco transparentes em processos cheios de controvérsias e explosões de protestos de funcionários nos canteiros de obras. Jirau executou parte da construção com a Força Nacional no pátio, vigiando os trabalhadores. Os empreendimentos

atrasaram e seus custos aumentaram.

Enquanto isso, sem estardalhaço, as usinas eólicas foram sendo instaladas e chegaram a 2014 com capacidade de gerar 4,5 mil MW, mais do que a capacidade máxima de cada uma das hidrelétricas do rio Madeira. E só o que já está contratado levará a fonte a ter 14,5 mil MW em 2018, o que será equivalente ao que Itaipu produz em média. Ainda assim, isso são 10% da capacidade instalada global dessa fonte em 2013. Tudo depende de quanto cada parque produz em relação à sua potência. Isso é o que o setor chama de fator de capacidade. No entanto, já se pode dizer que a “butique” virou loja grande e bons ventos devem continuar ampliando a presença das eólicas.

O fator de capacidade das eólicas brasileiras é de 60%, segundo a Abeeólica em relatório de agosto de 2014. E isso é muito importante. Quando se fala, por exemplo, que Belo Monte produzirá 11 mil MW, não é verdade. Essa é a capacidade instalada. O governo admite, em cálculo otimista, que ela produzirá em média 4,5 mil MW, um fator de capacidade de menos de 50%. As eólicas no resto do mundo geram um percentual muito menor da sua potência instalada do que as brasileiras, entre 30% e 40% na Austrália, nos Estados Unidos e no Canadá. Como me disse um empresário estrangeiro quando o país nem havia começado a investir no setor, “no Brasil, até o vento venta certo”.

A hidrelétrica ainda será, por décadas, a fonte mais importante para o Brasil, mas tem que ser feito agora um grande trabalho de recuperação nos velhos reservatórios, que estão acumulando menos água do que teoricamente deveriam acumular. O especialista Mário Veiga usa uma imagem fácil de entender:

— Você compra um carro que faz 25 quilômetros por litro de gasolina. Anos depois, o motor está fazendo 15 quilômetros, porque perdeu a eficiência. Se você continuar acreditando na eficiência teórica do seu motor, vai ficar pela estrada.

Para chegar à certeza de que as barragens das hidrelétricas armazenam menos água do que se pensava, os cientistas fizeram um exercício curioso. Simularam o passado. Foi assim: imaginaram que estavam um ano antes do presente e incluíram no modelo o volume

de chuvas e o nível de consumo realmente ocorridos. A conclusão foi que, diante daquelas variáveis, o nível da água nos reservatórios deveria estar mais alto do que realmente estava. Em outras palavras, dado o volume de chuvas e o nível de consumo que houve, deveria ter sobrado mais água armazenada. Para onde fora a água que deveria estar lá? A única resposta é que as represas estão assoreadas e guardam, portanto, menos água do que se supõe. Os reservatórios foram ficando menores na prática, mas ainda calculamos como se eles guardassem o mesmo volume de quando foram feitos.

Fomos avisados de que, no país da água, pode-se ficar sem água e que isso não é apenas um fato isolado. Pode se repetir com mais frequência. Também ocorrerá o fenômeno oposto, de desabar água demais. Haverá a possibilidade de os dois problemas aparecerem juntos: enchentes numa ponta do país, seca em outra. As hidrelétricas da Amazônia podem ter dificuldades nos dois extremos. Gerar pouca energia quando a vazão diminuir muito; ter que parar a geração nas grandes cheias dos rios. As causas das estiagens e das cheias nos rios amazônicos são bem complexas. Têm a ver com degelo nos Andes e não só com precipitações. No Sudeste e no Centro-Oeste, o remédio para as secas e as enchentes é o mesmo: recuperar e proteger os rios.

• • •

Quem acompanhasse o fotógrafo Sebastião Salgado e Lélia Warnick Salgado no dia 4 de agosto de 2014 iria vê-los entrando em dois endereços importantes no Centro do Rio de Janeiro. Um, na avenida Graça Aranha, e outro na avenida Chile. Eles foram à Vale e ao BNDES falar, mais uma vez, sobre um projeto ambicioso, chamado Olhos D'Água, que pretende recuperar nos próximos 20 anos todas as 375 mil nascentes dos rios da bacia do rio Doce. Já tinham feito, àquela altura, um plano-piloto que recuperou 1.200 nascentes.

— As pessoas pensam que cada rio tem uma nascente, na verdade é uma teia de milhares de olhos-d'água, minas, nascentes que alimentam um rio — me explicou Sebastião.

Em 13 de outubro, ele me ligou para contar que tinha passado duas semanas em Minas Gerais para fotografar a flor do café. Tinha desistido, estava voltando para Paris, onde mora, e de lá iria para Sumatra, na Indonésia, atrás da flor. Por que não floriu o café em Minas? Não choveu. As floradas aparecem brancas, lindas e cheirosas quando chegam as chuvas.

No dia 17, algumas gotas caíram sobre São Paulo e pessoas chegaram a abrir as janelas dos seus apartamentos para comemorar. Foram poucas gotas e sumiram. Para mim, era estranho ver esse conta-gotas. Por estar com um campo de visão mais longo para as próximas décadas, sabia que não era um caso eventual. Não bastava aguardar a próxima chuva, era preciso se preparar para o futuro com senso de urgência.

O tema que estava em todas as mentes passou só de raspão pelo debate eleitoral. Isso assustava quem tinha noção de sua gravidade. Os dois partidos que se alternam no poder preferiram fugir dele. Em São Paulo, governado pelo PSBD, faltava água nas torneiras e as autoridades negavam que estivessem racionando. No Brasil, a campanha do PT exibia a então candidata Dilma e o ex-presidente Lula, com ar de visionários, olhando as águas do rio São Francisco sendo transpostas, enquanto a verdade escondida é que a principal nascente do Velho Chico, na serra da Canastra, havia secado.

O projeto Olhos D'Água, do Instituto Terra, criado por Sebastião, parece ambicioso demais, mas se não for dessa forma não haverá outra. O país terá que ter olhos para as suas águas ou correremos o risco de matar nosso patrimônio. E será trabalhoso mesmo: protegendo cada nascente, cada olho-d'água.

Fui visitar o projeto, ao qual o BNDES até 2015 não havia dado um tostão mas que tem capturado a atenção de cada vez mais gente no vale do rio Doce. Passei um fim de semana, junto com a fotógrafa de *O Globo* Marcia Foletto, subindo e descendo morros em Minas e no Espírito Santo na companhia, entre outras pessoas, de dois jovens encantadores: Josenilto, 28 anos, e Cintia, 25. Eles trabalham no Instituto Terra e são responsáveis por convencer proprietários rurais a proteger suas nascentes. Falando assim parece fácil. Mas, para proteger, o dono da terra, em geral pequeno proprietário, tem que

abrir mão de quase um hectare, isolar o terreno e replantar. As áreas mais promissoras são exatamente as que estão mais verdinhas. Vi os dois em ação: Josenilto, natural de São Mateus, e Cintia, de Jaguaré, municípios do norte do Espírito Santo. Os dois são filhos de pequenos proprietários. Tinham feito curso de especialização no instituto, depois de terminado o curso técnico agrícola. Quando os conheci, Josenilto tinha ido mais adiante que todos os seus irmãos e estava terminando a faculdade de biologia, e Cintia já estava na pós-graduação depois de concluir biologia. O delicioso de vê-los em ação, convencendo agricultores bem mais velhos que eles, era perceber a paixão pelo trabalho de proteger cada olho-d'água. Na reportagem eu os descrevi como caçadores de nascentes.

Terá que ser assim. Buscando cada olho-d'água, cada mina, veio, córrego, riacho, rio, é que protegeremos as bacias. Era época de chuva, mas não chovia. Tínhamos só o sol por testemunha. O que ficava claro nas propriedades que visitamos é que quem protegera as nascentes tinha água; os vizinhos, em volta, estavam com os pastos secos. Eu nasci no vale do rio Doce. Aquela viagem mexia mais comigo do que com a fotógrafa, gaúcha de Santa Maria. Anoitecia quando paramos no caminho de volta para fazer uma última foto. Subi numa pedra e vi o rio, todo ferido. Assoreado, sem mata ciliar, invadido por bancos de areia, magro em plena época de chuva. Márcia Foletto ouviu meus pensamentos:

— Será que você não achava que ele era grande porque você era pequena quando passava por aqui?

— Eu era pequena, mas o rio era muito grande.

Estamos perdendo as águas, mas podemos recuperá-las. Aquele fim de semana me mostrou que com um trabalho detalhista e persistente o país pode ter de volta os rios perdidos.

Apolo Heringer Lisboa é um velho militante de esquerda, da época da ditadura, que virou um obcecado defensor de rios de Minas Gerais, estado que sempre foi crucial para o nascimento das águas no Brasil. Ele trabalha pela proteção dos cursos d'água e está especialmente envolvido no esforço de recuperação do rio das Velhas. Esse rio foi objeto de um importante trabalho da UFMG: o projeto Manuelzão. Criado em 1997 por iniciativa do curso de medicina da

universidade, recebeu esse nome em homenagem ao personagem que Guimarães Rosa criou inspirado no vaqueiro Manuel Nardi, com quem o escritor conviveu. Nardi, que morreu naquele mesmo ano, esteve na universidade apadrinhando o início do projeto. Pode ser visto, em foto no site da UFMG, com seu chapéu e enorme barba branca, entre alunos e professores. Os estudantes têm uma disciplina obrigatória que os leva a passar três meses viajando pelo interior. A experiência permitiu que professores e alunos concluíssem que não bastava medicar a população de vez em quando. Era preciso tratar da saúde dos rios. A bacia do rio das Velhas foi escolhida como foco e o trabalho envolveu vários municípios, produzindo efeitos animadores. Em 2003, foi feita uma expedição pelos 804 quilômetros do rio, o que levou ao projeto de revitalização da bacia. Houve avanços, mas o rio ainda não foi recuperado. O que nos coloca neste livro em nova fusão dos temas.

Para falar sobre energia, temos de olhar para a saúde das águas, dela depende a saúde das pessoas e o futuro da energia. Não há compartimentos estanques na vida real. Muita gente vem fazendo ou sonhando com a coisa certa no país, mas diariamente um volume espantoso de lixo é jogado nos rios. Há muito tempo suas margens estão destruídas e eles estão definhando. Isso reduz fontes de abastecimento de água para as pessoas e a agricultura, mina a saúde dos ribeirinhos, ameaça a produção de energia e afeta as famílias.

Daiana foi para Brasília procurar trabalho, em 2012, e deixou sua filha recém-nascida, de um casamento de curta duração, aos cuidados da mãe, em Januária, extremo norte de Minas. Ela sabia que ali não haveria futuro.

— Meus pais são pescadores, e quando eu era pequena havia muito peixe no São Francisco. Agora eles trabalham o dia todo para pescar muito pouco.

Ela decidiu que romperia a tradição da família e não seria pescadora porque o rio passou a entregar cada vez menos peixe. Foi para Brasília trabalhar como babá. Casou-se novamente e levou a filha para a capital. Daiana pôde buscar seu futuro longe das margens do Velho Chico, mas o país não pode pensar no seu próprio futuro sem esse rio. A transposição só dará certo com a recuperação das

matas ciliares, a eliminação do despejo de esgotos e outros resíduos no rio e a limpeza das águas. O rio São Francisco já não tem forças para chegar até o mar. Cede terreno para o oceano, que entra em seu leito por 25 quilômetros. E essa luta das águas assusta os moradores. O jornal *O Globo*, numa reportagem de Cleide Carvalho publicada em 24 de agosto de 2014, registrou uma frase que deveria ser ouvida pelos governantes. “O rio está ficando fraco e o mar, mais forte. Não sabemos até quando o rio vai aguentar”, disse Maria Izaltina Silva Santos, líder da comunidade de Brejão dos Negros, em Sergipe.

Pareceu óbvio para todos, desde o início das obras de transposição do rio São Francisco, que ele teria primeiro que ser fortalecido antes de perder parte das suas águas. O então ministro da Integração Nacional do governo Lula, Ciro Gomes, usou o seu estilo para dizer a verdade: “O São Francisco está ferrado”. Portanto, a reconstituição das matas ciliares e a proteção de suas nascentes teriam que ter precedido o projeto. Não foi o que ocorreu. Isso, que é evidente para a população de Brejão dos Negros, tem que ser compreendido em Brasília.

Olhe para o futuro mais distante. O que você vê? Muitos especialistas garantem que haverá briga por água. O elemento no qual a vida surgiu no planeta tende a ficar mais escasso. A vantagem é que a agenda para o futuro está clara: limpar os rios, replantar em torno das nascentes, combater o desperdício, vazamentos, reciclar a água nas cidades e no campo, captar água da chuva, recuperar reservatórios e represas. Em alguns anos, a água será escassa demais; em outros, vai desabar sobre cidades de forma descontrolada. Sempre ocorreram enxurradas, mas elas serão mais frequentes. As enchentes serão menos perigosas se os rios estiverem limpos, reconstituídos e com matas ciliares.

Cada vez que vejo as especulações dos cientistas e a busca incessante por sinais de água em Marte eu penso: onde estamos com a cabeça? Só um marciano para não perceber que temos de proteger as águas do planeta como única forma de manter a vida. Ela é o ponto inicial de qualquer tipo de vida, não apenas a humana. É isso que se procura em Marte: resquícios da presença de água para saber se houve vida.

O Brasil sempre viu as águas como recurso renovável, achando que elas aqui ficariam para sempre. Hoje sabe-se que teremos que trabalhar para mantê-la perene. O conceito de recursos renováveis está mudando. Só serão renováveis se trabalharmos para isso. Ainda há tempo para evitar o pior. Imagine um jovem brasileiro num tempo não muito distante olhando o leito seco de um rio e pensando na insensatez que nós cometemos ao destruir o curso d'água ou torná-lo intermitente. Não esperemos pelo julgamento das futuras gerações.

• • •

Como em todas as áreas, na energia não poderemos escolher uma única fonte. Teremos que investir em várias ao mesmo tempo. Os estudos internacionais sobre o tema nos colocam em papel de destaque como produtor de energia. É o que dizem os cenários de organizações diferentes. A OCDE, nos seus relatórios anuais sobre o tema (*World Energy Outlook*), vem indicando que o Brasil terá um papel relevante no fornecimento mundial de energia.

No relatório, lançado em fins de 2013, antes de instalada a grande crise da Petrobras, a OCDE deu ao país um destaque especial e explicou a ênfase por três pontos. Primeiro, os autores do documento afirmam que seremos o sexto produtor mundial de petróleo, em 2035, com 6 milhões de barris/dia. Quase todo o crescimento viria da extração de petróleo em águas ultraprofundas, cuja tecnologia é dominada pela Petrobras. Segundo, ao mesmo tempo que cresce a produção de energia, o consumo doméstico aumenta devido à ampliação da classe média e à universalização do acesso. Terceiro, apesar do aumento da demanda e da elevação da produção de combustível fóssil, o Brasil permanecerá sendo o país que tem uma das mais baixas taxas de emissão do setor de energia. Nossa maior fonte continuará sendo hidrelétrica, mas as novas renováveis e a bioenergia vão crescer porque o aproveitamento hídrico que resta é no meio da Amazônia, o que cria naturais barreiras geográficas e ambientais.

A OCDE prevê nesse relatório que, em 2035, o Brasil vai dobrar a produção de renováveis e que as hidrelétricas, apesar de continuarem sendo a espinha dorsal da oferta de eletricidade, vão se tornar, percentualmente, menores na matriz energética. As novas renováveis, como eólica em terra, o gás natural e o biocombustível, vão ganhar mais espaço. Em 2035, os biocombustíveis responderão, segundo o relatório, por um terço da demanda doméstica de combustível para veículos, e a exportação líquida será de 40% do comércio mundial de biocombustíveis. Diante das mudanças recentes, para que esse cenário se confirme temos que tomar decisões agora.

No fim de 2013, a organização divulgou cenários olhando 22 anos à frente. Quando se faz isso, às vezes se produz uma certa estranheza em quem está vendo a cena atual. Quem olha para o tempo presente sabe que o Brasil chegou a importar etanol dos Estados Unidos ao invés de exportar, e que todo o esforço, por anos, para fabricar carros flex foi inútil, os motoristas preferiram encher seu tanque com a gasolina fortemente subsidiada de 2008 a 2014. O ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues concedeu uma entrevista a *Veja*, em agosto de 2014, fazendo um lamentável balanço. Ele, que viajou o mundo para explicar as vantagens comparativas do etanol brasileiro, dizia que o subsídio à gasolina havia quebrado o setor de álcool.

O subsídio custou muito caro, aumentou nossas emissões, abriu um rombo nas contas externas, desorganizou a produção de biocombustível e enfraqueceu as finanças da Petrobras. Foi um erro com vários efeitos. Mas equívoco maior foi cometido em 2007. Uma enorme janela se abriu diante de nós e o governo a fechou. Tudo deu muito mais errado do que o mais pessimista poderia imaginar. No dia 8 de novembro de 2007, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou a descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal, na área de Tupi, na bacia de Santos. Estavam todos na sede da Petrobras no Rio: o presidente Lula, a ministra Dilma e a cúpula do setor energético.

A novidade era muito favorável, e o presidente Lula deixou Dilma anunciar, ficando estrategicamente em segundo plano. *O Globo* explicou, em uma reportagem de Gerson Camarotti, que a “justificativa do Planalto é que a ministra preside o conselho de

administração da Petrobras”. Contou também que o presidente havia decidido que ela faria o anúncio da descoberta de novas reservas promissoras do pré-sal porque ela seria candidata à Presidência nas eleições de 2010.

O país vivia naquele momento uma severa crise no abastecimento de gás, mas sobre esse tema quem falava era o então ministro da Energia, Nelson Hubner. Informação ruim era com ele. Para Dilma ficou a tarefa de dar a positiva. O então ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, foi explícito ao justificar a estratégia da escolha da porta-voz. “É natural que a Dilma seja prestigiada com a distinção de fazer o anúncio de uma notícia tão boa para o Brasil, afinal, ela exerce a função de coordenadora administrativa dos ministérios, é a chefe da Casa Civil, exerce a coordenação do PAC, é a presidente do conselho da Petrobras. Por que não deixar ela faturar politicamente quando se tem algo positivo?”

A Petrobras fizera novas descobertas gigantescas, informou a candidata. O Brasil entraria no seleto grupo dos maiores produtores de petróleo do mundo. Só na área de Tupi — depois renomeada Campo de Lula — calculava-se haver de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo equivalente, a unidade usada para medir petróleo e gás. O bastante para elevar em 50% as nossas reservas. Nas estimativas da Petrobras, toda a camada de rocha, chamada de pré-sal, de 800 quilômetros de extensão, do Espírito Santo a Santa Catarina, nos faria superar a marca de 70 bilhões de barris em reservas, quase cinco vezes o que havia naquele momento. “Deixaremos de ser um país que se esforçou a duras penas para alcançar a autossuficiência para nos tornarmos exportadores. Estaremos em patamares em que estão os países árabes”, exagerou Dilma.

Na Petrobras, a reunião daquele dia durara cinco horas. Estavam presentes o presidente Lula, a ministra Dilma, os membros do Conselho Nacional de Política Energética e a diretoria da Petrobras. Foi tomada a decisão de retirar 41 blocos, ligados à descoberta, do leilão que a ANP faria dias depois. Era a nona rodada de concessões. A oitava fora cancelada. A foto da mesa da entrevista coletiva da empresa sobre os detalhes da decisão é interessante, vista a partir do

que se sabe hoje sobre a empresa. Mostra o ex-presidente da estatal José Sérgio Gabrielli gesticulando animado. Perto dele, o então poderoso diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, ao lado do então diretor de Internacional, Nestor Cerveró. E os outros membros da diretoria, entre eles Graça Foster. Anos depois Costa e Cerveró, entre outros funcionários graduados, seriam presos por corrupção.

“É a preservação dos interesses do país diante da descoberta de uma riqueza de proporções significativas. Estamos fazendo uma decisão importante no que se refere à preservação do interesse nacional”, disse a então ministra Dilma. E negou que a retirada dos blocos fosse afastar investidores estrangeiros. Naquele momento o mundo estava de olho em novas descobertas de petróleo. A economia global crescia. Os Estados Unidos estavam com redução das suas reservas. México e Canadá também. O Brasil virou a mais interessante notícia da vez na área de petróleo.

Daniel Yergin, no seu livro *A busca*, retrata desta forma o momento: “Aquele poço havia descoberto um campo gigantesco, a maior descoberta desde Kashagan, no Cazaquistão, em 2000. Conforme outros poços foram sendo perfurados ficou claro que o pré-sal na bacia de Santos poderia ser uma enorme nova fonte de petróleo”. Os grandes investidores do setor de petróleo e gás estavam interessados em investir no Brasil. A descoberta havia repercutido no mundo, mas a retirada das áreas mais promissoras foi decepcionante.

A nona rodada de licitação de petróleo, realizada em novembro de 2007, foi apresentada como um sucesso. Recorde de arrecadação: R\$ 2 bilhões. Metade do que estava previsto. O diretor da ANP, Haroldo Lima, admitiu que poderia ter atingido de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões, caso os 41 blocos estivessem em disputa. O destaque foi a OGX — a empresa de Eike Batista respondeu por 74,6% de tudo o que foi arrecadado. Em entrevista, Eike disse: “A previsão é que em três anos possamos ter um volume considerável de barris”. Realmente, sucesso não é a palavra certa para definir aquela rodada.

Em seguida, o governo anunciou que, diante da enorme riqueza que o país tinha em mãos, ia alterar o marco regulatório do petróleo, mudando o regime de concessão para o de partilha. Nisso queimou os anos seguintes. O projeto de lei enviado ao Congresso teve idas e

vindas, provocou conflitos federativos, entre estados produtores e não produtores, e, principalmente, fez o país perder longos e preciosos anos. Suas principais ideias não funcionaram e estão sendo novamente alteradas.

Olhar para o passado ensina o que fazer e não fazer. Comparemos dois casos. Em Denver, Colorado, no dia 28 de agosto de 2008, um jovem senador por Illinois, Barack Obama, fez seu discurso de aceitação da candidatura à Presidência, depois de vencer uma dura batalha nas primárias. A promessa, que parecia mesmo coisa de candidato: “E pelo bem da nossa economia, nossa segurança e do futuro do nosso planeta, eu vou perseguir o objetivo claro como presidente: em dez anos nós vamos finalmente acabar com nossa dependência do petróleo do Oriente Médio”.

Não disse como faria isso, e em seguida tudo pareceria ainda mais irreal. Dezoito dias depois daquele discurso, um banco não abriu as portas em Wall Street na segunda-feira, 15 de setembro. O centenário Lehman Brothers quebrou, explodindo a bolha que se formara pelos erros de reguladores e administradores de recursos. O mundo viveu meses à beira do precipício econômico e entrou na mais grave crise desde a Depressão de 1929.

Em 2014, a economia americana estava crescendo e a independência energética era cada vez mais uma realidade nos Estados Unidos. O preço do barril de petróleo despencou para tentar conter a produção americana. No meio do caminho, houve um desses eventos que alteram completamente o cenário. Em seu livro, Yergin chama de “a ruptura” a descoberta, nos Estados Unidos, de uma tecnologia viável de fracionamento hidráulico de rocha que permitiu a exploração do gás de folhelho e de petróleo. Na verdade, a tecnologia para extrair o gás de rocha vinha sendo testada desde os anos 1940, com incentivos fiscais. Depois de vários fracassos, os investidores desistiram. Um deles, George Mitchell, no entanto, persistiu até ter sucesso. Apesar de se saber das pesquisas, a descoberta de uma forma nova e economicamente viável de exploração do gás não convencional pegou o mundo de surpresa. “Ela consiste em injetar grande quantidade de água sob alta pressão, combinada com areia e pequenas quantidades de substância química na formação da rocha”,

explica Yergin. No Brasil, tem sido chamado de gás de xisto, mas os técnicos recomendam traduzir *shale* por folhelho.

A novidade foi recebida com reservas pelos ambientalistas e os temores não estão afastados. Como é necessário o uso de muita água na liberação do gás e do óleo, haveria riscos de contaminação do lençol freático. Como eles fracionam abaixo dos aquíferos, há o perigo de contaminação desse bem preciosíssimo. Está também mal resolvido o destino da água com os resíduos químicos, ao fim da extração. Nem todos os estados americanos a permitem. Vários países a proíbem. Mesmo nas regiões dos Estados Unidos que produzem gás de folhelho, há pressão da opinião pública mais influente para que a exploração seja empurrada para áreas remotas. As reservas dos Estados Unidos seriam de 3 quatrilhões de pés cúbicos, o suficiente para manter o atual consumo no país por 100 anos. A exploração desse gás ajudou fortemente na recuperação da economia, atraindo investimentos de outros países, e matou a ideia de fazer etanol do milho. O etanol americano chegou a ser um programa ambicioso, mas hoje definha. Como o gás reduz as emissões de gases de efeito estufa, houve um ganho climático com o crescimento do *shale*. O petróleo, também encontrado nessas jazidas, reduziu fortemente a dependência do petróleo importado.

Mas nem só de fóssil se fez a mudança do cenário energético na maior potência. Durante os governos Obama houve muito investimento nas novas energias renováveis. Em janeiro de 2015, no discurso que o presidente faz tradicionalmente no início do ano no Congresso, o chamado “Estado da nação”, Obama afirmou: “Hoje, os Estados Unidos são o número um em petróleo e gás. O número um em energia do vento. A cada três semanas, nós colocamos na rede mais energia solar do que tudo que tínhamos em 2008”.

No Brasil a situação era totalmente diversa. A Petrobras vivia, no início de 2015, o pior momento da sua história, com o escândalo de corrupção descoberto pela Operação Lava-Jato: ex-diretores presos, a empresa sem balanço auditado, os jornais informando detalhes escabrosos do processo de pilhagem ao qual fora submetida. A então presidente da estatal caiu junto com cinco diretores.

O país nunca atingiu a autossuficiência em petróleo, que fora dada

como certa naquelas declarações da então ministra Dilma em 2007. Aliás, quando ela discursou na Petrobras, o Brasil exportava apenas 78% do que importava de petróleo e derivados. Nos anos seguintes, a conta do petróleo acumulou um déficit. De 2008 a 2014, o déficit acumulado foi de US\$ 60 bilhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. O Brasil sempre importou mais do que exportou, mas a escalada do déficit foi resultado da política de incentivo ao consumo de gasolina, obrigando a Petrobras a vender o produto mais barato do que ela comprava no exterior. A OGX, que havia pagado 74,6% do que foi arrecadado naquele leilão, faliu. O novo marco do petróleo só foi aprovado anos depois. No único leilão feito pelo modelo de partilha, apenas um consórcio apresentou proposta, o formado pela Petrobras com alguns sócios.

As histórias de Dilma e de Obama mostram dois pontos. Primeiro, decisões erradas podem cobrar um preço alto demais do país. Segundo, objetivos corretos e perseguidos com insistência podem ser atingidos, mesmo quando há imprevistos, como uma crise econômica. Quem me mostrou a diferença desses dois processos foi o primeiro diretor da ANP, David Zylbersztajn, em entrevista para este livro.

— Esses anos que o Brasil perdeu não voltam mais. Houve a crise internacional, apareceu o *shale gas*, o golfo do México começou a ser revitalizado. O Brasil deixou de ser interessante e perdeu a oportunidade. Estamos há sete, oito anos daquela época. Imagine se essas áreas tivessem sido exploradas: empregos seriam criados, os investimentos viriam, a indústria se beneficiaria, o país arrecadaria com impostos e com a receita nos leilões de concessão. O pré-sal que não foi licitado continua lá, sem ser explorado. As perdas foram irreparáveis e aquela janela se fechou.

O Brasil ficou anos sem licitar novas áreas, perdido na interminável mudança para o regime de partilha. Foi exatamente o período em que todo o cenário mudou. O *shale gas* continua levantando dúvidas. Uma delas é a do risco de vazamento de metano. Yergin fala disso em *A busca*. Os estudos têm sido constantes e, em 18 de fevereiro de 2015, a American Geophysical Union publicou relatório mostrando alguns casos de volume alto de vazamento de metano. Se os Estados Unidos conseguirem controlar os riscos

ambientais dessa exploração, terão mudado a geopolítica da energia. As quatro maiores reservas desse gás estão nos Estados Unidos, na Argentina, no Canadá e na China. Além disso, outras fontes de petróleo foram encontradas no período em que o Brasil perdia tempo.

O erro, segundo David Zylbersztajn, foi a visão ideológica de que o Estado tinha que fazer tudo diretamente e que era preciso revisitar o lema “o petróleo é nosso”.

— Claro que é nosso, mas empresas estrangeiras podem participar da exploração e produção, porque 70% dos recursos acabam sendo enviados ao Tesouro, através de impostos, *royalties*, participação especial e o que se paga na licitação. Seja a Petrobras ou outra empresa, o valor é o mesmo. O Brasil poderia chegar a 2020 exportando 2,5 milhões de barris/dia. Em caso de necessidade, a lei permite que se retenha a exportação. O petróleo continua sendo nosso, seja qual for o modelo de exploração. Quando aumentar a produção, o Brasil vai entrar num mundo que quer menos petróleo, que tem mais fontes de produção e que paga pelo produto um preço menor. Em vez de se pensar na riqueza que o petróleo poderia ter nos proporcionado, se pensou no petróleo físico.

Temos muito, mas nada está garantido. Pode-se perder a chance com as políticas erradas. A crise da Petrobras levará tempo para ser superada. A corrupção se instalou de forma tão ampla durante os governos do PT na companhia, que ela passou a ser investigada nos Estados Unidos, na Holanda e no Reino Unido, por causa do envolvimento de empresas internacionais no esquema. As maiores empreiteiras do país foram processadas pelo pagamento de propina a funcionários da estatal ou aos partidos da base política.

Esse terremoto não vai durar para sempre. A petrolífera tem reservas comprovadas, gente qualificada, tecnologia dominada. Aumentará a produção nos próximos anos. A crise reduz o ritmo, não muda o caminho. O erro do modelo de partilha é colocar peso demais sobre a Petrobras. Forçada a ter sempre 30% de todas as áreas em exploração, ela ficaria sem capacidade de investir. Por isso tantos passaram a advogar dentro do governo pela mudança do modelo que eles mesmos haviam implantado.

Erros serão corrigidos porque a lógica se imporá em algum

momento. Novas áreas de exploração e novas descobertas levarão a um aumento da produção. Mas quanto e quando? No planejamento estratégico da maior empresa brasileira, quando fui visitá-la, o horizonte era 2030. Conversei com Graça Foster, em meio ao terremoto, não porque ela presidia a Petrobras, mas porque havia passado décadas trabalhando na estatal. Ela entrou como estagiária, em 1975, e viu seu enorme crescimento. É uma especialista em petróleo, independentemente dos eventos que cercaram sua gestão. Graça explicou:

— A energia deve ser vista sem paixão. É negócio, escala e tempo. O modismo deve ser abandonado e a pergunta a ser feita é: qual é a vocação? A da Petrobras é petróleo. Óleo. Mais do que gás. As nossas bacias sedimentares têm principalmente petróleo e ficam a 100, 150 ou 300 quilômetros da costa. E cada vez mais fundo. É lá que temos que buscar o produto, com tecnologia cada vez mais sofisticada.

Fazer o planejamento estratégico toma um ano, um ano e meio. É preciso desenhar cenários, suposições, e olhar todos os dados que estão sendo produzidos pela gigante da avenida Chile. O que não foi incluído no cenário foi a explosão do maior escândalo de corrupção já visto no Brasil, que fez cair por terra projetos de investimento e projeções de crescimento.

A crise detonada pela corrupção, o rebaixamento da dívida da empresa para o nível especulativo e a forte queda do preço do petróleo não estavam nesse horizonte. A Petrobras investirá menos do que havia previsto, sairá menor da crise e terá que seguir novo padrão de governança. O governo errou demais. Entretanto, com todas as mudanças, há um horizonte que permanece para a companhia e o país. A Petrobras continua tendo os méritos que sempre teve, reservas, tecnologia de ponta e corpo qualificado de funcionários. O horizonte ficou mais turvo por um tempo.

Lá na sala da presidência se vê o mar. Atrás da grande mesa retangular em que se senta o seu CEO há uma foto enorme de uma plataforma marítima. Estar em uma dessas plataformas, fisicamente, provoca sensações fortes e contrastantes. Ora a amplitude exagerada faz a pessoa se sentir solta, sem fio terra, ora o sentimento é de

confinamento dentro dos seus corredores. No topo, ao descer do helicóptero, seus pés pisam numa altura equivalente a um prédio de 30 andares depositado sobre as águas fundas do mar. Acima é o céu, por todos os lados o mar, a costa não se vê, porque fica longe demais; abaixo dos pés, um piso metálico de andares e escadas que deixam o visitante intrigado. Como construí-lo e firmá-lo sobre águas? Quanto mais se desce, mais se chega ao coração da produção, com suas sondas que investigam o mar numa profundidade tão imensa que vai muito além do limite do ser humano. Recebe-se, ao chegar, o tradicional capacete de obras. O céu não cairá sobre a sua cabeça. Isso é certo.

O que parece ameaçador ao visitante é a distância da costa, o vazio do entorno, as águas sem fundo, a ideia de que uma enorme camada de sal é perfurada em algumas plataformas para depois dela se capturar o petróleo. Dentro do prédio, tudo lembra um navio, como a estreiteza labiríntica dos corredores. Funcionários ficam ali embarcados por 14 dias seguidos e dão a impressão de que aquele lugar estranho é quase um lar. Movem-se com familiaridade e contam as proezas da produção de petróleo com entusiasmo. É fácil, ao conversar com eles, separar a crise temporária do valor permanente da grande empresa brasileira de petróleo.

O caminho até buscar petróleo a 300 quilômetros da costa e, agora, a 7 mil metros de profundidade é uma longa história que mostra persistência. A empresa nasceu da mobilização popular nacionalista e, ao longo das décadas, foi vencendo desafios que pareciam intransponíveis.

— Sou do tempo em que a gente entrava quietinho numa conferência sobre petróleo e sentava-se lá atrás. Nosso planejamento estratégico tem a meta de a Petrobras ser a quinta maior companhia do mundo — me disse a ex-presidente. — Parte do caminho terá que ser refeito e algumas ambições foram arquivadas por enquanto.

A expressão “sem paixão” foi a que mais repetiu durante a conversa.

— Para analisar o que vai acontecer no futuro no setor de petróleo, quanto mais frio você estiver, melhor — disse ela.

Era uma época quente. A crise se aprofundaria. Pelos cálculos

feitos a meu pedido pela consultoria Economática, o valor das ações em bolsa, que chegou ao pico de R\$ 752 bilhões nos dias 21 e 22 de maio de 2008, caiu para R\$ 105,66 bilhões em 30 de janeiro de 2015. Uma queda de 86%. O recorde foi obtido numa época em que o petróleo estava no seu preço máximo, de US\$ 142 o barril, e isso foi antes da crise de 2008. Descontando-se tudo isso, a perda de riqueza com os erros do governo na companhia foi imensa.

A crise, que estava em uma escalada quando entrevistei a então presidente, pioraria muito nos meses seguintes e teria um efeito devastador sobre a reputação da estatal. Já era suficiente, no entanto, para mostrar quanto o uso político, a ocupação partidária e a corrupção podem ameaçar até a maior empresa do país. Para a conversa dar certo foi preciso sobrevoar aquele mar conjuntural de águas revoltas em que havia investigação policial e parlamentar sobre alguns negócios da petrolífera e uma política de preços de combustíveis que aumentara o endividamento da companhia.

Os pressupostos com os quais a Petrobras trabalhara no seu planejamento, antes mesmo do caso de corrupção ser revelado, desmontavam as bases da gestão que o PT impusera. Eles partiram do cenário de que não haveria mais preços subsidiados nem monopólio total do mercado brasileiro. Graça me afirmou, em agosto de 2014:

— Admitindo que os governos farão seu papel e aceitarão que a produção de petróleo tem que ser um negócio bom para todos, ou seja, que haverá rentabilidade necessária, nós baixamos os dados concretos. Projetamos cenários diversos para o que não controlamos, como o preço do Brent (que serve de referência ao mercado) e o câmbio. Inserimos as informações que temos sobre os campos, os sinais inequívocos de acumulação de hidrocarbonetos. Calculamos a redução natural desses campos. Avaliamos quantas plataformas poderemos ter a mais a cada ano, e então fica possível prever a curva de produção.

Várias firmas de consultoria, organizações multilaterais e o governo americano apontavam, naquele momento, que o Brasil estaria produzindo 6 milhões de barris em 2035. A Petrobras acreditava que o Brasil estaria produzindo 5,2 milhões de barris por dia em 2030, sendo 4,2 milhões pela estatal.

Fora do mercado de crédito de grau de investimento, o selo do bom pagador, a Petrobras passou a contar mais com o próprio caixa. A previsão da então presidente era de que o governo permitiria o reajuste da gasolina, o que aconteceu no início do segundo mandato, aumentando sua geração de caixa. Ela previa também que, a médio prazo, haveria outras multinacionais produzindo no Brasil. Mas essa não foi a opção do PT desde que chegara ao poder.

O fim do monopólio oficial do petróleo foi em 1996. A Petrobras continuou com o domínio quase absoluto do mercado brasileiro. Os leilões de concessão trouxeram muitos investidores para o Brasil e, mesmo quando associados à estatal, foram uma lufada de ar fresco do qual até hoje ela tira proveito. A ANP começou, com regulação, a impor alguma competição. A Petrobras foi forçada a dar direito de passagem a quem quisesse importar petróleo ou derivados nos seus portos e oleodutos.

O PT no poder enfraqueceu a agência e fortaleceu o monopólio. Com o sistema de partilha, a Petrobras ficou com mais obrigações. Parte das distorções nasceu da decisão de afastar qualquer resquício de mercado competitivo, na opinião de David Zylbersztajn.

— Dificilmente a crise teria ocorrido se a gente não tivesse voltado para uma estrutura monopolista. Sem competidor, a estatal compra pelo preço que quiser. Ninguém tem preço comparativo para dizer se ela está comprando caro ou barato. É a porta para a malandragem, para a ineficiência e para não ter investimento. Mesmo que legalmente não haja monopólio, a defesa da concorrência não funciona. A empresa passou anos vendendo abaixo do preço por imposição governamental. Quem é louco de entrar nesse mercado? Quando a situação se inverteu e ela passou a vender mais caro do que no mercado internacional, a desconfiança continuou. Nós não temos órgãos que garantam coisa alguma. O futuro da Petrobras depende de ela voltar a viver num ambiente competitivo. Ela teria, por exemplo, que vender 30% do parque de refino. Esse é o segmento da produção que dá menos margem, mas existem grupos especializados em refino e que fazem, inclusive, pequenas usinas. Ela terá que abrir sua estrutura de dutos. O futuro inclui a Petrobras focar mais. É uma vergonha ela ter sido impedida de vender os poços

pequenos. Uma loucura. Existem centenas de pequenos poços que dão prejuízo. Se fossem vendidos, seria possível criar uma indústria nacional de pequenos produtores, como existe no Canadá.

O pouco que se abriu à participação estrangeira tem permitido à Petrobras a troca de informações. O consórcio que ficou com o campo de Libra, porque não apareceu nenhum outro grupo na disputa, ocupa um andar inteiro do edifício Ventura, no Centro do Rio de Janeiro, perto da catedral Metropolitana e das sedes da estatal, do BNDES, da Caixa Econômica. Vidros especiais mantêm a iluminação natural e não esquentam o interior, reduzindo o consumo de água e energia. Lá dentro, sentam-se na mesma mesa, com os brasileiros, os chineses da CNPC e da CNOOC, os holandeses e ingleses da Shell e os franceses da Total. Eles discutem o futuro do campo mais promissor de petróleo já vendido.

Mas não será Libra a maior área de petróleo no futuro. O planejamento aponta para outros campos na bacia de Santos. Novas descobertas devem ser confirmadas para outros mares do Brasil, como os do Nordeste. A maior região produtora continuará sendo a bacia de Santos, que começa no litoral fluminense e vai para o Sul. A previsão oficial é de que no futuro essa bacia vai produzir 70% do petróleo, os outros 30% serão de outros grupos em ambiente competitivo.

Apesar de toda a crise, foram tomadas decisões que permitirão o aumento da produção.

— Até 2020, a companhia vai dar o salto para 4 milhões de barris/dia. Isso é fato consumado. O que estamos fazendo hoje garante isso. Em energia, tudo o que se consome agora foi fruto de decisão de 20, 30 anos atrás. Desde que eu entrei na área de perfuração, na companhia já se falava do pré-sal, que só agora é realidade — contou Graça Foster.

As decisões que o Brasil tomar no presente vão garantir a capacidade produtiva do futuro. O país precisa saber que essa riqueza é temporária, se olharmos o longo prazo. As emissões dos gases de efeito estufa terão que ser contidas, e elas vêm principalmente do uso dos combustíveis fósseis. Uma das certezas com que a Petrobras já trabalhava, quando fez seu último planejamento estratégico antes da

crise, é de que viria uma taxaço sobre o uso das fontes tradicionais e mais poluentes.

— Imposto sobre o petrleo? É inexorável, uma questão de tempo — prosseguiu Graça. — O mundo tem que fazer um acordo com a natureza. Enquanto o ser humano tiver a responsabilidade de respirar, e não há tecnologia que nos desobrigue de respirar para viver, precisaremos estar em acordo com a natureza. E para isso será preciso reduzir o ritmo de aumento das emissões de gases de efeito estufa. Os subsídios aos combustíveis fósseis, que existem em vários países, vão acabar e a tendência é cobrar um imposto sobre o petrleo.

Essa convicção é compartilhada por inúmeros especialistas do Brasil e do mundo. Haverá uma taxaço para desestimular o consumo de combustíveis fósseis. A produção e o consumo aumentarão, mas num ritmo menor para que outras fontes ocupem mais espaço na matriz de energia do mundo inteiro. Além disso, há aperfeiçoamentos em curso para reduzir as emissões na atividade de produção de petrleo. O Brasil está usando a tecnologia chamada de bombes centrífugos submersos, que faz a primeira separação de fases do petrleo no mar e injeta, no fundo do oceano, parte dos gases que seria liberada na atmosfera pela forma tradicional de produzir.

A lista dos maiores fornecedores de petrleo de 2035, pela OCDE, mantém a Arábia Saudita no primeiro lugar, a Rússia em segundo, seguida de Iraque, Irã, Canadá. No sexto lugar, está o Brasil. Mas a Venezuela, se corrigir as políticas erradas que adotou, ficará no sexto lugar e o Brasil, no sétimo.

Na opinião da Petrobras, o petrleo permanecerá como a principal fonte de energia no mundo por uma inércia nos investimentos passados. Como já se investiu muito na infraestrutura de produção e escoamento de gás e petrleo, isso tende a desestimular o uso de outras fontes. Variáveis ambiental e climática empurrarão o mundo para as novas energias renováveis. Algumas delas ficam menos viáveis quando o petrleo fica mais barato. A queda do preço do petrleo estava no horizonte da Petrobras e dos especialistas brasileiros. A rapidez e a intensidade da queda é que surpreendeu todo mundo.

Muitos fatores afetam o preço do petróleo e por isso as previsões sobre cotação se revelam sempre erradas. Mas uma coisa já se sabe: as tecnologias de produção tendem a ser mais caras, por causa dos custos de implantação de tecnologias mais sofisticadas. Há a chamada teoria do pico, defendida por vários especialistas, que sustentam que se chegaria ao máximo da produção de petróleo e depois ela cairia, elevando o preço. Yergin acha mais provável a tese do platô: a produção cresce e fica estabilizada por um tempo para depois cair, em meados do século. Em fevereiro de 2015, os Estados Unidos estavam produzindo 1 milhão de barris a mais do que em fevereiro de 2014 e vinham desde 2010 com crescimento forte. O mundo continuará usando petróleo por muito tempo, mas há uma equação complexa no horizonte. O planeta precisará reduzir as emissões. O mundo demandará mais energia para incluir mais pessoas no mundo da luz. A tendência é que a energia fique mais cara, o que impede a inclusão. Cada frase parece negar a outra. É mesmo complicado olhar o futuro da energia. Antes se dizia que o petróleo mais caro ajudava a viabilizar as energias alternativas. Hoje alguns especialistas dizem que é o oposto. O avanço de energias alternativas puxou o preço do petróleo para um patamar mais baixo. Além das novas fontes para a eletricidade, há a promissora tecnologia de carros elétricos. O produto já é realidade em inúmeros países.

Uma peça que ajuda a fechar o quebra-cabeça é a eficiência energética. No futuro que começa agora, cada governo, empresa e família terá que ser um poupador de energia. Será preciso escolher equipamentos que consumam menos, lâmpadas cada vez mais eficientes, construções inteligentes, carros mais econômicos. O subsídio é arma de indução de consumo e não pode ser dirigido à energia fóssil. Ele só pode existir para as fontes limpas e para os mais pobres. Quem consome mais, tem que pagar mais, quem emite mais, tem que ser mais taxado. O preço e os impostos induzirão o consumidor empresarial ou residencial a escolher fontes limpas e a buscar sempre a eficiência energética.

• • •

O jornalista Chris Huhne publicou no *Guardian* um artigo otimista avisando que não se devia mais temer o crescimento econômico, porque ele deixara de ser o inimigo: “Don’t fear growth — It’s no longer the enemy of the planet”. A ideia defendida é que a eficiência energética está permitindo ao mundo crescer sem aumentar o consumo de energia na mesma proporção de antes. A necessidade de energia por unidade de PIB está caindo fortemente e, garante, até mesmo nos países em desenvolvimento. Foi a partir do uso dos combustíveis fósseis que o mundo conheceu uma fase de maior prosperidade. Ao mesmo tempo, isso acelerou o ameaçador processo de aquecimento global. Por isso alguns ambientalistas temem o crescimento em si. O que Huhne sustenta é que a equação fecha com a eficiência energética. “Até agora a história da prosperidade humana foi basicamente sobre a energia abundante e barata. No entanto, algo está acontecendo. Pela primeira vez em nossa história, nós estamos ficando mais ricos usando menos energia.”

Talvez o jornalista inglês esteja sendo otimista demais e tomando alguns casos como regra geral. Mas em grandes economias, como os Estados Unidos, tem havido esse fenômeno de aumento do PIB com queda de consumo de energia. E não será possível aos governos — inclusive o nosso — manter preços artificialmente baixos. Além disso, as emissões serão uma barreira. A tendência daqui para a frente será produzir e consumir mais com relativamente menos energia. O que não faz sentido é o governo subsidiar energia fóssil para os mais ricos. Essa política é duplamente errada.

Há quem preveja a volta inevitável do investimento em energia nuclear. Essa é uma fonte que desperta sentimentos fortes, como o medo e a paixão. Seus defensores acham que ela é a melhor e dizem que é estável e segura. Os que a temem tiveram no Japão, em Fukushima, em 2011, mais um aterrador exemplo de como seus danos, quando aparecem, são vastos e prolongados. Se existe um país do qual se poderia esperar um sistema de proteção eficiente contra os riscos de uma usina nuclear é o Japão. É um arquipélago onde ocorrem frequentemente terremotos com consequências tão previsíveis como um tsunami. O país tem vulcões ativos. Foi a única nação que enfrentou em seu território o flagelo de duas bombas

atômicas. Além de tudo isso, é conhecido por possuir alta tecnologia e dominar processos muito eficientes. E foi lá que aconteceu um vazamento que por vários dias fugiu ao controle.

A reação foi um recuo do uso da fonte nuclear. O vazamento ocorreu no Japão, mas esse movimento de retirada foi mais intenso na Alemanha. Os Estados Unidos não precisaram defendê-la, porque já estavam jogando todas as suas esperanças no gás de folhelho. Para o Brasil, além do medo, algo mais detém as apostas nas usinas nucleares: elas são muito caras. Por outro lado, se, em algum momento, essa for a opção, o Brasil tem reservas de urânio suficientes para usar e exportar.

O gás de folhelho teve um enorme impacto em todos os cenários traçados sobre energia. Cresceu rapidamente nos Estados Unidos também porque o país tem uma fabulosa rede de gasodutos que liga os centros produtores com a indústria. Os Estados Unidos, junto com a China, são os maiores consumidores de petróleo do mundo. A produção assusta os ambientalistas, anima os estrategistas do governo com o sonho da independência energética e enche de lucros os produtores. E ganhou uma velocidade impressionante, a ponto de o produtor ter seus preços derrubados no final de 2014.

Seu futuro ainda é opaco. Há cenários que projetam seu crescimento como fonte de transição para o mundo da energia mais sustentável do ponto de vista climático; há cenários que apontam as limitações de sua produção, o que elevaria novamente o seu preço. De qualquer maneira, no que nos interessa, a Petrobras precisará superar o mais rapidamente a crise, porque o segmento da energia está mudando muito. Os governos terão que aceitar uma administração blindada contra as influências políticas porque o ambiente de competição entre os fornecedores no mundo está se acirrando. Para realizar os cenários de entrada do Brasil na elite dos produtores de energia, muita correção de rumo terá que ser feita. E o país pode perder essa chance.

O petróleo não é passaporte para o futuro. Esse é um dos erros da visão governamental brasileira dos últimos anos. Uma energia do século XX não pode ser a garantia do futuro no século XXI. Mas a riqueza que se extrair do petróleo pode ajudar, se o país não

continuar errando. A Petrobras terá que cumprir um caminho árduo de recuperação de imagem e de limpeza dos estragos que ficaram da indevida e abusiva interferência política. Quanto mais cedo, melhor. A empresa continuará sendo fundamental para a economia brasileira.

As novas fontes alternativas vão se tornar mais importantes, mas não existe energia completamente limpa. Todas precisam de energia para serem produzidas. Um painel solar, ao ser fabricado, consome plástico, metal, tinta, componentes eletrônicos. No entanto, as energias que emitem menos são as que pertencem à lógica do século XXI, irremediavelmente marcado pela ameaça das mudanças climáticas. Acordos internacionais climáticos com valor legal sobre os países e metas assumidas vão reduzir o espaço para as energias fósseis.

Uma das mais importantes fontes será, como explicou David Zylbersztajn, a energia não consumida. O Brasil retrocedeu em conservação de energia. Precisa reativar os centros que tem e fortalecer o conceito. No ano de 2014, os Estados Unidos cresceram consumindo menos energia; o Brasil entrou em recessão, mas aumentou o consumo. O governo concedeu bilhões em redução de impostos ao setor automobilístico, sem impor contrapartidas. Os Estados Unidos resgataram a indústria, mas exigindo motores bem mais eficientes. O racionamento de 2001, no Brasil, deixou como herança um ganho em eficiência energética: lâmpadas de melhor tecnologia; sensores que apagam as luzes automaticamente nos hotéis e em empresas; um projeto com índices mínimos de eficiência para geladeiras. O país criou novos hábitos e levou alguns anos para voltar aos níveis de consumo de antes da crise. Depois disso, a preocupação foi abandonada e, no começo de 2015, com o nível de reservatórios baixíssimo, ainda era possível ver os prédios da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, acesos durante a noite toda. A conservação é uma agenda para sempre.

O futuro da energia terá o conceito disseminado da geração distribuída. Shopping centers, hospitais, indústrias, condomínios e até residências passarão a ser centros produtores de energia. O uso mais imediato será o dos painéis solares para consumo próprio e fornecimento do excedente para a rede. Isso reduzirá o custo do

consumidor e tornará todo o sistema de geração mais inteligente.

A tecnologia das baterias está evoluindo para unidades menores, mais compactas e com maior capacidade de armazenamento, conforme aconteceu com a memória de *pendrives*. Os primeiros tinham capacidade de 8 MB e eram vendidos por US\$ 50. Hoje, um pendrive com 8 GB é brinde de empresa aos clientes. Cada unidade domiciliar terá seu espaço de geração, ou área de armazenamento, que em nada lembrará os barulhentos, gigantescos e poluidores geradores de antes, movidos a combustível fóssil.

A energia eólica espalhada em pequenas propriedades rurais é uma realidade em várias áreas do Brasil, especialmente no Nordeste. Algumas torres numa pequena propriedade geram renda para os donos da terra. O espaço poderá ser ocupado de forma mais eficiente com o uso simultâneo de energia solar e eólica. Espelhos d'água dos reservatórios podem ser preparados para também gerar energia solar.

Eu me animei quando ouvi do ministro Eduardo Braga, logo que ele assumiu o Ministério das Minas e Energia, em 2015, que uma das ideias com que se trabalhava era usar o gigantesco lago da usina de Balbina, no Amazonas, para produzir energia que seria transportada pela mesma rede de transmissão. Como todos sabem, Balbina é um crime ecológico cometido no governo militar. Parece um experimento às avessas: como produzir o mínimo de energia com o máximo de destruição. O reservatório alagou 2,5 mil quilômetros quadrados para uma potência instalada de meros 250 MW de energia. Um nada. Para efeito de comparação, cada turbina de Itaipu gera 750 MW. Quando a usina foi construída, não quiseram suprimir a vegetação nativa, madeira nobre, para não atrasar a obra. O resultado é que seu lago emite muito mais do que uma usina a carvão, pelo apodrecimento da madeira alagada. Se houver algum aproveitamento do lago será reduzido o enorme prejuízo desse projeto tresloucado.

No futuro imediato será preciso fazer um programa de recuperação dos reservatórios das grandes hidrelétricas porque hoje eles armazenam menos do que oficialmente está registrado. Será necessário medir o impacto ambiental das usinas e as emissões de gases de efeito estufa de seus lagos para acabarmos com o mito de que toda hidrelétrica produz energia limpa. Algumas, sim; outras,

não. O Brasil deve replicar os bons exemplos.

As hidrelétricas da Amazônia têm gastos excessivos não contabilizados. Não se sabe, na verdade, quanto custaram. Os próximos projetos devem evitar os erros e os custos camuflados nas hidrelétricas do rio Madeira e de Belo Monte. Antes de tomar a decisão de tocar adiante os novos projetos na região, é preciso analisar, de forma sincera e atualizada, como e de que maneira se devem fazer hidrelétricas na Amazônia. Hoje todos estão insatisfeitos. As populações atingidas, principalmente as indígenas, têm queixas de condicionantes não cumpridas. Os ambientalistas acham que foi alto demais o impacto no meio ambiente. Os especialistas em energia estão convencidos de que foi um erro optar pelas usinas a fio d'água. As cidades próximas culpam as usinas pela elevação excessiva do rio Madeira nos últimos anos. Os empreendedores acham que foram atrapalhados pelos índios, pelos trabalhadores, pelo Ministério Público. O contribuinte pagou um preço muito mais alto do que nos foi dito nos leilões. Há necessidade de uma auditoria do custo real da energia das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Os subsídios camuflaram a realidade dos gastos. O país tem muito a aprender com esses erros para não repeti-los.

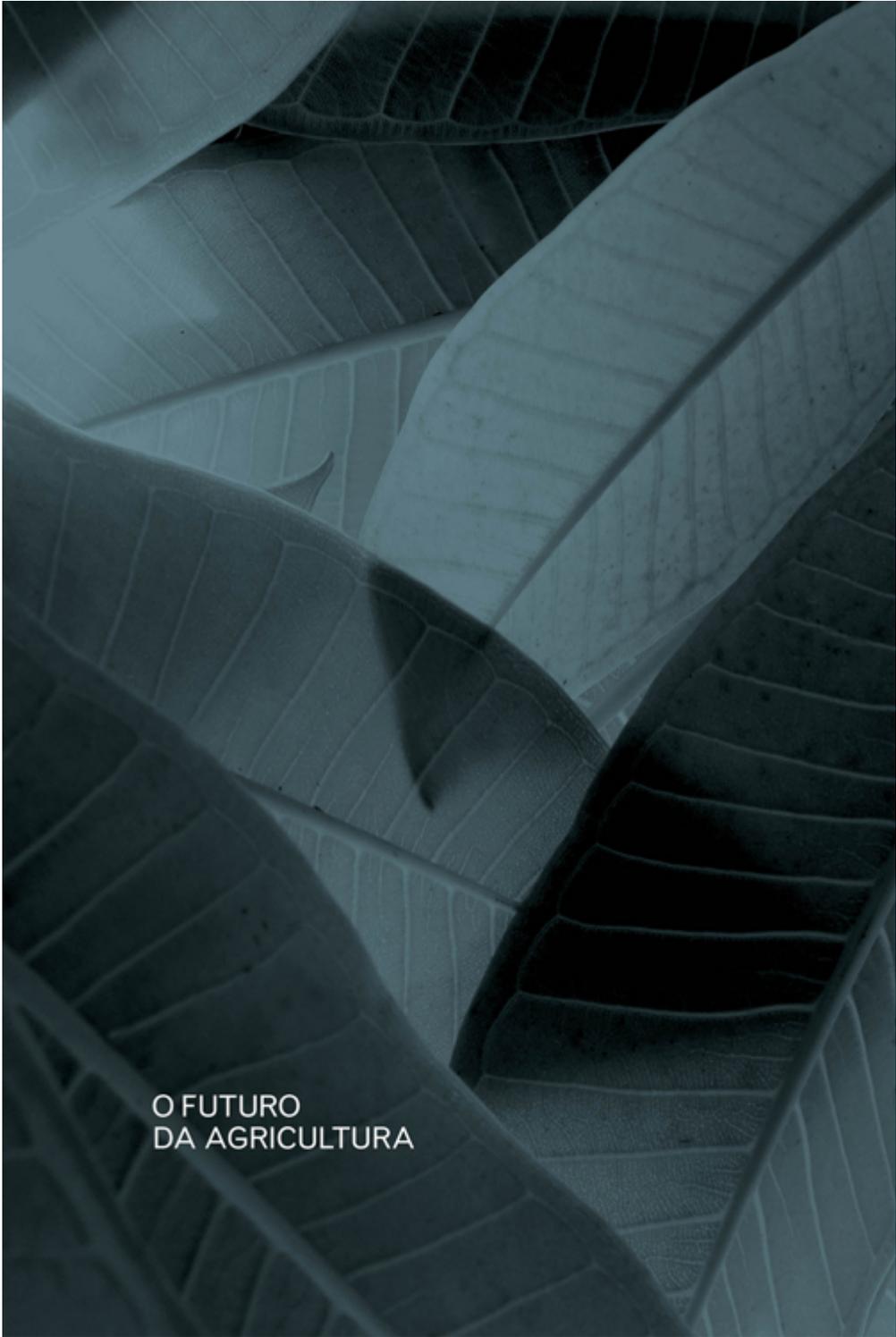
É razoável supor que o Brasil vai se tornar maior na bioenergia nos próximos anos e décadas. Por três motivos: dominou a tecnologia do etanol de cana; investiu na estrutura de oferta, escoamento e demanda; tem terra agricultável que permite a conciliação da produção de alimentos com a de combustíveis. Mas para que isso se confirme é preciso investir na bioenergia de última geração com novas fontes além da cana.

O ano de 2015 começou em meio a uma grave crise de energia que poderia ter sido evitada se tivessem sido ouvidos os alertas dos técnicos. Erros de gestão energética nasceram da teimosia e da arrogância. Essa crise e o racionamento de 2001 ensinam que é prudente iniciar planos de contingência no tempo certo. As autoridades devem agir aos primeiros sinais de escassez e não quando a restrição ao consumo tem que ser complexa e mandatária. A matriz será cada vez mais diversificada no futuro, mas, por muito tempo, a hidráulica será a principal fonte. Como o regime hídrico está instável,

sistemas de alerta precisam ser implantados e levados a sério, mesmo em períodos eleitorais. O eleitor é suficientemente maduro para valorizar o administrador prudente.

No horizonte o que se vê é que o Brasil é um país com muitas opções de fonte de energia. Energias do sol, do vento, das marés, da água, da bioenergia serão vencedoras no mundo do século XXI. Outras fontes estão sendo pesquisadas, como a de hidrogênio, e novas tecnologias podem surgir. O gás natural será o combustível de transição para uma energia menos dependente de petróleo. O Brasil é um país com grande potencial por possuir, ao mesmo tempo, várias fontes de energia em abundância. Pode ter uma matriz mais sustentável para manter o ritmo de crescimento e ainda ser exportador de energia, tanto fóssil, que é poente, quanto limpa, que é a emergente. O futuro será da diversificação de fontes, e nós temos a ventura de possuir várias fontes para iluminar o século XXI. Nada impede que o Brasil seja um vencedor nessa área pela enorme diversidade de suas possibilidades, mas precisa administrar a energia olhando para o que vai prosperar nas próximas décadas.

Comecei este capítulo dizendo que o futuro veio nos visitar, me referindo à seca que nos atingiu. Ele deixou um recado: que, nos momentos de fartura de água, o sábio é poupar e se precaver, porque chega a hora da escassez. A água não é a fonte só da energia. É o elemento da vida. Não podemos ser displicentes com tão preciosa fortuna.



O FUTURO  
DA AGRICULTURA

O Brasil pode dobrar a produção de grãos em dez anos, apenas melhorando um pouco a produtividade de sua lavoura e de sua pecuária. Há um enorme espaço para o aumento da eficiência. Brasil e Estados Unidos serão os grandes fornecedores de grãos do futuro. Se, por hipótese, o agronegócio parasse de produzir e exportar por alguns meses, o país quebraria. Mais de 500 anos depois da Carta que nos definia como o lugar no qual “em se plantando tudo dá”, o Brasil sobrevive da terra. O futuro exige uma mudança cultural. Agora é a hora da agricultura científica, de precisão.

Os cenários para os próximos 30 anos alertam que a temperatura média pode subir dois graus centígrados. Secas, enchentes e outros eventos extremos nos atingirão. Os cientistas já sabem a rota e a agenda para o Brasil continuar sendo um vencedor nesse campo nas décadas que virão. Alertam que até eles estão surpresos com a rapidez da mudança. O campo tem que ouvir a ciência.

PLANTANDO  
NOS  
CAMPOS  
DO  
SENHOR

Nossa terra é linda, produtiva, abundante, e dela temos vivido. Nesse campo travam-se várias batalhas para a modernização do país. O pior que se pode fazer é não ouvir os avisos do planeta, desperdiçando a herança que temos, e é exatamente isso o que o Brasil tem feito.

Qual herança? O climatologista Carlos Nobre, do Inpe, resume numa frase:

— Nosso patrimônio é sermos o maior em biodiversidade, o G1 do mundo, quando o planeta está entrando na era da bioeconomia.

A bioeconomia vai além da agricultura. É parte essencial e inseparável da nova forma de produzir alimentos no contexto em que insumos básicos, como terra, sol, vento, chuva, estão sendo afetados pelas mudanças climáticas. O Brasil tem 12% das reservas do planeta. Temos muita terra fértil e somos o segundo país com mais água doce no mundo.

— O primeiro é o Canadá, onde a água está em grande parte na forma de gelo. A nossa está mais disponível, porém se concentra em grande parte na Amazônia — diz Nobre.

A gritaria que opõe ruralistas a ambientalistas é de uma estupidez enorme. Só haverá a economia do Brasil, como a conhecemos, se houver agronegócio; só haverá agronegócio se o Brasil ouvir o que os climatologistas estão dizendo, porque esta é a hora do tempo. E ele está virando.

Agroclimatologista. Já ouviu falar? Pois é essa a profissão do goiano Eduardo Assad, um quadro formado na Embrapa, com especialização em sensoriamento remoto no Centro Nacional de Estudos Espaciais, em Toulouse, na França. Ele trabalhou em dois centros de pesquisas agronômicas, em Avignon e Montpellier. Assad

transita com desenvoltura pelos vários temas que hoje inquietam os que pensam no futuro do Brasil como produtor de alimentos. As culturas já estão migrando, me disse ele em uma das várias conversas que tivemos. Lembra a seringueira? Está de mudança para São Paulo. Lembra o café? Está saindo de lá. Entre 1990 e 2010, o estado perdeu 250 mil hectares de área plantada de café, principalmente na região oeste.

— A deficiência hídrica aumentou e o café foi substituído pela seringueira. A árvore que nos lembra sempre Xapuri, no Acre, está agora também em Presidente Prudente ou na Ilha Solteira. Você vai lá e vê quilômetros e quilômetros de seringueira. O maior produtor de borracha de látex hoje é São Paulo — conta Assad.

Mas o café ainda é basicamente mineiro e paulista: 85% da produção nacional fica no sul de Minas Gerais e na região de Mogiana (SP), porém, tanto aqui quanto na Colômbia e em Costa Rica, sua cultura tem ido para regiões de clima mais ameno. Nas próximas décadas, muitas mudanças vão acontecer e será melhor saber previamente onde é mais viável produzir cada tipo de cultura. Foi esse esforço que começou a ser feito no Brasil, o que o setor chama de zoneamento agroecológico.

Antes de continuarmos nossa conversa, é preciso saber que o campo enfrentará em breve seus maiores desafios. Terá de produzir cada vez mais, e para isso será preciso interromper a lógica de crescer desmatando, reduzir as emissões de carbono, que se intensificaram, suspender o uso abusivo de pesticidas e fertilizantes químicos, adaptar-se às mudanças climáticas e sepultar definitivamente o modelo da lavoura arcaica. O campo velho, que grila, desmata, escraviza e mata na disputa pela posse da terra, persiste, todavia não é o dominante.

A agricultura brasileira deu saltos de modernização nos últimos anos, entretanto, algumas lideranças ainda não entenderam que é preciso separar o joio do trigo. Pior, de vez em quando parece que o trigo quer defender o joio. Não há uma fronteira demarcada entre elas. Parte da lavoura arcaica fornece para a agricultura moderna. Há elos que se unem nessa cadeia produtiva. O fim dessa ambiguidade ocorrerá por questões comerciais e científicas.

No mundo, há produtores de alimentos com boas terras, água e várias vocações. Nós somos um dos primeiros. O economista José Roberto Mendonça de Barros sempre teve um vasto conhecimento sobre a agropecuária e se acostumou a acompanhar o movimento dos países concorrentes. Ele conhece os casos individuais, a situação imediata de cada cultura, e segue de perto também o cenário amplo do mercado global dos produtos. Conversamos sobre um quadro que ele montou, publicado em seu livro *Crescer não é fácil*, em que divide o mundo por alguns critérios, só para ajudar a pensar quais serão os grandes países no mercado de alimentos, na oferta e na demanda, nos próximos 20 anos.

Nesse quadro há uma lista de países com pelo menos um dos três requisitos: mais de 30 milhões de hectares de terra cultivável, mais de 80 milhões de pessoas de população urbana e um PIB superior a R\$ 1 trilhão. Vários entraram na listagem, seja por um critério ou por outro: Argentina, Canadá e Austrália têm terra e PIB, mas não população grande. Alemanha, Itália, Reino Unido, Espanha e França apresentam PIB, mas não os outros quesitos. Japão e México têm PIB, população, mas não terra. Os que atendem aos três critérios são Indonésia, Índia, China, Brasil, Rússia e Estados Unidos. Segundo me contou Mendonça de Barros, a conclusão dessa análise é a seguinte:

— A Argentina tem área agricultável. Será ofertante nesse mercado, mas de alguns produtos. Ela tem retrocedido. Ela exportava, em 1990, 487 mil toneladas de carne bovina; em 2000, 345 mil toneladas; e em 2012, 170 mil. Encolheu em outras áreas também. A Austrália tem quase o tamanho do Brasil, é uma região semiárida e está sofrendo seguidos problemas climáticos, encolhendo a produção. O Canadá é grande produtor, mas de alguns alimentos. A Alemanha sempre será grande no comércio global, só que não na produção agrícola. A Indonésia é um país que tem sido muito afetado por extremos climáticos. Índia e China, com suas populações gigantes, terão enorme demanda de alimento, mas apresentam conhecidas limitações de recursos naturais e não serão capazes de produzir tudo o que consomem. A Rússia é boa em poucos produtos, como trigo, por exemplo. Para concluir, maiores demandantes do

mundo serão China e Índia; os grandes ofertantes, Brasil e Estados Unidos.

Estudos da FAO projetam que, em 2030, a população mundial será de 8,3 bilhões, contudo as pessoas estarão se alimentando melhor, terão mais renda e, portanto, o percentual dos que passam fome será, felizmente, menor. Isso exigirá da agricultura mais eficiência, maior produtividade, menos uso de água e redução da quantidade de fertilizantes e defensivos agrícolas, pelos efeitos nefastos que causam. O uso excessivo dessas substâncias está provocando um efeito perigoso, me explicaram economistas como José Eli da Veiga e cientistas como Carlos Nobre: o aparecimento de zonas mortas nos oceanos, onde nenhuma vida prospera. Não é culpa apenas dos produtos químicos utilizados na agricultura, mas é uma de suas causas. Portanto, serão vários desafios.

A FAO projeta que 70% do aumento da produção nos países em desenvolvimento devem vir justamente de mais produtividade, e que 120 milhões de hectares serão ainda ocupados pela atividade agrícola. Assim, não será possível, alerta, em tempos de mudança climática, crescer destruindo a vegetação natural. Do potencial de terra efetivamente disponível para expansão agrícola, mais da metade encontra-se em sete países da América Latina tropical e da África subsaariana, segundo a organização: Angola, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, República Democrática do Congo e Sudão. Desses países, quando se olha com critérios mais exigentes, como faz Mendonça de Barros, o único país em que pode haver forte crescimento da produção é o Brasil.

O economista lembra que o Brasil foi um fornecedor crescente de alimentos nos últimos 40 anos no mundo, entretanto nem sempre as pessoas se dão conta do volume impressionante de vantagens que, se usadas, garantirão que o país cresça nas próximas décadas. China e Índia já ocuparam a quase totalidade da sua área agricultável, têm escassez de água e estão explorando sua natureza muito além da capacidade de reposição. De 2000 a 2010, os rebanhos da Argentina, dos Estados Unidos e dos países da Europa encolheram. Nos Estados Unidos foram quase 5%; na Europa, quase 9%. Na Austrália houve um aumento modesto de 1,2% no acumulado da década. A maior

taxa de crescimento foi no Brasil: 23,3%. A propósito: a elevação na exportação de carne é anterior à decisão do BNDES de privilegiar esse setor, ou seja, ele crescia por conta própria.

O mundo vai continuar buscando no Brasil alimentos para suas necessidades. A grande pergunta é se a oferta brasileira pode aumentar. A resposta é: pode. Há 60 milhões de hectares de pastos degradados no Brasil, e isso é mais do que os territórios da Alemanha e do Reino Unido somados. Se em dez anos apenas 15 milhões de hectares desses pastos forem convertidos à nova forma de produzir, o Brasil pode dobrar a produção de grãos, aproximando-se dos Estados Unidos. Só esse estoque de pastos, hoje ineficientes, já permitirá o crescimento contínuo, reduzindo as emissões dos gases de efeito estufa.

Para quem é bem urbano — como a maioria dos brasileiros — e nunca saiu por aí para entender melhor os temas deste capítulo, aqui vai uma explicação simples. Quando o capim é tão ralo que permite ver o chão, os cupins crescem e o pobre do boi fica ali tentando arrancar alimento, mas tem mais sucesso em sujar o beijo de terra, este é um pasto degradado. Ele consegue alimentar apenas um boi por hectare, se tanto. Na maioria das vezes, um hectare não sustenta nem meio boi. Se o campo estiver bem formado, é possível pôr dois bois no mesmo espaço. Com uma técnica simples de rotação do pasto, chega a ser possível alimentar quatro bois.

• • •

Em Sinop, no Mato Grosso, a Embrapa se dedica a tentar pacificar o que andou por muito tempo em conflito no campo brasileiro: floresta, agricultura e pecuária. A sede do órgão é bonita e encerra uma contradição. Ela é toda de madeira de lei, tem arquitetura moderna, pensada para amenizar a temperatura interna e aproveitar a iluminação externa. Está cercada de terrenos nos quais a entidade faz experiências em sua especialidade, que define com o esquisito nome de agrossilvopastoril. Antes que alguém se espante com tanto ipê e

jatobá aparentes no prédio novo de um órgão público na Amazônia, seus funcionários explicam que não estão ferindo a lei. Aquela madeira foi apreendida pelo Ibama de madeireiros ilegais e doada à Embrapa. Para cada árvore doada, foi plantada uma muda da mesma espécie em parte do seu amplo entorno. Pode-se passear no agradável bosque em que essas mudas prosperam.

Quando se vai ao Ibama se descobre a contradição. O órgão funcionava, quando fui lá, espremido num prédio de salas apertadas, insalubres, cheias de infiltração e com divisórias precárias. O pátio estava cheio de tratores e caminhões apreendidos. Nesse ambiente, eles lutam contra o que parece invencível: o crime de desmatamento. A tensão entre seus funcionários contrasta com o orgulho com que a Embrapa exhibe suas soluções para os dilemas do campo. Parceiras, as duas instituições espelham dois lados das ambiguidades brasileiras.

Sinop é uma dessas cidades inventadas na ditadura, em meados dos anos 1970, formada com doações de terras a empresas. Era uma forma de o regime combater seus inimigos e, ao mesmo tempo, permitir o avanço da fronteira agrícola para além do cerrado. Por isso ninguém deve estranhar esquisitices: o nome do aeroporto é o de um ditador, João Figueiredo; o da cidade é uma sigla, Sinop, de Sociedade Imobiliária do Noroeste Paranaense; e, apesar do significado da sigla, a cidade não fica no Paraná e sim em Mato Grosso. Hoje próspera, está instalada bem na área da transição do cerrado para a Amazônia e é produtora importante de uma série de culturas e de pecuária. Como a maioria dos municípios da região, tem produtores se modernizando e outros ainda usando o correntão e o fogo para derrubar a floresta e formar os pastos onde depois vão engordar os bois.

Desembarquei lá em 2012, num dia em que houve um desses flagrantes costumeiros do Ibama. Telefonei para o dono da fazenda embargada. Ele disse que se eu estivesse em Sinop, ele teria prazer em me encontrar e, pessoalmente, provar sua inocência. Respondi que, sorte nossa, eu estava na cidade. Dei o endereço para o encontro. Ele recuou e optou pela conversa por telefone. Disse se chamar Alcides Neto e tentou negar o que as imagens da ação do Ibama tornavam inegável: a destruição da floresta numa área de 420

hectares com o uso de dois tratores que arrastaram uma corrente de navio de 15 toneladas.

Bem diferente era a situação na fazenda de Rodrigo Arpini, na cidade vizinha de Alta Floresta. Quando visitei o local, os funcionários estavam aplicando as técnicas de plantio e pecuária ensinadas pela Embrapa. Em apenas 200 hectares, propriedade pequena para os padrões da região, Arpini recuperou a pastagem, replantou parte da mata e iniciou a rotação do rebanho. Explicou que fez produção agrícola por dois anos, depois disso o capim veio mais forte. A fazenda foi dividida em pastos e os bois iam rodando por eles de tal forma que, ao chegarem ao último pasto, o primeiro já estava de novo crescido.

— Consegui triplicar o número de bois por hectare, mesmo separando a parte da floresta para proteção.

No dia da visita, brinquei de ajudar no plantio do reforço da mata ciliar que já protegia o córrego que passa por lá. Assim entendi melhor o método usado de espalhar uma mistura aleatória de sementes de espécies nativas, em plantio direto, sem revolver a terra, para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Essa é considerada, hoje, a forma de se plantar mais amigável para o meio ambiente.

Todos os países precisam substituir o mais rapidamente o plantio convencional pelo direto. Em 2008-2009, segundo a FAO, os Estados Unidos, primeiro da lista nessa modalidade agrícola, tinham 26,5 milhões de hectares de plantio direto. O Brasil estava em segundo lugar, com 25,5 milhões. A Argentina ficava em terceiro, com 17,7 milhões.

Em março de 2015 passei um fim de semana subindo e descendo morros em Minas Gerais e no Espírito Santo para ver a aplicação prática do projeto Olhos D'Água, do Instituto Terra de Lélia e Sebastião Salgado. O ambicioso programa já protegeu mil nascentes do rio Doce e seus afluentes, mas pretende cercar todos os 370 mil olhos-d'água de toda a bacia do rio Doce. A reportagem que fiz, publicada em *O Globo*, me permitiu ver de perto como pequenos agricultores podem ser convencidos a adotar práticas modernas. Adão Alves da Silva é dono da menor propriedade que visitei, num pequeno lugarejo em Minas. Ele adotara a rotação do pasto para

aumentar a produtividade. Ele e todos os que eu entrevistei tinham aberto mão de 0,8 hectare em cada nascente. O programa cerca a mina para permitir a regeneração e o aumento do volume de água. Também implanta em cada propriedade que aceita proteger nascentes o tratamento de esgoto.

A vantagem de uma relação mais respeitosa com a terra estava à vista. Do alto do morro, na casa de Adão, comparei o verde dos pastos dele com os pastos ressecados e degradados do vizinho. Ele me dizia que estava sobrando capim em plena seca do início de 2015. No vizinho que não protegia as nascentes faltava pasto bom para os bois. Em Colatina vi a água abundante na propriedade de João Folador.

— Era uma terra degradada porque os bois malhavam por aqui [perto da nascente]. Agora tem água à vontade para os bois, para a fazenda — me disse ele, usando “malhar” no sentido de pisotear.

Viagens como essa, conversas como as que eu tive com os produtores do programa Olhos D’Água, andando pelos pastos, me convencem que a agropecuária brasileira pode adotar práticas mais modernas. Será bom para eles e para o meio ambiente.

Cintia Gomes e Josenilto Nascimento são dois jovens técnicos agrícolas especializados em regeneração ecossistêmica em cursos do próprio Instituto Terra. São eles que convencem os produtores a entrar no programa. São filhos de pequenos agricultores. Sebastião Salgado me disse que escolhe pessoas do campo propositadamente, para não haver resistência dos sitiantes e fazendeiros às ideias do projeto e para deixar no campo as técnicas que sua organização ensina. Cintia e Josenilto são entusiasmados com o que fazem. Sonham implantar as mesmas práticas sustentáveis no norte do Espírito Santo, onde nasceram. Quando perguntei o que os motivava, Josenilto respondeu:

— Somos filhos de produtores rurais. Gostamos da terra.

O futuro terá plantio direto que não revolve a terra, e por isso emite menos gases de efeito estufa; áreas de preservação permanente em torno dos rios e no alto dos morros; proteção das nascentes para garantir a água, que será um bem cada vez mais precioso; técnicas de melhor aproveitamento da terra, unindo floresta, agricultura e

pecuária. Tudo será feito para melhorar e aumentar a produção, mas vai também sequestrar parte do carbono emitido pelo agronegócio.

• • •

A Embrapa gosta de se definir como uma fábrica de soluções. Por isso, hoje, ela mantém equipes vasculhando o futuro atrás dos problemas para os quais eles terão de encontrar o remédio. Em Campinas (SP) funciona o Centro de Agroclimatologia, onde Eduardo Assad trabalha. Até 2050 a temperatura média do país vai subir mais de dois graus centígrados, diz Assad. Isso mudará radicalmente a vida de quem produz alimentos. E tudo o que os cientistas conseguiram até agora foram soluções técnicas para um cenário de elevação da temperatura de até dois graus.

Cada centro de estudo do clima faz vários cenários. O britânico Met Office, quando eu o visitei em 2009, já trabalhava com a perspectiva *Four degrees and beyond*. Richard Betts era então chefe do setor de Mudança Climática do órgão fundado pelo comandante do *Beagle*, navio que trouxe Charles Darwin à América do Sul nos anos 1830. Betts demonstrou que tem dedicado especial atenção ao estudo da Amazônia. Quatro graus de aquecimento médio do planeta podem levar a uma catástrofe para todos. Eles precisam testar as piores hipóteses porque, assim, podem informar aos tomadores de opinião, que, normalmente, dão um abatimento. Mesmo na eventualidade do exagero de um cenário como esse, o fato é que o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudança Climática da ONU não tranquilizou ninguém.

O climatologista Carlos Nobre admite que os cientistas da área climática estão surpresos com a rapidez e a intensidade das mudanças que já estão ocorrendo.

— Quinze anos atrás julgávamos que essa volatilidade do clima ocorreria quando o planeta estivesse um grau e meio a dois mais quente. Daqui a 20 anos ou mais. E parece que tudo foi trazido mais para o presente. E o planeta aqueceu 0,8 grau globalmente. O sistema

climático é mais sensível do que pensávamos.

Nenhum setor da atividade humana será poupado em tempos de mudança climática, mas, convenhamos, o que mais fica exposto ao tempo é a agricultura.

Quando eu estava no Centro de Agroclimatologia, conversando com os especialistas, caiu uma chuva tão forte que quase não consegui sair de lá. Coincidência. Chuva sempre houve, porém o que eles estavam me dizendo quando o temporal desabou, com seus gráficos e estudos, é o seguinte: em 1990, uma chuva considerada extrema tinha 120mm. Hoje, com alguma frequência se registra chuva de 200mm em apenas um dia. Pancadas de 300mm, como as que desabaram sobre Santa Catarina, em 2008, e a Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, podem voltar a ocorrer. Quer dizer, cai mais chuva em menos tempo. E o tempo está mais imprevisível: calor, chuva, seca, tempestades tropicais e até ciclones estão ficando mais frequentes.

Todos os gráficos do centro mostram o aumento dos eventos extremos em cada região do país. Em 2014 e 2015, o Brasil viveu dois anos consecutivos de forte seca no Sudeste e no Centro-Oeste. Isso não é usual e muitos hidrólogos achavam que não aconteceria um segundo ano com a mesma intensidade da seca de 2014.

— A atmosfera não sabe o que aconteceu no verão passado — diz Nobre.

Segundo ele, estamos na fase em que o passado nada mais explica. O futuro não será a repetição do passado. Portanto, olhar as médias históricas de chuvas já ocorridas não nos preparam nem para as cheias nem para as secas que virão.

A parte mais vulnerável do Brasil é o semiárido nordestino, que poderá se transformar numa região árida. Não exatamente um deserto, como o da Mauritânia ou do Saara, na África, mas de solo com uma secura que restrinja em muito sua capacidade de produzir. E a irrigação não será a solução, justamente porque a escassez será de água. Um grande ativo para essa região ensolarada será a produção de energia solar, conforme está no capítulo sobre a energia. Segundo Assad há inúmeras razões para se preocupar com a caatinga.

— Cerca de 25 milhões de brasileiros, que vivem no semiárido

nordestino, serão os mais afetados pelas mudanças climáticas. A situação pode reduzir as opções de permanência nessas regiões. Nós já registramos em locais como Vitória de Santo Antão [em Pernambuco] e Serra do Araripe [entre Ceará, Piauí e Pernambuco] temperaturas muito elevadas que nos obrigam a buscar alternativas de produção. Elas existem. A própria biodiversidade da caatinga pode trazer a solução, e nós estamos investindo nela.

Há muito tempo os centros de estudos agrícolas estão pesquisando espécies da caatinga e do cerrado que têm maior resistência a secas prolongadas e a temperaturas mais altas. O cerrado abriga muitas dessas espécies com “maior elasticidade genética”, como os cientistas definem a propriedade que as torna mais adaptáveis às mudanças climáticas. Essas guerreiras dos novos tempos já foram identificadas e precisam ser estudadas imediatamente, pois são elas que trarão soluções técnicas para o Brasil e para outros países.

Eu vi na Embrapa um mapa-múndi com uma grande faixa que atravessa várias áreas produtoras da América Latina, da África e da Austrália. Elas guardam semelhanças ambientais com o Brasil. As nossas plantas guerreiras do clima, do cerrado ou da caatinga, servirão para o desenvolvimento de novas sementes, modificadas por sua genética resistente ao calor e ao estresse hídrico. O que significa que o Brasil pode ter a solução para si mesmo e para outras regiões produtoras. O problema é que o tempo voa, o clima muda e o desmatamento avança em todos os biomas, destruindo os bancos genéticos.

— As perguntas científicas podem ser respondidas. Temos gente, laboratório, capacidade, inteligência. Precisamos de mais dinheiro para as pesquisas, mas também de tempo. Que não se destruam os biomas antes que possamos estudar as plantas que nos trarão, no seu genoma, na sua impressão gênica, as soluções para adaptação das sementes das nossas culturas — me disse, aflito, Assad nessa visita que fiz ao Centro de Climatologia.

Foram horas conversando sobre os desafios da agricultura diante dos riscos climáticos. A Embrapa tem uma coleção formidável de dados e estudos práticos, além de uma visão aguda dos perigos que temos diante de nós. Prestava atenção em Assad e sua competente

equipe, seus gráficos e projeções, enquanto o céu parecia desabar naquela tempestade que dava mais realismo ao que os cientistas diziam. Ao sair da Embrapa, comecei a cantar, instintivamente, a música “Oração ao tempo”, de Caetano Veloso. Ainda que o artista estivesse se referindo à idade, a letra se adaptava ao que eu sentia: “Tempo, tempo, tempo, tempo; vou te fazer um pedido. Tempo, tempo, tempo, tempo, entro num acordo contigo”.

É preciso uma rendição aos fatos. O clima está variando de forma intensa, a agricultura vive exposta. Ainda há tempo para um acordo, foi o que me disseram os cientistas do Met Office, do Inpe, do Imazon e da Embrapa. Mas não muito. Para a agricultura brasileira será preciso começar a mudar agora, cumprir as metas de redução das emissões, aumentar a pesquisa para encontrar respostas para os novos tempos e, através de uma rede com muita capilaridade, distribuir a informação para os produtores no Brasil inteiro.

Há um problema. O governo Collor (1990-1992) acabou com o sistema conhecido como “extensão rural”. A Embrater era a cabeça desse mecanismo, com braços, chamados de Emater, em todos os estados. Funcionava assim: a Embrapa descobria as soluções e elas eram repassadas ao pequeno e médio produtor por essa rede. Quando a Embrater foi fechada, os 4.300 escritórios de extensão rural ficaram parados.

Hoje há muita pesquisa de ponta em universidades de cidades como Viçosa e Lavras, ambas em Minas Gerais, só para citar dois exemplos em que se buscam saídas para as questões que o tempo apresenta. Há também muito mais pesquisa privada. A conectividade está começando a virar o caminho para a entrega de informação ao produtor. Vi isso em visita à Universidade de Lavras, que, em seus computadores, monitorava as imagens de todo o estado, captadas dos satélites, e colocava esses dados à disposição de quem precisasse.

O sistema de extensão sobreviveu bem em poucos estados — Minas, por exemplo —, mas se enfraqueceu em outros, entupindo o canal de transmissão da tecnologia. Quando visitei Lavras os pesquisadores estavam fazendo experimentos para encontrar novas sementes e novas formas de produzir café. Minas quer continuar plantando café. A degustação oferecida pelos professores dos vários

sabores que conseguiram em suas investigações me deu a convicção de que as soluções existem.

Os que mais precisam dessas informações são o pequeno e o médio produtor. Os grandes já aumentaram sua produtividade e hoje até fazem suas próprias análises. Para se ter uma ideia, nas culturas de milho é possível encontrar, entre os mais eficientes, uma produtividade de dez toneladas por hectare, enquanto em metade dos municípios produtores ela não passa de duas toneladas. Se os menos produtivos dobrarem sua capacidade, o Brasil dará outro salto equivalente ao que deu nos últimos 30 anos. O caminho não é o da concentração da terra, é o da absorção da tecnologia por todos, independentemente do tamanho. E esse será outro desafio no qual a conectividade permitirá um avanço.

Na Embrapa, Assad liderou a formulação de um projeto para estimular menos emissão no campo. É o projeto ABC, Agricultura de Baixo Carbono. Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o apoio de organizações não governamentais, reunidas na Aliança pelo Clima e Uso da Terra, foi montado o Observatório do ABC, que acompanha criticamente a implementação do programa. Houve resistências no BNDES e nos bancos privados para liberar recursos para o programa, mas não no Banco do Brasil. O crédito para o financiamento desse tipo de agricultura dobrou e em 2014 já era de R\$ 4,5 bilhões. O programa, que foi mais forte em Minas e teve a maior parte de suas liberações voltada para a recuperação de pastagens, deu um filhote bonito: o ABC Orgânico.

O maior entrave para o avanço da experiência é a falta de conhecimento do produtor a respeito das técnicas de agricultura de pouca emissão ou da integração da lavoura com a pecuária e a floresta. Quer dizer: existe o programa, o financiamento, o conhecimento, só que, apesar de toda a tecnologia de comunicação disponível, a informação não chega ao produtor. Persistem obstáculos no caminho do futuro.

O Observatório do Clima, mantido por uma rede de ONGs, tem um sistema independente e de qualidade de estimativa das emissões de gases estufa. O engenheiro Tasso Azevedo, do observatório, informa que o desmatamento representa 35% das emissões totais do

Brasil. Já foi maior. O setor de energia teve um aumento expressivo e alcança agora 30% das emissões totais, seguido pelo segmento agropecuário (27%), industrial (6%) e de resíduos (3%). Se a conta for feita de outra forma, somando-se a atividade produtiva em si com quanto a agropecuária desmata, consome de energia, usa de transportes e produz de resíduos, conclui-se que o setor chegou a responder por 63,4% das emissões em 2013. Em 2010, a emissão era de 68%. Mesmo caindo, esse valor é inviável para um país que assumiu metas de controle das emissões nos acordos internacionais que assinou. A agropecuária brasileira só pode crescer se diminuir as emissões.

• • •

Nos últimos anos, alguns políticos que diziam representar a agricultura defenderam várias bandeiras. Nenhuma delas era moderna. Lutaram para reduzir a proteção aos rios e às nascentes num país que é o segundo maior produtor de soja do mundo; sem água no volume certo, a soja tem queda brusca de produtividade. Isso para ficar só em um exemplo da necessidade de água na agricultura. Lutaram para adiar as exigências de cadastramento que provam a legalidade da propriedade e o respeito às leis ambientais. Tentaram diminuir o tamanho da reserva legal e das áreas de preservação permanente, as APPs, ignorando que, sem proteção, aumentam os riscos do clima.

Por muitos anos esses políticos brigaram no STF contra a divulgação da Lista Suja do trabalho escravo, que registra o nome das empresas flagradas pelos fiscais mantendo trabalhadores em condições degradantes. No começo de 2015, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, proibiu a divulgação da lista. O Congresso quer também rever limites de terras indígenas e de unidades de conservação mesmo diante das imagens dos satélites que informam que nessas áreas o verde é mais intenso e a floresta, mais densa.

Os representantes do setor resistem a um controle maior sobre os

agrotóxicos. A agricultura alternativa, orgânica, cresce, mas não tem tido apoio suficiente nem do governo nem das próprias associações. Majoritários são aqueles que argumentam que os agrotóxicos são inevitáveis se quisermos alimentar o mundo. Uma reportagem da revista *Ciência Hoje* informa que o Brasil, desde 2008, é o campeão mundial de uso de insumos químicos. Das 50 substâncias usadas, 24 já foram proibidas nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa. Na última década, o consumo dessas substâncias cresceu 90% no mundo e 190% no Brasil, segundo a revista, citando a Anvisa. As primeiras vítimas do uso desses produtos são os trabalhadores, em seguida, os consumidores dos produtos. É um equívoco achar que o aumento de produtividade depende do volume de agrotóxico usado. Um estudo feito por Victor Pelaez, da Universidade do Paraná, mostrou que 19% de todo o insumo químico no mundo é consumido no Brasil. Nos Estados Unidos são 17%, no entanto eles têm mais controle sobre sua disseminação.

Tudo que está escrito nos três parágrafos anteriores refere-se à agenda do passado, que, felizmente, não é compartilhada por todos os produtores brasileiros. O lado moderno se deixa representar, por ação ou omissão, pelos que defendem essa marcha da insensatez. Essa visão ultrapassada domina também a representação no Congresso ou no governo. Quando se vai a campo, encontra-se o lado moderno. Mas os que falam pelo setor têm preferido o atraso. A agenda do futuro é outra.

Nas próximas décadas, o Brasil aumentará sua força como produtor agrícola. Vai aumentar a produção de soja, milho e proteína animal, bovina, suína e de frango. O espaço para crescer na piscicultura é oceânico. Será fornecedor de soluções biotecnológicas para novas culturas resistentes aos extremos de calor e ao estresse hídrico. Produtores em rede, com centros de pesquisa privados e públicos, elevarão sua produtividade e capacidade de adaptação em cada área e cultura.

O biocombustível vai se fortalecer principalmente com o avanço das novas gerações tecnológicas — mesmo após a tentativa de destruição conduzida pelo próprio governo com o subsídio à gasolina. E com o zoneamento agroecológico, a distribuição inteligente do

espaço, se for respeitada, permitirá que as culturas para energia não ocupem a área da produção de alimentos.

Os 60 milhões de hectares de pastos degradados serão recuperados porque não faz sentido deixar que se perca um recurso tão valioso como a terra. Os 120 milhões de hectares hoje ocupados pela pecuária, em grande parte improdutivo, serão mais bem aproveitados com a atividade se juntando à lavoura e à produção florestal. Está surgindo uma nova tendência de florestas plantadas para uso comercial que não são formadas apenas com espécies exóticas, como pínus e eucalipto. Há áreas sendo cultivadas com espécies locais, como mogno, jacarandá, peroba-rosa, aroeira, angico. Antes a lógica estava resumida na frase: “Vou plantar eucalipto porque corto em sete anos”. Agora começa-se a dizer: “Vou fazer um investimento para os meus netos”.

Há também plantações de paricá, uma árvore amazônica de rápido crescimento, como o eucalipto. Vi plantações em Paragominas, no Pará. Em cinco anos, o paricá atinge o ponto de corte e é usado na construção civil e na fabricação de móveis. Rapidamente a cultura está se firmando como alternativa ao desmatamento de floresta nativa. Os estudos de melhoramento genético ainda estavam engatinhando quando visitei a plantação, mas com grandes perspectivas. Novidades vão se tornando mais frequentes. Antes, o orgânico era coisa de rico. Em 2013, havia 90 mil produtores especializados. A tendência é que a produção orgânica cresça, impulsionada pelo aumento da demanda do mercado e pela nova atitude do consumidor de procurar alimentos mais saudáveis.

A produtividade da agricultura tem crescido fortemente desde o final da década de 1970. Um gráfico, preparado pelo economista José Roberto Mendonça de Barros com dados da Conab, mostra que, de 1976-1977 a 2010-2011, o setor aumentou a área plantada de 37,5 milhões de hectares para 49,8 milhões, e que nesse período a produção saiu de 46,9 milhões para 162 milhões de toneladas de grãos e cereais. A agricultura brasileira utilizou 25% mais terra e mais que triplicou a produção. E a produtividade continuou aumentando nos anos seguintes.

Na safra 2014-2015 a área plantada tinha ido a 57,03 milhões de

hectares e a produção prevista era de 198,5 milhões de toneladas de grãos e cereais. Quem vê isso não consegue entender o desmatamento no período. O setor não precisa derrubar a floresta para ampliar a fronteira agrícola. Tem mais resultado quando introduz novas tecnologias de produção. A tendência será de aumento da oferta de alimentos ao mundo pelo campo brasileiro, mas, como também diz Mendonça de Barros, para isso “não necessita queimar nem um hectare de floresta”. É essa agricultura moderna, sustentável, com novas tecnologias de produção que vai crescer.

Um estudo da Royal Society mostra que a agricultura orgânica e sustentável pode atingir a mesma produtividade da agricultura tradicional. Seja orgânica ou convencional, o importante é romper com a lavoura arcaica, que destrói o patrimônio natural e tira seu lucro excedente da exploração de trabalhadores em condições inaceitáveis. Muitos produtores autuados por trabalho análogo à escravidão são fornecedores das grandes redes de suprimento de alimentos no Brasil.

• • •

Há nos férteis campos brasileiros luz e sombras, passado e futuro, degradação e ciência. É impossível não ver o atraso, é fácil perceber as chances e os sinais do futuro. O climatologista Carlos Nobre pergunta e ele mesmo responde:

— É possível desenhar uma agricultura resiliente com a nova norma climática? É possível! É uma agricultura do conhecimento, de precisão. Uma agricultura científica. O que precisa? De uma mudança cultural do agricultor brasileiro. Ele tem que se tornar empreendedor. Culturalmente, ele é pecuarista extensivo, é dono de terras, mas agora a agricultura virou uma empresa com muito conhecimento. A Embrapa está muito mais avançada que a agricultura brasileira. O setor que mais respondeu à adaptação à mudança climática no Brasil, indiscutivelmente, foi a agricultura. Hoje sou chamado para dar palestra sobre os extremos climáticos, o

aumento das ondas de calor e a maior variabilidade das chuvas nas associações mais conservadoras do setor, onde eu não poderia falar há 15 anos. Ainda que haja divergência sobre usos da terra, eles não criticam mais as teses da mudança climática. Mas é preciso mais.

Nobre acha que essa agricultura científica tem de ser desenhada e implementada. Em inglês, a expressão usada é *climate smart agriculture*. Entre a compreensão do fenômeno e a prática há uma distância muito grande que tem de ser percorrida para usar o conhecimento. Nobre fala pensando em temas que estão espalhados em outros capítulos deste livro, mas sobre a agricultura ele se lembra de um exemplo que pode mostrar o risco que corremos de perder nossas vantagens.

— A bioeconomia é o futuro, o caminho inexorável. Os países desenvolvidos estão trilhando esse caminho com menos potencial que nós. O que pode acontecer no futuro é o mesmo que aconteceu com o café. Quem ganha mais com o café são os países industrializados, como a Suíça e a Itália, que não produzem café, mas importam e colocam o conhecimento industrial de alimentos que eles têm para desenvolver produtos com maior valor agregado. Pode acontecer, sim, de perdermos nossas vantagens na agricultura. A Alemanha quer ser a número um na bioeconomia, só que importando insumos. Nós temos que nos transformar e seguir a tendência mundial. Esse é o futuro que desejamos e podemos ter. Nós temos vantagens comparativas em relação a outros países, mas estamos atrás na sociedade do conhecimento.

A extraordinária geógrafa Bertha Becker, em entrevista que me concedeu em 2007, cinco anos antes de falecer, me alertou para esse futuro da bioeconomia. Tinha 76 anos quando conversamos. Chegou para a conversa animada porque tinha acabado de desembarcar de uma viagem pela Amazônia, em que havia percorrido a área da BR-163, onde confirmara sua impressão, sempre difundida, de que é preciso haver uma “economia do conhecimento”, a ser usada tanto na agricultura quanto na indústria, a partir da floresta. Bertha Becker alertava que esse casamento da biodiversidade brasileira com a ciência era perfeito e daria ao país muitos frutos. Ela propunha que se instalassem centros de pesquisa avançada de biotecnologia na região a

fim de produzir princípios ativos para toda a economia, além até da agricultura, mas sempre estudos na fronteira do conhecimento:

— O governo tem que ordenar o conflito, tem que dizer o que pode e o que não pode, tem que usar melhor seu território. Se o Brasil não mudar, perderá uma enorme janela de oportunidades que se abre agora e que pode ser aproveitada nas próximas décadas.

Ela usava uma definição de gênero para nossa maior floresta, que visitou tantas vezes, indo a campo, e viu ser abatida pela agropecuária predatória.

— A Amazônia é uma mulher, é um manancial de vida, um depositário de vida. Precisa ser estudada com humildade e ousadia.

Na verdade, há vida, e em abundância, em todos os biomas brasileiros, e diante dela, da Amazônia, é preciso de fato ser humilde e ousado ao mesmo tempo. O produtor brasileiro será empurrado cada vez mais para uma agricultura sustentável, científica, de precisão. A essa conclusão se chega em conversas com especialistas ou em visitas às áreas de produção, não por otimismo ingênuo e sim porque é lógico.

Consumidores brasileiros e estrangeiros pressionarão os produtores. A própria mudança climática agirá para forçar uma nova atitude. Será irracional permanecer arcaico, por isso a tendência evidente é de que o agronegócio moderno se torne dominante e atualize a agenda do campo. Para alcançar o futuro, a agropecuária brasileira precisa, como canta Caetano Veloso, fazer um acordo com o tempo.



TECNOLOGIA,  
COMUNICAÇÃO,  
CIÊNCIA

A voragem de mudanças vai aumentar nos próximos anos. Rupturas estão ocorrendo na tecnologia de informação e em todas as áreas da ciência. Por isso esse tema invadiu vários outros capítulos anteriores. É decisivo para o futuro. O Brasil fez um programa com um nome bonito, Ciências sem Fronteiras, que envia estudantes para fora do país. Mas fecha suas fronteiras à entrada de equipamentos e substâncias de pesquisa e não ratifica acordos de cooperação com centros de tecnologia de ponta. Em alguns atos a sensação é de reforço da ideia de viver de costas para o mundo. *Eppur se muove.*

Centros de excelência resistem, no entanto, contra toda a realidade das ciências com barreiras que o governo pratica. E pela incrível adesão dos brasileiros às novidades, o Brasil é um dos primeiros nos rankings de todas as redes sociais. A internet deixará de ser um lugar no qual se entra para ser cada vez mais o ambiente em que estamos imersos. Novos saltos tecnológicos ocorrem frequentemente e nos desafiam. A única atitude sensata é embarcar na viagem que nos levará a cenários que, no passado, frequentavam apenas livros de ficção científica.

EMBARQUE  
NAS  
FRONTEIRAS  
DO  
IMPOSSÍVEL

Quando o economista Alexandre Scheinkman chegou aos Estados Unidos, nos anos 1970, para estudar na Universidade de Chicago e iniciar uma brilhante carreira como professor nas melhores universidades americanas, ele tomou um susto tecnológico.

— Eu perguntei a uma pessoa do departamento onde havia um telefone pelo qual eu pudesse me comunicar com minha família no Brasil. A pessoa me contou que se eu pedisse a uma empresa telefônica um aparelho seria instalado na minha casa. Minha surpresa foi total quando dois dias depois, de fato, meu telefone estava funcionando.

Em 2013 ele começou uma palestra no Rio de Janeiro perguntando:

— Vocês sabiam que no Brasil era preciso comprar telefone e era muito difícil conseguir? Não falo de celular. Nem existia. Falo de fixo.

A maioria da plateia, de jovens, achou engraçadas as notícias desse velho mundo.

O futurólogo Peter Ellyard relata em seu livro *Destination 2050* sua chegada à universidade, em 1960:

— Quando deixei a Austrália, jovem, para estudar na Universidade Cornell, eu me informava sobre a minha família uma vez por mês por cartas que chegavam com notícias que estavam velhas de uma semana. Eu senti, então, minha solidão.

Histórias como essas povoam a vida das pessoas que chegaram à juventude nos anos 1960 e 1970. Quando olhamos para trás, a sensação que se tem é que se passaram séculos.

— Houve um tempo em que não existia celular no mundo —

contei para a minha neta Mariana na época com cinco anos.

Ela me olhou com o espanto de quem ouvia um relato do tempo dos dinossauros:

— Não!?!?!? E como é que vocês se falavam?

O que achei curioso na reação foi a ideia de que mais real é a conversa a distância. A geração dela mistura real e virtual com uma impressionante naturalidade. A neta de uma amiga, com três anos, olhou por uma janela e se interessou por algo que via ao longe. Com o dedo polegar e o indicador no vidro, os esticou numa tentativa de ampliar a imagem, como ela fazia nos tablets.

Eu estava numa reserva ecológica, na área rural da pequena cidade de Santos Dumont, em Minas Gerais, usando minhas férias para avançar neste livro no fim de 2013. Sérgio, meu marido, me avisou que receberíamos a visita de uma amiga, moradora da cidade.

— Quando você a conheceu?

— Eu não a conheço exatamente.

A jovem Munique Duarte chegou para uma tarde agradável, trazendo de presente um pano de prato pintado pela mãe, e no momento exato em que a broa quentinha saía do forno. Conversamos sobre livros. Ela é uma jovem escritora numa cidade que não possui livraria e só tem uma biblioteca pública bem precária. Começou a escrever contos em um blog e, a partir daí, construiu sua rede de amigos. Todos virtuais. Um deles, o Sérgio. Ela deixou o emprego com carteira assinada para trabalhar como autônoma. Presta serviços jornalísticos a distância a sindicatos de Juiz de Fora, a 60 quilômetros de sua cidade. Só ocasionalmente tem de ir ao local de trabalho fisicamente. Durante a conversa, falou de várias pessoas com as quais se relaciona: a que indicou nome de editoras que ela deveria procurar, o contato com a editora que decidiu publicar seu livro de contos, como participou de um concurso de Twitteratura, no qual teve microcontos selecionados e expostos em São Paulo. Conseguiu publicar uma história numa revista digital argentina. Munique é fluente em espanhol.

— Eu disse para o pessoal lá: meu espanhol é todo da Espanha, adaptem para o espanhol argentino. Eles fizeram pequenas mudanças e publicaram.

Sua rede de amigos, pessoas das quais fala com intimidade, é completamente virtual. Ela os encontrou através do Facebook, Twitter e outras redes. Esses contatos a tiram da solidão de não ter com quem conversar sobre o que mais gosta, a literatura, no local onde mora. Uma hora depois que ela foi embora, eu recebi uma mensagem via Twitter: “@MiriamLeitaoCom muito feliz com nosso encontro! Obrigada”. Eu passava, assim, a existir para ela. A tribo que ela reconhece é desse novo mundo. É virtual.

Depois que ela saiu, fiquei me lembrando da minha juventude, também tribal, mas diferente. Por volta de 1970, em Caratinga, eu e um grupo pequeno, de pouco mais de meia dúzia de jovens, compartilhávamos uma avassaladora paixão por livros. Éramos de colégios diferentes e não sei muito bem como foi formada a confraria. Fui a última a entrar nela. Um deles, Romário Schettino, trabalhava no Fórum. Tinha dinheiro para comprar livros por reembolso postal.

Uma interrupção. Outro dia uma amiga, que tem uma filha de oito anos a quem eu contava essa história, me perguntou com dúvida sincera o que era “reembolso postal”. Explico: é uma forma pré-histórica de comprar a distância. O leitor recortava no jornal o anúncio do livro e o seu preço, enviava o dinheiro por correio junto com o recorte e, tempos depois, recebia o livro. A inflação matou esse modelo de vendas, as compras on-line impediram que ele saísse da tumba.

Eu, que tinha acesso a jornais do Rio de Janeiro em casa, selecionava as notícias mais interessantes e recortava os anúncios dos livros que poderiam ser comprados por reembolso. Eles demoravam uma eternidade e quando chegavam era uma festa e uma briga: como seria o revezamento da leitura? O Romário, claro, seria o primeiro a ler. Nossa tribo que amava livros numa cidade sem livraria e sem biblioteca pública, em que poucas famílias tinham o privilégio da minha, de ter estantes cheias em casa, se dispersou nos anos seguintes para fazer faculdade em cidades diferentes. Como era natural naqueles tempos, os mais inquietos e inconformados foram para algum tipo de militância. Acabamos presos. Pensar e ler era visto como uma ameaça naquele tempo.

Descobrimos que nossos encontros, para trocar livros, comentá-los

e falar mal do governo eram vigiados pelo aparato de segurança da ditadura. Recuperamos, na democracia, um documento do SNI que estava na reitoria da UnB no qual nos apelidavam de “O grupo Caratinga”. Éramos adolescentes sob os olhos do regime. O documento fora parar nos arquivos da universidade. Surreal.

Isso nada teria a ver com a história que quero contar neste capítulo, exceto por um último detalhe. Os policiais que me prenderam, em 1972, em Vitória, onde fui morar, confiscaram todos os livros, textos e cartas que encontraram na minha pequena casa alugada em um bairro popular. Não pouparam nem os livros técnicos de estudo. Só deixaram um volume no chão: *1984*, de George Orwell, a distopia política de um mundo em que, pela tecnologia, todos os cidadãos são vigiados em casa por um aparelho, a Teletela, que serve de olhos ao Estado totalitário onipresente, o chamado Grande Irmão.

Iliteratos como eram, os integrantes do sistema de repressão do regime militar dificilmente teriam noção do que me ameaçavam ao deixar aquele solitário livro no chão da casa que vasculharam. George Orwell mostra, como se sabe, a aflitiva falta de limites do totalitarismo e sempre foi lido como crítica a todos os sistemas autoritários de esquerda ou de direita. Na Oceânia, mundo de *1984*, Winston, o personagem principal, mora sozinho e trabalha coletivamente. Hoje, pode-se estar fisicamente sozinho, trabalhando coletivamente, na rede virtual.

Realizou-se a ficção de uma tecnologia de comunicação em que, através de telas, as pessoas podem ver e ser vistas. Confirma-se a possibilidade da vigilância abusiva por meio da ação dos serviços internacionais de espionagem, que não poupam sequer as comunicações pessoais dos governantes amigos. Essa tecnologia invade muito mais profundamente nossa privacidade. Por outro lado, nos dá mecanismos para detectar intrusões, nos defender, denunciar, hackear. Claro que a desigualdade de recursos persiste, mas atualmente a “vigilância” sobre o grupo Caratinga seria mais fácil de ser rastreada e exposta em tempo real. A possibilidade de conflito entre tirania e democracia repete-se no cibernundo. A tecnologia, no entanto, permitiu um grau impensado de democratização e abre

possibilidades ainda inexploradas para o fortalecimento da democracia, como falei no capítulo sobre política. Ao mesmo tempo, torna real o perigo apontado com tanta presciência por Orwell.

O engenheiro e um dos pais da internet Demi Getschko e a jornalista especializada em tecnologia Cristina de Luca alertam que é um mito urbano a ideia de que o que se faz na internet, sob um apelido, permite o anonimato. Tudo é rastreável. As comunicações pela rede se fazem por meio de um protocolo o qual permite que tudo o que seja feito, sites visitados, possa ser encontrado, se for procurado.

Ao filósofo americano Daniel Dennett, os editores da revista *Edge* perguntaram: “Em 2013, o que deve nos preocupar?”. Ele contou que em 1980 se temia que a revolução do computador aumentasse a distância entre os países ricos “do Ocidente” e os países pobres, que não teriam acesso à nova tecnologia e a seus aparelhos. A verdade é que a informática criou fortunas enormes, mas permitiu também a mais profunda disseminação niveladora da tecnologia que já se viu na história. “Celulares e laptops e, agora, smartphones e tablets puseram a conectividade nas mãos de bilhões”, afirmou Dennett.

O planeta, segundo o filósofo, ficou mais transparente na informação como ninguém imaginaria há 40 anos. Isso é maravilhoso, disse Dennett, mas não é o paraíso. E citou a lista daquilo com que devemos nos preocupar: ficamos dependentes e vulneráveis neste novo mundo, com ameaças à segurança e à privacidade. E sobre as desigualdades, ele disse que Goliath ainda não caiu; milhares de Davids, porém, estão rapidamente aprendendo o que precisam. Os “de baixo” têm agora meios para confrontar os “de cima”. O conselho do filósofo é que os ricos devem começar a pensar em como reduzir as distâncias criadas pelo poder e pela riqueza de poucos.

Um exemplo pequeno desse uso coletivo dos bens criados na era da informática foi mostrado numa pesquisa feita pela Boston Consulting Group e a Qualcomm em Brasil, Índia, China, Estados Unidos, Alemanha e Coreia do Sul. O estudo concluiu que pequenas e médias empresas que usavam aplicativos nas suas operações tinham mais sucesso nos negócios: atraíam mais clientes, tinham mais receitas e achavam mais rapidamente seu nicho. Ao fazer uma reportagem a

partir dos dados da pesquisa, em fevereiro de 2015, a *Folha de S.Paulo* relatou vários exemplos de *startups* que deram certo e de pequenos serviços que viraram negócios lucrativos exatamente porque os empreendedores eram “líderes” e não “retardatários” na adoção das tecnologias de telefonia móvel em seus negócios. Um deles, Alexandre Rodrigues, então com 30 anos, tinha uma firma de lavagem ecológica de carro em São Paulo. “Recebo toda a minha demanda por aplicativo”, contou. “Anotar pedido no papel é uma coisa retrógrada, depois eu sempre perdia o endereço.” O aplicativo conecta donos de carros aos mais variados prestadores de serviços. As palavras do filósofo e do lavador de automóveis de São Paulo revelam que era estreita a visão de que a tecnologia que mudou a maneira como vivemos ficaria confinada aos mais ricos.

Informação é poder, cada vez mais, e a web é onde circulam os principais recursos de poder. Por isso a Knight Foundation financiou um estudo sobre redes e cidadania. A justificativa da fundação é que a tecnologia digital está mudando nossa relação com a notícia e a informação. Passamos da era do consumidor passivo para a de participantes ativos. A forma como entramos no diálogo político, interagimos e cooperamos, resolvemos problemas, compartilhamos informações, tudo está mudando. Novas redes emergem a cada momento. É excitante e amedrontador. A pesquisa mostrou o surgimento de novas atitudes cívicas, com pessoas menos dispostas a aceitar as instituições tradicionais.

Hoje os estudos sobre os múltiplos lados da tecnologia e seu impacto em todas as áreas da vida apenas vislumbram as possibilidades e os desafios que estão diante de nós. Há avaliações eufóricas, que veem apenas as possibilidades. E são de fato largas as avenidas. Há os amedrontados, que focam nos riscos maiores e na previsível escalada do crime digital. A verdade que está no meio: estamos todos sendo desafiados pelas mudanças porque elas são profundas demais. O que realmente nenhum país pode fazer é atrasar-se na adoção das novidades tecnológicas. O Brasil fez isso várias vezes com regulação equivocada, mas os usuários encontraram o caminho. Eles sempre encontram, mesmo quando a estrada ainda não foi pavimentada.

Teremos de lidar, no futuro, com as ambiguidades de um tempo que muda velozmente, para o bem e para o mal. Em 2013, o meu perfil e o do jornalista Carlos Alberto Sardenberg na Wikipédia foram alterados com a inclusão de várias injúrias. Em 2014, o jornalista Paulo Celso, de *O Globo*, descobriu que a alteração fora feita pelo IP do Palácio do Planalto. O governo soltou três notas consecutivas, em um período de dois dias, sobre o fato. A primeira tentava culpar alguém incorpóreo: um visitante que teria usado o sistema de internet sem fio do Palácio. Ao fim, instalou uma comissão que em seis meses descobriu que o autor da invasão fora um bem pago funcionário do gabinete da então ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. A Wikipédia é uma enciclopédia colaborativa, mas certamente não pagamos impostos para que funcionários do governo usem a máquina pública contra os cidadãos.

Em uma democracia, é mais fácil constranger o governo a reconhecer os abusos, mesmo assim não podemos ser ingênuos. Governos democráticos têm apontado a arma digital contra as pessoas. Partidos criam exércitos de perfis falsos para simular falsas ondas de opinião pública a seu favor ou contra seus adversários. No começo de 2015, um documento circulava na Presidência da República protestando contra o fato de terem sido desligados os robôs que agiam na mídia social contra os adversários, e por isso propunha uma “guerrilha política” digital. O documento foi publicado pelos jornais. As redes de relacionamento são abertas a um tipo de militância agressiva e de ódio que pode incentivar atitudes perigosas na vida real. Governos autoritários usam ostensivamente o aparato tecnológico para calar qualquer dissidência. Ainda assim, como na ficção de Orwell, os moradores de países com governos tirânicos conseguem espaço para burlar a vigilância.

Ao fazer um balanço, é possível constatar que o dominante é o lado benigno da tecnologia de informação, que abre um mundo totalmente novo e com desdobramentos surpreendentes que vão se espalhar em ondas nos próximos anos e décadas. De Luca pondera, por exemplo, que as mensagens de ódio na internet, ou expressões de crimes como o racismo, aparecem na mídia social porque estão na sociedade.

— A rede social apenas pôs uma lente de aumento em um defeito da sociedade. Temos que, antes de tudo, mudar as pessoas, através da educação.

Em 2015 a internet comercial completou 20 anos no Brasil com 120 milhões de usuários. Ela existia inicialmente, como em qualquer país, dentro do ambiente acadêmico. A ECO-92 permitiu a criação do primeiro provedor para entidades não governamentais e em 1995 a internet surgiu comercialmente. As decisões de Sérgio Mota, que na época era ministro das Comunicações, permitiram que ela não fosse exclusividade das empresas telefônicas e isso acelerou seu crescimento no país. Demi Getschko conta como o país, ao tomar a decisão certa, evoluiu rapidamente no novo ambiente:

— O Brasil pode se gabar de ter entendido de cara o caráter diverso em termos de estrutura de telecomunicação. O ministro Sérgio Mota estabeleceu que não era da rede de telecomunicação, mas sim um serviço de valor adicionado sobre a rede. E isso liberou a internet de amarras burocráticas e cartoriais e tivemos um crescimento espantoso de provedores e usuários.

A jornalista Cristina de Luca, que tinha endereço eletrônico antes que essa possibilidade se tornasse disponível para os brasileiros comercialmente, lembra que gerou uma grande discussão na época o modelo que o Brasil deveria seguir. A história revela que o formato regulatório escolhido determina o ritmo de desenvolvimento do país.

— As comunicações com o exterior eram monopólio da Embratel, que ainda era estatal. O ministro foi convencido, depois de um intenso debate político, a estabelecer regras para uma internet mais ampla e aberta possível, e isso permitiu que surgissem mais entes participando daquele movimento.

Cristina se lembra de quando a internet comercial tinha centenas de usuários, bem no seu alvorecer. Vinte anos depois, tinha 120 milhões, só no Brasil.

• • •

Aos 13 anos, em Barra Bonita, uma cidade de 35 mil habitantes a mais de 200 quilômetros da capital paulista, Daniel Destro Bueno iniciou em 2012 uma curiosa costura entre futuro e passado. O livro impresso, que existe no mesmo formato há mais de cinco séculos, é uma tecnologia que começa a ser vista como condenada à morte no mundo digital. Daniel criou um canal no YouTube, o “Então, eu li”, em que exibe resenhas eletrônicas dos livros que lê ([www.youtube.com/user/naboatv](http://www.youtube.com/user/naboatv)). E na página Facebook @naboatv ele posta e interage com amigos sobre os livros. Em média, ele faz cinco resenhas por mês e classifica os livros por número de estrelas. O máximo: cinco estrelas. Na era analógica, ele falaria apenas para algumas pessoas da sua cidade. Atualmente, suas fronteiras se ampliaram. Ele contabilizava, no início de 2014, 11 mil inscritos no canal e mais de 50 mil curtidas no Face. De uma geração da qual se diz que não lê mais, ele faz afirmações que vão contra a corrente, por exemplo: “Quando começo a ler entro em outro mundo, fujo da realidade, me divirto”.

A paixão foi ensinada na primeira infância pela mãe bibliotecária, que o levava para a biblioteca e, em casa, lia para ele. Com *Harry Potter* ele se encantou e deslanchou. Agora atravessa livros de qualquer dimensão com rapidez e os transforma em divertidos vídeos que convidam à leitura. Com forte sotaque do interior paulista, aquele bem carregado no erre, Daniel fala animado e gesticulando nos seus vídeos: “Fala, pessoal! Hoje vamos ver a primeira resenha que temos aqui no ano de 2014. Vamos falar do incrível... *Psicose!*”, e só então levanta a mão exibindo o livro.

A sequência é ainda mais engraçada e ilustrativa. “Antes de falar da narrativa, vou mostrar para você que conhece o filme ou, pelo menos, uma determinada cena...” E inclui no vídeo a cena clássica do filme de Alfred Hitchcock, da faca que se aproxima da personagem Marion Crane no banho. “Tanto é que eu gosto dessa cena que tentei recriá-la.” Em seguida, exibe um vídeo divertido em que ele se filma repetindo a cena, nos dois papéis, de Norman Bates e Marion. Corta para ele, que diz, rindo de si próprio: “Não sirvo para ser ator... Bom, depois dessa minha atuação horrorosa, vamos falar um pouco desse incrível livro. Há 50 anos não se fazia uma edição

desse livro no Brasil”. Ele vai discorrendo sobre a história, como num bate-papo de adolescentes, até que deixa o resto do enredo em suspense no ar, avisando que não vai contar tudo, o que é uma técnica para incentivar a leitura.

Há outros vídeos de livros ou de apresentações dos que ele ainda não leu, mas cujas resenhas promete para breve. No início, os livros vinham apenas de presentes de parentes e amigos, mas agora algumas editoras o descobriram e enviam também. O correio chega quase diariamente entregando volumes para Daniel Destro Bueno. “Gosto do livro tradicional, de tocar, de segurar. Sou apaixonado pelo cheiro dos livros, e cada um tem um. Gosto de sentir, pegar na mão. Já li e-book, mas não gostei da experiência. Acho que um dia vão vender mais que os tradicionais, mas estes continuarão existindo”, diz Daniel.

A declaração deixaria Gutenberg orgulhoso e o escritor Umberto Eco satisfeito. Eco, junto com o roteirista Jean-Claude Carrière, defendem, no livro-entrevista *Não contem com o fim do livro*, algo semelhante sobre o prazer tátil e olfativo do produto, que surgiu da velha invenção do tipo móvel de Gutenberg. O curioso é alguém tão jovem, que usa as novas mídias digitais, apresentar o livro impresso. E ensinar seus seguidores a ler à moda antiga publicações que falam à sua geração ou a todas as que a antecederam. Daniel desorganiza um pouco o que se tem como certo sobre uma geração que, na visão dos mais velhos, só seria capaz de executar uma leitura nervosa em hipertexto. Ele mostra que ler é ler. E acrescenta, rindo: “Dizem que eu sou *nerd*. Me considero mais maduro, diferente dos meninos da minha idade. Acho que não tenho só 14 anos”.

Ele conta que não gosta dos clássicos. Nas suas resenhas há, no entanto, *2001, uma odisseia no espaço*, de Arthur C. Clark, *As aventuras de Sherlock Holmes*, de Arthur Conan Doyle, junto com *As vantagens de ser invisível*, de Stephen Chbosky. A história de Daniel é apenas um exemplo entre incontáveis outros que surgem a cada momento. Só há uma certeza absoluta na era digital: as mudanças vão continuar acontecendo, as surpresas vão continuar aparecendo até para os mais atualizados estudiosos de novas tendências.

No meio do processo de privatização da telefonia, em 1998, fui à

casa do ministro das Comunicações da época, Luiz Carlos Mendonça de Barros, para uma entrevista. Ele estava encantado com o livro *The Death of Distance: How the Communications Revolution Will Change Our Lives* (A morte da distância: como a revolução das comunicações vai mudar nossas vidas), da jornalista da revista inglesa *The Economist* Frances Cairncross. Comentei sobre o livro em casa e tempos depois recebi pelo correio um exemplar. Era presente do meu marido, que havia comprado na Amazon. Olho novamente a obra agora e constato que, na capa, já há um sinal de que a evolução foi mais rápida do que o previsto. A imagem que a ilustra é a de uma mulher sentada na areia da praia. Sugere que ela está em comunicação com alguém a distância. Ela usa para isso um laptop que tem no colo. É um modelo grosso e pesado. Atualmente, os aparelhos são mais finos e as pessoas não pensariam em levá-los para a praia. A comunicação é feita diariamente, de qualquer praia, via dispositivos móveis como smartphones, celulares e tablets. Estes últimos, segundo alguns especialistas, caminhando para o abandono com a chegada dos smartphones de tela maior e alta resolução.

Hoje não só morreu a distância como o futuro chega de véspera. Os diretores do Google e do Google Ideas Eric Schmidt e Jared Cohen afirmam num certo trecho do seu *A nova era digital* que “a introdução do celular é muito mais transformadora do que a maioria das pessoas em países mais avançados consegue perceber”. O livro antecipa alguns dos espantos que nos aguardam para breve, como a memória holográfica substituindo álbuns de fotografia ou carros sem motorista cuja primeira frota já existe. Em dado momento, os autores descrevem o amanhecer numa casa inteligente do futuro em que, entre outras maravilhas, o travesseiro informa à pessoa que acaba de despertar que ela dormiu bem.

Eu lia o livro em Brasília em 2013, ano em que foi lançado no Brasil. Tinha ido passar alguns dias perto dos meus filhos, que moram na cidade.

— Você dormiu bem, meu filho? — perguntei a Matheus.

Ele não consultou seu travesseiro, que não tem ainda a tecnologia da internet das coisas, mas sim o celular, esse centro interminável de surpresas. Olhou no telefone, que captara as informações da pulseira

que usava, e respondeu:

— Não. Tive menos horas de sono profundo do que preciso.

Era a primeira vez que eu via um *wearable*. Aderi à moda da pulseira de monitoramento de sono e atividade física e em questão de meses a vi se espalhar como uma tendência viral, de várias marcas e possibilidades. Elas foram ficando mais bonitas e informando cada vez mais sobre a vida de quem as usa. No ano seguinte, houve um salto gigantesco nos aparelhos de vestir. O colunista de *O Globo* Pedro Dória contou numa coluna no fim daquele ano (edição de 16/12/2014) que o mercado dos equipamentos para vestir, os *wearable*, segundo o Morgan Stanley, se tornaria em breve um negócio de US\$ 1,6 trilhão e que até 2017 seriam vendidos 248 milhões de aparelhos. Mas, claro, pode surgir outra novidade que ofereça, de forma mais atraente, o mesmo serviço que fica, de repente, indispensável: medir sono, atividade física, batimentos cardíacos, calorias queimadas, calorias ingeridas.

A tecnologia vai criando e substituindo tendências e aparelhos. O que atualmente é um furor, amanhã é deixado de lado pela última novidade. Todos eles informam onde estamos e o que fazemos a quem queira nos fiscalizar, como na distopia de Orwell. O futuro que os especialistas imaginam é aquele em que cada um, com seu chip, será monitorado, para o bem e para o mal. Um inescapável olhar nos vigia. A minha pulseira acaba de me avisar que tenho dormido pouco e me exercitado mal. Ela ainda não é suficientemente inteligente para saber que escrever um livro rouba tempo do sono e das atividades físicas.

Nessa época, vi uma reportagem em que a repórter encerrava uma divergência entre médicos entrevistados sobre qual o tempo-limite de exposição saudável ao sol sem filtro solar consultando o próprio celular. O aparelho informou que o limite de uma pessoa com as características da repórter, naquele dia, local e hora da consulta, era de apenas dez minutos. Depois, li outra reportagem sobre aplicativos que permitiam aos cegos saber da chegada dos ônibus, do valor das cédulas ou da distância em passos entre dois pontos. “Celulares estão transformando o modo como as pessoas de países em desenvolvimento acessam e usam a informação e as taxas de adesão

não param de subir. Já existem mais de 650 milhões na África e quase 3 bilhões na Ásia”, dizem Schmidt e Cohen em seu livro. Eles projetam que o mundo estará completamente conectado em 2030.

Estar conectado muda de conceito e patamar. Deixa de ser o parâmetro atual em que computadores se ligam em rede para ser o ambiente no qual estamos todos: nós e nossas coisas. As próximas décadas verão uma explosão de objetos em rede. Em fevereiro de 2015, o jornalista Ethevaldo Siqueira, que comenta tecnologia na CBN, respondeu, diante da pergunta do jornalista Milton Jung sobre quantos objetos estão conectados, que são 2 bilhões de aparelhos. Em 2020, serão 50 bilhões de coisas e objetos conectados. “Neste horizonte tudo se comunicará: portas, paredes, móveis, carros, máquinas, peças, aparelhos domésticos, livros”, disse Ethevaldo.

Milton perguntou, ainda, se existem estudos mostrando os riscos que essa intensidade de conexão pode produzir e o jornalista respondeu que sim, e que não são estimativas feitas gratuitamente. O Morgan Stanley, conta ele, divulgou um relatório sobre os cuidados que as pessoas terão que tomar para evitar fraudes e invasões de criminosos. Os crimes cibernéticos devem se multiplicar por mil, assim como as invasões das casas em ambientes digitais.

Isso que se populariza nos comentários de jornalistas de rádio ou nos comentários de jornalistas, como Cristina de Luca, em várias mídias está em todos os documentos mais técnicos que projetam o futuro digital. Esse é o momento em que a internet dará um salto. Deixa de ser uma simples ligação entre computadores para se espalhar pelo ambiente. Estamos, portanto, cada vez mais imersos nesse contexto, a tal ponto que não haverá fronteira. Existem riscos e imensas possibilidades.

Uma jornalista conhecida me disse, em 2014, que havia “entrado na internet” e lera uma história que havia se passado comigo. A expressão tenderá a desaparecer. Ninguém mais “entrará na internet”, estaremos dentro dela. Bem no início desse novo paradigma, meu amigo Rosental Calmon Alves, da Knight Foundation, tentava me explicar a fronteira que o mundo estava atravessando. Conversávamos na copa da minha casa.

— Míriam, olhe para a energia. Ela está em toda parte. Você não

entra na energia. Seus aparelhos estão ligados na rede. Sua cafeteira, seu liquidificador, seu forno, sua geladeira. E eles tomarão decisões inteligentes por você. Será assim a internet das coisas — disse, apontando meus eletrodomésticos.

Olhei para os equipamentos com certo temor de tanta autonomia. Hoje posso tirá-los da tomada. Poderei amanhã?

— Todos os nossos equipamentos têm eletrônica — resume Demi Getschko. — Para eles falarem entre si é uma coisa trivial. Em breve o nosso mundo estará conversando para nos dar comodidade, mas pode expor coisas que você não gostaria que fossem expostas.

A jornalista Cristina de Luca explica que esse futuro não está assim tão distante, porque tudo acontece muito rapidamente na tecnologia.

— Há dez anos não sabíamos o que era rede social, hoje ela cresce de forma avassaladora. Projetar o futuro de 2030, por exemplo, é muito longe. Num tempo muito menor do que esse a internet das coisas pode ser realidade. Os equipamentos terão sensores que, ligados à internet, gerarão dados sobre você.

Em artigo da *Foreign Affairs* de 2013, intitulado “All things online”, James Mabyika e Michael Chui, ambos da McKinsey, explicam que a internet das coisas é a tecnologia que insere o mundo real dentro do virtual. Ela e a internet, juntas, são as mais disruptivas tecnologias do mundo atual. E juntas elas estão criando a mais rápida mudança já vista no mundo. Só em 2000 se chegou a 1 bilhão de computadores vendidos, 30 anos depois de lançado o primeiro PC. Em 2013, foi vendido 1,1 bilhão de smartphones e tablets. Em 2025 a internet das coisas pode ter um impacto econômico de US\$ 900 bilhões a US\$ 2,3 trilhões por ano só na indústria.

No artigo “Age of disruption”, publicado no Project Syndicate, Dominique Barton argumenta que, com esses novos elementos, o mundo entrou em uma nova era de mudanças que vai “impactar a economia mundial duas ou três vezes mais do que a Revolução Industrial”. Segundo ele, em 2020 a quantidade de informação armazenada será 50 vezes maior do que em 2010. Toda a informação está num espaço, guardada na nuvem. O mundo virtual é maior que o mundo físico.

Novas surpresas certamente aparecerão, e diante de cada novidade a gente esquecerá como era o mundo antes dela. Os jovens, no entanto, vivem em nova lógica. Em pesquisa feita pela Penn Schoen Berland para a Telefonica entre junho e agosto de 2014, em que foram consultados 6.702 jovens de 18 a 30 anos, em dez países, há várias pistas para saber como são os que chegaram à juventude neste milênio. Eles são otimistas. No Brasil, 87% estão um pouco ou muito satisfeitos com a vida. Quando perguntados sobre os melhores dias do seu país, metade dos europeus disse que eles já passaram e apenas 24% afirmaram o mesmo no Brasil. Dos entrevistados, os brasileiros tendem a ver com mais esperança o futuro: 76% acham que os melhores dias do Brasil estão por vir, contra 72% na América Latina, 50% na Europa e 51% nos Estados Unidos. Esse otimismo em relação ao futuro nunca foi mais importante do que agora.

Entre vários outros comportamentos cabe assinalar que, naquele ano, 78% desses jovens no Brasil possuíam um smartphone. Como nos Estados Unidos, onde 79% declaravam ter o aparelho. Na pesquisa do ano anterior, 63% dos jovens brasileiros eram donos de smartphones. No Brasil, 68% deles utilizavam o celular para acessar redes sociais, mais do que os 57% que diziam usá-lo para fazer uma ligação telefônica. Entre eles, 60% usavam o telefone para ler notícias. Os números, numa variedade enorme de usos, não diferem dos jovens de outros países. O celular é o portal de comunicação com o mundo.

O impacto das novas tecnologias de comunicação atinge a política, a economia, a educação, a ciência, a medicina, a imprensa, o cotidiano. Enfim, difícil seria achar uma área da vida humana impermeável a essas novidades. Qualquer jornalista da minha geração viu e continuará a ver seu mundo ser transformado tantas vezes ao longo de sua vida profissional que sabe que as mudanças são incontornáveis. Elas assustam e deslumbram a um só tempo.

Um dos mais afetados por essa dicotomia, entre temer e amar o novo, é o jornalista. Muito já se falou e se escreveu sobre a imprensa no olho do furacão, das transformações no seu modelo de negócios e na forma de realizar seu trabalho. Os jornalistas buscam, processam e entregam informações. Sempre foi assim por tranquilos 500 anos.

Nos últimos anos tudo tem mudado vertiginosamente e hoje, no meio do terremoto, sabemos mais o que não será do que o que será.

As notícias da morte da imprensa escrita eram um pouco apressadas. Ela não morreu. Ainda. Mas é difícil imaginar num horizonte de 20 anos que os jornais sejam como nós os conhecemos hoje. Eles são impressos em grandes máquinas, transportados por caminhões, aviões, carros e, por fim, levados de casa em casa pelo entregador. Esse produto traz impressos os fatos, mas eles estão mudando constantemente.

O *New York Times*, do qual os jornalistas gostam tanto que o apelidaram carinhosamente de “jornalão”, divulgou recentemente um longo estudo, chamado “Inovation”, que fez de si mesmo e dos caminhos do negócio de entregar informações. Admite que o *statu quo* tem sido desafiado, que foi ultrapassado em número de leitores por produtos que nasceram na era digital, como *The Huffington Post*, e confessa estar totalmente fora da sua zona de conforto. As redações estão sendo instadas a procurar novas formas de entregar a notícia nas várias plataformas. No jornal em que trabalho, a máxima é: o jornal nasce digital e termina impresso. Ao longo de 24 horas, o produto muda fazendo um círculo completo do novo e velho formato. No *New York Times* e nos outros, no entanto, o centro do dilema — o maior número de leitores — é das versões on-line, enquanto a maior parte das receitas de publicidade e assinatura vem do produto impresso. Na publicidade, 75% das receitas provêm do produto de papel e 82% das receitas de circulação. Esse descasamento desafia os jornalistas. Novos produtos estão surgindo, novos ofertantes no mesmo mercado de informação vão aparecendo com maior ou menor recado. A reinvenção tem que ser constante.

Como jornalista, tenho vivido tempos definitivamente interessantes. Comecei a trabalhar em redações com máquinas de escrever, telex e cartões de telex internacional para viajar. Transitei para o computador, a informação digital, a convergência das mídias. Bem no começo da minha vida profissional, forçada pelas circunstâncias, decidi aprender a trabalhar em cada um dos veículos. Era um tempo em que o normal era escolher apenas uma das mídias. Escolhi aprender todas. Isso facilitou minha entrada na era

multimídia. Viveremos a voragem dos tempos revolucionários nas próximas décadas. Até agora eu vi a mais profunda transformação pela qual a imprensa já passou, e sei que estamos apenas no umbral de novas transformações.

• • •

Para Peter Ellyard, ainda em seu livro *Destination 2050*, as novas tecnologias abrem duas tendências que parecem opostas: a globalização e a tribalização. “Uma sociedade planetária integrada única está nascendo. Como Marshall McLuhan profetizou nos anos 1960, o planeta agora hospeda uma emergente aldeia global multicultural”, diz ele. Bom, mas e a tribalização? Pessoas com interesse igual, paixões semelhantes, sejam elas as mais prosaicas e idiossincráticas, podem agora se encontrar do Alasca ao Equador e construir sua rede. Países unidos pela imposição da força se dissolvem em muitos outros. A antiga Iugoslávia se dividiu em sete países, Montenegro, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Sérvia, Eslovênia, Croácia, Macedônia, mas vários deles aderiram à Federação Europeia. Identidades recuperadas, tribos refeitas, elas entram em um grupo maior. A Ucrânia viveu um divórcio entre povo e governo no final de 2013, quando a população queria adesão à União Europeia e o governo fechava acordo com a Rússia, da qual havia se separado na dissolução da União Soviética. O país, que lutara por sua identidade, dividia-se sobre qual união aderir. As duas tendências, tribalização e globalização, convivem no plano individual e coletivo. Na Ucrânia, o dilema evoluiu, como se sabe, de forma trágica.

Foram as novas tecnologias de comunicação que possibilitaram as transferências rápidas de capital entre os países e estiveram na gênese da última crise financeira global. O capital migra sem barreiras, criando bolhas e desestabilizando países. As organizações multilaterais ainda não aprenderam a regular esse movimento num mundo em que é muito difícil montar barreiras eficientes ao dinheiro eletrônico.

As tecnologias de comunicação estavam presentes na crise que derrubou longevos ditadores árabes. A jornalista da CNN Kristie Lu Stout, de Hong Kong, postou, no final de 2011, em seu Twitter, uma foto da reunião da Liga Árabe tirada em 2010. Ela mostrava os governantes de países árabes reunidos e, por coincidência, na primeira linha e com sorrisos mais abertos estavam Abidine Ben Ali, da Tunísia, Ali Abdullah Saleh, do Iêmen, Moammar Kadhafi, da Líbia, e Hosni Mubarak, do Egito. A frase que ela escreveu foi apenas: “Que diferença um ano faz”. Eles estavam todos depostos, alguns mortos. O rastilho de pólvora que tornou tão rápidas as suas quedas, a partir do protesto solitário do jovem Mohamed Bouazizi, que se imolou na Tunísia, só foi possível porque se formou uma rede em que pessoas de países diferentes se reconheceram no mesmo inconformismo.

A velha ordem, no entanto, é resistente. Passado o primeiro momento, antigos ódios e divisões reapareceram, espalhando sangue no que inicialmente foi comemorado como a Primavera Árabe. Mas o ponto de ignição daqueles surpreendentes fatos de 2011 foi a possibilidade de que, com um celular na mão, se pudesse encontrar pessoas com o mesmo sentimento, a mesma atitude política, em qualquer parte do mundo.

O cientista político Joseph Nye, ao comentar a Primavera Árabe, diz que se perdeu em grande parte a perspectiva do que estava por trás dela por causa do seu desfecho decepcionante. É “o processo de mudança radical e de maior duração, a que às vezes chamamos de revolução da informação”. Baseada em avanços e rupturas tecnológicas que reduzem o custo e a dificuldade de criar, encontrar e transmitir informação, essa revolução tem implicações que ainda não podemos apreender completamente. Mas ela vai alterar nosso modo de vida e mudará a natureza do poder no século XXI.

A invenção do tipo móvel por Gutenberg fez a revolução da imprensa e foi importante fator na origem da Reforma Protestante e da disseminação da informação. Agora há uma parcela muitíssimo maior da população, dentro dos países e fora deles, com acesso ao poder que a informação confere. A política mundial não é mais território de governos apenas. Pessoas, redes, organizações e

movimentos, espontâneos ou não, têm um papel ativo nas relações políticas internacionais. Joseph Nye também alerta, como Daniel Dennett, que Golias não está morto. Essa é a ambivalência do processo. Ele ajuda grandes e pequenos. Um hacker e um governo podem usar a internet como arma, mas o governo pode mobilizar milhares de hackers, mercenários virtuais, milícias pagas para agir on-line. Um militante solitário on-line, franco-atirador, pode atingir o ponto vulnerável de um governo ou de uma organização poderosa. Ele é um só, mas tem o poder de desencadear um processo que, eventualmente, pode encurralar o sistema. Para o bem ou para o mal. Quem vai ganhar ou quem vai perder não está claro. Nye acha que demorará anos para respondermos a essa questão. “Nós apenas começamos a entender os efeitos da revolução digital.”

Uma de suas consequências é a aceleração da ciência. Há descoberta em todos os campos, as trocas de informação, de imagens de alta resolução em tempo real e de dados entre cientistas permitem saltos que antes levariam anos para acontecer. O que ocorre agora era impensável. Projetos que levariam décadas são realizados em meses. Computadores de grande porte processam informações e sistemas complexos dos quais a mente humana não daria conta. A ciência se globaliza rapidamente. No *Índice científico de citações*, o número médio de autores subiu de três, nos anos 1990, para cinco, em 2010, segundo estatísticas produzidas pela agência de notícias Thomson Reuters. O número de artigos publicados subiu, nesse período, de 600 mil para quase 2 milhões. O artigo com maior número de autores foi de 824 colaboradores, em 2002, para 3.179, em 2011. Vários países estão nesse diálogo científico internacional. A participação da China na produção científica global subiu de 5,6%, em 2003, para 14%, em 2012. A do Brasil, de 1,7% para 2,7%. A participação americana caiu de 33% para 28%.

A medicina está no meio dessa revolução, que já permite realidades que pensamos pertencer ainda ao mundo da ficção científica, como as experiências do brasileiro Miguel Nicolellis, que participou de um dos mais espantosos experimentos recentes da neurociência. Um macaco andando numa esteira na Universidade Duke, na Califórnia, conseguiu com seus sinais cerebrais fazer um

robô andar em Kyoto, no Japão. Hoje Nicolellis trabalha para que exoesqueletos permitam que paraplégicos caminhem, mas se dedica também a um centro educacional que tenta unir pedagogos e neurocientistas. O cientista está convencido de que, a partir do diálogo entre eles, será possível preparar pessoas que, no futuro, liberem novas potencialidades da mente humana. A escola aplica um ensino de ponta, com muitos jogos, e o ritmo de progressão é ditado pelas habilidades de cada aluno.

Uma pequena história familiar me deixou entrever o muito que está por vir na medicina futura. O neurologista da minha irmã, em Belo Horizonte, informou que uma das artérias do cérebro dela poderia se romper, a qualquer momento, num aneurisma, provocando morte súbita ou sequelas. A indicação era cirúrgica e a operação foi marcada para o início de 2012. Nada foi como imaginávamos. Não houve corte na cabeça. Com a ajuda de computadores e um cateter, a equipe conseguiu acesso ao cérebro e no local afetado foi depositado um novo material, que o médico chamou de aço inteligente. Esse material maleável se adaptou ao formato da artéria, criando uma parede interna resistente que a protege do rompimento. A tecnologia fora desenvolvida na Califórnia poucos anos antes e já estava sendo usada em Belo Horizonte.

Por temperamento, o brasileiro busca as novidades tecnológicas com avidez. E rapidamente se adapta. Foi assim que o mercado de celulares no Brasil cresceu exponencialmente em pouco tempo, até chegar a um ponto em que o número de aparelhos ultrapassou o de habitantes do país. Vínhamos de um atraso de décadas. A estatização do setor de telefonia, até 1998, e o fechamento do mercado de informática ao longo de anos produziram um atraso enorme e a corrida aos equipamentos foi até natural. A privatização da telefonia encontrou o país com apenas 30% dos domicílios ligados à rede de telefone fixo. Isso fez com que as famílias desprovidas de forma de comunicação pulassem direto para os celulares. A adesão à mídia social também foi rápida e em massa.

No final de 2012, o Brasil foi o segundo maior mercado do Facebook, depois dos Estados Unidos, com 65 milhões de usuários, de acordo com a SocialBakers, companhia de análise de mídia social.

Em uma reportagem de fevereiro de 2013, com o título “Brasil, a capital universal da mídia social”, o *Wall Street Journal* falou de vários fenômenos instantâneos que se espalham pelo país. “A classe média em expansão no Brasil está cada vez mais plugada e a mídia social é muito popular por causa da cultura hipersociável do Brasil.” No final de 2013, o Brasil continuava entre os top 3 do Facebook, sendo ultrapassado pela Índia, que tem população total seis vezes maior. A China, também gigante populacional, cresce muito, mas bloqueia as principais empresas do setor. Em 2012, o Brasil era o segundo país com o maior número de visitantes únicos fora dos Estados Unidos, do Google e do YouTube. Além de ser um dos cinco maiores mercados em receita para o YouTube, segundo a reportagem do *Wall Street Journal*.

O site Semiocast fez um estudo, no fim de 2012, com o seguinte resultado: no Twitter, os Estados Unidos continuavam em primeiro lugar, mas o Brasil era o segundo em número de contas no microblog, seguido por Japão, que tinha, no entanto, o maior número de mensagens por conta, comparado ao nosso. Em 2015, o LinkedIn, a rede de negócios, informou que atingiu 20 milhões de usuários no Brasil, que virou o terceiro maior no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. Em qualquer rede o Brasil tem estado sempre no grupo dos cinco mais ativos no mundo. Em todas as mídias sociais o país continua crescendo. Isso não acontece por acaso. É resultado do impulso do brasileiro para aderir às novas tecnologias.

Cora Rónai sempre foi a jornalista da minha geração mais capaz de entender o futuro tecnológico e seus determinismos. Enquanto vários de nós, nos anos 1980, ainda acreditávamos na ilusão de que a reserva de mercado permitiria o desenvolvimento de um computador genuinamente brasileiro, ela nos explicava o que só mais tarde ficou óbvio: tínhamos que escolher se queríamos ser parte do todo, integrados à cadeia global, ou nos isolar e retroceder. Era natural que nos confundíssemos no alvorecer da era da computação porque começáramos no jornalismo na máquina de escrever, escrevendo em laudas e enviando reportagens do exterior para cá por telex. Cora nos avisava que o futuro seria totalmente diferente daquele nosso presente, enquanto preparava outros jornalistas que ocuparam espaço

no jornalismo tecnológico nas décadas seguintes.

Foi ela quem, recentemente, chamou a atenção para um balanço do futuro que havia sido feito no passado pelo genial escritor e cientista Isaac Asimov e que foi lembrado em várias publicações do mundo. Em 1964, Asimov descreveu, no *New York Times*, qual seria o futuro tecnológico no então distante ano de 2014. Ele acertou quase tudo nesse passado do futuro, avaliou Cora, porque imaginou um mundo em que telas planas luminescentes seriam a interface das pessoas, em que os telefones permitiriam ver quem estava distante e buscar informações, como fazemos hoje nos tablets. Errou ao imaginar um cotidiano em que estaríamos libertos do trabalho.

Essa sempre foi a tentação da maioria: viver num mundo em que o trabalho tomasse algumas horas, se tanto, e o restante do tempo fosse dedicado ao ócio. Confesso certo estranhamento em relação a essa forma de pensar por extrair bastante prazer do meu trabalho, mas entendo o sonho de mais espaço para outros prazeres, além do que vem do trabalho. O mundo ideal da maioria, no entanto, é aquele no qual trabalharíamos de forma mais eficiente e produtiva para, assim, haver tempo para outras alegrias e distrações. Após a avalanche que passou sobre quem trabalha na imprensa desde os anos 1970, um tempo quase pré-histórico, pode-se dizer que aumentou a eficiência e também a produtividade de quem faz da transmissão da informação o seu ofício. A sensação dos jovens nas redações é de que o volume de tarefas está crescendo por ser necessário alimentar todas as mídias nas quais qualquer veículo de comunicação tem que estar presente. Ninguém viveria sem a tecnologia que nos trouxe até aqui, porém o sonho de um trabalho mais leve ainda não se realizou.

Como foi o futuro previsto no passado? Em 1949, a hoje centenária revista *Popular Mechanics*, especializada em novidades da tecnologia, fez uma previsão que parecia incrível: o computador do futuro pesaria apenas uma tonelada e meia. Na época, os computadores, ainda em sua infância, pesavam 30 toneladas. A previsão da revista era de que, em vez de ter 18 mil válvulas a vácuo, o computador do futuro teria apenas mil e, por isso, poderia pesar, digamos, tão pouco. O que houve de errado na previsão é aquele fenômeno presente em todos os erros de projeção: o de achar que o

futuro será igual ao passado com mudanças incrementais. Nos anos seguintes, ocorreram duas rupturas que permitiram o domínio das tecnologias do transistor e do circuito integrado, levando à miniaturização do computador e abrindo as portas para o que temos hoje.

As previsões envelhecem mais rapidamente agora, diante da velocidade do avanço tecnológico. Vivemos tempos revolucionários e em ambientes assim é preciso estar preparado para as rupturas, para os pontos de não retorno e para o momento a partir do qual a avalanche de transformações se precipita. Eu não sei de onde as mudanças virão, sei que virão porque essa é a natureza da era em que vivemos. Enquanto Cora Rónai estava de olho nas novidades tecnológicas, eu, no meu canto da mesma redação, acompanhava as teorias que nos levariam à estabilização econômica. Foi também uma ruptura com velhas teorias. Vendo o mundo pela janela da economia aprendi que o melhor é estar no jogo, integrado à cadeia produtiva global.

A *Popular Mechanics* acertou, porém, inúmeras vezes. Numa reportagem escrita quando a revista fazia 110 anos, em 2014, vários desses acertos foram ressaltados, como o de um material de capa, em 1994, antecipando a popularização da internet, que ela chamou de “Information Superhighway”, e sobre a qual afirmou ser a maior revolução desde o desenvolvimento do automóvel. Foi mais do que isso. Para jornalistas, é a maior em 500 anos, desde a invenção da imprensa.

Cientistas, futuristas e até ficcionistas souberam descrever com um nível impressionante de acertos o mundo do futuro que vivemos hoje. Mas a velocidade da mudança se acelerou, tornando mais arriscado o ofício de falar sobre o que está por vir. Livros escritos no final da primeira década do século sobre o futuro da tecnologia já apresentam falhas. Futuristas para a sua época, relidos agora, mostram como expressões caíram em desuso ou foram criadas para definir processos, ferramentas e mídias que já mudaram. Quando surgiu o blog, foram escritos vários livros sobre o fenômeno do jornalismo individual, autoral. O *blogging* mataria a mídia tradicional. Eles, de fato, têm produzido várias mudanças. Desafiaram a mídia tradicional, que

também tem mudado, como já disse aqui. Os grandes portais de jornais passaram a abrigar blogs. O fenômeno é mais complexo do que o da substituição que sempre é imaginada quando surge algo novo. Tudo está mudando simultaneamente. E novas formas de jornalismo individual ou de grupos vão continuar a desafiar a mídia tradicional. Porque são mais leves poderão inovar mais e em propostas mais ousadas.

Nos livros que, no passado recente, previram o futuro da comunicação, o que se sente atualmente é a ausência da previsão de que as mudanças continuariam: a avalanche das novas redes sociais, dos microblogs, da transmissão rápida de imagens e do impacto de tudo isso no mundo. Em *Exploring Web 2.0*, Ann Bell ensina com clareza como funciona, o que é e como usar a segunda geração das ferramentas interativas. E lista na capa: *Blogs, podcasts, wikis, networking, virtual worlds and more*. Ela já sabe que o “more” caberia em qualquer novo. No texto de abertura, a professora da Universidade de Wisconsin-Stout avisa que “o mundo digital está mudando rapidamente à nossa volta”. A obra, publicada em 2009, concedeu um capítulo inteiro ao Podcasting, mas faz referência de apenas uma página ao Twitter no último capítulo, no qual tratou de várias novas ferramentas. Nada que antecipasse a dimensão que o Twitter tomaria no mundo. Ela pensou o livro em 2005, um ano antes do aparecimento do microblog, e o publicou quando ele acelerou sua escalada.

Segundo o portal Statista, o número de usuários do Twitter era de 30 milhões no mundo inteiro no primeiro trimestre de 2010; e, no final do segundo trimestre de 2013, de 218 milhões. Em janeiro de 2015, o Twitter divulgou que havia alcançado a média de 288 milhões de usuários ativos no quarto trimestre de 2014. Entrou 2015 com mais de 300 milhões ativos. O total de contas já chegou a 1 bilhão. O Facebook tinha 1,4 bilhão de usuários ativos no fim de 2014. É difícil até medir, tão rapidamente os fenômenos surgem e se tornam virais neste mundo em que tudo se compartilha, tribos se formam, grupos de amigos se criam e todos se globalizam. Quando comecei a escrever este livro, o Instagram não era relevante. No final de 2014, crescia exponencialmente e havia superado a marca dos 200

milhões de usuários em todo o mundo. O mesmo aconteceu com o WhatsApp. A internet como um todo, o ciberespaço, superou, no final de 2014, os 3 bilhões de usuários, dos quais 2 bilhões têm contas ativas em alguma rede social.

No momento em que você lê esta página os números já mudaram. O tempo atual é o de um tsunami de mudanças. Por isso, mais importante do que falar da próxima coisa nova é entender que a mente deve estar preparada para compreender e se adaptar ao novo. Não é fácil. O novo é inquieto e contagiante. Atinge áreas que não se esperava fossem tocadas, produz efeitos não previstos.

• • •

A mídia social abriu portas que o mundo físico mantinha fechadas no Brasil. É bem conhecido no país o fenômeno da conexão entre as partes do Rio de Janeiro — um dia apelidada de Cidade Partida pelo jornalista Zuenir Ventura. Quando as Forças Armadas entraram no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas que era uma fortaleza inexpugnável dominada pelo tráfico de drogas, a mídia social passou a ser a ponte que uniu as partes da cidade há tanto tempo dividida em guetos e bolhas. Jovens como Renê Silva passaram a narrar no Twitter e em blogs os momentos dramáticos daquela ocupação. Imediatamente, o número de seus seguidores disparou e formaram-se correntes. Da Zona Sul, jornalistas especializados em informática orientaram o ainda inexperiente Renê a bloquear sua localização, para protegê-lo de criminosos que, eventualmente, poderiam se incomodar com as informações que ele estava divulgando em tempo real.

Hoje Renê é uma celebridade e foi listado pelo *Guardian*, em 2013, como um dos seis adolescentes que estão mudando o mundo. A mídia social não o transformou, apenas deu uma espantosa e rápida visibilidade ao seu trabalho e ampliou sua lista de amigos para além das barreiras sociais que perduram no Brasil. Desde os 11 anos ele vinha fazendo um jornalzinho com notícias da sua comunidade, onde os repórteres dificilmente podiam entrar.

Antes da ocupação ele estava confinado. Para ir ao Complexo do Alemão era preciso pedir a proteção de algum grupo confiável. Eu fui com o grupo cultural AfroReggae, com o qual visitei outras favelas, naquele tempo recente e distante ao mesmo tempo. As cenas eram de um país em guerra: meninos com fuzis em plena rua, marcas de bala nas paredes das casas e lojas, mesa com venda de drogas à luz do dia perto de locais onde crianças passavam. Nesse mundo, Renê, desde pequeno, recolhia histórias da comunidade, notícias e anúncios com o comércio local. E assim conseguiu manter vivo seu pequeno jornal por cinco anos. Quando as forças do Estado finalmente entraram no território, ele dominava várias formas de comunicação. Seu perfil no Twitter dizia “quero ser um jornalista”. Os veteranos na profissão se apaixonaram por ele imediatamente, pelo senso de notícia que demonstrava ter. Em seguida, ele e seu grupo, que haviam começado na sala da casa da avó, passaram a trabalhar em uma sede e lançaram o blog Voz da Comunidade. E toda a história está narrada agora em livro escrito por eles. Hoje, quando sai um novo número do jornal impresso, Renê anuncia na rede social o local em que estará sendo vendido e assim se completa o círculo do mundo físico ao virtual, voltando ao físico.

Novos grupos se formaram, como o Descolando Ideias, criado por Nathalia Menezes e voltado para as intervenções culturais. O coletivo se reúne em vários pontos da comunidade, aos quais chama de “escritórios”, para discutir ideias de projetos, eventos e atividades usando como ferramenta as redes sociais. Se a entrada do Estado nos morros foi o primeiro passo para reunificar a cidade, a mídia social foi o caminho mais forte para a formação de redes de pessoas de áreas da cidade que não se comunicavam. A poderosa mídia social atravessou as distâncias sempre presentes na sociedade brasileira. Renê ganhou tutores poderosos e anônimos, que o ajudaram a enfrentar os riscos da fama súbita e a amadurecer perseguindo seus sonhos.

Esses grupos de jovens das favelas, organizados em blogs e usando todas as novas mídias, passaram a ser fonte para a mídia tradicional. Quando a jornalista Valéria Maniero e eu decidimos fazer uma reportagem sobre empreendedorismo nas favelas do Rio para publicar

nas páginas de *O Globo*, procuramos, entre outras fontes, os jovens das comunidades ligados a esse tipo de mídia para que nos ajudassem a encontrar personagens que revelassem o fenômeno econômico que queríamos mostrar.

Um jovem e um celular são auxiliares não apenas dos jornalistas, mas até do governo. Em agosto de 2013 houve um apagão que atingiu nove estados do Nordeste. Como sempre, o então ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, correu atrás de um fato aleatório para culpar pelo que, se sabe, é decorrência de uma fragilidade estrutural na manutenção do sistema interligado. Há anos o ministro de plantão — muda a autoridade, não o defeito — responsabiliza um fato pelo estrago geral. Ninguém se pergunta em Brasília que fragilidade é esta no sistema que o faz desmontar por pequenos incidentes. Dessa vez não foi um raio numa subestação e sim um incêndio em um assentamento no Piauí que teria atingido uma rede de transmissão da Chesf. Determinada “rigorosa investigação” à Aneel, os órgãos públicos começaram a procurar provas do evento culpado pela escuridão. O Ibama apresentou à imprensa, logo depois, imagens de um incêndio, mas sem comprovação de ser a causa do apagão.

O interessante para a nossa história é saber como o Ibama conseguiu as imagens desse incêndio em um local remoto feitas no calor da hora. Quem teve a sagacidade de gravar? Isso uma reportagem de *O Estado de S. Paulo* mostrou. Os repórteres Ângela Lacerda e Leo Caldas foram enviados para Canto do Buriti, no Piauí, município de 20 mil habitantes, a 405 quilômetros de Teresina. E depois tiveram que continuar procurando. O fogo aconteceu na Fazenda Santa Clara, distante 60 quilômetros da sede de Canto do Buriti. Várias pessoas do assentamento viram o incêndio e o descreveram para os repórteres, mas apenas uma testemunha registrou em vídeo: Larissa Gomes de Andrade, então com 15 anos. “O fogo estava muito alto, chamou a atenção, e quando deu o primeiro pipoco, comecei a gravar. Continuei a gravar até que veio o segundo estrondo [foram três]”, disse ela aos repórteres.

O Ibama soubera que o incêndio, apontado como causa do apagão, havia sido gravado por uma moradora. Os funcionários do

órgão chegaram à casa de Larissa às 23h30. Ela dormia, foi acordada. Eles pediram que ela lhes transmitisse as imagens por *bluetooth*. E foram essas que apareceram em rede nacional como sendo “imagens cedidas pelo Ibama”. No original se ouve ao fundo uma voz masculina. Larissa não teve o crédito, mas disse que não se importou. Deveria. Até porque, como os jornalistas contaram, todos os vizinhos têm celulares, no entanto só ela teve a ideia de registrar o evento.

Com a ajuda dos repórteres, Valéria Maniero a alcançou para uma conversa mais detalhada. Precisou insistir porque a primeira ligação caiu várias vezes.

— Aqui no assentamento todo mundo tem celular, até as crianças, mas só eu filmei. Fui rápida, corri o risco de me queimar. Achei que era importante. O fogo estava alto, violento, perto de casa. Todos ficaram com medo. A voz que dá para ouvir ao fundo é do meu pai. Quando o fogo estava perto, saí, desliguei a câmera. Eram umas 15h30. Às 23h30 estava dormindo quando o pessoal do Ibama chegou para copiar.

A história revela que a 60 quilômetros do município de Canto do Buriti, no Piauí, que, por sua vez, fica a 405 quilômetros da capital, num assentamento, todos têm celulares. E uma jovem de 15 anos teve a presença de espírito de captar imagens que depois foram para a grande mídia. Um detalhe: ela disse que não gosta de morar lá, para onde foi aos sete anos, porque “não tem nada para fazer”. Seu sonho é “morar em São Paulo”, o que a torna um personagem de outra tendência irreversível, analisada neste livro em outro capítulo, sobre a urbanização. Larissa explica por que gostaria de sair de lá:

— Queria ajudar meus pais, eles sozinhos não vão conseguir.

Larissa já apareceu também no capítulo sobre educação. Ela, que tem a rapidez de entender a força da imagem na era da comunicação, acha que é burra porque assim a escola a faz se sentir. A economia conseguiu colocar na mão dela um celular e ela sabe como, através dele, entrar no mundo digital. O Estado não tem sido capaz de lhe dar o passaporte para o futuro pela via da educação. A propósito: incêndio houve, entretanto foi a falta de manutenção da linha de transmissão a responsável pelo apagão.

As novas tecnologias mudam e multiplicam ferramentas de uma

forma tão intensa que a sensação das pessoas muitas vezes é a de que serão incapazes de acompanhar as mudanças. Um estudo da empresa de consultoria McKinsey, com o título *Tecnologias disruptivas: avanços que vão transformar a vida, negócios e a economia global*, reconhece, no começo do Prefácio, que a “tecnologia está se movendo tão rapidamente, em tantas direções, que até prestar atenção começa a ser um desafio. Nós somos vítimas da fadiga da ‘próxima coisa nova’”.

Não sei qual a próxima coisa nova. Sei que ela aparecerá. O importante é saber para onde estamos indo na área científica e tecnológica, se o Brasil tem conseguido acompanhar a viagem para essas fronteiras e como isso vai impactar o país nos próximos anos. As más notícias, nós já sabemos: o Brasil investe pouco em ciência e tecnologia. E somente o Estado faz esse investimento. Nosso ritmo de inovação é pífio. Temos baixo nível de patentes registradas por ano para um país do nosso tamanho. O economista José Alexandre Scheinkman gosta de apresentar em suas palestras um gráfico que mostra como Brasil e Coreia do Sul, sempre ela, tinham o mesmo número de patentes por ano décadas atrás. Segundo dados do Banco Mundial, em 2012 o Brasil tinha 4.804 patentes registradas e a Coreia, 148.136.

O *Global Innovation Index*, um índice composto por vários indicadores, feito pela Universidade Cornell e a agência da ONU World Intellectual Property Organization, registra o Brasil no 61º lugar do mundo em 2014. A Coreia, para continuar com a comparação de Scheinkman, está em 16º. Esse índice tenta ir além da simples contabilidade do que se investe em pesquisa e desenvolvimento. Claro, como todo ranking, levanta dúvidas, como a do 1º lugar para a Suíça, ou a Inglaterra, à frente dos Estados Unidos. Seja qual for a medida — há inúmeras —, o Brasil não está onde deveria estar em nenhum ranking de inovação, pesquisa e desenvolvimento, número de patentes.

Todavia, o que está diante de nós é muito mais intenso do que apenas um ranking de inovações e número de patentes. A ciência, em todas as áreas, vai acelerar vertiginosamente a velocidade de

mudanças nas próximas décadas. Há determinados saltos tecnológicos no horizonte das previsões dos economistas que assustam. Um deles é o da inteligência artificial. Será que a robótica chegará a criar seres mais inteligentes que nós? O cientista Stephen Hawking não só acha que sim, como prevê que quando isso acontecer pode significar o fim da espécie humana, de acordo com entrevista que concedeu à BBC. Ele usa máquinas que sintetizam seu pensamento e o transformam em som para falar. Sem esses equipamentos, Hawking teria deixado de se comunicar há muitos anos.

Hoje as máquinas já “pensam”, “supõem” o que você pretende, “conversam”, mas tudo está sob nosso estrito comando. São programadas para pensar apenas o que se permite que elas pensem. Isso parecerá tosco no futuro, alegam os especialistas. O verdadeiro salto ocorrerá quando as máquinas forem capazes de “sentir” e interpretar as emoções humanas e, inclusive, refazerem a si mesmas. Ray Kurzweil, diretor de engenharia do Google, diz que, sim, o momento em que as máquinas serão mais inteligentes do que o ser humano vai chegar, e arrisca a data: 2045. Foi o que ele disse nos últimos dias de 2014, segundo a revista eletrônica *The Connectivist*. É o que ele chama de singularidade. Ele tem trabalhado exatamente nisso no Google e acredita que essa força será para o bem. Na literatura, essa ideia sempre esteve nas distopias sobre o futuro. Filmes que já vimos e que não terminam bem.

Numa entrevista a Arnaldo Bloch, de *O Globo*, a cibercientista cubano-espanhola Nayat Sanchez, pesquisadora da UFF, mostrou uma visão otimista. Acha que a inteligência artificial aplicada à vida cotidiana tornará tudo mais fácil. Um exemplo: ela “identificará o que falta na geladeira e encomendará ao supermercado para que eu não fique sem leite e ovos”. Os dispositivos *wearables* vão identificar um risco à saúde, como uma pulsação diferente, e avisarão que você precisa ir ao médico. Ela acha que tudo vai evoluir sob nosso controle e para o nosso bem, e que a mídia é que difunde temores. Segundo ela, novos equipamentos vão ser criados para proteger as pessoas e tornar a vida mais fácil. “Não se pode usar o medo para impedir a evolução”, disse Sanchez.

Quando se olha para a frente, no meio de uma revolução como a

que vivemos, é natural pensar que a medicina genômica, a robótica, a inteligência artificial e as tecnologias de informação vão realizar as projeções mais ousadas dos cientistas. Nas próximas décadas, o mundo pode atravessar as fronteiras do impossível. E o que é o impossível? Muito do que temos hoje pareceria ficção se contássemos a alguém nos anos 1970. E é no mundo no qual tudo será possível que as crianças que estão nascendo agora vão viver.

Quem pensa nesse futuro e avalia o cenário atual tem razões para ficar preocupado. O Brasil tem baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento nas empresas privadas. As multinacionais que atuam aqui têm, em geral, seus centros de inovação fora do país. A empresa que mais investe em pesquisa e desenvolvimento de ponta no Brasil é a Petrobras. Ela não apenas tem um robusto centro de pesquisa próprio, como também tradição de financiamento de pesquisas em universidades. O temor de curto prazo é que a crise da empresa de petróleo diminua esses recursos em momento crucial para o país. A longo prazo, no entanto, a Petrobras vai continuar investindo em tecnologia de ponta porque é a sua vocação e a garantia de sua sobrevivência. O pouco investimento em pesquisa no Brasil é de origem basicamente estatal e se dá dentro das universidades públicas.

A velocidade das mudanças nos próximos anos é grande demais para criarmos qualquer tipo de barreira ao investimento em pesquisa. Nossos jovens não estão se formando em número necessário nem com o nível adequado de conhecimento. O esforço de mandar jovens para estudar em outros países através do programa Ciências sem Fronteiras é um passo na direção certa. Aqui, contei, no capítulo sobre a educação, da menina moradora de favela do Rio, estudante de engenharia química, que acabou embarcando no programa. Temos casos isolados de talentos que se destacam e de centros de excelência que conseguem maravilhas, mas o Brasil precisa ampliar e acelerar seu avanço.

Uma coisa os brasileiros sabem hoje. Não deu certo a proposta de fechar o país e criar uma legislação superprotetora, com muita renúncia fiscal, para que um setor inventasse uma tecnologia só nossa. Foi assim com a Lei de Informática. A ideia era desenvolvermos nosso próprio computador; o país gastou muito

dinheiro em subsídios nesse projeto e aprisionou os consumidores. O resultado foi que algumas empresas instalaram fábricas que eram apenas montadoras de equipamentos trazidos de fora. Não havia pesquisa, nada se desenvolvia. Os produtos oferecidos ao mercado interno eram velhos e caros, e o Brasil se isolou do mundo. Representou um enorme atraso, para usuários e empresas de todos os setores, enclausurar o país naquela lei que nada nos trouxe do que nos prometeu. Nem traria, porque sua lógica estava errada. Na era da informação, o melhor progresso científico é sempre integrado a outros centros do mundo.

Quando disse acima que “os brasileiros” já sabem disso, seria preciso fazer uma exceção: justamente o escolhido, em 2015, para ser o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo. Em seu discurso de posse, ele lamentou que o Brasil tenha abandonado a Lei de Informática dos anos 1980. Também voltou a demonstrar que não acredita nas mudanças climáticas. O ministério que ele comanda chefia o Inpe, onde trabalham cientistas que fazem parte do Painel da ONU, que alerta o mundo sobre as mudanças climáticas. Ele também foi autor de proposta de lei que, se aprovada, proibiria inovações que resultassem em perda de emprego.

No futuro, olharemos para trás e essa escolha da presidente Dilma Rousseff será vista apenas como um momento exótico. Mas terá atrapalhado um pouco mais o país, que já está bem atrasado. Um dia perdido em ciência, tecnologia e inovação na era das grandes rupturas tecnológicas é muito tempo. Temos feito escolhas insensatas que cobram alto preço. Escolher como ministro da Ciência, na segunda década do século XXI, alguém cujo parâmetro é uma lei que atrasou o país nos anos 1980 é ilustrativo de tudo que certos líderes brasileiros ainda não entenderam sobre o mundo novo. O Brasil tem recusado a ligação com grandes centros produtores de conhecimento. Não há, no país, senso de urgência sobre o assunto. Nos guetos, os cientistas reclamam e os jornalistas de ciência registram o problema, que não ganha espaço na imprensa, embora esse debate seja fundamental para o futuro.

Quem entrasse no dia 12 de fevereiro de 2015 no blog *Só Ciência*, de *O Globo*, encontraria um lamento aflito do jornalista especializado

Cesar Baima: “Brasil e ESO, uma vergonha sem fim”. Ele avisava que falara demais no assunto, mas que o repetiria. O Brasil havia assinado um acordo com o Observatório Europeu do Sul, todavia nunca o ratificara. “Depois de se arrastar por mais de quatro anos na burocracia, omissão e falta de vontade política do governo, o acordo chegou ao plenário da Câmara, apenas para acabar de novo na gaveta.” O debate em plenário, que ele descreve, é constrangedor. Um deputado diz que os astros que precisam ser observados são os “cidadãos brasileiros”.

O jornalista explica que, confiando nessa ratificação, a Europa tinha concedido aos cientistas brasileiros acesso aos equipamentos instalados no Chile, onde se incluía um dos maiores e mais avançados telescópios do mundo. Se o Brasil não ratificar “e essa janela se fechar”, nossos cientistas serão “expulsos”. O que faz um país assinar um acordo desses e não ratificar? E fechar uma janela pela qual seus cientistas olharão mais longe do que jamais poderiam nos centros nacionais? Há momentos em que o país parece ter escolhido virar de costas para o mundo e a tecnologia. Se essa atitude permanecer, não teremos lugar nesse futuro que começa agora. Não é um mero rótulo o nome que se dá ao tempo atual de “sociedade do conhecimento”. Em todas as ciências estamos atrasados, enquanto algumas ilhas de excelência se instalam e sobrevivem, como parte das redes científicas globais, graças ao esforço individual ou de um grupo de teimosos.

Foi assim, por exemplo, com o carioca Stevens Rehen. Quando ele voltou ao Brasil da sua temporada de estudos nos Estados Unidos, em 2005, trazia dois pós-doutorados em neurociência e muitos equipamentos para o laboratório que queria instalar na UFRJ. Não havia espaço, exceto um banheiro, que foi adaptado. Naquele espaço pequeno que recebeu, o cientista iniciou o que é hoje um dos maiores laboratórios brasileiros de pesquisas com células-tronco embrionárias do país, o LANCE-UFRJ. Em 2012, ele já chefiava uma equipe de 35 pesquisadores em um espaço de 200 metros quadrados, sete vezes maior do que o original, no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Ali, Rehen e sua equipe produziam metade de toda a ciência relacionada ao tema no país em número de artigos publicados, preparava seu próprio reagente e ainda fornecia para 22 laboratórios

nacionais.

Rehen tem protestado contra a síndrome do fechamento: o Brasil cria burocracias demais para a importação de equipamentos e produtos necessários às pesquisas. Em 2012, ao receber um prêmio por feitos notáveis na ciência, ele disse: “A burocracia é o principal gargalo da ciência brasileira. Li um artigo de 1958 em que cientistas reclamavam da dificuldade de importação de reagentes, a mesma que temos hoje. É impossível fazer uma ciência de ponta assim”. Mas ele é persistente, como tantos outros cientistas. Em 2014, Rehen e outros colegas estavam publicando no periódico científico *Schizophrenia Research* estudos sobre o que tem sido um dos focos do centro, a pesquisa genética da esquizofrenia.

Nesses dois casos — o denunciado pelo jornalista Cesar Baima e os lamentos do cientista que veio, trabalhou e conseguiu realizar —, o que se vê é o mesmo defeito: o de um país fechado na era das conexões inevitáveis e avassaladoras. Ainda que a evolução do acordo com a Europa tenha tido um bom desfecho, o fato é que a tendência é o atraso. Não é fato isolado, são exemplos de agora de uma velha tendência nacional. Se o Brasil não mudar radicalmente de atitude e entendimento sobre a questão, os futuros cientistas vão estudar fora e lá ficarão. Não conseguiremos assinar acordos de cooperação científica porque o mundo saberá que não cumprimos o que assinamos. É uma política suicida fechar fronteiras, impor barreiras à importação, não ratificar acordos e ter saudades da política que fracassou há 30 anos.

Um ministro obscurantista na Ciência pode ser trocado, mas a escolha dele informa o desprezo que os governantes dão a um tema crucial. Se temos que mirar em telescópios poderosos para ver o horizonte de radicais transformações de paradigma, em todas as áreas da ciência, como fazer isso fechando janelas abertas por um acordo internacional?

O Brasil precisa se esforçar mais nas próximas décadas para as mudanças, muitas delas imprevisíveis. O que nossa história recente mostrou é que uma decisão regulatória correta, como foi a do ex-ministro Sérgio Mota, de permitir que a rede nascesse o mais aberta possível e desligada dos cartórios e monopólios estatais acelerou o

ritmo da conexão no Brasil. A exclusão digital ainda é grande, mas os especialistas avaliam que, ao contrário de outras desigualdades, essa é mais fácil superar se forem feitos investimentos importantes na estrada, ou seja, em fibra óptica que ligue todo o país. Se for superado o gargalo do mundo físico, o mundo virtual se conectará acima das diferenças sociais, regionais, culturais. Como nos transportes, o que precisamos é de estradas que abram possibilidades. A tecnologia não é fim, é meio para novos avanços. Nem os especialistas com quem conversei conseguem imaginar o que vai acontecer exatamente nas próximas décadas. A atitude deve ser a de remover os obstáculos para o progresso.

Na genômica, na astronomia, na climatologia, na nanotecnologia, na física e na química, para mencionar alguns campos, o mundo está nas fronteiras de mudanças de paradigmas. As próximas décadas serão decisivas, e o que acontecerá na área da ciência, da inovação e da tecnologia impactará a maneira como produziremos e viveremos. Produzirá efeitos na economia e na sociedade. Essas rupturas desenharão o mundo de amanhã. E é onde os brasileiros querem e merecem estar.



CIDADE,  
O PONTO DE ENCONTRO

Neste século a humanidade tem um encontro marcado nas cidades. Haverá o maior crescimento da população urbana da história e será o primeiro momento em que a maioria das pessoas, em todos os países, estará morando nas cidades. É nesta esquina do mundo que nos encontraremos. Em 2050, residirá nos centros urbanos um número equivalente a toda a humanidade em 2002. Os números impressionam e provam: este é o século das cidades.

Temos tarefas gigantescas pela frente: preparar as regiões costeiras para as mudanças climáticas; modernizar a mobilidade urbana; melhorar a qualidade de vida; recolher e separar o lixo que produzimos em volume extravagante; instalar sistemas de alerta para os eventos extremos; conservar a água. A agenda é interminável no mundo inteiro. No Brasil também.

Em alguns municípios, estão renascendo regiões que estavam mortas. Outros estão fazendo experiências radicais para evitar os engarrafamentos: ao invés de ampliar os espaços para carros particulares, estão reduzindo os locais onde eles podem circular.

Existem 23 megacidades no mundo, duas delas estão no Brasil. Tóquio tem mais gente do que todo o Canadá. São Paulo, entre 2011 e 2025, estará agregando um Uruguai a mais à sua população. E o Brasil ainda não sabe como superar seus dilemas urbanos.

TERRA  
É UM  
PLANETA  
URBANO

Está acontecendo a maior onda de urbanização da história da humanidade. O processo, iniciado em 2005, deve ir até 2050. Nesse período, o total de pessoas morando nas cidades vai passar de 3,2 bilhões para 6,3 bilhões. Vai dobrar. Ao todo, 67% dos habitantes da Terra estarão em cidades. Para se ter uma ideia do gigantismo do fenômeno: em 1950, moravam na área urbana menos de 1 bilhão de pessoas, segundo os cálculos da ONU. Para ser exata: 745 milhões, o que era, na época, 30% das pessoas. Um século depois, quando 2050 chegar, as cidades terão saltado para 6,3 bilhões. A população urbana terá se multiplicado por 8,4 vezes em 100 anos.

Há um momento em que cada país cruza uma linha, um marco invisível, que tem profundas repercussões na sociedade: é quando ele passa a ter mais da metade de sua população nas cidades. Com o Brasil isso aconteceu nos anos 1960. No mundo, essa fronteira foi atravessada em 2008. Na China, em 2013. Na Ásia como um todo, isso se dará em 2020. Na África, a população que vive em metrópoles e cidades pequenas e médias estará dobrando em uma geração, entre 2000 e 2030. E vai continuar crescendo, porque só em 2035 é que a sua população urbana vai superar a rural.

“Essa mudança sem precedentes pode acentuar o desenvolvimento e promover a sustentabilidade ou pode aprofundar a pobreza e acelerar a degradação ambiental”, alerta, logo no sumário inicial, o estudo *State of the World Population*, que a ONU lançou em 2007 e vem sendo atualizado com frequência. Na versão de 2011 é dito que todo o crescimento da população nas quatro décadas do século XXI até 2050 ocorrerá nas áreas urbanas. Na metade do século tais áreas — das megacidades às pequenas — terão uma população igual à de

todos os habitantes do planeta em 2002.

Alguém pode achar que, pelo fato de o Brasil já ter realizado a maior parte do processo de urbanização, não estamos nessa onda. Outros acreditam que, como erramos bastante no passado, não há muito a fazer, a não ser esperar o crescimento, porque o que está ruim agora, o sufoco das grandes cidades, só vai piorar. Engano. Nunca foi tão importante pensar de forma revolucionária os espaços urbanos. Algumas cidades estão fazendo isso com sucesso. Temos modelos a copiar e projetos em andamento. Só um erro não podemos cometer: deixar tudo como está para ver como é que fica. As cidades brasileiras vão continuar a inchar nas próximas décadas, por razões vegetativas ou por mais migração.

No século XX, houve o maior percentual de crescimento da urbanização. Nós fizemos parte desse movimento. O salto foi de 220 milhões de pessoas para 2,8 bilhões, entre 1900 e 2000. Mas, em termos absolutos, o que está sendo vivido ao longo das décadas deste século não tem precedentes. O demógrafo George Martine, um dos autores do relatório da ONU sobre o tema, vê com otimismo o processo desse crescimento das grandes cidades. Segundo o estudo, é uma questão de escolha: “O futuro dos novos urbanos, o futuro das cidades nos países em desenvolvimento e da humanidade, depende das decisões que tomarmos”. Escolhas podem ser boas ou ruins. Um documento da FEA-USP que lança um olhar sobre as cidades brasileiras já no título resume o quadro atual com três adjetivos certos: “cindidas, desiguais, insustentáveis”. O Brasil sabe o problema que causa a decisão adiada.

Estamos numa situação melhor do que a de outros países em desenvolvimento, como Índia, alguns vizinhos e os países da África. Ótimo. Isso aumenta a nossa chance de consertar o que sabemos que não toleramos mais. Nas últimas décadas, no entanto, os administradores públicos fizeram menos do que era possível para enfrentar os erros cometidos no passado, quando a primeira onda de urbanização aumentou a demanda por serviços públicos e por moradia nas maiores aglomerações. Em 2013, já tínhamos mais de 85% da nossa população nos centros urbanos. O Brasil ficou mais afliente, mais rico nas décadas em que completou e realizou a maior

parte do seu processo de urbanização, mas acentuou desigualdades que só agora estão sendo enfrentadas, favelizou periferias e transformou o trânsito em um caos que parece impossível de desatar.

“As cidades concentram a pobreza, mas são a melhor forma de escapar dela” é outro princípio do texto da ONU. O economista Edward Glaeser, no livro *The Triumph of the City*, afirma que “as cidades não empobrecem as pessoas; elas atraem os pobres”. Ele lembra que “as taxas de pobreza do Rio são muito mais baixas que as do Nordeste rural brasileiro”. Na verdade, é assim: no Nordeste rural estão os mais pobres do Brasil, apesar de os pobres serem mais numerosos nas metrópoles. O subtítulo do livro de Glaeser mostra seu entusiasmo: “Como nossa maior invenção nos fez mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes”. Que exagero, pode pensar quem vive o desconforto e o estresse, sonhando com “uma casa no campo”...

Não temos de nos conformar com o que nos infelicita. O país pode, com boas políticas, elevar o nível de vida dos pobres rurais e, ao mesmo tempo, resgatar os pobres urbanos. E fazer tudo isso com os investimentos certos, que, de quebra, vão melhorar a vida da classe média, da população em geral. Mas temos piorado as condições de vida nos centros urbanos, onde, a despeito das diferenças sociais, todos passam por rotinas desgastantes. E a parte pior, como sempre, é vivida pelos mais pobres.

Todo dia eles fazem tudo sempre igual. Dois milhões de pessoas saem dos pontos mais diversos e distantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De Queimados ou Itaboraí. De Duque de Caxias ou Niterói. E vão todos para o mesmo lugar: o Centro do Rio de Janeiro. Isso entre seis da manhã e seis da tarde. Mas no Centro moram apenas 2,6% dos habitantes do município. Ocorre que os que desembarcam na área estão indo trabalhar ou de passagem, porque lá é o entroncamento obrigatório para outras partes da cidade. Essa é uma das contradições: os Centros são movimentados e desabitados.

Há horários de passagem ainda mais cedo pelo Centro do Rio. O relógio de Joelma Santiago, 36 anos em 2014, viúva, três filhos, toca em sua cabeceira às 2h50. Em meia hora ela se apronta para sair. Às 3h20, está sempre muito escuro quando ela já aguarda o ônibus que a levará da periferia ao Centro de Queimados, na Baixada Fluminense.

De lá ela tem duas opções: o trem, já lotado, ou a van. O auxílio-transporte que recebe permite a van. Ela entra na fila. Sim, tem fila às quatro da madrugada para pegar um transporte que é mais caro que o trem e o ônibus. As pessoas se apressam, porque o risco de sair mais tarde e ficar preso no trânsito é enorme. Em 40 minutos, ela chega à Central do Brasil, no Centro. Se fizesse o percurso de trem, demoraria mais de uma hora e viajaria provavelmente espremida e em pé. Na Central, ela espera outro ônibus, no qual vai até a Zona Sul, onde trabalha como cozinheira. Não precisaria ir tão cedo, mas se deixasse para sair às seis da manhã chegaria entre as 10h30 e as 11 horas no serviço. Chega por volta das 5h15, a tempo de voltar a dormir antes de ir para a cozinha preparar o café da manhã. Enquanto isso, em sua casa, em Queimados, seus filhos levantam sem a mãe por perto. O pai morreu há menos de dois anos, de doença súbita e não diagnosticada no hospital. Eles tomam café sozinhos e vão para a escola.

Todo dia milhões de pessoas fazem tudo sempre igual. Levantar quando o corpo ainda pede descanso e começar a jornada até o local de trabalho nas grandes cidades brasileiras. O IBGE informou, com base no Censo de 2010, que existem no país 294 aglomerações urbanas, ou seja, municípios que são tão próximos que formam um só aglomerado. Neles vive mais da metade da população brasileira, 106,8 milhões. Só em São Paulo, 1,7 milhão de pessoas se deslocam entre municípios para estudar ou trabalhar. No país todo são 7,4 milhões. Mas seja mudando de cidade, seja ficando onde residem, os moradores das grandes áreas urbanas sofrem com uma logística ineficiente e cansativa. Milhões desperdiçam tempo, horas preciosas com as famílias, para vencer as distâncias entre a casa e o trabalho, em exaustiva corrida de obstáculos. E não precisava ser assim. Qual é a melhor forma de organizar a moradia? O mundo inteiro se pergunta isso quando já ficou claro para todos que o modelo em voga não está funcionando e que a maioria escolheu morar em cidades. Há vários exemplos de soluções inovadoras, criativas, para os problemas que vão sendo gerados por essa inevitável busca pela urbanização. Como a escala do fenômeno é gigantesca, este é o tema da hora: como melhorar as cidades do mundo.

• • •

Janette Sadik-Khan é hoje uma celebridade internacional. É ela quem aparece em seu tubinho brilhoso, quadriculado de preto e dourado, para fazer, em 14 minutos, uma daquelas palestras curtas, conhecidas como TED, em setembro de 2013, a fim de contar como, em poucos anos, ela revolucionou a cidade-ícone do mundo urbano: Nova York. Quem acompanha seu trabalho desde o início deve ter como primeira imagem dela a que eu tenho em mente, a de uma estranha comissária de Transportes da megalópole que, ao ser empossada, em 2007, se movia pela cidade de bicicleta com seu onipresente capacete. Ela foi nomeada pelo prefeito Michael Bloomberg depois que ele demitiu seu antecessor no comando dos Transportes, por estar envolvido em um escândalo de corrupção. Bem diferente da mulher de tubinho de festa contando o resultado impressionante do seu trabalho de reinventar Nova York. Ela começou encurralando os carros, quando, há décadas, o que as cidades fazem é abrir espaço para eles.

“As ruas são o maior ativo de uma cidade. A lição de Nova York, em cinco anos, é que você pode atualizar esse ativo, você pode refazer as cidades rapidamente de forma barata, e isso é popular. Você precisa apenas olhá-las de forma diferente. Isso é importante, porque vivemos na era urbana. O desenho das cidades vai ser a questão-chave”, diz Janette. Na sua gestão, ela, de fato, mudou o foco dos carros para os pedestres. E isso melhorou a qualidade de vida. O primeiro impacto para os moradores e os visitantes foi descobrir ângulos novos que ninguém havia percebido. Ela começou fechando uma das mais movimentadas ruas da cidade, a Broadway. “Nós mudamos para ter mais espaço para ônibus, bicicletas e pedestres”, justifica.

A prefeitura estabeleceu os objetivos de reduzir à metade, até 2030, o número de acidentes fatais de trânsito, criar um programa em que as ruas fossem tratadas como espaço público, dobrar a *bike commuting* até 2012 e implementar o sistema de ônibus rápido. “As ruas foram pensadas para serem a forma mais rápida de os carros se locomoverem, e se esqueceram de todas as outras maneiras pelas

quais as ruas são usadas.” A primeira descoberta de Janette foi que não havia lugar algum para se sentar. Em Times Square passam por dia 350 mil pessoas. O que eles fizeram foi uma experiência de seis meses de fechar da rua 42 até a rua 47. E criaram 10 mil metros quadrados de espaço novo para pedestres. Isso reduziu em 35% os acidentes com transeuntes, o tempo de deslocamento melhorou em 17%, cinco grandes lojas abriram as portas e as vendas de varejo no local dobraram. “Hoje Times Square é um dos dez maiores locais para o varejo no mundo. As lojas entenderam que mais gente andando é melhor para os negócios.”

Janette fez a mesma coisa em outras áreas, transformando estacionamentos em praças, fechando ruas, criando uma malha impressionante de ciclovias. As primeiras etapas desse plano ousado foram executadas simplesmente com latas de tinta, pintando-se as partes dedicadas aos pedestres. Foram criadas 50 praças e espaços novos, representando 105 mil metros quadrados para pedestres, com a aprovação de 72% da população, segundo uma pesquisa do *New York Times*.

Em seis anos, mudou-se a vida dos ciclistas. Era uma das cidades mais perigosas para quem andava de bicicleta e virou uma das capitais do ciclismo. Foi criada uma rede de interconexão entre ciclovias, fazendo surgir 560 quilômetros para o trânsito das bicicletas. O número de ciclistas mais que decuplicou, sem aumentar o número de acidentes. Isso prova que o ambiente ficou mais seguro. Houve muita controvérsia com o avanço do programa, mas os índices de aprovação das medidas foram sempre altos. Depois veio o aluguel de bicicleta. Elas rodaram o equivalente a 280 vezes a volta da Terra, entre o verão e o outono de 2013. Foram definidas faixas exclusivas para ônibus, começando pelas áreas mais congestionadas. A grande lição de Nova York é que se deve começar o trabalho de tirar o espaço do automóvel exatamente pelos locais em que o trânsito é mais complicado, pelas ruas mais lotadas de carro. “Você pode mudar suas ruas rapidamente, de forma barata, e isso ser bom para o trânsito”, ensina Janette.

São Paulo, na gestão de Fernando Haddad, também fez esse movimento. Aliás, Janette Sadik-Khan andou pelo Brasil, sendo

ouvida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Haddad sempre lutou com baixos índices de aprovação, mas, apesar de os donos de veículos reclamarem de algumas de suas decisões, a política de ciclovias teve apoio. Em janeiro de 2015, a presidente da República, o governador e o prefeito paulista tiveram queda nos índices de popularidade por uma pesquisa do Datafolha. Os que consideravam a administração do prefeito ruim ou péssima saltaram de 28% para 44% dos entrevistados. Caiu também o índice de aprovação da política de abrir caminhos exclusivos para as bicicletas. Mas vejam: a queda foi de 80% para 66%. Mesmo com o prefeito mal avaliado, as ciclovias receberam aprovação da maioria. O projeto de São Paulo é de criar 400 quilômetros de ciclovias.

• • •

Várias cidades do mundo mostraram nos últimos anos que podem melhorar reativando áreas mortas. Isso aconteceu em Puerto Madero, em Buenos Aires, na zona portuária de Belém, no Pará, em Nova York, Chicago, São Francisco. Portos degradados e velhos distritos industriais renasceram como espaços mistos de moradia, escritórios e pontos de cultura. E é o projeto que está em andamento no Centro do Rio de Janeiro, que, ao ser preparado para as Olimpíadas, conseguiu, entre outras maravilhas, retirar a capa que encobria parte da nossa história. O cais do Valongo, por onde desembarcaram da África de 900 mil a 1 milhão de pessoas escravizadas, foi reencontrado. Hoje é ponto turístico, histórico e cultural.

Várias outras partes da beleza do Centro carioca, sufocadas pelos monstrenhos construídos ao longo de décadas, começaram a reaparecer com as obras de revitalização. Uma extensão de 600 metros às margens da baía de Guanabara, por exemplo, ficou 252 anos restrita apenas aos militares. A Marinha a doou à prefeitura e ela foi transformada em um belíssimo bulevar, parte da nova frente marítima do Centro num trecho de 3,5 quilômetros. O que deu início ao projeto executado pelo prefeito Eduardo Paes foi a realização dos

Jogos Olímpicos, mas recuperar a beleza do Centro era um projeto com que o Rio sonhava há anos.

Ainda que, no conjunto, as cidades pareçam piorar, alguns administradores com maior ou menor sucesso têm tomado iniciativas na direção certa. Aqui e no mundo. Bem no início do livro *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes*, o arquiteto paulista Carlos Leite, especialista no tema, contou uma cena urbana normal que poderia acontecer em qualquer cidade: “Domingo, 18 de abril de 2010, 9h30. Uma elegante jovem negra corre pela calçada limpa e com piso semipermeável, concentrada no exercício matinal, na primavera de sol. Ao virar na King Street, algumas cédulas caem de seu short sem que ela perceba. Ato contínuo, o jovem louro, aparentemente um *junkie* típico das metrópoles contemporâneas ricas, deixa seu banco onde lia jornal — mobiliário urbano de design impecável —, pega as notas no chão e grita para chamar a atenção da garota, que segue em frente sem escutá-lo, iPod ligado. Ele põe-se a correr atrás dela e, na outra esquina, onde ela para esperando a sinalização sonora da travessia da rua para a passagem do Muni [o moderno trem urbano], finalmente consegue abordá-la. Conversa rápida, sorrisos trocados, agradecimentos gentis. Ele adentra o café da esquina”.

O autor conclui que a cena, que ele presenciou, poderia ser banal em qualquer megacidade desenvolvida, não fosse o fato de que aconteceu em São Francisco Mission Bay. “Esse território metropolitano estava há dez anos totalmente abandonado, apesar de imediatamente vizinho ao Centro de São Francisco.” Ele cita dados: a população na área aumentou mais de dez vezes em dez anos. Para que desse certo o projeto de fazer renascer uma parte esvaziada, foi instalado lá o novo centro de pesquisas em biotecnologia da Universidade da Califórnia.

Nem todas as cidades podem sobreviver. A jornalista Débora Thomé, quando passou um tempo em Michigan, foi visitar Detroit e me enviou fotos assustadoras de prédios vazios, vizinhos de prédios vazios. Eu pensei: é a crise da indústria automobilística e um dia ela renascerá. Certas cidades não renascem, existem por um período determinado por um conjunto específico de fatores, explica o economista Edward Glaeser. Ele está convencido de que Detroit é

uma dessas cidades condenadas: “Em 1950, Detroit era a quinta maior cidade americana, com 1,8 milhão de pessoas. Em 2008, tinha 777 mil pessoas, menos da metade, e continuava perdendo população. Oito das dez maiores cidades americanas, em 1950, perderam pelo menos um quinto de sua população desde então”. O citado livro de Glaeser provocou muita polêmica em torno de preservar o passado ou tornar as cidades mais adaptadas ao crescimento presente, removendo obstáculos nos municípios mais pujantes. Os debates locais sobre preservação e modernização sempre provocarão paixão.

A cidade não é mágica. Ela precisa ter capacidade de se reinventar ao fim dos ciclos que sempre acometem as economias, que as afetam. Não é possível criar um aglomerado apenas construindo um monte de casas, centros comerciais e áreas de lazer e esporte. A China construiu localidades inteiras, onde ninguém morava, nos anos que se seguiram à crise de 2008, para continuar mantendo empregos e atividades da área de construção civil. O resultado integra a parte preocupante do país: as cidades fantasmas. Não falta vontade ao chinês de se mudar para a zona urbana, mas não basta construir a infraestrutura. Uma cidade é viva. Planejada ou não, ela acontece pela aproximação de pessoas em torno de um interesse comum.

• • •

Em São Francisco, nos Estados Unidos, foi feito um projeto urbano que reestruturou a antiga área industrial obsoleta. A cidade instalou um sistema de transporte eficiente e criou um centro de tecnologia como âncora. A área renasceu. Como era muito desabitada, não houve a expulsão de antigos moradores, fenômeno conhecido nesses processos de recuperação de bairros que está sendo identificado pelo estranho nome de *gentrificação*. Mesmo quem não conhece a palavra acha que isso pode acontecer no Rio de Janeiro, com a instalação das UPPs. Assim que foi instalada uma UPP no morro Dona Marta, favela colada ao bairro de Botafogo, onde há, de um lado, uma área verde,

de outro, uma vista privilegiada do Cristo Redentor, o presidente da associação de moradores, José Mário Hilário dos Santos, começou a se preocupar. Sua família fora a fundadora da entidade e uma das primeiras a se instalar no local.

— Eu falo para os moradores: nós ficamos aqui comendo osso, agora que é a hora do filé, não podemos ir embora.

Quanto mais se melhorava a vizinhança, mais apareciam propostas para os compradores, mais tentadoras eram as ofertas. Ao final de cinco anos, um balanço feito pelo jornal *O Globo* mostrou que não havia ocorrido um único homicídio no local. Nem todas as favelas tiveram um processo de pacificação tão bem-sucedido, mas, de fato, o que houve no Rio só pode ser chamado de “virada”, como dizia o economista André Urani, que hoje é homenageado com seu nome numa escola da Rocinha. Em outras favelas, o preço dos imóveis aumentou muito, atraindo primeiro estrangeiros que queriam morar em pontos considerados baratos e com boa vista. Em seguida, vieram alguns estúdios, grupos de arte, empresas de jovens tomando espaço.

— O que eu mais temo é o embranquecimento do morro — me disse José Mário.

As UPPs tiveram um impacto grande na capital carioca. A política surgiu no momento em que seus moradores, o país e suas instituições, autoridades e pensadores concluíram que não era mais tolerável que partes do território da cidade-ícone do país ficassem nas mãos de autoridades estrangeiras ao Estado: os traficantes de drogas. Foi uma operação iniciada sob o comando do secretário José Mariano Beltrame na gestão do governador Sérgio Cabral, mas que havia nascido na sociedade.

Movimentos como o AfroReggae, grupo cultural, e o Viva Rio, liderado pelo sociólogo Rubem Cesar Fernandes, mobilizaram a indignação da população. Inicialmente o Viva Rio cobria só a Zona Sul, em seguida foi para outras áreas. No começo, o AfroReggae atuava no limite entre Vigário Geral e Parada de Lucas, uma região conhecida pelo significativo nome de Faixa de Gaza, mas depois tomou todo o Rio de Janeiro e atuou também em Minas Gerais. Foram muitos os movimentos que viraram agentes de mudanças; vários grupos surgiram nas próprias favelas. Na imprensa, a morte,

em 2002, do jornalista Tim Lopes por traficantes, quando fazia uma reportagem sobre exploração de crianças na Vila Cruzeiro, ajudou a sedimentar a certeza de que havia um problema institucional, além do urbano: uma ditadura permanecia instalada nas favelas cariocas. Essa morte foi inspiração para a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji, que reúne jornalistas do Brasil todo.

Quando essas iniciativas de grupos de mobilização ainda eram olhadas como se fossem inúteis, o brilhante economista André Urani começou a qualificar o debate mostrando números, falando da experiência de outras cidades e promovendo discussões sobre o tema urbano por intermédio do Iets. Queria provar aos mais céticos que era a “hora da virada”. Ítalo-brasileiro, Urani tinha uma atitude positiva, que manteve até diante do câncer que o levou precocemente. No seu último encontro, ele, fraco, pediu a palavra e quem o ouviu teve a certeza de que, para além dos números, havia algo intangível acontecendo no Rio, que levaria a cidade a buscar cada vez mais mudanças modernizantes.

Em algum momento, os governantes ouviram toda essa pressão que nasceu na sociedade, mas a presença do gaúcho José Mariano Beltrame foi essencial. Delegado da Polícia Federal, ele veio ao Rio para ficar três meses e montar um sistema de inteligência que ajudasse no combate ao tráfico de drogas. Ficou dois anos só nesse trabalho, ao qual se dedicou com uma rotina árida, muitas vezes dormindo no subsolo de um prédio no Centro, onde montou seu quartel-general. Ao ser nomeado secretário de Segurança, comandou um profundo processo de mudança cuja base era a retirada dos bandidos alojados em seus *bunkers* nas favelas. Houve retrocessos, com a volta do tráfico em algumas áreas, houve crimes de policiais que deram a impressão de que tudo voltava à estaca zero, mas ele e seu projeto foram mantidos no governo seguinte. E as estatísticas mostraram queda de homicídio.

A convicção que Beltrame me passou nas várias vezes em que o entrevistei pode ser resumida numa frase: “Não se pode aceitar o inaceitável”. E o absurdo que se tornara parte da paisagem era que as autoridades constituídas no país mandavam nas áreas de maior

concentração de renda; nas periferias, mandavam os traficantes ou os bandos de policiais que haviam se transformado em bandidos, as milícias. Há problemas de drogas em todas as cidades e isso não vai acabar, explica Beltrame. A polícia vai combater esse e outros ilícitos, porém o que não se pode aceitar é a ocupação territorial. Por isso falo dessa experiência do Rio, porque era uma situação-limite. Houve momentos de comemoração de avanços, como o das forças policiais e militares no Complexo do Alemão, e também erros trágicos, como a morte, em 2013, de Amarildo, pedreiro, morador da Rocinha, que virou bandeira de luta contra os assassinatos de pobres por policiais. É um processo em curso. O balanço é favorável, mas notícias mais recentes alimentam o temor de que se esteja perdendo o terreno conquistado.

No dia 23 de fevereiro de 2015, 12 jovens fortemente armados cercaram um grupo de funcionários da área social do governo do estado no Alemão. A intimidação tinha uma mensagem clara: que não voltassem. Os servidores públicos tiveram que sair, olhando para o chão, o mais rapidamente possível. Logo depois que saíram, uma moradora avisou ao grupo, por telefone, que havia chegado reforços. De bandidos. Como ninguém morreu, a notícia nem saiu no jornal. Eu soube por uma funcionária estadual que estava no local e me relatou o ocorrido:

— O trabalho foi suspenso. Sinto como se tivesse nascido de novo. Em seis anos de trabalho, já havia visto todo tipo de ação do tráfico, inclusive armas pesadas, mas nunca vi sermos confrontados. Estou reavaliando a vida e o meu trabalho.

O tráfico, que nunca saiu de lá, não quer a presença do Estado atuando na redução dos problemas sociais. Essa luta será longa e terá reveses, mas vencê-la é a única opção que o Rio tem. Sem essa vitória, não há futuro.

Em outras áreas da cidade nas quais a expulsão dos traficantes teve mais sucesso, o Estado entrou oferecendo serviços que antes não eram prestados à população. Entraram também empresas à procura de mercado consumidor. Bancos ofereceram crédito, em busca de clientes. O espírito empreendedor foi sendo liberado por esse encontro dos moradores com uma vida mais normal e integrada ao

resto da cidade. Em uma reportagem que fiz com Valéria Maniero sobre empreendedorismo nas favelas, contamos histórias interessantes de empresas em formação. Um estúdio de fotografia na Rocinha, iniciado por dois jovens moradores, virou empresa formalizada; uma lavadeira deu um salto ousado e transformou seu negócio numa lavanderia que atendia clientes da Zona Sul. Restaurantes, padarias, salões de beleza, que funcionavam de forma precária, passaram a se modernizar e a atrair clientes e trabalhadores de outras áreas da cidade.

Foram cometidos muitos erros, mas a partir dessa política e de seus desdobramentos houve uma transformação da cidade e ela começou a pensar no futuro com mais confiança. O Rio, antes de tudo isso, parecia que se rendera ao crime e aceitara a decadência. Moradores de áreas próximas à Rocinha tinham como rotina dormir ouvindo o barulho de tiros na favela. Hoje eles voltaram, no entanto a cidade não tapa os ouvidos: exige que se lute contra os retrocessos.

O Rio vinha de um longo processo de deterioração em que o crime instalado em algumas áreas da cidade era apenas uma parte do problema. O mercado financeiro, por exemplo, mudou-se totalmente para São Paulo, ao longo dos anos 1980 e 90, esvaziando economicamente o Centro. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro deixou de fazer sentido, diante do crescimento da Bovespa em São Paulo, e fechou. Os economistas cariocas já travaram várias discussões e a conclusão é sempre óbvia: o Rio é uma cidade de serviços, turismo, criatividade e cultura. Áreas da nova economia. Um projeto óbvio era ter no Rio um *cluster* de alta tecnologia e de serviços. Mesmo assim, a tendência dos governos locais foi gastar muito para atrair, com enormes incentivos fiscais, grandes projetos, alguns deles da velha economia, como siderurgia e petroquímica. Deu tudo errado, como se previa.

A estratégia de apostar em indústria pesada e poluente foi do governo do estado, mas o Rio e as outras cidades do entorno seguiram. A siderúrgica da CSA, instalada com incentivos fiscais em Santa Cruz, virou um enorme contencioso ambiental. Quando começou a funcionar, uma nuvem espessa deixou fuligem nas casas do bairro. Os moradores protestaram e a imprensa mostrou que a

empresa não havia cumprido os compromissos ambientais e que, ao fim, também estava com dificuldades financeiras.

Outra grande aposta dos governantes estaduais foi o complexo petroquímico do Rio, o Comperj, em Itaboraí. Ele aparece no noticiário como vítima do escândalo de corrupção da Petrobras e a recessão dos anos 2014-2015. Na verdade, ele nunca foi viável porque a cidade escolhida não tinha um insumo básico para petroquímica, siderurgia e refinarias: água. O professor Paulo Barrocas, da Escola Nacional de Saneamento Público, da Fiocruz, foi com seus alunos visitar a estação de tratamento de esgoto de Alegria, ao lado da Linha Vermelha, perto da UFRJ, na ilha do Fundão. Quando inaugurada, foi apresentada como a solução para grande parte do saneamento da cidade. Conta o professor:

— O administrador me disse que eles estão operando com metade da capacidade ociosa, porque a rede coletora não leva até a estação de tratamento. E sabe para onde vai o que não está indo para lá? Para a baía de Guanabara, que o governo alega que está tentando limpar. Se o esgoto fosse canalizado para o local, a estação poderia fornecer uma grande quantidade de água para resfriamento industrial para ser usada no Comperj, por exemplo.

Um empresário da área me garantiu que é um pouco pior: a estação de tratamento só tem usado 30% da sua capacidade. No projeto original, a água do tratamento do esgoto seria suficiente apenas para uma parte do complexo. O projeto foi reduzido. Porém, como a rede coletora não o abastece, foi preciso procurar outra solução. Houve um momento em que um dos diretores da Petrobras, depois preso por corrupção, procurou uma empreiteira e propôs que ela fizesse um projeto de dessalinização da água do mar para abastecer o Comperj. Até a empreiteira achou que ficaria caro demais. Havia a possibilidade de utilizar água de esgoto tratada, mas a estação não é alimentada pela rede coletora, que, em vez disso, joga a sujeira na baía. É assim que se faz um erro urbano com muitas consequências.

• • •

Montreal, no Canadá, passou por um processo de esvaziamento semelhante ao do Rio de Janeiro quando, após o movimento separatista de Quebec, nos anos 1970, o mercado financeiro, amedrontado, fugiu para Toronto. A cidade então se voltou para artes, teatros, música, turismo. Sedes de bancos viraram hotéis-butique, que conservavam o charme dos prédios históricos, com moderna decoração de interior. A Bolsa de Valores virou um centro de teatro e salas de espetáculos. Em dois períodos de férias que passei no Canadá eu ficava dividida entre o charme francês de Montreal e a exuberante e moderna diversidade de Toronto. São diferentes em tudo. Um fato curioso era que em Toronto eu tinha a sensação, na conversa com os locais, de que eles sentiam falta de passado; em Montreal, o passado era parte do orgulho.

— Nossa independência foi negociada. Quem enfrentou os americanos que invadiram a antiga cidade de York, hoje Toronto, foram os ingleses e não os canadenses. Não temos história — me disse um professor de história.

Em Montreal, o Pointe-à-Callière Museum of Archaeology and History usa técnica multimídia em tela de 270 graus misturando atores reais com imagens históricas para reviver os eventos locais, desde a época dos ameríndios, a fundação da cidade, até os confrontos entre franceses e ingleses pelo seu domínio. O espetáculo parece uma viagem no tempo em que o momento mais dramático da luta pelo controle de Quebec leva ao incêndio de parte da capital. Quebec continua integrando o Canadá, mas o orgulho da identidade *quebecois* é cultuado na província. Um garçom bem-humorado, enquanto bebericava um pouco do vinho da nossa mesa num restaurante de nome Napoleão, revelou fatos da história da cidade com a intimidade de um professor.

Toronto tem o encanto das cidades de todos, como uma esquina do mundo. Participei, em novembro de 2007, de um jantar em que, por coincidência, todos os casais eram formados por pessoas de nacionalidades, culturas, etnias diferentes. Havia uma japonesa casada com um canadense; uma espanhola, Arantxa, de nome basco, casada com um australiano; um italiano com uma moça de Sarajevo; uma romena grávida de um húngaro. Carlos, um mexicano que morou em

São Paulo, França e Estados Unidos, mudara-se para o Canadá apaixonado por uma iraniana, Tália, que havia morado na África do Sul, estudando o efeito do urbanismo para reduzir ou ampliar as distâncias raciais.

Quem reunira todos fora um casal formado por um americano e uma russa. No começo da era da internet, os dois se encontraram virtualmente. Num chat sobre poesia russa, notaram suas afinidades e o americano Bob Black propôs a Marina, russa, uma conversa on-line só dos dois. Eles se apaixonaram no ciberespaço, mudaram-se para o Canadá e se casaram. Havia no jantar um rapaz chamado Ali. Chegou sozinho e trazia, em si, a contradição de pertencimento: é turco-curdo. Ele se sentou ao meu lado. Era tímido e foi difícil o diálogo no início, porque ele respondia por monossílabos. A certa altura contou que havia fugido da Turquia porque fora convocado para o exército e não queria se ver atacando os curdos. Admitiu que sentia pertencer mais a Toronto, cidade que o acolheu, do que à própria pátria, em cuja divisão ele se partia. Na mesa, a mais espalhafatosa e liberal era a iraniana. Roupas mínimas revelavam muito da sua beleza persa. No jantar, o casal olhado com mais espanto era meu marido e eu. Ouvimos várias vezes a pergunta: vocês nasceram no mesmo país? E a gente, para aumentar o estranhamento, avisava que havia nascido no mesmo estado do país.

Na Grande Toronto, com 5,5 milhões de habitantes, falam-se 140 línguas e dialetos, e 30% dos moradores não usam o inglês nem o francês em casa. Números de 2013 mostravam que a cidade era moradia de 30% de todos os imigrantes recentes e 20% dos imigrantes em geral do país, apesar de ter apenas 8% da população do Canadá. É uma das cidades mais multiculturais do mundo. Montreal se define como uma “metrópole cultural”, local de eventos, espetáculos, arte. Tem 80 festivais anuais, 20 grandes disputas esportivas internacionais, além de incontáveis espetáculos ao longo do ano todo. Soube aproveitar e valorizar o legado da Expo 67 e das Olimpíadas de 1976. O que dá certo nas duas cidades, polares entre si, é cada uma enfatizar sua natureza.

O Rio não será industrial, como São Paulo não pode ser uma cidade de praia. O que dá errado nos projetos das cidades é cultivar

algo estranho à sua natureza.

• • •

O arquiteto paulista Carlos Leite diz, categórico, em *Cidades sustentáveis*: “A cidade é a pauta: o século XIX foi dos impérios, o século XX, das nações, o século XXI é das cidades. As megacidades são o futuro do Planeta Urbano”. Em todos os aglomerados urbanos procuram-se soluções para problemas que chegaram a um ponto-limite. Tudo está e estará sendo testado. Por isso o Brasil se aflige quando tem a sensação de que nada está melhorando. O momento para fazer a virada geral, em cada cidade e em cada problema, é este. E, por incrível que pareça, nos últimos anos certas decisões tomadas em Brasília pioraram alguns dos nossos defeitos, como o nó da mobilidade urbana.

Todo brasileiro teme que, um dia, o engarrafamento seja tão grande em São Paulo que ninguém consiga andar. A estimativa de população para a capital paulista, feita pelo IBGE em 2014, apontava 11,89 milhões de habitantes. O Detran contabilizava 7,88 milhões de veículos na capital, contando carros, motos, caminhões, ônibus. Desde o ano 2000, a população estimada da cidade saltou 18%. O número de veículos aumentou 54%. Exatamente três vezes mais. A população elevou-se em cerca de 1,8 milhão de pessoas, enquanto a frota total foi acrescida de 2,77 milhões de veículos. São Paulo é caso extremo, todos sabem. Nos últimos anos, no entanto, independentemente do seu tamanho, as cidades estão ficando mais e mais paralisadas pelo trânsito.

No Brasil, Curitiba sempre foi considerada modelo por ter adotado um sistema de transporte urbano planejado e com soluções pioneiras. Nas minhas últimas visitas, ouvi de muitos moradores reclamações em relação à piora no trânsito. Mas isso passou a ser queixa que se ouve em qualquer cidade brasileira, mesmo as médias, como aquela em que nasci, no interior de Minas Gerais, que tem 80 mil habitantes.

Quem desembarca em Belo Horizonte, indo do Rio de Janeiro, já sabe que demorará muito mais no deslocamento em terra do que no ar, pela distância do aeroporto às áreas residenciais. Os engarrafamentos frequentes tornaram a diferença de tempo um despropósito. Em qualquer outro deslocamento, pode haver o mesmo bloqueio. Certa vez eu estava tentando ir de um bairro, na região central, para a Bienal de Livros, e, apesar de ter saído com bastante antecedência, corria o risco de não chegar a tempo. Já anoitecia quando comuniquei minha apreensão ao motorista.

— O trem garrou tudo, sô — queixou-se o senhor.

— Há caminhos alternativos?

— A senhora é de ter medo?

— Não, em geral, não. Apenas não quero infringir a lei.

— Vou fazer uns trem aqui — avisou.

— Mas é trem legal ou ilegal?

— Dendalei, uai — respondeu, querendo dizer que é claro que respeitaria a legislação de trânsito.

Ele cruzou uma linha férrea, atravessou uma favela e passou por dentro de um cemitério, tudo dentro da lei, na visão dele. Eu cheguei a tempo.

O Rio também nunca teve trânsito fácil. Mas há momentos e áreas em que ele fica insuportável. E, se cai uma gota d'água, a cidade para. Em 11 de dezembro de 2013, o Rio virou um rio. Uma chuva torrencial caiu e uma obra, feita para a modernização da cidade para as Olimpíadas de 2016, não passou no teste: ajudou a alagar a cidade. Uma avenida alternativa, que tinha acabado de ser construída, foi a primeira a inundar e tornar impossível a comunicação entre a Zona Sul e a Zona Norte.

Nesse dia, um grupo de funcionários da Petrobras tinha saído de São Paulo, no primeiro voo, para participar de uma reunião no Rio. A sede da empresa é muito próxima do Aeroporto Santos Dumont, no Centro. Mesmo o encontro sendo às nove da manhã, daria perfeitamente para eles chegarem na hora pegando o primeiro voo. Mas, com a chuva, o Santos Dumont fechou e o avião teve de pousar no Aeroporto do Galeão, na Zona Norte, alteração de rota já vivida por qualquer um dos milhões que vivem voando entre as duas

idades. Mas esse grupo de funcionários da estatal levou quatro horas para ir de um aeroporto a outro. Não havia táxi nem ônibus que permitisse que eles saíssem de lá. Quando a reunião terminou, às 11 horas, eles ainda estavam presos no Galeão.

Depois de convencer um taxista a levar, diante da emergência, seis pessoas empilhadas num mesmo veículo, eles se moveram lentamente até o Santos Dumont. Não havia mais o que fazer no Rio e por isso pegaram o voo de volta para São Paulo. Ouvi o diálogo entre eles na fila do aeroporto e pedi que me contassem o dia. Foi engraçado ouvir uma pessoa do grupo falando ao celular com seu escritório:

— Estou voltando para casa. O Rio está totalmente parado. Isso aqui está horrível. Que alívio voltar para São Paulo.

A chuva havia sido anormal, mas o que os climatologistas estão dizendo é que isso agora é o novo normal. Chuvas intensas concentradas em períodos curtos serão mais frequentes. As cidades, de qualquer tamanho, têm que estar preparadas para isso, tanto com obras quanto com equipes de socorro e sistemas de alerta.

Em 2015, a ONU divulgou um ranking das 200 cidades que mais tinham tomado providências para se preparar para as mudanças climáticas, como reduzir emissões, fazer reservatórios e obras contra enchentes. Veneza, na Itália, foi a primeira, porque também é a mais ameaçada. O interessante é que Goiânia, no interior do país, ficou em oitavo lugar. As cidades que mais precisam se precaver estão na região costeira, mas poucas demonstram ter noção do que a elevação do nível do mar exige dos administradores hoje.

Quando o furacão Katrina alagou Nova Orleans, provocando uma tragédia com 1.833 mortos, a maior potência do planeta exibiu cenas de despreparo público e de desamparo dos pobres que só se costumam ver nos países subdesenvolvidos. Em *The Triumph of the City*, Edward Glaeser defende a tese de que os bilhões gastos na reconstrução da cidade deveriam ter sido entregues às pessoas para que se mudassem para outro lugar, que poderia oferecer uma vida melhor às famílias, especialmente às crianças. “Mesmo antes da inundação, a cidade de Nova Orleans estava fazendo um trabalho medíocre na educação e na proteção dos seus pobres”, escreve em seu livro. O gasto com a reconstrução não garantiu a melhora dos

serviços aos moradores. “Cidades não são a infraestrutura, são as pessoas”, resume. Quando se pensa em grandes obras, diz, deve-se perguntar, em primeiro lugar, se elas vão, de fato, melhorar a vida dos moradores e se a cidade na qual se fará o investimento se dedica com eficiência ao principal, que é educar as crianças e protegê-las.

Na época do Katrina, o presidente George W. Bush demorou demais a se dar conta de que tinha, pelo menos, que demonstrar solidariedade às vítimas. Compensou isso afirmando que “a grande cidade de Nova Orleans vai ascender novamente”, e o Tesouro americano gastou bilhões de dólares reconstruindo-a numa tarefa inútil, na visão de Glaeser. Ele acha que Nova Orleans atingiu seu apogeu em 1840, no movimento do porto, antes da Guerra de Secessão, e registra que ela já vinha perdendo população nos 50 anos anteriores ao furacão, porque aquele tipo de porto não era mais necessário. Pesquisas mostraram que as crianças que saíram da cidade tiveram desempenho escolar melhor do que as que ficaram. “Não interessa o quanto nós amamos o jazz de Nova Orleans, nunca fará sentido gastar mais de US\$ 100 bilhões repondo a infraestrutura num lugar que perdeu sua racionalidade econômica há muito tempo.”

Certos economistas costumam ter pensamentos cirúrgicos assim: se não faz sentido econômico, abandone-se. Essa cidade, que por 50 anos perdeu população, atraiu um jovem pediatra de Bangladesh, na Ásia, que foi para lá fazer residência no hospital da Universidade do Estado da Louisiana. Em 1972, ele foi à Índia para se casar, mas retornou à Louisiana. O casal teve um filho, Salman, que nasceu em Nova Orleans. Outros parentes foram atraídos pela cidade e emigraram para lá. A família cresceu e prosperou. Entre os primos de Salman, havia uma chamada Nadia, vários anos mais nova. Alguma coisa esse sistema educacional fez certo porque Salman Khan hoje é parte da revolução da educação no mundo com o método de ensino pela internet que, primeiro, testou em Nadia e, depois, se transformou em fenômeno viral e global, a Khan Academy, do qual se falou no capítulo sobre educação. Salman poderia ter nascido em qualquer outro lugar, claro, mas foi em Nova Orleans que nasceu e se criou. E nem estou falando do valor intangível do jazz, que, como admitiu Glaeser, todos amamos. A vida real tem histórias que

desafiam a racionalidade dos economistas. Não quero, com isso, negar que as mudanças climáticas talvez exijam nova localização de alguns centros urbanos.

• • •

As megacidades não são as que mais crescem, e sim as pequenas e médias. As cidades de menos de 1 milhão de habitantes, no mencionado estudo da ONU de 2011, eram a casa de metade da população urbana. Em 2025, haverá três vezes mais pessoas nas cidades de até 500 mil habitantes do que naquelas de 10 milhões ou mais. Portanto, as soluções têm que ser encontradas para aglomerações de todos os tamanhos. No Brasil, a mobilidade vem piorando em todas elas. Engarrafam, qualquer que seja o tamanho. Esse nó nacional, que atinge as áreas urbanas, não aconteceu por acaso. Foi deliberado. Parece insensato, mas a verdade é que o governo Dilma, em vez de pensar no transporte público de qualidade, decidiu incentivar ainda mais o automóvel. A convicção da qual partiu é que a indústria automobilística seria a alavanca para crescer após a crise de 2008. Se tivesse sido só no momento mais agudo da crise, o incentivo à venda de automóvel poderia até ser entendido, mas o governo persistiu. E ainda concedeu subsídio ao combustível fóssil para o carro comprado a crédito.

Foi nas cidades que se viveu o resultado dessa estranha decisão, já analisada em outros capítulos. O governo conseguiu cometer três erros em um: abriu mão de recursos que iriam para investimentos na infraestrutura de transporte, entupiu as cidades com o estímulo à compra de carro e aumentou a poluição do ar pelo incentivo ao consumo de combustível fóssil. Para completar a sandice: a gasolina ficou mais atraente do que o etanol. Ora, a maior parte da frota brasileira é de carros flex, que podem usar os dois combustíveis, o que representou um avanço tecnológico importante para o Brasil.

No restante do mundo, de Nova York a Londres e a Pequim, a decisão é exatamente oposta: nos últimos anos a tendência foi reduzir

o espaço para os carros e ampliar as áreas para pessoas. Londres passou a cobrar pedágio para os carros que entravam no Centro. E Pequim decidiu limitar a 20 mil o número de novas licenças de automóveis por ano, entre 900 mil pedidos, segundo um interessante número especial que a revista *National Geographic Brasil* publicou em 2013.

Os economistas Persio Arida e André Lara Resende, autores das ideias que levaram aos planos de estabilização da moeda brasileira, nos anos 1980 e 90, estavam passando uma temporada em Londres. Um dia, em fevereiro de 2003, saíram para almoçar, caminhando em South Kensington, e Persio falou:

— A cidade está tão agradável hoje.

Era o início do programa de pagamento de pedágio para ir ao Centro expandido, que incluía as áreas residenciais de Chelsea e Kensington. O projeto sofreu críticas violentas. Irritou muitos londrinos, mas venceu, porque faz parte dessa nova tendência de reorganizar as cidades em torno das pessoas e não mais dos carros.

— O programa em Londres era feito para aborrecer. Não era apenas caro pagar o pedágio para ir de carro ao Centro expandido, você tinha que pré-pagar e tinha que ser de véspera. O lobby contra, a irritação de todo mundo, foi enorme — contou André.

Ele defende a tese de que o automóvel é o grande sorvedouro de subsídio público, e ele não se refere apenas às reduções de IPI feitas no Brasil na gestão Dilma. O fenômeno, segundo ele, é mundial.

— No mundo todo se abrem vias expressas para haver mais espaço para os carros. São destruídos bairros inteiros, comunidades residenciais inteiras para abrir vias para os carros. O automóvel é o grande causador do déficit público, porque o custo é impressionante. É preciso construir viadutos, pontes, manter as avenidas, estradas, isso tudo custa uma barbaridade. Tudo isso em benefício de quem? Do setor automobilístico.

Londres sempre resistiu à tendência de muitas cidades de abrir vias expressas a qualquer custo. Mesmo assim, tomou a decisão de dificultar mais a vida dos carros em certas áreas. As escolhas públicas daqui para a frente têm de ser assim, por meio de impostos e restrições à circulação. É preciso empurrar as pessoas para o

transporte público. No caso brasileiro, há uma premissa não atendida: não há transporte público minimamente decente.

— Na Dinamarca, o imposto sobre carro de luxo é altíssimo. É por isso que, mesmo sendo um país rico, não se veem carros de luxo nas ruas. Esse, sim, é um imposto inteligente. Você quer usar automóvel, quer usar transporte individual? Ótimo! Vai te custar muito caro. Essa tem que ser a lógica. Por enquanto, estamos pensando no modelo da metade do século XX, quando já estamos 70 anos depois — diz André.

A China, com sua população gigantesca, reprime a mudança das pessoas para as grandes cidades, tentando conter o incontrolável movimento de urbanização. O citado estudo da ONU diz o seguinte sobre a tentativa de resolver de forma autoritária a questão: “Impedir a migração é fútil, contraprodutivo e acima de tudo errado: uma violação dos direitos das pessoas”. Mas alguns números são tão gigantes que assustam. Quando chegar 2025, Nova Délhi, na Índia, terá 32,9 milhões de habitantes, 10 milhões a mais do que em 2011. Xangai, na China, vai sair, nesse período, de 20,4 milhões para 28,4 milhões. Nenhuma das duas é, ou será, a maior cidade do mundo. A campeã continuará sendo Tóquio, que, no período, sairá de 37,2 milhões para 38,7 milhões. Hoje a capital japonesa, sozinha, tem mais gente que inúmeros países. Mais do que em todo o imenso Canadá. Em 2025, o total de megacidades — com mais de 10 milhões de habitantes — vai saltar de 23 para 37.

O Brasil possui duas das 23 megacidades do mundo. A Região Metropolitana de São Paulo, que tem 20 milhões de habitantes e vai para 23 milhões em 2025; e o Rio de Janeiro, que tem 12 milhões e vai para 13,6 milhões de habitantes. Quando são comparadas mundialmente, as nossas maiores cidades crescem em ritmo mais moderado, como as dos países mais ricos. No entanto, serão 3 milhões a mais em São Paulo num período de uma década e meia. Ou seja, seria quase um Uruguai a mais na Grande São Paulo, que ocupa hoje 8.500 quilômetros quadrados, um milionésimo do espaço territorial brasileiro. Para nós, brasileiros, ela é considerada a nossa megalópole. É desafiador para qualquer administrador de uma cidade que já tem excessivos problemas.

• • •

Os dados, as evidências, os especialistas, as projeções apontam na mesma direção: o planeta vai radicalizar a opção pelas cidades. O Brasil tem uma lista de tarefas urgentes. Muitas capitais e cidades grandes, médias e pequenas estão instaladas no litoral e os cientistas afirmam que já começou o processo de elevação do nível do mar. Nas cidades litorâneas do Nordeste, o mar está avançando. O plano diretor de todas essas áreas urbanas precisa levar em conta essa questão nas suas decisões de localização. A situação também é dramática em saneamento pelo muito que não fizemos.

— Não dá mais para conviver com isso. São Paulo, com dois anos de seca extrema, não estaria de joelhos se o rio Tietê fosse igual ao Tâmisa e ao Sena — avalia o climatologista Carlos Nobre, do Inpe. — Cem metros cúbicos de água por segundo estão correndo em média pelo rio. Num ano seco como o de 2015, 40 a 50. Como se explica que na maior cidade da América do Sul, no estado mais desenvolvido e industrializado do país, não se trata de 50% do esgoto? É inexplicável, é inaceitável.

No Brasil inteiro, um enorme esforço terá que ser feito no setor de saneamento urbano e no de abastecimento de água. Os números da nossa cobertura de esgoto tratado são de ruborizar o mais tolerante brasileiro. Apenas 48% dos municípios possuem rede de coleta, e só 30% desses 48% contam com sistema de tratamento. Em geral, a rede coletora despeja *in natura*, digamos assim, diretamente no mar ou nos rios. A cobertura da água tratada é melhor: 93% do país. A contradição é que a oferta é menor justamente na região amazônica, onde o país tem mais reserva de água. A exigência para que esse problema seja, enfim, encarado virá de forças poderosas: para salvar os rios, para reduzir o risco de doenças, para cumprir a lei dos resíduos sólidos, para alcançar a ambição de ser um país desenvolvido, por exigência do crescimento das áreas urbanas. Por tudo isso, será impossível continuar adiando os investimentos em saneamento básico.

Perguntei a Paulo Barrocas, da Fiocruz, que doenças a falta de

saneamento pode provocar. Ele me instigou a pensar de forma mais ampla.

— Eu posso te dizer as doenças que são clássicas, que vêm da falta de saneamento, como as diarreias e as parasitoses. Mas e a dengue? Se não há recolhimento de resíduos sólidos, pneu velho vira um criadouro do mosquito da dengue e a cidade tem um surto. É também fruto da falta de saneamento ambiental. Hoje o conceito é esse. Ele inclui o que sabemos de meio ambiente.

Segundo Barrocas, nessa ideia de combater doenças decorrentes do saneamento ambiental inadequado, com a qual o seu grupo na Fiocruz trabalha, inclui-se a necessidade de água em volume e qualidade necessários.

— Em um momento de escassez como agora, você pode imaginar que a própria higiene fica comprometida. Há risco de micoses, por exemplo.

Ele se referia à gravíssima falta de água que atingiu várias cidades brasileiras entre 2014 e 2015, especialmente São Paulo. Há decisões erradas diante da crise. São Paulo conseguiu testar várias delas: incentivar o consumo na escassez, escamotear a questão por causa do calendário eleitoral, não tomar qualquer medida de precaução no momento certo. Entretanto, há muitas cidades que viveram escassez aguda de água e conseguiram resolver a questão.

Um caso interessante aconteceu em Brockton, Massachusetts. A cidade era, nos anos 1900, a capital americana da indústria de calçados. Sempre teve orgulho da sua enorme oferta de água de boa qualidade. Os problemas se iniciaram em 1960, quando houve um *boom* de condomínios residenciais e isso pressionou a demanda. O quadro piorou nos anos 1980, quando o Silver Lake, principal fonte de abastecimento da cidade, começou a secar. Todos os estudos mostraram que os cenários eram catastróficos mesmo naquela região úmida do país. Foram estabelecidas regras severas para o uso da água e isso espantou as empresas. Em época de crescimento econômico no estado, Brockton tinha 14% de desemprego. A cidade tomou, então, a decisão de construir uma planta de dessalinização de água e estabeleceu uma redução obrigatória de consumo por pessoa. A planta demorou anos a ficar pronta, por atrasos e demora na

obtenção de licenças ambientais. Quando ficou pronta, não era mais necessária. As medidas de conservação haviam funcionado, o desperdício fora combatido, novos hábitos foram incorporados e a cidade passou a viver bem com um consumo de água 31% menor.

Há decisões boas. Demoradas, mas acertadas. Triste é quando elas não são cumpridas. Durante 20 anos, um projeto para tratar o lixo rodou pelo Congresso brasileiro: andou por comissões, dormiu em gavetas, entrou e saiu do plenário. Reescrito várias vezes, acabou virando lei federal em 2010. Comemoração geral entre quem sempre se preocupou com esse problema assustador. O resultado final foi muito melhor do que se podia esperar; o projeto foi atualizado e o Brasil tem hoje um marco legal bom para a política de resíduos sólidos. A lei mandou acabar com os lixões até 2 de agosto de 2014 e garantir destinação final, ambientalmente adequada, de resíduos e rejeitos. Adotou a ideia da logística reversa, que obriga a cadeia produtiva a recolher os eletroeletrônicos e outros bens de consumo velhos. O senão: a lei não pegou.

Houve avanços, mas o relatório de quem acompanha o assunto mostra o quanto o país está distante do desejado. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, o Brasil ainda tem lixões em todos os estados e cerca de 60% dos municípios brasileiros mandam seus resíduos para locais considerados inadequados pela lei. O levantamento foi feito em 404 municípios, com mais de 45% da população brasileira. Foram produzidos 76 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos em 2013.

O impacto ambiental e sanitário do que eles chamam de “aterros controlados” é praticamente o mesmo dos lixões. Em 2013, 3.344 municípios ainda faziam uso de locais impróprios para destinação final de resíduos. Desse total, 1.569 municípios utilizam os velhos lixões, a pior forma de destinação, com o descarte de todos os materiais diretamente sobre o solo, sem nenhum cuidado ou tratamento. Não houve avanços consideráveis em 2014, e o volume de lixo cresceu.

Quando acabaram, no Rio de Janeiro, com o lixão de Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, uma impressionante

liderança surgiu: Tião Santos. Ele trabalhava lá desde os oito anos. No esforço para acabar com o lixão, ajudou a organizar quem dependia dele para a sobrevivência. E os liderou exigindo medidas de apoio à população e preparando os mais resistentes para a transição necessária. Em vez de viverem do lixo, eles passariam a fazer parte da cadeia de reciclagem. Um estudo do Iets mostrou que todos os indicadores sociais da região eram piores que os da cidade e que o temor era que isso continuasse. Era a pobreza que os fazia viver do que a cidade jogava naquele local: 11 mil toneladas por dia, 75% dos resíduos do Rio. A história de Tião e de Gramacho está contada em *Lixo extraordinário*, de Vik Muniz, um documentário que chegou a ser indicado ao Oscar. Ao receber o prêmio Faz Diferença, em *O Globo*, pela luta em favor dos catadores, Tião subiu ao palco do Copacabana Palace com seus irmãos mais velhos e falou, emocionado:

— Nós trabalhamos com lixo a vida inteira e não viramos lixo. A sociedade tem que se conscientizar da necessidade da reciclagem. Nós somos parte do esforço para melhorar as cidades.

Infelizmente, a situação permaneceu difícil por lá. Com a luta de Tião e de outras lideranças, foi criado um fundo de R\$ 21 milhões, que indenizou com R\$ 14 mil cada uma das famílias. Ao todo, 1.700 catadores viviam do aterro. A promessa de emprego para todos não se confirmou. O polo de reciclagem de Gramacho emprega 125 pessoas. Gramacho não virou “um bairro sustentável”, como as autoridades prometeram. O que Tião disse é verdade: os catadores são parte do esforço de melhorar a cidade. Mas a modernização do tratamento do lixo deixará famílias sem renda. O governo, as empresas e o país precisam encontrar alternativa para que não se mantenham os lixões com a desculpa do desemprego.

Há um passo a ser dado dentro da casa de cada pessoa para reduzir o volume do lixo, por meio de ações simples, como a separação e a coleta seletiva, para permitir a reciclagem de boa parte dos resíduos coletados. No entanto, não é tão simples como parece. Se o setor público não faz a sua parte, a ação solitária de nada serve.

A lei levou 20 anos para ser aprovada, fixou um prazo razoável para a sua entrada em vigor e hoje é cumprida pela metade. Mas houve avanços. Em 2013, pouco mais de 62% dos municípios

apresentavam alguma iniciativa de separação e coleta seletiva de resíduos. Em 2012, eram 60%. Na maioria dos locais onde há coleta seletiva existem apenas pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores.

Uma ideia brilhante incluída na lei está atrasadíssima. É a logística reversa. Funciona assim: produtos como eletrônicos, por exemplo, devem ser coletados pela cadeia produtiva, diretamente pelo produtor ou uma empresa especializada. Uma velha televisão, por exemplo, tem que ser desmontada, separando-se o que é reciclável para a indústria ou recicladores. A parcela não reciclável deve ser neutralizada. Isso cria emprego, gera atividade econômica, reutiliza material e protege a população do que é tóxico. Será assim quando a lei estiver sendo cumprida. O cálculo é que o Brasil produza em torno de 1,25 milhão de toneladas só de resíduos eletroeletrônicos. O que foi implantado de logística reversa no país processa uma fração pequena desse volume, que não chega a 20%.

O Conselho de Logística Reversa do Brasil estima que 98% dos celulares não retornam ao sistema; 85% dos plásticos; 90% das embalagens; 90% do lixo eletrônico; 90% das lâmpadas de mercúrio. Veículos automotivos, pneus, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, embalagens de óleos lubrificantes, de agrotóxicos, de medicamentos e de outros produtos tóxicos são produzidos em grande volume. O consumo de agrotóxicos no Brasil, por exemplo, foi de 170 mil toneladas, em 2013, segundo a Associação Brasileira da Indústria Química. Hoje, o percentual do que é capturado de volta é tão pouco que não rende estatística.

O setor de embalagens, de todo tipo, foi o que mais avançou até agora na coleta e reciclagem. O setor de alumínio talvez seja o caso mais conhecido de sucesso. Os custos da logística reversa são altos, mas seus benefícios superam os custos, por causa da redução dos gastos de saúde pública, de despoluição do ambiente e da diminuição da necessidade de extração e produção dos materiais que voltam ao processo produtivo. É a visão ampla do saneamento ambiental, da qual me falou Paulo Barrocas.

Em 2011, minha neta Mariana, então com cinco anos, entrou na minha cozinha e olhou as cestas de várias cores para a organização

dos resíduos.

— Muito bem, vovó, seu lixo é todo separadinho.

Ela aprendera na escola como deve ser a defesa do mundo no qual viverá. As crianças hoje recebem lições na escola de um mundo ideal que elas não veem os adultos seguirem. Acompanhei um trabalho voluntário, de consciência ambiental, de um casal de ornitólogos numa escola rural de Minas Gerais. Fomos devidamente informados pelas crianças de tudo o que seus pais e avós faziam de errado. Elas estão vendo, por isso a mudança tem que ir além das palavras.

O problema foi que eu descobri, dias depois, que fazia papel de boba. O que eu deixava separado era jogado no mesmo caminhão da empresa oficial de limpeza urbana, que amassava tudo junto com o lixo orgânico. À porta da minha casa, era desfeito, pela concessionária pública, o bem-feito que recebera o elogio da neta. Nem mesmo na capital da República, no Plano Piloto, onde ela mora, a coleta seletiva se disseminou por quadras e prédios. No final de 2014, a cena urbana era lamentável. O governador Agnelo Queiroz, aborrecido porque fora derrotado nas eleições, abandonou a gestão. O lixo se acumulava pelas quadras quando chegaram as comitivas estrangeiras para a posse presidencial. O esforço de treinar as crianças para mudar o comportamento se perde diante da realidade urbana ou da atitude dos pais.

Depois que descobri que meu lixo “separadinho” era misturado de novo pela Comlurb, encontrei uma ONG de coleta de lixo e fiz uma longa parceria. A organização desistiu do trabalho, tempos depois, pelos altos custos. Encontrei, então, um morador do Vidigal, favela da Zona Sul, que montou uma pequena empresa de coleta de lixo para reciclagem. Hoje ainda é, mesmo no Rio de Janeiro, quase uma militância pessoal. A boa notícia é que temos a lei. Mesmo com os prazos estourados, ela nos ajudará a fazer o caminho certo.

Os cientistas estão prevendo que eventos extremos acontecerão com mais frequência. Eles já estão acontecendo. Chuvas torrenciais vão desabar e as cidades precisam se preparar para ter um sistema de alerta, identificação das áreas onde haverá problema para se criar prevenção, investimento pesado em defesa civil. Quando o temporal do dia 11 de janeiro de 2013 cobriu o Rio, a prefeitura explicou que

ela havia se preparado para um nível de chuva e caíra o dobro do volume previsto. A Via Binário, avenida recém-inaugurada para as Olimpíadas, estava funcionando apenas com o sistema provisório de drenagem, que não suportou tanta água. No fim daquele ano, o Espírito Santo estava inundado. Em 2011 ocorreu na Região Serrana do Rio a maior calamidade por chuvas já registrada no país: quase mil pessoas morreram, 7 mil ficaram desabrigadas. Quatro anos depois, ainda não foram concluídas as obras necessárias para evitar a repetição da tragédia.

Mesmo na principal cidade do país mais rico do mundo acontecem fatos que mostram que os países estão despreparados. O furacão Sandy, em outubro de 2012, provou isso a respeito de Nova York. Partes da cidade ficaram isoladas, 53 pessoas morreram no estado de Nova York e 38 em Nova Jersey, 650 mil pessoas ficaram sem energia. As autoridades do estado e da cidade iniciaram imediatamente a execução de um plano de prevenção com 257 iniciativas. O projeto foi executado depois de ouvirem os cientistas sobre os cenários das mudanças climáticas e de se identificarem as áreas mais vulneráveis.

As autoridades têm que montar cenários que parecerão exagerados. Não adianta olhar para o passado e se preparar para a pior chuva já ocorrida. O futuro vai ser mais desafiador do que os piores momentos do passado, exatamente porque o clima está mudando. A *Revista do Globo*, no dia 22 de dezembro de 2012, publicou uma reportagem com o diretor da ONU-Habitat, Joan Clos, e ele deu um conselho simples, mas sempre ignorado: “O custo de preparação é sempre infinitamente menor do que o custo de recuperação depois do desastre”. Ele disse que é impossível controlar tudo. Por isso é preciso ter um sistema de reação rápida e ágil diante de um incidente.

Os desastres acontecerão. Os jornalistas os chamam de desastres naturais. Eles não são naturais. Se caírem em área despovoada, têm pouca consequência; quando caem em áreas povoadas e despreparadas, viram enormes tragédias. A diferença do número de mortos entre os terremotos do Haiti, de Santiago, no Chile, e do Japão entre 2010 e 2011 mostra isso. O que faz o desastre é o ser

humano. A natureza é o que é. E o que será. Como nos preparamos para ela é que dará a dimensão do estrago.

Por isso é preciso ter uma lista de cidades mais vulneráveis e se fazer perguntas. O que acontecerá com Belém, se a força do rio não segurar o mar? O que acontecerá com Recife e seus canais? Como se protegem as capitais que são ilhas, como Vitória e Florianópolis? O Rio de Janeiro, que cresceu aterrando o mar, está preparado para a revanche? Estudos já mostram quais as cidades e as áreas do país mais expostas a riscos com a elevação do nível das águas, e é preciso investir agora na proteção. É muito difícil, num país com tão poucos recursos — e tantas urgências —, gastar investindo contra eventos que não aconteceram. O normal no Brasil é se preparar para o desastre que já aconteceu. Teremos de ir contra a nossa natureza ou pagar um preço alto.

• • •

A geração que chegou à juventude nos difíceis anos 1970 tentou de tudo para ser feliz: mudar padrões de comportamento, confrontar o regime militar, derrubar preconceitos, sonhar com o mundo rural. Ela teve certo sucesso em atualizar comportamentos, derrotou o regime, reduziu alguns preconceitos. E o sonho com o mundo rural? Bom, esse foi um devaneio. Formaram-se comunidades que voltaram ao campo decididas a comer apenas do que plantavam. “Uma casa no campo”, de Zé Rodrix e Tavito, virou hino. É bonita, sim, principalmente na voz magnífica de Elis Regina. Mas irreal. “Carneiros e cabras pastando solenes no jardim” ou “Eu quero plantar e colher com a mão a pimenta e o sal” são belas licenças poéticas, mas esses animais não pastam em jardins e o sal não se planta. O que é mesmo equivocada é a ideia de que numa casa distante você teria “a certeza dos amigos do peito” ou se plantariam “amigos, discos e livros”. Esses prazeres se colhem nas cidades, em lugares onde as pessoas podem se encontrar.

O mundo on-line não vai desfazer a necessidade de estarmos

juntos. Ser gregário é da natureza humana. Parece contraditório, mas a internet não fará a humanidade se espalhar pelo planeta, morando em locais isolados. Porque a criatividade e a produtividade crescem com a proximidade física e porque as novas ferramentas digitais, em vez de isolar, aproximarão as pessoas. A internet ajuda a vencer barreiras que não podem ser transpostas fisicamente, mas não torna a proximidade física uma irrelevância. Pelo contrário. De forma poética, Glaeser diz em seu livro: “Estar conectado no ciberespaço não é o mesmo que compartilhar uma refeição, um sorriso ou um beijo”. E conclui afirmando que a internet é uma ferramenta maravilhosa, mas que funciona melhor quando combinada com o que se ganha no encontro face a face. Isso é que explica, por exemplo, o sucesso das áreas empresariais especializadas, como o Vale do Silício. Tão eficientes na tecnologia da comunicação, elas não precisariam estar no mesmo local. Mas estão.

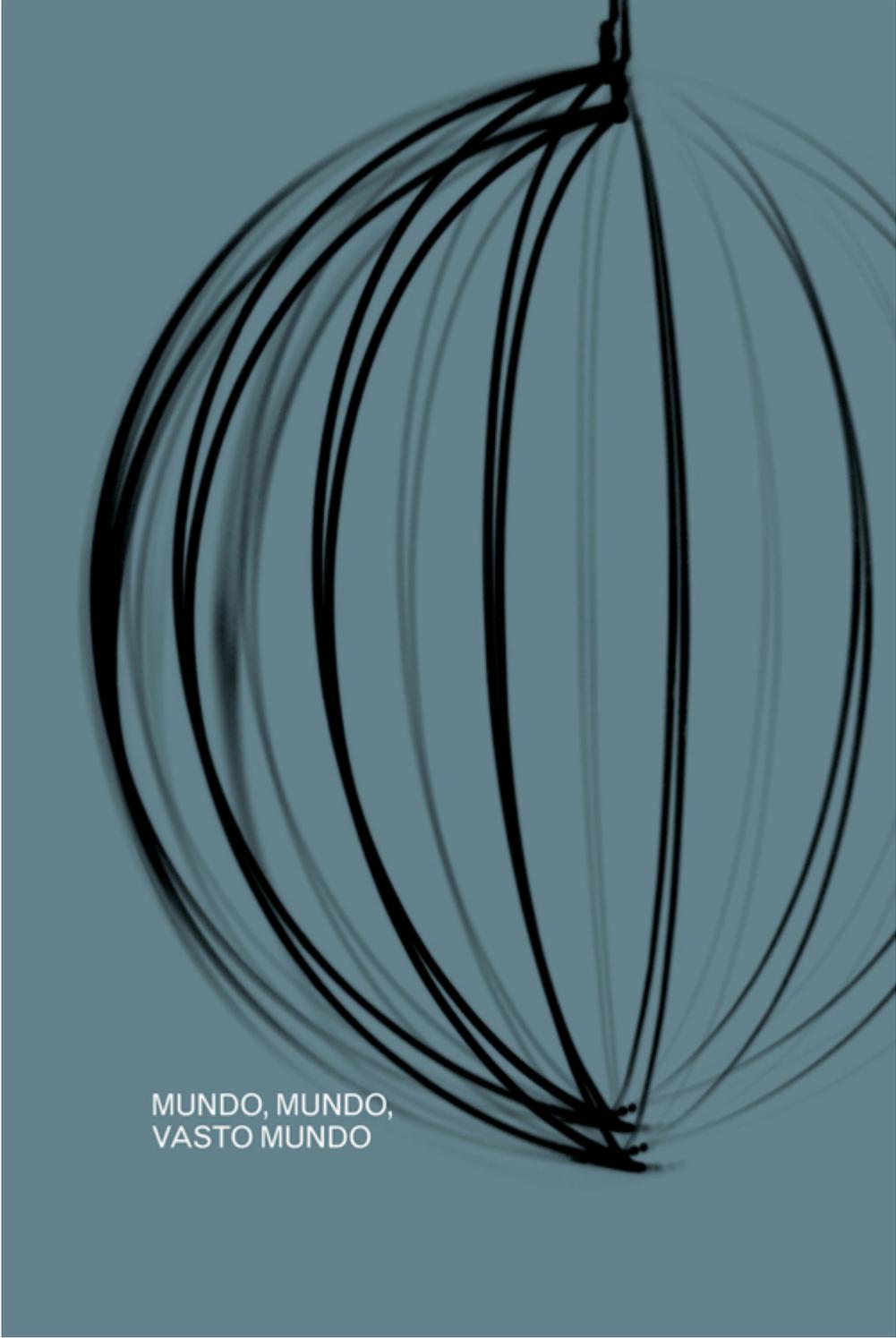
Outra virtude das grandes cidades é a mistura de pessoas de regiões diferentes. O violoncelista Yo-Yo Ma, americano de origem chinesa, nascido na França, um dos maiores músicos da atualidade, numa das vezes que veio ao Brasil elogiou nossa música dizendo que ela era atraente porque aqui havia muitas culturas. Disse que a criatividade nasce exatamente do encontro dos diferentes. Para Glaeser, “as cidades são boas para imigrantes e os imigrantes são bons para as cidades”. Em seu livro, ele defende a tese de que os períodos de maior pujança em qualquer país se dão quando se abrem as fronteiras à imigração. E cita Buenos Aires, cujo apogeu ocorreu quando a Argentina estava aberta; a decadência coincidiu com o fechamento do país. Glaeser menciona, a título de ilustração, alguns desses imigrantes nos Estados Unidos: um dos fundadores da pátria, Alexander Hamilton, e o cofundador do Google, Sergey Brin. Os Estados Unidos estão repletos desses exemplos. Aliás, o nome dele é Edward L. Glaeser. O L., de Ludwig. O pai era alemão de nascimento. Berlinense.

Glaeser é muito citado neste capítulo porque seu livro provoca e faz pensar sobre esse tema que estará conosco no século XXI: as cidades. Sobre ele, o economista José Alexandre Scheinkman, nascido no Brasil, de origem judaica, que fez toda a sua carreira acadêmica

nos Estados Unidos, disse que foi um dos seus mais brilhantes alunos. Os dois provam o mérito das travessias das fronteiras. Hoje, nas grandes cidades, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, o temor é que o terrorismo acabe provocando o efeito inverso: o de fechar as fronteiras. Se isso acontecer, será a negação de tudo o que os grandes centros urbanos multiculturais representaram de avanço nas últimas décadas.

Há uma agenda enorme para as cidades brasileiras resolverem os entraves passados e se prepararem para os novos. Hoje elas têm graves estrangulamentos decorrentes das escolhas que o país fez, como dar todo poder ao automóvel, fazer pouco investimento em transporte urbano, ter números indigentes de saneamento e tratamento insuficiente de lixo. Além de estatísticas assustadoras de criminalidade. Como resposta à insegurança, as pessoas de maior renda, muitas vezes, se fecham em seus condomínios, dos quais saem em carros blindados. A cidade vai se segmentando em guetos e deixa de ser o que nasceu para ser: ponto de encontro.

Os administradores raramente tomam iniciativas pensando nos cenários traçados nas mudanças climáticas ou nas tendências da demografia. Eles olham o horizonte dos seus mandatos. O envelhecimento da população exigirá cidades mais amigáveis para pessoas com limitações. O espaço urbano terá que ser pensado para combater as inúmeras razões da nossa infelicidade hoje, e ser o lugar onde se possam plantar amigos, discos e livros. E muito mais. Os administradores das nossas cidades terão que tomar decisões com olhos nestas exigências do futuro. A pauta das cidades é a pauta do país.



MUNDO, MUNDO,  
VASTO MUNDO

O mundo nunca pareceu tão amplo, nunca esteve tão perto. As pessoas sentem que há fatos demais acontecendo, que o tempo se acelerou e tudo ficou mais complicado. Na era da comunicação pequenos episódios desencadeiam grandes crises. O futuro não será como o passado, quando um país dominava outros. O mundo será cada vez mais multipolar, exigindo nova visão da diplomacia brasileira.

É neste planeta intenso e interconectado que o Brasil vai realizar seu projeto de país no século XXI. A velha tendência de isolamento e barreiras ao comércio não funcionará. É preciso novas atitudes e estratégia para vencer. Precisamos de mais acordos comerciais e de estar na rede das cadeias de produção, aprendendo como se joga o jogo do século XXI.

No fim da primeira década do século, o Brasil foi adulado. No meio da segunda, enfrenta o descrédito. O país deve ter a maturidade de ignorar essas visões extremadas e olhar seus defeitos e suas oportunidades. Todas as nossas vantagens naturais e comparativas devem ser usadas neste século, quando temos a chance de atingir o desenvolvimento com inclusão e superação de

obstáculos. Temos território, biodiversidade, população no auge demográfico, economia forte e democracia como valor. Mas o mundo não esperará por nós. Precisamos nos apressar.

EM  
TURBULÊN-  
CIA E EM  
TRANSIÇÃO

A pergunta que sempre intrigou os estudiosos é: por que algumas nações fracassam e outras têm sucesso, ainda quando partem para a corrida do mesmo ponto inicial? Muitas respostas foram apresentadas em teses que viraram clássicos para consulta ou fizeram sucesso por uma temporada. Algumas respostas embutem determinismos étnicos, geográficos ou culturais. Estas acabaram esquecidas; outras dão informações úteis para qualquer tempo. Mas a pergunta está condenada a ser repetida, e as respostas serão múltiplas e mutantes. O essencial é ter em mente que o Brasil realizará sua trajetória no século XXI em um mundo turbulento e em rápida transição para novos paradigmas. As grandes rupturas tecnológicas, a era das comunicações, as surpresas geopolíticas, as mudanças climáticas vão alterar constantemente o tabuleiro.

Ninguém esperará por nós. Neste momento, em cada país com potencial de liderança, em qualquer área ou região, decisões estão sendo tomadas para acelerar o progresso. O Brasil sempre foi, e permanece sendo, excessivamente fechado. Conseguiu viver assim 500 anos. Agora, esse confinamento é um risco que não deveríamos correr. Fluxos de informação, ondas de migração, cadeias globais de suprimento, conexão dos mercados financeiros vieram para ficar.

De 1977 a 1982, fui repórter responsável pela cobertura de assuntos diplomáticos em Brasília para um jornal econômico. A ditadura estava chegando ao fim. Éramos um país periférico, endividado, fechado, com economia inflacionada e que se resgatava da insignificância com a inteligência e o profissionalismo de sua diplomacia. Em uma cobertura com viés econômico, frequentemente eu fazia reportagens sobre negociações de cotas de importação. O

Brasil tinha o direito de impor barreiras tarifárias e não tarifárias porque era, pelas definições do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, um “país em desenvolvimento com desequilíbrio no balanço de pagamentos” com permissão para proteger sua “indústria nascente”.

Tantos anos depois, com bilhões de reservas empilhadas, dívida externa renegociada, democracia consolidada, economia diversificada e oficialmente promovido a país emergente, o Brasil é outro. Mas abro o jornal em fevereiro de 2015 e lá está a notícia de que o México reclama das cotas que os brasileiros impõem à importação de carros mexicanos. No mesmo dia fui entrevistar o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, e ele se queixou da enorme burocracia para exportar. Ou seja, em plena era dos grandes fluxos comerciais, o Brasil consegue barrar produto que entra e produto que sai.

O país revisita velhos defeitos e esquece alguns de seus méritos, como a sagacidade diplomática. Em 1979, os sandinistas assumiram o governo na Nicarágua. Ronald Reagan tomou posse na presidência dos Estados Unidos em janeiro de 1981 e começou a se incomodar com mais um governo esquerdista na região. Mandou ao Brasil o então subsecretário de Estado, Thomas Enders, para sondar o país sobre o apoio a medidas de força contra o sandinismo. Isso era tudo o que o ministro Ramiro Saraiva Guerreiro não queria ouvir. Enders sentou-se a seu lado no gabinete do Itamaraty. Enquanto o subsecretário americano explicava o grave risco comunista que os sandinistas representavam, Guerreiro fechou os olhos e deixou pender suavemente a cabeça. Fazia esse gesto com frequência. Uma vez, numa entrevista, perguntei sobre isso e ele me garantiu que não dormia, apenas fechava os olhos. Enders foi ficando constrangido com seu interlocutor dormindo, ou parecendo dormir, e interrompeu o que dizia, fazendo silêncio. O ministro abriu lentamente os olhos detrás dos grossos óculos e perguntou:

— *Mister Enders, do you believe in God?*

Enders respondeu, cada vez mais desconcertado, que sim, acreditava em Deus.

— *So, let's pray for Nicaragua.*

E Guerreiro ficou de pé, despedindo-se delicadamente do

visitante. O americano voltou a Washington crente que falara com um lunático, e o Brasil se livrou de um atrito diplomático indesejável. O Itamaraty é recheado de histórias sobre a habilidade e a inteligência com que fez valer seus pontos de vista, contornou brigas desnecessárias e foi firme no fundamental. Quando eu cobria assuntos diplomáticos, no auge do conflito com a Argentina por causa da construção da usina de Itaipu, várias vezes ouvi de diplomatas argentinos suspiros de inveja do profissionalismo da chancelaria brasileira. O bordão era: “O Itamaraty não improvisa”.

Em setembro de 2013, a presidente Dilma Rousseff e o presidente Barack Obama, dos Estados Unidos, se encontraram na Rússia, em reunião de cúpula do G-20, em um momento muito tenso das relações bilaterais. Reportagem do *Fantástico*, dominical da TV Globo, revelara que a chefe de Estado brasileira havia sido espionada pela NSA. Isso provocou, com razão, o cancelamento de uma viagem de Dilma aos Estados Unidos. Aquele encontro em Moscou era, portanto, a oportunidade criada pela agenda global de superar o problema. Obama garantiu que mandara investigar o episódio e que, em alguns dias, daria uma resposta diretamente a ela sobre os atos do seu serviço secreto. Um desconcertante diálogo se seguiu. Segundo relato da própria Dilma à imprensa, naquela tarde de 6 de setembro ela dissera a Obama: “Depois que a pasta de dentes sai do dentifrício, ela dificilmente volta”. E prosseguiu seu relato: “Ele me disse, ele me respondeu, que ele faria todo o esforço político para que essa pasta de dentes não ficasse solta por aí e voltasse uma parte para dentro do dentifrício”. Se Guerreiro fosse vivo certamente recomendaria orar pelo Itamaraty. Ninguém, pelo visto, preparara aquele diálogo diplomático em Moscou nem, ao menos, socorrera a chefe de Estado com a lembrança de que pasta e dentifrício são sinônimos.

Houve, a partir de 2003, um desmantelamento deliberado de uma parte da diplomacia brasileira. Inúmeros membros de alta qualificação do Itamaraty que podiam ter assumido postos estratégicos foram transferidos para funções burocráticas ou colocados no ostracismo. Isso porque haviam ascendido no governo Fernando Henrique. O Itamaraty, como se sabe, é uma carreira de Estado. A parte perdida da inteligência na diplomacia brasileira faz muita falta e o país tem

improvisado mais do que é sensato num mundo de relações complexas no qual temos um papel relevante a assumir.

O que houve de meritório nos governos Lula e Dilma aconteceu no recrutamento, em que se fez esforço para aumentar a diversidade do quadro de novos diplomatas para que a diplomacia refletisse a cara do país. Políticas de bolsa e de tutoria têm ajudado a superar o velho elitismo que resultou em um grupo de profissionais quase inteiramente brancos e provenientes de classes de maior renda. Esse movimento de avanço não pode ser desperdiçado dando aos jovens uma visão ideológica atrasada e reduzindo a qualidade do treinamento profissional. O Itamaraty sempre foi capaz de ver os objetivos estratégicos do país além da estreiteza da conjuntura política. Basta citar um exemplo para ver como sempre se soube separar Estado de governo: o outro nome do Itamaraty é Casa de Rio Branco porque a diplomacia da República teve como pai e inspirador um barão.

Desde a posse de Lula, em 2003, foram vários os episódios dos quais o Brasil poderia ter sido poupado se tivéssemos uma diplomacia mais atualizada com os desafios de hoje. Uma viagem se transformou num erro clássico: a ida a Trípoli, na Líbia, em 2003. “Nunca esquecerei os meus amigos, que eram meus amigos quando eu não era presidente”, agradeceu Lula ao ditador Muammar Kadafi. Disse que, como era do conhecimento público, a Líbia estava passando por um processo de redemocratização. O fato era ignorado e assim permaneceu. Kadafi morreu ditador, anos depois. O jornalista Fernando Rodrigues acompanhou a viagem e a descreveu como uma sucessão de “bizarrices”. A maior de todas talvez tenha sido a cena de Lula recebendo aulas de geopolítica do ditador, *laser pointer* em punho, dentro de uma tenda. Kadafi explanou sobre a “Terceira teoria universal”, de sua autoria e de bases desconhecidas. O Brasil não merecia viver esse constrangimento. Infelizmente, não foi o único.

Depois do processo virtuoso que começou com a estabilização, nos anos 1990, a solução de passivos externos e a redução da pobreza, o Brasil passou para outro patamar. Virou país emergente e entrou no radar do mundo. Agora precisamos mais do que nunca de uma diplomacia profissional que evite conflitos desnecessários e

aventuras pitorescas e busque os objetivos com inteligência e firmeza. No entanto, nos governos do PT houve uma estranha duplicidade de comandos na política externa. A chefia da área foi dividida entre o chanceler e o assessor internacional da Presidência. A diplomacia bicéfala várias vezes se desencontrou. Uma bolorenta ideologia de esquerda e antiamericana se revelou em vários atos. E o Itamaraty perdeu parte da habilidade que fez sua reputação.

Ao escolher seu caminho diplomático no século XXI, o Brasil não tem países a copiar. Por seu tamanho e importância, está destinado a ser seu próprio modelo. A globalização pasteurizou propostas e convicções. Há quem considere que se dissolveram as identidades nacionais. Não é verdade. A ligação com outros países, a integração de cadeias produtivas, a abertura de fronteiras, as conexões financeiras ficaram mais espessas, mas os países continuam tendo suas singularidades.

Já me deparei com vários textos sobre política internacional que começam com uma variante da frase “Este é o século da China”. Um dos livros começa assim: “Este é um tempo estimulante para ser chinês”. É preciso ter um olhar mais crítico para essas afirmações categóricas e duvidar de explicações que pareçam consolidadas. Todo mundo tem problemas e limites. A China é olhada com inveja pelo ritmo de seu espantoso crescimento, que permaneceu elevado por três décadas, entretanto o passado não garante o futuro. Ela tem um encontro marcado com obstáculos severos. Um deles vem do próprio progresso, pois se formou no país uma elite afluyente com grande poder. Em todos os lugares em que isso aconteceu, a classe ascendente exigiu mais influência no poder político e mostrou que não queria ficar sob uma tirania, fosse ela qual fosse. Foi assim com a burguesia na Revolução Francesa, para citar um dos exemplos históricos. A China não enfrentou ainda essa etapa em sua modernização política.

A tecnologia de comunicação impõe às sociedades politicamente fechadas, como a China, enormes custos na manutenção do sistema de controle dos cidadãos. A história está cheia de casos provando os riscos da proposta de modernização autoritária, e a União Soviética é um exemplo eloquente desse descaminho. O próprio Brasil teve um

período de crescimento rápido sob a ditadura militar. Com os ouvidos fechados às críticas e aos alertas, o regime cometeu erros que interromperam o desenvolvimento e nos entregou a economia em destroços. Democracias também erram, como sabemos, mas só as sociedades abertas têm mecanismos para a correção dos erros cometidos em qualquer trajetória. Não deve ser nada estimulante ser um dissidente, um ambientalista, um blogger com ideias próprias na China, ou um pobre confinado na área rural.

O século XXI pertence à China? Em torno dessa pergunta encontraram-se em Toronto, no Canadá, o ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger, o jornalista Fareed Zakaria, o historiador Niall Ferguson e o professor chinês David Li, membro do Comitê de Política Monetária do Banco Central chinês. Era mais um dos debates Munk, que reúne pessoas para defender, em intervenções curtas e dinâmicas, pontos de vista opostos. Kissinger e Zakaria disseram “não” à pergunta. Ferguson e Li afirmaram que “sim”. Vários dados interessantes surgiram dos dois lados. Quero trazer apenas duas questões.

David Li, cuja família sofreu na Revolução Cultural, é formado por Harvard. Seus primeiros argumentos a favor da tese de que este século é da China foram surpreendentes. Disse que o país tem uma energia que vem de um confronto de civilizações com o Ocidente há “somente” 170 anos. “O confronto terminou em fracasso total para nós, lembrado geração após geração. Nossos filhos estão aprendendo essa lição até hoje. Essa humilhação gerou uma grande reação na sociedade chinesa e na história da China.” Li considera, portanto, que toda a energia para o movimento chinês rumo ao progresso vem da vingança pela derrota nas chamadas Guerras do Ópio. Depois de apresentar esse raciocínio, ele olhou para o futuro e se perguntou: “Para onde estamos indo? Qual é o destino?”. Ele mesmo respondeu: “O futuro tem uma palavra-chave: retomada. O destino é a retomada da grande civilização de 1.500 anos atrás, a dinastia Tang”.

Diferenças culturais tornam o mundo mais interessante, mas mirar o século V não é a melhor forma de conquistar o futuro. O velho Kissinger, detestado na minha juventude por qualquer um que defendesse o progresso, não desmereceu nem fez pouco de qualquer

das conquistas chinesas recentes, porém ponderou algo fundamental: “O conceito de um único país dominando o mundo deve-se a uma compreensão equivocada do mundo”. Esse é o ponto para entender o tempo atual. Não se recriará a dinâmica da potência imperial única de qualquer das eras anteriores.

Um detalhe: nos debates Munk, a plateia vota no início e no final sobre a questão levantada. Na ocasião, havia 2.700 pessoas no teatro. No início, 39% votaram “sim”, o século é da China; 40% votaram “não”; e havia 21% de indecisos. No final, 38% disseram “sim”; 62% votaram “não”.

• • •

O livro *Por que as nações fracassam? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*, escrito pelos professores Daron Acemoglu, do MIT, e James Robinson, de Harvard, defende uma tese valiosa. O progresso seria decorrência da qualidade das instituições econômicas e sociais que uma sociedade implanta ao longo de sua história. A obra é um best-seller e foi saudada como leitura obrigatória por vários dos pensadores que se debruçam sobre esse tema instigante, como Jared Diamond, autor de *Armas, germes e aço* e de *Colapso*, e o historiador Niall Ferguson, autor, entre outros, de *Império*.

Logo no primeiro exemplo, Robinson e Acemoglu estabelecem um ponto central. Eles descrevem as diferenças entre duas cidades de países diferentes: Nogales, Arizona, Estados Unidos; e Nogales, Sonora, México. A distância nas estatísticas de expectativa de vida, mortalidade infantil, nível educacional, renda familiar, sucesso econômico e amparo aos idosos entre as duas Nogales é muito grande, ficando a cidade mexicana em desvantagem. E a desigualdade é inexplicável, uma vez que essa é uma região próspera do México. A conclusão a que os autores chegam para justificar a diferença está expressa na pergunta: “Por que instituições dos Estados Unidos são tão mais indutoras do êxito econômico do que as do México ou, a rigor, do resto da América Latina?”. Assim, a despeito dos méritos do

livro e dos exemplos eloquentes, há a tendência ao preconceito e ao reducionismo. No Brasil temos sofrido, nos escândalos de corrupção, os efeitos das falhas de instituições políticas ou econômicas. Mas temos robustecido outras instituições. Nos Estados Unidos, o fracasso regulatório ficou evidente na crise financeira que explodiu em 2008.

Em seu Prefácio, Robinson e Acemoglu visitam os incríveis eventos que provocaram a queda de uma série de longevos ditadores árabes em 2011. Eles se perguntam, com o vício etnocêntrico: “Por que o Egito é tão mais pobre que os Estados Unidos? Que restrições impedem os egípcios de alcançar maior prosperidade?”. A grande resposta que eles dão reside na qualidade das instituições que os países construíram. A solidez das nações democráticas é, de fato, a pedra fundamental do progresso não apenas material, mas também da realização de nossas possibilidades humanas. Contudo, usar a métrica americana, como, de resto, usar qualquer país como monopolista da virtude, leva a erros.

Para não haver dúvidas sobre as instituições americanas, seria necessário não ter visto, após o furacão Katrina, que devastou Nova Orleans em 2005, os corpos dos pobres boiando e o desamparo dos sobreviventes; seria necessário nada saber da pobreza americana, como a que nos conta a jornalista Barbara Ehrenreich, no livro-reportagem *Miséria americana*; seria preciso ter fechado os olhos à barbárie das Forças Armadas dos Estados Unidos nas inúmeras guerras nas quais se envolveram; ou ignorar o relatório do Congresso sobre as torturas da CIA. O episódio das revelações da espionagem da NSA mostrou que a transparência — qualidade indispensável das instituições democráticas — não ilumina todas as partes do Estado americano. Ficou provado que o aparato militar e de segurança é um monstro que age à margem do sistema de controle e fiscalização entre os Poderes da República.

A explicação que Robinson e Acemoglu dão para a pobreza no Egito é uma declaração ouvida na praça Tahrir naqueles dias da primeira revolta. “Sofremos a corrupção, opressão e educação de má qualidade. Vivemos em um sistema corrupto que não tem tido perspectivas de mudanças”, disse Norah Hamed, então com 24 anos. A afirmação é verdadeira para o Egito, que tem US\$ 3 mil de renda

*per capita*, e para a Arábia Saudita, que tem US\$ 22 mil de renda *per capita*. Um dos pilares básicos da construção das instituições de um país é ser um Estado laico, como a humanidade decidiu há cinco séculos. O Egito de Hosni Mubarak, com todos os seus inúmeros defeitos, da corrupção ao autoritarismo, era laico. A Arábia Saudita, não. A Constituição da Arábia Saudita é o Alcorão, e a lei islâmica *sharia* organiza o código de conduta. O país é governado, desde que se formou o Estado, pela família Saud, que deu nome à nação. Hoje o país está submetido a uma gerontocracia despótica. Quando Salman ibn Abdul Aziz al Saud assumiu o poder, em 2015, o presidente Obama interrompeu uma viagem para fazer medidas ao novo monarca.

Leio notícias sobre a região com a sensação de que o tempo lá ficou prisioneiro. Quando passei um mês na Arábia Saudita, em junho de 1981, ela era governada por um dos filhos do rei Abdul Aziz, que fundara o país em 1932 e o governara até 1953. Em 1981, o rei Khaled estava muito doente, e quem de fato administrava tudo, com a mão de ferro de sempre, era o príncipe herdeiro Fahd, do clã mais poderoso da família, os Sudeiri. O novo rei, Salman, ao qual Obama foi prestar honras, é ainda um dos filhos do velho Abdul Aziz e também do clã Sudeiri. Em 62 anos o país não mudou nem a geração de seus governantes.

Outra medida de progresso é a redução da desigualdade de gênero. No Egito, havia mais liberdade para as mulheres do que na Arábia Saudita, que impõe a elas um modo de vida medieval. No último ranking do IDH, que inclui indicadores de qualidade de vida, a Arábia Saudita estava classificada como nível elevado (0,782), em 57º lugar. O Egito estava em 112º. Os dois países têm problemas institucionais, só que a riqueza do petróleo elevou o IDH dos sauditas, e suas abundantes reservas de óleo protegem o governo da condenação da comunidade internacional pelos crimes que comete contra os direitos humanos.

O Brasil estava, nesse mesmo ranking de progresso humano, 28 degraus atrás da Arábia Saudita. Estávamos em 85º lugar, com 0,730 de IDH. Como essa medida é melhor do que o PIB, é uma espantosa

diferença. Pode-se argumentar que a renda *per capita* influencia muito o IDH e que a enorme riqueza do petróleo, mesmo concentrada, dá vantagens nessa classificação à Arábia Saudita. Os autores ponderam que o país árabe sem a riqueza do petróleo “despencará para um estrato inferior”. Mas o que dizer do fato de que perdemos também para países sem a mesma riqueza e sem boas instituições, como Albânia e Cuba? Isso mostra o defeito das medidas de sucesso, econômico ou social. O PIB tem as falhas que abordei no capítulo sobre economia, e o IDH também erra. Ainda estão para ser criadas fórmulas mais precisas para medir o sucesso de um país.

O ponto central de Robinson-Acemoglu é de valor inegável: a qualidade das instituições é a base do progresso duradouro. No entanto, não existe modelo perfeito. A democracia é a base indispensável na qual se faz o trabalho permanente de aperfeiçoamento institucional. É neste mundo, onde explicar e medir sucesso está cada vez mais difícil, que vamos construir nosso rumo em direção ao desenvolvimento. Mais do que almejar um posto nos rankings do PIB e do IDH é essencial ter um objetivo claro do país que queremos ser e que, diante de nossas vantagens, podemos ser. Ao mesmo tempo, é fundamental ter noção das grandes tendências do mundo para adaptar nosso modelo de desenvolvimento.

Embora a fórmula de cálculo do PIB esteja em pleno debate e evolução, os economistas ainda usam esse termômetro para medir sucesso e fracasso nas trajetórias dos países. Porém, as séries estatísticas de crescimento que eles estudam não contam o que há atrás das curvas. A Argentina chegou a ter quase 80% do PIB *per capita* dos Estados Unidos, medido em Paridade do Poder de Compra. Hoje tem 34%. Mas, por mais afluente que a Argentina fosse no começo do século XX, a média distorcia e a estatística mostrava uma proximidade inexistente. A verdade é que a Argentina regrediu.

A Venezuela, por essa mesma medida, teria superado 80% do nível do PIB *per capita* americano nos anos 1960, para depois resvalar em 34%. A Venezuela também regrediu. A dúvida recai sobre os números antigos. De acordo com essa medida, o Uruguai é hoje 32% do PIB *per capita* americano, entretanto, no final do século XIX,

chegou a ter mais de 80%, e até os anos 1930 oscilou em torno de 60%. Já o Brasil, por essa conta e metodologia, chegou no seu máximo em 2008, com 21%. O PIB tradicional, mesmo atenuado pelo tamanho da população e adaptado ao poder de compra na moeda local (PPP), não consegue revelar o que realmente aconteceu conosco e com nossos vizinhos, nem com este continente, que há muito tempo convive com a potência que ainda tem incontestável poder e riqueza.

Se olharmos com tais dados para longe, por exemplo para a Ásia, vamos ver duas grandes histórias de sucesso. Primeiro, a Coreia do Sul, que encolheu na década da guerra, nos anos 1950, e depois disparou como um foguete até 63% do PIB *per capita* americano. O desempenho educacional na Coreia e sua produção industrial são fatos. Mas sua indústria se desenvolveu por meio de um sistema irreplicável. Foi feita pelo Estado, uma ditadura que escolheu grupos que venceriam e fechou outros, com alto custo para o contribuinte. Esse modelo até hoje é um fetiche para certos planejadores de política industrial no Brasil, contudo não é padrão para nós.

Taiwan saiu de 10%, em 1950, para 67%, hoje. Seria, por essa taxa, um tigre imbatível. Acontece que os demógrafos olham os percentuais de Taiwan, com um índice de 0,9 de crescimento populacional, e afirmam que o país está fadado a desaparecer. A geopolítica alerta que a China ronda a ilha, querendo sua anexação. Os números econômicos não consideram outras variáveis, fundamentais para quem quer entender a realidade. É preciso olhar por múltiplas janelas para ver o horizonte.

O Japão saiu de 20% do PIB *per capita* americano, chegou a 80% e depois começou um leve declínio. Seu indicador de progresso, qualquer que seja, mostra uma força espantosa de reconstrução no pós-guerra que o leva a ser a terceira potência mundial. Depois disso, o país parou. Mas a pergunta é: precisa crescer mais? O Japão já atingiu um nível de desenvolvimento econômico, social, tecnológico e de qualidade de vida alto, portanto, seu crescimento não tem que repetir o ritmo do passado. É uma das maiores histórias de superação do século XX. E sua população, já próspera, está diminuindo.

A Alemanha é outra história impressionante. Devastada por duas derrotas em guerras mundiais, humilhada pelo Tratado de Versalhes,

foi ao fundo do poço econômico com a hiperinflação e enfrentou a condenação mundial pelo crime imprescritível do Holocausto praticado pelo nazismo. Por fim, foi dividida ao meio como espólio de guerra. Conseguiu se reunificar décadas depois. O que ficou na memória coletiva da maioria da população viva hoje foi, no entanto, a bela festa da derrubada do Muro de Berlim. Uma tarefa difícil começou no dia seguinte. Outros muros tiveram que ser derrubados, exigindo enorme gasto público para reduzir as desigualdades entre as duas metades que haviam tido sistemas econômicos opostos. Foi preciso sabedoria política para contornar os sentimentos que incomodavam os dois lados. A parte oriental se ressentia de ser mais pobre; a ocidental, de ter que pagar uma conta alta demais e que não considerava só sua. Com essa missão ainda incompleta, o país passou a liderar, ao lado da França, sua antiga inimiga, uma notável experiência de política internacional: a construção do projeto de união econômica e monetária da Europa.

Com o que se sabe do passado recente, é fácil dizer que os europeus foram açodados no processo de inclusão de países de níveis tão diferenciados de desenvolvimento. Nos piores anos da crise, a moeda comum balançou sobre o abismo, os países pareciam condenados à queda em dominó e todas as cobranças eram endereçadas a Berlim. Quem acompanhou os indicadores econômicos dos países europeus notou que a Alemanha atravessou a crise mantendo um alto nível de emprego, enquanto o desemprego crescia em toda a Europa. O país havia se antecipado a isso com uma flexibilização do mercado de trabalho e preparado a economia para ser uma plataforma de exportação. Em época de mudança climática, os alemães também fizeram uma forte aposta nas fontes renováveis de energia. Pagaram até mesmo o preço de recuar de seu esforço na energia nuclear. Independentemente das naturais oscilações, sua economia mostra uma forte resiliência às mudanças da conjuntura. Parte do sucesso da Alemanha se deve à capacidade de antecipar-se aos problemas.

O objetivo deste capítulo é apenas traçar algumas linhas de raciocínio sobre a realidade internacional. Precisamos desconfiar de afirmações categóricas sobre sucesso e fracasso de países. Devemos

duvidar das medidas de progresso. Elas são sempre incompletas. É importante relativizar os dados econômicos avaliando outros aspectos da vida dos países. Contudo, nada disso deve nos levar à complacência com nosso próprio atraso. É importante ter senso de urgência. Normalmente, a China e os Estados Unidos são vistos como os dois grandes campeões. E são. O problema é que a China ainda é pequena em termos de PIB *per capita*. Os Estados Unidos estão perdendo participação no PIB global. O Japão é um país estagnado. A Alemanha é vista como limitada, em parte, pelo projeto de unificação europeia, no qual ora surge como a grande beneficiária, ora parece ter que sustentar mais peso do que seria razoável.

Há acertos e fragilidades dessas quatro potências que são pouco acentuados. A economia dos Estados Unidos é dinâmica e inovadora. Seu problema hoje é de governança política, o que, se não for resolvido, será uma ameaça econômica. A China optou por concentrar a renda, permitir a afluência de uma elite, manter controles totalitários e superar as contradições pelo crescimento acelerado, que permite a todos os chineses a sensação de avanço. Muito pode dar errado nesse projeto. A elite pode se insurgir contra o sistema político primitivo; os que permanecem no campo, barrados pela urbanização dirigida, podem perder a paciência chinesa. A conectividade já está aprofundando a contradição entre economia aberta e sistema político fechado. E a máquina de crescer está perdendo potência. A demografia e o clima ameaçam o Japão. Sua população longeva envelheceu, muitas de suas mulheres estão se negando a ter filhos pelos encargos que valores ultrapassados impõem a elas. É vulnerável aos eventos extremos: é um arquipélago num tempo de elevação do nível do mar e numa área de terremotos. A história de superação da Alemanha é admirável, mas ainda inconclusa. O que a fortalece é que, ao lado de sua aposta europeia, ela aprendeu a tirar proveito do crescimento asiático. Por ser um país de tamanho médio, em população e território, precisa da interdependência, e para isso se prepara há anos. A Alemanha tem sido ágil na integração às cadeias globais de produção.

E os Brics? Eles não existem como bloco no sentido que se costuma dar à palavra. São apenas um acrônimo, lançado pelo

economista Jim O'Neill, em um estudo feito na Goldman Sachs. E a ideia pegou. Hoje já há quem tire o B, de Brasil. A inclusão ou a exclusão do B não deve nos impressionar. Primeiro: uma aposta de um economista de banco não determina a geopolítica. Segundo: a queda do B é derivada do desânimo temporário em relação ao país. Muitos dados separam esses quatro países. Agora, cinco, se for incluída a África do Sul. No momento, são grandes fornecedores e grandes consumidores de recursos naturais, porém com projetos, estágios de desenvolvimento e realidades totalmente distintas.

O que o Brasil tem em comum com um país como a Rússia, que já foi a segunda potência mundial, perdeu importância na economia global e partes do território que considerava seus? Na realidade, eram países anexados. Quinze dessas nações se tornaram independentes e foram viver sua vida. O que nos aproxima da Índia, que, apesar de ter uma elite bem-educada em escolas estrangeiras para ser um polo tecnológico, mantém quase 50% de mulheres prisioneiras do analfabetismo? O que há de comum entre a Índia, cuja população cresce assustadoramente, e a Rússia, na qual a população está encolhendo? O que une o trio Rússia, China e Índia, que possuem armas nucleares, ao Brasil, que renunciou a elas pela Constituição e fez com seu vizinho, a Argentina, um acordo pacífico de inspeção recíproca de todas as instalações nucleares? China e Índia são grandes consumidoras de alimentos; Brasil e Rússia, grandes fornecedores. O Brasil é produtor mais farto e diversificado. Isso nos torna mais parecidos com outro grande produtor: os Estados Unidos. Poderia continuar listando contradições nesse grupo. Eles são mais diferentes que convergentes. Mas o ponto é que certas explicações do mundo e dos países não se encaixam na realidade. Certas classificações, simplificações e medidas não refletem o peso real dos países nem a exatidão dos fatos. Ainda assim, esses cinco países têm feito reuniões, inclusive de cúpula. É melhor estar nelas.

O Brasil realizará seu projeto num mundo que tem ficado diferente do que os especialistas haviam imaginado. A dinâmica dos países e da política internacional sempre surpreende. É um mundo turbulento e em transição e continuará a ser. Tudo o que parece muito simples está errado; tudo o que parece definitivo pode estar na

véspera da mudança.

• • •

Um diplomata brasileiro foi para a União Soviética nos anos 1980. Dedicado e estudioso, comprou uma numerosa biblioteca de soviólogos, os especialistas em União Soviética. Quando deixou o país, teve que jogar no lixo a maioria dos livros. Os especialistas tinham errado todas as previsões, tão preocupados estavam em mostrar que conheciam a obscura correlação de forças dentro do Comitê Central do Partido Comunista Soviético. Nenhum dos que foram para o lixo tinha previsto o mais impactante: o fim da União Soviética.

Um dos maiores especialistas em países árabes, F. Gregory Gause III, escreveu, em 2011, um corajoso artigo na revista *Foreign Affairs* admitindo que errara em suas análises sobre a região. O título do artigo é “Por que os estudos de Oriente Médio perderam a Primavera Árabe: O mito da estabilidade autoritária”. Na época em que escreveu o texto, ele era professor na Universidade de Vermont, nos Estados Unidos, mas por 20 anos havia sido professor de Assuntos Árabes em várias universidades americanas. Ele se referiu a um artigo que escrevera seis anos antes dizendo que os Estados Unidos não deveriam incentivar a democracia no mundo árabe. “Eu estava espetacularmente errado”, admitiu. A origem do erro, explicou na autocrítica, é que ele estava mais preocupado em explicar por que as ditaduras árabes eram tão longevas e, portanto, aliadas estáveis dos Estados Unidos. Ele não percebeu as forças que se formavam contra aqueles grupos no poder. Nos anos seguintes, o episódio da queda dos ditadores árabes teve novos desdobramentos que ainda intrigam todos os estudiosos.

A emergência de grupos cada vez mais extremistas, como o Estado Islâmico, é um fenômeno que supera as piores previsões. É uma ameaça a todos, inclusive os muçulmanos. Tem reflexos em países que receberam grandes ondas migratórias de nações de maioria

islâmica. Aumenta a tensão entre etnias. Isso não é fruto da queda dos ditadores, todavia são complexidades que os formuladores de política terão que entender e enfrentar.

A cena internacional tem alterações bruscas neste momento em que novas redes estão se formando com a ajuda da tecnologia da informação. Como organizar as relações internacionais de uma potência média, mas que tem grandes aspirações, como o Brasil? O país não deve ficar prisioneiro de um acordo entre poucos vizinhos. O Mercosul representou um grande avanço quando foi negociado e alavancou bastante o comércio regional. As opções feitas pela Argentina e a conjuntura cambiante recomendam ao Brasil buscar mais parceiros e ampliar o leque de seus acordos no mundo.

Em janeiro de 2015, recebi a visita do ministro Maurício Cárdenas, da Colômbia, na minha sala do jornal *O Globo*. Ele ganhara dias antes o título de Melhor Ministro da Economia das Américas, concedido pela revista *The Banker*, do *Financial Times*. O repórter Marcelo Loureiro, que trabalha comigo no blog do jornal, descobriu que ele estava no Rio de Janeiro e fez o contato. Ele se dispôs a ir até nós. Gravei um vídeo, escrevi uma coluna baseada na conversa que durou uma hora e passamos a nos seguir no Twitter. Quando perguntei quantos acordos comerciais o país já tinha assinado, ele disse que eram 21. Nos dados agregados de 2012 da OMC, a Colômbia tinha 12, o Chile, 21, e o Peru, 13. Qualquer que seja o número atual, é muito maior do que o nosso. O Brasil, segundo o professor Antonio Matias, doutor em direito internacional e professor da USP, está fora da rede que se adensa no mundo, através de acordos bilaterais ou regionais:

— O Brasil tem apenas três acordos bilaterais assinados e apenas um em vigor, com Israel. Não faz parte de mecanismos de solução de conflitos de investimentos, não integra a OCDE.

Em diversas ocasiões, perguntei ao secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, por que o Brasil não faz parte da organização que tem proporcionado uma série de dados e estudos aos quais o país recorre, como os do ranking educacional. Ele sempre me respondeu com um gesto desolado e um simples “não sei”.

No FMI, onde procuramos ter mais força, representamos um grupo

de países da região. Isso aumenta o percentual das cotas brasileiras e a força do voto. A Colômbia fazia parte do nosso grupo e a combinação era que o Brasil teria o posto de diretor executivo do Fundo e a vice-diretoria ficaria com a Colômbia. Não há uma relação hierárquica entre eles, porque cada um é nomeado por seu país. O representante brasileiro, Paulo Nogueira Batista Junior, em março de 2010 demitiu a representante colombiana e deu um prazo de horas para que ela esvaziasse a sala. Tratou-a como subordinada. Abriu-se, assim, uma crise com a Colômbia. O então presidente Lula disse que não se envolveria. A colombiana Maria Ignéz Agudelo voltou para Bogotá. Na minha conversa com o ministro Cárdenas, em 2015, perguntei qual fora o fim daquela história.

— Simples. Passamos a integrar o grupo do México — respondeu.

Para ser uma liderança na região em que estamos, a América do Sul, o Brasil precisa não se confundir com os governos que escolheram o acelerado retrocesso, como Argentina, Venezuela e, em certa medida, Equador e Bolívia. Em alguns desses países paga-se agora o preço da incapacidade da elite de incluir a maior parte da população. Na Bolívia, a maioria indígena foi alijada por tempo demais do poder. A oligarquia política da Venezuela enriqueceu-se no poder, marginalizando a população, e criou as condições nas quais o chavismo prosperou. Estive em Caracas, em 2003, durante a greve geral que parou o país. Fui ao Miraflores entrevistar Hugo Chávez. O palácio estava cercado de rolos de arame farpado, como um país em guerra civil. Entrei no prédio sob a mira de fuzis apontados contra mim e o câmara venezuelano. Na longa espera, flagrei cenas de comércio paralelo de bens de primeira necessidade nos corredores do palácio do governo. Na entrevista com Hugo Chávez, em determinado momento fiz uma pergunta da qual ele não gostou. Ele me respondeu, furioso, me chamando de “louca”. Depois entrevistei uma família em que o marido era antichavista e a mulher, chavista. O casal brigou no meio da gravação. No breve mergulho naquela sociedade partida, entrando no Miraflores e em casas de famílias divididas, pude entender que Chávez nascera de um erro e produziria uma tragédia. Ele dividia para governar, não costurava consensos.

O Brasil pode ser a liderança da região sem se deixar capturar pela

retórica desatualizada que encobre a tendência autoritária de alguns governos sul-americanos. Precisa, em relação ao resto do mundo, lutar contra o isolamento. Os acordos devem ser parte de um grande esforço diplomático e empresarial para integrar-se nas cadeias produtivas globais. Os empresários têm um trabalho próprio a fazer nessa busca de parceiros e de definição de áreas em que são competitivos. Nas negociações multilaterais, o Brasil não tem um aliado só; dependendo da área, ele se aproxima de um ou de outro país. E deve entender isso sem preconceito ideológico. Para a abertura dos mercados ao comércio agrícola, temos mais afinidade com os Estados Unidos, mesmo que os dois países tenham se enfrentado em alguns contenciosos, como o do algodão. Na luta contra a mudança climática, temos mais a ganhar com o avanço da agenda europeia do que nos aliando ao grupo do G-77 + China, cuja heterogeneidade impede que se chegue a algum lugar. Há sempre um momento em que China e Estados Unidos, os maiores emissores, se unem para bloquear qualquer acordo, e o G-77 sai das negociações, puxado pelos países africanos, que lembram serem eles os maiores prejudicados em todos os cenários de aquecimento global.

É do nosso interesse um acordo que leve o planeta à redução das emissões, ao imposto sobre carbono e à valorização dos serviços ambientais prestados pelos países que preservam sua biodiversidade. Nessa questão, o Brasil perde tempo demais agarrado à expressão “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Ela parece justa pois significa que países de industrialização antiga emitem há mais tempo e por isso têm que fazer mais esforço; países que aumentaram as emissões mais recentemente podem fazer um esforço menor. O problema é que a China se encaixa no segundo exemplo, embora seja, ao mesmo tempo, o país que tem a maior taxa bruta de emissão do mundo. A agenda do Brasil deveria ser firmar sua liderança nessa área por ser uma potência ambiental e ter a capacidade de reduzir os gases de efeito estufa sem prejudicar seu ritmo de crescimento.

A China tornou-se nosso maior parceiro, mas o comércio entre os dois países repete o modelo de exportador de *commodities* e importador de manufaturados. Não se deve ter preconceito contra *commodities*, porque ao contrário do que parece nem todas são bens

de pouco valor e destituídas de tecnologia. Entretanto, é preciso evitar depender de poucos produtos e só alguns mercados.

O que incomoda na balança comercial brasileira não é a lista do que está presente na nossa pauta de exportação. É a lista dos ausentes. Faltam produtos que integram a cadeia dos novos materiais e das novas tecnologias. Em suma, falta a nova economia. O comércio com os Estados Unidos andou encolhendo porque as exportações brasileiras caíram fortemente. É fundamental explorar novas chances na maior economia do mundo. Em relação à África, o Brasil repete o modelo de exploração de recursos naturais, através de algumas empresas e de relações promíscuas com ditadores. Há uma África emergente, há uma África flagelada e há uma África que apesar de pobre é criativa e está encontrando caminhos inovadores abertos pelos avanços da tecnologia. No futuro, o Brasil poderia tirar proveito se atualizasse agora sua relação com o continente.

Um erro do qual o país deveria fugir o mais rapidamente possível é o de tomar decisões por razões ideológicas. Não cabe ideologia em era tão pragmática. O presidente Lula achou que estreitaria as relações na América Latina se fosse construída em Pernambuco uma refinaria por Brasil e Venezuela para refinar petróleo do país vizinho. Assinou o acordo com Chávez, com direito a fanfarras bolivarianas. A Venezuela pulou fora sem desembolsar um tostão e a refinaria Abreu e Lima virou um grande escândalo de corrupção.

A diplomacia do futuro se fará recuperando o melhor da nossa tradição de habilidade e sabedoria. Será preciso ainda ter objetivos atualizados diante dos novos desafios do mundo e aumentar nosso peso e influência nos foros internacionais.

• • •

Os cenários montados pelos economistas de qualquer instituição multilateral mostram mudanças fortes no tamanho dos países nas próximas décadas. Um estudo da OCDE sobre o crescimento mundial até 2060 afirma que o PIB *per capita* da China e da Índia, medido pelo

PPP, vai multiplicar por mais de sete vezes até 2060, em comparação a 2010. Os economistas da OCDE defendem a tese de que o ritmo de crescimento dos países que têm hoje altas taxas de elevação do PIB vai convergir para índices parecidos com os dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento, que estavam crescendo a 7%, cairiam para 5% ao ano em 2020, até chegar à média dos países ricos, entre 1,7% e 2,2%. Nesse cenário-base, o mundo será totalmente diferente em 2060.

A China passará os Estados Unidos nos próximos anos. Se em 2015 tinha 17% do PIB mundial, terá 28% em 2030, enquanto os Estados Unidos encolherão no período de 23% para 18%. Nos 30 anos seguintes, os Estados Unidos cairão para 16% do PIB global e a China ficará estável em 28%. A Índia sairá de 7% para 11%, em 2030, e 18%, em 2060. O Japão cairá de 7% hoje para 4%, em 2030, e 3%, em 2060. A Zona do Euro irá de 17% para 12% e para 9%, respectivamente. Esse estudo não faz projeções para o Brasil em termos de participação no PIB global. O interessante é olharmos todos esses dados de maneira crítica. As projeções lineares que supõem que o mundo será mais do mesmo no futuro são sempre imprecisas. É interessante olhar as tendências de todas as projeções. Há variações nos cenários de outros organismos multilaterais, como Banco Mundial, ONU, FMI, mas todos estão na direção de um PIB global com uma parcela maior para a Ásia. Isso é bem provável.

Não é da natureza dos especialistas considerarem as variáveis que vêm de outra área. As projeções, avaliadas por uma visão mais ampla, parecem lineares demais. A história da humanidade apresenta excessivas rupturas e reversões para não se pensar nela dessa forma. Mesmo ficando só nas variáveis econômicas, é difícil imaginar que a Índia cresça por 50 anos seguidos, ainda que reduzindo lentamente seu ritmo, sem enfrentar problemas devido às suas fragilidades econômicas e sociais. Em outro campo, é um país muito vulnerável às mudanças climáticas, podendo enfrentar grandes alterações no regime de monções. A China possui vários impasses para resolver na sua estrutura social e política. A tendência é mesmo de os dois países asiáticos representarem, no futuro, uma fatia maior do bolo do PIB global, só que é difícil acreditar que se possam estabelecer datas e

números precisos.

A desconfiança em relação às projeções lineares é natural numa geração como a minha, que viu à exaustão, na juventude, as previsões de que o Japão superaria os Estados Unidos e seria a primeira potência mundial. Além disso, há que se levar em consideração o que está registrado no estudo da OCDE. Uma coisa é o PIB em si, outra é o nível de bem-estar das populações. “Não obstante o rápido crescimento nos países emergentes e de baixa renda, grandes diferenças no nível de vida entre os países vão persistir”, diz o levantamento. Estudiosos como o economista francês Thomas Piketty alertam que as desigualdades estão aumentando e que isso pode ser fonte de mais instabilidade. O essencial do texto da OCDE é a visão de que o crescimento futuro será em grande parte determinado pela educação e pelos avanços tecnológicos. Nosso sucesso está diretamente ligado à urgência com que o Brasil se dedique à redução do hiato educacional que tem com países mais desenvolvidos.

Nada será como antes, amanhã. Estamos num período que reorganizará o poder global não apenas trocando uma potência hegemônica por outra, e sim pulverizando o poder. O Brasil conta com várias qualidades para se tornar mais influente neste novo mundo.

Por que neste livro falei tanto que o futuro será diferente de todos os passados? Porque essa é a ideia mais poderosa para se avançar no século XXI com a chance de ser vitorioso. São várias as mudanças que transformarão a face do planeta. A primeira delas é que o mundo vai dar saltos por quebra de paradigmas nas áreas científica e tecnológica que alterarão todos os aspectos da nossa forma de viver. No Brasil, temos ilhas de excelência científica e tecnológica, mas não temos a massificação da qualidade educacional necessária para esses desafios. Nunca tivemos tanta noção dessa falha como agora, e a consciência da fraqueza sempre será o primeiro passo em qualquer longa caminhada.

O século XXI é o primeiro em que a população da Terra, como um todo, estará em sua maioria nas cidades. A nova onda de urbanização encontra o Brasil já com a maioria de sua população instalada nas cidades. Será mais fácil do que para outros países

construir melhor padrão de vida nos centros urbanos. Só para citar dois exemplos: a Índia ainda está na primeira onda de urbanização e precisará tirar uma população equivalente a dois Brasis da miséria. A China terá que suspender as barreiras artificiais à ida da sua população rural para a cidade. Nós já conhecemos a agenda da modernização urbana e já reduzimos drasticamente a pobreza. Ela é grande, mas sua superação criará ciclos virtuosos. Imagine, por exemplo, o ganho na saúde, na qualidade das águas, no padrão de vida, se realizarmos os grandes projetos de saneamento básico que foram adiados por tanto tempo? Imagine o ganho de produtividade para a indústria e a agricultura, e a melhoria da qualidade de vida que será possível com fortes investimentos em logística tanto para a locomoção urbana quanto para a movimentação de pessoas e mercadorias pelo país? O que hoje é gargalo pode ser o impulso para ondas de crescimento. É escolha nossa: ficar no meio do caminho ou limpar a estrada?

A demografia imporá desafios para todos os países. Alguns bem diferentes de outros. A Índia e a África ainda terão crescimento do número de habitantes. Rússia e Japão, para citar alguns, estarão enfrentando o encolhimento da população. Nós ainda temos mais de duas décadas de crescimento populacional e só depois começará a diminuir o número de brasileiros. A população é majoritariamente jovem. Estamos envelhecendo, quando o conceito de velhice está sendo revisto radicalmente. Isso significa que poderemos manter um número maior de brasileiros em idade ativa por mais tempo.

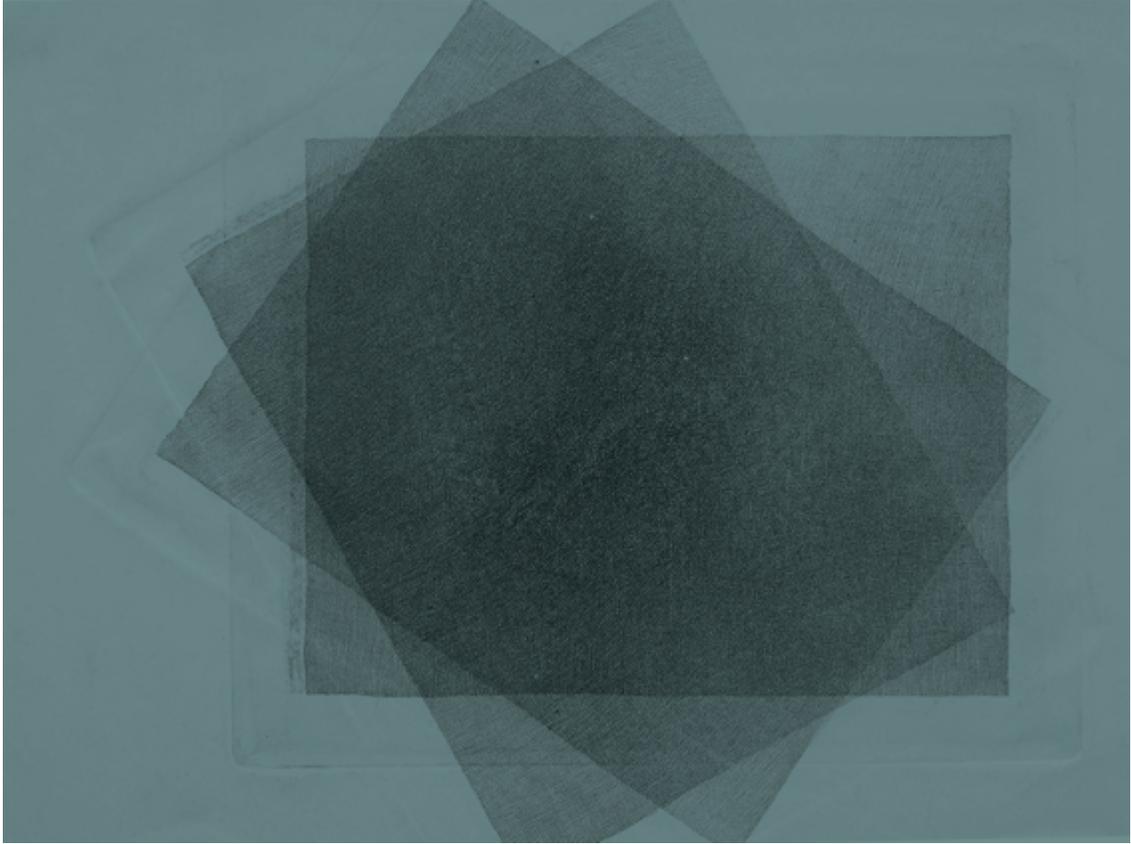
Nunca houve tantos países vivendo sob regimes democráticos. Essa é outra ideia vencedora deste século. Há 100 anos, vários países se mostraram dispostos a sacrificar a busca pela liberdade atrás do sonho de igualdade e bem-estar para todos. Esse sonho virou um pesadelo. A democracia avançará nas próximas décadas, ainda que com os naturais retrocessos ou pontos de resistência do autoritarismo. O Brasil já fez sua escolha pelo governo democrático, depois de um século de surtos autoritários. Neste momento, há muita insatisfação com o sistema político e vivemos uma crise provocada por escândalos de corrupção. Com as instituições construídas nas últimas três décadas, vamos superar os problemas conjunturais aperfeiçoando a

democracia. Esse é outro trunfo com o qual contamos.

A humanidade terá de enfrentar a si mesma. O padrão de ocupação do planeta despertou forças da natureza que não podemos controlar e que nos ameaçam. Nossos atos se voltaram contra nós. Será inevitável a mudança para a economia de baixo carbono.

O Brasil, neste mundo, tem a chance de ser uma potência ambiental por tudo que herdamos, preservamos e temos de recuperar. Nos grandes debates políticos e diplomáticos sobre os acordos da nova ordem — que tem vários anos vermelhos marcados no calendário nas próximas duas décadas —, o Brasil assumirá um papel crescente. Para perceber isso, bastava ver, como eu vi, em Copenhague, na Dinamarca, com que desenvoltura e eficiência os diplomatas brasileiros assumiram postos de comando nas negociações multilaterais do clima para projetar o futuro. A mais importante reunião climática e ambiental foi realizada no Rio de Janeiro em 1992. Dela decorreram marcos que balizaram as reuniões seguintes. Nossa biodiversidade e as metas que temos assumido vão robustecer nossos argumentos em defesa da redução das emissões.

Neste século, as energias fósseis serão poentes e as várias fontes renováveis, dominantes. Não uma fonte apenas, todas juntas. Temos insumos em abundância para crescer na maioria delas. No século da biodiversidade, somos o primeiro nessa riqueza. Em todos os biomas há preciosidades, mas se destaca, majestosa, a maior floresta tropical do planeta. Somos o país que tem maior potencial de energia renovável por quilômetro quadrado. Este é o momento decisivo para usarmos o conjunto de vantagens que temos, em relação a outros países. Avançaremos mais se aproveitarmos a nossa fortuna para realizar o nosso destino.



EM  
NOME  
DOS  
FILHOS

## CONCLUSÃO

Estamos aqui de passagem. É breve o tempo que temos. O país era antes de nós e continuará sendo depois de nós. Cada geração, a seu tempo, faz escolhas que se refletem nos que vêm depois.

O Brasil, como o conhecemos, tem uma história intensa. Há erros trágicos e acertos animadores. Chegamos ao século XXI com uma enorme dimensão territorial, unidos em federação, numa época de fragmentação de países. Carregamos divisões, sim, que muitos de nós ainda não querem encarar. Elas marcam e apequenam o país. A despeito disso, temos agora a melhor chance de superação de antigas distâncias sociais, raciais e regionais. Temos uma diversidade cultural, étnica e biológica mais vasta e preciosa do que avaliamos.

Por índole, não temos o hábito de pensar o futuro. País de jovens por muito tempo, talvez por isso tenhamos nos convencido de que o futuro ou está bem longe ou está garantido. Estamos mudando mais rapidamente do que percebemos. As próximas décadas vão acelerar a alteração da geografia humana, com reflexos em todas as áreas. Não há reversão possível. Vamos envelhecer e viver mais. Um planejador urbano, síndico de prédio, arquiteto, construtor ou prefeito têm que pensar nisso como realidade concreta. Um educador, seja o professor ou quem estiver na chefia do Ministério da Educação, precisa ter isso em seu horizonte de trabalho. O sistema de saúde terá que gastar mais e melhor com as novas tecnologias médicas e as mudanças que ocorrerão na idade da população brasileira.

Estadistas sérios deverão se dedicar a uma lista impressionante de urgências com o objetivo de preparar o país para tudo o que já está contratado. É inadiável que as pessoas influentes — os líderes, no governo ou fora dele, nas grandes e pequenas organizações, nas

comunidades ou na área federal — assumam que a transição precisa ser comandada por nós. É importante que as famílias, de qualquer classe social, saibam o que está marcado para acontecer e assim se preparar. Não pode ser uma onda que nos surpreenda e nos abata.

Há países que têm mais do que nós em alguns pontos. PIB maior, mais disciplina, melhor organização, taxas mais altas de crescimento. Entretanto, a soma da nossa fortuna e das nossas chances nos dá uma boa possibilidade de realizar um projeto de desenvolvimento contemporâneo. Ele não será centralmente planejado nem autoritário. O país decidiu que isso será feito em negociação, em debate, democraticamente. É mais trabalhoso, mas é o único modo aceitável. Nossa caminhada parecerá meio anárquica às vezes, pelo jeito brasileiro, que confunde outros povos e países. As famílias precisarão poupar mais para o seu futuro e aprender a lidar com dívidas para que esteja garantido o futuro da moeda estável duramente conquistada pelo país.

O projeto é retomar o crescimento, e que ele seja também inclusivo. Nos últimos anos ficou claro que os brasileiros, enfim, se cansaram do passado de iniquidades e separações sociais. Haverá muita divergência sobre como disseminar o progresso, mas não há dúvida de que queremos menos pobreza e menos desigualdade. Essa é a nossa meta.

Há países que querem crescer tomando outros territórios, aumentando seu poderio bélico, avançando sobre o alheio. Um dos nossos maiores orgulhos é dos 150 anos de paz com 11 vizinhos em mais de 15 mil quilômetros. No futuro, cada vez mais, vamos ser chamados a entrar em conflitos como força dissuasória. Haverá responsabilidades novas decorrentes da maior relevância que o Brasil vai adquirir no contexto regional e internacional. Nossas virtudes e diplomacia serão testadas.

Temos uma visão ciclotímica sobre nós mesmos. Há momentos em que o pessimismo se alastra como se fôssemos um país de condenados ao degredo; há outros em que exibimos uma arrogante certeza do sucesso. Basta o primeiro gol e já nos sentimos campeões da Copa do Mundo; basta um período de más notícias e o país se prostra como uma caravela à deriva sem o vento a favor. Essa

volatilidade é natural da juventude, só que amadurecemos: é hora de ter uma visão mais estável e realista sobre riscos, chances e, principalmente, tarefas. Temos também a capacidade rara de rir de nós mesmos, o que revela a virtude da autocrítica, valiosa para corrigir rumos.

Há urgências que nos aguardam. Várias delas tratei neste livro. Não de todas. O Brasil é um país de agenda lotada, quase inesgotável. A vantagem é que isso nos livra do tédio e nos força ao movimento. Se pedissem ao brasileiro que escolhesse a maior das tarefas, há uma grande chance de que a escolha recaísse, pelo menos em tese, sobre a educação de qualidade. Seria a escolha sensata.

A humanidade vive um período de rápidas transformações puxadas pelo salto tecnológico sem precedentes que permitiu a conexão do mundo inteiro. Estamos nos surpreendendo diariamente nesse diálogo planetário com impactos imediatos em todas as áreas da vida humana. O mundo já passou por outras transformações iniciadas por descobertas que alteraram a forma de viver e produzir. A atual revolução tem a rapidez de um raio comparada aos outros momentos de mudança. E ela não poupará os países em que as pessoas não prepararam a mente por meio da educação de qualidade para todos.

O planeta passará por mudanças drásticas nos próximos anos, provocadas pelo aquecimento global. Não há um capítulo sobre “sustentabilidade” porque o tema transbordou e, por sua natureza, se espalhou por vários capítulos. Sustentabilidade não é um gueto, um compartimento; é uma nova forma de empresas, pessoas e países estarem na Terra. Alterou nossa visão de mundo. O aquecimento global é um desses eventos que levam a humanidade para outra era. Por mais céticos que alguns sejam em relação ao assunto, o consenso científico avança. Por mais desconfiados que sejamos da capacidade dos diplomatas nas negociações sobre o clima, elas já chegaram a pontos que exigirão cumprimento de metas e prazos nos próximos anos.

O que empurrará pessoas, cidades, empresas, organizações, governos e países para a mudança da agenda serão os eventos extremos do clima. Há dois caminhos já indicados pelos estudiosos: reduzir as emissões de gases de efeito estufa e criar programas de

adaptação para mudanças que, inevitavelmente, ocorrerão no meio ambiente. As mudanças climáticas fortalecerão no agronegócio brasileiro os produtores que atualizarem sua forma de produção. Na energia, a abundância das fontes limpas será um grande ativo. As cidades abrigarão quase toda a população brasileira e terão que se preparar para os dilemas criados pelo clima. Como disse em outro contexto o futurólogo Peter Ellyard, “nossa consciência coletiva está mudando porque temos de reconhecer que toda a humanidade tem uma vulnerabilidade compartilhada, uma casa comum, e um mesmo destino”. O Brasil deveria assumir, sem medo, seu papel de liderança na transição para uma economia de baixo carbono porque tem requisitos, argumentos e autoridade para isso.

Quem avalia com cuidado as séries estatísticas e a evolução histórica dos países consegue perceber que alguns perderam seu melhor momento e regrediram, outros deram saltos e depois entraram em estagnação, alguns cometeram erros fatais com alto custo, outros superaram difíceis obstáculos. O Brasil, por seu tamanho e por certas escolhas econômicas do passado, é muito fechado em si mesmo. Só que o clima, a tecnologia e a economia instalaram definitivamente a era da interdependência.

É hora de abrir as janelas, olhar o mundo, fazer as escolhas e seguir o mapa do caminho que pode nos levar a níveis elevados de desenvolvimento.

A minha geração deixa um Brasil melhor do que encontrou. Na luta contra a ditadura militar foi construído o consenso de refundar a democracia como escolha definitiva. A decisão foi que aquela não seria mais uma ditadura — seria a última. Na luta contra a hiperinflação, firmamos o consenso de que a moeda estável seria a base do novo projeto econômico. Rejeitamos a leniência com a inflação porque o país já sabe o mal que ela causa. No esforço para melhorar os dados sociais e ampliar a classe média, plantamos a esperança de que velhas divisões podem ser superadas.

Agora estamos diante de outra inimiga: a corrupção, que parece invencível. Alguns dos protagonistas da luta contra ela são da geração que veio depois da minha. Ela parece um monstro de mil cabeças, mas está sendo enfrentada.

A política está confusa. Os cidadãos não têm mais confiança nos partidos e vivem sonhando com uma reforma que mude tudo. Nos próximos anos e décadas a pressão sobre os políticos vai aumentar, porque cada pessoa terá mais capacidade de acompanhar a vida parlamentar, as decisões partidárias. O conceito atrás da expressão *accountability*, ainda difícil de traduzir com uma palavra só, passará a fazer parte do cotidiano. Quem quiser ser representante terá que prestar contas ao representado, até porque ele ou ela poderão fazer uma linha direta; quem quiser governar terá que ser transparente e também dar conta de seus atos aos governados. A democracia passará por avanços que a tecnologia tornará possível. O atual sistema de representação está ficando obsoleto. A transparência vai se impor porque novos aplicativos serão inventados por jovens mentes brilhantes para acompanhar cada ato governamental.

Nenhuma das travessias que fizemos foi fácil. Mas tendo sido feitas, infundem confiança de que será possível fazer as próximas. Não pelo ingênuo otimismo do passado. Outras gerações pareciam esperar por um glorioso futuro como se ele já estivesse garantido. Hoje a confiança de novas conquistas vem do muito que já fizemos. Só que também conhecemos os resultados medíocres em algumas áreas e vimos o custo dos nossos erros. Isso nos traz à realidade. Esse misto de consciência dos acertos e erros passados permite o olhar positivo e maduro para os anos que virão.

Não foi para estimular voluntarismo, ou ufanismo, que comecei o livro afirmando que este é o nosso momento decisivo. A conjuntura estimula pensamentos negativos. Há crises paralisando o país. Por isso o esforço que temos de fazer é olhar o horizonte. Nenhum outro tempo da nossa história reuniu tantas condições favoráveis para nós quanto o século XXI. Que nos apressemos. Há muito a fazer. O futuro está sendo escrito.

## AGRADECIMENTOS

Convidei um velho amigo, o jornalista Rosental Calmon Alves, para jantar. Eu estava feliz com o resultado do meu primeiro livro de não ficção, *Saga brasileira*, publicado em 2011, e falamos animadamente sobre ele. De repente, Rosental fez a pergunta fatal:

— E o próximo?

O jantar virou uma reunião de pauta. Foi dele a ideia de olhar para a frente. Durante os anos seguintes, com a ajuda de muita gente, investiguei o que está por vir e escrevi este livro-reportagem. De especialistas com quem gravei longas entrevistas e profissionais com quem discuti alguns temas até os que fizeram relatos sobre a própria vida, todos me ajudaram a ver o quanto o Brasil precisa pensar sobre seu futuro.

Chamei três jornalistas para me ajudar: Álvaro Gribel, na busca de indicadores; Valéria Maniero, na procura de pessoas com histórias de vida que ilustrassem os números; e Débora Thomé, para conversas mais gerais sobre os temas dos capítulos. Aos três agradeço o envolvimento com o projeto e também a leitura das várias versões.

Ao fazer o pedido de encontro aos especialistas de diversas áreas, eu já avisava que a conversa seria demorada. Alguns entrevistei em duas etapas. Foram generosos em abrir sua agenda para mim Armínio Fraga, Alexandre Scheinkman, Angel Gurría, Ana Amélia Camarano, André Lara Resende, André Médici, Beto Veríssimo, Carlos Nobre, Denis Mizne, Ernesto Faria, Luiz Awazu Pereira, Persio Arida, Rubens Ricupero, Monica de Bolle, José Roberto Mendonça de Barros, Tasso Azevedo, Eduardo Assad, Paulo Fernando Fleury, Mansueto de Almeida, Roberto Gurgel, Francesco Giavazzi, Russell Mittermeier, Marcelo Medeiros, Graça Foster,

David Zylbersztajn, Wasmália Bivar, Luis Antonio Oliveira, Marcia Quintslr, Roberto Olinto, Barbara Cobo, José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi. A alguns dos entrevistados devo o favor de terem vindo até a minha casa ou ao meu escritório.

Não tenho palavras para agradecer ao IBGE. Foram duas reuniões de trabalho que consumiram horas de alguns dos melhores profissionais da casa. Tive também ajuda na busca de dados e atualizações da equipe da área de comunicação do instituto, principalmente de Silvia Fonseca e Mariana Viveiros, que foram incansáveis.

Fiz algumas visitas que me ajudaram a ampliar a compreensão dos desafios brasileiros e por isso cito aqui: Fundação Lemann, Imazon, Centro de Agroclimatologia da Embrapa, Aldeia Juriti dos Awá-Guajá. A equipe da Secretaria-Geral da OCDE me mandou dados e preciosos volumes de consultas em áreas diversas. Depois de um encontro no Brasil, Angel Gurría, secretário-geral do organismo, se dispôs a me ligar de Paris para mais de uma hora de conversa. Estiquei alguns encontros com entrevistados na Globonews para extrair ideias para o livro. Destaco a contribuição de Cristina de Luca, Demi Getschko, Regis Bonelli, Armando Castelar, Fábio Giambiagi, Paulo Tafner, Paulo Barrocas, Carlos Pereira, Jairo Nicolau, Claudio Fonteles, Deltan Dallagnol, Alexandre Tombini, Mário Veiga, Adriano Pires.

Reportagens feitas para *O Globo*, *Bom Dia Brasil* e Globonews, como “História inacabada”, “Paraíso sitiado”, “Empreendedorismo nas favelas”, “Esperança nos Olhos D’Água” e “Especial Rio+20”, me permitiram experiências valiosas e conversas que me ajudaram neste trabalho, como as que tive com Marta Azevedo, Sebastião Salgado, José Eli da Veiga e Roberto Smeraldi. Encontros para o exercício diário do jornalismo também renderam importantes conversas laterais, como a que tive sobre racismo com o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e seus assessores Sílvio Albuquerque e Wellington Silva. Minha irmã Beth me apresentou à médica Lilian de Paula. A entrevista que fiz com ela foi uma lição de vida.

Agradeço a Luciana Villas-Boas por ter me estimulado a ir em

frente com o projeto, desde o primeiro esboço, e encontrado o editor Jorge Oakim, da Intrínseca. Foi dele a ideia de incluir o capítulo Cidades. Da equipe da editora destaque, na arrancada inicial, Bruno Porto; na final, Livia de Almeida e Roberto Jannarelli. Kathia Ferreira foi a leitora cuidadosa, sensível e inteligente do texto.

Meu grande companheiro nesta viagem ao futuro foi Sérgio Abranches. Com sua mente brilhante e poderosa capacidade de pesquisa, Sérgio me ajudou a cada passo da caminhada. Vladimir e Matheus, meus filhos, são meus grandes parceiros e me auxiliaram até em conversas leves do cotidiano de nossa relação.

Escrever um livro é sempre uma aventura. O autor vive emoções fortes, como paixão, medo, esperança, dúvida. Precisa de perseverança e método. Este foi, para mim, um mergulho nas mazelas e possibilidades do Brasil, por isso me sinto recompensada por tê-lo escrito. Aprendi muito. Vi as chances que podemos perder, os obstáculos que temos de remover, os perigos que corremos e a enorme força do Brasil. O esforço em esticar a vista para além da conjuntura me ajudou no dia a dia do jornalismo.

Tive em mente sempre os meus netos. Quando fazia as contas de quantos anos eles teriam, em cada data projetada, me convencia de que o futuro está próximo e por isso a ação tem de ser urgente. Agradeço a Mariana, Daniel, Manuela e Isabel por serem, sem saber, a grande inspiração que tive ao escrever sobre o futuro que a eles pertence.

## SIGLAS

ABC Agricultura de Baixo Carbono  
Abeeólica Associação Brasileira de Energia Eólica  
Abraji Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo  
Anac Agência Nacional de Aviação Civil  
Aneel Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Anvisa Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APP Áreas de Preservação Permanente  
BBC British Broadcasting Corporation  
BC Banco Central  
Bric Brasil, Rússia, Índia e China  
CBN Central Brasileira de Notícias  
CDI Certificado de Depósito Interbancário  
Cetip Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos  
Chesf Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CIA Central Intelligence Agency (EUA)  
CLT Consolidação das Leis do Trabalho  
CNI Conferência Nacional da Indústria  
CNN Cable News Network  
CNOOC China National Offshore Oil Corporation  
CNPC China National Petroleum Corporation  
Comlurb Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
Comperj Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro  
Conab Companhia Nacional de Abastecimento  
COP 15 15ª Conferência das Partes  
CPF Comprovante de Situação Cadastral  
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPMF Contribuição Provisória de Movimentação Financeira  
CPTM Companhia Paulista de Trem Metropolitano  
CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico

CTI Centro de Terapia Intensiva  
Datusus Sistema de Informática do Sistema Único de Saúde  
DEM Democratas  
Deter Detecção de Desmatamento em Tempo Real  
Detran Departamento Estadual de Trânsito  
DOI-Codi Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna  
Emater Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrater Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Enem Exame Nacional do Ensino Médio  
ESO Observatório Europeu do Sul  
FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FEA-USP Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo  
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
Fies Fundo de Financiamento Estudantil  
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz  
Firjan Federação das Indústrias do Rio de Janeiro  
FLA Flamengo, time  
Flip Festa Literária Internacional de Paraty  
FLU Fluminense, time  
FMI Fundo Monetário Internacional  
Funai Fundação Nacional do Índio  
G-20 Grupo dos 20  
G-77 Grupo dos 77  
HSK Teste de Proficiência em Chinês  
Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBPT Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação  
Ideb Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEC Instituto Estadual do Cérebro  
Iets Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade  
Ilos Instituto de Logística e Supply Chain  
Impa Instituto de Matemática Pura e Aplicada  
Inbra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio  
Teixeira  
Inpe Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
INSS Instituto Nacional do Seguro Social  
IOF Imposto sobre Operações Financeiras  
IP Internet Protocol  
IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPI Imposto sobre Produtos Industrializados  
LaNCE-UFRJ Laboratório Nacional de Células-Tronco Embrionárias da  
UFRJ  
LPI Logistics Performance Index  
MIT Massachusetts Institute of Technology  
Nasa National Aeronautics and Space Administration (EUA)  
NSA National Security Agency (EUA)  
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT Organização Internacional do Trabalho  
OMC Organização Mundial do Comércio  
OMS Organização Mundial da Saúde  
ONG Organização Não Governamental  
ONU Organização das Nações Unidas  
PAC Programa de Aceleração do Crescimento  
Pasep Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PEA População Economicamente Ativa  
Petrobras Petróleo Brasileiro S/A  
PIA População em Idade Ativa  
PIB Produto Interno Bruto  
PIS Programa de Integração Social  
Pisa Programme for International Student Assessment (EUA)  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
Pnad Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POF Pesquisa de Orçamentos Familiares  
PPP Poder de Compra na Moeda Local  
Prodes Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas  
PSB Partido Socialista Brasileiro  
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira  
PT Partido dos Trabalhadores  
PUC Pontifícia Universidade Católica  
REN21 Renewable Energy Policy Network for the 21st Century  
RPPN Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SAE Secretaria de Assuntos Estratégicos  
Saeb Sistema Nacional de Educação do Ensino Básico  
SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
Selic Sistema Especial de Liquidação e de Custódia  
SNI Serviço Nacional de Informações  
SPC Serviço de Proteção ao Crédito  
STF Supremo Tribunal Federal  
SUS Sistema Único de Saúde  
TCU Tribunal de Contas da União  
TED Technology, Entertainment, Design  
Telerj Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro  
TOEFL Test of English as a Foreign Language  
TR Taxa Referencial  
UFF Universidade Federal Fluminense  
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais  
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UnB Universidade de Brasília  
Unifesp Universidade Federal de São Paulo  
UPP Unidade de Polícia Pacificadora  
USP Universidade de São Paulo  
WWF World Wide Fund for Nature (EUA)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além do verde*. São Paulo: Abril, 2012.
- ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”, *Dados*, vol. 31, nº 1, Rio de Janeiro, 1988, p. 5-32.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ª ed., 2014.
- ACEMOGLU, Daron e James Robinson. *Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ASSAD, Eduardo. “Agricultura de baixa emissão de carbono: a evolução de um novo paradigma”, *Agroanalysis*, Observatório ABC, Centro de Estudo de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro)/Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)/ FGV-SP, 2014.
- BACHA, Edmar. *Belíndia 2.0. Fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- \_\_\_\_\_ e Monica Baumgarten de Bolle (orgs.). *O futuro da indústria no Brasil. Desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Novos dilemas da política econômica*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BARROS, José Roberto Mendonça de. *Crescer não é fácil. A crise, a economia mundial e o crescimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BARROS, Octávio e Fabio Giambiagi (orgs.). *Brasil globalizado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BELL, Ann. *Exploring Web 2.0. Second Generation Interactive Tools*. Georgetown: Katy Crossing Press, 2009.
- BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- BERQUÓ, Elza. “Evolução demográfica”, in Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro (orgs.). *Brasil, um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 16-27.
- BONELLI, Regis (org.). *A agenda da competitividade do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1, 1995.
- CAIRNCROSS, Frances. *The Death of Distance. How the Communications Revolution Will Change Our Lives*. Boston: Harvard Press, 1997.

- CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Novo regime demográfico. Uma nova relação entre população e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARVALHO, Campos de. *O púcaro búlgaro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2<sup>a</sup> ed., 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 18<sup>a</sup> ed., 2014.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog. Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DAVIDSON, Eric. *You Can't Eat GNP. Economics As If Ecology Mattered*. Cambridge: Perseus Publishing, 2001.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A História e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 5<sup>a</sup> reimp., 1996.
- EHRENREICH, Barbara. *Miséria à americana*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ELLYARD, Peter. *Destination to 2050*. Melbourne: Preferred Futures Institute, 2013.
- FISHLOW, Albert. *O novo Brasil. As conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais*. São Paulo: Saint-Paul Editora, 2011.
- GAUSE III, F. Gregory. “Why Middle East Studies Missed the Arab Spring?”, *Foreign Affairs*, vol. 90, n<sup>o</sup> 4, jul-ago 2011, p. 81-90.
- GIAMBIAGI, Fabio. *Reforma da Previdência. O encontro marcado. A difícil escolha entre nossos pais ou nossos filhos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- GIANNETTI, Eduardo. *O valor do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GILDING, Paul. *A grande ruptura. Como a crise climática vai acabar com o consumo e criar um novo mundo*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.
- GLAESER, Edward. *Triumph of the City*. Nova York: Penguin Press, 2011.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- JOHANSSON, Asa e outros. *Looking to 2060: Long-Term Global Growth Prospects. OECD Economic Policy Papers Series*, n<sup>o</sup> 3, Paris, OECD, nov 2012.
- KHAN, Salman. *Um mundo, uma escola. A educação reinventada*. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- KISSINGER, Henry, Niall Ferguson, Fareed Zakaria e David Li. *O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática*. Trad. Bruno Alexander. São Paulo: Elsevier, 2011.
- KLUGER, Henrique. “Paraíso dos agrotóxicos”, *Ciência Hoje*, vol. 50, n<sup>o</sup> 296, set 2012, p. 20-25.
- LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços. Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

- LEITE, Carlos. *As cidades se reinventam. Experiências de desenvolvimento urbano sustentável*. Seminário Internacional ASBEA. PDF. s.d.
- \_\_\_\_\_ e Juliana di Cesare Marques Awad. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MEDEIROS, Marcelo e Pedro Souza. “Gasto público e desigualdade de renda no Brasil”, in *1844 — Texto para discussão*, Brasília, Ipea, jun 2013.
- MEIRELLES, Renato e Celso Athayde. *Um país chamado favela. A maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo: Gente, 2014.
- MELO, Marcus André e Carlos Pereira. *Making Brasil Work. Checking the President in a Multiparty System*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2013.
- MENEZES, Naércio. *Os determinantes do desempenho escolar no Brasil*. Paper. Instituto Futuro Brasil/Ibmec-SP/FEA-USP.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NICOLELIS, Miguel. *Muito além do nosso eu. A nova neurociência que une cérebro e máquinas. E como ela pode mudar nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 16<sup>a</sup> reimp., 2013.
- PAIXÃO, Marcelo. *500 anos de solidão. Estudos sobre desigualdades raciais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.
- PEREIRA, Vicente de Britto. *Transportes. História, crises e caminhos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTER, Michael E. e Jan W. Rivkin. “The Looming Challenge to U.S. Competitiveness”, *Harvard Business Review*, mar 2012.
- RESENDE, André Lara. *Os limites do possível. A economia além da conjuntura*. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2013.
- ROCHA, Sonia. *Transferências de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- RUSSELL, Adrienne e Nabil Echcaibi. *International Blogging. Identity, Politics, and Networked Publics*. Nova York: Peter Lang, 2009.
- SACCHETTA, Vladimir (org.). *Os cartazes desta história*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog/Escrituras Editora, 2012.
- SAHLBERG, Pasi. *Finnish Lessons. What Can the World Learn from Educational Change in Finland*. Nova York: Teachers College/Columbia University, 2011.
- SAPORI, Luís Flávio e Gláucio Ary Dillon Soares. *Por que cresce a violência no Brasil?*. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2014.
- SCHMIDT, Eric e Jared Cohen. *A nova era digital. Como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios*. Trad. Ana Beatriz Rodrigues e Rogério Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- SILVA, Sílvio José Albuquerque e. *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2<sup>a</sup> ed., 2011.

- SOUZA, Amaury e Bolivar Lamounier. *A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- STIGLITZ, Joseph E., Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi. *MIS-Measuring Our Lives. Why GDP Doesn't Add Up*. Nova York: The New Press, 2010.
- STRIER, Karen. “Myth of the Typical Primate”, *American Journal of Physical Anthropology*, vol. 37, 1994, p. 233-271.
- THOMÉ, Débora. *O Bolsa Família e a social-democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- VAZ, Antenor. *Isolados no Brasil. Política de Estado: da tutela para a política de direitos — Uma questão resolvida?* Informe IWGIA 10. Brasília: Estação Gráfica, 2011.
- VEIGA, José Eli. *Sustentabilidade. A legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac, 2010.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Energia eólica*. São Paulo: Senac, 2012.
- VELOSO, Fernando, Samuel Pessoa, Ricardo Henriques e Fabio Giambiagi (orgs.). *Educação básica no Brasil. Construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- VORMITTAG, Evangelina e Paulo Saldiva. *Projeção da mortalidade, internações hospitalares na rede pública e gastos públicos em saúde decorrentes da poluição atmosférica no estado de São Paulo de 2012 a 2030*. São Paulo: Instituto de Saúde e Sustentabilidade, ago 2014.
- YERGIN, Daniel. *A busca*. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- ZAKARIA, Fareed. *The Post-American World*. Nova York: W.W. Norton, 2008.

## NA INTERNET

- Anuário brasileiro de educação básica 2014. Todos pela Educação. Paper. São Paulo: Moderna. Disponível em: <[www.todospelaeducacao.org.br/1493/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2014](http://www.todospelaeducacao.org.br/1493/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2014)>.
- Áreas protegidas críticas na Amazônia Legal. Imazon. Paper. Disponível em: <<http://imazon.org.br/areas-protegidas-criticas-na-amazonia-legal/>>.
- BARTON, Dominic. Age of Disruption. Disponível em: <[www.project-syndicate.org](http://www.project-syndicate.org)>. Acesso em: 7 jan 2014.
- COELHO, Marcos Antônio Tavares. “Genocídio e resgate dos botocudos”, *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo)>. Vários acessos.
- Evolução da carga tributária brasileira. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, mai 2015. Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/2142/05EvolucaoDaCargaTributariaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2015.
- Hábitos, comportamentos e expectativas da terceira idade. Pesquisa do SPC, out 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/511-57dosconsumidoresdaterceiraidadenaotemqualquerreservadedinheiroapontaspbrasil>>. Acesso em: 19 out 2014.

- JOHANSSON, Asa e Eduardo Olaberría. “Global Trade and Specialisation Patterns Over the Next 50 Years”, OECD Economic Policy Papers Series, nº 10, 2014. Disponível em: <[www.oecd.org/economy/looking2060.htm](http://www.oecd.org/economy/looking2060.htm)>. Acesso em: 5 jul 2014.
- JONES, Anthony. “Big Data: Enabling the Future of Healthcare”, blog, *The Guardian*, 4 nov 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/healthcare-network/2014/nov/04/big-data-enabling-future-healthcare>>. Acesso em: 4 nov 2014.
- LEITÃO, Ulisses. “Social Index of Educational Effectiveness: A New Approach from the Perspective of Promoting Equity”, *Education Policy Analysis Archives*, vol. 23, nº 50, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.1915>>.
- MANYIKA, James e Michael Chui. “All Things Online”, *Foreign Affairs*, set 2013. Disponível em: <[www.foreignaffairs.com](http://www.foreignaffairs.com)>. Acesso em: 5 jan 2015.
- MANYIKA, James e outros. *Disruptive Technologies. Advances That Will Transform Life, Business and the Global Economy*. McKinsey Global Institute, mai 2013. Disponível em: <[http://www.mckinsey.com/insights/business\\_technology/disruptive\\_technologies](http://www.mckinsey.com/insights/business_technology/disruptive_technologies)>. Acesso em: 24 mai 2013.
- NAAM, Rafez. “The Limits of the Earth, Part1: Problems”, blog, *Scientific American*, 17 abr 2013 (URL permanente: <<http://blogs.scientificamerican.com/guest-blog/the-limits-of-the-earth-part-1-problems/>>).
- NYE JR., Joseph. “Shaping the Future”, What Matters, McKinsey & Company, fev 2009. Disponível em: McKinsey Digital: <<http://whatmatters.mckinseydigital.com/geopolitics/shaping-the-future>>. Acesso em: 10 jun 2010, 9:28 PM.
- \_\_\_\_\_. *Smart Power*. Disponível em: <[hiffingtonpost.com](http://hiffingtonpost.com)>. Postado em: 29 nov 2007. Acesso em: 12 nov 2015.
- OECD Economic Survey Brazil 2013. OECD Publishing. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm>>.
- OECD Investing in Youth: Brazil. Paper. Out 2013. Disponível em: <<http://www.oecd.org/publications/investing-in-youth-brazil-9789264208988-en.htm>>.
- Popular Mechanics. Inside the Future: How PopMech Predicted the Next 110 Years. Disponível em: <[www.popularmechanics.com/technology/articles/a8562/inside-the-future-how-popmech-predicted-the-next-110-years-14831802/](http://www.popularmechanics.com/technology/articles/a8562/inside-the-future-how-popmech-predicted-the-next-110-years-14831802/)>. Acesso em: 10 dez 2012, 1:30 AM.
- Revista Vozes da Classe Média — Caderno 2. Desigualdade, heterogeneidade, diversidade, nov 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Revista-Vozes-da-Classe-Média-Novembro-2012.pdf>>. Acesso em: 17 nov 2012.

- RICUPERO, Rubens. “O que nos reservam as próximas décadas. O futuro visto de uma perspectiva brasileira”. *Relações Internacionais* 29, mar 2011. Disponível em: <[www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000100001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 dez 2012.
- SADIK-KHAN, Janette. “New York Streets? Not so Mean Anymore”, palestra TED, filmada em TEDCity2.0, set 2013. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/janette\\_sadik\\_khan\\_new\\_york\\_s\\_streets\\_not\\_so\\_mean\\_a\\_ny\\_more](http://www.ted.com/talks/janette_sadik_khan_new_york_s_streets_not_so_mean_a_ny_more)>. Vários acessos.
- Semiocast Geolocation Analysis of Twitter Accounts. Disponível em: <[http://semioCast.com/en/publications/2012\\_01\\_31\\_Brazil\\_becomes\\_2nd\\_country\\_on\\_Twitter\\_supersedes\\_Japan](http://semioCast.com/en/publications/2012_01_31_Brazil_becomes_2nd_country_on_Twitter_supersedes_Japan)>. Acesso em 7 jan 2014.
- Telefónica Millennial Survey. Resultados globais e Brasil. Disponível em: <<http://survey.telefonica.com/globalreports/>>. Acesso em: 15 out 2014.
- The New York Innovation, 2014. Disponível em: <[www.nytimes.com](http://www.nytimes.com)>. Acesso em: 5 jan 2015.
- WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012. A cor dos homicídios*. Disponível em: <[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Vários acessos.
- World Energy Outlook 2012. International Energy Agency. Paris: OECD/IEA, 2012. Disponível em: <[www.iea.org](http://www.iea.org)>.
- World Urbanization Prospects. Disponível em: <[www.esa.un.org](http://www.esa.un.org)>. Acesso em: 3 dez 2013.

## OUTRAS FONTES DE CONSULTA

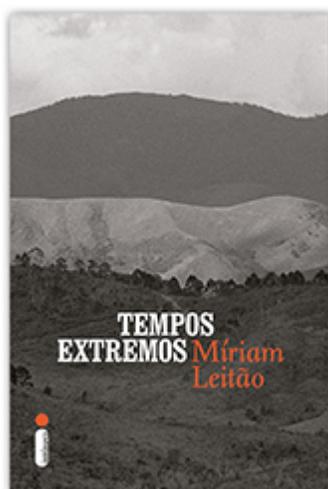
*O Globo*  
*O Estado de S. Paulo*  
*Folha de S.Paulo*  
*Valor Econômico*  
*Exame*  
*G1*  
*Veja*  
*Época*  
*The New York Times*  
*Financial Times*  
*The Guardian*  
*The Economist*

## SOBRE A AUTORA



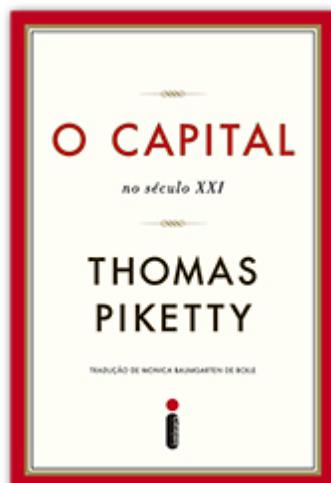
Somente Míriam Leitão, a jornalista mais premiada do país, aceitaria o desafio de olhar para além do imediatismo do presente e mapear o que está por vir. Depois de quatro anos de pesquisas, viagens e entrevistas, ela indica tendências que não podem ser ignoradas em áreas como meio ambiente, demografia, educação, economia, política, saúde e tecnologia. Momentos de crise assustam. Porém, a *História do futuro* contada por Míriam deixa claro que o Brasil dispõe dos recursos para garantir a nossos filhos um país bem melhor. E este futuro começa com decisões tomadas hoje.

CONHEÇA OUTRO TÍTULO DA AUTORA



*Tempos extremos*

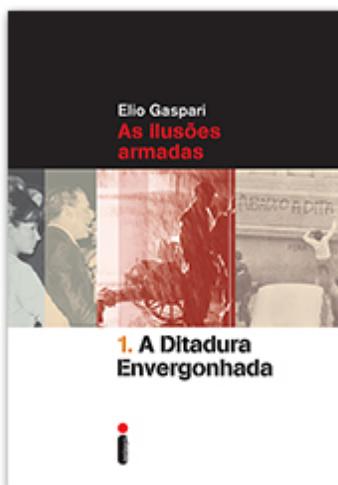
LEIA TAMBÉM



*O capital no século XXI*  
Thomas Piketty



*O colapso de tudo*  
John Casti



*A ditadura envergonhada*  
Elio Gaspari



*A ditadura escancarada*  
Elio Gaspari



*A ditadura derrotada*  
Elio Gaspari



*A ditadura encurralada*  
Elio Gaspari